



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO – PPGDSTU

MICHEL DE MELO LIMA

TERRITÓRIOS DE USO COMUM NA AMAZÔNIA:
relação sociedade-natureza e modernização do espaço regional

BELÉM/PA
2020

MICHEL DE MELO LIMA

TERRITÓRIOS DE USO COMUM NA AMAZÔNIA:

relação sociedade-natureza e modernização do espaço regional

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção de título de Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental.

Orientação: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

BELÉM/PA
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

L732t Lima, Michel de Melo
Territórios de uso comum na Amazônia : relação
sociedade-natureza e modernização do espaço regional /
Michel de Melo Lima. — 2020.
375 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Saint-clair Cordeiro da Trindade
Júnior
Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de
Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará,
Belém, 2020.

1. Territórios de uso comum. 2. Modernização do
espaço. 3. Cidades amazônicas. 4. Rios. 5. Orlas
fluviais. I. Título.

CDD 307.109811

TESE DE DOUTORADO

TERRITÓRIOS DE USO COMUM NA AMAZÔNIA:

relação sociedade-natureza e modernização do espaço regional

MICHEL DE MELO LIMA

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção de título de Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental.

Aprovada em: 28 de setembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Orientador – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Examinadora Interna – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Profa. Dra. Marcela Vecchione Gonçalves
Examinadora Interna – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Profa. Dra. Sandra Lencioni
Examinadora Externa – PPGH/USP

Prof. Dr. Márcio Douglas Brito Amaral
Examinador Externo – PPGEIO/UFPA

Dedico este trabalho aos meus familiares, pelo apoio incondicional que me dão. Vocês são o melhor de mim! Em especial minha sobrinha, Ana Beatriz Lima Nogueira, parceirinha de “nerdisses” e maior luz do/no meu caminho. Por fim, aos meus amigos, que sempre me acompanharam nessa jornada acadêmica e de vida.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus por todas as experiências de vida, pelos erros e acertos, e por permitir que me levante com saúde todos os dias para enfrentar os desafios e decidir com serenidade sobre os caminhos que se colocam em minha trajetória científica e pessoal.

À minha família, que me faz crescer como pessoa, sempre dando força e acreditando em mim em todos os momentos de minha vida. Obrigado, mãe e confidente Maria Luzia Antonia de Melo, pessoa a quem devo tudo o que tenho e sou hoje. Agradeço à minha irmã, Michelle de Melo Lima, que se mostrou uma grande parceira e uma mulher muito guerreira. Você sempre estará em meu coração! Um obrigado especial ao meu pai, Miguel dos Santos Lima, mais conhecido como “Índio”. És a força inspiradora e a base de todos nós. Também credito tudo o que tenho/sou ao senhor, o verdadeiro super-herói amazônida no microcosmos da nossa família. Também não posso deixar de mencionar o meu cunhado, Rafael Milhomens, que se mostrou muito amigo. Tenho muita consideração por ti! E, por fim, agradeço ao anjo da nossa casa, minha querida sobrinha Ana Beatriz Lima Nogueira, menina cuja ingenuidade e carinho abrilhanta o nosso cotidiano. Obrigado por ser minha “luz” nesses tempos tão conturbados, amada “zumbrinha”.

Um comentário especial ao meu orientador e amigo, Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, por ter me dado a chance de ingressar na pesquisa e por ter tido uma paciência imensa comigo nestes últimos 12 anos. Agradeço pelo que aprendi, não só no que diz respeito à pesquisa e aos conhecimentos científicos, mas também por ter me mostrado como uma pessoa séria e idônea avança sem arrependimentos diante das escolhas e do caminho trilhado. Obrigado por tudo, grande referência, e, por favor, desculpe-me pelas falhas e pela “rebeldia”. Admiro muito o seu trabalho, o senhor inspira a todos nós!

Aos amigos e colegas de pós-graduação, que reconheceram minhas qualidades e souberam relevar os meus defeitos, colocando-se sempre na condição de pessoas que estão amadurecendo junto comigo. São eles: Ana Célia Guedes, Benison Alberto Oliveira, Juliana Hamoy, Naiara Rios, Mayany Soares Salgado, Suelem Maciel Cardoso, Tienay Costa e Thiliane Meguis. Peço desculpas se algum dia fui pouco sensível ao jeito e ao tempo de vocês, ou mesmo se os ofendi em algum momento de nossas discussões sobre os aspectos de nossas vidas acadêmicas e

profissionais. Obrigado por tudo, grandes companheiros e companheiras! Vocês me ajudaram a crescer como pessoa.

Aos amigos que estiveram próximos desde a graduação e que também ajudaram, por meio de diálogos formais e informais, no desenvolvimento de minha tese. Obrigado Gleice Kelly Gonçalves da Costa, Juan Dias Barros, Márcio Douglas Brito Amaral, Marcos Alexandre Pimentel, Rogério Miranda, Rovaine Ribeiro e Thiago Sabino.

Outra importante lembrança fica para os meus dois referenciais, as “meninas de Marabá”, Kamilla Oliveira Lopes e Laís Alves dos Santos, pessoas que foram de ex-alunas ao *posto* de amigas e parceiras acadêmicas. A primeira é uma pessoa de uma sensibilidade e intensidade incríveis, do tipo “geninho” inquieto, que só precisa de um empurrão para ganhar o mundo. A segunda é uma mulher das mais competentes, esforçadas e parceiras que eu conheci. Devo-te muito! Sobretudo no que diz respeito ao processo de elaboração deste trabalho (obrigado mesmo!).

Um agradecimento especial ao Grupo de Pesquisa “Geourbam”, coordenado pelo professor Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr., do qual eu sinto imenso orgulho de fazer parte desde o período da graduação. Obrigado pelos momentos de debate e pelos sorrisos durante nossas reuniões e nos colóquios de pesquisa, em especial à Ágila Chaves, à Cyntia Alves, ao David Souza, à Eliana Schuber, ao Gabriel Leite, ao parceiro Helbert Michel Pampolha de Oliveira, ao Miguel Filho, à Silvia Baena, à Thamyres Santos e à Vanessa Silva.

Quero agradecer à Universidade Federal do Pará e ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), instituições que considero o *meu lugar* no sentido geográfico de espaços que despertam sentimentos de pertencimento. Seus espaços e os sujeitos que lhes dão vida me ajudaram muito nesta jornada, por isso sinto um imenso orgulho de fazer parte de sua história e de ter desenvolvido atividades em suas dependências. Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por conceder a bolsa que consistiu num subsídio essencial à realização de minha pesquisa de doutorado.

Agradeço aos professores e professoras do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Estes que, de uma forma ou de outra, contribuíram para minha formação acadêmica e para o processo de consolidação de minha leitura crítica sobre a realidade da Amazônia. Ao Professor Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, meu

orientador e amigo, e aos professores Fábio Carlos, Francisco de Assis Costa, Ligia Simonian, Marcela Vecchione, Mirleide Chaar Bahia, Nírvia Ravena e Rosa Acevedo Marin, o meu muito obrigado!

Por ocasião do exame de qualificação de doutorado, também agradeço aos professores(as) Dra. Sandra Lencioni (PPGH/USP), Dr. Márcio Douglas Amaral (PPGEO/UFPA) e Profa. Dra. Marcela Vecchione Gonçalves (NAEA/UFPA) pela avaliação atenciosa e pelas críticas construtivas direcionadas ao meu projeto de tese. Aprendi demais com vocês!

Obrigado também aos meus amigos/irmãos/companheiros de nerdisses e de “branquinha”: Acibethania Arruda, Bruno Rogelio, Diego Avelino Cardoso, Fábio Marmith, Marcos Paulo Ferreira de Albuquerque e Rafaela Milhomens, pessoas que sempre estiveram ao meu lado, dando força e acreditando em mim.

Também quero agradecer aos sujeitos dos rios e da floresta, os protagonistas dos valores de uso da Amazônia.

Por fim, deixo registrado o meu agradecimento às cidades de Tucuruí, Altamira e Marabá, espaços pelos quais desenvolvi um enorme carinho, sobretudo pelo aprendizado que essas urbes me proporcionaram e pelas pessoas (colegas de pesquisa, amigos, moradores e representantes de movimentos sociais) que eu conheci e/ou tive contato durante os trabalhos de campo, sujeitos que dispuseram de um pouco de seu tempo para me ajudar com algum tipo de suporte e/ou atender minhas demandas de pesquisa. Dentre estes, destaco, na cidade de Tucuruí, Ademar Ribeiro de Souza, Elizabeth Barroso, Gézika Ferreira, Heloisa Ramos, Malco Moraes, Roney Vasconcelos e Veridiana Pompeu; na cidade de Altamira, Ana Carolina Alves, Antônia Melo da Silva, Igor Monteiro, Ian Monteiro e Raimunda Gomes da Silva; e, na cidade de Marabá, Gleice Kelly Gonçalves da Costa, Laís Alves dos Santos, Miriam Rodrigues de Andrade e Thiago Sabino.

Muito obrigado a todos e todas!

O comum, apesar de ser um princípio, não é um princípio como os outros: é um princípio político, ou melhor, é o princípio político. Entendemos por “política” a atividade de deliberação pela qual os homens se esforçam para determinar juntos o que é justo, bem como a decisão e a ação decorrentes dessa atividade coletiva. Portanto, política não é um “fazer” reservado a uma minoria de profissionais, não diz respeito à competência de especialistas e não pode ser profissão: ela é assunto para aquele que queira ou deseje participar da deliberação pública, seja qual for seu status ou sua profissão

Pierre Dardot e Christian Laval

RESUMO

LIMA, M. M. **Territórios de uso comum na Amazônia**: relação sociedade-natureza e modernização do espaço regional. 2020. 375 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

Tendo como referência empírica de estudo três cidades paraenses (Tucuruí, Altamira e Marabá) e seus respectivos entornos imediatos, impactados por projetos infraestruturais (hidrelétricos, logísticos e turísticos) e associados direta ou indiretamente ao aproveitamento hídrico, a tese aborda territórios de uso comum na Amazônia a partir dos espaços e de experiências de vida de seus sujeitos. O objetivo do trabalho é analisar, à luz do princípio dos comuns, a apropriação de territórios de uso coletivo em face do processo de modernização decorrente do aproveitamento do recurso hídrico para fins de projetos infraestruturais. Sustenta-se que o processo de modernização do espaço e o "cercamento" das águas dos rios e de suas margens, ocorridos nas três realidades em foco, acabaram por desencadear contradições, insurgências e conflitos que resultam em resistências entre grupos sociais locais e regionais de identidades diversas e que buscam defender os rios e os demais territórios de uso comum por eles estabelecidos ao longo de sua história. Para empreender o estudo foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos de pesquisa: a) revisão bibliográfica de teorias e abordagens críticas de natureza interdisciplinar que permitem entender o avanço do capitalismo de razão neoliberal e o espaço socialmente produzido no período contemporâneo na Amazônia; b) levantamento e análise bibliográfica de caráter histórico-geográfico das três realidades empíricas pesquisadas; c) levantamento e análise de dados primários e secundários em fontes documentais relacionadas ao tema de investigação; d) observação sistemática de campo, com inventário, comparação e análise de elementos da paisagem e de suas dinâmicas espaço-temporais; e) entrevistas semiestruturadas com sujeitos locais ligados ao uso comum dos territórios e com técnicos/representantes do poder político municipal. A partir dos dados coletados, sistematizados e analisados, constatou-se que os territórios de uso comum ligados às águas configuram importantes referenciais de vida e são constituintes de espacialidades de uma parcela significativa da população regional. Nesse sentido, o processo de modernização do espaço na Amazônia, por meio do aproveitamento capitalista dos rios e de suas margens, além das desterritorializações e reterritorializações desencadeadas, culminaram com mobilizações e com o estabelecimento de solidariedades entre movimentos socioambientais e os diversos grupos populacionais impactados, que, coletivamente, buscam afirmar os seus protagonismos socioespaciais. Tal protagonismo leva em conta o reconhecimento dos valores de uso dos seus territórios, cuja proteção alça-se à condição de um princípio político representativo das lutas urbanas e rurais no contexto regional atual.

Palavras-chave: Territórios de Uso Comum. Modernização do Espaço. Cidades Amazônicas. Rios. Orlas Fluviais.

ABSTRACT

LIMA, M. M. **Common use territories in the Amazon**: society-nature relationship and modernization of regional space. 2020. 375 f. Thesis (Doctorate in Sciences – Socio-Environmental Development) – Postgraduate Program in Sustainable Development of the Humid Tropics, Center for High Amazonian Studies, Federal University of Pará, Belém, 2020.

Taking as empirical references three cities located in the State of Pará (Tucuruí, Altamira and Marabá) and their respective immediate surroundings, impacted by infrastructure projects (hydroelectric, logistical and tourism projects) directly or indirectly associated with the water use, this doctoral thesis deals with common use territories in the Amazon, focusing on the life spaces and experiences of their subjects. The aim of the work is to analyze, in light of the principle of the commons, the appropriation of collectively used territories in the face of the process of modernization that results from the use of water resources for the purposes of infrastructure projects. It is argued that the process of modernization of space and the “enclosure” of the rivers’ waters and banks, occurred in the three realities in focus, ended up triggering contradictions, insurgencies and conflicts that result in resistances between local and regional social groups of different identities seeking to defend the rivers and other common use territories established by them throughout their history. To undertake the study, the following research methodological procedures were adopted: a) literature review of interdisciplinary critical theories and approaches that provide an understanding of the advance of neoliberal capitalism and the socially produced space in the Amazon in the contemporary period; b) survey and analysis of bibliographical sources on the history and geography of the three empirical realities in focus; c) primary and secondary data collection and analysis in documentary sources concerning the research topic; d) systematic field observation with inventory, comparison and analysis of landscape elements and their spatial and temporal dynamics; e) semi-structured interviews with subjects related to the common use of the territories, as well as with technicians/representatives of the municipal public administration. Based on the collected, systematized and analyzed data, it was found that the common use territories associated with the waters configure important references of life and constitute the spatialities of a significant portion of the regional population. This way, the process of modernization of space in the Amazon, along with the deterritorializations and reterritorializations unleashed through the capitalist use of the rivers and their banks, culminated in mobilizations and in the establishment of solidarities between socio-environmental movements and the various impacted population groups that collectively seek to affirm their sociospatial protagonisms. Such protagonisms are based on the recognition of the use values of their territories, whose protection is raised to the condition of a political principle representative of the urban and rural struggles in the current regional context.

Keywords: Common Territories. Modernization of Space. Amazonian Cities. Rivers. Waterfronts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Principais cidades localizadas ao longo do rio Tocantins na primeira metade do século XX	90
Figura 02. Representação de Altamira no ano de 1896	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Tucuruí: importância dos territórios comuns no passado	140
Quadro 02. Altamira: importância dos territórios comuns no passado	150
Quadro 03. Marabá: importância dos territórios comuns no passado	160
Quadro 04. Tucuruí: importância dos territórios comuns no presente	167
Quadro 05. Altamira: importância dos territórios comuns no presente	182
Quadro 06. Marabá: importância dos territórios comuns no presente	200
Quadro 07. Tucuruí: contradições, conflitos e a produção de territórios comuns...215	
Quadro 08. Altamira: contradições, conflitos e a produção de territórios comuns..225	
Quadro 09. Marabá: contradições, conflitos e a produção de territórios comuns...241	
Quadro 10. Tucuruí: principais ações e/ou intervenções realizadas e projetadas na cidade e entorno.....	269
Quadro 11. Altamira: principais ações e/ou intervenções realizadas e projetadas na cidade e entorno.....	279
Quadro 12. Marabá: principais ações e/ou intervenções realizadas e projetadas na cidade e entorno.....	290
Quadro 13. Tucuruí, Altamira e Marabá: reconhecimento de trajetórias e ações pensadas pelo poder público local para os territórios comuns nas sedes municipais	301
Quadro 14. Tucuruí, Altamira e Marabá: rios e margens fluviais como territórios de usos comuns e/ou princípio político-regional.....	313
Quadro 15. Tucuruí, Altamira e Marabá: conflitos internos nos movimentos sociais	342

LISTA DE MAPAS

Mapa 01. Localização dos municípios e das sedes municipais de Tucuruí, Altamira e Marabá	26
Mapa 02. Tucuruí: sede municipal e vila Permanente	96
Mapa 03. Altamira: núcleo urbano	111
Mapa 04. Marabá: núcleos urbanos principais e vila Espírito Santo	123

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01. A cidade de Tucuruí na década de 1970	92
Fotografia 02. Bairro da Matinha (Tucuruí-Pa).....	97
Fotografia 03. Calçadão e cais de arrimo na cidade de Tucuruí.....	98
Fotografia 04. Orla da cidade de Altamira antes da construção de Belo Monte ...	103
Fotografia 05. Praça do Mirante (Altamira-Pa).....	112
Fotografia 06. Orla da cidade de Altamira no período recente.....	113
Fotografia 07. Burgo Agrícola do Itacaiúnas	115
Fotografia 08. Orla fluvial de Marabá	119
Fotografia 09. Orla fluvial da cidade de Marabá após a realização de melhorias infraestruturais.....	124
Fotografia 10. Vila Espírito Santo	125
Fotografia 11. Comunidade Pederneira	145
Fotografia 12. Moradia na comunidade Cameté	148
Fotografia 13. Habitações nas margens do Igarapé Altamira	158
Fotografia 14. Festividade do Divino (Marabá-Pa).....	165
Fotografia 15. Bairro Mangal (orla de Tucuruí)	171
Fotografia 16. Dinâmica urbana da feira e do mercado municipal de Tucuruí	172
Fotografia 17. Interior do mercado municipal de Tucuruí.....	173
Fotografia 18. Porto do Km 11	175
Fotografia 19. A comercialização do pescado no Porto do Km 11.....	176
Fotografia 20. Casa de produção de farinha.....	180
Fotografia 21. Residência na comunidade Terra Prometida	188
Fotografia 22. Aspectos econômicos da comunidade Terra Prometida.....	189
Fotografia 23. Espaços pouco modernizados na orla de Altamira	193

Fotografia 24. Chegada de família ribeirinha no Porto da Carroças	194
Fotografia 25. Barracão da Associação de Carpinteiros Navais de Altamira e Xingu (ASCANAX).....	196
Fotografia 26. Reassentamento Urbano Coletivo (RUC Pedral/Tavaquara).....	198
Fotografia 27. A comunidade do Geladinho.....	203
Fotografia 28. Pesca na orla da Marabá Pioneira	205
Fotografia 29. Praça São Félix de Valois, orla Sebastião Miranda e rio Tocantins	208
Fotografia 30. Porto das Canoíñas (orla do rio Itacaiúnas).....	210
Fotografia 31. Reassentamento Urbano Coletivo Jatobá	238
Fotografia 32. Novas obras de contenção das margens dos rios Tocantins e Itacaiúnas.....	250
Fotografia 33. Moradia ribeirinha e peixaria na comunidade Geladinho	251
Fotografia 34. Barragem do complexo hidrelétrico de Tucuruí	272
Fotografia 35. Infraestrutura inacabada no bairro Nova Matinha	274
Fotografia 36. Infraestrutura de lazer e turismo inacabada no bairro Nova Matinha	276
Fotografia 37. Barragem do Sítio Belo Monte	282
Fotografia 38. Margens do Igarapé Altamira.....	285
Fotografia 39. Ponte mista rodoferroviária de Marabá	294
Fotografia 40. Pôr do sol na orla Sebastião Miranda	295
Fotografia 41. Especulação imobiliária na orla de Marabá	297
Fotografia 42. Audiência pública sobre o projeto da hidrovia Araguaia-Tocantins.	326
Fotografia 43. Manifestação na PA 263 (município de Breu Branco)	329
Fotografia 44. I Encontro dos Povos Indígenas do Rio Xingu.....	332
Fotografia 45. Registro do ato simbólico “Pare Belo Monte”.....	334

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACIM – Associação Comercial e Industrial de Marabá
ADA – Áreas Diretamente Afetadas
AIMA – Associação dos Índios Moradores de Altamira
ALBRAS - Alumínio Brasileiro S/A
ALPA – Aços e Laminados do Pará
ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil S/A
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
APA – Área de Proteção Ambiental
APOVO – Associação de Populações Organizadas Vítimas de Obras no Rio Tocantins e Adjacências
ASCANAX – Associação de Carpinteiros Navais de Altamira e Xingu
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CABA – Coordenação dos Atingidos por Barragens da Amazônia
CENTUR – Centro Cultural Tancredo Neves
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAFER – Confederação Nacional de Agricultura
CRAS – Centro de Referência e Assistência Social
CTL – Coordenação Técnica Local
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil
EUA – Estados Unidos da América
FMI – Fundo Monetário Internacional
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras
IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados
ISA – Instituto Socioambiental
LI – Licença de Instalação
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MPF – Ministério Público Federal
MST – Movimento dos Sem Terra
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NFL – Frente Nacional de Luta Campo-Cidade
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMC – Organização Mundial do Comércio
PA – Projeto de Assentamento
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PBA – Projeto Básico Ambiental
PDRSX – Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu
PDST – Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião do Entorno da UHE de Tucuruí

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas da Iniciação Científica
PIC – Projeto Integrado de Colonização
PIN – Programa de Integração Nacional
PPGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA
PPGH – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana USP.
PT – Partido dos Trabalhadores
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
RRC – Reassentamento Rural Coletivo
RUC – Reassentamento Urbano Coletivo
SIN – Sistema Interligado Nacional
TI – Terra Indígena
UFPA – Universidade Federal do Pará
UHE – Usina Hidrelétrica
ZEP – Zona de Processamento de Exportação
ZPVS – Zonas de Preservação da Vida Silvestre

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.	18
CAPÍTULO 1. A REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO, A SUBJETIVIDADE NEOLIBERAL E O PRINCÍPIO DO COMUM	46
1.1. O capital, a reprodução das relações sociais de produção e a subjetividade neoliberal	48
1.2. A produção do espaço, a cidade e o urbano	54
1.3. Cidade, contradições e a produção de territórios	59
1.4. O princípio do comum como alternativa ao desenvolvimento do capitalismo e da subjetividade neoliberal	65
CAPÍTULO 2. A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO E DE TERRITÓRIOS COMUNS EM TUCURUÍ, ALTAMIRA E MARABÁ	78
2.1. Amazônia, padrões de ocupação e modernização do espaço regional	80
2.2. Entre rios, cidades e territórios comuns: sobrevivências, contradições e conflitos em Tucuruí, Altamira e Marabá	87
CAPÍTULO 3. OS SUJEITOS “INVISÍVEIS” E SEUS TERRITÓRIOS DE USO COMUM: ESTRATÉGIAS E ALTERNATIVAS DE REPRODUÇÃO SOCIOESPACIAL NA AMAZÔNIA	128
3.1. O percurso metodológico de campo, os sujeitos e as estratégias de investigação	130
3.2. Os territórios comuns na Amazônia: recurso coletivo, contradição e conflitos em Tucuruí, Altamira e Marabá	136
3.3. Os territórios comuns dos “invisíveis”: protagonismos e princípio político dos sujeitos dos rios e da floresta	212
CAPÍTULO 4. O PÚBLICO, O PRIVADO E OS TERRITÓRIOS DE USO COMUM EM REALIDADES AMAZÔNICAS EM TRANSFORMAÇÃO	255
4.1. A esfera pública, a esfera privada e o princípio do comum: dimensões da atividade humana	257

4.2. Esfera pública, esfera privada e os territórios comuns no contexto amazônico.....	267
CONSIDERAÇÕES FINAIS	346
REFERÊNCIAS.....	356
Apêndices	370

INTRODUÇÃO

Em função da pluralidade de relações, de temporalidades e de espacialidades que na região se apresentam, o espaço amazônico tende a se dinamizar em função de ser uma sociedade diversamente territorializada e que cada vez mais se caracteriza pela multiplicidade de apropriações, de acréscimos, de subtrações e também de resistências, sejam elas operárias, indígenas, caboclas ou camponesas.

Saint Clair Cordeiro da Trindade Júnior

A presente pesquisa de doutorado está relacionada ao processo de desenvolvimento do capitalismo associado ao cercamento¹ de recursos hídricos e florestais amazônicos, e aos conflitos e movimentos de resistências em defesa dos territórios² de usos comuns, especialmente os rios e suas margens, em face do processo de modernização do espaço impulsionado por projetos de natureza turística, hidrelétrica e logística, que são implantados ou estão projetados para as realidades paraenses de Tucuruí, Altamira e Marabá.

Para entender o tema proposto, inicialmente é necessário destacar que, diante do processo de modernização territorial que ocorre em nível nacional, a análise crítica da realidade brasileira permite inferir que o país atualmente se constitui em um espaço de crescimento e de intensificação de toda sorte de conflitos urbanos e agrários, de lutas por afirmação de direitos sociais e éticos, de consolidação de estratégias de grupos em defesa do meio ambiente etc. (CASTRO, 2014).

O referido contexto é resultado do modo de produção capitalista – de racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016) – que é adotado como a principal forma de produção e reprodução social, bem como de sua realização diferenciada na estrutura de classes, provocando aumento das desigualdades sociais, dos casos de corrupção, e a subtração de direitos e o não atendimento de demandas dos cidadãos no que diz respeito à infraestrutura, serviços, participação nos processos decisórios e reconhecimento de protagonismos sociais (CASTRO, 2012, 2014).

Dessa forma, para Castro (2014):

[...] a conjuntura atual é de perplexidade e inquietação por parte das forças sociais ou das mobilizações sociais, face ao paradoxo do crescimento econômico, da opção política para construir mega empreendimentos, do crescimento da renda familiar, do fortalecimento de empresas nacionais, apesar do debate que aponta para a desindustrialização no país, e uma radicalização da crítica social às instituições e às formas de (des)regulação vigentes. Mostra, igualmente, um distanciamento nas manifestações e revoltas, dos partidos políticos e, igualmente, de governo que estiveram muito próximos dos movimentos sociais nesses últimos vinte e cinco anos (CASTRO, 2014, p. 100).

¹ Inspirando-se em Harvey (2004), destaca-se que os cercamentos dizem respeito ao processo de expansão da propriedade privada capitalista e da lógica de mercado ocorrida no período contemporâneo. Isso se dá através da dominação econômico-política do espaço e de seus recursos para fins de acumulação, e, também, por meio da produção de barreiras/restrições de acesso e uso dos recursos para segmentos da população que não estão inseridos nos circuitos do grande capital.

² O território, no presente trabalho, é abordado a partir de sua perspectiva geográfica integradora, que entende a territorialização dos diferentes sujeitos tanto como um processo de domínio (político-econômico), quanto de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos (HAESBAERT, 2009). Tal apropriação é definida sob forte inspiração lefebvriana, isto é, no sentido daqueles grupos que têm a possibilidade, na sua dimensão vivida, de usufruir plenamente do espaço (HAESBAERT, 2014).

São críticas e insatisfações direcionadas ao modelo desenvolvimentista hegemônico, que está assentado em ações que culminam na mercadificação dos espaços da cidade, nos megaprojetos de investimentos sem resultados evidentes na alteração da matriz social, na (in)transparência de acordos multilaterais e na produção intensiva de *commodities*³ (vegetais, minerais, energéticos) (CASTRO, 2014). É a partir disso que são produzidas injustiças sociais e, ao mesmo tempo, ocorre o avanço da reprodução das relações capitalistas de produção no sentido destacado por Lefèbvre (1973, 2008b).

Isso significa que o capitalismo e a sua razão de mundo, ao se reproduzirem, não deixam, concomitantemente, de engendrar suas próprias contradições e conflitos sociais (LEFÈBVRE, 1973; HARVEY, 1980); processos estes que, por vezes, manifestam-se através de resistências e do surgimento de projetos alternativos de reprodução social, pois

o que é próprio e característico dessa sociedade, e do predomínio que há nela das leis de mercado sobre quaisquer outras leis sociais, é o desenraizamento, a destruição das relações sociais tradicionais e, portanto, a exclusão das pessoas em relação àquilo que elas eram e àquilo que elas estavam acostumadas a ser. Por que o capitalismo faz isso? O capitalismo faz isso para incluir. Por que é que precisa incluir? Porque ele precisa transformar cada ser humano, não importa a cor, altura, tamanho, peso, beleza, em membro da sociedade capitalista [...] (MARTINS, 2008, p. 120).

Assim, interpretar criticamente o avanço do capitalismo, principalmente diante do atual contexto neoliberal, que é marcado pelo aprofundamento da generalização da *forma-empresa* em todas as dimensões da vida (MENDES; CAVA, 2017), pressupõe atentar para o conjunto de discursos, de práticas e de dispositivos que determinam um novo modo de orientação social assentado no princípio da concorrência, do empreendedorismo e da liberdade de mercado que não prescinde da intervenção estatal. As referidas características transformaram profundamente o capitalismo e a sociedade a partir da década de 1980. É nesta perspectiva que se vislumbra a racionalidade atual do capitalismo, não apenas como uma ideologia e/ou um tipo de política econômica, sendo, em realidade, um sistema normativo e jurídico que ampliou a sua influência no mundo inteiro, estendendo a lógica do capital

³ Commodity é uma palavra de origem inglesa, datada dos séculos XV e XVI, que significa um “artigo de comércio” ou, simplesmente, “mercadoria”, podendo ser definida como uma mercadoria (agrícola, mineral, energética, ambiental etc.) padronizada, em estado bruto ou primário, de baixo valor agregado e de grande importância no mercado internacional. De maneira geral, as *commodities* são produzidas por diversos grupos, em diferentes contextos socioespaciais, e os seus preços são definidos pelo mercado (bolsa de valores) (SANDRONI, 1999; MAUAD, 2009).

neoliberal a todas as relações sociais e esferas da vida (atividades de trabalho, comportamentos, subjetividades) (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017).

Diante desse contexto é que ocorre a difusão do capitalismo e o avanço e/ou afirmação dos ideais neoliberais na Amazônia brasileira, que se expressam por meio de estratégias governamentais e empresariais voltadas para a região, revelando, notadamente, o aumento do interesse pela exploração dos recursos naturais, inclusive para além de suas fronteiras políticas. É nesse sentido que Castro (2012) destaca que a Pan-Amazônia⁴ ocupa uma posição central na geopolítica desenvolvimentista brasileira. Soma-se a isso o fato dos Estados nacionais, “vizinhos” à região, também se movimentarem economicamente na direção da expansão da fronteira, que é concebida como um espaço estratégico e um campo aberto à produção de *commodities* com a vantagem competitiva de facilidade de escoamento para o mercado mundial.

Por outro lado, diversos grupos e movimentos sociais regionais contestam essas práticas de avanço neoliberal e de concentração de poder por parte do Estado e dos agentes mais capitalizados. Trata-se de um movimento que se dá através de estratégias de defesa em contextos diferenciados, nos quais grupos de identidades diversas⁵, que se autodenominam ribeirinhos, indígenas, quilombolas, agricultores, oleiros, barqueiros etc., e os movimentos sociais de caráter urbanos e rurais, desenvolvem práticas barulhentas, silenciosas, organizadas politicamente ou mesmo “desorganizadas”, mas sempre subversivas às tentativas do Estado e do grande capital de exacerbar o controle sobre as pessoas e sobre os seus territórios (CASTRO, 2014).

Sobre essas contestações e resistências, Trindade Jr. (2014) enfatiza que:

em função da pluralidade de relações, de temporalidades e de espacialidades que na região se apresentam, o espaço amazônico tende a se dinamizar em função de ser uma sociedade diversamente territorializada e que cada vez mais se caracteriza pela multiplicidade de apropriações, de acréscimos, de subtrações e também de resistências, sejam elas operárias, indígenas, caboclas ou camponesas (TRINDADE JR., 2014, p. 276).

⁴ A Pan-Amazônia é composta pelos seguintes países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela.

⁵ De maneira geral, para o presente trabalho, os grupos sociais (indígenas, ribeirinhos, quilombolas, agricultores, extrativistas, marisqueiros etc.) serão analisados a partir de suas lutas comuns, levando-se em consideração, nesse sentido, suas autoidentificações identitárias e as particularidades que os caracterizam. No entanto, isso não quer dizer que não existam inter-relações, imbricações e tensões entre os conteúdos socioespaciais e o processo de construção das identidades que os definem enquanto grupos e sujeitos de seus territórios.

Assim, é por meio desse (des)encontro de lógicas, de movimentos e de dinâmicas recentes ligadas ao processo de modernização em curso, que se dá a produção da cidade e do urbano na Amazônia (OLIVEIRA, 2000), num embate entre tempos sociais contraditórios, discordantes, e as estratégias de enfrentamento e de resistências aos intentos de efetivação da racionalidade do capital. Tal situação se consolida pela permanência de usos, de práticas, de processos de trabalho (pesca marinha e fluvial, agricultura de subsistência, extrativismo vegetal, artesanato etc.) e pela existência de lutas sociais cujo principais objetivos são a afirmação de direitos (CASTRO, 2008, 2014) e a reprodução de modos de vida em territórios já estabelecidos (no campo ou na cidade), o que constitui contradições entre o espaço que se concebe e o espaço que demarca vivências cotidianas regionais (TRINDADE JR., 2014).

Partindo desses princípios, complexidade e contradições, destaca-se que a cidade (forma) e o urbano (modo de vida) não se configuram e/ou devem ser pensados exclusivamente como expressões da sociedade moderna, capitalista, pois não são apenas organizados, normatizados e instituídos sob essa condição; eles são também transformados, apropriados e (re)apropriados por diversos grupos sociais, segundo suas estratégias, demandas, lutas e por meio de diferentes ideologias e trajetórias socioespaciais (LEFÈBVRE, 1973, 2006).

Dessa forma, pensar o urbano e as cidades amazônicas pressupõe entendê-los como realidades impregnadas de história. Por conta disso, estes só podem ser tratados levando-se em conta os processos sociais que os constituíram ao longo do tempo. Assim, apesar de terem seus direcionamentos dados pelas dinâmicas hegemônicas do presente (sociedade moderna, capitalista, neoliberal), diversas urbes regionais contêm uma história ligada (material e simbolicamente) ao valor de uso dos rios e da floresta; isso porque suas existências revelam contornos, projetos e finalidades que, para serem explicadas, precisam ser datadas e devidamente contextualizadas no tempo e no espaço no qual foram produzidas (TRINDADE JR., 2014).

São condições regionais específicas e manifestações de contradições e conflitos que não podem ser considerados exclusivamente econômicos, pois, na Amazônia, apresentam dimensões culturais, políticas e ideológicas que retratam o vivido de quem historicamente o construiu (OLIVEIRA, 2000). É nesse sentido que se

destaca que os rios e a floresta foram e são elementos essenciais quando se pensa a história, os processos de trabalho, as territorializações dos grupos sociais e o cotidiano de diversas cidades (CASTRO, 2008; OLIVEIRA; SCHOR, 2008; TRINDADE JR., 2014). Isso acontece sobretudo em realidades que se situam nas margens dos rios da Amazônia, sejam elas cidades pequenas, médias, ou mesmo em realidades metropolitanas.

Sobre esse aspecto da dimensão ribeirinha, concorda-se com Oliveira e Schor (2008) quando estes destacam que:

na Amazônia ribeirinha na maioria das vezes as espacialidades foram impostas, o que não significa reconhecer, de um lado, que estas formas não são homogêneas; e, de outro, guardam resíduos de relações pretéritas como sinais de resistências. Na verdade, a espacialidade das cidades revela as mais diferentes estratégias dos diversos agentes produtores do espaço urbano que buscam, a partir das condições concretas, defenderem seus interesses, o que nos leva a compreender a paisagem como o resultado de determinações das políticas do Estado, das relações sociais de produção, e mais que isso, como depositário de vida, sentimentos e emoções traduzidas no cotidiano das pessoas. Tais relações concretizam-se em espacialidade real, sejam as cidades localizadas na beira do rio, de várzea ou de terra firme (OLIVEIRA; SCHOR, 2008, p. 19).

Assim, o início da ocupação e da colonização do espaço amazônico, a circulação fluvial de produtos, de pessoas, de informações, o avanço de frentes econômicas e o surgimento de diversos aglomerados (que originaram muitos dos espaços urbanos da atualidade) estão articulados aos elementos regionais em comento.

Por outro lado, essa dinâmica socioespacial que referencia rios e floresta sofre transformações diante do estímulo de aproveitamento dos recursos naturais (vegetais, minerais, energéticos etc.), da maior diversificação dos modais de transporte (com primazia do modal rodoviário), das ações do Estado desenvolvimentista (CORRÊA, 1987), das políticas e dos programas governamentais iniciados na década de 1960 (os polos de crescimento, a colonização oficial, os eixos de integração e desenvolvimento, o zoneamento ecológico-econômico etc.) e que se estendem até os dias atuais, das ações de grandes grupos econômicos (nacionais e internacionais), do financiamento das agências multilaterais e dos grandes projetos inseridos no espaço regional.

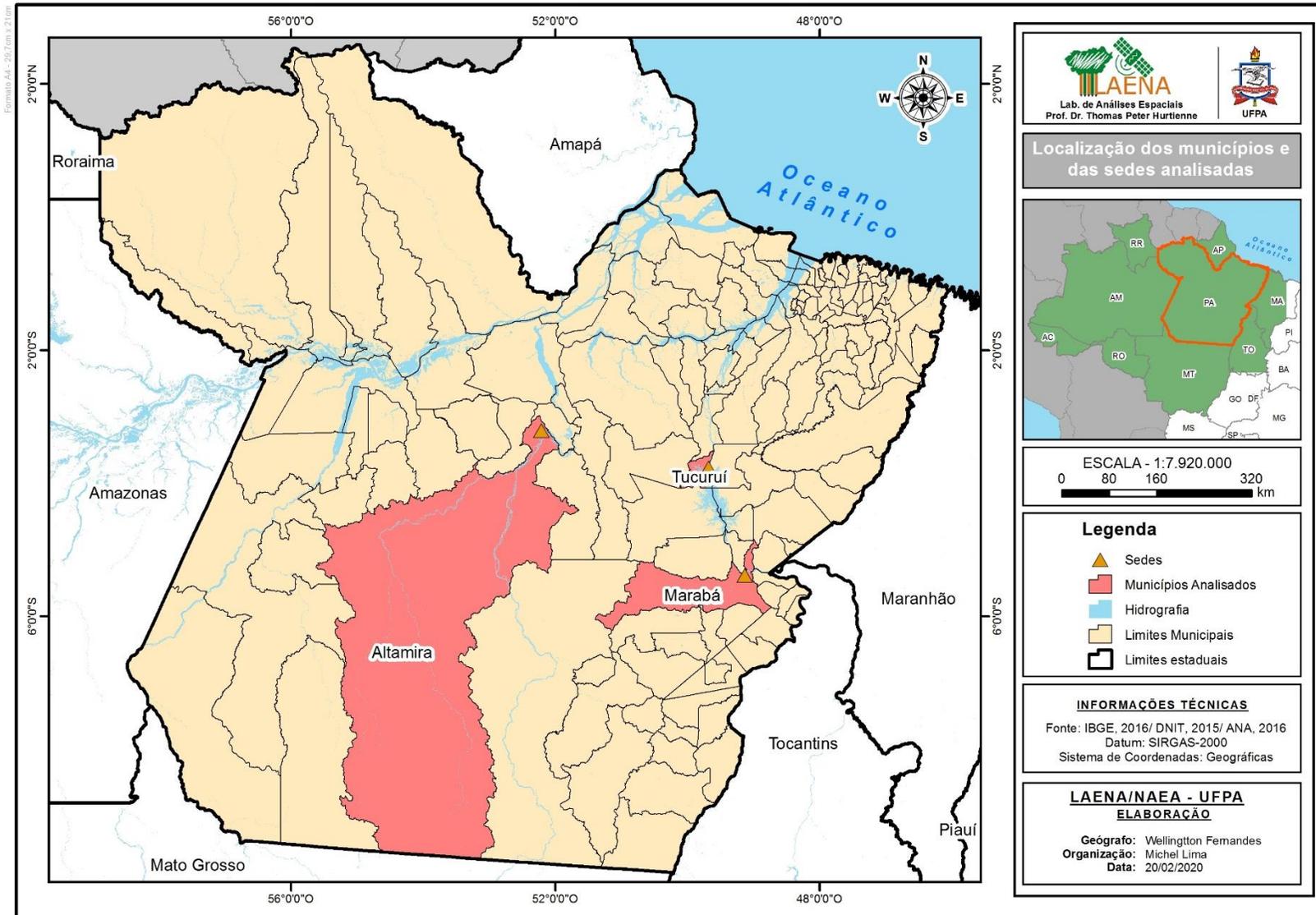
É nesse contexto que os municípios paraenses de Tucuruí, Altamira e Marabá, notadamente suas sedes municipais e, em menor escala, os seus entornos imediatos, destacam-se como os referenciais empíricos deste estudo (mapa 01). As três cidades

inserem-se no processo de modernização do espaço regional, pois suas dinâmicas socioespaciais estão, em diferentes intensidades, associadas a uma temporalidade social historicamente ligada aos rios e à floresta, assim como vinculam-se ao desenvolvimento capitalista na Amazônia e ao momento de (re)valorização de atributos locais, logísticos e “naturais”.

O referido processo de (re)valorização ocorre através da mercadificação de amenidades naturais⁶ e do estímulo e/ou estabelecimento de projetos infraestruturais (turísticos, energéticos [hidroelétricos] e logísticos) nas cidades de Tucuruí (ROCHA; GOMES, 2002; MAGALHÃES, 2007; POMPEU, 2008; ROCHA, 2008; CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014; NOVAES; MARIN, 2015), de Altamira (COSTA, 2004; MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016; MIRANDA NETO, 2016; GLASS, 2016; MAGALHÃES, 2017; PEZZUTI *et al.*, 2018; BARRETO, 2019) e de Marabá (MARIN; TRINDADE, 2009; LIMA, 2013, 2016; SILVA; SANTOS FILHO, 2015; LIMA; TRINDADE JR., 2017); projetos estes que provocam alterações nas dinâmicas socioespaciais dos referidos centros urbanos e nos seus entornos imediatos, produzindo contradições e conflitos sociais entre os mais diversos sujeitos/grupos, quais sejam: representantes do Estado, empresas, populações locais oriundas de espaços urbanos e rurais atingidos direta e indiretamente pelos projetos de infraestrutura, movimentos sociais de abrangência regional etc.

⁶ A (re)valorização das “condições naturais”, da beleza cênica, da localização beira-rio nas cidades estudadas dizem respeito aos incrementos infraestruturais recentes (construção de calçada, muro de arrimo, pavimentação de vias, iluminação pública, obras de requalificação urbana, construção de quadras de esporte, de praças, de “praias” artificiais, parques urbanos, sambódromos, mirante etc.) que se deram com o objetivo de estimular o turismo, o lazer e o comércio (bares, boates, casas de show, academias, restaurantes) local e regional.

Mapa 01 – Localização dos municípios e das sedes municipais de Tucuruí, Altamira e Marabá



Dessa forma, tem destaque substancial a localização privilegiada das cidades, que estão situadas em importantes corredores de exportação e em trechos de linhas de queda (*fall line*) sul-americanas, isto é, na proximidade de trechos encachoeirados e alinhados, nos quais entram em contato terrenos cristalinos⁷ (mais antigos e resistentes) e sedimentares⁸ (mais novos e menos resistentes), os pontos ótimos para a implantação de empreendimentos hidrelétricos (AB'SABER, 1967, 2005; COSTA, 2004).

Tal condição confere às cidades de Altamira, Marabá e Tucuruí o *status* de cidades de linha de queda (*fall line towns*) amazônicas (AB'SABER, 1967, 2005; COSTA, 2004), espaços urbanos que possuem uma importância fundamental no atual contexto de desenvolvimento do capitalismo em função do aproveitamento das águas para a produção de energia, com destaque para as hidrelétricas de Tucuruí e Belo Monte, que já foram construídas, e para o projeto da hidrelétrica de Marabá.

Por fim, no que diz respeito ao potencial logístico e locacional, também tem relevância para a análise outro moderno empreendimento capitalista projetado para o rio Tocantins, a hidrovía Araguaia-Tocantins, que consiste numa plataforma de escoamento da produção de *commodities* agrícolas e minerais, provenientes da região Centro-Oeste do país.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo na região, ao mesmo tempo que propiciou uma maior conectividade, dotando a Amazônia de certa infraestrutura e inserindo-a no “receituário” da economia neoliberal nacional e global, aumentou os conflitos socioterritoriais que envolvem diferentes sujeitos (locais e regionais) a partir da intensificação da exploração de recursos naturais, do desmatamento, do latifúndio etc. (CASTRO, 2012).

Esses efeitos polarizadores que o empreendimento energético, mineiro ou industrial exerce transformam o padrão de ocupação regional reorganizando o espaço anterior, já que, ao se implantarem, esses projetos alteram os padrões históricos de localização das atividades; grandes complexos hidrelétricos e obras de infra-estruturas rompem com as formas de organização que preexistiam, provocando a desarticulação de sua estrutura socioeconômica, demográfica e espacial. Reorientam os fluxos migratórios, induzem o surgimento de novos sistemas de emprego e produção, provocam

⁷ Depósitos compostos por rochas magmáticas nas quais aparece um grande número de cristais que constituem o seu terreno. Esse tipo de rocha (cristalina) não contém fósseis, pois sua origem é interna, resultante da subida do magma em estado de fusão e de seu posterior resfriamento (GUERRA; GUERRA, 2008).

⁸ Depósito de substâncias formados pela deposição de sedimentos ou de substâncias que podem vir a ser mineralizadas. Os depósitos sedimentares são resultantes da desagregação ou mesmo da decomposição das rochas primitivas. Sua origem pode ser fluvial, pluvial, marinha, glaciária, eólica, lacustre e vulcânica (GUERRA; GUERRA, 2008).

o êxodo rural e a urbanização, o desenvolvimento de novos padrões de consumo e promovem a integração e maior dependência regional com o exterior (ROCHA, 2008, p. 36).

É diante dessa complexidade que as cidades se manifestam enquanto formas-conteúdo, estando associadas à expansão de novas atividades regionais, ou mesmo servindo como o suporte destas, tanto no plano econômico quanto no plano político e institucional (TRINDADE JR., 2015).

São importantes também por serem foco de mobilizações de populações e movimentos sociais locais e regionais. Estes, para Castro (2012), por conta da necessidade de manutenção de seus territórios, de suas práticas sociais e dos saberes relativos ao espaço amazônico, têm produzido leituras do processo de avanço do grande capital e das ações do Estado no contexto neoliberal, assim como protagonizam resistências e articulações que revelam novas formas de dominações incorporadas ao modo de implantação dos projetos de infraestrutura e às práticas de agentes que promovem desterritorializações, violando direitos sociais e étnicos na extensão da Pan-Amazônia (CASTRO, 2012).

A referida situação leva, em diferentes intensidades, à aproximação, ao diálogo e ao processo de luta e defesa coletiva dos rios e dos territórios situados em suas margens, os espaços de vida de diferentes grupos sociais impactados direta e indiretamente por ações modernizantes patrocinadas pelo poder público, pelas grandes empresas, pelas instituições financiadoras multilaterais etc. Soma-se a isso o amadurecimento de uma consciência política que (re)afirma protagonismos sociais locais e regionais, através de ações que envolvem o reconhecimento da produção histórica e vivida do espaço, a autonomia dos grupos e suas resistências. Isso ocorre em Tucuruí (ROCHA; GOMES, 2002; ROCHA, 2008; MAGALHÃES, 2007; NOVAES; MARIN, 2015), Altamira (COSTA, 2004; ALONSO; CASTRO, 2006; ALMEIDA; MARIN, 2014; GLASS, 2016; PEZZUTI, *et al.*, 2018; BARRETO, 2019) e Marabá (LIMA, 2013, 2016; MARIN; TRINDADE, 2009; SILVA; SANTOS FILHO, 2015; LIMA; TRINDADE JR., 2017).

Assim, foram essas preocupações teórico-empíricas ligadas ao avanço do grande capital no espaço amazônico e as indagações referentes a toda essa cooperação entre diferentes sujeitos, o surgimento de resistências, de lutas para manutenção do valor de uso dos rios, dos territórios coletivos e o reconhecimento de protagonismos sociais de uma grande diversidade da população regional que

motivaram o desenvolvimento da presente pesquisa. Ademais, é importante destacar que a análise desse processo possibilitou o entendimento de que os rios e os espaços coletivos a eles vinculados (suas margens fluviais) apresentam-se enquanto territórios de uso comum na Amazônia, elementos socioespaciais que são animados por um princípio político, o do que é comum e partilhado coletivamente, que nega os ideais capitalistas e a subjetividade neoliberal.

Inspirando-se em Harvey (2013, 2014), destaca-se que os comuns são definidos como recursos provenientes de dinâmicas de grupos sociais e de práticas coletivas e cooperativas que produzem um tipo de relação sociedade-natureza que configura territórios (HAESBAERT, 2009, 2014) de valores de uso comum em um determinado referencial socioespacial.

De maneira complementar ao sentido anteriormente apresentado, também é importante frisar que para Dardot e Laval (2016, 2017, 2018) o comum configura-se também como uma esfera colaborativa e insurgente da atividade humana, pautada em um princípio político central que se remete a um sistema de práticas que emana dos movimentos sociais, de suas lutas e de suas experiências diretamente contrárias à racionalidade neoliberal. Por conta disso, o princípio do comum desponta como uma potência capaz de transformar o conjunto das relações sociais a partir de modos alternativos de organização e de produção descentralizados, autônomos, assentados em uma subjetividade e/ou ideais coletivos, cooperativos e nas apropriações práticas dos sujeitos.

É nesse sentido que se destaca como objeto de estudo a produção social dos rios e dos espaços associados às suas águas enquanto territórios comuns (recursos de uso coletivo, espaços de contradições e conflitos ante o avanço do capital e princípio político regional) vinculados ao processo de modernização decorrente de projetos infraestruturais diversos, ocorridos, estimulados e projetados para Tucuruí, Altamira e Marabá.

O objeto de estudo configura um ponto de partida importante para o entendimento da atual dinâmica de produção do espaço da Amazônia, o que envolve a análise das estratégias e das ações do grande capital, do Estado, das agências financiadoras multilaterais etc., e os conflitos sociais e resistências por eles engendrados, numa perspectiva teórico-empírica que valoriza as lutas de sujeitos/grupos sociais que cotidianamente produzem o espaço regional.

Com base nos elementos apresentados é que são destacadas as seguintes questões norteadoras da pesquisa:

- quais os resultados do processo de modernização do espaço decorrentes de projetos infraestruturais (turísticos, hidrelétricos, logísticos) projetados e implantados nas cidades Tucuruí, Altamira e Marabá, e em seus entornos imediatos?
- os rios Xingu, Tocantins e Itacaiúnas, e os espaços de usos coletivos ligados às suas águas podem ser considerados territórios de uso comum? Por quê?
- existem resistências, conflitos e estratégias políticas de (re)apropriação dos rios e dos territórios de usos coletivos vinculados às águas nas três realidades consideradas? Em caso positivo, quais as potencialidades socioespaciais e políticas por elas reveladas?

A definição das questões-problema é importante, pois elas expressam indagações norteadoras e motivadoras deste trabalho, da mesma maneira como apontam possibilidades de avanços em relação aos estudos já realizados, sobretudo os que apresentam pontos de interseção/diálogo com o tema da presente pesquisa de doutorado.

Dessa forma, justifica-se o desenvolvimento desta tese pela necessidade de colocar-se sempre crítico às estratégias de avanço do grande capital (reaproveitamento capitalista das águas), dos ideais neoliberais, das ações de grandes empresas e das intervenções do Estado (e suas interações com o setor privado) na Amazônia, assim como pela importância de dar visibilidade aos sentimentos e demandas dos sujeitos e/ou grupos regionais, dos movimentos sociais e suas lutas coletivas (em defesa dos territórios comuns), seus discursos e demais práticas que se opuseram à racionalidade capitalista em diversas situações e em diferentes momentos históricos.

É nesse sentido que também se coloca a necessidade de elaboração de estudos que trabalhem as especificidades das cidades amazônicas, que são espaços produzidos notadamente a partir do cotidiano de quem os constrói (população local e regional). São essas especificidades que determinam contradições e modos diferenciados de relacionamento com o grande capital e o Estado (OLIVEIRA, 2000).

A referida espacialização de sujeitos locais e regionais que historicamente vai se construindo corresponde a reações coletivas que passam pela cultura, pela memória, por gestos e por lutas sociais. São ações concretas de vários grupos que, no espaço vivido, negam e/ou redefinem o espaço percebido e o espaço concebido⁹ e constituem uma espécie de resistência coletiva à tendência homogeneizante perpetrada pelo poder público, pelo capital e por coalizões empreendedoras que se materializam na região (OLIVEIRA, 2000).

Por fim, por se constituírem em núcleos urbanos que apresentam grande centralidade em seus contextos socioespaciais (sudeste e sudoeste paraense), por configurarem espaços de atuação de movimentos de resistências, de conflitos e de afirmação de lutas coletivas, assim como por serem base de apoio de grandes projetos já construídos (hidrelétrica de Tucuruí e de Belo Monte) ou mesmo em fase de concepção e realização estudos de viabilidade (hidrelétrica de Marabá e hidrovias Araguaia-Tocantins), Tucuruí, Altamira e Marabá surgem enquanto importantes recortes empíricos de investigação, pois permitem entender:

- a articulação conflituosa e desigual de diferentes tempos sociais na Amazônia brasileira, que são o moderno-empresendedor e o tempo associado aos rios e aos territórios de usos coletivos animados por suas águas, principalmente a partir da década de 1960, em três cidades que apresentam grande centralidade socioeconômica no Estado do Pará;
- o aproveitamento capitalista das águas e os resultados do processo de modernização de natureza turística, logística e, sobretudo, hidrelétrica, nos corredores de linha de queda na Amazônia, os espaços herdados da natureza e que se constituem em pontos ótimos para a produção de energia hidrelétrica;

⁹ O concebido diz respeito às representações do espaço. Ele liga-se às relações de produção dominantes, à ordem que elas impõem e, desse modo, aos conhecimentos, aos signos e aos códigos que dela são derivados. É representação mental, um produto do saber, da razão moderna. E por isso consiste no espaço dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” da realidade social. O concebido difere do vivido (espaços de representação) e do percebido (prática espacial). O vivido configura o espaço dos habitantes, dos “usadores” e da apropriação, sendo que este jamais se sujeita à coerência, ao homogêneo e aos modelos impostos pela sociedade capitalista. Assim, está ligado ao lado resistente, discordante e insurgente da vida social. O percebido vincula-se à base prática de percepção do mundo exterior, situando-se no plano da consciência cotidiana do processo social. Por isso, acaba tendendo aos limites da constatação e da (re)afirmação da legitimidade das relações sociais já estabelecidas (LEFÈVRE, 2006, 2013; MARTINS, 2008).

- a produção do urbano associado às cidades amazônicas, espaços que acabam se configurando como pontos de apoio, de resistências e/ou de conflitos relacionados aos grandes empreendimentos capitalistas no contexto recente; tudo isso em meio a uma situação especial que envolve o aproveitamento econômico dos rios, de suas margens e das corredeiras de linhas de queda do espaço regional;
- a produção de territórios comuns ligados aos rios e a espaços de usos coletivos de populações urbanas e rurais que têm em suas águas importantes referenciais de produção e de reprodução social, principalmente diante das ações do Estado, do processo de modernização do espaço e dos desígnios da racionalidade de mercado no contexto neoliberal.

O presente trabalho, definido os elementos que os justificam e apresentada a problemática que lhe dá sentido, tem por objetivo geral analisar, à luz do princípio dos comuns, a apropriação de territórios de uso coletivo em face do processo de modernização decorrente do aproveitamento do recurso hídrico para fins de projetos infraestruturais (turísticos, hidrelétricos e logísticos).

O objetivo geral se subdivide em outros três específicos, que são:

- analisar implicações do processo de modernização do espaço decorrente de projetos turísticos, hidrelétricos e logísticos em três cidades (Tucuruí, Altamira e Marabá) situadas em linhas de queda amazônicas;
- identificar e analisar a produção de territórios de usos coletivos sob o princípio político do comum em diferentes momentos do aproveitamento capitalista do recurso hídrico nas três cidades consideradas e nos seus entornos imediatos;
- identificar e analisar resistências, conflitos, estratégias e suas potencialidades políticas em face da (re)apropriação dos rios e dos territórios coletivos vinculados às suas águas nas três realidades selecionadas para pesquisa.

Partindo da problemática apresentada, da justificativa e da definição dos objetivos da pesquisa, a hipótese central que norteia o estudo aqui realizado é a de que o processo de modernização do espaço e o cercamento das águas dos rios, ocorrido nas realidades em foco, acabaram por desencadear contradições e conflitos que se expressam em resistências e em maiores solidariedades entre grupos sociais locais e regionais de identidades diversas, na afirmação de seus protagonismos e na incorporação da defesa dos rios e dos demais territórios comuns às lutas urbanas e rurais no contexto regional.

Esse argumento central reforça-se nos seguintes elementos:

- a modernização capitalista que se deu por meio de projetos infraestruturais ocorridos e/ou projetados para as três realidades em estudo resulta na invisibilização de sujeitos, na negação de demandas e de protagonismos sociais de grupos locais e regionais que historicamente produziram esses espaços;
- existem usos, práticas e identidades materializadas nos territórios comuns vinculados às particularidades amazônicas; estas são provenientes de interesses coletivos e de práticas socioespaciais associadas aos rios e à apropriação material e simbólica de suas águas, assim como também provêm da utilização de recursos florestais regionais;
- as resistências e estratégias de (re)apropriação de grupos sociais permeados por vivências associadas ao valor de uso dos rios e dos territórios comuns a eles vinculados se manifestam por meio de lutas contra agentes hegemônicos (Estado, grandes empresas, coalizões empreendedoras locais e regionais etc.), pela sua insistência em permanecer nesses territórios e pelo desenvolvimento de ações solidárias e articulações políticas pautadas no reconhecimento de seu protagonismo social, na reafirmação de suas identidades coletivas e no atendimento de suas demandas.

O método científico de investigação que embasa o estudo é o materialismo histórico e dialético, que analisa criticamente as contradições existentes dentro da sociedade moderna, capitalista (HARVEY, 1980; DEMO, 1981), bem como o processo produtivo e gerador de riquezas sociais (MARX, 1983, 2017) e a reprodução de relações sociais de produção no contexto recente (LEFÈBVRE, 1973). Por estas

características gerais, entende-se que ele possibilita ler criticamente o processo de modernização do espaço e o avanço do capitalismo na Amazônia, sobretudo em cidades localizadas em linhas de queda regionais.

Este método compreende a noção da dialética relacional, que fusiona a teoria abstrata à prática concreta (MARX, 1983), permitindo, com isso, a criação de uma prática-teórica por meio da qual o homem pode transformar a história ao invés de apenas ser “moldado” por ela (HARVEY, 1980).

O materialismo histórico e dialético tem como princípio analítico central o caminho que vai do concreto até as determinações mais abstratas e precisas, contextualizando cada elemento no todo social (leis, momentos, regras da produção social etc.). Identifica relações mais numerosas, chegando a conceitos cada vez mais simples, sempre tendo por base a relação histórico-concreta (material) com a natureza e com os modos de produção decorrentes dessa relação (MARX, 1983, 2007; HARVEY, 1980).

O método também adota uma perspectiva relacional, de acordo com a qual não são nem os elementos (as partes) e nem o todo (a totalidade dominante e existente independente de suas partes) que se explicitam isoladamente, mas são as relações entre os elementos (relação entre o todo e suas partes numa perspectiva dialética) que contam para a análise crítica da realidade. Sobre a relação sujeito-objeto, estes não são vistos como entidades separadas e autônomas, mas sim como existências que estão sempre interagindo e sendo estruturados relacionalmente (HARVEY, 1980).

Assim, os conceitos e as categorias analíticas, como a reciprocidade¹⁰ e a interação universal¹¹, os conflitos sociais, o movimento da história (que tem na humanidade e em seus projetos políticos, em suas ações, o seu principal elemento impulsionador), a contradição (ideia de tese, antítese e síntese), a aparência (mediato, sensações, primeiras impressões) e a essência (o mergulho na existência do imediato, na sua característica de ser, em seus aspectos essenciais) (MARX, 1983; LEFÈBVRE, 1995) estão sempre situados em relação ao modo de produção e suas estruturas, aos conflitos e contradições, e, evidentemente, às transformações a eles relacionados.

¹⁰ Para esse princípio, o fim de algo é também o seu começo, ou recomeço, e todas as coisas estão vinculadas e são vinculantes, causadas e causantes, de modo interno e externo, graças à determinação e ao seu fim (LEFÈBVRE, 1995).

¹¹ Esse princípio eleva a um nível superior as noções de relação, de identidade e de diferença, de posição e contradição. Isso porque é no quadro dessa interação universal que as relações e as contradições aparecem unidas e atuando umas sobre as outras (LEFÈBVRE, 1995).

Sobre esse método, Demo (1981) destaca:

é fácil ver que as categorias gerais da dialética se aplicam convenientemente ao pensamento marxista: historicidade, processo, mutação, conflito etc. É uma visão muito dinâmica da história e levantou um instrumental importante de interpretação do capitalismo. A despeito das críticas, é de reconhecer que, na interpretação do fenômeno capitalista, é inevitável pelo menos um diálogo com Marx (DEMO, 1981, p. 156).

O referido autor, Demo (1981), assim como Gottdiener (2010) e Casanova (2006), reconhecem a importância desta vertente da dialética, o que não lhes impede de apresentar várias críticas a esse método, sobretudo quando se trata de sua perspectiva mais tradicional de análise. Dentre essas críticas, destacam-se: o desconhecimento dos novos sistemas hierárquicos de cooptação do trabalhador; a importância do espaço e de outros fatores externos ao processo produtivo para o desenvolvimento do capitalismo; o determinismo econômico – primazia da dimensão econômica em detrimento de outros níveis da realidade socioespacial –; a aplicação, em seus fundamentos teórico-metodológicos, de uma dialética finalista, fechada, “messiânica”, que não admitiria a existência de conflitos após a superação do principal embate dentro do modo de produção capitalista, que é o conflito existente entre os proprietários dos meios de produção (burguesia) e o proletariado (trabalhador); a necessidade de reconhecer a pluralidade de sujeitos explorados pelo grande capital e o seu potencial de transformação social etc.

Por outro lado, as análises desses autores, embora sejam contundentes em diversos aspectos, referem-se a um tipo de marxismo mais “tradicional”, fetichizado e dogmático, que também é muito criticado por Lefèbvre (1973, 2006, 2008a, 2008b, 2013), Martins (1996) e Dardot e Laval (2017, 2018).

Além disso, é importante destacar que destes, o primeiro autor citado (Henri Lefèbvre), grande pensador e estudioso das proposições de Karl Marx, realizou um retorno crítico à dialética do materialismo histórico, apontando, inclusive, muitos de seus limites e de suas possibilidades teórico-metodológicas de análise da realidade (MARTINS, 1996). Para ele, o marxismo ortodoxo, seja sob os auspícios do cientificismo moderno (raciocínio simplista, formal, que separa os elementos da realidade social e os analisa a partir de disciplinas parcelares que não dialogam), seja em função de aspirações político-ideológicas (aspecto revolucionário da classe trabalhadora, foco no economicismo etc.), acaba afastando os conceitos e análises da práxis, da realidade, não levando em consideração a reprodução das relações

sociais de produção no sentido amplo e em diferentes contextos socioespaciais (LEFÈBVRE, 1973, 2008b).

É dessa forma que o uso (como um método interpretativo) do materialismo histórico-dialético, sobretudo na vertente que tem como referência o autor Henri Lefèbvre, é essencial para a tese aqui apresentada, que está assentada na leitura crítica do processo de produção do espaço, de suas contradições, da pluralidade de seus conflitos e da afirmação dos territórios comuns contrários ao desenvolvimento do capitalismo. Isso porque permite entender outra das principais características do modo de produção capitalista, como a tendência ao desenraizamento e à exclusão, isto é, uma tendência histórica de destruir (por acumulação primitiva ou espoliação [HARVEY, 2004]), de incorporar precariamente ou mesmo de recriar relações sociais não-capitalistas com objetivos de acumulação de capital (MARTINS, 2008, 2009, 2011).

É justamente pela necessidade de atentar para as especificidades de reprodução das relações sociais de produção e para a hegemonia capitalista que se fez o uso desse método. Trata-se de uma hegemonia que se difunde por meio de relações de dependência e exploração, pela difusão de ideologias e de valores (produzindo subjetividades moderno-capitalistas), pelas destruições e recriações de espaços e da vida, pelas ações do Estado e dos grandes grupos econômicos em busca de acumulação etc. Por outro lado, o materialismo histórico-dialético também é utilizado para interpretar as contradições engendradas e fundadas na *práxis* e em contextos socioespaciais diferenciados. É o caso da Amazônia brasileira e das realidades selecionadas para investigação nesta tese de doutorado.

Evidentemente que analisar a produção dos territórios comuns, na atualidade, pressupõe afastar-se do entendimento de que o processo de separação entre o produtor direto (individual ou familiar) e os meios de produção são uma sequência nefasta e “necessária” de destruição do vínculo imediato entre o trabalho e a propriedade para o avanço do movimento da história, rumo à concentração do capital e à socialização dos trabalhadores, nos moldes previstos por Marx (DARDOT; LAVAL, 2017).

Assim, contestar o cercamento dos territórios comuns consiste em entendê-los como relações antagônicas centrais diante do avanço do capitalismo e de suas estratégias de manutenção de *status quo* (MENDES; CAVA, 2017). Nesse sentido,

retoma-se o processo de crítica à propriedade privada como condição absoluta de produção de riqueza social (DARDOT; LAVAL, 2017).

Enfrentar essa questão coloca a necessidade de indagar-se sobre as novas condições de luta que os trabalhadores e os cidadãos encontram cotidianamente, e

[...] isso pressupõe não se ater ao postulado sociológico ou econômico para o qual o comum nasce “naturalmente” da vida social ou da acumulação do capital. Temos de conceber outro modelo teórico do comum, um que explique melhor a criatividade histórica dos homens e, portanto, seja mais “operacional” no plano estratégico. Esse outro modelo teórico parte das práticas coletivas e das lutas políticas, colocando-as no centro da análise e não as toma apenas como “resistências” à dominação e como “contestações” à ordem: ele as resgata teoricamente como fontes de instituição e direito. Pois parece ser o momento de pensarmos de modo sistemático a *instituição do comum* (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 240, grifos dos autores).

Assim, é tendo por base o materialismo histórico e dialético, a teoria da reprodução das relações sociais de produção e a emergência dos comuns como elemento central de análise das formas alternativas ao avanço do grande capital no contexto neoliberal, que se aponta a necessidade de desenvolver um olhar mais cuidadoso sobre a realidade amazônica.

Nesse sentido, realizar uma retomada histórico-geográfica sobre o espaço regional também se constitui em um procedimento indispensável para o entendimento da produção do espaço em Tucuruí, Altamira e Marabá, que são realidades cuja complexidade e contradições se manifestam tendo em vista diferentes estratégias, formas de apropriação e uso dos recursos existentes, que estão associados, respectivamente, tanto ao início da ocupação regional e ao vivido que entrelaça rios, floresta e os territórios comuns que por eles foram e são influenciados, quanto ao processo de modernização capitalista da Amazônia e as contradições por ele engendradas.

Para entender essa dinâmica é necessário, então, analisar o presente e retornar ao passado, revisitando importantes fatos e processos que imprimiram suas marcas na paisagem ao longo do tempo; estes que revelam formas diferenciadas de produção social, pois

[...] um duplo movimento impõe-se ao conhecimento, desde que existem tempo e historicidade: *regressivo* (do virtual ao atual, do atual ao passado) e *progressivo* (do superado e do *finito* ao movimento que declara esse *fim*, que anuncia e faz nascer algo novo) (LEFÈBVRE, 2008a, p. 31, grifos do autor).

É por conta da importância desse movimento que também se toma como elemento estruturador e interpretativo da produção do espaço das cidades de Tucuruí, Altamira e Marabá, e de seus entornos, o método *regressivo-progressivo* (LEFÈBVRE,

2008a; MARTINS, 1996), que compreende, em linhas gerais, um caminho analítico edificado em três momentos: o descritivo, o analítico-regressivo e o histórico-genético.

O primeiro momento, de natureza descritiva, é quando a complexidade da vida social deve ser reconhecida através da descrição do visível, sendo identificadas, por conseguinte, a diversidade de relações sociais presentes no espaço em foco. O segundo momento, por sua vez, é analítico-regressivo e leva a mergulhar na complexidade vertical da vida social; esta que se traduz através da coexistência de relações sociais datadas, de características (econômicas, políticas, simbólico-culturais etc.) e dinâmicas diferenciadas, que revelam, nesse contexto, diversas temporalidades e espacialidades inerentes à cidade e ao seu entorno. Por fim, o terceiro momento é histórico-genético e nele ocorre o reencontro com o presente, mas um presente (por conta dos dois outros momentos citados) elucidado e explicado, cujos desencontros são também desencontros de tempos e, portanto, de possibilidades, de alternativas não consumadas, de necessidades não atendidas e de virtualidades não realizadas (MARTINS, 1996).

É dessa forma que se destaca a importância do método regressivo-progressivo, que permite reconstruir discontinuidades reveladoras de espacialidades e de temporalidades desconstruídas e desiguais, bem como outros importantes elementos da formação socioespacial da região amazônica, com ênfase, evidentemente, nos recortes analíticos da presente pesquisa.

Sobre o método de investigação adotado, no intuito de abordar criticamente a produção social dos rios e dos demais territórios comuns analisados, ressalta-se que a tese de doutorado aqui apresentada possui um caráter eminentemente qualitativo, isto é, faz uso de uma análise da realidade que rompe ou se coloca como uma alternativa às pesquisas estritamente quantitativas e estatísticas (MINAYO, 1994; GROULX, 2008).

A pesquisa qualitativa, em linhas gerais, tem por base um tipo de análise da realidade que trabalha com o universo de significados, de motivações, de aspirações, de crenças, de valores e de atitudes que correspondem a uma dimensão mais profunda das relações sociais, dos processos e dos fenômenos. Estes não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, de equações, de médias e de dados estatísticos (MINAYO, 1994).

Nesse sentido, tomando por inspiração as proposições de Groulx (2008) e Borges (2009), é essencial precisar que a pesquisa qualitativa apresenta um maior aprofundamento da análise dos aspectos da vida em sociedade, levando em consideração a multiplicidade de perspectivas, de situações e de maneiras as quais os sujeitos se adaptam aos diferentes contextos, fazendo-se uso de um repertório variado de recursos, técnicas, interpretações e formas de sistematização de dados. Por conta disso, trata-se de uma perspectiva de pesquisa mais holística no trato dos problemas e questões sociais, trabalhando-os a partir da compreensão de seus significados, sem negar a possibilidade de maior proximidade com o objeto de pesquisa e, por fim, reconhecendo o caráter político que motivaria o pesquisador a escolher um determinado tema e/ou assunto.

Assim, assumir a perspectiva qualitativa de análise é essencial para se obter uma visão mais aprofundada dos processos estruturais decorrentes do avanço do capital, das ações do Estado, da difusão de ideais neoliberais na Amazônia e os seus desdobramentos no plano local. Além disso, o “olhar” qualitativo possibilita entender de forma mais cuidadosa o significado das resistências e das lutas dos grupos sociais, sobretudo os coletivos que têm na floresta, nas águas dos rios e nos territórios comuns a eles vinculados importantes referenciais de sobrevivência, de sentimentos, de cultura e de reprodução socioespacial.

Do ponto de vista dos procedimentos de investigação, a revisão bibliográfica foi uma das técnicas de pesquisa adotadas. Ela, de maneira geral, busca colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do tema de pesquisa, tratando-se da seleção de um conjunto de obras derivadas sobre determinado assunto, escritas por um ou vários autores, em diferentes épocas (PÁDUA, 2012). No caso do estudo proposto, dentre os principais autores e abordagens revisadas, destacam-se: a) a teoria da reprodução das relações sociais de produção e a teoria do espaço socialmente produzido de Lefèbvre (1967, 1973, 1994, 1995, 2006, 2008a, 2008b, 2013); b) os estudos dos comuns de Hardin (1968), Thompson (1998), Ostrom (2000), Polanyi (2012), Harvey (2013, 2014), Mendes e Cava (2017) e, principalmente, Dardot e Laval (2016, 2017, 2018); e c) a modernização da Amazônia e suas contradições, resistências, conflitos, no qual se sobressaem Alonso e Castro (2006), Barreto (2019), Cardoso (2018), Castro (1988, 2008, 2012), Corrêa (1987), Costa (2004), Glass (2016), Lima (2013, 2016),

Magalhães, Silva e Vidal (2016), Magalhães (2007, 2017), Marin e Trindade (2009), Miranda Neto e Herrera (2016), Miranda Neto (2016), Novaes e Marin (2015), Oliveira (1999, 2000), Oliveira e Schor (2008), Pezzuti *et al.* (2018), Rocha (2008), Trindade Júnior (2010a, 2010b, 2014, 2015) e Trindade Júnior e Madeira (2016).

Também foi realizado o levantamento bibliográfico de caráter histórico-geográfico sobre Tucuruí, Altamira e Marabá, que foi baseado na análise de várias fontes de pesquisa (artigos científicos, jornais, revistas, dissertações, teses etc.). Esse procedimento possibilitou o levantamento de eventos importantes e a análise de processos que ocorreram ao longo do tempo e os seus desdobramentos nos espaços das cidades em foco, assim como permitiu entender as relações dessas cidades com a floresta, os rios e os territórios comuns ligados aos recursos hídricos e florestais.

De igual maneira, ocorreu o levantamento de fontes documentais, assim como de outros dados, primários e secundários, de interesse da pesquisa¹². Os dados primários são dados coletados a partir de fontes primárias e originais. Os dados secundários são aqueles originados de fontes secundárias, que, de alguma forma, já foram sistematizados. Como parte desses dados, tem-se o levantamento e a análise documental, realizados a partir de documentos que apresentem certa autenticidade (PÁDUA, 2012). A análise documental possibilita algum tipo de reconstrução através da leitura crítica e sistemática de documentos (identificando o contexto, os autores, a autenticidade e a confiabilidade, a natureza do texto, os conceitos-chave e a lógica interna do texto) contemporâneos ou retrospectivos, que são fontes potenciais de informação (CELLARD, 2008).

Dentre os documentos selecionados na pesquisa, alguns ganham destaque, tais como: no caso da cidade de Altamira, o Plano Diretor de Altamira (ALTAMIRA, 2011), o Relatório de Impacto Ambiental (Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte [LEME, 2009]), o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRSX) do Xingu (BRASIL, 2018) e o Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PBA) (NORTE ENERGIA S. A., 2011), com ênfase nos projetos de reassentamento, de requalificação urbana de Altamira e no Plano de Gerenciamento Integrado da Volta

¹² Os dados foram coletados em livros, artigos, revistas, jornais, em projetos de intervenção urbana ligados ao aproveitamento econômico das águas dos rios. Os levantamentos se deram em instituições como secretarias de planejamento do Estado, secretarias municipais das cidades, bibliotecas da Universidade Federal do Pará (UFPA), no Centro Cultural Tancredo Neves (CENTUR), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Arquivo Público Municipal, nas bibliotecas existentes nas cidades analisadas, e em demais órgãos/instituições governamentais (a exemplo da Defensoria Pública de Altamira) e nos acervos dos movimentos sociais.

Grande do Rio Xingu, que compõe o PBA; para Tucuruí, o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião do Entorno da UHE de Tucuruí (PDST) (BRASIL, 2018) e correlatos, e o Relatório de Impacto Ambiental da Hidrovia Araguaia-Tocantins (DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, 2018); e, por fim, para Marabá, o PAC Cabelo Seco (PARÁ, 2007) e os planos diretores da cidade (MARABÁ, 2006, 2018).

A análise de conteúdo foi outro procedimento adotado e trata-se de uma técnica utilizada para interpretar os dados coletados (materiais textuais como os projetos de intervenções urbanas voltados para as três cidades, relatórios técnicos, materiais promocionais e midiáticos, entrevistas transcritas etc.), visto que os textos, quando organizados, ilustram pensamentos, sentimentos, memórias, planos e discussões das pessoas (BAUER, 2008). Essa técnica, que faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais, ao descrever, simplificar, organizar e classificar sistematicamente os textos, possibilita uma codificação irreversível a fim de criar uma nova informação sobre o texto. Assim, a análise de conteúdo permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, pré-conceitos e estereótipos em relação a um determinado assunto e/ou tema trabalhado (BAUER, 2008).

A observação sistemática de campo nas áreas de estudo¹³, com inventário e análise da paisagem¹⁴, ajudaram a entender as dinâmicas espaciais e temporais dos territórios comuns, as resistências, as mobilizações políticas e as estratégias de sobrevivência associadas à produção social dos rios e suas margens. Como técnica, ela envolve o registro de fatos com base em experiências, culturas e visões de mundo, e, por isso, não é “passiva”, mas sim um processo ativo e seletivo, sendo precedida

¹³ O foco das análises existentes nesta tese está centrado nas sedes dos municípios de Tucuruí, Altamira e Marabá, que são espaços urbanos direta e indiretamente impactados pelas ações do Estado, das elites locais e do grande capital, da mesma maneira como são pontos de convergência e articulação política de populações e movimentos sociais locais e regionais insatisfeitos com o avanço do capitalismo sobre os seus territórios. Porém, é importante esclarecer que em virtude da amplitude dos impactos do processo modernizante de natureza turística, logística e, principalmente, hidrelétrica, alguns territórios fora do perímetro urbano de Tucuruí, Altamira e Marabá, também foram visitados e incorporados às análises da produção de territórios comuns regionais. Os detalhes e critérios adotados nessa seleção serão apresentados na terceira seção deste trabalho.

¹⁴ De um lado, em seu sentido geográfico, a paisagem é uma marca, que expressa um tipo de sociedade a partir dos vestígios de suas ações, de sua materialidade, que pode e deve ser descrita e inventariada. Por outro lado e de maneira complementar, é também uma matriz, que participa dos esquemas de percepção, concepção e ação, ou seja, da cultura, da política, da produção de sentidos. Assim, a paisagem é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada pela experiência, julgada e, eventualmente, reproduzida por uma estética e por uma moral, sendo, nesse sentido, produzida por ações políticas (BERQUE, 2004).

de hipóteses levantadas pelo pesquisador a partir de sua “bagagem” teórica, de seus interesses objetivos e de suas expectativas em relação à realidade que está sendo investigada (PÁDUA, 2012).

Ademais, o procedimento em comento não foi executado através de uma abordagem “de fora e de longe” (que não leva em consideração as especificidades e a dinâmica local), mas de um olhar “de perto e de dentro”, capaz de apreender os padrões de comportamento e de práticas, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos sujeitos, de variados e heterogêneos conjuntos de grupos sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem das cidades (e em seus entornos) e depende de seus equipamentos e serviços (MAGNANI, 2002). Assim, possibilita a identificação e o mapeamento dos usos coletivos e das práticas desenvolvidas nos territórios comuns; estes que, de uma forma ou de outra, são impactados pelos projetos modernizantes já mencionados.

O uso de diário de campo¹⁵ e o levantamento fotográfico também fizeram parte dos procedimentos adotados nesta tese, sendo que a fotografia auxilia a demonstrar, esclarecer e explicar algum tipo de elemento ou fenômeno. Nesse sentido, oferece aquilo que pode ser visto, tocado, observado pelos olhos (SAMAIN, 1995), isto é, auxilia a tornar visível aquilo que se deseja mostrar.

Para complementar a análise também destaca-se a realização de entrevistas individuais gravadas e realizadas com base em questões semiestruturadas¹⁶ (focadas num tema e/ou problema específico) (GÜNTHER, 2006) com ênfase nos sujeitos e/ou grupos que produzem os espaços das cidades (Tucuruí, Altamira e Marabá) e os territórios comuns ligados às águas – que são impactados pelo processo modernizante –, assim como com comerciantes, técnicos e demais representantes do poder público. Dentre esses sujeitos/grupos, destacam-se a diversidade de populações e comunidades locais, os representantes de movimentos sociais, os

¹⁵ É o registro cotidiano dos acontecimentos observados (PÁDUA, 2012). Por conta disso, consiste em um instrumento ao qual o pesquisador recorre em qualquer momento da rotina do trabalho que está sendo realizado. O diário de campo é como um “amigo silencioso” que não pode ser subestimado quanto à sua importância, pois, diariamente nele se colocam percepções, angústias, questionamentos e informações que não são comumente obtidas através da realização de outras técnicas. Além disso, demanda um uso sistemático que se estende desde o primeiro momento da ida ao campo até o final da investigação científica (MINAYO, 1994).

¹⁶ O roteiro de entrevistas aplicado nos trabalhos de campo está disponibilizado na parte de apêndices desta tese de doutorado.

representantes do poder público em nível local e os comerciantes que têm atuação direta nos referenciais selecionados para estudo.

A entrevista em profundidade (individual) permitiu entender a cosmovisão dos informantes. Nela, o mundo da vida pessoal do entrevistado é explorado com detalhes (o entrevistado possui o papel central). Esse tipo de entrevista refere-se a experiências individuais detalhadas, escolhas e biografias pessoais. Seu objetivo é procurar os sentidos e a compreensão do texto obtido do informante, e, para isso, foi necessário: a) produzir uma transcrição de boa qualidade, que incluiu todas as palavras faladas, mas não as características paralinguísticas; b) transpor o valor aparente do que foi falado; e c) garantir que toda a interpretação esteja enraizada nas próprias entrevistas, de forma a trazer o *corpus* do texto para justificar a análise desenvolvida (GASKELL, 2008).

Ademais, destaca-se que foi realizada a análise e a sistematização de todos os dados coletados, tendo por base o referencial teórico-metodológico adotado, e foi produzida a redação da tese de doutorado, que está estruturada em 4 capítulos centrais e mais as considerações finais.

O primeiro capítulo apresenta os elementos referentes ao marco teórico que subsidiou a pesquisa realizada nas cidades paraenses de Tucuruí, Altamira e Marabá. Assim, inicialmente são elencados temas, abordagens e conceitos centrais para o entendimento da problemática debatida. Destes, destacam-se a teoria da reprodução das relações sociais de produção, da produção do espaço, da cidade e do urbano, e as abordagens sobre o território e a teoria dos comuns. O objetivo do capítulo é fornecer os subsídios teórico-metodológicos que possibilitem a realização de reflexões sobre realidades amazônicas situadas em linhas de queda, de maneira a entender especificidades do processo de reprodução das relações sociais de produção, de produção social dos rios e suas margens (espaços de orlas¹⁷, beira-rio de comunidades rurais e de ilhas) enquanto territórios de usos comuns.

¹⁷ As orlas fluviais das cidades amazônicas são espaços urbanos que desde o início do processo de ocupação regional apresentam íntima relação com a dinâmica da natureza. Por conta disso, configuram formas-conteúdo “naturais” e artificiais com os quais os amazônidas se identificam, moram, tiram o seu sustento e desenvolvem práticas socioespaciais cotidianas que estão ligados ao tempo lento do rio e da floresta (TRINDADE JR.; SANTOS; RAVENA, 2005). Tudo isso a partir de uma multiplicidade de dimensões (econômico-funcional e simbólico-cultural) e em diferentes escalas, que articulam, de forma dialética e no (des)encontro de temporalidades sociais, uma ordem próxima amazônica (local e regional) e uma ordem distante (nacional e global).

A sistematização teórica inicial é o ponto de referência para que, no segundo capítulo, seja realizada uma retomada histórico-geográfica do processo de produção do espaço em Tucuruí, Altamira e Marabá. A proposta é apresentar os principais elementos da formação socioespacial das três cidades, de maneira a entender as relações desses espaços com a floresta e os rios (Tocantins, Itacaiúnas e Xingu) e a formação dos territórios de usos coletivos que apresentam íntimas relações com esses recursos hídricos e florestais.

O terceiro capítulo foca na análise da produção social da floresta, dos rios e dos territórios de valores de uso coletivos permeados por suas águas, como territórios comuns amazônicos. O objetivo é, a partir da análise dos dados qualitativos (observação sistemática, entrevistas realizadas com os sujeitos, registros fotográficos do cotidiano dos territórios e vivência de campo), da identificação das contradições e dos conflitos provocados pelo atual avanço do capital nas realidades estudadas, demonstrar a construção dos territórios comuns enquanto: a) portadores/provedores de recursos de uso coletivos essenciais para a sobrevivência das populações regionais; b) *lócus* por excelência de contradições e conflitos relacionados ao processo de acumulação capitalista; e c) um princípio político regional que se materializa nas lutas dos amazônidas em defesa dos rios e dos demais territórios vividos contra o avanço do capitalismo e dos ideais neoliberais na Amazônia.

O quarto capítulo trata da relação existente entre as dimensões pública, privada e comum da atividade humana, da descrição das principais ações e/ou intervenções modernizantes que se deram em Tucuruí, Altamira e Marabá, assim como problematiza sobre os seus resultados/impactos nos territórios comuns existentes nestes espaços. Assim, nessa seção é realizada uma discussão que tem por base os documentos (plano diretores, ações e projetos de desenvolvimento regional, iniciativas mitigadoras de impactos e condicionantes impostas aos grandes projetos etc.) e os seus conteúdos. De igual maneira, apresentam-se os dados das entrevistas realizadas com moradores e representantes do poder público local, relacionando-os aos dados obtidos pela observação sistemática dos espaços “atingidos” pelo processo modernizante de natureza turística, hidrelétrica e logística. O objetivo do capítulo é tanto apresentar a análise crítica dos resultados das ações do poder público, das coalizões de forças empreendedoras e dos projetos infraestruturais para a produção de territórios comuns em Tucuruí, Altamira e Marabá, quanto, também, o de

desenvolver uma discussão sobre a relação existente entre as dimensões pública, privada e comum no âmbito do processo de produção social nas três cidades estudadas; análise essa *extensiva aos municípios* das quais fazem parte.

As considerações finais consistem num momento de retomada dos questionamentos centrais do trabalho, nos quais é possível demonstrar o encadeamento e a coerência entre a pesquisa e a sua execução, assim como a coesão da sistematização final para o entendimento da questão central, dos objetivos e do argumento basilar da tese, com possibilidade de desdobramentos para estudos futuros.

E, como contribuições teóricas e práticas deste trabalho, destaca-se a apresentação dos pormenores (as estratégias de agentes mais capitalizados e do Estado, as contradições, os conflitos, a afirmação dos territórios comuns) da análise da produção social da cidade e do urbano associado ao desenvolvimento econômico capitalista, sobretudo nas cidades em linhas de queda na porção oriental da Amazônia brasileira, assim como, espera-se dar visibilidade e subsídios às lutas coletivas dos homens/mulheres, grupos e etnias contrários aos avanços do capitalismo de razão neoliberal em âmbito local e regional.

CAPÍTULO I – A reprodução das relações sociais de produção, a subjetividade neoliberal e o princípio do comum

Abdicaremos de falar dos “bens comuns” ou mesmo do “bem comum” em geral. O comum não é um bem, e o plural nada muda nesse aspecto, porque ele não é um objeto ao qual deva tender a vontade, seja para possuí-lo, seja para constituí-lo. O comum é o princípio político a partir do qual devemos construir comuns e ao qual devemos nos reportar para preservá-los, ampliá-los e lhes dar vida. É, por isso mesmo, o princípio político que define o novo regime de lutas em escala mundial.

Pierre Dardot e Christian Laval

1.1. O capital, a reprodução das relações sociais de produção e a subjetividade neoliberal

Analisar o mundo em diferentes escalas (local, regional, nacional e internacional) e em diversas perspectivas perpassa pelo vislumbre de uma série de efeitos e processos estruturais que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, no uso dos recursos, nas relações com o ambiente socialmente construído, nas formas político-institucionais e culturais (HARVEY, 2012). As diferenças mencionadas são bem mais do que legados históricos definidos em função de trajetórias e características “espontâneas”, “naturais”, pois são constantemente produzidas e reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por processos político-econômicos e socioecológicos do passado e da atualidade; estes, por sua vez, guardam íntima relação com a dinâmica de avanço do capital e de suas relações pelo mundo (HARVEY, 2012).

Diante disso, destaca-se a necessidade de se pensar criticamente o avanço do modo de produção capitalista e da reprodução das relações sociais de produção, assim como a importância de se atentar para os mecanismos que lhe dão suporte, justamente para entender os seus resultados nos mais variados contextos socioespaciais.

É nesse sentido que se enfatiza que a reprodução das relações sociais capitalistas de produção não coincide unicamente com a reprodução dos meios de produção (como no passado) e nem com a reprodução ampliada (crescimento da produção e do lucro), mas sim com as ações do capital para manutenção das condições (materiais e sociais) de sua hegemonia em escala mundial, sobretudo a partir do final do século XIX¹⁸ (LEFÈBVRE, 1973).

Dessa forma, o capitalismo enquanto totalidade-mundo inacabada, não plenamente sistematizada e/ou perenemente estruturada, tende a se estabelecer e a se realizar de diversas maneiras, seja em meio ao processo produtivo (que dissocia sujeito, a atividade produtora e os objetos)¹⁹, seja diante de outras formas de

¹⁸ É nesse momento, para Lefèbvre (1973), que o modo de produção capitalista domina os resultados da história, buscando integrar em si próprio os diversos subsistemas estabelecidos antes do capitalismo (as redes de intercâmbio de comércio, as ideologias, a agricultura, a cidade, o campo, o conhecimento, a ciência, as instituições científicas, o direito, a justiça etc.) sem, com isso, constituir-se em um sistema coerente, livre de contradições.

¹⁹ Ao pensar dialeticamente os elementos estruturais que o modo de produção e o espaço da reprodução das relações sociais dissociam, separando-os em ato e num sentido objetivo que envolve fetiche e alienação, destacam-se os três principais elementos que parecem receber uma parte

organização e de produção social, seja, ainda, consumindo e produzindo espaço (LEFÈBVRE, 1973, 2008a) ou mesmo a partir da acumulação por espoliação²⁰ (HARVEY, 2004) e/ou da (re)criação de relações não capitalistas de produção para obtenção de alguma vantagem econômica (MARTINS, 2009, 2011). É a partir dessa racionalidade hegemônico-empresarial que a terra, o subsolo, o ar, a água, os espaços das cidades e do campo, e mesmo os espaços não plenamente inseridos na lógica do capital, entram nas forças produtivas e nos produtos como mercadoria (LEFÈBVRE, 1973, 2006, 2013; MARTINS, 2009).

Por conta disso, o capitalismo se configura como um poder hegemônico, uma racionalidade que tem como sentido e fim a reprodução das relações sociais de produção (mantendo relações de dependência e de exploração entre lugares e sujeitos). Ele se dissemina de várias maneiras (difusão de ideologias, formulação de sistemas sociais, elaboração de um conjunto de “valores” etc.), inclusive por meio do avanço de sua lógica no interior de cada indivíduo, penetrando no íntimo de sua consciência e nas *topias* (lugares) escondidos nos interstícios de sua própria subjetividade (LEFÈBVRE, 1973, 2013).

E sobre a questão da produção de um tipo de subjetividade ligada ao modo de produção capitalista, Henri Lefèbvre, ainda na primeira metade da década de 1970, já destacava que:

a ideologia é também o valor e as valorizações, os não-valores e as desvalorizações, os sistemas formulados ou as práticas de valores elaborados, quer pela classe dominante quer por uma fracção desta classe, quer pelos <<domínios>> enquanto subjugados, quer enfim pelo poder e pelo Estado para manter a situação (as relações). Coisa estranha, hoje a <<verdade>> não é mais do que um valor; o <<valor de verdade>> acompanha e dissimula o abalar do verdadeiro como tal, abalo esse que acompanha, como uma sombra e como seu reverso, o investimento da

“determinada” do “rendimento” global da sociedade. É assim que figuram: o capital e o lucro do empreendedor (burguesia, mais-valia); a terra, a propriedade do solo, com as rendas múltiplas que pode proporcionar (do subsolo, da água, do solo edificado); e o trabalho, com o salário destinado à classe operária (LEFÈBVRE, 2008b).

²⁰ Para Harvey (2004), na geografia histórica do capitalismo e em sua dimensão imperialista existe uma relação orgânica entre o processo de reprodução expandida/ampliada do capital, que envolve diretamente o mercado de bens, assim como certas vantagens locacionais, a exploração da força de trabalho, a extração da mais-valia etc., e a acumulação por espoliação. Assim, comumente conhecido como acumulação “primitiva” ou “original”, a acumulação por espoliação ainda está em andamento e diz respeito às relações de apropriação, de exploração, de cercamento e de cooptação do capitalismo sobre os modos de produção não-capitalistas, que envolvem a liberação de ativos, tais como: os direitos de propriedades intelectuais de grandes corporações sobre materiais biogenéticos; a transformação, em mercadoria, de formas culturais, históricas e de criatividade intelectual de populações originais/tradicionais; a corporativização e a privatização de recursos ambientais globais (terra, ar, água), de bens públicos (universidades) e de direitos coletivos (previdência, saúde, legislações trabalhistas); a degradação de habitats que impedem formas capital-intensivas de produção etc.

verdade científica na produção, no modo de produção e na reprodução das suas relações (LEFÈBVRE, 1973, p.32).

De um lado, a modernidade capitalista dissimula, sob os auspícios da “novidade” e de “saída única” para o conjunto da sociedade, a produção do repetitivo, do hegemônico e do racional como a única forma de reprodução social (LEFÈBVRE, 1973). De outro lado, esse processo não se dá sem a produção de contradições (HARVEY, 2005) nos mais diferentes contextos socioespaciais e em diversas épocas históricas, justamente porque essas contradições não são de domínios exclusivos de um só modo de produção, de uma única racionalidade, mesmo diante de situações nas quais um modo de produção em particular possa vir a ser claramente dominante em relação aos outros, o que, no geral, ocasiona estranhamentos, tensões e conflitos (HARVEY, 1980) em diversas escalas.

Assim, o modelo de desenvolvimento econômico (moderno-capitalista) que se firmou no mundo contemporâneo levou, simultaneamente, a extremos de progresso técnico e de bem-estar para setores, classes e grupos limitados da sociedade, e, a extremos de privação, pobreza e marginalização social para a classe trabalhadora e para diversos outros grupos sociais (MARTINS, 2008).

Isso porque o tempo do capital não é concretamente o tempo unilinear do “progresso”, da modernização, da conduta racional com relação a fins do “desenvolvimento”. O tempo da reprodução do capital é o tempo de interesses opostos, contrários, como o de classes e grupos sociais, mas também é o de temporalidades desencontradas (que se organizam e se reproduzem em situações socioespaciais não capitalistas ou mesmo pré-capitalistas de produção), e, portanto, de realidades sociais que se desenvolvem em ritmos diferentes, ainda que a partir das mesmas condições gerais básicas do processo produtivo hegemônico (MARTINS, 2009).

Atentar para essa questão, que envolve desigualdades e diferenças, é importante, principalmente pela necessidade de pensá-las para além da relação capital-trabalho, pois

[...] nós estamos em face de uma nova desigualdade social que não é mais, no plano imediato e imediatamente visível, a desigualdade das classes sociais. É por isso que com muita frequência o discurso sobre as classes é um discurso sem eficácia. Que nova desigualdade é essa? A desigualdade que há entre os plenamente incluídos (com acesso às oportunidades que a sociedade pode oferecer na economia, nas relações sociais, na cultura) em relação àqueles cuja inclusão se situa à margem dessa mesma sociedade, submetidos a permanentes insuficiências, carências e privações não só

materiais. Aqueles que se defrontam de fato com coisas, espaços e situações que lhes são vedados nas próprias relações cotidianas (MARTINS, 2008, p. 130).

O debate em torno do avanço do capitalismo, de suas contestações, da produção de desigualdades e diferenças é central, mas também é importante destacar que além deste debate existe toda uma discussão sobre o fato do capitalismo e seus mecanismos centrais de perpetuação se complexificarem ainda mais a partir da década de 1980, que é quando o neoliberalismo (a razão atual do capitalismo) ampliou a lógica da concorrência para toda a sociedade, notadamente com o objetivo de aceitação de seus ideais e de suas ações (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017; MENDES; CAVA, 2017). Assim, “a produção econômica passa por um período de transição no qual os resultados da produção capitalista são cada vez mais relações sociais e formas de vida. Em outras palavras, a produção capitalista torna-se biopolítica [...]” (HARDT; NEGRI, 2016, p. 153).

É nesse sentido que o capitalismo, no contexto neoliberal, caracteriza-se como um “governo da sociedade”, que realiza uma regulação geral do ambiente social a partir da produção de subjetividades e de mecanismos de mercado cujo funcionamento de forma alguma prescinde de intervenções (de políticas governamentais, de ações do Estado e das demais instituições de apoio) para a sua continuidade (MENDES; CAVA, 2017). E é por isso que o capitalismo e seus desígnios também funcionam como uma forma “impessoal” de dominação, impondo relações sociais, leis econômicas e políticas próprias que estruturam a vida social, fazendo com que as hierarquias e subordinações pareçam “naturais” e “necessárias”. Assim, os elementos básicos da sociedade capitalista (o poder da propriedade concentrada nas mãos de poucos, a necessidade de venda de força de trabalho da maioria, a exclusão de grande parte da população global dos circuitos de exploração etc.) funcionam como um *a priori* que se torna até difícil reconhecer nisso algum tipo de violência socioeconômica (HARDT; NEGRI, 2016).

Partindo desses pressupostos, pode-se entender que o neoliberalismo modifica a relação com as políticas sociais (Estado do bem-estar), retirando destas os objetivos de homogeneização, equilíbrio social e de compensação econômica (MENDES; CAVA, 2017). Por conta disso, não apenas destrói regras, instituições, direitos, mas também produz certos tipos de relações sociais, maneiras de viver e subjetividades

atreladas ao capital e à lógica da acumulação, da concorrência e do empreendedorismo.

O que se pode afirmar, a partir de tais constatações, é que na atualidade se coloca em xeque e/ou se molda a forma de existência, de organização e de produção da sociedade de acordo com os interesses do capital (DARDOT; LAVAL, 2016). Assim, o neoliberalismo, ao definir normas de vida nas sociedades ocidentais de igual maneira como o faz para as sociedades que seguem o caminho da “modernidade”, do “progresso”, do “desenvolvimento”, acaba por edificar um verdadeiro *império*²¹ no sentido destacado por Hardt e Negri (2004).

As referidas normas impõem que o conjunto da sociedade viva em um universo de competição generalizada (incessante necessidade de inovação, eterna busca por lucros, constante luta pela superação de índices e o desempenho infinito), intimando os assalariados e as populações a entrarem em luta econômica uns com os outros. É nesse sentido que ocorre o ordenamento das relações sociais segundo o modelo de mercado, da mesma maneira que se dá a dissimulação e o acirramento das desigualdades, com uma mudança na mentalidade dos indivíduos, que são instados a conceber a si mesmos e a se comportarem como uma empresa (homem-empresa) por meio da assimilação de uma racionalidade individualista, assentada na ideia de concorrência generalizada e no empreendedorismo (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017).

Dos resultados desse processo, destacam-se: a crise ambiental, a privatização e a acentuação de lutas em torno dos recursos naturais (terra, água, ar, florestas), o avanço do capital financeiro e do ideal neoliberal em diversos países do mundo, o enfraquecimento da democracia²² e do Estado do bem-estar social, ao mesmo tempo em que ganha força o nacionalismo exacerbado, o aumento das políticas individualistas de gestão de mão de obra e a cooptação do trabalhador, que se tornou empreendedor de si mesmo, sempre na perspectiva de superar as suas metas e

²¹ É definido como um produto do crepúsculo da soberania moderna, sendo composto por uma série de organismos nacionais e supranacionais que acabam por configurar um tipo de regime hegemônico unido por uma lógica e uma regra única, que é a forma global da economia de mercado assentada no receituário neoliberal. O império, nesse sentido, corresponde a uma nova lógica estrutural de supremacia e comando do capitalismo, um centro de produção normativa que não se prende a territórios definidos (e a fronteiras e barreiras físicas), dispondo de um papel jurídico, econômico e político soberano no mundo (HARDT; NEGRI, 2004).

²² Instância que apesar de seus meios raros e limitados, constitui-se num campo de ação, numa possibilidade de conter a lógica econômica dominante, de conservar espaços vitais não-mercantis e de apoiar instituições regidas por princípios que não são os do empreendedorismo, da concorrência e os do lucro. Por isso, poderia corrigir ou atenuar os efeitos das “leis da concorrência mundial” (DARDOT; LAVAL, 2017).

assumindo mais responsabilidades, ou mesmo dividindo-as junto às empresas (DARDOT; LAVAL, 2017).

Assim, na atualidade tem-se, de um lado, o avanço do capitalismo neoliberal e o esforço da governança financeiro-mundial em salvar bancos, restaurar a normalidade e socializar as perdas no sentido de que tudo “mude”, quando acaba permanecendo “igual” em essência e em direcionamento (MENDES; CAVA, 2017). De outro lado, a recusa expressa no acirramento de toda sorte de lutas da multidão²³ (HARDT; NEGRI, 2005, 2016) contra a mais nova reestruturação do capitalismo; este que passou a testar o real e as possibilidades de constituição de alternativas (MENDES; CAVA, 2017). É o momento no qual o medo e a insegurança desaparecem e são substituídos pela indignação diante do mal que essa situação causa, quando os indignados, por meio de lutas coletivas (socioespaciais e culturais), passam a ocupar as ruas, as praças, as instalações de empresas e os prédios públicos para protestar e fazerem ecoar as suas demandas e os seus protagonismos sociais (DARDOT; LAVAL, 2017; MENDES; CAVA, 2017).

Dos exemplos dessa resistência, destacam-se o movimento coletivo em defesa da água e da vida em Cochabamba (Bolívia), com massiva mobilização popular (urbana e rural) contra a transnacional que geria o sistema de água potável e esgoto; os protestos (ocupações), no ano de 2013, em torno do Parque de Gezi, em Istambul (Turquia), que teria grande parte de sua área alterada por intervenções urbanas que facilitariam o tráfego de veículos e que previam a construção de um shopping, um teatro e uma mesquita; a concessão de terras férteis, na Etiópia, por parte do Estado, para empresas multinacionais exportadoras de alimentos, com contratos vigentes de 99 anos; as lutas estudantis contra o alinhamento do governo chileno aos desígnios do neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2017; MENDES; CAVA, 2017) e os levantes

²³ Para Hardt e Negri (2005, 2016), a multidão não diz respeito a um corpo social unificado, mas sim a um conjunto de pluralidades de subjetividades, produtivas e criadoras, existentes no contexto de globalização e que representam linhas de fuga e de libertação da miséria e da exploração do capital. Ela se coloca dentro e contra o império do capitalismo e seus agentes e/ou instituições apoiadoras. A multidão, em movimento perpétuo, forma constelações de singularidades e eventos que impõem contínuas reconfigurações globais no sistema hegemônico; movimentos estes que podem ter tanto um caráter geográfico, localizado, como também se referir a modulações de forma e processos de mistura social e de hibridização. É nesse sentido que se destaca que novas configurações de luta e novas subjetividades são produzidas, na conjuntura de eventos, no nomadismo universal, na mistura geral e na miscigenação de indivíduos e populações, assim como nas metamorfoses da máquina biopolítica imperial. E, por fim, é importante destacar que os autores entendem a multidão não como um sujeito político espontâneo, mas um projeto de organização política, e, por isso, deslocam o debate do “ser” a multidão para a necessidade de se “fazer” a multidão.

populares (contra corrupção e por acesso a infraestrutura urbana e a bens e serviços de qualidade) ocorridos no Brasil (CASTRO, 2014).

Por fim, destaca-se que a reivindicação pelo que é comum e o surgimento do comum como um princípio político (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017) de lutas concretas e mobilizações políticas de grande extensão se deram justamente em razão desse avanço do capitalismo, dos ideais neoliberais e da ampliação da lógica da apropriação privada a todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida.

1.2. A produção do espaço, a cidade e o urbano

O modo de produção moderno-capitalista, enquanto uma tendência hegemônica de reprodução socioespacial, objetiva difundir-se no espaço subjugando sua morfologia material e social à racionalidade de mercado (LEFÈBVRE, 2013). É assim que o espaço é utilizado para a produção de mais-valia e a terra, o subsolo, o ar e mesmo as águas entram na reprodução das relações de produção como mercadorias (LEFÈBVRE, 1974, 2008b, 2013).

Dessa forma, vislumbrar a difusão do modo de produção numa escala que transpõe a esfera estritamente produtiva é fundamental para se entender a expansão capitalista, pois

é isso que dá ao modo de produção, tal como ele se reproduz, o seu bem curioso aspecto: partes distintas e, contudo, formação de conjuntos, sub-sistemas acompanhados de choques no todo, níveis conjuntos e disjuntos, conexões, conflitos, coerências e contradições, táticas e estratégias, fracassos e vitórias, etc. (LEFÈBVRE, 1973, p. 9).

Por outro lado, o espaço socialmente produzido não pode ser reduzido a um espectro do capital, afinal, ele também é uma dimensão dos grupos sociais, dos homens e mulheres enquanto seres sociais que produzem a sua vida, a sua história, a sua consciência, o seu mundo (LEFÈBVRE, 2013). Por conta disso, ele não é uma coisa entre as coisas, uma mercadoria ou um produto qualquer entre os produtos, pois trata da totalidade dos elementos produzidos socialmente, os compreendendo nas suas relações e em sua (co)existência e simultaneidade (LEFÈBVRE, 2013).

Sua produção não tem nada de ficção, de uma irreabilidade ou idealidade hegeliana, pois está vinculado à prática social, apresentando um conteúdo sensível, material, vivido e prático (LEFÈBVRE, 2006, 2008a, 2013).

El espacio (social) no es una cosa entre las cosas, un producto cualquiera entre los productos: más bien envuelve a las cosas producidas y comprende sus relaciones en su coexistencia y simultaneidad: en su orden y/o desorden (relativos). En tanto que resultado de una secuencia y de un conjunto de operaciones, no puede reducirse a la condición de simple objeto. Ahora bien, nada hay imaginado, irreal o «ideal» comparable a la de un signo, a una representación, a una idea, a un sueño. Efecto de acciones pasadas, el espacio social permite que tengan lugar determinadas acciones, sugiere unas y prohíbe otras. Entre esas acciones, unas remiten al universo de la producción, otras al del consumo (es decir, al disfrute de los productos). El espacio social implica múltiples conocimientos [...] (LEFÈBVRE, 2013, p. 129).

É partindo dessas premissas associadas ao espaço e ao processo de reprodução das relações sociais de produção, que se pensa a cidade e o urbano neste trabalho. O urbano, como modo de vida, como uma dimensão social global, no próprio seio do processo negativo de dispersão e segregação por que passa a sociedade moderna, é, antes de qualquer coisa, a forma do encontro e da reunião de todos os elementos da vida social (objetos, pessoas, símbolos, crenças etc.) (LEFÈBVRE, 2006, 2008a). Campo de tensões altamente complexo, o urbano designa uma realidade em formação, em parte real e em parte virtual.

E ele não só é forma (cidade) como também é conteúdo da sociedade, sendo que esta última não se encontra acabada, fechada, mas é continuamente produzida por diferentes grupos sociais. Com efeito, o urbano se liga, de um lado, à lógica das formas, e, de outro, à dialética dos conteúdos sociais. Essa característica permite destacar que ele também não é, e de maneira alguma pode ser, considerado apenas acumulação, um reflexo da sociedade capitalista (LEFÈBVRE, 1973), tendo em vista que

[...] é cumulativo de todos os conteúdos, seres da natureza, resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano. Todavia, ele é mais e outra coisa que a acumulação. Enquanto diversos, os conteúdos (coisas, objetos, pessoas, situações) excluem-se, e se incluem e se supõem enquanto reunidos [...] (LEFÈBVRE, 2008a, p. 110).

A forma-conteúdo cidade, por seu turno, enquanto dimensão material da sociedade, configura a realidade presente, imediata, dado prático-sensível e arquitetônico que sempre manteve relações com a sociedade em seu conjunto e em seu funcionamento, com seus componentes, com a sua história (LEFÈBVRE, 2006, 2013). Nesse sentido e tal qual o urbano, a cidade também não se configura e/ou deve ser entendida apenas como uma expressão da sociedade moderna, capitalista, pois seu espaço não é apenas organizado, normatizado e instituído; ele é também

transformado, apropriado e re-apropriado por diversos grupos sociais, a partir de diversas estratégias de sobrevivência e ideologias.

A cidade, como um reflexo da sociedade e de suas transformações, situa-se em um meio termo, através da mediação entre duas ordens, a “próxima” e a “distante” (LEFÈBVRE, 2006). Assim, existe no espaço urbano, ao redor de cada ponto e de cada centro (grande ou pequeno, duradouro ou provisório) uma ordem próxima, que é a da vizinhança, a da localidade, a de relações dos indivíduos em grupos sociais mais ou menos amplos, mais organizados e estruturados, e as interações que entre eles ocorre num determinado referencial espacial (LEFÈBVRE, 1973, 2006). Diferentemente da ordem próxima, há, também, uma escala mais vasta e na qual reina uma ordem mais longínqua, a da globalidade, de relações de produção hegemônicas e do Estado. É a ordem da sociedade regida por modelos hegemônicos, de racionalidade extrema, de grandes e poderosas instituições, de leis e códigos jurídicos (formalizados ou não), de uma cultura geral formatadora de pensamentos, ações, e de outros conjuntos significantes (LEFÈBVRE, 1973, 2006).

A cidade aparece, nessa perspectiva, como uma mediação entre as mediações, já que:

[...] contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal a não ser para a meditação (LEFÈBVRE, 2006, p. 46).

A história, os diferentes modos de produção, as diversas escalas e ordens, os conflitos e as contradições inerentes ao processo de produção dos espaços das cidades; todos esses elementos são essenciais para analisar realidades amazônicas como Tucuruí, Altamira e Marabá, e também pressupõem, igualmente, atentar para outro tipo de interação dialética ao se pensar a produção da cidade e do urbano, que é o elo existente entre o valor de uso e o valor de troca, e a própria produção do espaço e da vida como mercadoria e as resistências desencadeadas por esse processo.

Outrora, o ar e a água, a luz e o calor eram dons da natureza, direta ou indiretamente. Esses valores de uso entraram nos valores de troca; seu uso e seu valor de uso, com os prazeres naturais ligados ao uso, se esfumam; ao mesmo tempo e que eles se compram e se vendem, tornam-se rarefeitos. A natureza, como o espaço, com o espaço, é simultaneamente posta em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos e ocupada globalmente. É destruída como tal e remanejada segundo as exigências da sociedade neocapitalista [...] (LEFÈBVRE, 2008b, p. 54).

É dessa forma que o sentido marxiano de valor de uso e valor de troca inerente às mercadorias, o seu misticismo e o seu fetiche (que dissimulam relações sociais) podem ser estendidos à análise dos espaços das cidades (LEFÈBVRE, 2008b). Estas, para Lefèbvre (2006), tendem a perder o seu sentido de obra, de valor de uso, ao passo que avança a mercadificação da vida e da dimensão dos valores de troca no ambiente urbano.

Os valores de uso e de troca, em essência, e a lógica da produção de mercadorias, podem ser assim compreendidos:

uma mercadoria aparenta ser, à primeira vista, uma coisa óbvia, trivial. Mas sua análise a revela como uma coisa muito intrincada, plena de sutilezas metafísicas e caprichos teológicos. Quando é valor de uso, nela não há nada de misterioso, seja do ponto de vista de que ela satisfaz necessidades humanas por meio de suas propriedades, seja do ponto de vista de que ela só recebe essas propriedades como produto do trabalho humano. É evidente que o homem, por meio de sua atividade, altera as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil. Por exemplo, a forma da madeira é alterada quando dela se faz uma mesa. No entanto, a mesa continua sendo madeira, uma coisa sensível e banal. Mas tão logo aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa sensível-suprassensível. Ela não se contenta em manter os pés no chão, mas põe-se de cabeça para baixo em relação a todas as outras mercadorias, e em sua cabeça de madeira nascem minhocas que nos assombram muito mais do que se ela começasse a dançar por vontade própria (MARX, 2017, p. 146).

O valor de uso dos produtos, o seu aspecto qualitativo, de utilidade prática e que se efetiva em seu uso e em seu consumo formam o conteúdo material da riqueza socialmente produzida pelo trabalho humano, qualquer que seja a sua forma social (MARX, 2017).

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graças a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso (MARX, 2017, p 124).

Os valores de uso são, nesse sentido, os suportes materiais dos valores de troca, e a mercadoria, na troca, no mercado, configuraria, antes de tudo, um objeto externo ao produtor que, por meio de suas propriedades, iria satisfazer às necessidades humanas (MARX, 2017). Os valores de troca apareceriam inicialmente como uma relação quantitativa, de equivalência entre valores de uso que são permutados entre si, numa relação que varia constantemente no tempo e no espaço. Posteriormente, esses valores de uso são abstraídos dos corpos-mercadoria e, por isso, perdem suas qualidades sensíveis, restando neles apenas a característica de

serem produtos do trabalho humano, elementos que são trocados por outros de valores comuns, genéricos; todos equiparados por meio de um equivalente universal, a forma-dinheiro (MARX, 2017).

O caráter místico da mercadoria – assim como o do espaço e sua alienação em relação aos sujeitos que historicamente o produziram – não resulta de seu valor de uso, mas sim do fato de que ela coloca aos homens os caracteres sociais do seu próprio trabalho como algo objetivo, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas, “traduzindo” a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre objetos permutáveis, existentes à margem dos produtores, na forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (MARX, 2017).

É essa distinção em relação aos valores de uso, a questão da criação, dos produtores, essa objetivação que os aliena em relação aos produtos do seu trabalho, seja uma mercadoria, ou seja o ato de produzir o próprio espaço de uma cidade, que também interessa à análise proposta nesta tese.

Isso porque inicialmente as cidades materializavam-se enquanto obra-produto, numa perspectiva dialética que não negava o subjetivo, o ideal, o prático, o religioso, o simbólico, o imaginado, no processo de produção de seu espaço. Por outro lado, posteriormente, o produto (o repetitivo, o quantitativo, o valor de troca) tendeu a predominar sobre a obra, notadamente no que diz respeito às cidades modernas, na qual se acentua o primado da forma e de suas funções, da razão, da repetição, do visual, do homogêneo, do simulacro, de maneira a propiciar sua venda, a circulação e a acumulação de capital (LEFÈBVRE, 2013).

É por conta disso que a dimensão dos valores de uso e de troca são essenciais para entender o urbano e a produção dos espaços das cidades, uma vez que

[...] a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (LEFÈBVRE, 2006, p. 6).

Assim, o entendimento do processo de produção social da cidade e do urbano, da interação dialética entre o valor de uso e o valor de troca, e da reprodução de relações sociais de produção constituem referenciais teóricos fundamentais para a análise da sociedade moderna capitalista e da produção do espaço regional amazônico (urbano e rural), das contradições que nele se manifestam, das lutas, dos

conflitos e das possibilidades de restituição da obra, da vida e dos usos contrastantes ao desenvolvimento do capital.

É esse o sentido destacado por Oliveira (1999), ao pensar criticamente sobre a produção do espaço regional e urbano amazônico. Para ele, os diversos agentes/grupos sociais localizados nas cidades e no campo, a “natureza”, isto é, os rios, as ilhas e o interior da floresta são tratados enquanto possibilidade de satisfação de necessidades de uso (valores de uso) e de trabalho. Deles são retirados principalmente o necessário para sobreviver, para construir um abrigo, ou, ainda, são considerados referenciais de vida, de sentimentos, de emoções, de festa e de encontro; usos, práticas e vivências que não têm na lógica de acumulação do capital o seu principal referencial de reprodução social. Por outro lado, para outros (Estado, grandes empresas, agências financiadoras multilaterais etc.), estes elementos regionais são vistos somente como potenciais recursos a serem aproveitados através dos mais variados tipos de empreendimentos econômicos (minerais, vegetais, turísticos, energéticos, logísticos etc.). Os referidos interesses podem ocasionar estranhamentos, tensões e até mesmo conflitos entre estes agentes/grupos no âmbito da produção e reprodução do espaço regional amazônico.

Assim, é por meio desse (des)encontro de lógicas, de movimentos e de dinâmicas recentes ligadas ao processo de modernização em curso, que se dá a produção da cidade e do urbano na Amazônia (OLIVEIRA, 2000), num embate entre tempos sociais contraditórios, discordantes e estratégias de enfrentamento e resistências desencadeadas pelas tentativas de efetivação da racionalidade do capital.

1.3. Cidade, contradições e a produção de territórios

De maneira geral, a cidade e o urbano anunciam a existência de uma segunda natureza, socialmente produzida, ligada à lógica hegemônica, capitalista, formal e racional, que está assentada em movimentos que produzem “automatizações” e a transformação de tudo em produto, em mercadoria, por meio da qual se dá o predomínio dos valores de troca em detrimento dos valores de uso (LEFÈBVRE, 2006). Porém, o urbano, esse ajuntamento e possibilidade de encontros, essa simultaneidade e/ou centralidade de tudo que existe socialmente, e a sua forma-

conteúdo cidade, ao serem socialmente produzidos ao longo da história e por serem o *locus* por excelência da manifestação de contradições e de conflitos, também se configuram como possibilidades de resistências, de projetos alternativos, de restituição da obra, do não-trabalho, da fruição e do gozo que suplanta a racionalidade hegemônico-capitalista (LEFÈBVRE, 1973, 2006).

São essas as premissas iniciais que servem de arcabouço teórico-interpretativo do processo de produção do espaço urbano regional amazônico, notadamente num referencial que está pautado no materialismo histórico e dialético (MARX, 1983; LEFÈBVRE, 1995) enquanto método de interpretação da realidade, na teoria da reprodução das relações sociais de produção (LEFÈBVRE, 1973), no espaço socialmente produzido (LEFÈBVRE, 2013) e na crítica relacionada ao processo de produção da subjetividade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017) no contexto recente.

Assim, o espaço, que é produto, condição e meio de produção e reprodução das relações sociais (LEFÈBVRE, 2006, 2008a, 2008b e 2013) apresenta-se como uma importante categoria analítica, permitindo pensar criticamente a realidade das três cidades escolhidas e suas especificidades (condição de cidades localizadas em linhas de queda, suas ligações com os rios, a floresta, e os territórios de uso comuns a eles vinculados) a partir da relação dialética existente entre as dimensões da *mimèsis*, da *práxis* e da *poièsis* (LEFÈBVRE, 1967, 1994) no processo de produção e reprodução social.

A *práxis* diz respeito à ação objetiva, que envolve o sensível, mas também a criação (produção social). São relações historicamente construídas pelos seres humanos, que pressupõem atos que apresentam um determinado conteúdo. A *poièsis* compreende a apropriação da natureza pelo homem enquanto ser social de uma forma não alienante. É o universo no qual as coisas estão vinculadas por um domínio diferente da lógica, da razão moderna. Por isso liga-se ao divertimento, ao jogo social, ao saber-fazer no âmbito do trabalho, ao processo de transcendência e de produção de subjetividades, ao prazer, ao gozo e ao movimento criador. Por fim, tem-se a *mimèsis*, que originalmente deriva da *poièsis*, mas que dela acaba se destacando lentamente. Essa dimensão é definida por ações repetitivas e quantitativas associadas ao hegemônico e pela ideia de aparência e imitação do pensamento e da vida (LEFÈBVRE, 1967, 1994).

Pensar essas três dimensões é importante para relacioná-las aos usos, práticas e formas (coletivas e cooperativas) de interação com a natureza que se manifestam nos espaços das cidades de Altamira, Marabá e Tucuruí e em seus entornos. Estas associam-se ao consumo improdutivo do espaço ligado aos rios, à floresta e aos territórios coletivos de diversos grupos. Territórios estes que têm numa lógica de sobrevivência, de solidariedade, de coletividade, de lazer, de festa e do saber-fazer os seus maiores referenciais de reprodução social. Tais características permitem entender que esses também são os espaços nos quais se sobressaem as dimensões da *poiêsis* e da *práxis* criadora, apresentando-se como resistência justamente por serem permeados por uma racionalidade alternativa ao avanço da reprodução das relações capitalistas de produção, sobretudo no contexto neoliberal.

É a partir desses pressupostos que se destaca a perspectiva crítica de leitura do avanço do modo de produção capitalista ao longo da história e da geografia da Amazônia, com ênfase na interpretação dos resultados e/ou contradições desencadeados por esses processos nos espaços das cidades e na produção de territórios comuns.

A categoria analítica do território, por seu turno, também configura um instrumental teórico importante, pois permite identificar e entender as relações que os diversos grupos exercem no que diz respeito aos processos de dominação e de apropriação do espaço. Por conta disso, é necessário o esclarecimento de alguns de seus principais pressupostos teóricos e práticos, que são considerados essenciais para a presente pesquisa.

A territorialidade dos indivíduos e dos grupos humanos, para Sack (1986), configura uma forma espacial primária de poder. Nesse sentido, ao envolver aspectos físicos, sociais e psicológicos, em diferentes escalas, a territorialidade é definida como a tentativa de afetar, influenciar e controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações. E isso sempre através da delimitação e classificação de áreas geográficas, do estabelecimento da comunicação e de limites (fronteiras físicas e simbólicas), assim como, também, a partir do reforço para controlar o acesso sobre essas áreas, que, ao serem apropriadas, passam a ser denominadas “territórios”.

Ao pensar a distinção entre espaço e território, Raffestin (1993), outro importante autor da análise territorial, destaca que o primeiro (espaço) é anterior ao segundo (território). Assim, o território se forma a partir do espaço como o resultado

de uma ação ou de comportamentos (definidos social, histórica e espacialmente) assentados em relações de poder, conduzidas por atores que, em diferentes escalas, apropriam-se (concreta ou abstratamente) do espaço, estabelecendo delimitações em função de relações existenciais ou produtivistas (produção, troca, consumo). O espaço seria a “prisão original”, e, o território, a “prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993).

Para um marxista, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Os primeiros autores citados, que são dois grandes referenciais na discussão sobre o território, priorizam, em suas análises, o aspecto de relações de poder e de controle que se manifestam, em diferentes escalas, sobre o espaço; este que é considerado um substrato material, uma espécie de “palco passivo” no qual os recursos encontram-se distribuídos sobre uma área (SACK, 1986), ou como uma matéria-prima inicial dos processos de territorialização (RAFFESTIN, 1993).

Para Souza (1995, 1997), o território é definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Dessa forma, ele consiste na dimensão política do espaço, que não é mais considerado um palco, mas sim um produto social²⁴. Partindo dessa premissa, o território é entendido como um campo de forças, uma teia de relações (econômicas, políticas e simbólicas) associada à ideia de controle sobre um espaço, que, a partir de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade, isto é, a diferença entre os grupos sociais.

²⁴ Enquanto fonte de recursos naturais vitais e matérias-primas, mas também de benfeitorias e de toda sorte de valorização realizada, equipamentos, plantas industriais etc., ou, ele mesmo um recurso (localizações geoeconômicas ou geopoliticamente estratégicas), o espaço é base de sobrevivência, fonte de poder e, por consequência, alvo de cobiça, de desejo de apropriação e de controle. A isso se deve adicionar a importância não apenas instrumental, militar ou econômica, mas também a sua relevância cultural para os grupos. Por tudo isso o espaço tende a ser objeto de disputa e de apropriação, de territorialização (SOUZA, 1997).

As definições apresentadas são essenciais na discussão sobre a produção de territórios. No entanto, para distanciar do entendimento do espaço como um substrato material e para entender as dinâmicas diferenciadas de sua apropriação sem negar ou privilegiar uma ou outra dimensão (como a das relações de poder no sentido de dominação), adota-se, neste trabalho, o território em sua perspectiva geográfica integradora²⁵, que vê a territorialização dos diferentes sujeitos como um processo de domínio e/ou de apropriação dos espaços pelos grupos humanos (HAESBAERT, 2009).

Assim, destaca-se que ele é entendido enquanto híbrido, seja entre o mundo material e o ideal, seja entre a sociedade e a natureza, em suas múltiplas esferas (econômica, política e cultural). Ele é multiescalar e multidimensional, sendo concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, como daquele mais material, das relações político-econômicas, ao poder mais simbólico, das relações de ordem mais cultural (HAESBAERT, 1995, 2009, 2014).

Dessa forma, o

território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional poder político. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado de marcas do vivido, do valor de uso, o segundo mais objetivo, funcional e vinculado ao valor de troca [...] (HAESBAERT, 2014, p. 57).

Debater esse contraponto entre os espaços (hegemônicos) de dominação e de valor de troca, e os espaços de apropriação e de valor de uso, no âmbito da análise territorial, é importante para a presente pesquisa porque permite observar que o território, enquanto espaço-tempo-vivido, é sempre múltiplo, diverso e complexo, ao contrário do território “unifuncional” proposto e reproduzido pelo avanço do capitalismo

²⁵ Do ponto de vista instrumental, o território é trabalhado em sua tríplice dimensão, isto é, enquanto categoria de análise, de prática e como categoria normativa. No primeiro caso, é tratado a partir de um olhar sobre o espaço geográfico que coloca o seu foco nas relações de poder (econômicas, políticas e simbólico-culturais). Na perspectiva prática, diz respeito aos sujeitos, os “usadores” frequentes do espaço que colocam o território entre suas reivindicações por este ser sinônimo de cultura, de comunidade, de história, de ancestralidade, de sonhos, de futuro, de vida. Por último, como categoria normativa, responde ao que o território é e ao que deveria ser (no sentido de se indicar um caminho, uma destinação), a partir de determinados interesses político-econômicos, como os das empresas privadas (política empresarial), do Estado (planejamento estatal, ordenamento territorial) e dos sujeitos subalternos, com suas políticas e estratégias para manutenção de seus espaços vividos (HAESBAERT, 2014).

e de sua lógica hegemônica (neoliberal), especialmente através das “parcerias” estabelecidas com o Estado moderno (HAESBAERT, 2014).

O contraponto entre o território apropriado, vivido e assentado em valores de uso, e o território “unifuncional” do capital é central porque, na Amazônia, de acordo com Oliveira (2000), as relações de produção têm sido produzidas e reproduzidas numa espacialidade concretizada e criada para possibilitar a expansão do modo de produção capitalista (e do valor de troca). E é através dessa situação de aproveitamento capitalista da natureza, de consumo no/do espaço (LEFÈBVRE, 2013; GOTTDIENER, 2010), de espoliação (HARVEY, 2004) e do avanço dos ideais neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2016), que se pode entender o que está ocorrendo em cidades de grande importância regional, como Tucuruí, Altamira e Marabá, e em seus respectivos entornos.

A análise do processo modernizante, isto é, da reprodução das relações sociais de produção e sua expressão empírica nas situações eleitas na presente pesquisa, parece confirmar o avanço do valor de troca em detrimento do valor de uso nesses espaços, e, conseqüentemente, o cercamento (espoliação) de territórios comuns existentes na Amazônia. Isso porque as ações do Estado, as parcerias público-privadas estabelecidas, a urbanização empreendedora e a subjetividade neoliberal, no geral, levam à especulação imobiliária das propriedades, ao aumento dos impostos cobrados nos espaços das cidades que passam por melhorias infraestruturais, ao assédio da população local para a venda de suas moradias para grupos econômicos mais capitalizados, ao “inevitável” processo de remoção da população original pelo poder público para o estabelecimento de algum outro tipo de infraestrutura ou atividade (portos, hidroelétricas, hidrovias) mais condizente com o atual contexto globalizante²⁶ e, por fim, à negação de direitos socioambientais e étnicos, de demandas (habitação, saúde, educação, segurança etc.) e do reconhecimento do protagonismo social de grupos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agricultores etc.

Por outro lado, concorda-se com Oliveira (2000), Castro (2014) e Trindade Jr. (2014), quando estes destacam que, na Amazônia, o processo modernizante não ocorre sem contestações e sem a formação de resistências e conflitos sociais.

²⁶ A globalização diz respeito ao processo que implica na difusão e aceitação disseminada (embora com frequência informal, relutante, corrompida e mesmo superficial) de certas noções burguesas de leis, de direitos, de liberdade, e mesmo de alegações morais sobre a bondade e a virtude; tudo isso somado, evidentemente, ao modelo de acumulação de capital fundado no ideário neoliberal (HARVEY, 2012).

Assim, de maneira geral,

nos dias atuais, presenciamos uma tensão e uma luta entre os mais diferentes atores pelo uso e a apropriação do espaço da cidade que se esforçam por resistir à tentativa de totalização operada pelo binômio técnica-mercadoria e o seu equivalente: o valor de troca. Boa parte desses atores encontra-se exatamente naqueles lugares onde as relações mercantis ainda esbarram na força do valor de uso impregnada ao espaço. Os espaços populares são notadamente trincheiras dessa resistência (OLIVEIRA, 2010, p. 295).

É justamente essa potência inerente ao valor de uso coletivo e à *poièsis*, que faz com que os rios e os demais territórios animados pelas águas em Tucuruí, Altamira e Marabá, sejam pensados enquanto comuns (HARVEY, 2013, 2014; DARDOT; LAVAL, 2016, 2017) que resistem ao avanço da reprodução das relações capitalistas de produção. Os conceitos de urbano e cidade, a leitura marxista lefebvriana (e o seu diálogo com outras abordagens críticas) e a análise territorial são fundamentais para vislumbrar esse processo e para ler os movimentos e estratégias do capital (e de seus agentes difusores), assim como também contribuem para o entendimento das especificidades do urbano associado às cidades no plano regional amazônico.

1.4. O princípio do comum como alternativa ao desenvolvimento do capitalismo e da subjetividade neoliberal

Para entender o avanço e as estratégias inerentes ao processo de difusão do modo de produção capitalista, é necessário atentar para a sua história e os seus “descarrilamentos”, as lutas em torno da acumulação e as estratégias que transformam, renovam e constantemente expandem o capitalismo no conjunto da sociedade (DARDOT; LAVAL, 2016). Em face disso, é importante destacar que atualmente o neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, principalmente a partir de estabelecimento de um conjunto de políticas, de uma normatividade prática e de outros mecanismos de controle social que ampliaram a influência do capital no mundo inteiro, orientando governos, empresas e milhões de pessoas a partir de uma produção de subjetividade assentada numa lógica empreendedora, com objetivos de acumulação (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017).

É a partir dessa premissa que se afirma moldar diversas formas de existência, organização e reprodução da sociedade de acordo com a racionalidade do capital

(DARDOT; LAVAL, 2016). Isso envolve o processo produtivo, a reprodução das relações sociais de produção pelo espaço (LEFÈBVRE, 1973, 2008b, 2013), a produção de uma subjetividade assentada na generalização da forma-empresa no conjunto da sociedade (MENDES; CAVA, 2017), a espoliação (HARVEY, 2004) e a destruição e/ou mesmo a recriação de relações não-capitalistas com objetivos de acumulação (MARTINS, 2009, 2011). Sobre esse último aspecto,

pode-se dizer que o capital tanto remove ou dissolve relações sociais (e relações de produção) que bloqueiam sua reprodução ampliada quanto incorpora a ela aquelas persistentes relações que, ainda que temporariamente, não podem ser substituídas. Nesse sentido, de fato eles as recria, mas agora como momento do seu processo de reprodução. Elas parecem ser as mesmas relações, mas são agora outra coisa, isto é, são agora forma social carregada de novas determinações decorrentes da mediação do capital no movimento de sua reprodução ampliada (MARTINS, 2009, p. 79).

Ao discutir as formas de pilhagem do capital e de extração de riquezas, Hardt e Negri (2016) também destacam que não é de surpreender que estudiosos marxistas tenham, nos últimos anos, dado uma nova atenção ao conceito de acumulação primitiva do capital; este que permitiu a Marx entender a acumulação de riqueza fora do processo capitalista de produção, notadamente através da expropriação direta de riqueza humana, social e natural. Contudo, diversos estudiosos marxistas contemporâneos se permitem desviar de Marx ao mostrar que não existe uma relação histórica linear entre os mecanismos de acumulação primitiva e os processos capitalistas de produção, nem uma história progressiva de desenvolvimento na qual aqueles processos dão lugares a estes, mas sim destacam a existência de um constante movimento no qual a acumulação primitiva continuamente reaparece e convive com a produção capitalista, inclusive, no momento atual, de avanço do capitalismo de razão neoliberal.

O processo de acumulação primitiva, ou, na interpretação de Harvey (2004), de acumulação por espoliação (a criação perpétua pelo capitalismo [em parceria com o Estado] do seu próprio outro, do qual vai se “alimentar” e produzir a acumulação), é particularmente importante para a análise desenvolvida na presente tese, justamente porque ele permite pensar o significado da luta pela afirmação dos territórios comuns como uma alternativa ao avanço e/ou consolidação do capitalismo neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017). Até porque é na medida em que o avanço da economia neoliberal favorece a acumulação, que se intensificam as tentativas de expropriação e de (re)criação do que é comum (HARDT; NEGRI, 2016).

Assim, a discussão sobre os comuns enquanto espaços que dispõem de recursos de usos coletivos e sua relação com o capitalismo remonta ao início do processo de acumulação primitiva do capital, isto é, ao momento da expropriação do trabalhador dos meios de produção e de sua “entrada” no mercado de trabalho (MARTINS, 2009) durante o processo que culminou com a revolução industrial europeia.

Para Polanyi (2012), no coração da revolução industrial do século XVIII ocorreu um avanço significativo nos instrumentos de produção e um progresso econômico que se fez acompanhar de uma catastrófica desarticulação na vida das pessoas, principalmente em razão do avanço e/ou consolidação da economia de mercado. Os cercamentos, que estão no centro deste debate, consistiram numa espécie de revolução dos ricos (inicialmente senhores e nobres, e, posteriormente, agricultores e mercadores) contra os pobres, notadamente em função de restrições de acesso aos campos abertos (*enclosures*) e das conversões de terra arável em pastagem na Inglaterra, quando os campos e as áreas comuns foram cercados pelos senhores e condados inteiros ficaram ameaçados de despovoamento.

Os cercamentos foram chamados, de uma forma adequada, de revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores e os nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e os costumes tradicionais, às vezes pela violência, às vezes pela pressão e intimidação. Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros. O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões. Embora isto ocorresse apenas em determinadas áreas, os pontos negros ameaçavam fundir-se numa catástrofe uniforme [...] (POLANYI, 2012, p. 37).

Em seus primórdios, a Inglaterra suportou a calamidade dos cercamentos apenas porque o poder da coroa foi utilizado para diminuir o ritmo do processo de desenvolvimento econômico até ele se tornar socialmente suportável. E foi neste momento que também ascendeu (século XVIII) uma nova classe (capitalistas e empregadores da classe média em ascensão) que levou adiante o desenvolvimento comercial e industrial (POLANYI, 2012).

Os resultados desse momento de progresso, para o povo que tinha nos espaços comuns importantes referenciais de reprodução social, podem ser assim descritos:

nessa ocasião o acontecimento foi também peculiar à Inglaterra, e nessa época, o comércio marítimo foi também a fonte de um movimento que afetou o país como um todo. Nesse período, foi ainda o progresso, na sua escala mais grandiosa, que acarretou uma devastação sem precedentes nas moradias do povo comum. Antes que o processo tivesse ido suficientemente longe, os trabalhadores já se amontoavam em novos locais de desolação, as assim chamadas cidades industriais da Inglaterra; a gente do campo se desumanizava em habitantes de favelas; a família estava no caminho da perdição e grandes áreas do país desapareciam rapidamente sob montes de escória e refugos vomitados pelos “moinhos satânicos”. Escritores de todas as opiniões e partidos, conservadores e liberais, capitalistas e socialistas, referiam-se invariavelmente às condições sociais da Revolução Industrial como um verdadeiro abismo da degradação humana (POLANYI, 2012, p. 41-42).

Sobre esse processo, Thompson (1998) frisa que, na transição entre o século XVII e XVIII, a cultura tradicional, da plebe (classe popular da sociedade), acabava por colidir, em nome do costume, com as racionalizações e inovações da economia, como os cercamentos de terras comunais (local de acesso comum para os habitantes dos feudos, que abrangia as florestas, os bosques, os pastos), com a “nova” disciplina de trabalho e com os “livres” mercados não-regulamentados que os governantes, os comerciantes ou os empregadores queriam consolidar.

A “inovação” capitalista (o confisco das terras comunais, a expulsão dos camponeses e a sua transformação em mão de obra) deste momento histórico foi mais aceita e tornada evidente nas camadas superiores da sociedade daquele período, justamente porque esse processo foi experimentado quase que exclusivamente pela plebe, como uma forma de exploração, através da expropriação de direitos costumeiros de uso e/ou destruição violenta de padrões valorizados de trabalho (que se configuravam também a partir de relações que não apresentam vinculações monetárias diretas) e de lazer (THOMPSON, 1998).

Assim, deu-se a aplicação e a ampliação da lógica de propriedade em seu sentido moderno, de direito exclusivo e absoluto de domínio na Inglaterra e em diversos outros espaços. É a partir disso que se destaca o avanço dos cercamentos na África, na América, na Ásia, ao mesmo tempo em que os direitos comuns²⁷ e de uso das “camadas mais baixas” eram paulatinamente minados (THOMPSON, 1998).

²⁷ As relações comunais expressavam uma noção alternativa de posse e uma imbricação ecológica mútua do elemento humano com a natureza, por meio de direitos de usos particulares e historicamente construídos, transmitidos pelo costume como propriedades essenciais dos camponeses menos abastados. Tal situação acabava por constituir um direito comum, que em termos vagos se aproximava do direito ao local, do direito de uso, de sobrevivência e de pertencimento num determinado espaço. Por isso, era igualmente o poder para excluir os estranhos, os de fora. Assim, o avanço dos cercamentos e a perda das terras comunais dos pobres acabaram por transformá-los em estranhos em suas próprias terras (THOMPSON, 1998).

Apresentado o processo histórico e a gênese sobre a discussão que envolve os espaços (recursos, relações) comuns, é mister destacar que o debate contemporâneo em torno destes também foi levantado e alardeado por Hardin (1968), no artigo “*The Tragedy of the Commons*” no qual ele destacava suas preocupações, sob a luz da teoria malthusiana, com o problema demográfico da superpopulação e sua relação com o mundo finito de possibilidades de reprodução humana. Para ele, a liberdade de uso e/ou acesso aos bens comuns constituiria uma tragédia anunciada para a humanidade, que cresceria num ritmo acelerado demais (progressão geométrica) em relação à quantidade de recursos existentes.

A ideia central dele é a de que os campos, os oceanos, os parques nacionais e demais espaços de livre acesso (comuns) têm os seus recursos exauridos pela população, que aumenta exponencialmente. Diante disso, haveriam três saídas: vendê-los como propriedade privada; conservar o seu caráter público, restringindo o seu acesso; ou, por fim, poderiam também leiloá-los, dando acesso com base em princípios meritocráticos e em padrões acordados socialmente (HARDIN, 1968).

A teoria de recursos de uso comum de Hardin, de caráter mais “convencional”, foi aceita na época por muitos acadêmicos, sendo utilizada como fundamento de políticas públicas. Um de seus principais pressupostos foi o de que os indivíduos que fazem parte desse contexto enfrentam um dilema devido às externalidades criadas por suas próprias ações, produzindo estimativas estreitas que os conduziram a prejudicar a si mesmo e a outros sem encontrar formas de cooperação para evitar o problema (OSTROM, 2000).

Percebe-se também, no referido artigo, além de uma certa confusão com o termo “comuns”²⁸, no qual Hardin faz um amálgama de casos muitos diversos (DARDOT; LAVAL, 2017), um argumento irrefutável sobre a maior eficiência dos direitos de propriedade privada no que diz respeito à terra e ao uso dos outros recursos, e, portanto, uma inclinação para a sua privatização (HARVEY, 2014).

²⁸ Hardin confunde o que o direito romano denomina de *res communis* (o que não pertence a ninguém e não é apropriável, como o oceano) e *res nullius* (o que não tem dono, mas de que é possível apropriar-se, como o peixe pescado nesse mesmo oceano). Sobretudo confunde-os com a livre exploração, sem restrição de bens retirados de um estoque disponível e limitado. Nesse sentido, desconsidera a existência de regras sobre os comuns que foram feitas para prevenir a superexploração (DARDOT; LAVAL, 2017). Tal aspecto também é abordado por Thompson (1998), ao frisar que os usuários dos comuns não eram desprovidos de bom senso, pois, ao longo do tempo e do espaço, desenvolveram uma rica variedade de instituições e sanções comunitárias que colocavam restrições e limites ao uso das terras comunais.

Os argumentos de Hardin se colocavam contra qualquer forma de propriedade comum ou estatal, que eram acusadas de transferir os custos do uso para a coletividade, levando ao esgotamento do recurso (DARDOT; LAVAL, 2017). Isso justamente no contexto da oposição entre o socialismo soviético e o capitalismo americano, na década de 1960 (MENDES; CAVA, 2017). Assim, o modo de produção capitalista, que engendra uma produção desenfreada de mercadorias e a degradação da natureza, os avanços técnicos (que poderiam potencializar e ampliar os recursos existentes) e os limites das relações sociais hegemônicas, como tais, são convenientemente desconsideradas em favor de um argumento malthusiano e dos benefícios do avanço da propriedade privada no conjunto da sociedade.

Por outro lado, é importante frisar que, em artigo posterior intitulado “*The tragedy of the unmanaged common*”, Hardin (1994) retificou essa visão superficial, principalmente ao distinguir os recursos comuns não manejados (sem proprietários), sujeitos à “tragédia”, dos recursos comuns manejados (com proprietários), em relação aos quais direitos de propriedade podem prevenir usos inadequados e degradantes de recursos (MCKEAN; OSTROM, 2001).

A questão de como administrar recursos naturais de uso coletivos também foi objeto de análise de Elinor Ostrom, que iniciou, na década de 1960, os seus estudos sobre diversos casos²⁹ que envolvem os problemas de ação coletiva e sua relação com o uso de recursos comuns.

Assim, Ostrom, ao iniciar o debate sobre fundamentos da análise política aplicada a muitos recursos naturais e que são objeto de usos comuns feitos pelos indivíduos, em sua obra “*El gobierno de los bienes comunes: la evolución de las instituciones de acción colectiva*”, destaca que:

situaciones semejantes tienen lugar en distintas escalas que van desde pequeños barrios hasta el conjunto del planeta. La cuestión de cómo administrar mejor los recursos naturales utilizados por muchos individuos no está más resuelta en la academia que en el mundo de la política: algunos artículos eruditos sobre la “tragédia de los comunes” recomiendan que “el

²⁹ Dentre os estudos de caso, destacam-se os recursos hidráulicos no sul da Califórnia (EUA), a pesca costeira na Turquia, as comunidades de irrigação nas Filipinas, os projetos de irrigação no Sri Lanka etc. As principais variáveis levantadas pela autora, nos estudos de caso analisados, foram: a estrutura dos recursos de uso comum (tamanho, estrutura interna e limites); o levantamento do padrão de fluxo de unidades de recursos; a quantidade que podia ser prevista em relação ao tempo e espaço; a necessidade de se conhecer as circunstâncias econômicas dos apropriadores; a quantidade que dependia do recurso e que riscos implicam vários tipos de esquemas de distribuição; o levantamento funcional dos indivíduos envolvidos na apropriação do recurso comum (quantos participam, se participam juntos em múltiplas atividades, se os interesses eram homogêneos ou heterogêneos); se ocorria a produção de arranjos institucionais e o estabelecimento de normas de comportamento e as vantagens e desvantagens em função de seu estabelecimento (OSTROM, 2000).

Estado” controle la mayoría de los recursos naturales para evitar su destrucción; otros sugieren que su privatización resolvería el problema. Sin embargo, lo que se observa en el mundo es que ni el Estado ni el mercado han logrado con éxito que los individuos mantengan un uso productivo, de largo plazo, de los sistemas de recursos naturales. Además, distintas comunidades de individuos han confiado em instituciones que no se parecen ni al Estado ni al mercado para regular algunos sistemas de recursos con grados razonables de éxito durante largos periodos (OSTROM, 2000, p. 25-26).

Para a autora, os recursos de uso comum podem ser definidos como um sistema de recursos de pequena escala³⁰, naturais ou produzidos pelo homem (um canal de irrigação, uma ponte, um sistema de computação etc.), que são alvos de apropriações, de usos ou do estabelecimento de um regime de propriedade coletiva (OSTROM, 2000). O seu acesso pode limitar-se a um só indivíduo ou empresa, ou a múltiplos grupos de indivíduos que usam o sistema de recursos simultaneamente. Sua reprodução perpassa por não descartar o conhecimento da estrutura interna (aspectos físicos, estudos sobre o tempo e o lugar) e externa do recurso de uso comum (conhecimento científico-técnico) (OSTROM, 2000).

Ademais, de acordo com sua apropriação e uso, os recursos comuns podem apresentar problemas de congestionamento e sobreutilização. Em virtude disso, é destacada a importância da produção de um conjunto de regras e de arranjos institucionais provenientes de ações coletivas que possibilitem a sua provisão, o seu fornecimento e a sua manutenção, inclusive com possibilidade de coerção externa³¹ (OSTROM, 2000).

O embate entre a produção de comuns (sobretudo os de caráter urbano) e sua relação com o avanço do capitalismo também foi retomado por diversos autores no contexto recente, como Harvey (2013, 2014), que destaca a importância dos comuns urbanos para a reprodução social e a necessidade de reapropriação deles por parte

³⁰ De acordo com Harvey (2014), Ostrom sistematiza evidências antropológicas, sociológicas e históricas e, com vários exemplos, defende que os indivíduos podem conceber mecanismos coletivos engenhosos e sensatos de administrar recursos de propriedade comum em benefício individual e coletivo. No entanto, ela faz isso focando em exemplos de pequena escala, um problema que precisa ser enfrentado, pois a possibilidade de uma administração coerente dos recursos de propriedade comum que existem numa determinada escala não são e nem podem ser transferidas para problemas que atingem escalas mais amplas. Para Harvey (2014), quando se “pulam” escalas, altera-se drasticamente toda a natureza da problemática dos comuns e perspectivas e/ou possibilidades de se encontrar uma solução satisfatória para a sua reprodução.

³¹ Para a autora, uma solução teórica para a questão do compromisso com a manutenção dos recursos de uso comum seria a coerção externa, partindo do pressuposto de que todos os indivíduos se comprometem de forma mais séria com os acordos se estiverem ligados a um contrato no qual um encarregado externo ao recurso de uso comum asseguraria o seu cumprimento em todos os períodos, inclusive, impondo severas sanções, quando necessário (OSTROM, 2000).

da classe trabalhadora, em detrimento da lógica econômico-burguesa do mercado capitalista no contexto neoliberal.

Para ele, a cidade, enquanto espaço socialmente produzido, é o lugar onde as pessoas de todos os tipos de classes se misturam (relutante e conflituosamente) para produzir uma vida comum, que é perpetuamente mutável e transitória (HARVEY, 2014). Isso em face do ressurgimento da ênfase na suposta perda da comunalidade, que se remete aos impactos aparentemente profundos da recente onda de privatizações, dos cercamentos, de controles espaciais, do policiamento e da vigilância na qualidade da vida urbana em geral, e, em particular, na potencialidade de criar ou inibir novas formas de relações sociais (novos comuns cidadãos) em um processo urbano influenciado e/ou dominado por interesses de classes capitalistas (HARVEY, 2014).

Partindo desse contexto contraditório e conflitante, Harvey (2013, 2014) comenta que os comuns se apresentam como relações sociais instáveis e maleáveis entre determinado(s) grupo(s) sociais autodefinidos e os aspectos existentes ou ainda por criar do meio social e físico que são considerados essenciais para a sua vida. Assim, os comuns podem ser recursos, relações e práticas não mercantilizáveis (resistentes aos poderes do capital) que são apropriados ao longo do tempo e abertos para uma coletividade (ideia de uso e apropriação em benefício mútuo de agentes e/ou grupos sociais) em um determinado referencial socioespacial.

O comum, nesse sentido, poderia ser o ambiente socialmente construído, os territórios de usos coletivos, os recursos naturais (terra, água, ar, florestas), os avanços e inovações tecnológicos, as práticas socioculturais, as relações econômicas, os serviços (saúde, educação), o conhecimento científico, o material genético, a linguagem criada, os modos de sociabilidade etc. Sua utilização pressupõe a ação política (e os conflitos), sendo que eles podem ser tanto exclusivos de um grupo social, quanto parcial ou totalmente aberto a diversos outros grupos. Por conta disso, os comuns são permeados pela ideia de exclusividade, de livre acesso, de controle regulado ou mesmo administrado por poderes centralizadores (Estado, instituições etc.) (HARVEY, 2013, 2014).

Também é importante frisar que, para Harvey (2014), da mesma forma que a política neoliberal reduz o financiamento de bens públicos, de caráter coletivo, refuncionalizando e mercantilizando os espaços e os serviços das cidades

(notadamente aqueles que apresentam algum tipo de rentabilidade econômica), provoca a redução dos espaços comuns disponíveis, privilegiando estratos sociais de maior poder aquisitivo e obrigando outros grupos sociais a buscar caminhos alternativos para manter os recursos comuns essenciais para a sua reprodução social. Essa situação leva ao reconhecimento político de que a pluralidade dos comuns produzidos, protegidos e usados para o benefício social transformam-se em um modelo para resistir ao poder capitalista e repensar a política de uma transição anticapitalista.

A questão central para Harvey (2014) é, portanto, a partir da rica mistura de instrumentalidades (públicas e privadas, coletivas e associativas, subordinativas, hierárquicas e horizontais, excludentes e abertas) descobrir maneiras criativas de usar os poderes do trabalho coletivo para o bem comum, mantendo o valor produzido sobre o controle dos trabalhadores que o produziram.

Avançando na discussão do conceito e seguindo uma linha que aborda o comum enquanto uma dimensão de usos e apropriações coletivas da atividade humana central do processo de (re)produção social, destacam-se autores que o colocam como uma racionalidade contrária e alternativa ao avanço do capitalismo de razão neoliberal, isto é, que definem a racionalidade comum como um biopoder assentado em subjetividades mais subversivas, cooperativas e solidárias, que são difundidas entre os grupos sociais.

Para Mendes e Cava (2017), autores que discordam de algumas das proposições de Harvey (2013, 2014) sobre os comuns³² e cuja abordagem tem inspirações foucaultianas, na atualidade, tem-se, de um lado, o esforço da governança financeiro-mundial em salvar bancos, restaurar a normalidade e socializar as perdas no sentido de que tudo “mude”, quando, na verdade, permanece estruturalmente igual.

³² Pode-se resumir em quatro as principais considerações e/ou críticas a respeito das proposições de Harvey (2013, 2014) sobre os comuns. A primeira é que Harvey não desenvolve uma leitura mais “subjetiva” do capital, que levasse em consideração a produção de subjetividades ligadas ao biopoder hegemônico. A segunda consiste no fato de que a resistência por ele enunciada não possui qualquer primado sobre os poderes centrais e o capitalismo, sendo apenas um resultado “mecânico” de suas crises e não interferindo ao ponto de estimular ações de outros protagonistas. Assim, os conflitos, as lutas sociais só aparecem posteriormente às manifestações explícitas de crise do capitalismo. O terceiro aspecto foca na limitação da relação existente entre a crise do capitalismo e o comum, que não seria tão forte e/ou estruturante para impulsionar mudanças dentro do sistema capitalista. E, por fim, a crítica da visão pautada na ideia de uma governança dos bens comuns assentada em uma preocupação prioritária com o institucionalismo, sem haver uma reflexão política mais aprofundada sobre os resultados dessa dimensão instituinte (MENDES; CAVA, 2014). Para mais considerações sobre a abordagem dos comuns de Harvey, ver também Dardot e Laval (2017).

De outro lado, ganha força uma recusa expressa por toda sorte de lutas contra a mais nova reestruturação do capitalismo, que passou a testar o real na constituição de alternativas. São nessas situações que o medo e a insegurança desaparecem, sendo substituídos pela indignação de diversos grupos diante do mal que a situação causa; um momento de solidariedade, de afetividade, de revolta e de afirmação da dimensão social coletiva.

É nesse contexto que os comuns ganham destaque. Assim, para Mendes e Cava (2017), os comuns configuram formas não privadas de produção e reprodução social, que envolvem cooperação e atividades criativas. São formas de vida, de trabalho e de relações múltiplas ligadas à produção de uma subjetividade (individual e coletiva) resistente e libertária que coloca a produção dos comuns (práticas, hábitos, bens, espacialidades, informações, saberes, linguagem, cooperações e interações sociais etc.) como um conflito central na atualidade diante das ações do capital, principalmente no que diz respeito à sua difusão por todas as esferas da vida.

Hardt e Negri (2016), ao discutirem a importância do bem-estar comum contra o avanço do império do capital também denunciam que as políticas neoliberais de governo no mundo todo têm buscado privatizar o que é comum, transformando-os em propriedades privadas. Assim, as ideologias dominantes da atualidade fazem com que seja difícil enxergar o comum, pois partem do princípio de que a única alternativa ao privado é o público, principalmente no sentido daquilo que é gerido e regulado pelo Estado e por outras autoridades governamentais. Dessa forma, destacam que é necessário resistir a essas privatizações e tentativas de destituir o comum de seu biopoder de transformação social (HARDT; NEGRI, 2016).

O comum, para eles, é constituído de redes de interações e cooperações sociais amplas, que ampliam os poderes de produção e reprodução sociais coletivas, negando hierarquias, restrições, homogeneizações e exclusões (de classe, de raça, de gênero etc.) que se manifestam no conjunto da sociedade (HARDT; NEGRI, 2016). O comum se refere, então, à riqueza coletiva do mundo material (ar, água, frutos da terra e a todas as dádivas da natureza), uma forma de “herança da humanidade” como um todo, que é “partilhada” por todos. Além dessa característica, o comum expressa os resultados da produção (conhecimentos, as imagens, os códigos, a informação, os afetos) que são necessários para a interação e para (re)produção social (HARDT; NEGRI, 2016).

As investigações acerca da plasticidade e mutabilidade da natureza remetem ao comum – e na verdade a natureza é apenas um outro nome do comum. Mas é importante ter em mente a distinção entre os dois conceitos de comum anteriormente mencionados. Ao passo que o conceito tradicional postula o comum como um mundo natural fora da sociedade, a concepção biopolítica do comum permeia igualmente todas as esferas da vida, remetendo não só à terra, ao ar, aos elementos ou mesmo à vida vegetal e animal, mas também aos elementos constitutivos da sociedade humana, como as linguagens, os hábitos, gestos, afetos, códigos comuns e assim por diante. E se, para pensadores como Locke e Rousseau, a formação da sociedade e o progresso da história do mundo inevitavelmente destroem o comum, isolando-o como propriedade privada, a concepção biopolítica enfatiza não só a preservação do comum mas a luta pelas condições de sua produção, assim como a seleção de suas qualidades, promovendo as formas benéficas e fugindo de formas prejudiciais e corrompidas. A isto poderíamos chamar de ecologia do comum – uma ecologia centrada igualmente na natureza e na sociedade, nos seres humanos e no mundo não humano, numa dinâmica de interdependência, cuidado e transformação mútua. Estamos agora em melhores condições de entender de que maneira o devir político da multidão não requer que se deixe para trás o estado natural, como insiste a tradição de soberania, antes convocando uma metamorfose do comum que opera simultaneamente na natureza, na cultura e na sociedade (HARDT; NEGRI, 2016, p. 195-196).

Dessa forma, a dimensão do comum não coloca a humanidade separada da natureza, mas sim como sua exploradora e guardiã, sempre centrando-se nas práticas de interação, de cuidado e de coabitação, num mundo comum. Por isso, estimula e/ou promove formas benéficas de relação sociedade-natureza (HARDT; NEGRI, 2016), inclusive, limitando usos e/ou práticas prejudiciais ao meio ambiente.

Importantes referenciais na discussão do princípio do comum no contexto atual, Dardot e Laval (2016, 2017, 2018) também entendem que este princípio se remete a um sistema de práticas que emana de movimentos sociais, de seus embates e de suas experiências diretamente contrárias à racionalidade neoliberal, dentre as quais pode-se apontar: as tendências de radicalização da democracia, a luta pela afirmação de direitos universais, a melhoria nos serviços públicos e a ocupação de espaços públicos. Por conta disso, configuram potências capazes de transformar o conjunto das relações sociais. Assim, essa visão de mundo alternativa, que emerge das práticas, faz prevalecer tanto o uso comum sobre o princípio do individualismo e da propriedade privada exclusiva, quanto o autogoverno democrático sobre o comando hierárquico e, acima de tudo, tornam a (co)atividade e a cooperação indissociável da (co)decisão no que diz respeito aos direcionamentos sociais.

A atividade prática e os usos dos indivíduos também adquirem importância central para definir o que é comum. Assim

contra essas formas de essencializar o comum, contra toda crítica ao comum que o reduza à qualidade de um juízo ou de um tipo de homem, é preciso afirmar que *somente* a atividade prática dos homens pode tornar as coisas comuns, do mesmo modo que *somente* essa atividade prática pode produzir um novo sujeito coletivo, em vez de afirmar que tal sujeito preexistia a essa atividade na qualidade de titular de direitos. Se existe “universalidade”, só pode tratar-se de uma universalidade *prática*, ou seja, a de todos os indivíduos que, em dado momento e em dadas condições, se encontram engajados numa mesma tarefa. O comum pode ser repensado apenas se romper com o confronto metafísico entre sujeito livre e coisa material oferecida ao domínio soberano desse sujeito. Por isso, empenhamo-nos em promover aqui o uso substantivo, falando *do* comum, em vez de nos satisfazer com o adjetivo “comum”. Não que não possamos nos permitir falar *dos* comuns para designar os objetos construídos e sustentados por nossa atividade, o que já é uma forma de substantivação, mas sobretudo porque abdicaremos de falar dos “bens comuns” ou mesmo do “bem comum” em geral. *O comum não é um bem*, e o plural nada muda nesse aspecto, porque ele não é um objeto ao qual deva tender a vontade, seja para possuí-lo, seja para constituí-lo. O comum é o princípio político a partir do qual devemos construir comuns e ao qual devemos nos reportar para preservá-los, ampliá-los e lhes dar vida. É, por isso mesmo, o princípio político que define o novo regime de lutas em escala mundial (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 53-54, grifos dos autores).

É esse o sentido destacado do que é comum, de formas originais de ação e discurso (práticas, lutas, instituições, pesquisas etc.) que configurariam um princípio político central, um modo alternativo de organização e reprodução social descentralizado e assentado numa subjetividade e/ou em ideais coletivos e cooperativos, em apropriações e usos comuns que devem ser reconhecidos e instituídos socialmente (DARDOT; LAVAL, 2017, 2018).

Sobre a dimensão política e descentralizada do princípio do comum, Dardot e Laval destacam:

[...] por “comunismo dos comuns” entendemos não um movimento já em curso “que suprime o atual estado das coisas”, segundo a fórmula de Marx, já citada, não o desenvolvimento de um ser comunitário que já estaria dado na dinâmica interna do capitalismo, mas um projeto que se apoia nas multiformes experimentações dos comuns (comuns urbanas, comuns de informação e de conhecimento, comuns agrícolas ou florestais etc.) prolongando ao mesmo tempo sua lógica para além dos limites atuais (fragmentação, ausência de coordenação etc.) [...] (DARDOT; LAVAL, 2018, p. 166).

Dentre os autores apresentados e a despeito das possíveis críticas existentes para cada uma de suas abordagens, neste trabalho destacam-se as concepções sobre os comuns de Harvey (2013, 2014) e de Dardot e Laval (2016, 2017, 2018). O primeiro, por se tratar de uma leitura socioespacial dos recursos e relações comuns em ambiente urbano, e por este levar em consideração as contradições e as relações conflituosas entre o Estado, as empresas, as organizações multilaterais e entre os

próprios sujeitos/grupos que produzem os recursos comuns. Os outros dois pelo avanço em relação ao entendimento do que é comum como um princípio político alternativo e central que se coloca para além do reconhecimento do Estado e das instituições hegemônicas, designando um conjunto real de lutas assentadas nas atividades práticas dos indivíduos diante do avanço do capitalismo e da racionalidade neoliberal em diferentes contextos (urbanos e rurais).

Assim, pensar criticamente sobre a emergência do comum como um projeto alternativo e atentar para a questão do avanço da acumulação primitiva ou por espoliação (HARVEY, 2004) do capital é importante porque, na “periferia” do mundo capitalista, a exemplo da América Latina, do Brasil e da Amazônia, esse não é um processo precedente do capitalismo, mas sim uma forma contemporânea de reprodução ampliada do capital (MARTINS, 2009, 2011).

É justamente por isso que o referencial teórico escolhido subsidia a análise, tanto do processo de modernização do espaço decorrente de projetos infraestruturais (turísticos, hidrelétricos, logísticos) pensados e/ou implementados nas cidades de Tucuruí, Altamira e Marabá, e em seus entornos imediatos, quanto das contradições engendradas pelo avanço do capital, que se materializam em maiores solidariedades entre grupos sociais (indígenas, ribeirinhos, agricultores, coletores, oleiros, barqueiros etc.), na afirmação de seus protagonismos e na incorporação dos territórios (HAESBAERT, 1995, 2009, 2014) comuns (HARVEY, 2013, 2014) e do comum como um princípio político (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017) às lutas urbanas e rurais no contexto regional amazônico.

CAPÍTULO II – A produção social do espaço e de territórios comuns em Tucuruí, Altamira e Marabá

[...] a questão central permanece a disputa pela apropriação da terra, mas se experimentam atualmente processos que têm levado à deslegitimação de posses e propriedades de grupos tradicionais. De outro lado, ressaltamos as contradições sociais e políticas que emergem da relação entre estado e sociedade pela imposição de grandes projetos de investimento na Amazônia (mineração, hidrelétricas, rodovias e agronegócio), no contexto de uma economia globalizada mais competitiva. Desta forma se reativa o modelo de produção de bens para o mercado de commodities, inclusive em contradição com as novas perspectivas de mercado que se formam em torno dos bens e serviços ambientais que podem ser gerados pela floresta. O Estado brasileiro tem demonstrado manter, em relação à Amazônia, uma postura tecnocrática e autoritária, profundamente ambígua, com sérios problemas na relação federativa.

Edna Castro

2.1. Amazônia, padrões de ocupação e modernização do espaço regional

Para analisar consistentemente/criticamente o avanço do processo de modernização capitalista engendrado por projetos infraestruturais (turísticos, hidrelétricos, logísticos) no espaço regional, a produção do urbano e de territórios (HAESBAERT, 2009, 2014) que corporificaram apropriações coletivas, e o surgimento do comum – a esfera coletiva e apropriativa da atividade humana – como um recurso, uma contradição (HARVEY, 2013, 2014) e um princípio político (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017, 2018) alternativo ao longo da história e da geografia da Amazônia, é necessário percorrer um “caminho”, uma trajetória que vai do início da ocupação da região até o período atual, destacando, nesse percurso, os rios e os territórios coletivos por eles subsidiados como territórios comuns em face do avanço das ações desenvolvimentistas assentadas em ideais modernizantes (e, atualmente, neoliberais) e das contradições, conflitos e insurgências produzidos por esse processo.

A análise histórico-geográfica é importante porque ajuda a retomar eventos, elementos específicos e processos que imprimiram “marcas” na Amazônia e são essenciais para o raciocínio estabelecido nesta tese, com destaque, também, para a (re)valorização capitalista das águas (potencial energético, circulação fluvial de médio e grande porte, turismo etc.) e da natureza, para a produção da cidade e do urbano e, por fim, para as contradições e o potencial criativo das trajetórias discordantes, das resistências em torno de territórios comuns e de projetos de reprodução socioespaciais alternativos que negam a ordem hegemônica capitalista neoliberal na região.

Assim, no intuito de apresentar e pontuar os elementos que subsidiam o presente estudo, destaca-se, inicialmente, que a colonização portuguesa, na Amazônia brasileira, resulta de interesses políticos e econômicos conflituosos entre potências europeias (Portugal, Espanha, Holanda etc.). Tal fato se deu principalmente através da criação de aglomerações e fortins ao longo do rio Amazonas e de seus afluentes (CORRÊA, 1987), em sítios estratégicos na interseção entre os cursos d’água e a floresta, com o objetivo de conquista, exploração de produtos extrativistas, transportes de mercadorias, aprisionamento de índios³³ e defesa do território (CASTRO, 2008; OLIVEIRA; SCHOR, 2008).

³³Quando os europeus iniciaram o processo de colonização da Amazônia, esta não era um grande vazio demográfico, portanto, não estava desocupada. A ocupação nos primeiros séculos significou uma

Por conta de toda essa dinâmica econômica e social, diversos aglomerados populacionais, os embriões de boa parte dos atuais espaços citadinos regionais, surgiram ao longo dos rios (TRINDADE JR.; AMARAL; SILVA, 2008), já que estes serviram de vias de comunicação por onde chegaram as novas formas de relações sociais na região (capitalismo comercial), da mesma maneira como possibilitaram a fixação das bases para a “ocupação” e a irradiação de novos modos de vida associados a diferentes temporalidades e espacialidades (indígenas, quilombolas, ribeirinhas, empresariais). Além disso, naquele momento, o controle das rotas e da circulação fluvial também se constituiu num meio de garantir o domínio político de elites locais e regionais na Amazônia (OLIVEIRA, 2000).

Os elementos apresentados permitem afirmar que o início da colonização da Amazônia, a exploração das “drogas do sertão”, o desenvolvimento da agricultura comercial e a exploração da borracha, foram expressões socioeconômicas que muito contribuíram para o surgimento de povoados, vilas e cidades ao longo dos cursos fluviais (TRINDADE JR., 2008). Esse vínculo com as águas³⁴, que perdura até meados da década de 1950-60, chegou a ser tão intenso que até mesmo levou Tocantins (1961) a destacar o domínio dos rios sobre os homens no espaço regional:

veias de sangue da planície, caminho natural dos descobridores, farnel do pobre e do rico, determinantes das temperaturas e dos fenômenos atmosféricos, amados, odiados, louvados, amaldiçoados, os rios são a fonte

forma de colonização que muito utilizou os habitantes originais, os indígenas, como mão de obra para a construção dos fortins, para catequização etc. (OLIVEIRA, 2000). Portanto, desde o período pré-colonial amazônico, o processo de ocupação de terras se deu às margens dos rios ou em áreas adjacentes (espaços de beira) aos cursos d’água. Nesses espaços, os conjuntos variados de práticas que entrelaçam rio e floresta foram desenvolvidas, reelaboradas e transmitidas ao longo de gerações. Tais práticas são decorrentes de interações nem sempre pacíficas de sujeitos e culturas diversas, quais sejam: povos indígenas, escravos africanos e seus descendentes, colonos europeus e seus sucessores etc. (BARRETO, 2019).

³⁴ De um lado, é importante destacar que esse padrão de organização do espaço (rio-várzea-floresta) foi se estruturando no interior da floresta amazônica e das áreas de várzeas. A partir dele ocorreu o surgimento de diversos aglomerados populacionais e cidades e a combinação do extrativismo de frutos, essências para perfumes, plantas aromáticas, medicinais, madeiras e outros produtos, com a prática da pesca e, ainda, com a agricultura, parte para a subsistência e parte para a comercialização (PORTO-GONÇALVES, 2001). Por outro lado, no Estado do Pará também existiu, mesmo que secundariamente, outro padrão de organização espacial (cidade-estrada de ferro-colônia) ligado ao eixo ferroviário. Este se iniciou no final do século XIX e se desenvolveu devido à interrelação existente entre a cidade de Belém, a Estrada de Ferro de Bragança (construída com o intuito de garantir o escoamento da produção agrícola regional para Belém) e as colônias estabelecidas ao longo do eixo da ferrovia, onde os camponeses produziram o seu espaço de vivência e deram origem a diversos núcleos de povoamento. Dessa forma, foi um momento marcado pelo aparecimento de mais núcleos de povoamento que deram origem a outras cidades (Benevides, Ananindeua, Castanhal, Inhangapí, Igarapé-Açu, Capanema, Santa Maria do Pará, São Francisco do Pará) e que foram responsáveis pelo revigoramento de Bragança, que funcionou como “ponta de trilho” (cidade que apresenta relativo crescimento econômico em função das atividades da ferrovia, tornando-se uma referência para as localidades mais próximas) (MIRANDA, 2012).

perene do progresso, pois sem elês o vale se estiolaria no vazio inexpressivo dos desertos. Êsses oásis fabulosos tornaram possível a conquista da terra e asseguram a presença humana, embelezam a paisagem, fazem girar a civilização – comandam a vida no anfiteatro amazônico (TOCANTINS, 1961, p. 252).

Para este autor, as águas dos rios e o homem eram os dois mais ativos agentes da geografia da Amazônia, sendo que os primeiros (os rios) acabavam por prevalecer sobre o segundo (o homem), imprimindo à sociedade rumos e tendências e, com isso, criando tipos característicos da vida regional associados às águas (TOCANTINS, 1961). Tal proposição, da qual se discorda por seu conteúdo marcadamente determinista, foi elaborada antes das transformações recentes que se deram sobre a Amazônia, e, muito embora ela apresente elementos que destaquem o domínio da natureza sobre o homem, é considerada importante para demonstrar o quanto a região esteve ligada aos rios, lagos, igarapés etc.; estes configuraram grandes referenciais socioespaciais e recursos de usos coletivos para diversos grupos sociais, sejam eles habitantes da cidade ou do campo.

Além das águas dos rios e de todos os seus significados para a Amazônia, diversas atividades permeadas por usos materiais e/ou simbólicos associados à floresta também são constatadas em ambientes citadinos (CASTRO, 2008), notadamente através de processos que envolvem a transformação e/ou utilização de produtos extrativistas vegetais (madeiras, frutas, ervas, sementes), na caça, no artesanato, nas festas de santo, na pesca, na produção de embarcações em estaleiros artesanais etc. De maneira geral, são processos de trabalho não reconhecidos ou apenas parcialmente reconhecidos como monetários, embora gerem importante fluxo de renda para a economia local e regional. E a cidade é o destino de boa parte dessa produção, o que evidencia uma intensa relação cidade-floresta (CASTRO, 2008) e cidade-rio (OLIVEIRA; SCHOR, 2008) em âmbito regional.

Sobre essa ligação do urbano, em diferentes escalas e intensidades, com a floresta, Trindade Jr. (2014) destaca que esta não deve ser vista apenas como um recurso econômico a ser aproveitado, mas, igualmente, como parte de padrões culturais e de representações simbólicas que, com maior ou menor intensidade, encontram-se presentes na configuração espacial das cidades.

Assim, floresta e rio historicamente se encontraram, conformando elos relacionais urbanos e rurais que são os referenciais de usos, de práticas e de apropriações comuns (territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.) que, mesmo

(co)existindo com relações capitalistas associadas ao aproveitamento de produtos regionais (drogas do sertão, borracha etc.), não necessariamente têm na lógica de reprodução econômica o seu principal referencial de reprodução social. E, dentre esses elos, tem destaque, nesta tese, aquele que se materializou nas orlas fluviais das cidades amazônicas – os espaços imediatos de contato entre a terra e a água.

As orlas fluviais na Amazônia são espaços urbanos socialmente produzidos permeados por uma morfologia material e social na qual se desenvolvem os cultivos de várzeas; é onde se obtém o peixe que é utilizado como alimento ou comercializado nos mercados, nas feiras e nos trapiches³⁵; de onde muitas vezes é retirada a água para o uso doméstico ou mesmo para o próprio consumo; de onde, por meio da circulação fluvial de menor porte, dos improvisados portos e do amontoado de pequenas embarcações (barcos, canoas, rabetas etc.), interagem ribeirinhos das ilhas e os ribeirinhos citadinos; são espaços de realização de práticas religiosas e de festas de santo; o *lócus* da construção naval de pequeno porte; e, por fim, são espaços de lazer associados ao consumo improdutivo (banhos de rio, jogos das crianças, reuniões de fim de tarde) e os elos de identificação com o tempo lento, cadenciado, da natureza.

Por outro lado, essa íntima interação com os rios e a floresta sofre significativas alterações no contexto recente. Isso porque, de acordo com Oliveira (2000), na Amazônia brasileira as relações de produção têm sido produzidas e reproduzidas numa espacialidade concretizada e criada para possibilitar a expansão do modo de produção capitalista. O referido processo intensificou-se a partir das políticas de desenvolvimento postas para o espaço regional (OLIVEIRA, 1999) e através dos novos objetos³⁶ inseridos na região, que são: as modernas plantas industriais; o novo sistema de circulação, estabelecido pelas rodovias e ferrovias; as modernas redes de telecomunicações; os novos sistemas portuários; a expansão da rede de energia elétrica, apoiadas na instalação de modernas hidrelétricas; a presença de grandes projetos econômicos e de infraestrutura e, igualmente, o surgimento de suas “modernas” cidades (TRINDADE JR., 2010a).

³⁵ O trapiche é uma estrutura que pode ser de madeira ou concreto, fincada na barranca e avançando em direção aos rios, formando um pontilhão ou uma ponte, que serve de ancoradouro para embarcações de pequeno e médio porte (BELTRÃO; RODRIGUES, 2005).

³⁶ Grandes objetos artificiais que também são expressões do meio técnico-científico informacional (SANTOS, 2008) que se expande na Amazônia. Desse modo, estes objetos respondem à necessidade de modernização da sociedade e do território, especialmente com vistas a atender demandas de produção associadas ao mercado nacional e internacional. Sua difusão no espaço regional ocorre especialmente a partir da década de 1960 (TRINDADE JR., 2010a).

Assim, em linhas gerais, num primeiro momento (pós década de 1960) diversos investimentos foram destinados para a pecuária, a exploração madeireira e a agricultura. Tiveram destaques, nesse contexto, os polos de crescimento regionais e os programas governamentais de colonização³⁷, a abertura de estradas³⁸, a atividade mineradora, a geração de energia e os incentivos fiscais a médias e grandes empresas de pecuária e de madeira, o que determinou o avanço de novas frentes econômicas, com apropriação de imensos territórios da União (CASTRO, 2012).

Ainda no âmbito de ações do Estado desenvolvimentista, no segundo momento (decorrer dos anos de 1980) prevaleceram os projetos de mineração e infraestrutura de comunicação, de geração de energia (assentados em empreendimentos hidroelétricos) e de construção de estradas. Posteriormente, a partir da década de 1990 começam a predominar intervenções no espaço regional com base em projetos de infraestrutura de transporte (estradas, hidrovias, portos, ferrovias) e de telecomunicações, articulados aos eixos de desenvolvimento voltados principalmente para a integração ao mercado externo (CASTRO, 2012).

No terceiro momento, as estratégias e investimentos estatais adotam uma visão estratégica nacional, orientando os investimentos e projetando metas para o desenvolvimento a médio e longo prazos. Baseiam-se em demandas e padrões produtivos voltados para o mercado global, para a competitividade e para a produtividade que seguem lógicas econômicas e processos de produção que obedecem a agendas de diferentes empresas em redes de clientes, de fornecedores ou de consumidores (CASTRO, 2012).

³⁷ Para Castro (2010), o avanço da fronteira econômica na Amazônia organizou-se de maneira a permitir a integração regional às estruturas produtivas do mercado nacional e internacional. Para os migrantes (colonos com ou sem recursos) atraídos por essa “política de integração” o apoio do Estado foi reduzido. Assim, muito embora o movimento de expansão da fronteira tenha aberto espaços à reprodução do pequeno produtor familiar, o governo federal priorizou políticas direcionadas à empresa agropecuária. O modelo adotado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para certas áreas da fronteira foi o de grandes propriedades, num contexto de subordinação ao projeto mais amplo de modernização institucional e econômica do país, que beneficiava elites regionais, nacionais e o capital estrangeiro. É nesse sentido que projetos distintos e contraditórios se encontram, tornando a Amazônia um espaço de intensos conflitos fundiários.

³⁸ A intensificação da inserção do eixo de circulação rodoviário proporcionou o surgimento de um padrão de organização espacial (estrada-terra firme-solo-subsolo) que se instaurou a partir dos anos de 1960-70, na Amazônia, que tinha nas estradas o seu eixo de estruturação (de ocupação, de circulação e de integração ao resto do país). Este padrão foi proveniente da fase de modernização do espaço regional, que se apoiou no grande capital e no transporte rodoviário como o meio de obter acessibilidade a recursos naturais (terra e os minérios), e para sua consequente exploração (PORTO-GONÇALVES, 2001).

É quando se abre a fronteira a empresas de mineração, de agricultura mecanizada, de madeira certificada etc. Os investimentos governamentais viriam a consolidar um novo papel a ser dado à infraestrutura (energia, transporte, estradas, comunicação etc.), objetivando criar estruturas de produção que possibilitem uma maior integração, tanto entre países da América do Sul como com os mercados externos. Destaca-se, também, o incentivo e a intensificação da produção de *commodities* (mineração, pecuária, exploração madeireira e agricultura mecanizada) e a criação de infraestrutura e mecanismos legislativos e institucionais (flexibilização de leis ambientais) que viabilizem o seu escoamento para novos mercados (CASTRO, 2012).

De maneira geral, essas transformações recentes indicam os anseios e a cobiça que remontam ao período de *dominação colonial* no que diz respeito ao aproveitamento dos recursos naturais, de suas potencialidades e de sua “inesgotabilidade”; e isso se traduz na complexidade dos novos processos de dominação social que se dão sobre a Amazônia (CASTRO, 2010).

[...] a questão central permanece a disputa pela apropriação da terra, mas se experimentam atualmente processos que têm levado à deslegitimação de posses e propriedades de grupos tradicionais. De outro lado, ressaltamos as contradições sociais e políticas que emergem da relação entre estado e sociedade pela imposição de grandes projetos de investimento na Amazônia (mineração, hidrelétricas, rodovias e agronegócio), no contexto de uma economia globalizada mais competitiva. Desta forma se reativa o modelo de produção de bens para o mercado de *commodities*, inclusive em contradição com as novas perspectivas de mercado que se formam em torno dos bens e serviços ambientais que podem ser gerados pela floresta. O Estado brasileiro tem demonstrado manter, em relação à Amazônia, uma postura tecnocrática e autoritária, profundamente ambígua, com sérios problemas na relação federativa (CASTRO, 2010, p. 106-107).

Trindade Jr. e Madeira (2016) também abordam criticamente as ações desenvolvimentistas ocorridas na Amazônia, analisando estratégias de desenvolvimento regional com ênfase em suas materializações territoriais, para, em seguida, discutir o papel das cidades nas diferentes propostas de ordenamento territorial. Para eles, as políticas de ordenamento territorial levaram em conta três referências centrais, quais sejam: a) os polos de crescimento (que predominaram até a década de 1980); b) os eixos de integração e desenvolvimento (a partir da segunda metade da década de 1990); e c) e a articulação entre esses últimos e os zoneamentos ecológico-econômicos (principalmente a partir dos anos 2000) (TRINDADE JR.; MADEIRA, 2016).

Sobre os termos e/ou principais características do desenvolvimento, no que diz respeito aos polos de crescimento, destaca-se a implantação de novos “objetos” espaciais de natureza econômica e infraestrutural, o incentivo à mobilidade da mão de obra para fins de povoamento e de formação do mercado de trabalho, o rompimento da lógica do “arquipélago regional” e a busca da articulação entre regiões por meio do eixo rodoviário. Em relação às estratégias desenvolvimentistas, frisa-se a ativação de polos de crescimento, com núcleos dinamizados a partir de “atividades motrizes” (mineração, agropecuária, extrativismo madeireiro, agricultura), os projetos de colonização rural, a ação intensiva de empresas capitalistas na exploração dos recursos da região e o Estado como agente provedor de infraestrutura, responsável pela criação de órgãos de planejamento, financiamento e a concessão de incentivos/subsídios fiscais/creditícios à grande propriedade rural e aos fluxos de capital (TRINDADE JR.; MADEIRA, 2016).

No segundo referencial, os eixos de integração e desenvolvimento, visualiza-se a oposição discursiva ao nacional-desenvolvimentismo, de caráter intervencionista, do referencial anterior. É nesse contexto que se dá prioridade ao comércio exportador, com inserção competitiva do país nos circuitos globais, assim como se estimula a integração regional e interiorização com vistas à definição de novas fronteiras de desenvolvimento. As estratégias baseiam-se em “corredores de exportação”, com perspectivas de inovação assentadas em eixos e fluxos de bens e de serviços, na racionalização e/ou aproveitamento de cadeias produtivas em potencial, situadas nas áreas de influência dos eixos e no planejamento integrado de natureza não setorial, com sinergia entre setores econômicos. O Estado volta-se para ações neoliberais de desenvolvimento regional, com a função de remover obstáculos, abrir horizontes de investimentos e favorecer a desconcentração econômica e territorial. É quando se adota uma concepção estratégica de desenvolvimento, com otimização sistêmica, exploração de oportunidades e geração de efeitos multiplicadores, com destaque para ações consorciadas e o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada (TRINDADE JR.; MADEIRA, 2016).

Dos termos do desenvolvimento no terceiro referencial, aponta-se como elemento central a convivência de uma economia de fronteira com um vetor tecnoecológico de desenvolvimento e a integração amazônica como parte de um projeto nacional de inserção no atual estágio da globalização. Tudo isso tendo como

foco o discurso de um desenvolvimento econômico sustentável e de uma possível integração das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento (BECKER, 2007; TRINDADE JR.; MADEIRA, 2016). Das estratégias, destacam-se: a) a ambientalista/preservacionista, mais articuladas aos movimentos ambientais; b) a geopolítica ecológica, associada às estratégias das empresas; c) os projetos alternativos de desenvolvimento e de conservação, ligados aos agentes extrativistas e aos pequenos produtores da região (BECKER, 1997). O Estado aparece como agente mediador e/ou orquestrador de diferentes interfaces entre a esfera pública e a privada, como responsável por integração de projetos, programas e parcerias transescalares, envolvendo instituições governamentais e a sociedade civil, e como difusor de retóricas e práticas em torno da participação e da gestão compartilhada (TRINDADE JR.; MADEIRA, 2016).

Assim, é por meio desse processo histórico e geográfico de produção do espaço regional que se entrelaçaram as águas dos rios e as populações da floresta, em uma dinâmica que consubstanciou usos, práticas e apropriações comuns em diversos locais (urbanos e rurais) da Amazônia, nos quais cotidianamente se (re)produziu a territorialidade de diversos sujeitos/grupos sociais, como indígenas, ribeirinhos, quilombolas, agricultores, coletores, pescadores etc.

A referida situação social sofre alterações significativas diante das iniciativas desenvolvimentistas que tendem a tornar o espaço regional predominantemente dinamizado em função de interesses capitalistas de grupos locais, regionais, nacionais e internacionais. E é justamente essa complexidade, no frenesi desse contexto, que se destacam Tucuruí, Altamira e Marabá.

2.2. Entre rios, cidades e territórios comuns: sobrevivências, contradições e conflitos em Tucuruí, Altamira e Marabá

A análise e a sistematização inicial do processo de produção do espaço regional amazônico consistiram no ponto de partida para a retomada histórico-geográfica da produção do espaço das cidades de Tucuruí, Altamira e Marabá. Assim, o objetivo desta subseção da tese é sistematizar o processo de formação dessas cidades, de maneira a possibilitar o entendimento das relações existentes entre essas

urbes e os rios (Tocantins, Itacaiúnas e Xingu) e a configuração dos territórios comuns que apresentam íntimas relações com suas águas.

O aglomerado populacional que deu origem a Tucuruí tem sua gênese no período de colonização e exploração do médio curso do rio Tocantins, a partir do século XVII. O incentivo ao povoamento se deu em função de fatores de cunho econômico (exploração de drogas do sertão), fiscal e militar; sendo este último principalmente pela necessidade de proteção territorial e “domesticação” de índios Assurinís, Parakanãs e Gaviões, etnias que habitavam a região, e para o aprisionamento de escravos fugitivos. Isso tudo, juntamente com a necessidade de facilitar a circulação fluvial regional, levou à fundação de vários fortins e povoados nas margens do rio Tocantins, como a localidade de Alcobaça (que futuramente mudaria a sua denominação para Tucuruí), no início da década de 1780, nas proximidades do trecho encachoeirado de Itaboca (PATERNOSTRO, 1945; VELHO, 1972; ROCHA, 2008).

Posteriormente, o referido aglomerado foi abandonado, num contexto no qual diversas tentativas de povoamento do rio Tocantins, em seu médio curso, fracassaram devido aos “inconvenientes” físicos (trechos encachoeirados e corredeiras) e ao movimento de resistência indígena (ROCHA, 2008).

É somente a partir da primeira metade do século XIX, e em meio ao processo de exploração econômica do extrativismo da borracha, que se retomou o interesse em ocupar e colonizar o interior da Amazônia, com o estímulo à navegação a vapor (CORRÊA, 1987). É em função de todo esse processo de revigoração econômica e populacional que, em 1870, o governo provisório do Pará cria a Freguesia de São Pedro, no lugar de Pernedeiras, no município de Baião, o então local mais populoso naquele trecho do rio Tocantins. Esta localidade viria a se chamar, no ano de 1875, São Pedro de Alcobaça (ROCHA, 2008).

A necessidade de escoamento da produção (borracha e castanha) e de circulação no médio Tocantins também levou à construção de uma estrada de ferro, na década de 1890, para transpor o obstáculo das cachoeiras de Itaboca, que cobriam um trecho que ia de Alcobaça até a Praia da Rainha, a 60 quilômetros de Marabá. A localidade de Alcobaça foi escolhida como ponto inicial da ferrovia³⁹, onde foram

³⁹ A obra de construção da estrada de ferro foi várias vezes interrompida por falta de interesse político e financiamento. A sua finalização ocorreu apenas no ano de 1946, com 117 quilômetros que interligavam as localidades de Alcobaça e Jatobal, no município de Jacundá (VELHO, 1972; ROCHA,

construídos alojamentos para trabalhadores, funcionários e técnicos que deveriam iniciar a obra. Isso levou ao repovoamento do local, com grande influência de migrantes (sobretudo de maranhenses) (ROCHA, 2008).

Ao realizar uma viagem com o objetivo de inspecionar o Burgo Agrícola do Itacaiúnas, no ano de 1896, Ignácio Moura descreveu a localidade:

Alcobaça, nome tirado de algum lugar do reino de Portugal, foi fundada, sem dúvida, por algum fervoroso colono da metrópole, o qual, infelizmente, para justificar um tão mau batismo, não deixou vestígio algum do primitivo estabelecimento. Ali se achava erguido, sem estilo algum o casarão coberto de folhas de zinco, todo de madeira, destinado a servir de escritório e de residência da administração e do pessoal técnico da Estrada de Ferro de Alcobaça, à Praia da Rainha, ultimamente transformada em Companhia das Estradas de Ferro do Norte do Brasil. Oito a nove casas cobertas de telha de zinco ou madeira (cavaco, sistema este introduzido no Pará por colonos franceses vindos do Canadá), destinados a oferecer acomodações ao resto do pessoal de construção, armazéns, escritórios, etc., completam toda a casaria, que formava naquele ano a povoação, destinada a servir de ponto inicial à maior e à mais importante via-férrea Norte da República (MOURA, 1989, p. 161).

Para Paternostro (1945), que no ano de 1935 realizou uma viagem pelo rio Tocantins, elaborando um inventário detalhado da produção econômica, dos aspectos humanos e físicos existentes, a localidade de Alcobaça consistia num pequeno povoado com aproximadamente 120 habitações, uma capela e uma população de 600 pessoas. Para ele, Alcobaça aos poucos transformara-se num ponto de destaque da circulação fluvial, principalmente por constituir-se num “porto” de embarque e desembarque de castanha-do-Pará. O rio Tocantins, nesse momento de sua história, apresentava-se como um importante referencial de sobrevivência coletiva – consumo e uso doméstico da água, pesca, circulação de pessoas, informações e mercadorias.

Também é importante ressaltar que, no ano de 1943, o distrito de Alcobaça recebeu a denominação de Tucuruí, desmembrando-se de Baião e sendo elevado à categoria de município, pela Lei Estadual n.º 62, de 31 de dezembro de 1947 (VELHO, 1972; ROCHA, 2008). É nesse momento que Tucuruí tornou-se um importante entreposto comercial entre Belém (a capital do Estado) e o médio Tocantins – trecho cuja extensão territorial compreende Marabá, Tucuruí e outras localidades (figura 01) –, principalmente em função do comércio extrativista da castanha do Pará e também pelo abastecimento de mercadorias em escala regional (VELHO, 1972; ROCHA; GOMES, 2002; ROCHA, 2008).

2008). Por fim, é importante destacar que a referida ferrovia foi desativada na década de 1970, e vários de seus trechos foram submersos após a formação do lago da usina hidrelétrica de Tucuruí.

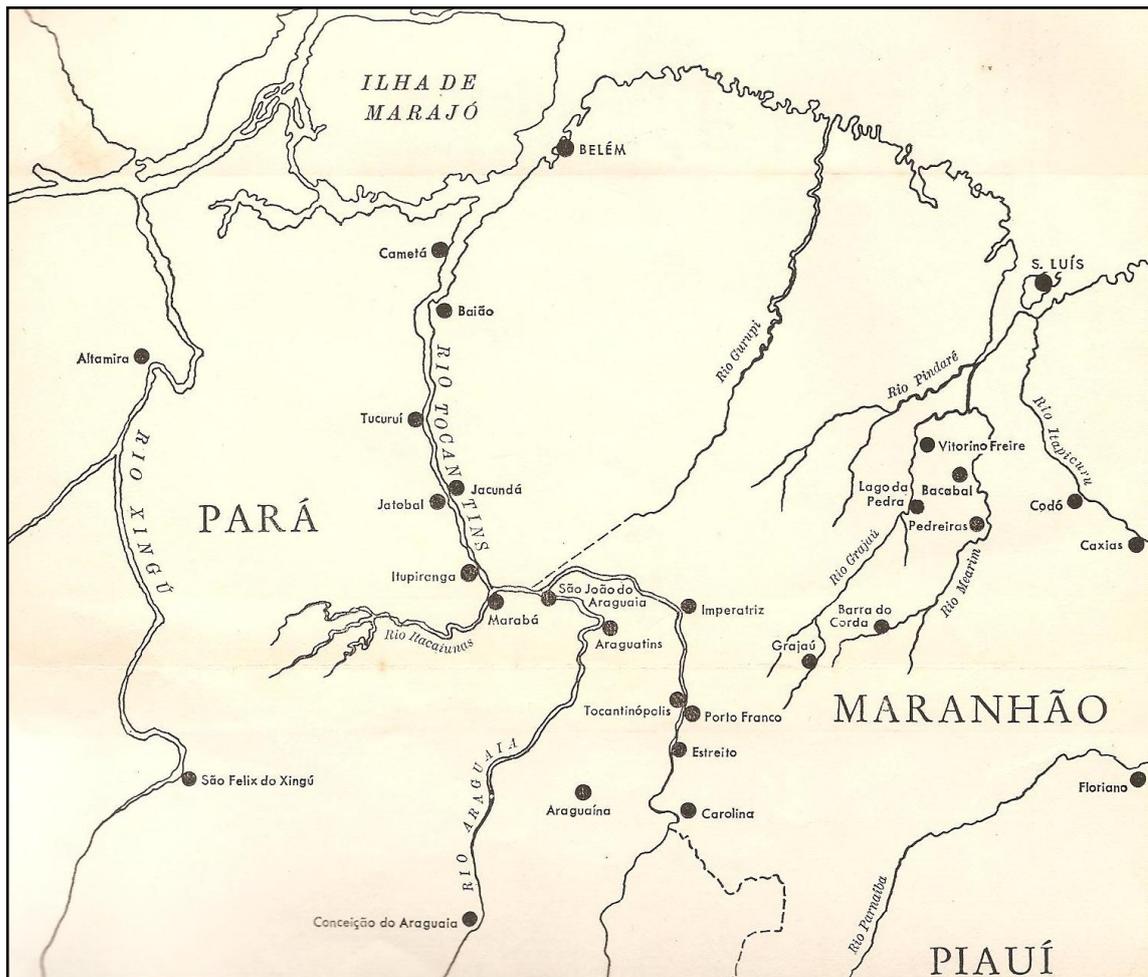


Figura 01 – Principais cidades localizadas ao longo do rio Tocantins na primeira metade do século XX: disposição espacial das cidades ao longo do Tocantins, espaços que mantinham, por meio da via fluvial, um intenso fluxo de mercadorias, pessoas e informações em nível local e regional. Fonte: Velho (1972).

Assim, ao mesmo tempo que se desenvolvia a frente extrativista da castanha e Tucuruí ascendia como entreposto comercial (MAGALHÃES, 2007), em sua organização socioespacial e cultural predominava uma dimensão ribeirinha que era marcada por um tempo social cadenciado, que aproximou os sujeitos dos recursos hídricos e florestais numa perspectiva de usos comuns, que, como destaca Pompeu (2008), tinha pouca presença de ritmos comandados e direcionados por uma tecnologia mais avançada e pelo tempo rápido do capital e de suas transações eminentemente econômicas.

Sua população inicial era composta por grupos (em sua maioria vinda de pequenos povoados, vilas e cidades) que se dedicavam a atividades como o extrativismo vegetal, a pesca e a agricultura de subsistência. É a partir da ação desses sujeitos que se formou o embrião histórico de Tucuruí (Bairro da Matinha), margeando o lado esquerdo do rio Tocantins, na “frente da cidade”, o seu espaço de orla fluvial (POMPEU, 2002). Assim,

organicamente, parte do sistema espacial regional, moldado ao longo da primeira metade do século passado pela economia extrativista da castanha-do-Pará e no qual desempenhava a função de viabilizar o escoamento e a circulação da produção, a área de Tucuruí, correspondia a um conjunto articulado de localidades dispostas ao longo do sistema fluvial e ferroviário – Estrada de Ferro Tocantins. Segundo Dias (1959), Tucuruí, no âmbito da divisão do trabalho, destacava-se como uma *localidade rupture the charge*, entreposto comercial (ROCHA; GOMES, 2002, p. 33, grifos dos autores).

Dessa forma, a configuração social, econômica e política da região do médio Tocantins foi marcada, até meados da década de 1960, por uma economia extrativista (ouriço da castanha), o que atribuiu a Tucuruí grande importância regional como entreposto comercial. Assim, Tucuruí (foto 01) era o ponto de articulação entre a estrada de ferro e a navegação no rio Tocantins, sediando os armazéns destinados à estocagem da castanha (MAGALHÃES, 2007).



Foto 01 – A cidade de Tucuruí na década de 1970: espaço urbano de Tucuruí no período anterior à construção da usina hidrelétrica, cujas formas espaciais (barcos, canoas, improvisadas rampas de acesso ao rio, barracões de castanha etc.) demarcam a existência de um tempo social menos moderno-capitalista e mais cadenciado, ligado ao rio Tocantins. Fonte: Tucuruí (2019).

Toda essa dinâmica regional sofreu alterações significativas após a década de 1960, por conta das ações do Estado desenvolvimentista, do aproveitamento de recursos (vegetais, minerais, energéticos) e da intensificação da inserção da Amazônia brasileira à economia nacional e internacional (CORRÊA, 1987). É quando fatores de ordem externa e interna concorrem para a concretização do empreendimento hidrelétrico em Tucuruí (ROCHA; GOMES, 2002), quais sejam: crise e altos preços do petróleo, na década de 1970; a existência de excedente de capital no mercado financeiro internacional (que induziram a formas de endividamentos externos); o governo ditatorial e suas ações impositivas no que diz respeito às tomadas de decisões; a necessidade de equipar o território, disponibilizando energia frente às demandas de realocação de unidades eletrointensivas de países industrializados; o estabelecimento do modelo de desenvolvimento de substituição de importações, no qual se priorizava a difusão da modernização da sociedade e do território a todo custo, sendo o componente energético fundamental como matriz de insumos básicos para a industrialização nacional (ROCHA; GOMES, 2002).

Os preparativos para a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí iniciaram entre os anos de 1973-74, sendo que a primeira fase (barramento do rio Tocantins e construção da usina) foi concluída no ano de 1984. A referida obra foi realizada para dar suporte energético à implantação de projetos industriais (Alumínio Brasileiro S. A. [Albras] e Alumina do Norte do Brasil S.A. [Alunorte]) e minerais (Carajás) (ROCHA, 2008), tendo como principais resultados o afluxo populacional (barrageiros, “peões” etc.) ligado à obra; o aumento de postos de trabalho no mercado formal e informal; a marginalização de populações que dependiam de atividades econômicas locais e regionais menos capitalizadas (pesca, circulação fluvial, agricultura, caça, extrativismo da castanha) para sua subsistência e reprodução social (ALMEIDA, 2008); a formação de um reservatório hidráulico de aproximadamente 2.430 quilômetros quadrados, com diversas “ilhas”, provenientes da inundação parcial de territórios dos municípios de Tucuruí, Jacundá, Itupiranga, Goianésia do Pará, Novo Repartimento, Nova Ipixuna e Breu Branco; o aumento da degradação ambiental; o êxodo rural; a criação de novos municípios; o avanço do latifúndio e a valorização do território do entorno do lago (ROCHA; GOMES, 2002; COSTA, 2004).

Também ocorreu a expansão urbana do núcleo preexistente, sendo este incapaz de acolher o surto populacional provocado pelo empreendimento hidrelétrico,

o que ocasionou a reprodução de condições de vida a níveis baixíssimos, resultando em diversas mazelas sociais (pobreza, prostituição e violência urbana) (ROCHA, 2008).

Durante o período de implantação da primeira fase da construção da usina, estima-se que ocorreu o deslocamento e/ou expropriação de cerca de 70 mil pessoas. Estas perderam suas terras, casas, habitações nas ilhas e nos demais espaços impactados ao longo do rio, os seus principais meios de sobrevivência. Além disso, após a ampliação da potência da usina⁴⁰, mais especificamente no ano de 2011, finda-se a construção das eclusas que reestabeleceriam a navegação no médio curso do rio Tocantins. É quando se acresce o alagamento de uma área de 20 quilômetros quadrados na região já desmatada durante a instalação da primeira fase deste grande objeto em referência.

Assim, nesta segunda etapa, a cota do lago do reservatório foi elevada para 74 metros, ampliando a área total inundada para 3.100 quilômetros quadrados (NOVAES; MARIN, 2015), o que ocasionou remoções e a criação de “novos” bairros na cidade de Tucuruí.

Por fim, destaca-se o acirramento de conflitos pela manutenção dos espaços de sobrevivência e a afirmação de diferentes usos do território por diversos grupos identitários, que são coletivos de moradores da orla da cidade, das ilhas do Lago, das beiras-rio de comunidades rurais dos municípios afetados pelo empreendimento etc., com o Estado, com a empresa (Eletronorte) e com os demais agentes e/ou grupos mais capitalizados (NOVAES; MARIN, 2015).

Na atualidade, os processos reivindicatórios não se dissociam da emergência de identidades que afirmam lutas coletivas e antagonismos que marcam o passado e delineiam o presente. Isso porque desde o barramento do rio Tocantins, da construção da usina e de suas eclusas, destituem-se as possibilidades do exercício de saberes e de formas de vida, suprimindo referenciais de sobrevivência e cultura sob a suposição de “compensações”, de medidas “mitigadoras” que, no geral, não são capazes de restituir boa parte das perdas (NOVAES; MARIN, 2015).

E é nesse sentido que se pode pensar as contradições e os conflitos existentes nessa realidade em torno do que era considerado comum (HARVEY, 2013, 2014).

⁴⁰ Foi o momento no qual ocorreu a duplicação da capacidade de geração inicial de energia de 4000 para 8000 megawatts. O projeto básico, que data de 1996, foi iniciado em 1998 e concluído no ano de 2006 (MAGALHÃES, 2007).

Este, em sua expressão socioespacial se manifesta em territórios (HAESBAERT, 2009, 2014) de usos e de apropriações coletivas de grupos sociais que não veem o rio e suas margens apenas como recursos que devem ser aproveitados para fins de acumulação, mas sim como abrigo, algo essencial para a sua sobrevivência e reprodução, o que, inclusive, suscita os sujeitos a se organizarem politicamente em torno da manutenção de seus territórios comuns e a colocarem em segundo plano suas diferenças diante de um mesmo inimigo. É a partir disto que emerge o sentido do comum como um princípio político (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017), uma força contrária ao avanço do grande capital na Amazônia.

Mapa 02 – Tucuruí: sede municipal e Vila Permanente

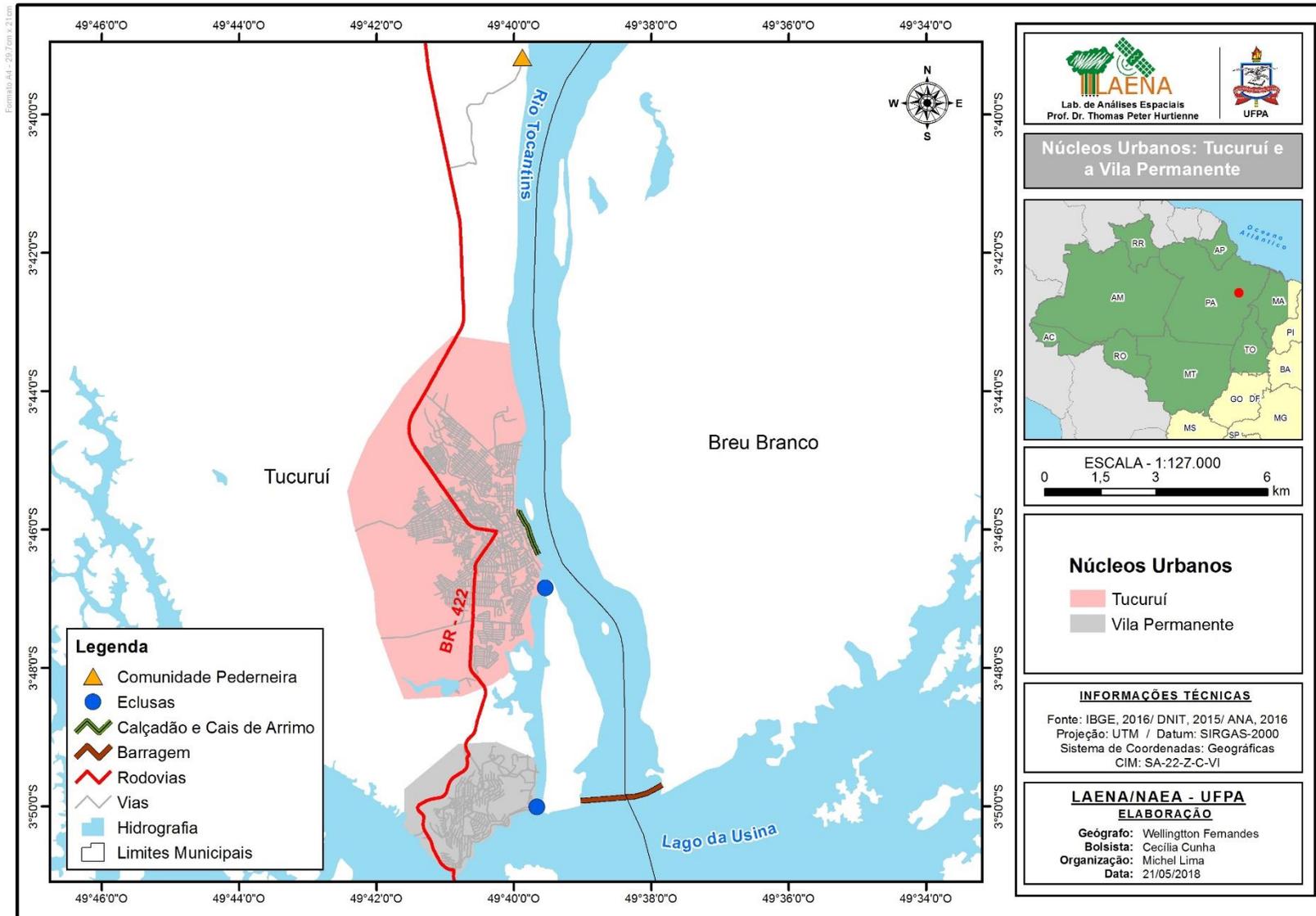




Foto 02 – Bairro da Matinha (Tucuruí-Pa): vista panorâmica das proximidades do Instituto Nossa Senhora da Conceição. O bairro da Matinha, que se formou delineando o rio Tocantins, é um dos mais antigos da cidade e nele é intensa a presença de usos e práticas que se remetem a uma temporalidade ribeirinha (circulação fluvial de pequeno porte, secagem de roupas, pesca de caniço, banhos no rio/rampas de acesso ao longo da orla, reunião na frente das casas etc.). Foto: Michel de Melo Lima (março de 2018).

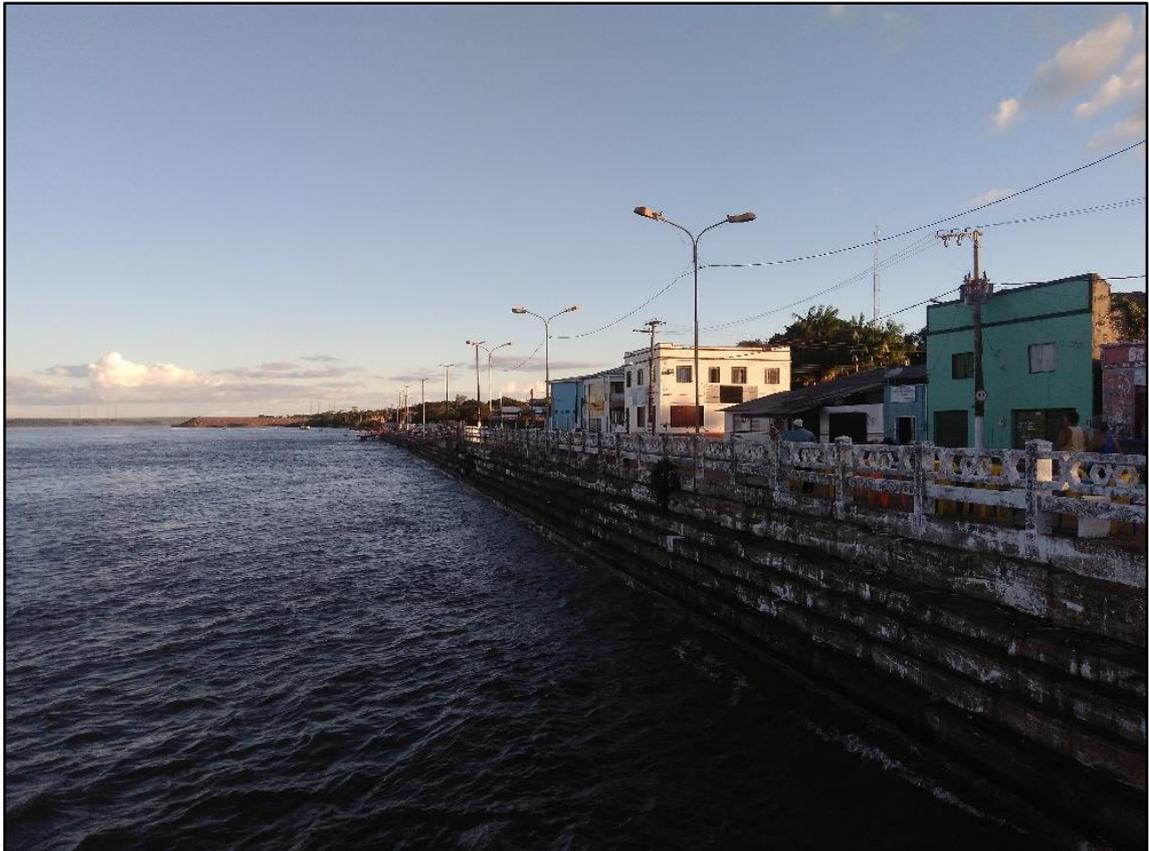


Foto 03 – Calçadão e cais de arrimo na cidade de Tucuruí: diferentemente de Marabá e Altamira, o espaço de orla da cidade (inclusive onde foi construído o calçadão e o cais de arrimo) não sofreu grandes mudanças em seu conteúdo socioespacial ligado ao rio. Foto: Michel de Melo Lima (março de 2018).

A ocupação do espaço onde atualmente está localizada a cidade de Altamira (sudoeste paraense) é produto do processo de colonização da Amazônia, no final do século XVII. Isso em função da bacia hidrográfica do rio Xingu ter sido considerada, nesse período, um importante espaço para a realização de incursões (inglesa, holandesa e portuguesa) na foz do rio Amazonas (MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

Assim, e da mesma maneira que Tucuruí, intentos militares (proteção do território), comerciais (drogas do sertão) e religiosos (catequese e aprisionamento de mão de obra indígena) são essenciais para entender a constituição do aglomerado que originou Altamira, sobretudo porque o seu surgimento e consolidação está relacionada à presença de missionários no rio Xingu e no rio Iriri, a partir da segunda metade do século XVIII, e, durante o século XIX (ALONSO; CASTRO, 2006; UMBUZEIRO; UMBUZEIRO, 2012).

Dessa forma, o município de Altamira, localizado na chamada Volta Grande do Rio Xingu⁴¹, foi desmembrado do antigo município de Souzel (atual município Senador José Porfírio), tendo a sua sede instalada na vila de Altamira por meio do Decreto Legislativo nº 1.234, em 6 de novembro de 1911 (ALONSO; CASTRO, 2006). A sua base econômica estava assentada no extrativismo da borracha e da castanha do Pará, sendo o escoamento dessas mercadorias feito de Altamira pela estrada até Vitória (que hoje constitui o município de Vitória do Xingu), de onde seguia pela via fluvial para Belém (ALONSO; CASTRO, 2006).

Henri Coudreau, no ano de 1896, ao ser encarregado pelo então governador do Estado do Pará, Lauro Sodré, de explorar os rios Xingu, Tocantins e Araguaia, destaca que Altamira constituía-se basicamente num vilarejo de apenas três casas na margem esquerda do rio Xingu (figura 02) (COUDREAU, 1977).

⁴¹ A Volta Grande do Rio Xingu consiste num território que conta com aproximadamente duzentos quilômetros de extensão e abrange parte dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Anapu e Senador José Porfírio, e que faz parte da *fall line zone* (zona de linha de queda) sul amazônica (COSTA, 2004). Trata-se de uma área densa e diversificada, composta por rios e seus afluentes, igarapés, lagos, furos, igapós e uma floresta primária com madeiras de lei raras e diversas espécies endêmicas (MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016; MIRANDA NETO; HERRERA, 2016). É habitada por pescadores, ribeirinhos, agricultores, coletores, moradores que ocupam os beiradões e por povos indígenas de diversas etnias, especialmente Xipaia, Kuruaia, Kayapó, Juruna e Arara; grupos que historicamente desenvolveram uma combinação de agricultura, extrativismo vegetal, caça e pesca, elementos fundamentais para a sua reprodução material e social (ALMEIDA; MARIN, 2014).

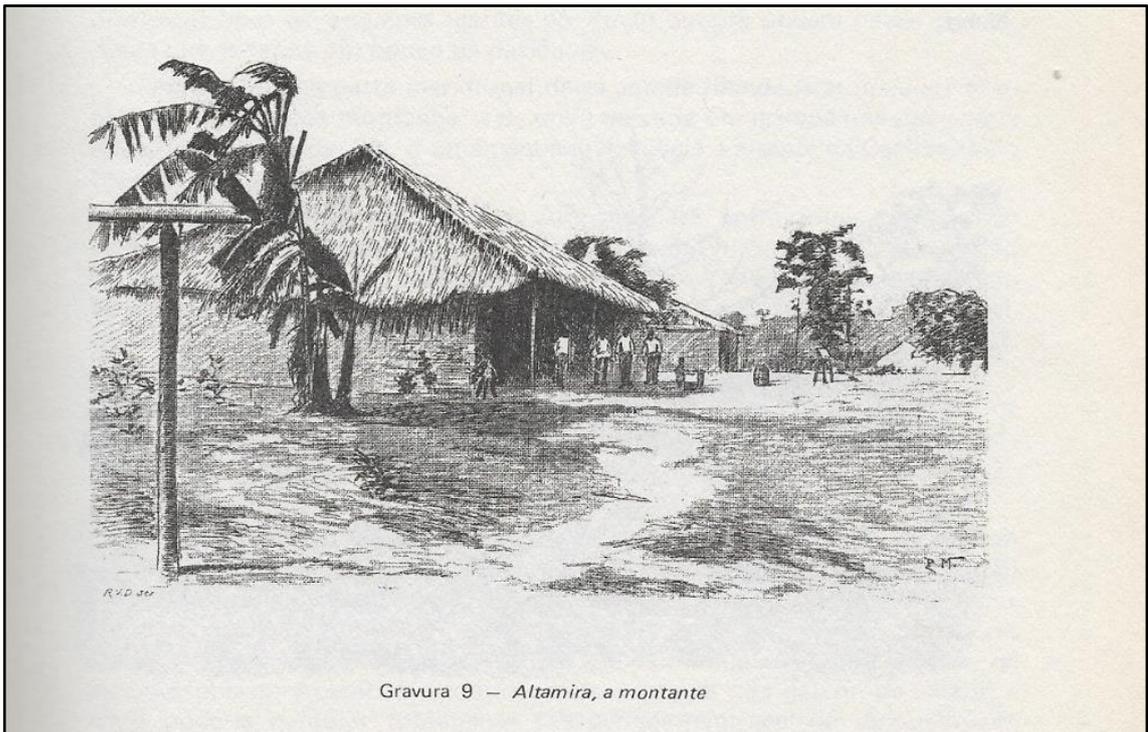


Figura 02 – Representação de Altamira no ano de 1896: gravura que ilustra os primórdios de Altamira, aglomerado populacional que contava com algumas roças e com três casas, localizadas na margem esquerda do rio Xingu. Fonte: Coudreau (1977).

Coudreau descreveu dessa maneira o aglomerado:

a excelência de seu clima, devido à posição da cidade no ângulo meridional da Volta – o que lhe propicia uma ventilação permanente, tanto em razão dos ventos que sopram em montante, quanto dos que sopram de jusante – somam-se às vantagens decorrentes de sua posição geográfica, fazendo com que Altamira, terminal da estrada pública, vá pouco a pouco se transformando no entreposto do alto Xingu. Por tudo isso, o povoado já pode contar, na época em que se envia a borracha para a capital e de lá chegam as mercadorias, com uma permanência de cerca de duzentas pessoas, que se instalam antes mal do que bem nas casas e plantações da nascente e “futura” povoação (COUDREAU, 1977, p. 25).

Assim, é a partir das práticas de aldeamento dos grupos indígenas (Xipaia, Curuaia, Juruna, Arara) realizadas pelos missionários da Companhia de Jesus e, posteriormente, pelos Capuchinhos (no período pombalino) que se tem a formação de missões religiosas que deram origem à Altamira (ALONSO; CASTRO, 2006). Dentre elas, destacou-se a missão Tavaquara, criada na confluência do rio Xingu com o igarapé Panelas. É por meio dela e do forte localizado na foz do igarapé Ambé, na margem esquerda do rio Xingu, que se estabeleceram as primeiras bases de Altamira, que foi elevada à categoria de cidade, no ano de 1917 (COSTA, 2004; ALONSO; CASTRO, 2006; MIRANDA NETO, 2016).

O improvisado porto de Altamira, nesse momento de sua história, foi fundamental para a irradiação de sua influência para povoações menores e para áreas rurais, já que a cidade serviu de entreposto comercial, estimulando a exploração de recursos naturais, inclusive durante o período do extrativismo da borracha (ALONSO; CASTRO, 2006). O comércio extrativista propiciou relativa dinamização econômica e a reafirmação de Altamira como um centro de destaque no médio Xingu (UMBUZEIRO; UMBUZEIRO, 2012).

É nesse sentido que

interessa-nos destacar a conexão que se depreende, de um lado, entre o trânsito de pessoas pelo rio Xingu e, de outro lado, Altamira como núcleo. Em outros termos, o rio Xingu vinha tendo um papel fundamental como eixo importante de ocupação do território, e Altamira era um local de trocas. Na época da borracha, Altamira tinha poucas pessoas morando e poucas casas. No entanto, havia muito movimento e “trânsito de lancha para os seringais do Alto Xingu”, o que parece evidenciar que Altamira, nesse período de auge da borracha, era mais propriamente um espaço de circulação de pessoas e de mercadorias que um local para fixar residência e moradia. Embora após a Segunda Guerra Mundial, quando acaba também o denominado “boom da borracha”, o fluxo de pessoas pela região tenha diminuído, há já uma tendência à concentração da população na cidade por parte das pessoas que transitam e habitam na região (ALONSO; CASTRO, 2006, p. 187).

Por outro lado, a queda da demanda da borracha no mercado europeu, o arrefecimento de seus fluxos populacionais e o fim da segunda guerra mundial demarcam um período de estagnação econômico-regional (1920-1960) na região em referência. Por conta disso, o espaço da Volta Grande do Rio Xingu e a cidade de Altamira (foto 04) não apresentaram alterações significativas em seu quadro socioespacial (CORRÊA, 1987; COSTA, 2004), no qual, em paralelo ao processo de estagnação econômica, diversos sujeitos (indígenas, ribeirinhos, agricultores, barqueiros, marisqueiros, oleiros, caçadores etc.) desenvolviam usos comuns dos recursos hídricos e florestais – os rios e suas margens – existentes.

O revigoração urbano de Altamira se deu somente a partir das ações do Estado desenvolvimentista (CORRÊA, 1987), pois desde os anos de 1960 e notadamente a partir da construção da rodovia Belém-Brasília, a política que norteou o avanço da fronteira econômica na Amazônia organizou-se de forma a permitir a conexão do mercado regional às estruturas produtivas nacionais e internacionais (integração, ocupação do território e exploração de seus recursos naturais). É nesse contexto que se sobressai a colonização espontânea e dirigida, que acabou por garantir, por meio do grande fluxo populacional (mão de obra), o “amansamento” da terra e o desenvolvimento da produção agrícola voltada para o abastecimento do mercado local (COSTA, 2004).

A colonização dirigida, a implantação de grandes projetos agropecuários e o desenvolvimento de atividades de mineração de pequeno e grande porte, viabilizados pela abertura da Rodovia Transamazônica, geraram o rejuvenescimento de pequenos núcleos urbanos ribeirinhos aos afluentes do Amazonas, que se encontravam estagnados desde a crise da borracha. Marabá (rio Tocantins), Altamira (rio Xingu), Itaituba (rio Tapajós) e Humaitá (rio Madeira), todos servidos pela Transamazônica, são os exemplos mais expressivos. Transformaram-se em importantes centros de serviços para as atividades e população de sua área de influência, bem como passaram a desempenhar o papel de centros de mão-de-obra, os “peões”, para os garimpos e as grandes fazendas de suas hinterlândias (CORRÊA, 1987, p. 61).



Foto 04 – Orla da cidade de Altamira antes da construção de Belo Monte: imagem que possibilita um vislumbre de como era a vida na cidade, na década de 1950, um tempo marcado pela lentidão das embarcações, por casas de formas arquitetônicas simples e pelo brilho das águas do rio Xingu. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

A reafirmação da centralidade urbana de Altamira estava ligada à intensa migração inter-regional de trabalhadores na abertura das frentes de expansão ao longo da rodovia Transamazônica (BR-230) e à criação do Programa Integrado de Colonização (PIC-Altamira), que alterou sobremaneira a constituição da rede urbana na qual a cidade estava inserida. E foi neste momento que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se encarregou de organizar os assentamentos de colonos na Transamazônica, com a promessa de garantir assistência técnica e financeira (MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

De acordo com Miranda Neto e Herrera (2016), é a partir deste intento colonizador que ocorreu o rejuvenescimento de Altamira, uma urbe que adquire um importante “papel” de centralidade, e isso tanto em relação aos novos núcleos urbanos ao longo da rodovia Transamazônica, como Uruará, Medicilândia, Anapu e Pacajá, quanto em relação aos pequenos núcleos urbanos no baixo curso do rio Xingu, como Porto de Moz e Senador José Porfírio. É um momento de ampliação de fluxos de pessoas, mercadorias e serviços na região, que passa a ter contornos de uma rede urbana complexa (CORRÊA, 1987), mais integrada aos pontos centrais do capitalismo contemporâneo.

Assim, a colonização da Transamazônica se caracterizou pela expansão de centros urbanos mais novos, mas também a partir do aproveitamento e do melhoramento da infraestrutura de vilas e cidades já existentes, através da construção de um eixo rodoviário de leste-oeste que fez a ligação dos pontos de linha de queda (*fall line*) dos rios sul amazônicos. Essa iniciativa proporcionou o crescimento de centros como Altamira, Itaituba e Marabá, que se tornaram bases de apoio infraestruturais e logísticos de atividades agropecuárias, madeireiras e minerais (COSTA, 2004; ALONSO; CASTRO, 2006).

Acompanhando esse contexto de ações desenvolvimentistas e de integração nacional se deram práticas de violência e se intensificaram os conflitos e tensões, produtos da dinâmica de ocupação das novas fronteiras, o que definiu uma imagem de Amazônia também como lugar de pistolagem, de trabalho escravo, de mortes políticas anunciadas e de chacinas (ALONSO; CASTRO, 2006). Todos esses fatos estão relacionados ao aproveitamento capitalista, ao controle e ao monopólio dos recursos regionais, intentos modernizantes que ignoraram a existência de grupos indígenas, ribeirinhos, coletores, pescadores, agricultores etc., que foram

considerados populações atrasadas e praticamente entraves ao “progresso” (COSTA, 2004).

Posteriormente, influenciaria definitivamente o espaço urbano e rural de Altamira os estudos de aproveitamento hidrelétrico da bacia hidrográfica do rio Xingu. Assim, desde o ano de 1975, a Eletronorte já projetava a construção das barragens de Kararaô (que ficaria conhecida, futuramente, como Belo Monte), Babaquara, Jarina, Ipixuna e Kokraimoro, seguindo os inventários do potencial energético do rio Xingu. De todo modo, foi somente em 1980 que a empresa efetivamente iniciou os estudos sobre o que foi denominado Complexo Hidroelétrico de Altamira, que era composto por duas usinas (Kararaô e Babaquara), objetos espaciais que, juntos, inundariam 8 mil quilômetros quadrados de terras (ALONSO; CASTRO, 2006).

Também acabou por contribuir para a consolidação do empreendimento hidrelétrico em Altamira, a chegada, a partir do ano de 1999, da linha de transmissão elétrica (linhão) da UHE de Tucuruí, com 325 quilômetros de extensão. A iniciativa fez parte do projeto TRAMOESTE, que objetivou levar infraestrutura de transmissão de energia para o lado ocidental do Estado do Pará. A “chegada” do linhão fortaleceu o movimento para asfaltar a rodovia Transamazônica, propiciando uma melhor circulação de produtos e de pessoas, elementos-chave para a retomada da construção de Belo Monte⁴² (COSTA, 2004).

A usina de Belo Monte, um dos principais projetos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC)⁴³, teve a sua licença de instalação efetivamente liberada no início do ano de 2011, quando iniciaram os procedimentos necessários à recepção do grande volume de mão de obra (formação de acampamentos para os trabalhadores)

⁴² Os principais empecilhos da consolidação deste empreendimento estavam na dificuldade de obtenção de recursos e também devido às mobilizações de grupos sociais (pequenos produtores rurais, povos indígenas e segmentos urbanos) gerados pela contestação dos resultados dessas políticas, assim como nas pressões de forças internacionais que acabaram levando as agências financiadoras internacionais a reverem seus critérios de financiamento de grandes obras de energia hidrelétrica na Amazônia, com foco em cláusulas específicas sobre o meio ambiente e sobre as populações afetadas (ALONSO; CASTRO, 2006). Dessa forma, o processo de resistência e mobilização social (nacional e internacional), aliado à dependência de financiamento do Banco Mundial, levaram o governo brasileiro a restringir o aproveitamento hidrelétrico de oito para uma única usina (Belo Monte), remodelada tecnicamente para reduzir os impactos derivados do alagamento de seu reservatório (GLASS, 2016).

⁴³ O complexo hidrelétrico de Belo Monte pode ser considerado uma das maiores obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que objetivava retomar o planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do Brasil. De um lado, a sua área de influência imediata abrange os municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo, e, de outro, seus impactos socioambientais também alcançam outros municípios, como Senador José Porfírio e Anapu (BARRETO, 2019).

e as prospecções para a instalação e construção do empreendimento (construção de canteiros industriais) (MAGALHÃES, 2017).

O anúncio, a liberação da licença e o início da construção da hidrelétrica se deram através de “malabarismos legais”, que fragilizaram o Estado democrático de direito, e por meio de medidas autoritárias (GLASS, 2016) e de diversas manifestações de grupos sociais que, direta e indiretamente, seriam atingidos por este empreendimento (COSTA, 2004; ALONSO; CASTRO, 2006; MAGALHÃES, 2017), pois, no vale do rio Xingu:

[...] pescadores e ribeirinhos desenvolvem uma combinação de agricultura, extrativismo, caça e pesca que é fundamental para a sua reprodução material e social. Ela se estrutura com base em saberes práticos, em conhecimentos tradicionais, desenvolvidos e sistematizados consoante as variações sazonais, assim expressas: vazante/seca/período de estiagem/chuvas. Para esses ribeirinhos e indígenas, o rio é coextensivo a sua maneira de viver, além de consistir na principal via de transporte e comunicação [...] (ALMEIDA; MARIN, 2014, p. 144).

Assim, desde os primeiros boatos de soerguimento da hidrelétrica foi sendo construída uma identidade de luta baseada na formação e/ou conscientização política dos direitos dos moradores, dos grupos que historicamente produziram e se reproduziram nesse espaço (COSTA, 2004). É quando se dá a formação de uma consciência social enquanto um grande grupo atingido pelo empreendimento, independentemente de serem camponeses, moradores dos espaços de orla da cidade ou etnias indígenas. Além disso, é importante frisar que tal situação também foi resultado do processo de trabalho de diversas organizações que passam a direcionar os seus esforços de mobilização por meio da articulação de redes de relações organizadas em entidades, associações sindicais, movimentos sociais, quais sejam: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Conselho Indigenista Missionário, Comissão Pastoral da Terra, Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu, Fundação Viver, Produzir e Preservar e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) (COSTA, 2004; ALONSO; CASTRO, 2006).

Esse processo de resistência se deu porque

a modernização econômica e territorial mascara, muitas vezes, os custos e os ônus sociais e ambientais provocados pelos empreendimentos, por suas atividades e pelo pessoal direta ou indiretamente a eles vinculados. Quando muito, a infraestrutura que é instalada pela própria empresa assume o caráter provisório, uma espécie de acampamento de altíssima qualidade, a ser desmontado após a implantação e o início do funcionamento das atividades do empreendimento, conforme se observa no entorno das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, mais especificamente nos Municípios de Vitória do Xingu e Altamira, sudoeste do Pará, sob a responsabilidade da Norte Energia S.A. (TRINDADE JR., 2015, p 102).

A usina hidrelétrica de Belo Monte⁴⁴ entrou em operação em abril do ano de 2016, com capacidade instalada de 11.233,1 MW e um lago formado que abrange uma área de 516 quilômetros quadrados, inundando partes dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo (MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016; MIRANDA NETO, 2016; MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

Para Glass (2016), a implantação de Belo Monte foi viabilizada por meio do descumprimento sistemático de legislações sociais e ambientais, o que levou, na época, o Ministério Público Federal no Pará a mover dezenas de ações judiciais contra o empreendimento. A lista de irregularidades pode ser assim resumida: ausência de avaliação ambiental integrada do rio; nulidade do inventário hidrelétrico do rio e nulidade da aprovação do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental (considerado incompleto); desconsideração dos princípios de participação popular, da publicidade, da finalidade, da motivação, da legalidade; metodologia falha de audiências públicas; violação do direito de consulta prévia, livre e informada da população diretamente atingida etc. As irregularidades apresentadas não foram suficientes para “barrar” o empreendimento, pois o governo brasileiro deu seguimento à construção de Belo Monte amparado em mecanismos profundamente antidemocráticos (o instrumento jurídico da suspensão de segurança e a repressão), e cujos pormenores serão abordados numa seção posterior deste trabalho.

O empreendimento dispõe de duas barragens e um canal fluvial construído. A primeira (barragem do sítio Pimental) localiza-se em Altamira, no início do trecho encachoeirado em desnível que se estende por toda a Volta Grande do Rio Xingu. A segunda (usina do sítio Belo Monte) está situada no município de Vitória do Xingu, ao fim do trecho encachoeirado. O barramento do sítio Pimental redireciona a vazão principal do rio Xingu para um canal de 20 quilômetros de comprimento, conduzindo a água desviada até diques que abastecem a geração no sítio Belo Monte, no qual se pretende gerar energia através de 18 turbinas. A partir desse processo de redirecionamento segue para a Volta Grande apenas um resíduo da vazão original do rio (MIRANDA NETO, 2016; MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016).

⁴⁴ Apesar dos questionamentos sobre a eficiência energética e dos altos custos socioambientais deste tipo de projeto de grande porte, é importante destacar que, além da função de conferir motricidade ao “crescimento econômico”, existe a alegação de que essas estruturas também desempenham um papel essencial no fortalecimento dos setores da construção civil (grandes empreiteiras) e no setor primário-exportador, subsidiando projetos de extração mineral e estimulando a instalação de complexos infraestruturais (hidrovias, portos etc.) (GLASS, 2016).

E sobre as transformações no núcleo urbano da cidade, destaca-se que

com o empreendimento hidrelétrico, a cidade de Altamira passa por um processo de redefinição urbana, com a requalificação de áreas localizadas às margens dos igarapés, criação de novos loteamentos para fins de reassentamento urbano e alterações estruturais importantes. Nesse contexto, é importante considerar, por um lado, o papel da Norte Energia S.A (NESA) e dos agentes públicos no processo de reassentamento e requalificação urbana, a fim de se entender as interferências diretas do empreendimento nas redefinições espaciais que se processam na cidade e na região. Por outro lado, é relevante entender o papel dos agentes privados na dinâmica de reorganização na área de influência direta do projeto, especialmente os agentes imobiliários, os quais possuem a capacidade de determinar o nível de renda necessário para se ocupar determinados pontos e, ao mesmo tempo, forçar o deslocamento da população para áreas ainda mais periféricas (MIRANDA NETO; HERRERA, 2016, p. 6).

Os impactos causados pelo empreendimento na população da cidade foram significativos, sobretudo nas consideradas Áreas Diretamente Afetadas (ADAs) urbanas, que estavam localizadas na faixa de segurança de até 100m acima do nível do mar e a 3 metros acima da cota altimétrica 97, destinada ao reservatório da usina hidrelétrica (MIRANDA NETO, 2016; MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

Pelo fato de a cidade de Altamira sofrer os efeitos diretos da inundação da barragem, uma extensa e densamente habitada área urbana de 387 hectares foi modificada pela Norte Energia nas proximidades dos igarapés Altamira, Ambé e Pannels entre 2014 e 2015. No Plano Básico Ambiental do Projeto Hidrelétrico (PBA), as áreas em questão são denominadas de Áreas Diretamente Afetadas Urbanas (ADA Urbana), as quais são classificadas de acordo com o igarapé ao qual se relacionam [...] (MIRANDA NETO, 2016, p. 223).

As populações que residiam na ADA Urbana, desde o ano de 2014, foram e estão sendo transferidas para os novos loteamentos urbanos situados no entorno do núcleo central da cidade. Estes, ao menos em tese, deveriam ser dotados de infraestrutura urbana básica, com rede de abastecimento e sistema de tratamento de água, rede de esgoto, energia e pavimentação asfáltica (MIRANDA NETO, 2016).

Ao total, são lotes urbanos distribuídos em seis loteamentos planejados, denominados RUCs (Reassentamentos Urbanos Coletivos), compostos por uma população de baixo poder aquisitivo que, em sua maioria, é formada por ribeirinhos⁴⁵, indígenas que moram na cidade (CARDOSO, 2018), oleiros e demais moradores que

⁴⁵ Os ribeirinhos atingidos pelo empreendimento compulsoriamente se distanciaram do seu modo de vida ligado ao rio e à floresta, já que foram realocados em espaços distantes do Xingu, o que dificultou o desenvolvimento da atividade pesqueira, a sua principal fonte de subsistência. Soma-se a isso o fato de que antes do estabelecimento da hidrelétrica, a “vida ribeirinha” baseava-se na lógica de dupla moradia: a casa nas ilhas e nas margens do rio serviam como o lugar de pesca, de agricultura de subsistência (com comercialização da produção excedente), de descanso e de relacionamento com a natureza; e a moradia urbana despontava como o ponto de apoio para a venda do pescado, dos produtos das roças ou para adquirir utensílios urbanos (WEIBERMEL, 2017).

residiam em espaços periféricos na orla fluvial do Xingu e nos três igarapés urbanos (Ambé, Altamira e Panelas). São eles: RUC Jatobá, São Joaquim, Casa Nova, Água Azul, Laranjeiras e Pedral/Tavaquara. O processo de reassentamento foi e é acompanhado de intensos debates sobre a adequação infraestrutural desses espaços e sobre a garantia dos serviços e equipamentos urbanos essenciais a serem implantados nessas áreas, o que produz conflitos entre a empresa, a prefeitura municipal e movimentos sociais de atuação local e regional (MIRANDA NETO, 2016; MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

Além disso, diversos grupos sociais (indígenas, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, agricultores etc.) que estão ligados ao rio Xingu e suas margens, e cujos territórios localizam-se fora do espaço urbano de Altamira, os sujeitos que desenvolveram usos comuns assentados na combinação de agricultura, extrativismo vegetal, caça e pesca – atividades consideradas fundamentais para a sua reprodução material e social –, também são compelidos a se deslocar para a cidade, formando unidades de mobilização, retomando reivindicações que não foram consideradas em nenhum momento da elaboração e da execução do empreendimento hidrelétrico (ALMEIDA; MARIN, 2014; MAGALHÃES, 2017).

Assim, os referidos grupos, juntamente com a igreja e outras organizações que focavam seus esforços de mobilização por meio da articulação de redes de relações direcionadas por entidades ou associações sindicais (Comunidades Eclesiais de Base, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Conselho Indigenista Missionário, Movimento dos Atingidos por Barragens etc.) formaram resistências e organizaram lutas em função de seus interesses, sobretudo a manutenção de suas identidades, cultura e territórios de usos coletivos ligados ao rio e à floresta, os seus referenciais de vida (COSTA, 2004; ALONSO; CASTRO, 2006; ALMEIDA; MARIN, 2014; MAGALHÃES, 2017). E isso antes, durante e depois do processo de instalação da hidrelétrica de Belo Monte.

O monitoramento dos impactos socioambientais de Belo Monte constitui um dos principais exemplos dessa luta. A referida iniciativa é realizada de maneira independente, desde o ano de 2013, por cientistas de diversas áreas, por técnicos, por instituições (Instituto Socioambiental [ISA] e Universidade Federal do Pará [UFPA]) e pelo povo indígena da etnia Juruna; este último, grupo que foi impactado diretamente pelo empreendimento hidrelétrico de Belo Monte. Juntos, os diversos

sujeitos buscaram uma estratégia alternativa na “queda de braço” com o discurso dominante que enfatiza o emaranhado de vantagens econômicas dos megaempreendimentos e o disfarce de seus impactos socioambientais, normalmente referidos como um “mal necessário” ao desenvolvimento do país (PEZZUTI *et al.*, 2018).

Os protagonistas desse processo, o povo Juruna, da aldeia Miratu (Terra Indígena Paquiçamba), localizada na Volta Grande do Xingu, tem se engajado na realização de um monitoramento independente no intuito de registrar os impactos socioambientais da usina hidrelétrica de Belo Monte ao seu povo e ao seu território. O engajamento demonstra a relação intrínseca dos Juruna (Yudjá) com o rio Xingu e sua disposição aguerrida para defendê-lo, com base em dados e reflexões pertinentes sobre os atuais e futuros impactos do barramento⁴⁶ do rio (PEZZUTI *et al.*, 2018).

O objetivo do monitoramento foi o de construir uma *imago mundi* da Volta Grande do Xingu que partisse da pesca para descrever a região e as relações humanas e ecossistêmicas que ali se encontram. Além disso, acirrou-se o debate em torno da quantidade, da velocidade e do nível da água na região, justamente por este fluxo não derivar mais da vazão natural do rio e da dependência em relação a operadora da usina. Dessa forma, o licenciamento ambiental determinou que a concessionária seria obrigada a garantir a passagem de uma vazão mínima de água nos cerca de 100 quilômetros que correspondem à região da Volta Grande do Xingu (PEZZUTI *et al.*, 2018).

Assim, os pormenores desse processo de enfrentamento e dos conflitos para manutenção do uso comum (HARVEY, 2013, 2014; DARDOT; LAVAL, 2016, 2017, 2018) do rio, dos demais territórios vividos e das condições de sobrevivência de sujeitos na cidade de Altamira e no seu entorno, e as ações do Estado e da Norte Energia S. A., serão abordados nas seções posteriores desta tese.

⁴⁶ O rio Xingu foi definitivamente “barrado” e desviado da região da Volta Grande em novembro de 2015, restando para este espaço uma vazão residual de água controlada pela concessionária da barragem, num trecho denominado de “Trecho de Vazão Reduzida” do empreendimento. No referido trecho e entre as duas Terras Indígenas (TI) pelas quais percorre o que restou do fluxo de água do rio, a TI Paquiçamba e a TI Arara, a diminuição da vazão natural chegou a 80% do volume total anterior ao barramento do Xingu (PEZZUTI *et al.*, 2018).

Mapa 03 – Altamira: núcleo urbano

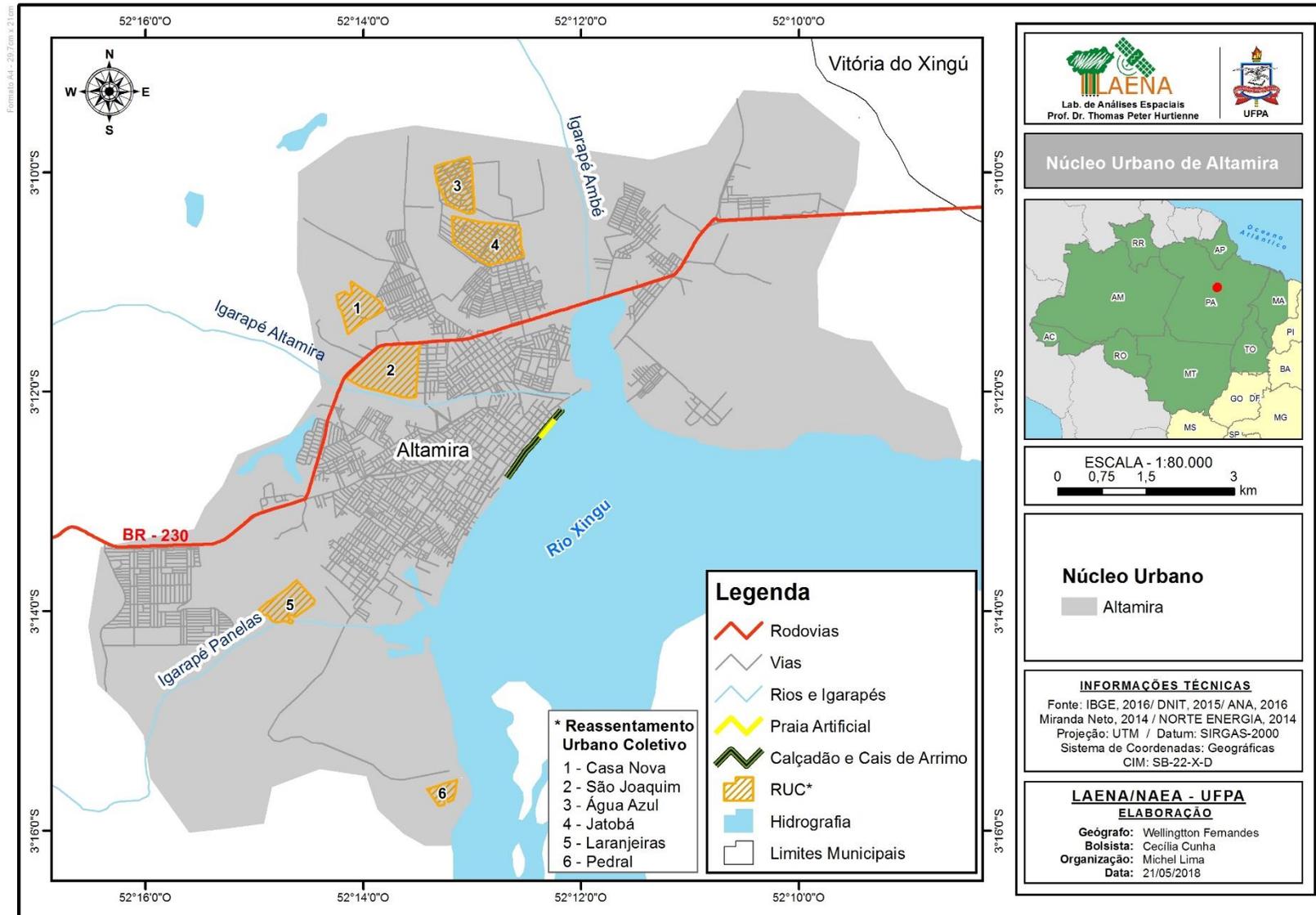




Foto 05 – Praça do Mirante (Altamira-Pa): a cidade de Altamira e o rio Xingu se encontram a partir da vista panorâmica da Praça do Mirante, no bairro da Brasília, um dos principais pontos turísticos locais. Foto: Michel de Melo Lima (fevereiro de 2018).



Foto 06 – Orla da cidade de Altamira no período recente: esse espaço, que foi habitado pela população de baixa renda e ribeirinha, sofreu grandes alterações após a construção da hidrelétrica de Belo Monte, dentre as quais destacam-se: a remoção da população original, as melhorias na estrutura da orla (calçadão e cais de arrimo) e da “praia”, e a instalação de diversos equipamentos de lazer (praças, quadras de esporte, academias ao ar livre). Foto: Michel de Melo Lima (fevereiro de 2018).

O aglomerado populacional que deu origem à Marabá surge no espaço regional amazônico, durante o século XIX, período no qual desponta a atividade econômica ligada ao extrativismo da goma elástica da borracha (*hevea brasilienses*) (VELHO, 1972). O crescimento econômico e demográfico proporcionado por esta atividade demandou a expansão da produção agrícola e da pecuária para atender às necessidades alimentares de Belém, a capital do Estado.

É nesse contexto que se deu a fundação, no ano de 1895, do Burgo Agrícola do Itacaiúnas⁴⁷ (foto 07), em uma localidade situada a alguns quilômetros da foz do rio Itacaiúnas (VELHO, 1972; MOURA, 1989; EMMI, 1999).

O primitivo estabelecimento, onde se asilaram durante quase um ano os foragidos das lutas sanguinolentas da Boa-Vista, estava situado bem junto à foz do rio Itacaiúna, único afluente importante da margem esquerda do Tocantins, desde Alboça até ao Araguaia. Era lugar de uma topografia bem escolhida; edificaram-se ali algumas barracas, fez-se até uma limitada plantação; porém as febres intermitentes assolaram de tal forma os imigrantes, que lhes ocasionaram verdadeira debandada, retirando-se uns para a Colônia Militar de S. João do Araguaia, outros para diversos pontos do rio, ficando, porém, a maior parte fiel aos compromissos tomados com o concessionário, que com eles se retirou, para formar um novo estabelecimento, em agosto de 1895, a 18 quilômetros no rio abaixo, na mesma margem esquerda, lugar em que então se achava o Burgo (MOURA, 1989, p. 321).

A criação do burgo teve como consequência a intensificação do povoamento na região, uma vez que se estabeleceram famílias, casas, e, aos poucos, desenvolveram-se povoados à margem esquerda do Tocantins. A movimentação atraiu, inclusive, índios que habitavam as matas próximas e que trabalhavam principalmente como carregadores de castanha (EMMI, 1999).

⁴⁷ A área inicial do Burgo era parte do território dos índios gaviões e já havia sido visitada por religiosos, comerciantes, garimpeiros, bandeirantes e exploradores profissionais (EMMI, 1999). Tais incursões, de maneira alguma garantiram a fixação do povoamento ao longo do rio Itacaiúnas, espaço marcado por “pessoas de passagem”, como destaca Coudreau (1980), sendo, o Burgo, um marco importantíssimo deste processo inicial de ocupação.

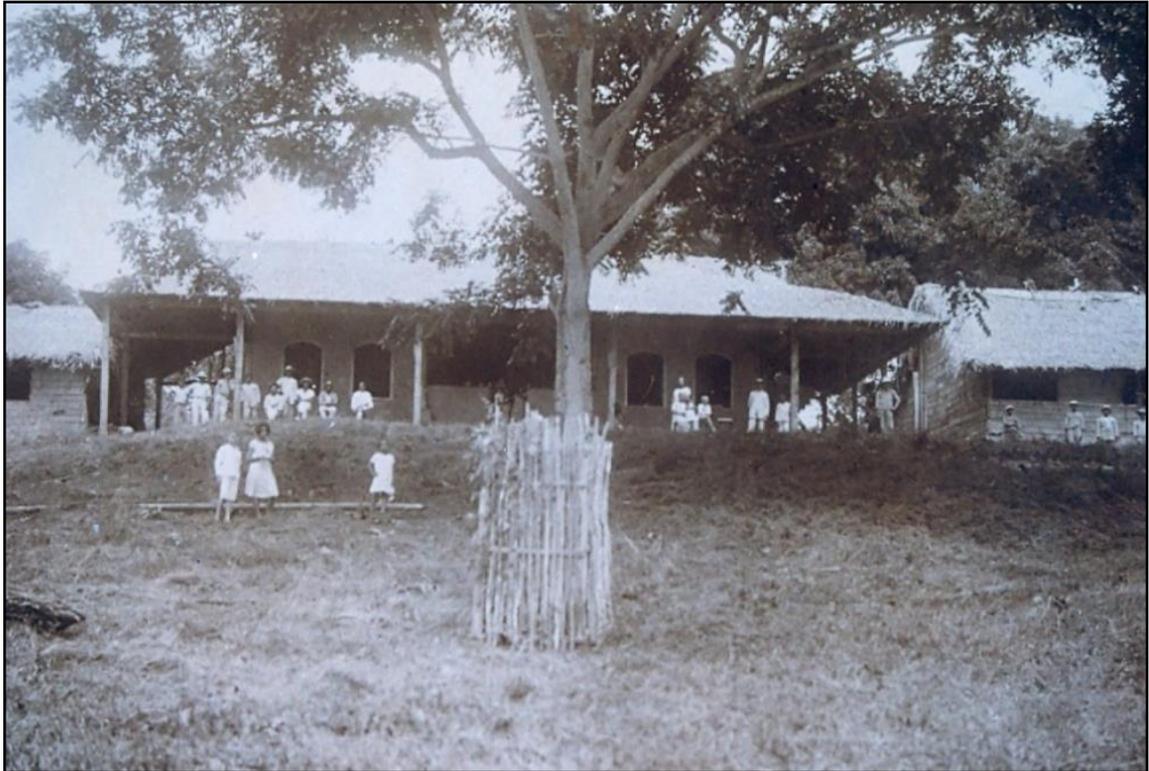


Foto 07 – Burgo Agrícola do Itacaiúnas: criado no final do século XIX e um marco no processo de ocupação no Sudeste Paraense, o Burgo Agrícola do Itacaiúnas tinha a função de promover o desenvolvimento da agricultura e da pecuária na região. Fonte: Fundação Casa da Cultura de Marabá (2012).

Posteriormente, as dificuldades econômicas e de administração pelas quais passaram o burgo e a descoberta do caucho (goma elástica provinda da castanheira, similar à borracha) consistiram em fatores que contribuíram decisivamente para o seu despovoamento e para a sua desagregação, ocasionando uma mudança locacional para a confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas (EMMI, 1999).

Dessa forma, por conta de fatores associados às vantagens locacionais, como a facilidade na circulação e comunicação por meio das vias fluviais, os caucheiros e comerciantes (responsáveis por fornecer, através do sistema de aviamento⁴⁸, mercadorias necessárias ao internato na mata) se concentraram na ponta de terra situada na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas (EMMI, 1999). É neste espaço que se forma, em 7 de julho de 1898, o aglomerado que originaria Marabá⁴⁹ (VELHO, 1972).

Os rios Tocantins e Itacaiúnas, por possibilitarem o início da circulação de mercadorias, de informações e de pessoas, foram fundamentais para a formação do aglomerado populacional que deu origem à cidade de Marabá⁵⁰, no final do século XIX (VELHO, 1972; EMMI, 1999), assim como foram importantes para o desenvolvimento de atividades econômicas posteriores ligadas ao comércio do caucho (EMMI, 1999), para a exploração da castanha e de seu fruto (ouriço), em um período histórico que foi marcado por uma intensa circulação fluvial local e regional (PATERNOSTRO, 1945; ROCHA, 2008), e, por fim, para o estabelecimento de uma

⁴⁸ É importante destacar que toda a infraestrutura comercial que havia sido montada na época da borracha é transferida para a exploração da castanha (que inicialmente era realizada de maneira mais “livre”), sendo mantidas as relações de trabalho baseadas no sistema de aviamento (VELHO, 1972). O aviamento consiste num sistema de mercadorias antecipadas por meio de crédito, que, no caso da região de Marabá, envolvia sujeitos como o castanheiro (o extrator direto, cuja trabalho consistia na coleta, na quebra dos ouriços e no empilhamento nos depósitos), o lavador (que lavava as castanhas, separando os ouriços de maior qualidade), o tropeiro (sujeito que transportava a castanha coletada em “tropa” de animais [burros de carga]), o barqueiro (que levava a castanha dos igarapés e pontos de coleta para Marabá, Tucuruí e região), o cantineiro (que fornecia as mercadorias aos trabalhadores e anotava a sua produção), o encarregado geral ou empreiteiro (que organizava a produção do castanhal) e o “patrão” (dono do castanhal, que tinha o domínio da terra) (EMMI, 1999).

⁴⁹ O ano de 1913 foi o marco da criação do município de Marabá. Posteriormente, em 1922, o município de São João do Araguaia foi extinto e teve seu território anexado ao de Marabá, cuja sede, no ano seguinte (27 de outubro de 1923) foi elevada à categoria de cidade pela importância comercial que havia adquirido (DIAS, 1958).

⁵⁰ O crescimento de Marabá se fez no sentido de montante dos rios Tocantins e Itacaiúnas. A acomodação do traçado das ruas principais se dava acompanhando os rios pelas facilidades e vantagens econômicas apresentadas pela topografia do sítio. Ademais, a margem do Tocantins ganhou importância pelo estabelecimento das mais importantes casas comerciais e armazéns de depósito de castanha da época (DIAS, 1958).

frente mineradora ligada à extração de cristal de rocha e diamantes, atividade cuja coleta era feita nas partes mais profundas dos rios (DIAS, 1958; VELHO, 1972).

A importância dos corpos hídricos não foi relativizada mesmo diante das enchentes anuais, e, também, das grandes cheias que ocorriam na cidade, em um intervalo de aproximadamente de vinte em vinte anos. É quando coincide a elevação do nível d'água dos rios Tocantins, Itacaiúnas e Araguaia, produzindo enchentes de maiores proporções⁵¹ que atingiam diversas partes de Marabá (VELHO, 1972), principalmente os seus espaços de orla.

A cidade de Marabá, neste período, não passava de um acampamento de arrendatários de castanhais, de comerciantes, de pescadores, de garimpeiros e de apanhadores de castanha (MATTOS, 1996). A afirmação anterior está de acordo com as observações de Júlio Paternostro, que, em viagem pelo rio Tocantins, no ano de 1935, descreveu dessa maneira a cidade:

Marabá constitui um acampamento de arrendatários de castanhais, de comerciantes e de apanhadores de castanha. É um centro com tôdas as características sociográficas da produção extrativista vegetal. Os arrendatários controlam o produto que desce pelos dois rios, os comerciantes fiscalizam os indivíduos as quais lhes forneceram mercadorias para o trabalho na safra e os apanhadores de castanha encontram em Marabá, aguardente, mulheres e jôgo que não existem nas matas (PATERNOSTRO, 1945, p. 107).

Com base na descrição de Paternostro (1945) pode-se perceber como era movimentada, para os padrões amazônicos da época, a vida em Marabá, um espaço cuja dinâmica socioespacial estava intimamente ligada aos rios e suas margens. Isso porque estes eram os principais referenciais coletivos de subsistência (deles era retirado o pescado, a água para beber⁵² e lavar roupa⁵³) de grande parte da

⁵¹ As grandes enchentes, que contribuíam para a ocupação sazonal do pontal, também marcam fases de melhoramentos infraestruturais e de crescimento urbano em Marabá. Toda vez que a cidade era reconstruída ocorriam melhorias urbanas que levavam gradativamente a fixação da população, como a substituição das casas de palha por casas feitas de taipa, madeira, tijolos e telhas. A maioria das casas não eram construídas com os conhecimentos técnicos mais modernos da época, mas sim com muito instinto e práticas rudimentares (DIAS, 1958).

⁵² Marabá não dispunha de qualquer sistema de abastecimento de água. A maior parte da população utilizava as águas retiradas dos rios sem nenhum tratamento prévio. Ela era carregada por pessoas em latas de querosene presas, cada uma, nas extremidades de um bastão roliço, por uma corda (DIAS, 1958).

⁵³ Muitas mulheres que permaneciam na cidade eram lavadeiras de roupa que cotidianamente se dirigiam aos rios para realizar tal atividade. Sobreviviam e ajudavam a sustentar a família lavando roupas para as famílias dos coronéis (donos de castanhais) e outros fazendeiros, enquanto os maridos trabalhavam nos castanhais. Além dessas famílias de coronéis, uma segunda clientela das lavadeiras eram as "moças alegres" que moravam numa casa noturna que existia em Marabá, pois, nesta época,

população⁵⁴, assim como eram importantes para a difusão de informações e para a navegação de pequeno porte, principalmente para os grupos mais ligados à atividade extrativista, como os comerciantes e barqueiros, que deles dependiam para realizar o deslocamento fluvial da produção de castanha.

Por outro lado, durante o período desenvolvimentista, a cidade de Marabá e o seu espaço de orla fluvial, muito conhecidos pela realização de atividades relativas à extração de castanha, do cristal de rocha e dos diamantes, bem como por sua ligação com os rios e a floresta, sofreram mudanças significativas em sua morfologia material e social (LIMA, 2013).

A abertura de rodovias (a exemplo da Transamazônica) acentuaram a ocupação e o adensamento populacional do sudeste paraense (MATTOS, 1996). Além disso, destacaram-se importantes fatores que influenciariam o espaço urbano e a relação cidade-rio e cidade-floresta em Marabá, tais como: a descoberta do potencial mineral da área (Serra das Primeiras Descobertas Carajás⁵⁵), cujo minério era explorado pela então Companhia Vale do Rio Doce (atual VALE); a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí (ROCHA, 2008); a criação de um novo núcleo urbano “planejado” denominado Nova Marabá, que tinha seu modelo urbanístico traçado no formato de uma castanheira e que objetivou edificar uma nova área para as pessoas atingidas pelas enchentes anuais dos rios, muito embora diversos autores afirmem que seus reais objetivos fossem o de criar moradias para abrigar grande parte da corrente migratória gerada pela exploração do ouro do garimpo de Serra Pelada (YOSHIOKA, 1986; ALMEIDA, 2008); o projeto do INCRA, que objetivava assentar os colonos, sobretudo oriundos do Nordeste, nas terras disponibilizadas às margens das rodovias federais em fase de implantação, inclusive na rodovia Transamazônica (ALMEIDA, 2008); e a construção de pontes sobre os rios, estas que ocasionaram a diminuição significativa da importância do transporte fluvial local, principalmente após a desativação das rampas onde atracavam balsas que propiciavam a circulação entre os núcleos Nova Marabá e Cidade Nova (LIMA, 2013).

estava começando a imigração para a cidade devido ao seu crescimento econômico. Os registros sobre as lavadeiras afirmam que essas mulheres costumavam cantar para passar o tempo (SILVA, 2006).

⁵⁴ Sobretudo para população de menor poder aquisitivo (pescadores, indígenas, agricultores, barqueiros, garimpeiros, lavadeiras etc.), que não estava inserida de maneira tão vantajosa nos principais fluxos econômicos locais e regionais da época.

⁵⁵ Para transportar minério da Serra dos Carajás até o litoral, onde era embarcado para outros países, a Companhia Vale do Rio Doce construiu a Estrada de Ferro Carajás, que entrou em funcionamento em 1984, com 85 quilômetros de extensão (LIMA, 2013).



Foto 08 – Orla fluvial de Marabá: espaço da cidade marcado por sua relação com os rios Tocantins e Itacaiúnas, e pelos seguintes usos: a) circulação fluvial; b) obtenção de alimento (pescado); c) lazer; d) consumo e uso doméstico da água (lavagem de roupa e louça); e) identificação simbólico-cultural dos sujeitos com o tempo lento dos rios e da natureza. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020).

Assim, fatores como a diversificação produtiva da Marabá, que tinha a sua base econômica assentada na agropecuária, na indústria minerometalúrgica e no extrativismo vegetal e mineral (TAVARES, 1999), a sua condição de entroncamento aéreo e rodoferroviário, a importância política e regional adquirida – ascensão de Marabá ao nível de cidade média (TRINDADE JR., 2011) – e a chegada de grandes agentes/grupos econômicos (a exemplo da Vale) fazem com que os espaços ligados aos rios, sobretudo a orla fluvial da cidade (foto 08), despontasse como local estratégico e de grande potencial para a geração de riquezas para os agentes/grupos econômicos mais capitalizados e para o poder público.

É nesse contexto modernizante que se inicia a pavimentação de vias paralelas aos rios e ocorrem intervenções urbanas, como a construção do calçadão e do cais de arrimo, de praças, de quadras de esportes e de um residencial que não levou em consideração as especificidades ribeirinhas locais. Essas iniciativas, que são constantemente atualizadas e retomadas pelo poder público local, estimulam o comércio, o turismo, a especulação imobiliária e a substituição da população original que habitava os espaços de orla (LIMA, 2013, 2016).

Além disso, do ponto de vista do espaço concebido (LEFÈBVRE, 2006, 2013), diversos grandes projetos de infraestrutura também estão previstos e/ou são estimulados pelo poder público e pela coalizão de forças empreendedoras locais e regionais. São eles: a) a implantação da hidrovia Araguaia-Tocantins, que abrange a bacia do Araguaia-Tocantins (Estados de Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará e Goiás), combinando transporte e navegabilidade e focando no estabelecimento pleno da navegação comercial com vistas a maximizar o dinamismo econômico através da criação de um novo eixo de transporte modal fluvial regional, com ênfase na circulação das mais variadas cargas, principalmente o escoamento de *commodities* (agrícolas e minerais: placas metálicas, soja, carvão mineral, manganês, fertilizantes, ferro gusa e milho) provenientes da região Centro-Oeste do Brasil e com destino ao mercado externo (DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, 2018); b) a criação e instalação de uma Zona de Processamento de Exportações⁵⁶ (ZEP), com infraestrutura industrial e portuária, na margem esquerda

⁵⁶ As ZPE's são áreas de livre comércio com o exterior voltadas à instalação de empresas cuja produção seria destinada ao mercado externo (com obrigatoriedade de exportar no mínimo 85% do que produzir), gozando da isenção do pagamento de impostos (Imposto Sobre Produtos Industrializados [IPI] e Imposto Sobre Operações Financeiras [IOF]), da não necessidade de obtenção de licenças de órgãos

do rio Tocantins, que reaqueceria a economia local e regional e daria suporte às atividades siderúrgicas e de transbordo de cargas na cidade (LIMA; TRINDADE JR., 2017); c) a construção da hidrelétrica de Marabá, que foi formulada ainda no âmbito do Programa Grande Carajás, com estudos de viabilidade retomados na década de 2000 e objetivo de gerar energia (2.160 MW) e dar suporte/estímulo principalmente às atividades industriais desenvolvidas na cidade e na região, sendo que o barramento do rio Tocantins aconteceria onde atualmente está situada a vila do Espírito Santo (LIMA, 2013, 2016; MARIN; TRINDADE, 2009; SILVA; SANTOS FILHO, 2015).

A vila Espírito Santo está localizada na margem direita do rio Tocantins, distante 15 quilômetros da cidade de Marabá (mapa 04). O seu surgimento ocorreu por volta de 1977 a 1978, principalmente em função da exploração de garimpo de diamantes no Tocantins. O desenvolvimento da atividade extrativa impulsionou a construção da estrada vicinal que liga a vila ao núcleo urbano São Félix. Posteriormente, em meados da década de 2000, a comunidade contava com aproximadamente 202 habitantes e dispunha de 72 casas (LIMA, 2013). Atualmente, por meio de visita de campo, também foi constatada a existência, no local, de uma igreja, uma escola de ensino fundamental, um posto de saúde, um campo de futebol e uma diversidade de atividades, como a produção para subsistência e comercialização do excedente de milho, banana, farinha de mandioca, macaxeira, cupuaçu, verduras etc., a criação de animais (galinha, carneiro, patos etc.), o desenvolvimento da agropecuária em pequena escala, a atividade pesqueira, o transporte de pessoas ao longo do Tocantins e o comércio realizado em balneários localizados na orla deste rio.

A hidrelétrica de Marabá⁵⁷, que impactaria diretamente o território da vila, é uma iniciativa do governo federal em parceria com a Eletronorte, uma grande obra cuja difusão se deu através de um discurso pautado na “ideologia de benefícios” (MARIN; TRINDADE, 2009) que ressaltava a importância do empreendimento hidrelétrico como

federais (exceto as relativas ao controle sanitário, proteção do meio ambiente e de segurança nacional) etc.

⁵⁷ Após visita de campo, realizada no ano de 2017 e no início de 2019, foi constatado que a construção da hidrelétrica de Marabá estaria temporariamente “suspensa”, principalmente por conta da crise internacional do início da década e da conseqüente queda na demanda de energia para o atendimento da indústria local. Soma-se a isso a necessidade de revisão do projeto para inclusão de eclusas. Por outro lado, os resultados do início das medições e dos estudos de viabilidade, sobretudo às resistências por eles desencadeadas, são particularmente importantes para o presente estudo, pois mostram o quanto os grupos sociais se organizaram politicamente para defender os seus territórios de usos e/ou apropriações coletivas.

algo que possibilitaria um maior dinamismo econômico (transformar o minério de ferro de Carajás em renda, geração de emprego e qualidade de vida) e um melhor controle e contenção das enchentes que assolam a cidade.

No entanto, no âmbito desse processo, ressalta-se que:

o projeto de construção da hidrelétrica de Marabá invade, interfere na vida dos assentados, dos indígenas, dos pescadores, dos ribeirinhos, dos moradores de bairros das cidades, produzindo um espaço de relações específicas com cada uma destas categoriais; onde se evidenciam as resistências e estão menos observadas as negociações com a Eletronorte, as empresas de consultoria e construtoras. [...] As chamadas “reuniões públicas” se realizam sob um esquema do convencimento, por parte dos técnicos, a partir do discurso que enuncia benefícios; com isto, desviando a atenção sobre as territorialidades específicas ameaçadas, os conflitos socioambientais, a lucratividade do empreendimento para o setor energético e mineral, que são os principais interessados na construção desta obra de infraestrutura (MARIN; TRINDADE, 2009, p. 373).

Por conta da possibilidade de realização desse empreendimento hidrelétrico em Marabá, inseguranças, incertezas e o temor de perder o seu espaço de vida tomaram conta de diversos grupos sociais como pescadores, indígenas, assentados, agricultores, ribeirinhos etc., sujeitos que imediatamente se mobilizaram, em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), para fazer o enfrentamento em defesa de seu território comum (LIMA, 2013, 2016; SILVA; SANTOS FILHO, 2015).

Assim, de maneira geral, o avanço do processo de modernização empreendedora (que mercadifica os rios e suas margens) invisibiliza e gradativamente desterritorializa sujeitos, os protagonistas do espaço regional. Além disso, o simples anúncio das intervenções de médio e grande portes citadas (sobretudo no que diz respeito à hidrelétrica e à hidrovia Araguaia-Tocantins) provocam incertezas e mobilizações em defesa de territórios de uso coletivo, pois, se realizadas, acabarão por imprimir profundas mudanças nos espaços de orla e na relação de Marabá com os rios, inclusive, negando o espaço vivido ribeirinho que existe e se difunde pelos espaços urbanos e rurais ao longo dos rios Tocantins e Itacaiúnas.

Mapa 04 – Marabá: núcleos urbanos principais e vila Espírito Santo

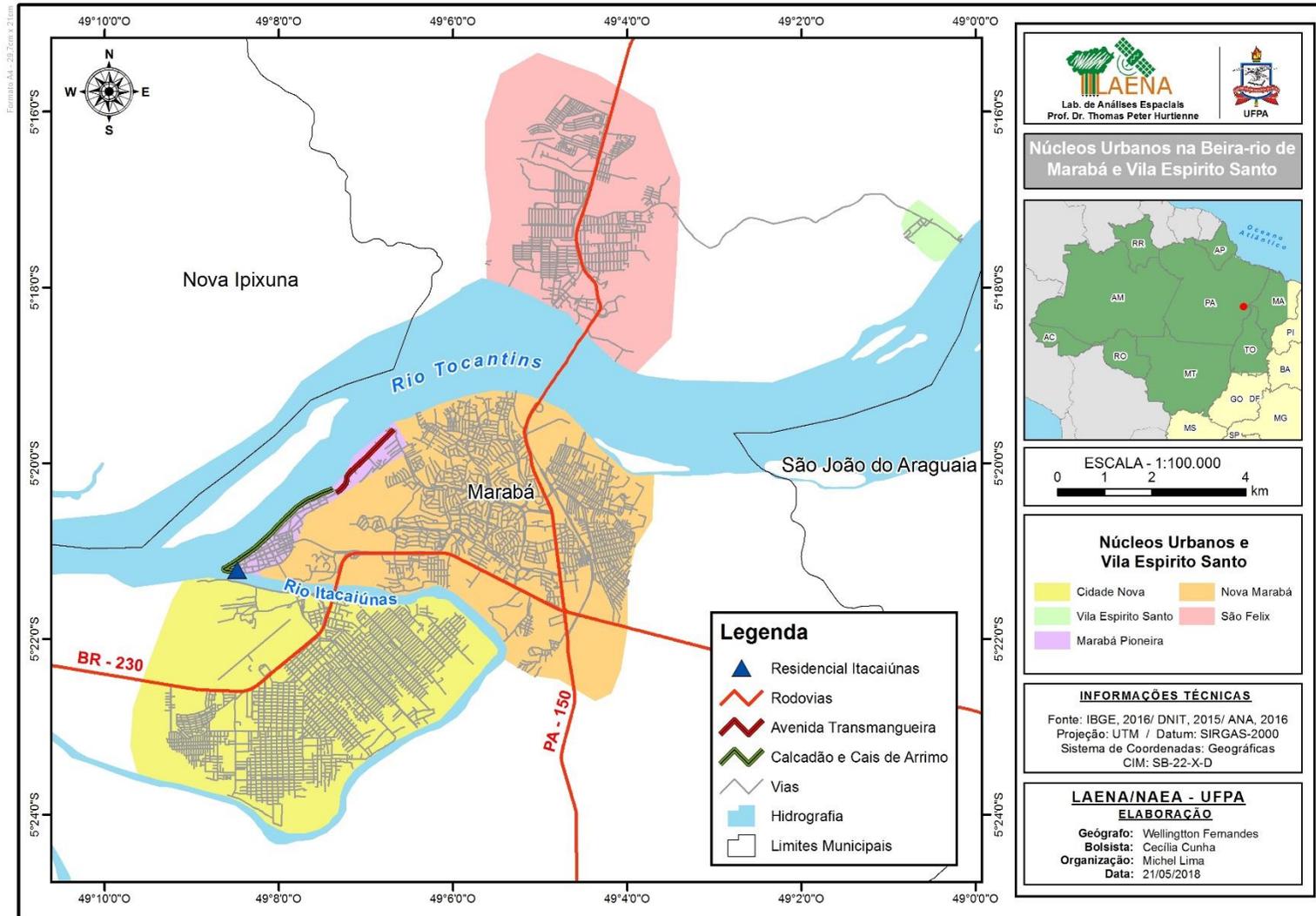




Foto 09 – Orla fluvial da cidade de Marabá após a realização de melhorias infraestruturais: espaço onde ocorreram melhorias urbanas (construção do calçadão, cais de arrimo, praças, quadras de esportes, iluminação pública) que acabaram por transformá-lo num dos principais pontos turísticos da cidade. Foto: Michel de Melo Lima (março de 2019).



Foto 10 – Vila Espírito Santo: a vila surgiu por conta da exploração de garimpo de diamantes no rio Tocantins, e sua existência esteve ameaçada pela construção da hidrelétrica de Marabá. O anúncio de realização desta grande obra e do “novo” barramento do rio Tocantins, que afetaria diretamente a comunidade, levou ao processo de organização e politização da população, que, juntamente com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), preparou-se para resistir aos tempos difíceis que se anunciavam. Foto: Michel de Melo Lima (março de 2019).

Aglutinar importantes referenciais teóricos e históricos, e associá-los aos dados empíricos apresentados, no caso de Tucuruí (MOURA, 1989; ROCHA; GOMES, 2002; MAGALHÃES, 2007; ROCHA, 2008; POMPEU, 2008; NOVAES; MARIN, 2015), de Altamira (COUDREAU, 1977; COSTA, 2004; ALONSO; CASTRO, 2006; ALMEIDA; MARIN, 2014; MIRANDA NETO; HERRERA, 2016; MIRANDA NETO, 2016; MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016; GLASS, 2016; MAGALHÃES, 2017; PEZZUTI *et al.*, 2018) e de Marabá (PATERNOSTRO, 1945; DIAS, 1958; VELHO, 1972; EMMI, 1999; MARIN; TRINDADE, 2009; LIMA, 2013, 2016; SILVA; SANTOS FILHO, 2015; LIMA; TRINDADE JR., 2017) permitiu avançar e contribuir na literatura sobre o processo de produção do espaço da Amazônia, dando ênfase à crítica do aproveitamento capitalista dos recursos naturais (hídricos e florestais) em importantes cidades amazônicas, assim como possibilitou apontar a apropriação dos rios e dos territórios coletivos por eles subsidiados como instâncias produtoras de territórios comuns de características e/ou particularidades regionais.

Dessa forma, inicialmente pode-se entender os rios e suas margens como territórios de uso comum na região, principalmente no sentido destacado por Harvey (2013, 2014), que é o de um recurso que consubstancia usos coletivos, práticas vividas e relações sociedade-natureza que foram e são essenciais para grupos sociais que, mesmo (co)existindo em meio a relações capitalistas, não têm no ideal de acumulação o seu elemento central de reprodução social. Isso porque os rios são utilizados para a obtenção de alimento (pescado) e para a reprodução econômica simples; suas águas matam a sede e servem para o uso doméstico (lavagem de roupas, louças etc.); eles tornam possível o deslocamento (circulação fluvial) entre diversas localidades urbanas e rurais; são o ponto de referência no que diz respeito ao lazer associado ao consumo improdutivo da vida, que se materializa nos banhos cotidianos, nas brincadeiras e competições de nado das crianças e jovens, ou mesmo na tranquilidade da contemplação do movimento diário das águas; possibilitam a realização de romarias fluviais e a integração de comunidades ribeirinhas durante as festas religiosas; e, por fim, tornaram-se referencial simbólico-cultural, pois os seus mitos, lendas e signos permeiam o imaginário de parte significativa da população regional.

As expressões socioespaciais dos rios enquanto elementos de uso comum convertem-se em territórios (HAESBAERT, 2009, 2014) ligados às suas águas, estes

que são socialmente produzidos através das apropriações de grupos de identidades inter-relacionadas (ribeirinhos, indígenas, quilombolas, agricultores, lavadeiras, caçadores, oleiros etc.) cuja existência e reprodução social está assentada em espaços vividos (LEFÈBVRE, 2006, 2013; MARTINS, 2008) transmutados em valores de usos dos rios e da floresta.

Destes valores de uso também se destacam, nas margens dos rios, a coleta de produtos da floresta (madeira, frutas, ervas, sementes etc.), o cultivo de várzea, a caça, a agricultura comercial e de subsistência, a criação de animais (galinhas, porcos, patos), as manifestações culturais etc.

Por fim, a difusão do processo de modernização infraestrutural (intensificado após a década de 1960), a instalação dos grandes objetos espaciais (SANTOS, 2008) na Amazônia e a ascensão do valor de troca em detrimento do valor de uso dos rios e da floresta, também levaram os referidos territórios a se configurarem como uma contradição (HARVEY, 2013, 2014) ao avanço do grande capital. Além disso, as unidades de mobilização em torno da sua defesa fizeram surgir bandeiras de luta coletivas assentadas em subjetividades de caráter mais cooperativo, subversivo e solidário, que, de maneira geral, são difundidas como formas originais de ação e discurso (princípios políticos) (DARDOT; LAVAL, 2017, 2018) entre os grupos sociais impactados direta e indiretamente pelas ações modernizantes.

CAPÍTULO III – Os sujeitos “invisíveis” e seus territórios de uso comum: estratégias e alternativas de reprodução socioespacial na Amazônia

A la necesidad de reconocer la enorme importancia de las luchas de los ciudadanos contra el Estado tributario que hacía de ellos meros “sujetos”, o a la necesidad de incluir las luchas de los trabajadores contra los sistemas de explotación y dominación del capital, o las de los pueblos colonizados y oprimidos que luchan por la independencia soberana del Estado-nación frente al imperialismo y el colonialismo internacional, se añade la creciente lucha de los pueblos que, dentro de un Estado-nación, se enfrentan a los três tipos de colonialismo, el internacional, el intranacional y el transnacional.

Pablo González Casanova

3.1. O percurso metodológico de campo, os sujeitos e as estratégias de investigação

A terceira seção desta tese destaca a produção social dos rios e dos territórios (HAESBAERT, 2009, 2014) ligados às suas águas em Tucuruí, Altamira e Marabá, uma dinâmica que envolve a produção de interesses, práticas e relações comuns (HARVEY, 2013, 2014; DARDOT; LAVAL, 2016, 2017, 2018), sobretudo na sua tríplice dimensão, que é a de: a) recursos de uso coletivo; b) contradição e produção de conflitos ante ao avanço do grande capital; e c) princípio político em nível regional que se expressa em ações e/ou lutas emblemáticas e contrárias ao processo de penetração do capitalismo e dos ideais neoliberais na Amazônia brasileira.

Para subsidiar o capítulo é importante precisar o percurso metodológico adotado e destacar detalhadamente como ocorreram os trabalhos de campo e quais foram os principais recursos, técnicas e fontes da pesquisa. Dessa forma, recorreu-se à observação sistemática da paisagem dos espaços direta e indiretamente atingidos pelo processo modernizante (projetos turísticos, hidrelétricos e logísticos). Por meio dela fez-se inventário dos objetos, das interações, dos usos, das práticas, das estratégias de resistências e lutas que decorreram da relação com os rios e suas margens, sempre potencializando, dando visibilidade e protagonismo às dinâmicas socioespaciais existentes nos territórios de uso coletivos relacionados às águas. Também foram levantadas informações através de entrevistas semiestruturadas realizadas com comerciantes, representantes do poder público local e regional e com sujeitos e movimentos sociais que têm, nos rios e na floresta, importantes referenciais de reprodução social. Por fim, fez-se o cotejo dos dados com o referencial teórico-metodológico central da pesquisa.

Os trabalhos de campo foram organizados e executados num intervalo de tempo que compreende os anos de 2018 e 2019, com visitas ocorridas nas três cidades (e em alguns espaços fora do perímetro urbano e municipal) selecionadas como recortes empíricos da análise. Dessa forma, embora a tese aqui desenvolvida apresente um caráter essencialmente urbano, é importante esclarecer que houve a necessidade de incorporar à pesquisa alguns espaços situados fora das sedes municipais que foram considerados exemplos significativos da produção de territórios de uso comum, principalmente em função da intensa relação urbano-rural existente em Tucuruí, Altamira e, em menor escala, Marabá, assim como pela grande

magnitude e/ou extensão dos impactos das ações modernizantes, de natureza turística, hidrelétrica e logística, sobre os territórios comuns de populações indígenas, caboclos, ribeirinhos, descendentes de quilombos etc. São sujeitos (*de encontros comuns*) que se articulam em defesa de seus espaços vividos e se organizam contra o avanço do grande capital e do valor de troca na Amazônia, tendo, também, nas cidades, os seus referenciais estratégicos de moradia (dupla moradia), de comercialização de sua produção agrícola, de obtenção de produtos não fabricados em seus territórios, de utilização de serviços urbanos e, por fim, de mobilização política.

Na cidade de Tucuruí ocorreram trabalhos de campo em dois momentos distintos. Assim, inicialmente realizou-se uma visita de caráter exploratório, no mês de março de 2018, por um período de aproximadamente 15 dias. O objetivo inicial foi levantar dados a partir de uma primeira aproximação da realidade da cidade, de sua infraestrutura urbana e de seus espaços vividos ligados ao rio e à floresta, principalmente para mapear os territórios e os sujeitos (moradores, movimentos sociais locais e regionais, populações/povos tradicionais⁵⁸) ligados ao rio Tocantins e suas margens, que foram e são impactados (direta e indiretamente) pelo processo de modernização do espaço, com foco nas populações atingidas pela construção da usina hidrelétrica de Tucuruí e suas eclusas.

Dos territórios comuns identificados, destacam-se o rio Tocantins, os espaços de orla da cidade de Tucuruí, a beira-rio de comunidades rurais e das ilhas do lago da usina.

⁵⁸ Para Castro (1988), apesar de constituir um sentido generalista e impreciso, a designação povos ou comunidades tradicionais apresenta elementos de autoidentificação, de identificação sociopolítica e de (re)afirmação de direitos de sujeitos (grupos indígenas, agroextrativistas com concepção comunal da terra, remanescentes de quilombos etc.) cujos territórios historicamente garantiram aos seus membros acesso, uso e controle sobre os recursos em determinado espaço/tempo. Esse sentido geral se dá porque é necessário reconhecer primeiramente a diversidade empírica de sociedades e, portanto, de concepções específicas de sujeitos, construídas e acumuladas em territórios e épocas diversas. Assim, além de dar ênfase a reafirmação de direitos socioambientais e ao processo de autodesignação, é importante destacar, no campo das possibilidades de ação política, o seu reconhecimento legal e institucional, isto é, a sua inserção na estrutura do Estado, no âmbito do direito positivo, como bem aponta Barreto (2019), pois o Decreto Federal 6.040, de 07/02/2007 (BRASIL, 2007), ao instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, normatizou o conceito, considerando-os (povos ou comunidades tradicionais) como sinônimos a partir da seguinte definição “grupos culturalmente diferenciados, e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral, econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007, art. 3º, I).

Foi o momento no qual se fez contato com moradores (pescadores, agricultores, barqueiros, populações que habitam bairros ribeirinhos), com movimentos sociais (Associação de Populações Organizadas Vítimas de Obras no Rio Tocantins e Adjacências [APOVO], Movimento dos Atingidos por Barragens [MAB], associações de moradores de bairros e de comunidades existentes na jusante e na montante do rio [no lado da usina]) e com comerciantes cuja escala de atividades abrangem uma dimensão de uma ordem próxima no sentido destacado por Lefèbvre (1973). Destes, selecionaram-se os sujeitos mais representativos, que foram entrevistados em um momento posterior da pesquisa.

O segundo trabalho de campo, ocorrido em novembro de 2019, teve a duração de aproximadamente 20 dias e foi essencial para finalizar a observação sistemática dos territórios comuns identificados e selecionados em Tucuruí. Destacaram-se alguns bairros (Matinha, Mangal, Jaqueira) na orla, cujo espaço vivido (LEFÈBVRE, 2006, 2013) e os equipamentos urbanos existentes (trapiches, mercado e feira municipais) subsidiam uma significativa dimensão ribeirinha, assim como se deu ênfase a outros espaços de orla que fazem o elo da cidade com o rio e com as populações que habitam o lago da usina hidrelétrica de Tucuruí.

O maior exemplo desse elo é o Porto do Km 11, localizado nas imediações da vila Permanente, um espaço que é habitado principalmente pelos trabalhadores da usina hidrelétrica. Além disso, alguns territórios fora do perímetro urbano também foram visitados⁵⁹, como a comunidade Pederneira, na jusante do rio Tocantins, e a vila Cameté, situada no lago da usina. Foram nestes espaços, sobretudo na orla (em bairros mais antigos e de características ribeirinhas) e nas comunidades que ocorreram as entrevistas semiestruturadas e se concentraram as observações sistemáticas de campo dos territórios comuns. Por fim, é importante frisar que também foi neste último momento que foram realizadas entrevistas com os comerciantes e representantes do poder público local diretamente relacionados ao tema abordado na tese.

A cidade de Altamira foi visitada em momentos distintos da elaboração da pesquisa, notadamente nos anos de 2018 e 2019. O primeiro trabalho de campo se

⁵⁹ O critério adotado foi o de selecionar e visitar uma comunidade à montante e outra à jusante da usina hidrelétrica, que se destacassem como exemplos significativos da produção de territórios comuns situados ao longo do rio Tocantins, tanto pela importância desse rio para a reprodução socioespacial dos sujeitos, quanto pelos problemas ocasionados pelos impactos do empreendimento hidrelétrico em referência.

deu entre os meses de fevereiro e março de 2018, tendo uma duração de 14 dias. Ele apresentou um caráter mais exploratório, no qual foram identificados os espaços ligados ao rio Xingu e os sujeitos de interesse da pesquisa, que são as populações direta e indiretamente impactadas pelo processo modernizante associado ao empreendimento hidrelétrico de Belo Monte, e os comerciantes locais e representantes do poder público cuja atuação é importante para a análise desenvolvida neste trabalho. Assim, foi por meio desta incursão inicial que se realizou uma primeira observação sistemática dos territórios comuns, como o rio e o perímetro de orla de alguns bairros (Centro, Recreio, Explanada do Xingu, São Sebastião), as margens dos igarapés urbanos (Ambé, Panelas e Altamira) que fazem ligação com o rio principal, os Reassentamentos Urbanos Coletivos e uma comunidade de reassentados situada ao longo do rio Xingu, que é de grande importância no que diz respeito ao processo de produção de territórios comuns, justamente por se tratar de um espaço ribeirinho (re)conquistado por meio de muita luta e resistência popular.

Assim, após estas incursões iniciais ocorreram mais duas visitas à cidade, no período compreendido de 10 a 25 de junho de 2019, e de 06 a 16 de novembro de 2019. Os últimos trabalhos de campo permitiram finalizar a observação sistemática nos espaços selecionados e realizar entrevistas com os sujeitos do rio e da floresta, com comerciantes e, também, com representantes do poder público local e regional.

Por seu turno, a análise da relação cidade-rio em Marabá é objeto de pesquisa do autor deste trabalho desde o ano de 2009, quando este ainda cursava a graduação em geografia (licenciatura e bacharelado) e realizava pesquisa na condição de bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)⁶⁰. Posteriormente, deu-se segmento ao estudo na pesquisa de mestrado, defendida no ano de 2013, intitulada “A ribeira & a orla: espacialidades e territorialidades urbanas ribeirinhas em uma cidade amazônica em transformação” (LIMA, 2013), no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA (PPGEO), sob a orientação do professor Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior. Para desenvolver estas pesquisas foram realizados diversos trabalhos de campo, com observações sistemáticas, produção de

⁶⁰ Estudou-se a orla fluvial da cidade de Marabá na condição de bolsista da iniciação científica (PIBIC-CNPq), num período que estendeu-se de agosto de 2009 a julho de 2010, no projeto de pesquisa intitulado “Interfaces da cidade com o rio no Sudeste Paraense: estudo sobre a orla fluvial de Marabá”, sob a coordenação do professor Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior. Após a execução do projeto, constatou-se que um fragmento do espaço urbano de Marabá, notadamente a sua orla fluvial, apresenta uma ligação residual e significativa com os cursos fluviais (rios Tocantins e Itacaiúnas).

registros fotográficos e aplicação de entrevistas⁶¹. A partir dos dados levantados e analisados, constatou-se que, mesmo diante do processo modernizante que se dá na cidade, ocorre a permanência, de forma residual, do modo de vida⁶² ribeirinho na orla fluvial de Marabá. Por outro lado, essa permanência se dá através de uma relação conflituosa com os sujeitos/grupos que têm na orla um referencial predominantemente econômico, como o Estado, os comerciantes locais e regionais, as grandes empresas, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários (LIMA, 2013).

Essas constatações podem ser consideradas o ponto central e a “guinada” na trajetória de pesquisa do autor deste trabalho, assim como representam a gênese das inquietações que culminaram com a análise do processo de produção social de territórios comuns nas cidades de linha de queda na Amazônia. Por conta disso, deu-se segmento na pesquisa em nível de doutorado e selecionou-se novamente a cidade de Marabá como um dos referenciais empíricos, sobretudo para aproveitar o acúmulo de experiência, de dados⁶³ e para refinar a análise sobre essa importante realidade urbana amazônica.

É nesse sentido que se destaca a atualização da pesquisa de campo e dos dados relacionados à cidade, principalmente no intuito de identificar e mapear os territórios de uso comuns existentes em Marabá, que são: os rios Tocantins e Itacaiúnas, os espaços de orla da cidade e a beira-rio de comunidades rurais (vila

⁶¹ A maioria das entrevistas foram realizadas em dois momentos. O primeiro, de 11 a 18 de abril de 2010, na condição de bolsista PIBIC-CNPq. O segundo, de 29 de abril a 11 de maio de 2012, já como mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA (PPGEO). As entrevistas foram organizadas a partir de temas específicos, em quadros explicativos onde os diferentes sujeitos e grupos sociais (moradores, comerciantes, representantes do poder público local, de empresa [VALE]) manifestaram suas opiniões no que diz respeito aos questionamentos realizados pelo pesquisador sobre o objeto de estudo: a relação cidade-rio em Marabá.

⁶² O modo de vida, enquanto categoria analítica, consiste na acentuação cumulativa e complexa de características e de elementos que dão corpo e distinguem os principais e/ou essenciais conteúdos sociais de um grupo, e isso sempre levando em consideração o que se tem de comum e de diferente entre os sujeitos (WIRTH, 1973). Ele também consiste numa abordagem que trata necessariamente do plano da vida imediata, em que se debate o viver e o vivido e onde diferentes matrizes socioculturais se defrontam com os imperativos da racionalidade dominante moderna (capitalista), que coloniza e expropria o tempo social (antes apropriado), sujeitando-o aos impulsos lógicos do mercado. Dessa forma, aborda a mediação, conflitante e contraditória, existente no plano da vida imediata entre as racionalidades que homogeneízam e tentam dominar o espaço, e aquelas que não sucumbem a este processo (SEABRA, 2003 e 2004).

⁶³ É essencial frisar que parte das entrevistas realizadas em pesquisas anteriores serão aproveitadas nesta tese, sobretudo pela atemporalidade de seu conteúdo e pela importância da fala e da trajetória dos sujeitos que produziram os territórios ligados aos rios Tocantins e Itacaiúnas. Além disso, a utilização desse material e o seu confronto com os novos dados obtidos nos trabalhos de campo recentes permitiram entender as mudanças e permanências na dimensão ribeirinha existente na cidade, sobretudo nesta última década.

Espírito Santo⁶⁴). Assim, realizaram-se dois trabalhos de campo no ano de 2019. O primeiro, de 20 a 30 de março, possibilitou tanto entrevistar os sujeitos, que são moradores dos espaços de orla (ribeirinhos, agricultores, pescadores, barqueiros, oleiros etc.), representantes de movimentos sociais e de uma comunidade rural (vila Espírito Santo), quanto atualizar os dados da relação cidade-rio e do processo de modernização, com destaque para os embates e/ou conflitos existentes entre o avanço do capital e o espaço comum ribeirinho. O segundo trabalho de campo, com visitas de 02 a 12 de dezembro de 2019, teve o objetivo de complementar a observação sistemática dos territórios comuns e mapear as intervenções urbanas que atualmente estão ocorrendo e que influenciam diretamente na dimensão ribeirinha da cidade.

De maneira geral, pensando criticamente a realidade socioespacial das três cidades e dos seus entornos, enfatiza-se que foram feitas observações sistemáticas de campo (em diferentes períodos do dia), com diversos registros fotográficos e anotações no diário de campo. Ademais, ao todo foram realizadas 38 entrevistas ao longo dos anos de 2018 e 2019, que podem ser assim distribuídas: I) 16 entrevistas em Tucuruí, com 08 moradores, sendo alguns destes representantes de associações/movimentos sociais, 06 representantes do poder público e 02 comerciantes; II) 14 em Altamira, com 08 moradores e/ou representantes de associações/movimentos sociais, 04 representantes do poder público e 02 comerciantes; e III) 08 em Marabá (04 moradores [sendo 02 destes também representantes de movimentos sociais] e 04 representantes do poder público)⁶⁵.

Dessa forma, finaliza-se esta breve explanação que objetivou esclarecer o percurso metodológico adotado nos trabalhos de campo realizados para elaboração da tese, uma descrição que, por conta de seu rigor técnico, auxilia a “consolidar o terreno” para a interpretação dos dados apresentados na próxima seção do trabalho.

⁶⁴ Espaço selecionado por se tratar de um símbolo de resistência coletiva diante da tentativa de realização de mais um empreendimento capitalista, a hidrelétrica de Marabá.

⁶⁵ Soma-se a este percentual os dados de mais 14 entrevistas semiestruturadas (08 moradores, 03 representantes de associação/movimentos sociais, 02 comerciantes locais e 01 representante do poder público municipal [Casa da Cultura de Marabá]) realizadas nos momentos anteriores da pesquisa (projeto PIBIC e dissertação de mestrado) em Marabá.

3.2. Os territórios comuns na Amazônia: recurso coletivo, contradição e conflitos em Tucuruí, Altamira e Marabá

O espaço socialmente produzido (LEFÈBVRE, 2006, 2008, 2013) da Amazônia está intrinsecamente vinculado ao processo de acumulação (OLIVEIRA, 1999, 2000), sobretudo no sentido de expansão do modo de produção capitalista de razão neoliberal destacado por Dardot e Laval (2016). É a partir desta lógica hegemônica que se dão ações estatais (em parceria com o setor privado), que se desenvolvem projetos infraestruturais (hidrelétricos, logísticos, turísticos) e se dá o aproveitamento de recursos (*commodities* minerais, vegetais, energéticas) regionais (CASTRO, 2010), dinâmicas que se materializam em processos de cercamentos, privatizações, espoliações (HARVEY, 2004) e desterritorializações de sujeitos, populações amazônicas ligados à floresta e aos rios, grupos que comumente são considerados “invisíveis” ou mesmo entraves ao desenvolvimento do grande capital.

Diante desse processo, da dinâmica empreendedora e ávida por lucros, grupos e movimentos sociais resistem, contestam e se colocam contra essas práticas que denotam a intensificação do aproveitamento capitalista dos recursos regionais, da mesma maneira como se colocam contra o avanço das ações neoliberais e da concentração de poder por parte do Estado (CASTRO, 2014) e das grandes empresas e/ou consórcios de empresas.

E é essa dinâmica de apropriação, de resistência, de luta coletiva materializadas nos levantes e conflitos em defesa dos territórios comuns, que é o objeto central de discussão, problematização e análise desta seção da tese. A ideia é partir da apresentação de dados qualitativos provenientes da observação sistemática, dos registros fotográficos, das entrevistas semiestruturadas e de vivências em campo, para demonstrar teórica e empiricamente como são produzidos os territórios comuns substanciados, animados, entrelaçados pelos rios e pela floresta amazônica, que são os referenciais de subsistência material, de moradia, de circulação, de cultura e de vida de uma grande parte de sujeitos e grupos sociais locais e regionais.

A discussão se inicia com a apresentação das entrevistas individuais cujos trechos foram organizadas em quadros, a partir de temas específicos, nos quais os diferentes sujeitos (moradores, comerciantes, representantes de movimentos sociais e poder público) manifestam suas opiniões e narram suas vivências sobre o tema

central da pesquisa, a saber: a produção social dos rios e dos territórios coletivos subsidiados por suas águas e pela floresta, enquanto elementos que compõem territórios de uso comum na região. A análise dos quadros se dá de maneira intercalada ao recurso do uso dos registros fotográficos e dos dados provenientes da observação sistemática, no intuito de demonstrar empiricamente a tese defendida neste trabalho.

O destaque, a fala, as trajetórias e o protagonismo apresentados neste subcapítulo da tese são dados principalmente aos amazônidas, os sujeitos de enfrentamento, cuja vivência referencia matrizes alternativas de relação sociedade-natureza, que envolve atividades múltiplas (caça, pesca, agricultura de subsistência etc.) e os laços com propriedades medicinais existentes nas plantas e raízes, com a fertilidade das várzeas dos igarapés e rios, com o imaginário associado aos símbolos e mitos da floresta etc. Esses grupos são comumente “invisibilizados”, ameaçados e desterritorializados, no sentido destacado por Haesbaert (2009, 2014), pelo grande capital e pelas ações das políticas estatais em nível local, regional e nacional.

A condição de “invisibilidade” desses sujeitos se dá tanto em meio aos ideais desenvolvimentistas propagandeados pelos Estado (em diferentes níveis) e pelo grande capital, quanto pela leitura científica mais geral dos conflitos de classe e das relações de exploração no contexto atual. É nesse sentido, de reparar este equívoco, que o sociólogo e politólogo mexicano, Pablo González Casanova, cunha o conceito de colonialismo interno, um instrumental analítico significativo para as novas lutas dos povos – a pluralidade de sujeitos explorados pelo grande capital (minorias, etnias, trabalhadores assalariados e informais) e a interface de suas relações e laços comuns – diante do avanço do modo de produção dominante, nas escalas intra, inter e transnacional (CASANOVA, 2006).

O conceito de colonialismo interno foi formulado de maneira mais sistemática na América Latina, e versa sobre os fenômenos históricos de conquista em que as populações (locais, nativas, originais)⁶⁶ não são exterminadas e formam parte,

⁶⁶ Os povos, minorias, trabalhadores ou nações colonizadas (pelo Estado-nação e pelo grande capital) em nível local e regional acabam sujeitos aos processos e condições semelhantes às que caracterizam no colonialismo e no neocolonialismo em nível internacional. Dessa maneira, são sujeitos que: I) habitam em um território sem governo próprio instituído; II) encontram-se em situação de desigualdade frente às elites dominantes e classes que as integram; III) sua administração e responsabilidade jurídico-política concernem aos grupos dominantes, burguesias e oligarquias do governo central ou aos aliados e subordinados do mesmo; IV) de maneira geral, seus habitantes não participam dos mais altos cargos políticos e militares do governo central, salvo em condição de “assimilados”; V) os direitos de

inicialmente, do Estado conquistador e colonizador, e, posteriormente, do Estado independente, centralista, progressista e no qual todos os cidadãos são iguais perante a lei. É quando se inicia um processo de “libertação”, traduzido, de maneira geral, em estruturas de dominação político-ideológicas do capitalismo ou em alternativas de luta social⁶⁷ cujo caminho único de enfrentamento acabaria, invariavelmente, conduzindo ao socialismo (CASANOVA, 2006).

É por conta disso que

a la necesidad de reconocer la enorme importancia de las luchas de los ciudadanos contra el Estado tributario que hacía de ellos meros “sujetos”, o a la necesidad de incluir las luchas de los trabajadores contra los sistemas de explotación y dominación del capital, o las de los pueblos colonizados y oprimidos que luchan por la independencia soberana del Estado-nación frente al imperialismo y el colonialismo internacional, se añade la creciente lucha de los pueblos que, dentro de un Estado-nación, se enfrentan a los três tipos de colonialismo, el internacional, el intranacional y el transnacional (CASANOVA, 2006, p. 427-428).

Assim, entende-se que se aproximar das trajetórias dos sujeitos (tratando-os como os reais condutores de suas histórias) tendo por base um diálogo de diferentes perspectivas teórico-metodológicas (a teoria da produção do espaço, o conceito de colonialismo interno, a análise territorial e de uso comum dos recursos, bens etc.) aglutinadas em torno de uma abordagem central, neomarxista (aberta), não-finalista e desprovida de “economicismos”, consiste num procedimento central para analisar como se constrói a relação destes amazônidas com a natureza, a difusão de sua cultura e a atualidade de suas lutas coletivas; processos essenciais para demonstrar academicamente os seus protagonismos e quebrar mitos, visões e paradigmas estigmatizantes sobre a região amazônica.

O deslocamento de olhares é necessário, assim como é importante distanciar-se da “invenção” da Amazônia pelos de fora, da produção de imagens que remontam

seus habitantes, sua situação econômica, política social e cultural são regulados e impostos por poderes centrais; VI) em geral os colonizados no interior de um Estado-nação pertencem a uma “raça” distinta da que domina o governo nacional, podendo ser considerada “inferior”, ou convertida em um símbolo “libertador” que forma parte da “demagogia estatal”; VII) a maioria dos colonizados pertence a uma cultura distinta, podendo, inclusive, não falar a língua “nacional” (CASANOVA, 2006).

⁶⁷ Casanova se refere às análises marxistas ortodoxas, tradicionais, que focam apenas na resolução do conflito capital-trabalho como o elemento central de suas proposições. Assim, de maneira alguma nega a importância da contribuição de perspectivas marxistas revisadas como a de Henri Lefèbvre e Nicos Poulantzas, que, segundo Casanova, criticam o marxismo que não se preocupa com o processo de ocupação e reestruturação do espaço, precisando o método com abordagens sobre situações concretas e atuais. Nesse sentido, para ele, os referidos autores “se refieren, aun sin decirlo así, a la necesaria consideración de distintas situaciones tanto a lo largo de los tiempos como a lo ancho de los espacios de dominación y apropiación” (CASANOVA, 2006, p. 422).

ao colonizador europeu e suas interpretações de mundo (GONDIM, 1994). Destas, destaca-se o mito do “El Dorado”, uma “invenção” que historicamente difunde a ideia de sonhos, cobiça, riquezas, de aproveitamento de recursos da floresta e das águas, sobretudo por meio de promessas de vantagens monetárias ainda não exploradas, que se espraiam “enquanto estrutura ideológica e instrumento de poder que visa consolidar interesses econômicos, políticos e sociais dominantes” (CASTRO, 2010, p. 106) e se atualizam no imaginário sobre a região amazônica.

É nesse sentido, de distanciamento de estereótipos, que Maués (1999) chama a atenção para a importância de se consolidar uma “outra invenção” da Amazônia, que leve em conta a diversidade natural, social e humana da região.

[...] são várias formas de identidades atribuídas à região e seus habitantes, isto é, outras tantas “invenções” da Amazônia, que muitas vezes são assumidas pelos próprios nativos. Expressões que se tornaram famosas, como “Mar Dulce”, “País do Eldorado e da canela”, “País das Amazonas”, “Última página do gênese”, “Terra encharcada”, “O rio comanda a vida”, “Inferno verde”, “Anfiteatro Amazônico” e muitas outras, que seria fastidioso citar, representam formas não só de “inventar” preconceituosamente a Amazônia, de rotular seus nativos, como também de atribuir identidade – freqüentemente negativa – aos amazônidas (MAUÉS, 1999, p. 19-20).

Assim, a ideia de Amazônia enquanto um espaço vazio, que precisa ser ocupado, notadamente para garantir a integridade nacional; ou da região que abriga uma “natureza” impar, intocada, pujante e indomável; o local de população “inferior”, pouco inventiva, atrasada na “fila” da história, que vive praticamente em condições de sub-humanidade e que precisa se “desenvolver”; ou, por fim, a ideia de fronteira ilimitada de recursos (PORTO-GONÇALVES, 2001) são todas abordagens, visões e estigmas que precisam ser combatidos através de análises mais cuidadosas e do estabelecimento de uma compreensão de mundo que também parta dos próprios amazônidas (povos, etnias, nacionalidades) e da negação de sua condição de subalternização, de opressão e de exploração (PORTO-GONÇALVES, 2001, 2017).

São essas as premissas que norteiam e conferem importância a análise dos dados qualitativos que dizem respeito ao processo de produção de territórios comuns diante do avanço da modernização infraestrutural ocorrido em Tucuruí, Altamira e Marabá. Segue-se, nesse sentido, a apresentação e a leitura crítica dos quadros, fotos e registros descritivos obtidos durante os trabalhos de campo.

Quadro 01 – Tucuruí: importância dos territórios comuns no passado

Usos dos territórios comuns: rios, orlas, beiras ⁶⁸	Sujeitos ⁶⁹	Trecho da entrevista
Subsistência, moradia, circulação fluvial, amenidades naturais, obtenção de renda (agricultura, extrativismo vegetal, pesca, turismo) e referencial simbólico-cultural	José Carlos Martins	“Tudo, né?! O rio ele representa a fonte de renda. Nós observa que todas essas cidades, elas foram construídas na beira do rio, o rio Tocantins. O rio Tocantins, principalmente pra nós aqui, ele é o ‘pai’ da fonte de renda que Deus deixou. Que pai mesmo verdadeiro é Deus, né?! Mas ele era onde tinha todo o alimento... O rio Tocantins e a floresta, eles já eram, eles já... Não precisava nós se preocupar com nada! Nessa época agora que nós temos, tava começando a cair as castanhas, tá?! No verão era peixe, frutas, que vai cair agora, que todo mundo tá plantando cacau, é, cupu. O cupu era nativo, não precisava tu ir plantar cupu. Tu tinha que passar pra pegar um saco e descer pra mata e juntar cupu aí. Tu não dava conta de juntar, é, nativo. Era, assim, cupuaçu, pra nós era nativo, naturalmente. Açaí, é, bacaba, é, uxi, é, bacuri, é... Todo tipo de fruta era nativo pra nós. E sem falar na grande fonte de renda, que seria turística, eram as cachoeiras, né?! As cachoeiras que tinham aqui... Hoje só tem a Cachoeira do Lorenção. Nós tinha a Capital-Iquara, nós tinha a Guaribal, nós tinha várias mesmo, cachoeiras aí. Tanto que fizeram a estrada de ferro, que os barcos não podiam passar lá. Então, vinha a castanha pela estrada de ferro, até um pouco pra poder descarregar pra locais mais adequados, pra Belém, pra poder vender. Então, o rio Tocantins é tudo para o povo, né?! Ele tinha o peixe, ele tinha a concha, os caras tiravam concha. Ele tinha tudo! E as plantações era tudo na margem do rio Tocantins.” (Morador da cidade, 54 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em novembro de 2019).
Circulação fluvial e obtenção de renda (extrativismo)	Antônio Ribeiro	“Eu sempre disse que o meu entendimento do rio, além da vida que o rio representa, a harmonia com o meio ambiente. É, no lugar que a gente vivia, você ia num remanso daqueles, jogava uma tarrafa, sabe?! Não via a venda do peixe, não havia essa coisa da busca do capital. Era uma harmonia que você jogava uma tarrafa e o peixe dava pra muitas famílias. [...] É, o meu pai era castanheiro, portanto, um extrativista, mas na época com esse nome de castanheiro, que coletava castanha do Pará. E, perdeu, os castanhais acabaram! Ah, se fosse conhecer a história da produção de castanha na época da construção da barragem, ia tudo pra Marabá. As famílias Plínio, Pinheiro e Mutran, que compravam essas castanhas na beirada desse rio Tocantins. Eu acho que ainda têm alguns dos galpões onde era guardada a castanha. O meu pai sofreu com depressão porque era um homem que nunca tinha precisado a pedir um copo de óleo pra

⁶⁸ Diversamente dos espaços de orlas urbanas e em função de uma necessidade de diferenciação que partiu dos próprios sujeitos sociais das realidades analisadas, define-se que os espaços de beira-rio abordados neste trabalho se referem aos locais de contato imediato e de intensas relações entre a terra e a água fora do perímetro urbano de Tucuruí, Altamira e Marabá, que são reconhecidos e denominados pelos próprios moradores como “beiras” ou “beira-rio”.

⁶⁹ Diante do contexto de conflito social das realidades selecionadas para análise, é importante destacar que foram atribuídos nomes fictícios aos entrevistados no intuito de garantir o anonimato e a segurança desses sujeitos de enfrentamento, principalmente dos representantes de associações e de movimentos sociais selecionados nessa pesquisa.

		ninguém. Chegou aqui sem estudo e sem trabalho, e precisava praticamente viver pela mão dos outros. E o papai sofreu uma depressão muito grande. Se recuperou depois, mas ficou essa dívida da empresa que não nos reconheceu [...].” (Morador da cidade, 52 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em novembro de 2019).
Obtenção de renda (pesca) e circulação fluvial (pequeno e médio porte)	Nonato da Silva	“Sou! Sou morador de Tucuruí hoje. Vivo mais de 30 anos em Tucuruí, venho de uma atividade ribeirinha, residia na Vila Nazaré dos Patos, aonde a nossa fonte de renda seria a pesca. [...] Eu trabalho na atividade de manipulação de peixe, meu comércio é manipular pescado e vim da pesca. Primeiro, eu trabalhava na atividade da pesca, aí o que me faz tá hoje no ramo de manipulação é porque eu pescava e vendia. Aí fez um ramo de comércio, trabalhando no mercado do peixe, já venho com essa profissão aqui, de manipulação aqui tem mais de 20 anos e tô aqui na atividade. Hoje, não trabalho, assim, fixo, diretamente na pesca, mas tenho, sempre tive material da pesca. Sempre tive os barcos e trabalho sempre com equipes, entendeu?! Formações entre famílias, irmãos, entendeu?! É desse jeito!” (Morador da cidade, 40 anos, comerciante e membro da colônia de pescadores, entrevista realizada em novembro de 2019).
Subsistência, obtenção de renda (agricultura, extrativismo vegetal e pesca) e circulação fluvial (pequeno e médio porte).	Antônio Pompeu	“Era porque o que a gente sabia fazer era pescar e trabalhar na roça, fazer a roça. Aí como tinha a castanha também, né?! Aí a gente também... Cada um tinha o seu tempo, pra cá, a castanha tem o seu tempo, né?! Não é todo tempo! Aí tinha isso da madeira também, que a gente trabalha. Comecei a trabalhar, que eu comecei a ficar forte, né?! Aí comecei a trabalhar e assim a gente foi vivendo aí. E até hoje! Porque depois que surgiu essa Transcarnetá aqui, aí chegou o pessoal de fora atrás de terra, né?! Atrás de terra! Olha, daqui até a divisa com os índios, tudo tinha morador, tudo tinha morador! [...] olha, eu fui, eu vim da roça, né?! Junto com os meus pais, é, como é?! Na roça, até que nós chegamos pra cá, desde quando nós morava lá em Carnetá, era na roça. Viemo pra cá, fomo pra roça, aí depois eu abandonei a roça e entrei na pesca, entendeu?! Hoje em dia eu sou até aposentado pela pesca, né?! Aí toquei a vida na pesca, eu achei até bom! A pesca do que a roça, achei bom!” (Morador da comunidade Pederneira, 69 anos, pescador aposentado e comerciante, entrevista realizada em novembro de 2019).
Subsistência, moradia e obtenção de renda (agricultura e pesca)	Maria do Carmo	“Aqui nós é do lar, mas trabalhava numa roça, mas sempre na pesca também por causa daqui do rio era farto (...). Sempre viveu também da pesca. Muito boa [a vida antes da hidrelétrica de Tucuruí], muito tranquila e farta de tudo. Muito peixe, muita caça para os poucos moradores. Aqui, meu tio veio, conseguiu essa terra e depois foi buscar [os outros membros da família]... Daí depois ele, a mulher dele era tia do meu marido, que foi buscar o pai dele, né?! Também vieram com eles, aí nós ficamos. Aqui era muito farto, porque tinha fatura, né?! Fazia a roça, tinha farinha, tinha de tudo de lá. Saiu tudo da roça, saí tudo, né?! E tinha muita cachaça e muito peixe, era muito bom.” (Moradora da comunidade Pederneira, 57 anos, doméstica, entrevista realizada em novembro de 2019).
		“A nossa renda aqui toda é pesca! Nós só pescava, nós vende o peixe lá na cidade, sobrevivia disso, né?! Depois da barragem agora é que já mudou muito, né?! A gente já não teve mais aquela renda só da pesca. A gente já tem que procurar criar, já tem que plantar as coisas, né?! Pra ir ajudando porque só da pesca já num... [antigamente] Era farto, muito mais farto, né?! Por causa do... O peixe, por exemplo, ele subia e descia. Agora, ele, quando chego aqui [barragem], daqui ele tem que voltar. E quando ele volta mais de uma vez, já não vem tudo. Aqueles, que já descem, por exemplo, já de volta, já não vem tudo, né?! É o que a gente acha... E outra, o problema da desova do peixe. O peixe desova, por exemplo, na água, ela sobe

Subsistência e obtenção de renda (pesca)	Ronaldo Campos	e desce, né?! Quando ela sobe, desova lá em cima, quando ela desce, morre tudo! Aí a tendência é diminuir. Tudo é, a maior coisa mesmo que aconteceu foi isso, porque, é, naquela época que eu tô falando que nós chegamos pra cá, ave Maria! Aqui era peixe que não tinha pra quem vender, a gente nem fazia assim de questão de pegar muito, né?! De matar muito porque não tinha, ia estragar. Aí o que a gente fazia? A gente pegava de acordo com a venda lá. Aqui nessa praia em frente aqui, quando o meu pai era vivo, ele, nós ia com ele pra lá, a gente dava 2 borqueio ⁷⁰ só, amanhecia o dia ‘desmalhando’ o peixe. Agora, hoje, se você for pra lá você tem que passar um nem sei com que, quanto tempo, pra pegar o negócio de 1 quilo, 2 quilos de peixe.” (Morador da comunidade Pederneira, 58 anos, pescador e representante de associação, entrevista realizada em novembro de 2019).
Subsistência (alimentação, troca) e obtenção de renda (pesca, extrativismo vegetal)	Manoel da Silva	“Lá pra Cametá tinha todo tipo de peixe. Curimatã, dourada, filhote, a sarda amarela, a sarda (...) branca, pescada branca, preta, piramutaba. Lá em Cametá tinha todo tipo de peixe... Mapará graúdo, mapará miúdo. Só que, assim, não tinha valor para o cara vender. Se puxava um peixe e aí ia trocar! Trocar com uma farinha, um açúcar, um café, era, trocar. Dinheiro, era, você não via. Açai, açai você pensa que tinha o valor que tem hoje? Hoje o açai tá um comércio em Cametá, né?! Eu tava olhando esses dias até lá pra lá, semana passada. E olhando aqueles açazal tudo bem organizado ali, mas ali era... É um ‘garimpo’ hoje. Todo mundo ganha dinheiro ali, ganha quem tem o terreno, ganha quem tem o açai, ganha o tirador do açai, ganha o carregador e o comprador. Naquele tempo não tinha esse... Naquele tempo não tinha esse valor... Eu tinha um barquinho, ele era mais ou menos assim ele, eu enchia ela de açai e ia lá pra Mocajuba, passava o dia todo pra vender um pouquinho.” (Morador da comunidade Cametá, 71 anos, pescador aposentado e representante de associação, entrevista realizada em novembro de 2019).
Subsistência (pesca, circulação fluvial e uso doméstico das águas dos rios) e localização	João Assurini	“É porque antes da construção da barragem lá, nós tinha muito peixe, muita terra também, né?! Que era essa terra lá de cima da jusante lá... É, lá foi, como é? Da montante, né?! No caso, da montante, ela foi tudo pro fundo. [...] porque quando não existia essa poluição [degradação ambiental ocasionada pela hidrelétrica], o povo indígena sempre se estalaram próximo do rio, né?! Que é pra facilitar tanto a questão da alimentação, tá usando a água e o rio também. Então, ele sempre procura se instalar mais próximo do rio. Hoje a gente nem pode mais tá usando esse rio nosso, né?!” (Morador de aldeia indígena, 45 anos, indígena e representante de movimento social, entrevista realizada em novembro de 2019).

Fonte: entrevistas realizadas em trabalho de campo em Tucuruí, em novembro 2019.

Elaboração: Michel de Melo Lima, 2020.

⁷⁰ O “borqueio” consiste na prática pesqueira de cercar o cardume no rio, por meio de uma rede, que é lançada por duas embarcações, formando um grande círculo que aos poucos se encontra, prendendo os peixes.

O quadro 01 permite constatar a importância e os usos dos territórios comuns para os sujeitos no passado, sobretudo antes da construção da hidrelétrica de Tucuruí. Para José Carlos Martins, uma das lideranças de um dos principais movimentos sociais (Associação de Populações Organizadas Vítimas de Obras no Rio Tocantins e Adjacências [APOVO]) atuantes na cidade de Tucuruí e na região do baixo e médio curso do rio Tocantins, a subsistência, as amenidades naturais, a circulação fluvial e a geração de renda consistiam nos elementos essenciais no que diz respeito aos usos dos territórios comuns. Isso porque o rio é o “pai”, que, em conjunto com a floresta, configuram elementos que provêm o abrigo (a moradia), o alimento (peixes, mariscos, frutas, os produtos cultivados pela população) e o referencial simbólico-cultural⁷¹ dos sujeitos que produzem os territórios ligados ao rio Tocantins.

A pesca e o extrativismo vegetal eram alguns dos principais meios de subsistência da população regional, despontando enquanto elementos centrais na trajetória e história da família de Antônio Ribeiro, outro representante de movimento social de grande atuação na Amazônia (MAB). O seu relato demonstra a ligação econômica da população, notadamente com o elemento “floresta”, um recurso de uso coletivo cuja extração e comercialização de seus produtos (sobretudo a castanha-do-Pará) significava a autonomia econômica de diversos sujeitos locais.

O relato de Nonato da Silva, que é morador e comerciante atuante na cidade de Tucuruí, é representativo e demonstra, de forma enfática, a importância da circulação fluvial e da atividade pesqueira como forma de geração coletiva de renda, pois, segundo ele, o rio foi substancial para a sobrevivência econômica e para o trabalho de gerações inteiras de famílias amazônidas.

A partir dos trechos das entrevistas de Antônio Pompeu e Maria do Carmo, que são moradores da comunidade Pederneira (mapa 02), é possível perceber o seu elo com às águas, um recurso de uso comum cujo aproveitamento fornecia o alimento (peixe), matava a sede e proporcionava a circulação de mercadorias, de pessoas e de informações em nível local e regional. Além disso, para eles, os territórios comuns,

⁷¹ Para diversos sujeitos que se apropriam do espaço, o território é, ao mesmo tempo e em diferentes dimensões e intensidades, funcional (elemento de subsistência material) e simbólico (produtor de significados, de trajetórias, de interpretações de mundo). Assim, para os grupos hegemônicos e/ou subalternizados, o território pode adquirir tamanha força que acaba combinando igualmente funcionalidade e identidade (o ter e o ser), com todos os seus símbolos e sua cultura (HAESBAERT, 2014). E é justamente esse o sentido atribuído à dimensão simbólico-cultural associada aos rios e aos territórios animados por suas águas, que é trabalhada nesta tese.

por conta da utilização dos recursos florestais, também possibilitavam realizar outras atividades, como a caça, a agricultura e o extrativismo vegetal, seja para o próprio consumo, ou mesmo para a comercialização do excedente que era obtido e/ou produzido.

A comunidade Pederneira (foto 11) está localizada no município de Tucuruí, na margem esquerda do rio Tocantins, distante aproximadamente 14 quilômetros da sede municipal. A cidade é o espaço de referência cotidiana da comunidade para obtenção de produtos e utensílios não produzidos localmente, para utilização de serviços e para comercialização da produção pesqueira. Os dados obtidos em campo mostram que atualmente, a comunidade, cuja origem remonta ao período das décadas de 1950-60, conta com uma população de 80 pessoas.

A paisagem da comunidade, marca e matriz (BERQUE, 2004) dos sujeitos que produzem o seu espaço (LEFÈBVRE 2013), é composta por casas simples de madeira e alvenaria, com quintais (nos fundos das residências) nos quais são realizados cultivos (tomate, cebolinha, pimenta etc.), da mesma maneira que é produzida a farinha de mandioca e são criados animais (galinhas, patos etc.). A comunidade também dispõe de uma via (de terra batida) trafegável, uma igreja, alguns bares e pequenos comércios, e uma infraestrutura mínima de acesso ao rio, que conta com algumas escadas de madeira, pequenos barracões e bancos para descanso e contemplação do rio Tocantins.

Na Pederneira existe uma grande quantidade de moradores que são descendentes de quilombos⁷². A partir da implementação dos elementos citados, que deram subsídio à vida na comunidade, grupos familiares – família Campos (quilombola) e Pompeu (ribeirinha) – se expandiam, aumentando a população e o seu espaço de habitação, assim como o uso e a divisão dos recursos existentes, o que começou a definir o modo de vida no povoado (COSTA; ROCHA; RIBEIRO, 2018).

⁷² Para entender esse contexto, é essencial frisar que a vinda dos escravos africanos à Amazônia ocorreu nos séculos XVII-XVIII, sobretudo a partir das ações da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, que iniciou a “introdução” dos escravos como a mão de obra que substituiu o trabalho indígena, no momento da extinção das missões religiosas pelas ações do Marques de Pombal (CORRÊA, 1987). Assim, no período colonial e no século XIX, os rios foram o “caminho”, a rota de circulação de populações negras africanas submetidas ao trabalho forçado, escravo, sendo que parte significativa dessa população se estabeleceu em áreas situadas nas proximidades dos cursos d’água da Amazônia (BARRETO, 2019). São eles, os descendentes de quilombo, que se colocam na linha de frente das lutas de grupos na defesa de direitos territoriais regionais. A sua reivindicação pelo direito à terra de seus ancestrais estrutura a argumentação sobre diversos outros direitos, quais sejam: a afirmação e/ou reconhecimento étnico, o direito ao território de uso comum e a sua reprodução como grupo agroextrativista (CASTRO, 1988).



Foto 11 – Comunidade Pederneira: a comunidade Pederneira, território de pescadores, de descendentes de indígenas (etnia Assuruni) e de quilombo, tem como principais atividades econômicas e de subsistência a pesca, a agricultura, os pequenos comércios e bares, o turismo local associado aos festejos de santo e às “praias” localizadas ao longo do rio Tocantins, assim como alguns benefícios sociais (bolsa família, aposentadoria, seguro defeso). Foto: Michel de Melo Lima (novembro de 2019).

Os residentes anteriores difundiram um segmento de convívio, de respeito e de colaboração, cuja característica mais notável foi o fechamento da vila para pessoas que não tivessem nenhum vínculo de parentesco com as famílias fundadoras. Por conta disso, formou-se um território restrito a morada de familiares e somente quem, de fora da comunidade, estabelecesse uma união matrimonial com algum membro da comunidade, teria o seu ingresso permitido, como ocorreu com alguns indígenas da etnia Assurini, que habitam uma comunidade próxima na zona rural de Tucuruí, com um território de aproximadamente 14.000 hectares, de situação regularizada (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2020). Assim, atualmente, na vila Pederneira existem muitos moradores que são descendentes diretos da união entre quilombolas e indígenas (COSTA; ROCHA; RIBEIRO, 2018).

Dessa forma, no passado, o mosaico de usos do rio e de atividades agroextrativistas existentes nos territórios confirmam o vínculo destacado por Rocha (2008):

embora essas localidades, no seu conjunto participassem, direta ou indiretamente, da economia da castanha, nos períodos de entressafra da produção extrativista, entre julho e dezembro (verão amazônico), vinculavam-se a atividades complementares, como limpeza e serviços nos castanhais, agricultura incipiente, pesca, extração de madeira e comércio. O espaço de vivência e produção e de auto-sustento das populações no Médio Tocantins abrangia, um complexo ambiental diversificado que permitiam sazonalmente o acesso a variados produtos agroextrativistas. A agricultura e extrativismo da castanha e de produtos naturais e o seu escoamento através do rio Tocantins e da Estrada de Ferro Tocantins respondiam pelas atividades dos habitantes, tanto dos povoados ribeirinhos como das áreas rurais (ROCHA, 2008, p. 98).

Os trechos das entrevistas de Ronaldo Campos e Manoel da Silva destacam a circulação fluvial e a pesca como atividades centrais para a sua reprodução social. O primeiro, morador da comunidade Pederneira e representante de associação, aponta a atividade pesqueira artesanal como o elemento que dinamizava economicamente o seu território, sobretudo por conta das relações comerciais realizadas na cidade de Tucuruí. O segundo, uma liderança que reside à beira do lago⁷³ da usina hidrelétrica

⁷³ Após a sua formação, o lago da usina hidrelétrica de Tucuruí foi transformado, no ano de 2002, em Área de Proteção Ambiental (APA Lago de Tucuruí), com 5.686 km², que configura um mosaico de Unidades de Conservação, que englobam: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Alcobaça e Pucuruí Ararã, e duas Zonas de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS). A APA abrange áreas dos municípios de Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí. O nível da cota do lago da usina, que era de 72 metros, subiu para 74 metros com a construção das eclusas, o que aumentou o número de atingidos em mais de 11 mil pessoas (CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014).

de Tucuruí (comunidade Cametá), descreve como a pesca proporcionava o alimento e a obtenção de renda, e como a circulação fluvial permitia, através da interação com outros sujeitos e pela prática de troca de produtos (farinha, açúcar, café etc.), dinamizar relações socioespaciais no contexto amazônico.

De acordo com os dados coletados em campo, o aglomerado que originou a comunidade Cametá data do momento posterior à construção da usina hidrelétrica de Tucuruí e da formação do lago, no final da década de 1980, sobretudo a partir de um fluxo populacional oriundo do Baixo Tocantins (municípios de Baião, Cametá, Mocajuba) no qual os sujeitos ligados aos usos comuns das águas estavam em busca de melhores condições de vida, e, em função disso, ocuparam e/ou se apropriaram de uma parte do território do lago na tentativa de reproduzir sua dinâmica socioespacial ribeirinha de outrora.

Parte deste processo migratório foi ocasionado pelos efeitos nocivos da implementação da usina hidrelétrica de Tucuruí, a saber: a queda dos estoques de peixes, mariscos e não reconhecimento da população (pescadores, indígenas, ribeirinhos, descendentes de quilombo, moradores das cidades) à jusante da usina como beneficiária das medidas compensatórias. Isso levou a um movimento de ocupação das ilhas internas ao lago-reservatório, na tentativa de reprodução das condições de vida anteriores à instalação da hidrelétrica. É nesse sentido que se territorializam sujeitos que assumem a identidade de “morador das ilhas”, de produtores rurais e/ou pescadores artesanais (NOVAES; MARIN, 2015).

A comunidade Cametá, que foi fundada com uma população de 81 pessoas, atualmente conta com um contingente populacional que fica entre 30 e 40 habitantes, constituindo-se um conjunto de moradias (foto 12) que se encontram dispersas por algumas das ilhas que se formaram ao longo do lago reservatório da usina.

Por fim, dos relatos, o trecho narrado por João Assurini, um indígena que também é representante de um movimento social de abrangência regional, sintetiza e/ou confirma a ligação de muitos povos e comunidades tradicionais com os rios da Amazônia, no sentido destacado por Castro (1988) e Barreto (2019). Dessa maneira, para ele, os povos indígenas sempre se instalaram nas margens dos cursos fluviais, de maneira a aproveitar essa vantagem locacional para utilização das águas para a circulação, o consumo, o uso doméstico e a obtenção de alimento (o pescado).



Foto 12 – Moradia na comunidade Cameté: a casa de madeira, que parece se esgueirar e mesmo se fundir aos arbustos e árvores, é representativa do habitar do ribeirinho. Do ponto de vista da reprodução social, as principais atividades identificadas na comunidade são: pesca, roça (mandioca, melancia, maracujá), extrativismo e criação de animais (galinhas, patos etc.). Ademais, é importante destacar que existe um fluxo contínuo entre a comunidade e a cidade de Tucuruí, o que demarca uma ordem próxima que referencia a relação cidade-lago-ilhas, num vivido que associa recurso hídrico e florestal. Foto: Michel de Melo Lima (novembro de 2019).

A análise das entrevistas confirma os elementos históricos e socioespaciais apresentados no capítulo 2 desta tese, e, nesse sentido, permitem afirmar que no espaço da cidade de Tucuruí e nos territórios de seu entorno, diversos sujeitos (moradores da cidade, de áreas rurais, representantes de comunidades tradicionais etc.) e trajetórias vividas tiveram no rio e na floresta – os seus recursos de usos coletivo – importantes referenciais de vida (de subsistência material, de reprodução econômica e simbólico-cultural) e de territorialidades comuns.

Quadro 02 – Altamira: importância dos territórios comuns no passado

Usos dos territórios comuns: rios, orlas, beiras	Sujeitos	Trecho da entrevista
Subsistência (agricultura) e obtenção de renda (circulação fluvial)	Aldo Oliveira	<p>“Ah, Rapaz, eu trabalhei de tanta coisa! Eu trabalhei de roça, depois da roça eu tinha um barco, tinha esse barco. Só de barco eu trabalhei 25 anos. De barco, carregando gente, carregando as coisas. Que aqui ó, esses, esses, agora não! Agora tá cheio de estrada, mas não tinha estrada. Era só o vicinal assim, ó! Antonce tinha que ser barco, pra que os caras trazia pra beira. E aí a gente puxava de barco pra cá, né?! Era tudo! Puxava tudo de barco! Tudo! Tudo! Tudo! Banana, feijão, arroz, milho, gado, porco, cavalo, tudo! Tudo era de barco! Nessa época era, não tinha, não tinha... E pra vim pra beira é em costa de animal, né?! Não tinha carro, não tinha nada. Era assim ó! Primeiro era assim, nós fomos até 11 barqueiro... 11 barqueiros e tinha vez que não dava conta de trazer coisas, não dava! Ficava coisa pra trás, tinha que voltar no outro dia, [pra] buscar. Que quando eu comecei essa linha aí, eu comecei sozinho. O meu barco pegava 3 toneladas, então, esse barco, chegava no meio da viagem já tinha que voltar, que não cabia mais. Tinha que voltar, pois, só deixar aqui [pessoas e mercadorias] e voltar de novo, e aí os amigos meus ‘velho carrica, vai dá pra entrar aí?’. E eu falei ‘dá! Ué! Entra aí, vamo entrando aí, vamo trabalhar’. Aí rapaz, foram entrando, foram entrando e passou até em 11 barqueiros, 11 barqueiros! E tudo trabalhava, tudo trazia as coisas. Tudo ganhava o seu dinheirinho, o seu pão, né?!” (Morador da cidade, 71 anos, barqueiro aposentado, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
Subsistência (pesca), obtenção de renda (carpintaria naval artesanal e circulação fluvial)	Torquato Barros	<p>“Rapaz, com, naquele tempo da barragem, sem ser a barragem, era bom demais! Porque, no caso tinha os beiradeiros, que você, você... Você é carpinteiro, eu sou carpinteiro, mas o meu pai também era pescador, fazia frete, nós tinha barco, tinha tudo! No caso, uma coligação boa, porque eles moravam no beiradão, mas traziam os barquinhos pra nós arrumar e nós ia levando a vida boa. Como dali tu vê, aqueles ali, muitos conhecidos também com barco grande. Naquele tempo tinha muita demanda de barco grande pra você arrumar, calafetar, pintar. Nós era até unido aqui, todo mundo. [...] a gente fala assim, porque, no caso, o meu pai já fazia, né?! E eu aprendi com eles, muitos carpinteiros aqui são carpinteiros já, filhos de carpinteiro. Só tem só o seu Nestor ali, que é veterano, que é o carpinteiro mesmo antigo que tem aqui. É só o seu Nestor, o resto aqui, os outros carpinteiros são tudo filho de carpinteiro. É por isso que no caso eu falo assim, qui, que é artesanal, é de pai pra filho [o serviço de construção de embarcações]! É porque já vem de pai pra filho. Foi feito pelo papai, depois passou pra mim.” (Morador da cidade, 48 anos, carpinteiro naval e representante de associação, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
		<p>“Eu sou moradora de Altamira, mas, na verdade a minha origem de nascimento é do Alto Xingu, município próximo de Altamira, que é São Félix do Xingu. E aí de lá a gente veio para Altamira, nesse contexto já da barragem, já, na época. Nós sempre, minha família sempre viveu no Alto Xingu, nas margens do rio também, ribeirinha, né?! Meu pai é indígena, descendente indígena dos Xipaya, e aí a gente... Na época</p>

<p>Subsistência, moradia e obtenção de renda (pesca, extrativismo vegetal e agricultura)</p>	<p>Márcia Alves da Silva</p>	<p>ele trabalhou muito na época, antes, com a borracha, né?! E depois veio a questão da madeira, ele também trabalhava nesse sentido também. [...] na verdade, essa questão mesmo da subsistência. Por exemplo, na minha família, nós... A gente sobrevivia do rio, meu ex-companheiro era pescador, era pescador, né?! E nós tinha uma área de terra às margens do rio, APP também. E lá a gente plantava, era de lá que a gente tirava a questão da renda da nossa família, de lá trazia a banana, todas as coisas, né?! As frutas, plantava feijão... E aí, além do mais trazia a mistura... O peixe, né?! E aí quando a gente, quando a Norte Energia fez o processo da remoção dos ribeirinhos, isso impactou muito a nossa vida na questão econômica.” (Moradora da cidade, 35 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
<p>Moradia e referencial simbólico-cultural</p>	<p>Marcos Curuaia</p>	<p>“Olha pra mim representava a nossa vida, né?! Cara, a nossa vida! [...] a floresta, pra nós, como povo indígena é uma grande riqueza pra nós, não só pra mim, mas pra todo ser humano que habita aqui nessa terra. Porque nós, sem floresta, aqui nessa terra, ninguém consegue sobreviver. Então, pra mim, sinceramente, foi uma perda, né?! Têm várias ilhas aí, se tu pegar uma voadeira aqui e descer daí até lá na barragem, tem meio mundo de ilhas que ele [operações de instalação do empreendimento hidrelétrico] desmatou. Os pau tudo seco igual aquelas ilhas lá, tá vendo? Tudo aquilo ali é impacto do lago, né?! Então, pra mim, vê essa situação, eu fico muito triste, né?! Nesse sentido porque a gente já nasceu e se criou aqui em Altamira, no, por exemplo, é... Como é que eu diria? Assim, é, dentro de um processo e o pessoal chega e desarticula todinha aquela vida, aquele processo que tu, sabe?! Vivia antes, tá entendendo?! E quer habitar o pessoal, o ribeirinho, o índio, no costume do branco, né?! Então, eu acho isso, muito, muito triste! Assim, nesse sentido! Tá entendendo?! [...] e em relação ao rio pra nós, é porque o Xipayá, Curuaia e Juruna, ele já tem o contato com o rio Xingu desde os nossos antepassados. Então, pra nós é um grande prejuízo de ver as ilhas aí pra baixo tudo desmatadas.” (Morador da cidade, 47 anos, indígena, artesão e representante de associação, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
<p>Subsistência, amenidades naturais e referencial simbólico-cultural</p>	<p>Maria Teixeira Guedes</p>	<p>“Eles [rio e espaços de orla] eram um espaço, claro, sem muito cimento, né?! Porque hoje as orlas só são cimento, né?! Tem pouco verde e muito cimento, muito concreto. Então, concreto para nós não é vida, concreto é morte! Se tem alguma grama é o despertar da vida que colocaram lá primeiro, e esses espaços, eles representavam realmente a vida originária dos povos e se apresentavam, eles representam... Representavam a contemplação das pessoas que chegavam na orla, numa beira de rio, numa ilha, a contemplação da vida. Da vida na sua integralidade, da vida na liberdade, da expressão, na alegria, no prazer de estar ali livremente olhando as águas, as ilhas, as florestas, vendo os peixes, os pequenos animais... É uma expressão realmente de uma vida de dignidade, uma qualidade de vida! Qualidade de vida não é morar num prédio cheio de cimento, numa rua cimentada sem você vê um verde, sem você vê nada da natureza, isso aí é morte! A qualidade de vida é você vê as águas passando, a natureza fluindo, a natureza... A brisa passando, a contemplação, a meditação por mais que seja quem quer que seja. Chegou na beira do rio, algo muda em si. Chegou na beira, na praia, na margem de uma ilha a vida em si muda, por mais que sejam, sei lá, ateu, qualquer... Mesmo que seja um carrasco, mas a sua consciência não nega que ali têm uma vida que é diferente. Então, a orla representa a contemplação, a dignidade, a liberdade, a divindade de algo superior a nós.” (Moradora da cidade, 70 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).</p>

<p>Subsistência (pesca e agricultura), obtenção de renda e referencial simbólico-cultural</p>	<p>Raimunda de Jesus Viana</p>	<p>“Rapaz da cidade grande, lá [território ribeirinho] eu podia dormir com a minha porta aberta, lá eu pesco pra comer meu peixinho, eu podia plantar meu feijão sem agrotóxico. Eu pegava meu peixe, botava no gelo e comia tudo fresquinho. Então, tinha uma saúde e uma paz, e era disso que eu precisava. E tinha dinheiro, porque o peixe era... O rio era rico, pegava cinco (...) de 500 conto, pegava 1 zebra, 2 zebra por dia. Então, esse peixinho ornamental ele era muito caro na época, isso era dinheiro vivo. E por peixe artesanal que a gente pegava. Então, num mês assim a gente conseguia garantir as coisas da despesa e até uma poupançazinha.” (Moradora da cidade e da comunidade Terra Prometida [município de Vitória do Xingu], 60 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
<p>Subsistência (pesca, criação de animais, agricultura), amenidades naturais e referencial simbólico-cultural</p>	<p>Afonso Pereira</p>	<p>“Eu quando eu tinha a terra, era agricultor, trabalhava na roça direto. Agora não sei nem o quê que eu sou mais, porque não tenho mais terra, não trabalho, tô aposentado já pela idade. O que eu faço é pescar pra comer com meus sobrinhos, minhas sobrinhas, meus irmãos. Aquele que tava aqui é mais velho do que eu, ele também ficou sem terra, ficou ‘rodado’ [perdido] comigo. Nós nascemos e se criemos na beira do rio e tinha nossa terra [localidade chamada de Paratizão, um território situado ao longo da bacia do Xingu]. E tinha o rio pra gente pescar. Lá às vezes eu chegava cansado da roça, minha mãe era viva e dizia ‘ó meu filho, hoje ela não quer comer carne, ela quer peixe’. Eu pegava a tarrafa e saía para o pedral, logo eu pegava o peixe pra ela jantar e era assim. Toda vida funcionou assim. Eu já vim morar aqui, quando eu melhorei aí faço... Quando eu olho para o freezer que eu não vejo nada de peixe, eu caio para o rio atrás. [...] o que mudou é que eu não tenho mais o que tinha, né?! Lá eu me sentia num lazer muito grande. Eu cuidava do meu gado, cuidava dos meus animal, um cachorro que tinha e um gato. Era só o que eu criava. Quando minha mãe era viva, tinha galinha, pato, tinha tudo! Mas depois que ela morreu ficou difícil pra mim mexer com isso, porque eu mexia com gado e não tinha tempo pra tá mexendo com galinha, com pato, essas coisas. E aí eu achei ruim porque não tenho mais aquela alegria que eu tinha no que era meu. Hoje eu vivia numa situação que eu não tenho nada em beira de rio. Se eu vou pra um lugar, durmo numa praia, num negócio assim, 3, 4 dias tem que vir embora. É aquela alegria tão grande de madrugada que eu me acordo, os guaribão [macaco do gênero <i>alouatta</i>] tão cantando aí. Ah! Aquilo, eu achava tão bonito aquilo, aonde nós morava tinha muito. Aí depois, agora, pronto, não tem mais aquele lazer que eu tinha. Lá em casa eu tava deitado dentro de casa, a casa não era fechada, era com um parapeitozinho, aí o peixe tava batendo na beira do rio, o tucunaré. Daqui da casa no verão dava 50 metros só pra chegar no beijo do rio. A gente tava lá dentro de casa e escutava a lapada dos peixes batendo na beira, pacú. Nós fazia farinha, descascava a mandioca na beira d'água, aí botava a mandioca pra pubá, pra meter na bola pra conservar pra fazer a farinha. Daí de manhã tava limpo ali aquela beira de rio, aquela areia limpinha. Eu digo ‘rapaz, é peixe que tá comendo isso aqui’. Quando deu de madrugada, eu vim com a tarrafa armada, tarrafona de 3 metros. Aí eu vim, tava bem devagarzinho e joguei... Tchá! Aí eu vi (...) os tamanho dos pacú, que tava comendo a mandioca. Sorte que eles bate, peguei no porto e quase dentro da panela. Aí hoje não têm mais isso, o cara já vive comprando farinha, eu compro a farinha, o arroz, tudo é comprado. Lá, tudo tirava da roça, mamão, banana, tudo! Tudo! E era por conta mesmo, hoje tudo é comprado. Quer que a minha situação mudou?! Ficou diferente por causa disso.” (Morador da cidade, 67 anos, agricultor aposentado, entrevista realizada em junho de 2019).</p>

<p>Amenidades naturais, moradia, localização e referencial simbólico-cultural</p>	<p>Maria Milhomens</p>	<p>“Ah, eu vejo isso, inclusive, eu vejo como uma preocupação, porque muitas pessoas, elas sentem um certo vazio, né?! Elas sentem um vazio, do lugar que ela tinha, né, do rio, da proximidade com a floresta. Um exemplo claro é aqui a ilha do Arapujá, né?! Que era de frente a cidade, que era o cartão postal da cidade, que foi destruída pra dar lugar pro lago. Então, é muita coisa, assim, que mexeu muito com o emocional das pessoas, profundamente, assim. Eu acho que tem muita gente, assim, que tem pessoas assim que elas dizem, assim, que esse tempo de Belo Monte, que ela queria, que, assim, tipo apagasse. Pra que ela não lembrasse, entendeu?! Aí, agora, como é se, como é que você num contexto, todo esse que nós estamos vivendo, como é que se faz um trabalho, né, com essas pessoas? Pra que elas, inclusive, não fiquem doentes, né?! Depressão, de uma coisa... Eu tenho, né, eu conheço pelo menos um senhor que ele ficou muito deprimido, muito doente. É uma liderança na igreja, inclusive, muito doente. Assim, com a mudança que aconteceu. Porque é muito profunda a mudança! É muito profunda! Não é tão simples! [...] as pessoas, as pessoas... São as pessoas que moravam aqui no Igarapé. Embora elas morem, embora elas estivessem numa condição de moradia bem ruim, mas de um modo ou de outro representava, assim, o seu lugar, né?! Então, assim, a mudança que essas pessoas tiveram de realocação foi muito traumática. Até mesmo porque a grande maioria que moravam aqui às margens dos igarapés, elas moravam muito próximo do centro, onde tem os serviços. Tipo assim, os serviços de banco, né?! Então, essas pessoas que foram para os reassentamentos. Por exemplo, elas não têm acesso aos serviços bancários. Se uma mulher, ela quer vir buscar o bolsa família dela, ela vai gastar no mínimo uns 14 reais de moto táxi, pra ela poder chegar. Porque o serviço de transporte é muito precário também. Então, isso representava muito!” (Moradora da cidade, 57 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
---	------------------------	---

Fonte: entrevistas realizadas em trabalho de campo em Altamira, em junho 2019.

Elaboração: Michel de Melo Lima, 2020.

A diversidade de usos dos territórios comuns relacionados aos recursos hídricos e florestais, em Altamira, pode ser constatado no quadro 02, no qual os entrevistados narram parte de suas vidas, de suas histórias e de suas trajetórias socioespaciais, em momentos anteriores ao processo de modernização regional, sobretudo em tempos pretéritos ao empreendimento hidrelétrico de Belo Monte.

É nesse sentido que se destaca os trechos das entrevistas de Aldo Oliveira e Torquato Barros, sujeitos para quem a atividade pesqueira, a agricultura, a circulação fluvial de pequeno e médio porte e a carpintaria naval artesanal assumiram um protagonismo significativo em relação ao seu processo de obtenção de renda e de reprodução socioespacial. Para Aldo Oliveira, carregar (transportar) gente e “coisas” (animais e a produção agrícola local) constituía o “ganha pão” de muitos moradores da cidade. Estes se solidarizavam com os parentes, os vizinhos, os amigos e, coletivamente, partilhavam o espaço de trabalho (a orla da cidade), de sustento, de segurança econômica.

Por seu turno, Torquato Barros, membro da Associação de Carpinteiros Navais de Altamira e Xingu (Ascanax), conta como a circulação fluvial local e regional e a carpintaria naval artesanal foram fundamentais para a reprodução econômica simples de uma grande quantidade de famílias; sujeitos que tinham neste ofício uma profissão, um saber-fazer amadurecido ao longo dos anos, um conhecimento que passava de pai para filho, garantindo a sua sobrevivência coletiva.

A questão da carpintaria naval artesanal é muito importante para a história e a memória da cidade de Altamira. Os artífices se territorializavam de maneira dispersa ao longo da orla e nas imediações dos espaços de encontro do rio Xingu com os três igarapés urbanos (sobretudo o Altamira e o Ambé), empregando e proporcionando renda para uma parcela significativa da população de menor poder aquisitivo.

O relato de Márcia Alves da Silva – representante do MAB, ribeirinha, que também é descendente de indígenas e sempre residiu nas margens dos cursos fluviais – confirma como o rio Xingu e os territórios ligados às águas foram centrais para a sua trajetória e a de sua família. Assim, é dito que a questão da subsistência e da obtenção de renda estavam pautadas nas atividades de extrativismo vegetal (extração da goma elástica da seringueira [borracha], madeiras), na pesca e na agricultura (produção de banana, feijão).

A análise das entrevistas dos sujeitos citados permite concluir, de maneira similar ao que destaca Almeida e Marin (2014), que a combinação de agricultura, o

extrativismo vegetal, a circulação fluvial de pequeno e médio porte, a construção naval artesanal e a pesca⁷⁴ foram fundamentais na reprodução material e social de diversos sujeitos do rio e da floresta, sobretudo nos territórios de usos comuns em Altamira e na Volta Grande do rio Xingu. Além disso, de maneira complementar, aponta-se à relação existente entre os recursos hídricos e florestais, expressas nos territórios comuns, como relações produtoras de elementos simbólico-culturais que penetraram na vida dos sujeitos, como descrevem os informantes Marcos Curuaia e Maria Teixeira Guedes.

Para Marcos Curuaia, um representante de associação indígena que mora na cidade, a floresta, a ilha e o rio representam a vida, principalmente para os indígenas (Xipaya, Curuaia e Juruna) e os seus antepassados, isto é, um espaço de uso comum sem o qual eles não conseguiriam sobreviver. Isso porque o elemento floresta apresenta vários significados, é morada, subsistência e identidade territorial, que são materializados em vivências e em valores de uso coletivos que por vezes são negados, espoliados e invisibilizados pelas ações do grande capital e pelas políticas do Estado (que busca “habitar o pessoal, o ribeirinho, o índio, no costume do branco”), notadamente a partir de uma lógica modernizante e interna-colonizadora que muito se aproxima do sentido de dominação destacado/criticado por Casanova (2006).

Para Cardoso (2018), que analisou a presença e o significado dos povos indígenas na cidade de Altamira, no contexto dos grandes projetos amazônicos, os indígenas existentes na cidade são oriundos do período da criação do aldeamento missionário Tavaquara, um aglomerado composto, sobretudo, por indígenas das etnias Xipaya, Curuaia e Juruna. Nesse sentido, é importante esclarecer que a denominação “indígenas citadinos” é comumente atribuída à população indígena urbana, principalmente por instituições oficiais, no intuito de diferenciá-los dos “indígenas aldeados” e dos “indígenas ribeirinhos”, moradores das comunidades situadas no interior da mata e das ilhas. Porém, para a autora, tal diferenciação suscita

⁷⁴ Existem dois tipos de pesca artesanais na Volta Grande do Rio Xingu. A primeira é ornamental, geralmente realizada por meio de mergulhos livres ou usando compressores de ar, instrumentos que possibilitam maiores tempos debaixo d'água, maior produtividade, e, também, maiores riscos para os pescadores na coleta dos peixes. A outra modalidade de pescaria, que é exercida por grupos familiares ou pescadores individuais, é de consumo/comércio, realizada em localidades não tão distantes dos territórios das comunidades, com canoas e remo ou com rabetas que utilizam motor de popa. Por fim, é importante frisar que independentemente do tipo de pescaria, ela acaba envolvendo homens e mulheres (em grupo ou em dupla, sejam eles casais ou não), cada um em sua embarcação, sujeitos que utilizam-se de um conhecimento construído, dinâmico, resultado de observação, raciocínio, especulação, intuição e saberes ancestrais repassados através da oralidade e da experimentação (MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016).

discordâncias, sobretudo porque grande parte dos indígenas não se identificam desta forma, pois, para eles, o “ser índio” não pode ter características resumidas por sua localização geográfica. Dessa forma, concordando com os princípios defendidos pela autora, nesta tese não se adotou o termo “indígena cidadão”, mas sim “indígena na cidade”, pois grande parte desses sujeitos ainda mantém relações com a aldeia e/ou povoado indígena de origem.

Maria Teixeira Guedes, uma das principais lideranças de movimento social (Movimento Xingu Vivo Para Sempre), narra como o rio, a orla e a ilha, constituíam-se territórios vividos que representavam a vida e a liberdade dos povos originais, a sua dignidade, divindade e qualidade de vida associada à natureza (e seu tempo social cadenciado, suas amenidades) e às águas do rio Xingu.

O vínculo histórico, ou, de maneira mais enfática e direta, a simbiose das populações e de seus territórios comuns com o rio e a floresta, é bem resumida no trecho da entrevista de Raimunda de Jesus Viana, uma ribeirinha que integra um movimento social (Conselho Ribeirinho⁷⁵) de abrangência local e regional (Volta Grande do Rio Xingu). Para ela, no seu território ribeirinho se podia dormir com tranquilidade, sem medo de assaltos e da violência dos grandes centros urbanos. Também era permitido pescar (para alimentação e comercialização de peixes ornamentais), plantar e, através destas atividades, garantir a despesa e até uma “poupançazinha”, isto é, alcançar um certo nível de segurança econômica.

Dessa forma, ao pensar o processo de reprodução social desses sujeitos, frisa-se que

encontramos nos denominados ribeirinhos, na Amazônia, uma referência, na linguagem, a imagens de mata, rios, igarapés e lagos, definindo lugares e tempos de suas vidas na relação com as concepções que construíram sobre a natureza. Destaca-se, como elemento importante no quadro de percepções, sua relação com a água. Os sistemas classificatórios dessas populações fazem prova do patrimônio cultural. O uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam uma noção de território, seja como patrimônio comum, seja como de uso familiar ou

⁷⁵ De acordo com Barreto (2019), o reconhecimento e autoidentificação da própria identidade constitui um direito transversal para a garantia e gozo de diversos outros direitos de sujeitos sociais. É a partir dessa premissa e dos dados levantados em campo que se destaca que parte dos ribeirinhos estabelecidos ao longo do curso do rio Xingu, que foram impactados pelo empreendimento hidrelétrico de Belo Monte, passaram a se organizar e a reivindicar o reconhecimento de suas trajetórias e o direito de regressar aos seus territórios, nas mesmas (ou ao menos de maneira similar) condições de sua relação anterior com o rio. Para isso, formaram um conselho, o chamado “Conselho Ribeirinho”, que é composto por 28 conselheiros de diferentes territórios comunitários (populações diretamente atingidas pelo empreendimento hidrelétrico) no intuito de reafirmar o seu protagonismo social, principalmente a partir de sua autoidentificação.

individualizado pelo sistema de posse ou pelo estatuto da propriedade privada (CASTRO, 1988, p. 7).

O morador Afonso Pereira, que reside no espaço urbano da orla também descreve a sua relação histórica, de extensão e de simbiose com os rios e os territórios que referenciam uma ligação cidade-floresta (CASTRO, 2008; TRINDADE JR., 2014) e cidade-rio (OLIVEIRA; SCHOR, 2008), numa integração de atividades que envolviam a roça (produção de farinha, arroz, mamão, banana etc.), os conhecimentos da atividade pesqueira (do tempo da enchente e vazante dos rios, a produção e o manuseio instrumentos da pesca artesanal [da rede de pesca circular conhecida como tarrafa]), a criação de animais e os momentos de ser/estar no mundo (a exemplo de dormir numa praia e ser acordado pelo som do “guaribão” [macaco do gênero *alouatta*]) associados ao tempo lento, cadenciado da natureza e de suas amenidades.

No intuito de fechar a discussão em relação à importância do rio Xingu e dos territórios comuns em tempos pretéritos ao processo de modernização de natureza hidrelétrica, destaca-se o trecho da entrevista de Maria Milhomens. De acordo com ela, que é moradora da cidade e atua como representante de movimento social (Fundação Viver, Produzir e Preservar), diversos sujeitos sentiram o afastamento do rio e da floresta, justamente porque o tempo social deles se dava em conjunto com o tempo lento do rio, dos igarapés e da mata. Além disso, a despeito da precariedade infraestrutural das moradias (foto 13) citadas na entrevista, destaca-se que os moradores da cidade que habitavam nas margens dos igarapés urbanos (Ambé, Panelas e Altamira) estavam próximos dos cursos d’água (da atividade da pesca, do transporte fluvial de pessoas como forma de subsistência, de atividade oleira e do uso doméstico das águas) e dos principais serviços urbanos (saúde, bancários, benefícios sociais etc.), o que acabava se configurando como uma vantagem locacional para esses sujeitos.



Foto 13 – Habitações nas margens do Igarapé Altamira: registro das palafitas⁷⁶ que existiam nas imediações de um dos três igarapés urbanos da cidade, antes da remoção da população (no geral, moradores de baixa renda [em sua maioria oleiros, barqueiros, pescadores, ribeirinhos, indígenas na cidade etc.]), o que provocou tensões e diversos conflitos sociais. Foto: Cláudia Medeiros (março de 2015).

⁷⁶ Palafitas são habitações amazônicas edificadas sobre estacas de madeira que sustentam a construção, principalmente nos espaços de várzea regionais. De maneira geral, as casas, que apresentam poucas divisões internas e um banheiro externo, são construídas com recursos da floresta, como madeiras para as estacas e paredes, cipós para as amarrações, e folhas (palha) ou telhas para a cobertura e fechamento. Ademais, apresentam espaços para o acostamento de canoas e, em alguns casos, possuem varandas com guarda-corpo; estas são os lugares preferenciais para o estabelecimento de sociabilidades e para o preparo dos caniços de pesca, para estender a roupa ou deitar em uma rede (LENCIONI, 2013).

As narrativas apresentadas conferem substância à análise desenvolvida sobre Altamira no segundo capítulo deste trabalho, no sentido de confirmar a transformação do rio Xingu e suas margens em territórios comuns. Estes foram produzidos pelos laços cotidianos dos sujeitos, os verdadeiros protagonistas das apropriações e do valor de uso coletivo (LEFÈBVRE, 2006, 2013) das águas e da floresta amazônica.

Quadro 03 – Marabá: importância dos territórios comuns no passado

Usos dos territórios comuns: rios, orlas, beiras	Sujeitos	Trecho da entrevista
Carpintaria naval artesanal e obtenção de renda (pesca)	Antônio Furtado	“Eu pescava, não, eu vivia, eu criei a minha família daqui. Eu tenho 8 filhos. Um cara com 8 filhos pra criar hoje, e eu criei dentro dele, dentro dos barcos. E eu tenho um barco, aquele barquinho acolá é meu... Dentro da canoa que eu mesmo faço... Eu estou com 65 anos, vou fazer 66, pra você vê... Então, eu vivi disso, eu nunca fiz nada antes disso, só pescar, eu gostei da profissão.” (Morador da cidade, 65 anos, pescador, entrevista realizada em abril de 2010).
Circulação fluvial e obtenção de renda (venda de produtos e extrativismo [vegetal e mineral])	Clementino Almeida Ribeiro	“A concentração do comércio total era aqui em Marabá, porque tudo dependia dos barcos, aqui da área fluvial do rio Tocantins. Não tinha estrada, não tinha estrada de jeito nenhum mesmo! Nem PA 70, na época, naqueles tempos atrás, não tinha. E era só o avião ou fluvial. Então, tudo, tudo aqui se resumia aqui de transporte, de chegada do povo. As pessoas que vinham de outros Estados, todos eram aqui no porto de Marabá. Era muito diferente naquele tempo, porque o que se concentrava aqui era a castanha e depois os diamantes. E que não tinha lojas de eletrodomésticos, era mais só mercadorias de aviamento. Tudo ligado a castanha ou aos garimpos. Então, todos os comércios daqui funcionavam noventa por cento em relação a isso. Se tinha algumas lojas que vendia algumas coisas, assim, pro povo de uma sociedade que se considerava elite daquela época, mas era muito pouco. [...] essas mercadorias eram mais mercadorias destinadas a aviamento, que eram mercadorias ‘grosseiras’ que os garimpeiros, que os castanheiros, que os patrões compravam muito aquela mercadoria pra levar pra aviamento. Como também mercadoria de consumo, como arroz, feijão, naquele tempo vendia muito querosene, tudo ligado unicamente ao garimpo e à castanha.” (Morador da cidade, 67 anos, comerciante, entrevista realizada em abril de 2010).
Subsistência, amenidades naturais, moradia e obtenção de renda (circulação fluvial e extrativismo vegetal)	Edmilson Silva	“É verdade! Porque, meu, aqui... Aqui, na época a renda em Marabá era a castanha-do-Pará. E aí já veio dos pais deles [os avós do informante] aquelas terras e ele se aperfeiçoou na extração dessa matéria prima, que é a castanha-do-Pará. E, conseqüentemente, os filhos também foram pegando a mesma. E a gente, pra escoar a nossa produção, era através de barco. Não tinha carro nessa época, estradas, e aí era através de barco. A gente foi aperfeiçoando, eu fui ser barqueiro, extraíndo essa produção. E aí ao mesmo tempo trabalhava e passamos a viver disso, carregando fretes e tal, embarcações. Foi esse o motivo. [...] esse rio é um rio, pra te falar, na época de criança onde os meus pais já tinham essas propriedades. Era na beira desse rio, o Itacaiúnas, as nossas propriedades. E ali onde era que a gente tomava a água e banhava, e tudo desse rio! Navegava e tirava o sustento desse rio. E aprendi a gostar dessas belas naturezas que nele existem.” (Morador da cidade, 60 anos, ex-barqueiro e vigilante, entrevista realizada em maio de 2012).
Subsistência (agricultura e pesca)	José Siqueira da Conceição	“Plantava, nós plantava! Meu pai era vivo, ele plantava de um tudo, feijão, milho, melancia, essas coisas. Verdura, pepino, tomate, tudo nós plantava. Sempre a vida era assim. [...] era importante porque sempre era mais fácil, era mais farto! Era mais fácil as coisas também, como eu tô falando, tanto a plantação era mais fácil porque dava muito mais. Hoje, as terras estão mais fracas e a água do rio sempre trazia mais

		o peixe. Hoje tá mais difícil! Então, antes [da barragem de Tucuruí] era mais importante por isso, sempre aguentava mais a despesa tranquilo. Hoje, se for viver só disso aí já não dá.” (Morador da cidade, 49 anos, carpinteiro, entrevista realizada em maio de 2012).
Obtenção de renda, subsistência (uso doméstico da água e pesca) e referencial simbólico-cultural	Benedita Gomes	“Ah, o dia das lavadeiras, você chegava nessa beira de rio aqui era cheio de tábuas, aquele monte de mulher lavando roupa [...]. Ah, era bom! A vida era boa também que se juntava aquele monte de mulher tudo conversando e rindo. Aquele ‘fólio’ [agitação] danado, era bom! Eu gostava! Eu gostei muito dos tempos assim porque era um divertimento. Uma coisa assim, todo mundo vizinho, todo mundo conhecido é bom! Não é ruim não! Contava muitas histórias e nego ria e ria. Ah, é bom demais moço! Até na pescaria também é bom, que junta aquele monte de canoa também pescando e é aquela patota [aglomeração]. É bom demais! Pois é!” (Moradora da cidade, 62 anos, doméstica, entrevista realizada em maio de 2012).
Referencial simbólico-cultural	Francisca Menezes	“A importância é muito grande, né?! Porque é igual eu já falei, aonde a gente nasceu [vila Espírito Santo]. Aonde tem toda a nossa história, de família que vai passando, a questão da cultura mesmo, das festividades, né?! Do Divino, que vai passando. Primeiro, com a chegada da minha avó e depois da minha mãe. E depois a minha mãe faleceu e a gente veio dar continuidade dessa festa, dessa cultura, né?! Que é a da Divindade. E, assim, muito! Muito! Muito sossego! Muito tranquilo [...]” (Moradora da vila Espírito Santo, 40 anos, doméstica e representante de movimento social, entrevista realizada em março de 2019).
Subsistência (pesca, agricultura), moradia e circulação fluvial.	Nazaré Melo	“Assim, eu lembro quando eu era mais criança, que aqui o pessoal colocava muita roça. Aí quando era o tempo de colheita uns ajudavam os outros. Aí lá a gente já dividia. Aí quando outro tava com a roça pronta também, o outro, aí ia lá [ajudar]. Todo mundo juntava as famílias e faziam a colheita e dividiam... É das casas também. Quando um ia construir uma casa, os outros já ajudavam todo mundo, mutirão. Iam lá e ajudavam. [...] a minha rotina, era, como, assim... Na época também já tinha filho cedo. Então, era mais cuidar dos filhos... Aí a gente tem uma ilha. No final de semana a gente vai lá pra ilha, lá a gente pesca e come o peixe, né?! A minha rotina lá mais ou menos foi essa. Sempre! A gente vai sempre! A nossa ilha já tem, acho que uns 17 anos que meu pai adquiriu ela, né?! Aí hoje ele já faleceu, mas a minha mãe continua indo pra lá, antigamente... Hoje menos porque a gente tem os compromissos da igreja. Aí então a gente vai menos, mas continua tendo a ilha.” (Moradora da vila Espírito Santo, 33 anos, doméstica e representante de movimento social, entrevista realizada em março de 2019).
Subsistência (pesca)	Maria Araújo do Rosário	“Eu trabalhava pescando mais meu esposo. Só que a gente ainda continua, né?! Trabalha aqui e as vezes quando enfraquece o movimento aqui dos passageiros, a gente pesca também, pra poder render mais um pouco. [antigamente] Era bem mais difícil, era, porque a gente só vivia da pesca. A gente não tinha outro meio de vida, sabe?! Eu nunca fui empregada em firma, de carteira assinada, nunca! Às vezes eu trabalhava em casa de família como doméstica, mas não era muito tempo também. Só era eu e o meu marido, né?! E a gente sempre que precisou de pescar, ele pescar. E pra pescar no rio tem de ser de duas pessoas. Aí então eu acabava saindo daquele serviço e ia acompanhar ele para o rio.” (Moradora da cidade, 47 anos, doméstica e barqueira, entrevista realizada em março de 2019).

Fonte: entrevistas realizadas em trabalho de campo em Marabá, em abril de 2010, abril/maio de 2012 e março 2019.

Elaboração: Michel de Melo Lima, 2020.

O caso da cidade de Marabá e do seu entorno é representativo no que diz respeito ao processo de produção de territórios de usos comuns em tempos pretéritos ao processo de modernização regional. Estes territórios abrangem os rios Tocantins e Itacaiúnas, os espaços de orla da cidade e a comunidade Espírito Santo. Isso porque os intentos modernizantes de natureza infraestruturais se expressam de maneira menos direta, traumática e abrupta do que em realidades como Tucuruí e Altamira; o que não significa que seus resultados são menos impactantes e nocivos para a população local que depende da apropriação coletiva de recursos hídricos e florestais.

A modernização de Marabá e de seus territórios ligados aos rios, deu-se principalmente através de intervenções urbanas consideradas “necessárias” e “essenciais” para o desenvolvimento da cidade e da região, tais como: a) a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, que interrompeu os fluxos fluviais de pequeno e médio porte desenvolvidos no rio Tocantins; b) edificação das pontes (rodoviária e rodoferroviária) sobre os rios; c) melhorias infraestruturais que produziram especulação imobiliária e estimulam o empreendedorismo, o lazer e o turismo (construção de calçadão, cais de arrimo, rampas, trapiches, pavimentação de vias, criação de praças e quadras de esporte etc.) nos espaços de orla⁷⁷; d) a edificação, na margem direita do rio Itacaiúnas, de um conjunto habitacional que desconsidera características ribeirinhas amazônicas; e) construção de um mirante que valoriza o potencial de contemplação dos rios; f) o anúncio e o início de estudos de viabilidade de implantação de um empreendimento hidrelétrico etc.

Assim, é diante desta complexidade que se apresenta a fala de Antônio Furtado, um pescador cuja narrativa representa de maneira significativa o percurso de diversos sujeitos regionais; estes que criaram muitos filhos “dentro dos barcos” que eles mesmo confeccionam a partir de processos de trabalho que requerem conhecimentos práticos sobre a navegação artesanal de pequeno porte amazônica. E é esse saber-fazer, que envolve os conhecimentos da geografia regional (sobretudo

⁷⁷ A paisagem da orla de Marabá é marcada pela existência de formas-conteúdos que demarcam usos contraditórios, tais como: antigas rampas de acesso ao rio Tocantins, no núcleo São Félix e no núcleo da Nova Marabá (que atualmente estão subutilizadas); os galpões que guardam as embarcações mais modernas e de maior porte; os antigos depósitos de castanha; a existência de pequenas casas de alvenaria, palha e madeira (palafitas) com canoas e pequenas embarcações à beira-rio; os modernos jet-skis, casas flutuantes e comércios, bares, casas de show, restaurantes de maior porte etc. Ademais, também existem espaços onde predomina um ambiente mais “natural”, de beira-rio, que se aproxima da paisagem ribeirinha de outrora, como o porto do Tacho e o balneário Vavazão (no núcleo Cidade Nova); a comunidade do Geladinho (no núcleo São Félix) e a vila Espírito Santo; e o porto das Canoinhas ou vila do Rato, no núcleo pioneiro de Marabá (LIMA, 2013, 2016).

do sistema hidrográfico), de materiais da floresta (madeiras), do clima etc., e da atividade pesqueira, que consolidaram os seus vínculos históricos com as águas.

O trecho da entrevista de Clementino Almeida Ribeiro, um dos mais tradicionais comerciantes locais e cujas atividades sempre estiveram ligadas aos rios, demonstra como tudo dependia dos barcos, na “área fluvial do rio Tocantins”, a orla da cidade. Para ele, foi nesse território que ocorreu a maior parte da circulação de pessoas e se desenvolveram os principais fluxos econômicos (castanha, comércio de aviamento, garimpos) locais e regionais, uma dinâmica histórica e socioespacial pouco valorizada pelo poder público local no que diz respeito às questões culturais⁷⁸.

O relato anterior é confirmado pelo barqueiro aposentado Edmilson Silva, que frisa a importância do extrativismo da castanha-do-pará para a renda de Marabá e para gerações inteiras de famílias de extrativistas⁷⁹, sujeitos que, ao escoar a produção, também trabalhavam como barqueiros. Por conta disso, de todos esses laços e das moradias situadas nas beiras dos rios (os locais de banho, de consumo

⁷⁸ A cultura diz respeito ao sistema de atitudes, valores e significados compartilhados, e as formas simbólicas (materiais e imateriais) nas quais eles se acham incorporados. Nesse sentido, constitui um conjunto de diferentes recursos, onde existe sempre uma troca entre o oral e o escrito, entre o dominante e o dominado. Por conta disso, a cultura também se apresenta como um campo conflitivo, de contradições, de fraturas existentes dentro de um determinado conjunto (THOMPSON, 1998).

⁷⁹ O momento posterior ao declínio da extração do caucho foi marcado, sobretudo a partir da década de 1920, pela coleta de outros produtos de origem extrativa. É nesse contexto que ganha destaque a exploração da castanha e de seu fruto (ouriço), sendo este originalmente usado para a alimentação da população e de animais domésticos. O ouriço e suas sementes tornaram-se populares nos grandes mercados nacionais (Sul do país) e internacionais (na Argentina, Estados Unidos, Inglaterra etc.), o que impulsionou diversos sujeitos ao trabalho em atividades relacionadas ao comércio da castanha (EMMI, 1999, 2002). Inicialmente, a extração desse produto era “livre”, no sentido de organização do trabalho sem a dependência de um patrão e, também, de acesso à terra do castanhal. Assim, é importante destacar que a base da mão-de-obra que trabalhava na coleta, lavagem e transporte da castanha, apresentava um caráter familiar, e os territórios dos “castanhais livres” estavam localizados principalmente nas proximidades dos cursos d’água. Tal situação permitiu aos indígenas, lavradores, barqueiros, pescadores, castanheiros, e suas respectivas famílias, apropriarem-se coletivamente da floresta e dos cursos fluviais, dos quais extraíam a matéria-prima necessária para a sua obtenção de renda e subsistência. No entanto, aos poucos a apropriação comum dos territórios de livre acesso deu lugar ao processo de exploração dos trabalhadores, através do sistema de aviamento/endividamento que acabava favorecendo os comerciantes. Também permanecia garantida por lei a extração “livre” nos chamados castanhais de servidão pública ou “castanhais do povo”. Nesses espaços de uso comum, os pequenos coletores, mediante o pagamento de uma taxa de inscrição, podiam extrair a castanha desde que não ultrapassassem o limite estabelecido pelo poder público. Tal situação se alterou, pois os grupos e elites dominantes (comerciantes, financiadoras, donos de embarcações de maior porte etc.), que detinham o poder econômico-político, obtiveram o controle dos castanhais, seja pelo endividamento dos trabalhadores, pelo uso da força/violência, compra direta, arrendamento ou por meio do aforamento perpétuo de terras devolutas do Estado destinadas à exploração de produtos nativos (EMMI, 1999, 2002; VELHO, 1972). De todo modo, não foi pacífica a apropriação desses territórios, e a história deles registra o uso da violência pelos oligarcas da castanha e as reações de defesa por parte dos expropriados que não reconheciam o direito dos novos “donos”. Ademais, contribuíram para o desaparecimento dos “castanhais do povo”, o crescimento da cidade, a expansão da agropecuária e a apropriação deles pelos chefes políticos locais (EMMI, 2002).

da água, de obtenção de alimento etc.), ele aprendeu a gostar dessas “belas naturezas” que neles existem.

Para José Siqueira da Conceição, os territórios comuns que apresentam maior fertilidade natural, popularmente conhecidos como várzeas amazônicas⁸⁰, eram alvos de diversos tipos de cultivos, que envolviam toda sorte de frutas, verduras e legumes. Além disso, ele também narra que em tempos passados, o rio “trazia mais o peixe”. Tais afirmações remontam ao período anterior da construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, empreendimento que também impactou indiretamente a região de Marabá. De um lado, prejudicou a reprodução da ictiofauna regional e provocou a diminuição da quantidade e da diversidade do pescado existente, e, de outro, extinguiu os fluxos fluviais entre o baixo e médio Tocantins e alterou o regime natural de seca e de cheia dos rios, o que acabou tendo influência no desenvolvimento da agricultura de várzea local (MARIN; TRINDADE, 2009; LIMA, 2013).

A história das lavadeiras é narrada por Benedita Gomes, uma moradora que trabalhou nesta atividade na cidade de Marabá. Assim, de maneira geral, as lavadeiras eram mulheres solteiras, “amigadas” e casadas que conseguiam sustentar a família lavando roupa na beira dos rios (LIMA, 2013). Suas trajetórias confirmam a intensa utilização da água para o uso doméstico e obtenção de renda, afinal, mesmo aquelas que não lavavam as roupas de alguém por algum valor, utilizavam as águas dos rios para consumo próprio ou para lavar louças e roupas de suas famílias. Ademais, a análise do trecho da entrevista demonstra como a orla da cidade era um espaço de reunião dos moradores, de “fólio” (agitação, barulho), de encontros de conhecidos, amigos, principalmente pescadores e lavadeiras que, cotidianamente, divertiam-se contando suas histórias e estórias, seus casos e “causos”.

A moradora Francisca Meneses, que reside na vila Espírito Santo (foto 10), destaca os seus laços históricos com este território comum, um espaço-tempo de tranquilidade, de cultura, de reunião, da família, da festa de santo (foto 14), e, com isso, ela manifesta sua cosmovisão, o seu jeito de aprender o mundo que está associado, sobremaneira, ao tempo social ribeirinho.

⁸⁰ As várzeas são espaços associados às inundações ou planícies de inundações, sendo áreas marginais a cursos d'água sujeitas a enchentes e inundações periódicas. Assim, pode ser compreendida como um ecossistema “híbrido”, no qual em determinado período do ano ocorre a exposição do terreno, e, em outros, do leito do rio, numa sazonalidade que enriquece (fertiliza) o solo e define práticas e usos do espaço que influenciam na trajetória dos sujeitos que nele historicamente se estabeleceram (BARRETO, 2019).



Foto 14 – Festividade do Divino (Marabá-Pa): de acordo com os levantamentos em campo, a Festividade do Divino Espírito Santo, o padroeiro da vila, é realizada sempre 50 dias após a páscoa. É uma festividade que reúne moradores e os habitantes (ribeirinhos) do entorno e de ilhas próximas, em atividades que envolvem missas, celebrações e um traslado terrestre em reverência ao santo padroeiro. Foto: Miriam Rodrigues de Andrade (junho de 2019).

Os laços de solidariedade no trato das roças, a partilha dos produtos cultivados, a construção de moradias por meio da prática do mutirão – trabalho coletivo e/ou ação que mobiliza várias pessoas para realizar uma tarefa, principalmente de maneira gratuita – e o habitar associado às águas e ilhas estão presentes na fala de Nazaré Melo, que também reside na vila Espírito Santo. Os elementos descritos pela moradora permitem entender que o seu território também referencia usos e/ou apropriações coletivas ligadas aos rios e à floresta amazônica.

A entrevista de Maria Araújo do Rosário, que é moradora da vila do “Rato” (localidade situada na orla da cidade, na margem esquerda do rio Itacaiúnas), encerra as narrativas sobre a importância dos rios e dos territórios comuns no passado. Para ela, a pesca consistiu em uma atividade essencial em relação ao seu processo de reprodução social, seja como atividade principal, seja como atividade complementar, o que garantiria uma margem de segurança que auxiliaria na sobrevivência dela e de sua família em momentos de grande dificuldade econômica.

As entrevistas e análises apresentadas conferiram substância à ligação histórica de Marabá com os rios Tocantins e Itacaiúnas, o que dá força à ideia de que existiram territórios produzidos através da apropriação de suas águas e dos recursos encontrados em suas margens, principalmente porque estes foram essenciais para a subsistência e a reprodução sociocultural de grande parte da população que trabalhava em diversas atividades e exerciam uma multiplicidade de usos (circulação fluvial, ciclo econômico do caucho, da castanha, do cristal de rocha e diamantes, agricultura de várzea, pesca, festejos de santo etc.), que são trabalhadores extrativistas (extrativismo vegetal e mineral), comerciantes locais e regionais, pescadores, barqueiros, oleiros, lavadeiras, agricultores, ribeirinhos da zona rural etc.

Dessa forma, a análise dos trechos das entrevistas dos informantes das três cidades (Tucuruí, Altamira e Marabá) e dos territórios que gravitam em seu entorno permitem inferir que os rios (Tocantins, Itacaiúnas e Xingu) e suas margens se configuraram, no passado, num recurso de uso coletivo para uma miríade de sujeitos sociais; amazônidas que, ao se apropriarem (no sentido do vivido lefebvriano) do espaço regional, produziram expressões socioespaciais, isto é, territórios comuns ligados às águas e à floresta. Por outro lado, é necessário problematizar também sobre como está essa relação na atualidade, sobretudo diante das ações do Estado e do grande capital, principalmente no contexto do capitalismo de razão neoliberal.

Quadro 04 – Tucuuruí: importância dos territórios comuns no presente

Usos dos territórios comuns: rios, orlas, beiras	Sujeitos	Trecho da entrevista
Subsistência e obtenção de renda (pesca)	Carlos Martins	“Eu nasci em Tucuuruí, lá no bairro mesmo do Mangal, o meu avô é fundador de Tucuuruí. Meu avô chegou aqui quando era São Pedro de Alcobaça ainda, não era cidade de Tucuuruí, ainda era município de Baião. [...] ele [o rio Tocantins] ainda é importante, ainda. A importância dele é muito grande. Ele já não dá mais aquela produção pesqueira que ele dava antes, mas ele ainda é muito importante pra nós, tá?! É, os ribeirinhos, ele ainda acredita no rio Tocantins. Ele não acredita nas empresas, no governo e tudo, mas ele acredita que o rio Tocantins. Ele ainda pode ter uma alternativa, ainda.” (Morador da cidade, 54 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em novembro de 2019).
Moradia, localização e obtenção de renda (pesca)	Nonato da Silva	“Esse é um fato muito importante [residir na beira do rio]. À princípio, eu era morador do bairro Jardim Paraíso, aí como eu exercia a atividade pesqueira ainda, eu optei por comprar uma casa na beira do rio. Eu visualizei uma vez um terreno de uma amiga minha e aonde eu tinha muita vontade de comprar uma casa na beira do rio. Até porque o quintal hoje na minha residência ela faz fundo com o rio. Por quê? Porque ela vinha a me ajudar a fazer parte do meu convívio, da atividade que eu praticava. Porque eu, ficava fácil pra mim descer para a minha atividade, e quando eu chegava, eu já chegava com o meu material [de pesca] e encostava. Hoje, o meu quintal ele faz fundo para o rio, viu?! Eu moro vizinho do prédio da rede Celpa aonde o meu quintal ela faz fundo para o rio e ajudava muito na minha atividade, porque era a minha fonte de renda, do que eu sobrevivia. E até hoje eu sobrevivo da pesca, porque eu compro o produto e comercializo, entendeu?! Aí quer dizer, eu tenho que tá próximo do rio pra receber a mercadoria que chega dos meus pescadores, das equipes que trabalham com a gente, fica muito fácil.” (Morador da cidade, 40 anos, comerciante, entrevista realizada em novembro de 2019).
Obtenção de renda (pesca)	Francisco Galha	“A vida, a rotina é todo dia aqui, é tirando peixe, carregando gelo... É fazendo o serviço aqui diário, aqui, braçal também... Nossa vida é essa aqui. Quem vem aqui é os pessoal do mercado lá, o pessoal do Breu, Goianésia, Tailândia... Esse pessoal tudinho vem pra cá comprar peixe. Todos eles! De fora, né?! [...] é, aqui é, aqui pra Tucuuruí é importante demais [o pescado comercializado e a dinamização econômica gerada pelos pescadores]! Não só pra Tucuuruí também que depende daqui, é Breu, é Goianésia, é Tailândia, é Marabá, aí para o rumo de Redenção também vai. Parece que tem um cabra que leva peixe pra lá também, daqui. Pra Bahia vai, Brasília vai... Tem um empresário aí que leva peixe pra Brasília congelado. Tudo tratado e congelado e leva pra Brasília. [...] vai pra Belém também, daqui vai pra Belém, pra Abaeté, vai pra Cametá também daqui. Vai por água, o pessoal vem de lá comprar aqui nas caixas de isopor e leva pra vender em Cametá. Aqui abastece praticamente a região todinha aqui. A proximidade todinha: Cametá, Baião, por essas cidades todinhas aí. É tudo abastecida por peixe daqui de Tucuuruí... Tailândia, esse pessoal todinho.” (Morador da cidade, 48 anos, pescador, entrevista realizada em novembro de 2019).
		“É isso! É aquilo que a gente fala que o dinheiro não paga. A cultura das pessoas é viver na beira do rio. Aqui, se tu for olhar, tu conheces aqui a eclusa? Eu posso te mostrar o bairro que eles fizeram, chamada

<p>Subsistência, moradia, localização, circulação fluvial, obtenção de renda (pesca) e referencial simbólico/cultural</p>	<p>Antônio Ribeiro</p>	<p>Nova Matinha. Eles moravam na Matinha e construíram um bairro novo, chamado Nova Matinha. Aonde tava aí dá pra vê, que ainda hoje da de vê o pessoal tão retornando aos poucos pra beira do rio porque é a vivência deles. É a relação que tem, íntima com o rio. As pessoas não se desapegam disso! Ele vai lá pra um, ali, é mais ou menos uns 3 quilômetros distantes, que eles tão da beira do rio. A rabeta dele é suscetível a roubar, a ser roubada, que tá a 3 quilômetros distante. Dá casa dele ele tava olhando o barco dele. Os pescadores são assim, o sono é leve. Eles acordam, olham pra ver se tá lá, se não tiver eles chamam os outros amigos e vão atrás. Nessa distância, se eles levar, já levou! Acabou! Então, essa relação com o rio, muito íntima, relação de vida, eles não perdem! O pessoal pode tirar, mas eles vão voltar. E a área ficou lá abandonada, eles derrubaram as casas, eu não sei por que fizeram aquilo. Chega lá, vai dizer 'mas por que tiraram?'. Porque eles iam explodir as rochas, podia cair rochas nas casas. Eles podiam tirar com aluguel, é, temporário. Depois que terminassem a obra [de construção das eclusas] eles retornavam pra casa deles. Recuperava o que tivesse perdido. Não! Eles fizeram um bairro novo, tiraram as pessoas, deram 5 mil reais pra convencer as pessoas a saírem dali. Parece que ali eles queriam fazer, assim, rede de hotéis, na beira do rio pra privilegiar quem tem recurso. Não deu certo! Porque o pessoal tá voltando! Então, essa relação, de onde tirar o povo, eles, pode ter certeza, eles vão voltar! Porque a relação deles não é com o centro urbano, é com o rio. Eles vão retornar pra lá com certeza! [...] é a mesma coisa! O pessoal que veio do Baião, Mocajuba e Cameté, a relação deles com o rio é a pesca. Como o peixe acabou, eles migraram para o lago, porque o lago, no início, era uma febre de peixe. Tanto tucunaré, pescada e mapará, e eles vieram atrás disso! E eles ficaram, ah! Quem morava nas áreas, como que foi alagada... Eu tenho uma ilha, que tá lá, aonde a gente tem uma casa e tudo mais. Todos que perderam os seus territórios voltaram pra ilha. Quando começou a ir gente, o pessoal 'vamo pra lá, que lá nós têm o rio, nós têm a floresta'. Pra você vê, essa relação, não tem! É muito difícil matar isso no ser humano. Então, ele vai procurar onde ele tem uma identidade, e a identidade dele é com o rio e a floresta." (Morador da cidade, 52 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em novembro de 2019).</p>
<p>Subsistência, moradia, localização, amenidades naturais, obtenção de renda (agricultura e pesca) e referencial simbólico-cultural</p>	<p>Ronaldo Campos</p>	<p>"Pra falar a verdade mesmo, a renda maior que a gente tem é de peixe aqui. É! A gente não mexe com quase com a agricultura, assim, né?! Plantando muito, assim, só mesmo pra gente, no quintal. A gente faz aquelas hortas, né?! É tomate, é cebolinha, é maxixe, é quiabo, assim, pepino. Essas coisas todas a gente planta. [...] a importância [do território da comunidade] é porque, assim, é... Eu, pra mim, é assim, eu acho que é melhor assim em termos do clima, né?! Porque olha, eu tenho até uma casa lá na cidade, mas eu prefiro ficar aqui por causa do clima que é melhor. Aí eu já sou mais habituado aqui na região, né?! Por causa também dos plantios, que lá eu já não posso fazer. Já tenho, né?! O terreno lá é pequeno, aqui eu já posso fazer e é muito bom mesmo, morar aqui na beira de um rio desse. Só que, assim, a gente não tem aquela renda que a gente deveria ter, assim. Se tivesse uma estrutura melhor, né?!" (Morador da comunidade Pederneira, 58 anos, pescador e representante de associação, entrevista realizada em novembro de 2019).</p>
<p>Obtenção de renda (circulação fluvial),</p>		<p>"Hoje eu não vejo quase diferença, é a mesma coisa quase! Porque eu já sou aposentado, eu já não pesco. Eu só fico aqui em casa, daqui eu vou lá pra cidade, volto, compro a despesa, trago pra cá... E agora que eu sou aposentado, eu tenho um barquinho que tá na escola... Tá trabalhando pra transporte escolar. [...] se eu for trocar entre aqui a ilha e a cidade, eu quero aqui a ilha. O meu sossego é melhor</p>

moradia e amenidades naturais	Manoel da Silva	aqui do que lá na cidade. Até pra mim dormir lá, que quando eu chego, que eu ligo ventilador. Tem um ventilador lá em casa (...). A força daquele vento até dói na cabeça da gente, tem mosquito furando a gente por ali. Tudo n'aqui é tranquilo... O cara dorme uma hora dessa, dorme de noite.” (Morador da comunidade Cameté, 71 anos, pescador aposentado e representante de associação, entrevista realizada em novembro de 2019).
Subsistência e obtenção de renda (agricultura, pesca e extrativismo vegetal)	João Assurini	“Hoje o pessoal vive mais de roça, né?! E também de frutas, que é só por ano, né?! Que é no caso o açáí, bacuri, bacaba, cupuaçu. Tudo ainda vendem peixes também, né?! Que tem bastante peixe ainda, o pessoal também vende. Não é todo mundo que vende, mas tem pessoas que vendem também. E tem a renda, bastante aposentados, tem funcionários públicos, como eu também sou funcionário. E tem os aposentados, tem os pessoal que tem auxílio maternidade, isso aí. Tem também o da bolsa família, né?! Que tem também, que as crianças estudam também.” (Morador de aldeia indígena, 45 anos, indígena e representante de associação, entrevista realizada em novembro de 2019).
Moradia, amenidades naturais, obtenção de renda (turismo) e referencial simbólico-cultural	Maria do Carmo	“Você diz no sentido de é muito bom, né?! Agora falta a atenção dos poderes, de se nós desse assim uma... Olhasse assim pra nós aqui com a parte do Turismo, né?! Investisse alguma coisa, para nós é muito bom! Só não é melhor por isso, porque nós não têm nenhum tipo de ajuda, de vir e nos dá assim uma estrutura, né?! Para o lugar que é tão bom para o turismo, principalmente. Promessas tem muitas, mas ninguém aí... Mas mesmo assim nós se sente é muito bom! É muito legal morar aqui, tranquilo, tranquilidade... Quer ver como é, né?! A gente fica tranquilo, mas, aí o problema de finanças que fica difícil, porque não tem como, nós não têm condição de fazer uma coisa para chamar atenção do povo para o rio, para poder ter uma renda, para levar também uma vida melhor. Então nós fica só nessa mesmo. Achar bom, é muito importante na beira de um rio desse e aqui é um lugar muito tranquilo.” (Moradora da comunidade Pederneira, 57 anos, doméstica, entrevista realizada em novembro de 2019).

Fonte: entrevistas realizadas em trabalho de campo em Tucuruí, em novembro 2019.

Elaboração: Michel de Melo Lima, 2020.

A cidade de Tucuruí, o seu espaço de orla e os territórios de comunidades localizadas na jusante do rio Tocantins e no lago da usina hidrelétrica são marcados atualmente pela presença de formas-conteúdo (mercados, feiras, trapiches, rampas de acesso ao rio, casas de palafita, embarcações diversas etc.) e dinâmicas socioespaciais que evidenciam apropriações assentadas na relação cidade-rio e cidade-floresta que se manifestam em nível local e regional.

É nesse contexto que a orla de Tucuruí se configura no espaço de encontro da cidade com o rio Tocantins e com os sujeitos que fazem o uso comum das águas e da floresta. É local onde estão situados diversos bairros (Matinha, Mangal, Jaqueira e Beira-rio) de características ribeirinhas (foto 15), o improvisado porto – que consiste num trapiche que faz a ligação da cidade de Tucuruí com o Baixo Tocantins –, o mercado e a feira municipais (foto 16).

A orla da cidade, o porto, o mercado (foto 17) e a feira compõem espaços de vida, de circulação de pessoas, o lugar⁸¹ de sujeitos diversos. Neles, o odor forte do peixe e dos mariscos é amenizado pelo cheiro das frutas, das raízes e das essências da floresta. Ao mesmo tempo, escuta-se os sons das embarcações e o burburinho das barganhas (pelo menor preço dos produtos ou para conseguir deixar algo “pendurado”, “fiado”), das rodas de conversas e dos bares, cujas músicas mais tocadas alternam predominantemente entre forró, brega e sertanejo.

Todo esse fluxo cotidiano, esse vivido amazônico e toda essa dinamização econômica, que constitui um mosaico urbano regional, destaca-se na paisagem de Tucuruí como marca e matriz (de percepção, de ação, de produção de sentidos e de cultura) (BERQUE, 2004) que, ao serem partilhadas⁸², subsidiam a existência de uma ordem próxima (LEFÈBVRE, 1973, 2006) assentada nas trajetórias, nos protagonismos dos sujeitos e no elo da cidade de Tucuruí com o rio, com as comunidades rurais e mesmo com os municípios do Baixo Tocantins (Baião, Cametá e Mocajuba).

⁸¹ Espaço de referência simbólica, o lugar guarda em si o significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto o processo da vida. Ele também apresenta uma dimensão prático-sensível, real e concreta, que se expressa através do movimento dos sujeitos, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos do corpo e da íntima ligação com o cotidiano, o vivido (CARLOS, 1996).

⁸² A partilha constitui sistema de evidências sensíveis que revela, em conjunto, a existência de algo comum partilhado e de recortes exclusivos que nele definem lugares e perspectivas, sendo que essa repartição (dos recortes) se dá em diferentes espaços, tempos e tipos de atividades que determinam propriamente a pluralidade de maneiras como um espaço comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte (e se posicionam politicamente) nessa partilha (RANCIÈRE, 2009).



Foto 15 – Bairro Mangal (orla de Tucuruí): permeado por características ribeirinhas, esse bairro é um espaço de pescadores e moradores antigos da cidade, com intensa atividade pesqueira e circulação fluvial. O Mangal também é marcado pela existência de sociabilidades mais orgânicas e aproximativas, e por uma paisagem na qual se destacam palafitas, casas de madeira, a criação de animais, os cultivos de várzea etc. Foto: Michel de Melo Lima (março de 2018).



Foto 16 – Dinâmica urbana da feira e do mercado municipal de Tucuruí: espaço de sociabilidades na orla de Tucuruí, no qual cotidianamente interagem as populações da cidade e das comunidades rurais, sujeitos que comercializam carne (bovina e suína), peixe, frango, verduras, frutas, legumes, farinha, tucupi, mariscos, peças de artesanato, raízes, ervas, roupas, redes, calçados, produtos e utensílios de pesca etc. Foto: Michel de Melo Lima (março de 2018).



Foto 17 – Interior do mercado municipal de Tucuruí: um dos espaços destinados ao comércio do pescado na cidade. Nesse local, cotidianamente é vendida e/ou negociada pela população local parte da produção pesqueira que vem do lago da usina e das comunidades à jusante do rio Tocantins. Foto: Michel de Melo Lima (novembro de 2019).

E é justamente essa relação com o rio e a floresta que pode ser demonstrada a partir dos registros na paisagem, e, também, da observação sistemática e dos relatos/entrevistas dos sujeitos (quadro 04) sobre a importância dos territórios comuns para sua reprodução social, principalmente no contexto recente de produção do espaço da cidade de Tucuruí e do seu entorno rural.

Assim, para Carlos Martins, que é morador da cidade, o rio e a atividade pesqueira ainda consistem em alternativas de subsistência essenciais para os ribeirinhos. Tal importância se manifesta mesmo diante da dificuldade de realização da pesca artesanal, que foi ocasionada pelo barramento do rio e pelo aumento da concorrência com outros pescadores e atravessadores no contexto recente.

A localização na beira do rio e a pesca também são apresentados como elementos centrais do convívio, da atividade cotidiana praticada por um comerciante local (Nonato da Silva) e por um morador da cidade (Francisco Gralha). O primeiro, que trabalha no Mercado Municipal de Tucuruí, conta como a proximidade do rio consiste em uma vantagem locacional para o desenvolvimento econômico de sua atividade (comercio pesqueiro e manipulação do filé de peixe) e para o trabalho das pessoas (pescadores) que ele emprega. O segundo, é morador da cidade e trabalha no Porto do Km 11, um espaço que aglutina sujeitos cujas atividades estão relacionadas ao cotidiano da pesca, são eles: carregadores, comerciantes locais, pescadores, atravessadores, vendedores ambulantes, barqueiros etc.

O Porto do Km 11 diz respeito ao espaço que apresenta uma das maiores dinamicidades sociais em Tucuruí, pois, a despeito de sua precariedade infraestrutural (foto 18), ele compõe, junto com o mercado, o porto e a feira municipais, um dos maiores mosaicos urbanos da cidade. Assim, é nele que se comercializa grande parte do pescado que é produzido no lago (e na região de Tucuruí) (foto 19), da mesma maneira como é feito o embarque e desembarque das populações vindas das ilhas situadas na montante da usina, num movimento cotidiano e num espaço vivido que denota uma grande interação cidade-ilhas-lago. Sua paisagem é marcada por um intenso fluxo de pessoas (parte delas trabalhadores informais), veículos terrestres (carros da população da cidade, caminhões dos atravessadores etc.) e embarcações de pequeno e médio porte (canoas, rabetas, lanchas, barcos) que singram o rio Tocantins transportando a produção pesqueira, os moradores das ilhas, os turistas que fretam as embarcações.



Foto 18 – Porto do Km 11: apesar de apresentar uma infraestrutura precária, com existência de palafitas e barracões de madeira, este espaço consiste no elo da cidade de Tucuruí com as populações das ilhas do lago e com municípios e Estados que fazem uso/consomem a produção pesqueira local. Foto: Michel de Melo Lima (novembro de 2019).



Foto 19 – A comercialização do pescado no Porto do Km 11: o momento de pesagem, de barganha e de comercialização do pescado produzido no lago. Por ser um espaço de intensa movimentação de pessoas, em seu entorno se formam pequenos comércios (de venda cigarros, arroz, feijão, carne), bares, lanchonetes que acabam dinamizando a economia local, sobretudo da população de baixa renda. Foto: Veridiana Pompeu (agosto de 2019).

A produção pesqueira do lago se sobressai no Estado do Pará, o que pôde ser verificado em campo e é passível de comprovação através do relato de Francisco Gralha, que destaca como o pescado produzido na região abastece os mercados de Baião, Belém, Breu Branco, Cametá, Goianésia, Marabá, Tailândia e até mesmo os Estados de Brasília e da Bahia.

A questão da importância da moradia e da localização na orla da cidade, manifestada nos conflitos em função das remoções realizadas para construção das eclusas da hidrelétrica de Tucuruí – obra que ocorreu através da parceria estabelecida entre Eletronorte, Prefeitura Municipal e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) – e as dificuldades de adaptação aos “novos bairros”, é citada por Antônio Ribeiro, um morador da cidade que é representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Para ele, o rio e os territórios entrelaçados por suas águas denotam uma relação comunitária – com redes de solidariedade no caso de dificuldades (roubos de embarcações) –, de intimidade e uma vivência que “o dinheiro não paga”. É por isso que ele narra o caso dos moradores da cidade atingidos por esta etapa da construção da eclusa, sujeitos que foram deslocados, em meados de 2011, para um espaço urbano recém construído na cidade e que ficou conhecido como o bairro Nova Matinha⁸³.

Os problemas infraestruturais do novo espaço, a distância do rio e a especulação imobiliária provocada pela valorização do solo urbano nas proximidades da eclusa provocou o retorno da população aos antigos espaços de moradia na orla do rio Tocantins, como comenta Antônio Ribeiro. Isso porque

as famílias deslocadas se tornaram moradores do bairro Nova Matinha e declararam que vivem sem alegria, sentem a perda do convívio com a vizinhança, das relações de trabalho exercidas no bairro, incluindo a praia onde dispunham de barracas, e ainda de locais para ancorar as canoas e barcos para a pesca diária. Se antes tinham o rio no quintal das suas casas, ou no final da rua, essa condição mudou e precisam atravessar por dentro da cidade, transportando o barco de pesca por terra (NOVAES; MARIN, 2015, p. 190).

⁸³ O bairro Nova Matinha é reconhecido por este nome justamente por abrigar uma parte da população oriunda do bairro Matinha, um dos mais antigos da cidade, que sofreu muitas transformações desencadeadas pelo processo de modernização vivenciado em Tucuruí. Atualmente, o Matinha faz fronteira com o muro do barramento do rio construído junto à eclusa, obra que “eliminou” uma praia onde os ambulantes e barqueiros trabalhavam e os pescadores aportavam os seus barcos (CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014). Apesar de todas essas transformações, o Matinha ainda possui elementos (formas-conteúdo, territorialidades, redes de solidariedades) relacionados à sua origem como um espaço ribeirinho amazônico (POMPEU, 2008), o que faz com que muitos sujeitos ligados ao rio Tocantins vejam nele uma espécie de referência de identidade coletiva e de moradia na cidade.

O mesmo vínculo com às águas também é narrado em relação às populações que atualmente habitam o lago da usina hidrelétrica de Tucuruí; sujeitos oriundos do Baixo Tocantins (cidades de Baião, Cametá, Mocajuba e vilas e comunidades rurais) que foram atingidos pelo empreendimento hidrelétrico e que se re-territorializaram, da maneira teorizada por Haesbaert (2009), no lago. Dessa forma, de acordo com Antônio Ribeiro, a atividade pesqueira (de espécies como o tucunaré, a pescada e o mapará) e os laços com a floresta amazônica constituem os seus maiores referenciais de reprodução social, de identidade, de territorialidade. E é esse território comum (recurso, abrigo, espaço afetivo e referencial simbólico-cultural), construído na (i) mobilidade (territórios fixos) e na mobilidade (em meio aos movimentos de desterritorialização) (HAESBAERT, 2009) dos sujeitos, é toda essa relação de apropriação cidade-rio/comunidade-rio e cidade-floresta/comunidade-floresta, que diversos grupos sociais (re)produzem em condições de adversidade, de deslocamento, de morte.

Sobre esses processos de territorialização, mobilidade e desterritorialização, Haesbaert (2009) defende que

[...] a mobilidade espacial não é, por si só, um indicador de desterritorialização. Muitos grupos sociais podem estar “desterritorializados” sem deslocamento físico, sem níveis de mobilidade espacial pronunciados, bastando para isto que vivenciem uma precarização de suas condições básicas de vida e/ou a negação de sua expressão simbólico-cultural. Habitantes antigos de uma favela precária podem estar tão desterritorializados quanto migrantes pobres em constante deslocamento. Deste modo, sintetizando este debate sobre a relação entre mobilidade e desterritorialização, podemos afirmar que *assim como mobilidade não significa, compulsoriamente, desterritorialização, imobilidade ou relativa estabilidade também não significa, obrigatoriamente, territorialização.* (HAESBAERT, 2009, p. 251-252, grifos do autor).

Assim, os sujeitos procuram reproduzir suas condições de vida, e, com isso, carregam consigo os seus territórios, suas apropriações socioespaciais do rio, os seus vínculos comuns com as águas e com a floresta. É por isso que se mobilizam, e, se deslocados, eles voltam, no sentido do processo de des-re-territorialização destacado por Haesbaert (2009). Isso ocorre porque o(s) rio(s) e suas margens são sinônimos de segurança e abrigo, de subsistência e obtenção de renda, de laços afetivos e de valor de uso.

Para Ronaldo Campos, que é morador da comunidade Pederneira e representante de associação, o rio é importante para a prática da atividade pesqueira, sobretudo no sentido de possibilitar a subsistência e a obtenção de renda local. Na

fala dele também se pode perceber como a agricultura é essencial para a reprodução social de grande parte da população da comunidade. É por isso que outro elemento central de subsistência narrado são alguns tipos de cultivos desenvolvidos (cebolinha, maxixe, quiabo, pepino, mandioca etc.). Além disso, são citadas diversas vantagens relacionadas à localização da comunidade (o tamanho dos terrenos, o clima mais ameno e tranquilo) na beira do rio Tocantins.

Todos os elementos apresentados por esse informante mesclam-se num tempo social ribeirinho, que articula pesca, moradia, extensão dos territórios, circulação fluvial, amenidades naturais e agricultura; usos, práticas e condições que, em conjunto, facilitam o desenvolvimento de certos tipos de atividades que garantem a segurança alimentar dos sujeitos, como a produção pesqueira e de farinha (foto 20).

O sujeito Manoel da Silva, que é morador (e representante de associação) da comunidade Cameté, uma localidade situada no lago da usina hidrelétrica de Tucuruí, relata como o rio e o seu território são elementos essenciais do seu modo de vida ribeirinho. O primeiro, por conta da circulação fluvial local (interação cidade-ilhas-lago) que permite comprar a despesa na cidade e fazer o transporte escolar dos alunos da Escola Manoel Mendes, que fica localizada em uma ilha nas proximidades da comunidade; e, o segundo, em função das amenidades naturais e da apropriação territorial que pressupõe o sossego, o habitar tranquilo num espaço que evidencia o tempo cadenciado do rio, das ilhas e do interior da floresta, elementos centrais de seu referencial simbólico-cultural.

O trecho comentado pelo representante da etnia indígena João Assurini (morador da Aldeia Asurini-Trocará) define de maneira significativa o vínculo de subsistência e de obtenção de renda de sua comunidade com o rio e outros territórios comuns. Nesse sentido, ele destaca como o rio Tocantins possibilita a pesca (alimentação, comercialização do excedente e venda de peixes ornamentais) e os territórios ligados à floresta possibilitam o desenvolvimento de atividades que intercalam agricultura (roça) e o extrativismo vegetal (de frutas como açaí, bacuri, bacaba, cupuaçu etc.).



Foto 20 – Casa de produção de farinha: o morador da comunidade Pederneira, o senhor Moisés Ribeiro da Veiga, mostra, orgulhoso, o espaço no qual é produzida a farinha de mandioca que é utilizada para o consumo de sua família. A produção de farinha é uma atividade muito representativa do cotidiano dos moradores da comunidade Pederneira. Foto: Michel de Melo Lima (novembro de 2019).

Por fim, para Maria do Carmo, que é moradora da comunidade Pederneira, o destaque e/ou importância de seu espaço de vida está na tranquilidade do tempo lento do rio, da floresta e nas amenidades naturais existentes em seu território comum, sobretudo os atrativos turísticos (passeios de canoa, praias, banhos de rio, contemplação da paisagem, festividades como o Círio de Nazaré) proporcionados pela localização beira-rio; estes que são significativas fontes de renda local.

De maneira geral, a observação sistemática da paisagem de Tucuruí e os relatos narrados pelos sujeitos confirmaram, na atualidade, a existência de usos – moradia, subsistência e obtenção de renda (pesca, extrativismo vegetal, agricultura, turismo), circulação fluvial e referencial simbólico-cultural – e de apropriações coletivas (comuns) do rio Tocantins e dos territórios referenciados por suas águas.

Tal premissa parece estar de acordo com o entendimento de Novaes e Marin (2015), pois, para elas, na Amazônia e, em específico, na região de Tucuruí, manifestam-se formas de existência social de diversos grupos (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, lavradores, colonos, extrativistas, pescadores etc.) que são reveladoras de diferentes usos dos territórios que aqui são considerados comuns. Tais dinâmicas configuram certa indissociabilidade entre a dimensão física e social do espaço, produzindo identidades coletivas (associadas aos rios e à floresta) construídas historicamente e que se (re)afirmam politicamente na região.

Quadro 05 – Altamira: importância dos territórios comuns no presente

Usos dos territórios comuns: rios, orlas, beiras	Sujeitos	Trecho da entrevista
Subsistência (pesca, extrativismo vegetal, agricultura), amenidades naturais e referencial simbólico-cultural	Maria Teixeira Guedes	<p>“Para as populações ribeirinhas tradicionais o uso desses espaços realmente é a casa deles, é a grande morada, é a vida deles. Não é nem só a sobrevivência, é à vida na sua integralidade. Integralmente é a vida deles! É o lazer, como eles dizem, final de semana a gente se juntava na beira do rio, numa beira, numa praia, juntava todo mundo para brincar, para tomar banho no rio, para conversar.... É a vida deles! Eles utilizam para a sua vida e algumas coisas para a sua sobrevivência, tipo uma pequena caça, a floresta para tirar os açais, os produtos da floresta coletivamente. Se o vizinho precisa tirar um açai na área do outro, na ilha do outro ele faz isso, essa solidariedade, essa coletividade dos produtos da floresta para sua vida, para sua sobrevivência, para a sua economia. Então, isso representa para eles, diferente de um turista que chega na beira de uma praia para pegar peixe para fazer esporte de... Como se fosse esporte pegar peixe e soltar peixe, quer dizer, maltratar os peixes. Isso eles não fazem! Ou eles pegam os peixes para a sua economia, para vender, para se alimentar, é a alimentação deles. É a vida, alimentação sadia, peixe, produtos da floresta, frutas, tudo isso que as ilhas são muito ricas nisso, né?! Castanha, açai, óleos de... Para saúde, tudo isso eles encontram nas ilhas. É como eles dizem, é a grande casa deles, é a vida, é o pai e a mãe deles.... É, então, o rio, é, as ilhas, é, a floresta, onde eles moram. Diferente dos turistas que vão para tomar um banho e deixar a praia suja, até muitas vezes querer se apossar de espaços, né?! Invadir espaços que são daquelas famílias que há anos estão ali. As orlas também! As orlas são espaço de lazer, de passear... E para as famílias ribeirinhas é apenas um espaço onde eles vão passar para pegar canoa, entrar no rio e ir para o seu território, para sua ilha, que é a sua vida.” (Moradora da cidade, 70 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
Subsistência (pesca, extrativismo vegetal e agricultura) e referencial simbólico-cultural	Raimunda de Jesus Viana	<p>“De tudo um pouco, porque eu pesco, eu caço, eu planto, eu colho. Então, o ribeirinho ele é muitas coisas em uma só. A única titularidade dele ser ribeirinho é que ele mora na beira da água, mas, ele faz tudo isso e muito mais. Ele é um criador de experiência de sobrevivência, é isso! [...] pra mim é importante [morar próximo ao rio Xingu] porque eu sou parte dos rios. Eu nasci na beira do Rio Parnaíba, me criei na beira do rio Pindaré-Mirim, me casei e vim para a Beira do Itacaúnas. Saindo do Itacaúnas, fui para o Tocantins, que é o rio lá da Barragem de Tucuruí, e saí de lá direto para a Beira do rio Xingu. Então, o rio já fez o meu corpo, minhas veias, minha mente... O rio já está comigo desde quando nasci. [...] nós vivia da pesca, hoje nós vive da agricultura, então, o ribeirinho é isso, ele se refaz. Qualquer hipótese em que a gente fique sem casa, sem terra, mas a gente se refez, a gente se levantou de uma outra maneira. A gente se usa como a mata. Se eu corto uma castanheira, mas ela já jogou o coco em outro canto e nasceu outro, nós somos isso, os ribeirinhos. Nós não têm o instinto da morte, porque eu sempre falo que tudo isso que aconteceu é uma história reta, mas, pra morte, há esperança... A determinação do ribeirinho é a coragem, o desejo de mudança. Que mudança é essa? Uma mudança em que possa a futura geração vê o que nós estamos vivendo hoje. Viver na biodiversidade da água doce e com a franqueza da mata,</p>

		<p>porque a mata é o comando do mundo. [...] minha vida hoje é corrida, mas é divertida, porque eu tô reassentada, mas eu tô lutando para ver meus amigos reassentados como eu. Eu tô com a terra produtiva, mas eu quero ver minha vizinhança, mesmo que a gente não vai mais morar junto, mas num local edificado que nem eu tô. Eu quero ver um vizinho meu dizer pra mim 'muito obrigada porque hoje eu estou reassentado'. Então, a minha história hoje é uma sede de justiça pelos injustiçados de Belo Monte." (Moradora da cidade e da comunidade Terra Prometida [município de Vitória do Xingu], 60 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
<p>Subsistência (agricultura), localização, moradia, obtenção de renda (pesca) e circulação fluvial.</p>	<p>Márcia Alves da Silva</p>	<p>"E aí quando a gente, quando a Norte Energia fez o processo da remoção dos ribeirinhos, isso impactou muito a nossa vida na questão econômica. Porque quando a Norte Energia fez, por exemplo, nossa retirada, ela pagou a indenização de 4 mil apenas lá da área ribeirinha, área rural. E aí, a gente ficou sem saber o que fazer, mudamos para o assentamento, porque a gente tinha casa na cidade, porque é essa questão de dupla moradia. Tinha uma casa nossa na cidade, onde eu ficava, as crianças estudavam também aqui e tinha lá na terra [comunidade ribeirinha], onde plantava e colhia, trazíamos alimento. E a maioria das famílias era assim nas áreas dos baixões de Altamira, a maioria são ribeirinhas e que viviam dessa forma. E quando a gente mudou para o reassentamento, e aí a Norte Energia fez esse processo também da retirada da área ribeirinha, isso impactou muito a nossa vida econômica porque no reassentamento, inclusive, ficou mais distante do rio. A dificuldade, por exemplo, eu tinha dificuldade de levar o transporte para o rio. Chegou a ser... Chegou a ser 50 o transporte para levar a tralha de pesca para o rio, 50. Cada viagem que ele ia no rio era 100 reais, e por vezes não dava para trazer. [...] bem, nem todos conseguiram se adaptar ainda aos pontos pesqueiros de novo, novamente. E, assim, foi muito difícil pra nós ter que pagar a tarifa de transporte pra poder levar as tralhas de pesca pro rio do reassentamento, que ficou mais distante pra nós. Lá na Invasão do Padres, era... A gente ia de pé. O João, que era meu ex-companheiro, ele levava as tralhas de pesca de pé. Botava na carrocinha da bicicleta e ia embora para o rio. Então, não precisava pagar, né?! E aí, acaba que acabou na mudança nossa para o reassentamento, isso dificultou, ficou mais distante, quase 3 quilômetros pra ir para a beira do rio. E aí, nesse sentido a gente entendeu que o impacto na questão econômica, ela foi muito forte. Foi quando a gente começou a fazer essa luta, inclusive para voltar para área ribeirinha." (Moradora da cidade, 35 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
<p>Obtenção de renda (circulação fluvial e carpintaria naval artesanal)</p>	<p>Torquato Barros</p>	<p>"Os beiradeiros representam muita coisa pra gente! Os beiradeiros, os pescadores, o pessoal que mora tudo no rio aí. Representam muita coisa mesmo! Porque, é do movimento, era bem dizer a economia da gente aqui. Eram os pescadores, os beiradeiros, os barqueiros aqui que mexem com areia. Tudo representa (...) aqui do lado dos, da, para os carpinteiros. Sem eles nós não somos nada! A manutenção dos barcos deles. Dos areiros principalmente, dos pescadores, dos ribeirinhos. Tudo nós fazia a manutenção dos barcos deles. Eu mesmo tinha vários clientes que tinham barcos de madeira, depois que eles ganharam voadeira, acabou cara! A clientela. Pode ver assim, olha, no caso como trabalha lá em cima ali, mais ou menos tinha aquela parte todinha dali de cima ali, quem comandava mais era eu e o papai. Que era mais conhecido, né?! Aí, no caso eles ganharam voadeira, aí ficou difícil pra nós! Tem serviço, mas não é que nem era de antigamente, a gente tá quebrando um galho, que nem era de antigamente. Dá para o cara ir levando a vida bem apertado, mas não é que nem era de antigamente."</p>

		(Morador da cidade, 48 anos, carpinteiro naval e representante de associação, entrevista realizada em junho de 2019).
Subsistência, moradia, amenidades naturais e referencial simbólico-cultural	Marcos Curuaia	“Olha, porque a gente já foi criado nesse habitat, né?! E o rio pra nós é tudo! Cara! A água pra nós é vida, né?! É tão bom você poder acordar ali no Pedral e ir ver aquela visão, o rio, sabe? A mata, tá entendendo? É você tá com uma voadeira aí no porto, um barco. Você quer dar uma pescada, você vai pescar, traz a mistura, tu tá entendendo? Tudo isso né?! O rio pra nós, ele representa, é, uma coisa cultural nossa. Porque sinceramente, é por isso que a gente quer conviver perto do rio, né?! Pra mim ele representa a vida e... Desde quando, por exemplo, nossos antepassados... Nossos antepassados fazia as expedições, na época era tudo à remo, na vara, tá entendendo?! Então, isso é um histórico pra nós! [...] olha, na época eu andava de bicicleta... Na época eu andava de bicicleta e eu saí de bicicleta convidando o pessoal, né?! Aquele pessoal que tem interesse, aí a gente começou a pegar o pessoal, era, nos RUC's mesmo. Eles já estavam reassentados, mas tinham uns que não tava satisfeitos, que queria morar na beira do rio, e a gente começou a articular. Eu convidei o presidente da colônia de pesca, o seu Lúcio, né?! E algum pessoal ribeirinho que é índio, que não é índio e tal, e a gente foi lá pro Pedral, né?! Essa articulação, fomos para o Pedral, se reunimo lá, olhemo a área. E os índios também, a mesma coisa, e a articulação foi nesse sentido. Eu saí convidando o pessoal! Não, o pessoal ‘mas como é que a gente vai visitar a área?’, ‘não, mas a gente consegue um micro-ônibus. Só basta você ficar no ponto certo que o ônibus passa lá tal hora’, né?! Então, a gente fez! A Funai foi, acompanhou nós, fez um documento também, tá entendendo? Nessa visita, né?! Eu tenho esse documento, foto que eles, a Funai fez, registrou. Fez um documento bem feito e a articulação foi essa.” (Morador da cidade, 47 anos, indígena, artesão e representante de associação, entrevista realizada em junho de 2019).
Subsistência, moradia, obtenção de renda (pesca) e referencial simbólico-cultural	Maria Milhomens	Ah, é muito importante! É eu acho que... É porque assim, as pessoas elas têm isso como a vida delas! Ali é muita relação! Por exemplo, as pessoas que moravam aqui no Baixão mesmo, que era o pescador, ele estava a um passo do rio, né?! Pode com sua canoa, com os seus apetrechos de pesca, né?! Agora, eles estão distantes, né?! Por sorte é que eles conseguiram, depois de muita batalha, algumas famílias dos índios citadinos, os ribeirinhos, que vão morar num reassentamento que foi construído pela Norte Energia que é um pouco próximo do rio. Que é próximo do rio! Que é um pouco não, que é próximo do rio Xingu, mas, assim, pra muita gente foi uma mudança muito radical! E tudo isso, pra eles é uma importância muito grande! E aí o que é difícil, é, Michel, é que o capital, as pessoas, as empresas, os governos... Eles são incapazes de reconhecer isso! Porque aí eles dizem assim ‘ah, não, mas a pessoa morava aqui numa palafita, agora tá morando numa casa melhor!’, ‘ah, mas não sei o que’, entendeu?! Então, assim, é muito difícil eles entenderem essa relação do povo ribeirinho, das pessoas com a história do rio. Então, é muito difícil!” (Moradora da cidade, 57 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019)
Obtenção de renda (pesca e circulação fluvial)	Aldo Oliveira	“Tinha! Tinha pescador de ficar de cinco dias, seis dias pescando. Só chegava, encostava o barco aí o cara. Isso aqui toda vida foi um porto, né?! Toda vida! Toda a vida isso aqui foi um porto, desde quando nós, o meu pai comprou essa terra aqui, já era um porto aí. Olha, mas tem dia que tá ‘topado’ [lotado de embarcações] aí ainda, porque eles vêm de cima, não tem onde encostar e encosta aí, né?! Que a beira do cais sempre foi aí, né?! Pra todo mundo, dava pra encostar em todo lugar. E aqui tem um porto, ali

		tem o da Balsa, lá... Bem aqui tem outro, é assim! Aí só o Porto 6 ali. Agora eles proibiram até de encostar no Porto 6, os barqueiros, só as voadeiras, é assim!” (Morador da cidade, 71 anos, barqueiro aposentado, entrevista realizada em junho de 2019).
Subsistência (pesca)	Afonso Pereira	“Pra mim era muito bom [o rio e território na ilha]! Porque a gente morava na terra, aí saía pra pescar. Agora esse mês, têm a goiaba de junho, era dar uma volta por ali e pegar assim 5, 6 pacú, que não era para salgar, nem pra vender, só para o boião [alimentação]. Aí quando acabava aquele dia, de novo pescar. Era! Era assim! Aí quase não tinha... Nós não vendia os peixe, nem caça, só comia lá mesmo. Já aqui é diferente, eu vou pescar, pega o peixe e boto no freezer, algumas vezes pra algum conhecido, algum vizinho que eu dou algum peixe. O resto é só pra nós comer, só para o gasto mesmo. Eu fico, quando eu não vejo peixe eu fico agoniado, tem que ir para o rio, eu gosto mais é do peixe.” (Morador da cidade, 67 anos, agricultor aposentado, entrevista realizada em junho de 2019).

Fonte: entrevistas realizadas em trabalho de campo em Altamira, em junho 2019.

Elaboração: Michel de Melo Lima, 2020.

O segundo capítulo desta tese destacou os principais elementos e territorializações provenientes da relação cidade-rio e cidade-floresta existentes em Altamira, uma cidade localizada na Volta Grande do Rio Xingu, que é apropriada coletivamente por sujeitos de categorias sociais distintas e cujas vivências apresentam intensas ligações/relações com o uso comum dos recursos hídricos e florestais.

É partindo desse enunciado que se comenta sobre este complexo espaço amazônico, uma urbe que, ao constituir-se em produto, condição e meio de reprodução de relações sociais (LEFÈBVRE, 2008a, 2008b, 2013), manifesta em sua orla, na margem dos igarapés, nos RUC's e em outros espaços periféricos, vínculos, usos e atividades regionais ligadas ao tempo lento da natureza, com combinações de usos comuns que envolvem agricultura, caça, pesca e saberes tácitos manifestados em conhecimentos dos povos tradicionais, que são desenvolvidos e sistematizados de acordo com o seu meio socioespacial. Tais relações se dão, inclusive, através dos fortes laços existentes entre a cidade e os territórios de populações tradicionais do seu entorno; todos espaços animados e/ou associados ao tempo da floresta, do rio Xingu e da diversidade da vida existente na Volta Grande (ALMEIDA; MARIN, 2014; MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016; CARDOSO, 2018; BARRETO, 2019).

Os referidos vínculos podem ser constatados no quadro 05, uma sistematização qualitativa na qual constam os principais usos e/ou apropriações recentes dos territórios comuns para diversos sujeitos sociais que compõem, em conjunto, e, no encontro de temporalidades sociais (MARTINS, 2008, 2009), este singular espaço regional amazônico.

A moradora Maria Teixeira Guedes (representante do Movimento Xingu Vivo Para Sempre) sintetiza muito do que já foi problematizado sobre os usos comuns do rio Xingu e da importância dos territórios coletivos subsidiados por suas águas. Para ela, os territórios consistem na casa dos ribeirinhos, na grande morada, na vida na sua integralidade, que entrelaça a moradia, a circulação fluvial, o lazer oriundo dos banhos de rio, o encontro entre parentes e amigos, a contemplação das águas e a maior proximidade com a natureza – práticas associadas ao consumo improdutivo do espaço no sentido teorizado por Lefèbvre (2013). É a subsistência e obtenção de renda (caça, extrativismo vegetal, pesca, agricultura), é saúde que toma forma com os tratamentos pautados no uso das raízes, plantas e ervas medicinais, e, por fim, é

referencial simbólico-cultural de uma diversidade de sujeitos. Neste sentido, ela destaca que o rio, a orla, as ilhas e os demais recursos florestais se constituem no “pai” e na “mãe” de uma diversidade de amazônidas.

A ribeirinha Raimunda de Jesus Viana, que é moradora da cidade de Altamira e representante de movimento social, conta como em seu outro território⁸⁴, localizado na comunidade Terra Prometida, no município de Vitória do Xingu, são desenvolvidas uma pluralidade de atividades que envolvem a caça, a pesca, a agricultura e o extrativismo vegetal.

A comunidade Terra Prometida (foto 21 e 22) consiste em um território conquistado por lutas sociais, na tentativa de conseguir reproduzir certas condições de vida anteriores ao empreendimento hidrelétrico⁸⁵, sobretudo o modo de vida dos ribeirinhos estabelecidos ao longo da bacia do rio Xingu.

É nesse contexto que ocorre, na cidade de Altamira, a criação do Conselho Ribeirinho, uma organização social voltada para a representação dos interesses coletivos das populações ribeirinhas atingidas⁸⁶ pela construção do reservatório da usina hidrelétrica de Belo Monte. O seu objetivo central é reivindicar a autonomia de reconhecimento de suas trajetórias (e da condição de atingidos) e o direito de regressar aos seus territórios, nas mesmas condições – ou ao menos de maneira similar – de sua relação anterior com o rio Xingu (BARRETO, 2019).

⁸⁴ Parte da reprodução social indígena e ribeirinha na cidade de Altamira envolve o aspecto da dupla moradia. É por isso que se sobressai, na fala dos sujeitos entrevistados, a existência de uma habitação nas margens do rio Xingu e nas ilhas, e outra na cidade de Altamira. Dessa forma, é em meio desse contexto de dupla moradia que muitos ribeirinhos e indígenas vendem parte de sua produção (pesqueira, produtos oriundos das roças etc.) na cidade e dela obtêm produtos (utensílios domésticos, maquinário, insumos agrícolas, equipamentos pesqueiros) e serviços públicos (educação, saúde, serviços bancários etc.) essenciais para suas vidas (WEIBERMEL, 2017; CARDOSO, 2018; BARRETO, 2019).

⁸⁵ No caso da implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte, diversas medidas mitigatórias dos impactos socioambientais – como os causados aos ribeirinhos desterritorializados pela formação do reservatório da usina, que solicitaram o retorno para as ilhas após a estabilização do volume de água do lago, e de grupos indígenas expulsos de seus territórios, que pleitearam a construção do RUC Pedral/Tavaquara – foram paulatinamente registradas e incorporadas no Plano Básico Ambiental (PBA), o documento obrigacional da empresa. O PBA foi produzido em atendimento à condicionante 2.3 da Licença de Instalação (LI), concedida em 01 de junho de 2011, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ao consórcio da usina hidrelétrica de Belo Monte (NORTE ENERGIA S.A., 2011; WEIBERMEL, 2017).

⁸⁶ De acordo com levantamentos em campo, parte dessa população está alojada nos RUC's, em espaços relativamente distantes do rio; outros foram indenizados por valores irrisórios e que não possibilitam adquirir moradias em condições de infraestrutura e localização adequadas para a sua reprodução social; e, por fim, outros encontram-se distribuídos por diversos pelos bairros da cidade, na casa de algum amigo e/ou parente, ou em outros espaços periféricos, em condições precárias e de risco social.



Foto 21 – Residência na comunidade Terra Prometida: a comunidade Terra Prometida é espaço de moradia de reassentados compostos por parte dos atingidos pela hidrelétrica de Belo Monte (aproximadamente 80 pessoas), que após muita luta conseguiram voltar para próximo do rio Xingu. No entanto, parte dos moradores já relatam a ausência de apoio por parte do poder público e da Norte Energia S.A, pois, embora se trate de uma terra produtiva, diversas demandas relacionadas ao deslocamento regional (circulação fluvial), assistência técnica agrícola e infraestrutura produtiva não foram e não são atendidas. Foto: Michel de Melo Lima (junho de 2019).



Foto 22 – Aspectos econômicos da comunidade Terra Prometida: registro da produção de cacau com base na mão de obra familiar dos ribeirinhos. De maneira geral, a produção dos ribeirinhos da comunidade é voltada para subsistência (com possibilidade de comercialização do excedente de alguns cultivos), com atividades que envolvem a pesca, a caça, a criação de animais, alguns cultivos e/ou produtos coletados na floresta (milho, mandioca, feijão, abacaxi, banana, cacau). Foto: Michel de Melo Lima (junho de 2019).

Assim, continuando a análise da entrevista de Raimunda de Jesus Viana, é significativo para a presente pesquisa o momento no qual a moradora narra ser parte dos rios, cujas águas compõem o seu corpo, suas veias e sua mente. Para ela, que nasceu na beira do rio Parnaíba, casou-se e foi morar na orla do rio Itacaiúnas, deste se deslocou para o rio Tocantins, sendo expulsa no contexto da construção da usina hidrelétrica de Tucuruí para habitar, posteriormente, a margem do rio Xingu, o ribeirão sempre se “refaz” mais forte e mais articulado coletivamente diante das dificuldades.

É nesse sentido que o sujeito (re)produz conflituosamente sua re-territorialidade (HAESBAERT, 2009, 2014) na Amazônia, sobretudo em face das condições impostas (grandes obras [barragens]) pela sociedade moderna no que diz respeito ao cercamento capitalista de recursos regionais. Dessa forma, a história da informante em referência se confunde com a de tantos outros sujeitos dos rios e da floresta, populações que se mobilizam e lutam por visibilidade e pelo atendimento de suas demandas, fortalecendo os seus laços de solidariedade e de identidade relacionada à condição de injustiçados de Belo Monte.

A questão da dupla moradia, isto é, da existência de uma residência na cidade, nas proximidades dos igarapés urbanos e da orla do rio Xingu, e outra habitação nas ilhas (de onde se plantava e se colhia o alimento), é destacada por Márcia Alves da Silva, uma ribeirinha que também é representante do Movimento dos Atingidos por Barragens. Assim, em seu relato se pode perceber a importância da moradia (urbana e rural) e da localização beira-rio, sobretudo em função da sobrevivência proporcionada pelo intercalar de atividades associadas ao desenvolvimento da agricultura e da pesca.

A quebra desses vínculos (expulsão de seu território na cidade e na zona rural) ocasionada pela instalação do empreendimento hidrelétrico dificultou muito a vida da moradora, que, ao ser contemplada com uma casa em um RUC, viu-se distante do rio em aproximadamente 3 quilômetros. Isso levou a uma situação de degradação da reprodução de suas condições de vida, o que motivou muitos moradores dos “baixões” da cidade a reivindicarem, seja o seu retorno aos territórios – ribeirinhos e indígenas – comuns, próximos do rio Xingu, seja o reconhecimento da sua condição de dupla moradia e o pagamento justo das indenizações.

Ao discutir essa questão, Barreto (2019) frisa que:

a compreensão dessa relação de mobilidade torna-se crítica nessa região após a implantação da hidroelétrica Belo Monte, que impactou o município de Altamira, em áreas rurais e urbanas, em bairros situados ao longo dos igarapés Ambé, Panelas e Altamira, os quais drenam o rio Xingu. Com isso, ao serem realocadas compulsoriamente, as famílias tiveram negada a dupla moradia, pela empresa responsável pela hidroelétrica. Tal fato implicou em múltiplas consequências prejudiciais aos ribeirinhos, pois reconhecer que eles residiam na área urbana impactada pela hidroelétrica – para terem direito a uma casa no Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) – implicava em negar a moradia na área rural e excluí-los da realocação para o Reassentamento Rural Coletivo (RRC). Por essa razão, os ribeirinhos passaram a se organizar para exigir o reconhecimento à dupla moradia (BARRETO, 2019, p. 34-35).

De maneira geral, os baixões de Altamira⁸⁷ correspondiam aos espaços ocupados por populações (pescadores, oleiros, indígenas na cidade, ribeirinhos, barqueiros etc.) de baixa renda, principalmente nas margens dos igarapés urbanos (Altamira, Ambé e Panelas) e nas áreas próximas ao rio Xingu, que faziam parte da Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento hidrelétrico de Belo Monte (MIRANDA NETO; HERRERA, 2016).

Sobre esses espaços e essas populações, Cardoso (2018) destaca que os baixões apresentavam ruas em situações precárias, com o chão de terra batida e um grande número de casas do tipo palafitas (foto 13), com vielas serpenteadas por pontes de madeira. De um lado, a ausência de esgotamento sanitário, de iluminação pública eficiente, de água encanada e de coleta de lixo também faziam parte do cotidiano dessa população, que convivia, ainda, com situações de violência urbana, prostituição e a presença de grupos de tráfico de drogas. De outro lado, o fato de estarem situados próximos dos igarapés e do rio Xingu proporcionava-lhes uma possibilidade maior de subsistência em função da existência de usos e de atividades como a pesca (para o próprio consumo e comercialização da produção excedente), o transporte fluvial de pessoas (moradores das ilhas e turistas), o uso doméstico das águas, a rede de solidariedade que existia entre os moradores e a proximidade dos principais serviços urbanos (educação, saúde, transporte coletivo, bancos etc.) existentes na cidade de Altamira.

⁸⁷ Grande parte desses espaços (bairros periféricos como o Baixão do Tufi, Açaizal, Olaria, Invasão dos Padres, Mutirão e Paixão de Cristo) foram inicialmente ocupados de maneira “espontânea”, primeiramente devido ao processo de construção da rodovia Transamazônica, e, posteriormente, em decorrência da procura de casas mais acessíveis para aluguel ou compra, sobretudo quando do aumento do preço dos imóveis e do aluguel na cidade de Altamira durante o processo de construção e instalação da usina de Belo Monte (ALMEIDA; MARIN, 2014).

Assim, é de certa maneira chocante constatar que o processo de modernização da cidade de Altamira, o aproveitamento capitalista (cercamento) das águas e o consumo no/do espaço (LEFÈBVRE, 1973, 2013; GOTTIDIENER, 2010), desencadeado pela instalação da hidrelétrica, provocou o desaparecimento/expulsão da população que estava situada nos territórios dispostos ao longo do rio e da orla, da mesma maneira como desalojou parte dos sujeitos que habitavam áreas centrais da cidade que fazem interseção com os principais cursos d'água (igarapés Altamira, Ambé, Panelas e o rio Xingu), restando, apenas alguns espaços que timidamente “lembram” a paisagem ribeirinha de outrora.

Destes locais na orla, destacam-se alguns pontos voltados para a circulação fluvial e o embarque e desembarque de pessoas, veículos e produtos – o porto das Carroças (mais popular), o porto do Posto 6 (equipamento que busca atender demandas turísticas e lúdicas) e o porto da Balsa (que faz o transporte para comunidades localizadas no assentamento Gleba Assurini) –, os espaços de encontro com o rio Xingu e alguns dos pontos menos impactados pelo processo modernizante e empreendedor em curso (foto 23).

Evidentemente que grande parte da população urbana que teve os seus territórios espoliados também resiste ao processo de degradação de suas condições de vida, mobilizando-se, vendendo suas moradias nos RUCs e produzindo um lento movimento de retorno aos espaços que apresentam maiores relações com as águas. Os pormenores desse processo serão abordados numa sessão posterior deste trabalho.

Paralelo a esse movimento de substituição da população surge, em Altamira, formas-conteúdo modernas voltadas para a população de maior poder aquisitivo, como vias largas, praças, parques ambientais, calçadão e cais de arrimo, praias artificiais e “novos” e distantes bairros (os RUCs). Tudo isso em um espaço urbano que, em seu contexto recente, nega a ordem próxima e a dimensão do encontro de todos os ritmos e conteúdos sociais (objetos, pessoas, símbolos). Por conta disso, afasta os sujeitos do rio e da floresta do processo de produção do espaço da cidade e dos pontos/locais da orla que ainda apresentam uma relação mais democrática com às águas (foto 24).



Foto 23 – Espaços pouco modernizados na orla de Altamira: embora tenha sido alterado em função da expulsão de parte dos moradores que estavam situados na cota altimétrica que seria afetada pelo formação do lago de Belo Monte, este pequeno fragmento do urbano (encontro dos bairros São Sebastião e Explanada do Xingu) ainda guarda usos, práticas (circulação fluvial, pesca, banhos de rio, lavagem de roupa) e modestas moradias que remetem-se a uma dimensão ribeirinha altamirense. Foto: Michel de Melo Lima (junho de 2019).



Foto 24 – Chegada de família ribeirinha no Porto das Carroças: espaço de dinamização econômica da população de menor poder aquisitivo e de intensa circulação fluvial (pessoas e produtos), que pode ser considerado uma “ponte”, um dos elos dos ribeirinhos, dos pescadores, dos barqueiros e dos moradores da Volta Grande com a cidade de Altamira. O nome do porto faz referência aos fretes que são realizados por carroceiros que levam equipamentos e pessoas para diversas localidades na cidade. Foto: Michel de Melo Lima (junho de 2019).

A dinamização da economia local proporcionada pela carpintaria naval artesanal (produção e manutenção de embarcações) e pela circulação fluvial é narrada por Torquato Barros, para quem os beiradeiros, os pescadores e os ribeirinhos representavam muita coisa, isto é, significavam o movimento e a autonomia econômica de boa parte da população de menor poder aquisitivo da cidade (foto 25). Dessa forma, mesmo diante de dificuldades econômicas ocasionadas pelas ações da Norte Energia S.A., como a doação de embarcações de metal (voadeiras) para parte da população local (o que diminuiu a demanda por embarcações de madeira), o serviço, para o sujeito, ainda possibilita “ir levando a vida bem apertado”.

O relato apresentado confirma a existência de processos de trabalho artesanais nas cidades amazônicas, como bem destaca Castro (2008), pois, para ela, parte dos agentes produtores do espaço urbano regional desenvolvem atividades que decorrem de usos da floresta, com expressivo número de produtos transformados pelo trabalho com a madeira, sobretudo quando se trata da pesca marinha e fluvial. Isso porque embarcações são fabricadas em estaleiros, utilizando-se de processos de trabalho com certa complexidade e que requerem conhecimentos sobre a navegação na Amazônia. E a cidade é o destino de boa parte dessa produção, o que evidencia a permanência da relação cidade-floresta e cidade-rio em âmbito regional.



Foto 25 – Barracão da Associação de Carpinteiros Navais de Altamira e Xingu (ASCANAX): espaço cedido pela Norte Energia por conta das reivindicações dos carpinteiros, que, quando ameaçados, acabaram constituindo uma associação para lutar pelos seus direitos e pela condição de atingidos. O barracão abriga diversos sujeitos cujo trabalho familiar, a circulação fluvial e a produção naval artesanal é a base de sua renda. Foto: Michel de Melo Lima (junho de 2019).

Segundo Marcos Curuaia, uma liderança indígena da etnia Curuaia, o rio representa tudo, e a água representa a vida. É a subsistência (pesca, circulação fluvial, uso doméstico e sacia a sede) e o habitar em conjunto com a sensação de tranquilidade associada ao tempo lento da mata, das amenidades naturais, que acabam se consolidando em seu referencial simbólico-cultural.

Por conta de todos os elementos apresentados, o entrevistado conta como ocorreu a mobilização para garantir as condições de reprodução social dos sujeitos atingidos pelo empreendimento. É quando pescadores, ribeirinhos, agricultores e sobretudo indígenas na cidade (os principais articuladores da mobilização) pleitearam a construção de um outro espaço para os reassentados, na margem esquerda do rio Xingu. O bairro em questão seria habitado por populações que sofreram um processo de desterritorialização ou que já estavam reassentadas nos 5 RUCs existentes, mas que se encontravam insatisfeitas pela distância deles em relação ao rio Xingu.

O movimento deu origem ao Reassentamento Urbano Coletivo – RUC Pedral/Tavaquara (mapa 03 e foto 26). Inicialmente, os indígenas organizados em associações e com o apoio dos movimentos sociais reivindicaram a criação de um bairro indígena. Posteriormente, depois de muitos conflitos e manifestações, finaliza-se, na cidade de Altamira, um reassentamento urbano diferenciado que não constitui necessariamente um bairro indígena, mas sim um bairro preferencialmente indígena que vai abrigar diversos sujeitos que têm a sua subsistência e o seu referencial simbólico-cultural ligados ao rio Xingu (CARDOSO, 2018).

De certa maneira, estes mesmos elementos, sobretudo o vínculo com os corpos hídricos, também são enfatizados por Maria Milhomens, uma representante de um movimento social, de abrangência local e regional, denominado Fundação Viver, Produzir e Preservar. Ela, ao mencionar aos moradores dos baixões e a penosa luta para conseguir reproduzir suas condições de vida na cidade de Altamira, constata que o grande capital, as empresas e os governos têm dificuldades de entender a relação e a história das pessoas com o rio.



Foto 26 – Reassentamento Urbano Coletivo (RUC Pedral/Tavaquara): esse espaço de reassentamento, inserido nas condicionantes do empreendimento hidrelétrico depois de muita mobilização popular, foi construído numa área escolhida pelos indígenas. Atualmente, conta com aproximadamente 150 residências no padrão de conjuntos habitacionais (que pouco leva em consideração as especificidades da população indígena e ribeirinha), 3 associações indígenas (Inkuri, Tubyá e Kirinapã), espaço cultural (Curuaia e Xipayá), quadra de esportes, posto de saúde etc. Foto: Michel de Melo Lima (junho de 2019).

É por isso que essa dinâmica hegemônica, moderno-capitalista, invisibiliza esses sujeitos, notadamente a partir de uma lógica colonial interna (CASANOVA, 2006) que não os apoia e parece ter vergonha de seus rostos queimados de sol, de seu jeito simples, de seu ritmo de vida penoso e cadenciado. São eles indígenas, ribeirinhos, oleiros, pescadores, agricultores, marisqueiros; sujeitos que se territorializam e resistem a partir de uma lógica de (re)apropriação coletiva de recursos comuns existentes no rio, na orla, nas ilhas etc.

Por fim, em relação aos trechos das entrevistas, os sujeitos Aldo Oliveira e Afonso Pereira, moradores que, ao narrar os usos do rio Xingu, só reforçam essa ligação cidade-rio e cidade-floresta de Altamira, ao destacarem, em seu cotidiano urbano, a importância da circulação fluvial, da pesca e das redes de solidariedade que se formam entre os moradores nos espaços de orla da cidade.

Assim, a análise do quadro 05 possibilita entender como, nas margens e águas do rio Xingu, são produzidas trajetórias aproximativas e complementares, que se entrelaçam dialeticamente na produção do espaço urbano (LEFÈVRE, 2006, 2013) e na apropriação coletiva dos territórios comuns em nível local e regional. De um lado, tem-se o rio Xingu e a cidade de Altamira, sendo esta última, um espaço cuja ordem próxima está ligada às águas, mas que também se destaca pela possibilidade de mobilidade política, de apoio infraestrutural e de obtenção de produtos e utensílios que auxiliam na sobrevivência dos territórios do entorno urbano. De outro lado, os territórios de uso coletivos rurais que entrelaçam o rio Xingu à floresta amazônica, sendo os locais de apropriações que referenciam outras margens, nas quais, por entre beiras, ilhas e no interior da mata, sobressaem-se os territórios de vida, de usos e de práticas diferenciadas (circulação fluvial, caça, pesca, extrativismo vegetal, agricultura de subsistência, cooperativismo, redes de solidariedade e referencial simbólico-cultural); atividades associadas ao tempo cadenciado de seus protagonistas, uma diversidade de populações que também produzem o espaço urbano de Altamira. É por isso que muitos sujeitos altamirenses sobrevivem a partir de outras margens do urbano, em uma virtualidade que envolve a inclusão de percursos diversos, a manifestação de lutas coletivas, de conflitos, de morte e, sobretudo, de esperança.

Quadro 06 – Marabá: importância dos territórios comuns no presente

Usos dos territórios comuns: rios, orlas, beiras	Sujeitos	Trecho da entrevista
Subsistência, localização, amenidades naturais, obtenção de renda (pesca) e referencial simbólico-cultural	José Edilson Gama	“Olha, primeiro que é a parte mais bonita [encontro dos rios Tocantins e Itacaiúnas], é o interior da cidade. E segundo, que é uma parte tradicional, entendeu?! Antigamente Marabá, todo o comércio era na orla, aqui na beira do rio. E a frente do rio não só traz uma beleza panorâmica muito boa, como também tem um clima melhor que qualquer parte da cidade. O rio nunca deixa de ser importante, tanto na produção de alimentos, como pra proporcionar aos ribeirinhos e aos pescadores um meio de vida. [...] é pela localidade [importância de estar na beira do rio], o fácil acesso por parte dos associados à entidade representativa. O segundo é que a colônia na beira do rio, entendeu?! Nós acompanhamos todo o problema do fluxo de embarque e desembarque de pescado, ou seja, nós temos uma noção de estatística do que tá acontecendo com a fauna aquática, entre os que tão trabalhando de forma economicamente viável, ou, se estão num processo de decadência, tanto na nossa economia, como na produção da matéria prima nossa que é o peixe”. (Morador da cidade, 64 anos, representante de associação [colônia de pescadores], entrevista realizada em abril de 2010).
Subsistência (peca), amenidades naturais e referencial simbólico-cultural	Mirian Almeida	“Ah, é gostoso demais! Amanhecer o dia vendo o sol nascendo aqui, tomando meu café aqui. A beira de rio não é pra todo mundo não! Não é pra qualquer um não, viu? Eu me sinto muito bem! É bom demais, té doido é! Eu imagino muito se essa barragem vir pra cá, porque pra gente tirar esse sossego. Nossas coisas dormem tudo aqui fora, ninguém não mexe. Eu amarro a minha rede, às vezes eu chego à noite amarro a rede aqui embaixo, aqui, olha aí o lugar das cordas. E eu durmo esse dia, ninguém mexe. Então, isso é bom demais! O sossego. Eu sento ali, quando eu não tô fazendo nada eu fico pescando aqui, pegando um peixinho, quando eu não como, eu dou pros outros, quando não, eu solto, pronto!”. (Moradora da cidade, 44 anos, comerciante na Vila Espírito Santo, entrevista realizada em maio de 2012).
Subsistência (pesca) e obtenção de renda (comércio informal)	Luzia Chagas	“Pra mim tem grande importância [localização beira do rio] porque eu sou pescadora. Eu vou pescar quando eu chego na beira do rio, pego meu motorzinho e trago pra cá pra casa. Fica mais fácil pra mim! Eu gosto também de morar na beira do rio. Tem, hoje tem importância! Tem importância pra pesca, tem importância pra minha vida de ambulante. Que depois surgiu à ‘orla’ [Sebastião Miranda], a gente trabalha na orla vendendo bebida. Então, aquilo ali foi importante que tanto eu trabalho no rio, pescando, como eu trabalho na beira da orla vendendo a minha cervejinha pra sobreviver [...]. Eu trabalho na pesca no decorrer da semana, e na ‘orla’ eu trabalho nos finais de semana.” (Moradora da cidade, 53 anos, pescadora e vendedora ambulante, entrevista realizada maio de 2012).
Obtenção de renda (circulação fluvial)	Miguel Dias	“Minha profissão aqui hoje em dia tá sendo, quase só mesmo assim, um problema de um fretezinho [transporte de pessoas e mercadorias pelos rios], uma besterinha assim. Que eu tenho um motorzinho pequeno, aí então é só assim, um negócio de um fretezinho, uma coisa. Porque eu não aguento mais trabalhar. Eu não faço mais nada, eu tenho problema de coluna. E aí muitos outros problemas que vem sempre aparecendo, e a idade mesmo que já vem requerendo. Quando chega a idade já começa a aparecer essas coisas, né?! Então, a gente ainda dá graças a Deus de estar vivo. Eu vivo lutando assim, a minha

		vivência é só essa. De ir ajudando meus filhos, acabando de criar a minha família, com essa lutazinha. Crio um bichinho e vendo, compro uma comida para os filhos. Aí faço um aluguelzinho, alugo uma canoa, a minha convivência é essa aqui. E aí assim eu vou levando a minha vida.” (Morador da cidade, 69 anos, barqueiro, entrevista realizada em abril de 2012).
Subsistência (pesca), amenidades naturais e referencial simbólico-cultural	Edmilson Silva	“[...] na minha opinião é porque eu gosto da beira do rio. Por ter nascido e me criado aqui na beira desse rio eu acho muito bonito. Tanto que já tive propostas em comprar, até adquirir uma área na zona rural, mas se não for na beira do rio pra mim não serve! Porque lá eu gosto de pescar, eu gosto de tomar banho no rio, eu sou uma espécie de caboclo nato paraense e gosto de estar na beira do rio. Eu adoro a beira do rio, o contato com a água. Gosto de estar num barco, de estar numa ocupação nas águas.” (Morador da cidade, 60 anos, ex-barqueiro e vigilante, entrevista realizada em maio de 2012).
Subsistência (agricultura, pesca), localização e obtenção de renda (turismo)	Francisca Meneses	“E o rio aqui, você tá aqui, e uns ali, o pessoal já pesca, mesmo no verão é tudo muito bom! É uma paz mesmo que a gente tem. E que a gente sofre só de pensar que um dia, se realmente acontecer [construção da hidrelétrica de Marabá], que a gente possa perder tudo isso, né?! Realmente é preocupante. [...] é a parte agora mais... É, funciona mais é o turismo, na época do verão as pessoas trabalham ali. Tem o balneário ali na beira do rio. Tem umas embarcações, a travessia pra praia, né?! Na venda do peixe frito, aí tem o pessoal do bar, do estacionamento. Então, é muito forte nessa época. E, também assim, continua, ainda pouco, mas ainda continua, a pesca. A pesca! Da lavoura também, né?! Um pouco, mas continua, entendeu?!” (Moradora da vila Espírito Santo, 40 anos, doméstica e representante de movimento social, entrevista realizada em março de 2019).
Localização, moradia e referencial simbólico-cultural	Nazaré Melo	“Em primeiro lugar é a segurança, que aqui a gente pode sair e deixar a porta encostada, a gente chega à casa está do mesmo jeito. A questão de dormir, a gente pode dormir tranquila também, que aqui não tem, assim, essas violências que existem lá na rua... Então... Pra mim, assim, só de pensar que a gente tem que morar na rua, com a vinda da hidrelétrica... Ter que sair daqui (...). É o lugar que a gente nasce, assim, né?! Que o pessoal diz que a gente ‘plantou o umbigo ali’ e não quer sair.” (Moradora da vila Espírito Santo, 33 anos, doméstica e representante de movimento social, entrevista realizada em março de 2019).
Moradia, subsistência (pesca, uso doméstico das águas) e obtenção de renda (circulação fluvial)	Mara Araújo do Rosário	“Hoje sempre é difícil né?! A vida da gente, principalmente a vida do pobre. É bem difícil, mas a visto o que era, melhorou mais, né?! Porque antes, lá, eu não tinha um pedacinho de casa, que seja feia, bonita, eu não tinha. Eu morava em casa dos outros. E, aqui, também não é bem feito, mas eu tenho, né?! Então já melhorou um pouco. Aí a gente conseguiu esse pontozinho aqui, no Porto. Demos um jeito, compramos a canoa e estamos trabalhando. Então, melhorou mais! Mas de todo dia tem de tá trabalhando! Todo o dia! Não pode falhar! Porque no dia que falha, aí o bolso já enfraquece, né?! [...] a minha ligação [com os rios] é o dia a dia né?! É lavar roupa, lavar louça, tomar banho, pescar, trabalhar na minha canoa atravessando gente. É assim! Igual a vida dos outros que também só pesca. A ligação deles também é essa, né?! Então, se torna bem importante mesmo pra nós! É uma ligação bem forte que a gente tem com o rio. A gente luta também para que os rios não se acabem, principalmente esse, que ele se torna um pai e uma mãe pra gente. Aí eu acho muito importante.” (Moradora da cidade, 47 anos, doméstica e barqueira, entrevista realizada em março de 2019).

Fonte: entrevistas realizadas em trabalho de campo em Marabá, em abril de 2010, abril/maio de 2012 e março de 2019.

Elaboração: Michel de Melo Lima, 2020.

O percurso analítico construído nesta tese de doutorado permitiu constatar como a realidade da cidade de Marabá, sobretudo o seu espaço de orla que margeia os rios Tocantins e Itacaiúnas, e o seu entono (vila Espírito Santo), são produzidos a partir de um complexo e contrário movimento, que se desenvolve no (des)encontro, na inclusão e na exclusão de formas-conteúdo ribeirinhas (foto 10 e 27) com a lógica hegemônica moderno-capitalista.

A dimensão ribeirinha foi construída historicamente e está assentada no tempo da “cidade antiga”, do caucho e da castanha, do cristal de rocha e diamante, dos rios e da floresta (TRINDADE JR.; LIMA; NUNES, 2013).

A dimensão moderna-capitalista pauta-se em desígnios econômicos mais dinâmicos de consumo no/do espaço (LEFÈBVRE, 1973, 2013; GOTTIDIENER, 2010), nos fluxos vinculados ao turismo de massa, ao lazer, e, de maneira geral, nas tendências voltadas para o transporte de minérios, grãos e para geração de energia hidrelétrica (MARIN; TRINDADE, 2009; SILVA; SANTOS FILHO, 2015; LIMA; TRINDADE JR., 2017).

É neste complexo e contraditório espaço amazônida que se destacam os principais elementos relacionados aos usos comuns (apropriação de recursos estabelecida coletivamente) dos rios (Tocantins e Itacaiúnas) e dos territórios referenciados por suas águas e pela floresta.



Foto 27 – A comunidade do geladinho: mesmo diante da intensificação do processo modernizante, nas imediações desta comunidade situada na cidade de Marabá (núcleo São Félix), os sujeitos do rio e da floresta (ribeirinhos, agricultores, barqueiros) ainda se territorializam produzindo um vivido ribeirinho que difunde relações e apropriações que transmutam-se como parte da ordem próxima que existe no contexto urbano marabaense. Foto: Michel de Melo Lima (março de 2019).

A apropriação comum pode ser constada a partir da leitura crítica do quadro 06, no qual constam os trechos de entrevistas de sujeitos sociais que cotidianamente se entrelaçam a esses espaços. Tal análise será complementada com os dados obtidos pela observação sistemática de campo e pelo inventário de registros da paisagem local.

Os trechos das entrevistas dos primeiros moradores confirmam os usos coletivos relacionados à pesca. A atividade é desenvolvida por diversos sujeitos, tanto para o próprio consumo – e segurança alimentar individual e coletiva – quanto como o único meio de obter e/ou complementar a renda através da venda da produção pesqueira aos atravessadores que distribuem o produto pela cidade.

Dessa forma, a importância da localização beira-rio, da atividade pesqueira e o controle da ictiofauna dos rios Tocantins e Itacaiúnas são enfatizados por José Edilson Gama (morador e representante da Colônia de Pescadores Z-30), justamente por estes elementos proporcionarem aos sujeitos (coletivos de ribeirinhos e pescadores) renda e um meio de vida. Ademais, ele e outra moradora, a comerciante Mirian Almeida, apontam outros aspectos essenciais do habitar ribeirinho, como as amenidades naturais dos espaços de orla/beira, que são traduzidas no clima mais ameno deste espaço, na tranquilidade, no sossego e na beleza panorâmica da paisagem.

Por conta de estarem localizados na beira dos rios, muitos moradores — inclusive os que não se identificam como pescadores —, sejam eles crianças, jovens ou adultos, fazem o uso do saber e da arte pesqueira (foto 28) com vistas a assegurar o seu alimento do dia e/ou o alimento de seus vizinhos e amigos, notadamente através de redes de solidariedade erguidas em momentos de dificuldade financeira e desemprego.



Foto 28 – Pesca na orla da Marabá Pioneira: mulheres e crianças realizando a pesca de caniço em umas das rampas na orla. Essa prática demarca a existência de usos cotidianos ligados à dinâmica ribeirinha que permanece, como a obtenção de alimento (peixe), mesmo nos locais de maior incidência de modernização, onde foi construído o calçadão e o cais de arrimo. Em outros espaços da orla como o São Félix e a vila Espírito Santo, a pesca e a utilização da água pelos grupos sociais é ainda mais intensa. Foto: Marcos Alexandre Pimentel (janeiro de 2010).

Outros moradores fazem uso da pesca como uma atividade de lazer (Mirian Almeida) ou até mesmo como uma forma de complementação de sua renda, pois, em alguns períodos, os sujeitos trabalham ou desenvolvem alguma atividade ligada a diversos tipos de serviços no mercado informal e formal, e, em outros momentos, vendem o peixe ao longo da orla. É o caso de Luzia Chagas, que é pescadora e vendedora ambulante (comercializa bebidas alcoólicas). Ademais, a partir de dados levantados nos trabalhos de campo, constatou-se que o uso doméstico da água (lavar roupas, louças etc.) e o seu consumo para saciar a sede e cozinhar alimentos também são elementos essenciais na vida dos moradores.

Para Miguel Dias, que é barqueiro, a circulação fluvial (transporte de pessoas e aluguel de embarcações de pequeno porte) é um elemento central de sua dinâmica socioespacial ribeirinha, já que possibilita a obtenção de renda, e, por conta disso, constitui o suporte econômico de sua família. Assim, os rios e os espaços de orla de Marabá são o elo existente entre as populações da cidade, das águas, da floresta. Isso porque sua morfologia material e social (LEFÈBVRE, 2006) (trapiches, rampas de acesso ao rio, portos) possibilitam visitar parentes e amigos em localidades distantes, nas ilhas; da mesma maneira que permitem a realização da pesca ou a obtenção de renda através do transporte de pessoas e mercadorias. Além disso, muitos sujeitos também sobrevivem do dinheiro obtido com o aluguel de barcos, canoas e rabetas aos visitantes/turistas.

As amenidades naturais e a identificação simbólico-cultural com o tempo cadenciado dos rios e suas margens são narradas como os elementos essenciais da vida de Edmilson Silva. Para ele, que nasceu e se criou na beira do rio Itacaiúnas, banhando-se, navegando e pescando, as águas constituem um referencial de vida e da história coletiva de muitos sujeitos (caboclos paraenses), trajetórias que são construídas através de uma “ocupação nas águas”; esta, acaba traduzindo, de forma mais direta e complexa, a sua apropriação comum dos rios e da floresta.

Por outro lado, para outros moradores, principalmente os que realizam atividades físicas (passeios, caminhadas, corridas etc.) e de lazer ao longo da orla da cidade, os rios e suas margens se apresentam não só como elementos socioespaciais de sobrevivência da população, mas também de festa, de brincadeiras, de folia, assim como traduzem-se em espaços de reunião da família, de realização de atividades físicas, de saúde, de lazer e, sobretudo, de turismo; um mosaico urbano que reúne

usos diversos, descontraídos, desiguais, mas que (co)existem e dão vida à orla marabaense (foto 29).

Essa premissa permite afirmar que a existência de diversos e conhecidos espaços de lazer ao longo dos rios, os famosos balneários (Praia do Tucunaré⁸⁸, Geladinho, Espírito Santo, Vavazão), e a construção do calçadão e do cais de arrimo, na Marabá Pioneira, possibilitaram aos moradores – em sua maioria populações de baixa renda – desenvolverem atividades como a venda de diversos tipos de produtos e serviços aos visitantes locais e aos turistas de outras localidades. Isso acabou se constituindo em uma forma de obter um “trocado a mais” que os ajuda a sobreviver, e, de uma forma ou de outra, a complementar a sua renda.

É nesse sentido que contribui o relato de Francisca Meneses (moradora da vila Espírito Santo), pois, em sua localidade são ofertados o quintal das casas de alguns moradores e dos comércios para guardar os carros dos visitantes, assim como são oferecidos passeios pelos rios, refeições (peixe frito), doces, salgados, frutas etc., além dos mais variados tipos de bebidas alcoólicas e não-alcoólicas. Todos são produtos e serviços ligados ao tipo de lazer que ali se desenvolve, que está mais associado ao uso das “praias”, ao movimento das danças dos brincantes e aos encontros nos bares etc. Assim, para a moradora em destaque, a localização beira-rio, o rio Tocantins (em função da pesca e da circulação fluvial), a agricultura e o comércio informal são essenciais para a subsistência e obtenção de renda dessa população de menor poder aquisitivo.

⁸⁸ No período de seca dos rios é intenso o movimento na orla da cidade para atravessar o Tocantins em pequenas embarcações e chegar às praias que se formam ao longo deste curso fluvial, como a Praia do Tucunaré, um banco de areia localizado em frente à Marabá Pioneira que é utilizado como balneário pela população da cidade e pela maioria dos turistas. A movimentação nesse balneário tem como resultado um certo dinamismo econômico local, pois os donos das barracas que se instalam na praia, os barqueiros, os pescadores e os vendedores ambulantes obtêm renda através da venda de produtos e da oferta de serviços para as pessoas que frequentam este espaço (LIMA, 2013).



Foto 29 – Praça São Félix de Valois, orla Sebastião Miranda e rio Tocantins: os espaços em destaque são formas-conteúdo que constituem o cartão postal da cidade de Marabá. São também um dos maiores exemplos de diversidade de usos, práticas e apropriações de sujeitos (pescadores, barqueiros, carpinteiros, donas de casa, comerciantes, vendedores ambulantes, moradores de outros núcleos da cidade, turistas etc.) no contexto urbano. Foto: Michel de Melo Lima (março de 2019).

Nazaré Melo, outra moradora do Espírito Santo, também apresenta uma interpretação acerca dos usos e da importância deste território. Dessa forma, a partir de sua fala pode-se perceber como o abrigo do ribeirinho (sua moradia associada ao tempo do rio e da floresta), a localização beira-rio e os laços comunitários historicamente construídos produzem uma sensação de tranquilidade e de segurança essenciais para a sua reprodução social, atributos que não são encontrados na rua, uma forma-conteúdo que para a entrevistada simboliza os espaços urbanos (violentos, perigosos) da cidade de Marabá.

A síntese de boa parte de todos os usos e práticas apresentadas pode ser constada na fala de Maria Araújo do Rosário, uma barqueira que depois de muita luta conseguiu construir uma casa e adquirir uma canoa e um “pontozinho” na beira do rio Itacaiúnas (foto 30). O referido relato acaba sendo representativo da trajetória e da territorialidade de muitos sujeitos que habitam às margens dos rios Tocantins e Itacaiúnas, pois a moradia e a localização privilegiada possibilitaram à moradora trabalhar fazendo a circulação de pessoas pelas margens do rio, uma demanda que está associada ao fluxo de deslocamento populacional cotidiano entre o núcleo Pioneiro e a Cidade Nova (mapa 04). Além disso, ela descreve como o seu vínculo do “dia a dia” perpassa pela realização de atividades intercaladas, como a lavagem de roupa e louça, o banho de rio e a pesca; estes elementos, em conjunto, tornam o rio o pilar de sua territorialidade.



Foto 30 – Porto das Canoínhas (orla do rio Itacaiúnas): espaço de vivência ribeirinha, onde as casas são, em sua maioria, de palafita. Os freteiros esperam os passageiros que se deslocam pelo Itacaiúnas, num espaço onde é intenso o uso doméstico das águas do rio (lavagem de roupas, louças, banhos). Assim, nesta parte da orla, bem como em diversos outros pontos pouco atingidos pelo processo de modernização, a linha que divide a cidade e o rio se desfaz dentro da correnteza da vida e do vivido associado às águas. Foto: Michel de Melo Lima (março de 2019).

Dessa forma, ao analisar o quadro 06, pode-se concluir que o tempo dos rios e da floresta amazônica ainda é muito presente no cotidiano da cidade e em seu entorno, sobretudo pela permanência de usos, práticas e apropriações comuns avessas ao processo modernizante em curso. Sobre esse aspecto, pontua-se que

é nesse contexto de territorialidades múltiplas, (co)existentes e conflitantes que se desenvolve hoje a relação cidade-rio em Marabá e na sua orla; espaço que foi alvo de diferentes formas de dominação, apropriação e uso ao longo do tempo, que estão associadas tanto ao início da circulação regional e à utilização dos rios e da floresta, principalmente como recurso e referencial de vida, quanto ao processo de modernização capitalista do espaço da Amazônia no período recente (LIMA; TRINDADE JR., 2017).

Assim, a ordem próxima (LEFÈBVRE, 1973, 2006) existente em Marabá, uma dimensão que está associada aos usos e apropriações comuns dos rios e da floresta amazônica, também se apresenta nos outros espaços tomados como referência empírica, o que foi evidenciado pela análise crítica dos dados qualitativos contidos nos quadros anteriores (01, 02, 03, 04, 05 e 06). É em face disso que se identificou, na cidade de Tucuruí e nas comunidades próximas (vila Pederneira e comunidade Cametá) a presença de íntimas relações socioespaciais comuns (apropriações coletivas e solidárias) com o rio Tocantins e com os territórios subsidiados por suas águas. Por seu turno, a análise dos dados da realidade de Altamira permitiu concluir que este espaço concentra uma diversidade de trajetórias sociais e formas-conteúdo (espaços de orla do rio principal, margem dos igarapés urbanos, RUCs, territórios ribeirinhos do entorno) que tem no rio Xingu, na Volta Grande e na floresta amazônica importantes referenciais de subsistência, de trabalho, de recursos de uso coletivo, de história e de apropriações simbólico-culturais.

Dessa maneira, sobressaíram-se usos e apropriações coletivas dos rios e dos demais espaços comuns entrelaçados às suas águas. O compilado desses usos e apropriações comuns pode ser assim apresentado e/ou organizado: I) localização beira-rio privilegiada, na qual se estabelece o uso habitacional, com maior liberdade de edificação individual e coletiva de moradias da população de menor poder aquisitivo; II) obtenção de recursos fluviais e florestais, a partir dos quais é realizada uma diversidade de atividades (pesca, agricultura, extrativismo vegetal, caça etc.), seja para o próprio consumo dos recursos, seja para a sua comercialização; III) aproveitamento das amenidades naturais (clima, fauna e flora) dos territórios; IV) águas dos rios utilizadas para beber, cozinhar e para uso doméstico em geral

(lavagem de roupas e louças, e para banhos); V) obtenção de renda através da carpintaria naval artesanal; VI) desenvolvimento de sociabilidades mais diretas, solidárias e aproximativas, permeadas por laços de parentesco e amizade; VII) realização de circulação fluvial em pequena e média escala; VIII) difusão da cultura regional e espaços de festas religiosas; IX) desenvolvimento de atividades comerciais (formais e informais) de pequeno porte; X) e, por fim, floresta e rios como importantes referenciais simbólico-culturais, o que demarca a permanência do tempo cadenciado da natureza na trajetória dos sujeitos.

É nesse sentido que os sujeitos do espaço regional amazônico realizam a produção social dos territórios comuns, em um processo que está relacionado aos seus usos e aos valores de uso, de obra, da *poësis*, muito mais do que aos valores de troca, que são determinados pelo mercado (LEFÈBVRE, 1976, 1994, 2006, 2013). Partindo de seu sentido marxiano, o valor de uso diz respeito ao processo de satisfação das necessidades humanas (MARX, 2017), ou seja, está relacionado ao atendimento de demandas sociais de moradia e de abrigo, de subsistência, de trabalho humano, da construção de referenciais socioespaciais e simbólico-culturais. É essa perspectiva de relação sociedade natureza (relação cidade-rio e cidade-floresta), em seu aspecto qualitativo e sensível, que se efetiva o uso e as práticas apropriativas identificadas nos espaços comuns analisados.

3.3. Os territórios comuns dos “invisíveis”: protagonismos e princípio político dos sujeitos dos rios e da floresta

A análise da produção e dos usos dos recursos comuns permite inferir que eles são engendrados por meio de relações, que estão em constante devir, entre indivíduos, coletivos de moradores, movimentos sociais etc. – que se apresentam como sujeitos políticos –, e os meios socioespaciais considerados essenciais para a sua reprodução social (HARVEY, 2013, 2014). É nesse sentido de recurso de uso comum que se dá a apropriação dos rios e de suas margens.

A produção e/ou apropriação dos territórios comuns enquanto recursos de usos coletivos essenciais para a reprodução dos sujeitos foi comprovada através da análise dos dados qualitativos apresentados nos capítulos e subcapítulos anteriores desta tese. De um lado, isso é importante para demonstrar os vínculos de vida dos territórios

com os sujeitos amazônicos; estes que são considerados, no presente estudo, os protagonistas dos valores de uso (LEFÈBVRE, 2006, 2013) do rio e da floresta. Por outro lado, a perspectiva que entende a ideia do que é comum como um “bem coletivo”, tão destacada por autores como Hardin (1968, 1994) e Ostrom (2000), precisa ser confrontada se se objetiva alcançar o real potencial político-emancipatório e de transformação social do comum enquanto um princípio político e uma dimensão/esfera insurgente, demarcadora de relações/territorialidades na Amazônia.

São esses desafios que levam alguns autores a destacarem outras dimensões e/ou elementos essenciais do comum, seja quanto ao seu potencial de contradição em relação ao avanço do grande capital (HARVEY, 2013, 2014), seja quanto ao seu caráter de constituir-se uma racionalidade, um biopoder e um princípio político (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017, 2018) que se colocam como possíveis alternativas ao contexto neoliberal.

Assim, é necessário retomar o fato de que, neste trabalho, a dimensão dos valores de uso coletivos pode ser identificada em espacialidades e territorialidades comuns produzidas nos fragmentos de espaços urbanos e rurais de Tucuruí, Altamira e Marabá. Por conta disso, os territórios comuns, que articulam recursos hídricos e florestais, subvertem a troca e os valores de troca, materializando-se enquanto obra-produto numa perspectiva dialética aberta que não invisibiliza sujeitos, e, também, não nega o subjetivo, o ideal, o prático, o religioso, o simbólico e o imaginado no âmbito do processo de produção do espaço dos referenciais empíricos selecionados.

Dessa forma, os territórios apropriados com base nos valores de uso se colocam numa situação socioespacial de embate e/ou a contradição em face dos valores de troca (LEFÈBVRE, 2006, 2013). Estes, se materializam em relações de dominação econômico-política do espaço e, conseqüentemente, na produção de territórios do capital, que são difusores da lógica da mercadoria. Sobre o processo de embates territoriais, destaca-se que

nos últimos tempos, a problemática do território, a partir da própria luta pela terra, transformou-se numa questão central no contexto latino-americano. Poderíamos mesmo afirmar, numa leitura mais ampla e genérica, não dualista, que se desdobram pelo menos dois grandes “paradigmas” de abordagem das questões territoriais, um que podemos denominar de hegemônico, capitaneado sobretudo pelas grandes empresas (com o frequente apoio do Estado), e outro, contra-hegemônico, liderado, sobretudo, numa linguagem gramsciana, pelos grupos subalternos (HAESBAERT, 2014, p. 53).

O paradigma social hegemônico destacado por Haesbaert trata o espaço como extensão ou superfície a ser transposta, um substrato material que deve ser explorado por conta de seu valor de troca. Nesse sentido, coloca-se como terra-território, um instrumento político-econômico de dominação e um recurso funcional à acumulação dentro de uma economia neoliberal fundamentada no modelo extrativo-agro-exportador de *commodities*. Aqui, o Estado territorial, moderno-empresário, e os grupos mais capitalizados, não admitem a multiplicidade/sobreposição de jurisdições e de territorialidades avessas ao avanço do capital e aos seus interesses econômicos, políticos e espaciais (HAESBAERT, 2014).

O referido paradigma hegemônico, e sua lógica de reprodução, são essenciais para entender o processo que ocorre nas realidades amazônicas aqui consideradas, pois, são gritantes as semelhanças e estratégias de acumulação no que diz respeito ao aproveitamento do recurso hídrico e às ações do Estado desenvolvimentista na região, assim como são similares os efeitos (produção de desigualdades, conflitos, degradação ambiental) da atuação das grandes empresas (Eletronorte e Norte Energia S.A.) no espaço regional. Por outro lado, a lógica hegemônica apresentada também leva à produção de um contra-movimento, assentado, sobretudo, no paradigma territorial contra-hegemônico, que revela a produção de territórios da diferença e de laços coletivos (abrigo, moradia, subsistência, segurança efetiva, referencial simbólico-cultural) resistentes ao desenvolvimento do capitalismo na região.

Assim, a contradição, isto é, a articulação dialética e não-dualista entre territórios hegemônicos e contra-hegemônicos, entre valor de uso e valor de troca, a situação de conflito social e a dimensão do princípio político do comum serão abordados nesta subseção da tese.

Quadro 07 – Tucuruí: contradições, conflitos e a produção de territórios comuns

Elementos de contradição e conflito	Sujeitos	Trecho da entrevista
Espoliação ⁸⁹ dos territórios, luta coletiva para o atendimento de demandas e dificuldades de subsistência (diminuição do pescado)	Antônio Ribeiro	<p>“Muita dor e sofrimento! Eu sempre digo que mesmo, eu sou pró-socialista, socialismo. Se um dia esse país virasse um país socialista, ainda assim esse país precisaria de barragem. Tem que ter outra forma de conversar com a população, não dá de chegar e empurrar goela abaixo como foi a barragem de Tucuruí. Tá certo que foi no governo da ditadura militar, foi?! Mas de Belo Monte não foi na ditadura militar e foi no mesmo caminho, viu?! Deixando famílias, é, fora do projeto, que não foram reconhecidas, igual! Não tem muita diferença... Hoje o Brasil exporta energia. Por que que o Brasil diz que nós precisamos de energia, se hoje tá exportando? Ó, se nós tamo faltando, não é pra nós vender. É pra nós preservar o que temos pra abastecer o mercado interno. Quando você vende, é o excedente, então, você não precisa de mais barragem. A barragem pra nós representa essa dor, porque tem um cemitério em Jatobal, que eu tenho um irmão enterrado lá. Minha mãe tem 85 anos, todo dia de finado, como agora, foi recente, é uma dor pra ela porque tem um filho que tá enterrado no cemitério lá de Jatobal. Ela não tem como ir na sepultura dele, tá inundado! Então, é muito sofrimento que essa barragem (...). Eu reconheço que é 10% da geração de energia total do Brasil, uma barragem importante para o país, gerou desenvolvimento, mas gerou a partir da desgraça de alguns ou de milhares de pessoas. Poxa, essa barragem deixou, olha, só no MAB, organizado no movimento, a Eletronorte contratou uma consultoria que identificou 977 famílias que não foram atendidas [reconhecidas e indenizadas] na primeira etapa. Não fui eu que disse isso! Nós já tava organizado, a consultoria foi investigar, foi fazer entrevista e identificou essas famílias. Então, essa barragem causou muita dor pra muita gente e hoje ainda tem expropriados da primeira etapa que eles reconheceram e que eles não foram indenizados de forma devida, de forma legítima. E ainda tão brigando por isso. [...] o MAB quando iniciou, ele tinha a luta pelo direito, lutava pelo direito. Depois veio a bandeira da luta contra a construção da usina. Porque os direitos, o MAB nasceu a partir da negação dos direitos! Se o governo, eu digo sempre assim ‘não é nem brincadeira, quem criou o MAB foi o governo!’; a partir da negação dos direitos. E a partir disso, por mais que (...). A gente via que os direitos continuam sendo negados, então, começamos a lutar pela não construção, com o tema ‘terra sim, barragem não! Águas para a vida e não para a morte’. Porque o lago gerou muita morte, morte da floresta, desaparecimento de espécies de peixes, então, migração. Tem uma vila chamada Mocaba, o nome é Mocaba, significa que são as pessoas de Mocajuba, Cametá e Baião, migraram porque acabou o peixe e eles vieram então para Tucuruí, foram morar nas ilhas remanescentes da inundação do lago. Então, só pra você vê, tem uma vila inteira com pessoas desses três municípios, Mocajuba, Cametá e Baião. A luta do MAB, além de lutar contra a construção de barragens é continuar</p>

⁸⁹ A espoliação se refere ao processo de dominação econômico-política dos territórios e seus recursos para fins de acumulação. Nesse sentido, remete-se aos “cercamentos” modernos dos espaços, privatizações que são consideradas, pelo Estado e pelo grande capital, um custo necessário para uma ruptura “bem sucedida” rumo ao desenvolvimento e ao progresso capitalista (HARVEY, 2004).

		lutando pelo direito dos atingidos.” (Morador da cidade, 52 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em novembro de 2019).
Dificuldades de subsistência (diminuição do pescado)	Ronaldo Campos	“Olha... É, essa, assim, eu entendo assim, que uma barragem dessa, ela traz muita coisa boa pra gente, né?! Mas, também, pelo menos pra nós aqui ela já trouxe mais coisa ruim de que boa, em termos de sobrevivência, né?! Porque... Em uma parte foi bom demais! Porque naquela época, né, a gente mais ficava no escuro do que no claro, não tinha uma energia segura que nem tem agora. Era motorizada, só era até 9 da noite, pronto! Só era no outro dia! Tinha vez que o motor quebrava, nem no outro dia não tinha. A gente não podia ter um freezer, uma geladeira, uma coisa... E hoje a gente pode, né?! Mesmo pagando caro que a gente paga a energia, mas tem! É! E aí outra coisa, o problema de, é, como acabei de falar, do peixe também, diminuiu muito! Muito mesmo! Se for colocar, não tem nem como comparar. É, antes da barragem o peixe subia e descia, mas não sei se é porque não foi terminada ainda. Que até hoje disque essa eclusa aí ainda não funciona como é pra ser, né?! Não tem a ponte ainda, pra fazer a travessia de carro aí fora a parte da barragem. Então, tem uma série de coisas que ainda está por fazer, né?! E aí tudo isso vai dar nesse impacto aí porque o peixe não passa.” (Morador da comunidade Pederneira, 58 anos, pescador e representante de associação, entrevista realizada em novembro de 2019).
Dificuldades de subsistência (diminuição do pescado) e degradação ambiental	Nonato da Silva	“Ah! A dificuldade pesqueira que ficou não só pra mim, mas para a colônia pesqueira e os pescadores. Porque isso, devido ao tempo, foi degradando devido aos impactos, os impactos ambientais. As espécies que nós tínhamos aqui, ela foi desaparecendo, foi sumindo. Quer dizer, hoje, a nossa produção pesqueira, ela tá pouca, ela tá pouca em relação a algumas espécies e devido aos impactos, entendeu?! Porque antigamente, você trabalhava com mais espécies devido... O pacu manteiga, a pirabanha... Hoje, pirabanha você só encontra se for em cativeiro, meu amigo. Você não encontra mais no rio Tocantins. Então, quer dizer, o jaraqui também você já não encontra mais na nossa região, você só encontra no rio Xingu. Quando você ver um jaraqui, você pode ter a certeza de que não foi daqui do rio Tocantins. São várias espécies, se eu for falar nome de espécie, são... Vai entrar uma lista enorme. Então, quer dizer, são espécies que já estão em extinção pra nós em nosso rio. Então, por quê? Devido ao impacto. Impacto de quê? Porque a hidrelétrica ela causa o impacto ambiental no nosso nível do rio Tocantins, ela oscila. Ela oscila a maré, que ela enche e vaza, aí quer dizer, no período do... Nós estamos no período do defeso, entendeu?! Aí, vamos supor, ela solta a água entre 3 dias e no 4 dia ela prende a água e aí, o quê que acontece? A parte jusante, ela seca, ela baixa! Aquele peixe que fez a reprodução, a ova fica no seco e aí, o quê que vem acontecer com isso? Vai morrer! Quer dizer, não vai ter reprodução. Ao longo dos anos, isso foi acontecendo, aí foi acabando várias espécies e hoje nós estamos sofrendo uma série de consequências muito grandes, de impacto aonde que quem sofre com isso mais é a classe pesqueira e nós, que vive do ramo da pesca, entendeu?!” (Morador da cidade, 40 anos, comerciante, entrevista realizada em novembro de 2019).
		“O nosso pessoal é ribeirinho e agricultor, extrativista. Na região, na época da castanha, estavam extraíndo castanha, quando parava a castanha eles eram pescador. Aí então os castanhais se acabaram todo, né?! Aqui em Tucuruí, em Marabá, tudo era gerado pela castanha do Pará. Com a construção da barragem, tudo isso morreu! As terras foi para o fundo e os ribeirinhos ficaram desamparados. E houve aí a questão do emprego, a revolução de emprego no período da construção, mas foi um fogo de palha de milha, né?! Terminou de queimar, já era! Então, acabou de construir a barragem, acabou o emprego. Aí veio agora a

Espoliação, afirmação de protagonismos sociais, luta coletiva em defesa dos territórios e para o atendimento de demandas	José Carlos Martins	<p>decadência, né, que caiu. [...] Olha, ah, uma das grandes importâncias, as demarcações é que ganham importância. Demarcações de terra, titulações. E esse desenvolvimento, ele vem de alguma forma, ele vai vir. Também, ele vai gerar a parte dele, que vai gerar quando tem emprego, gera. Porque nós temos duas camadas, nós temos aquela camada que é, ela é urbana, que é acostumada num trabalho de construção civil e tudo. E temos a clássica ribeirinha, né?! O trabalhador urbano, ele tem que se alimentar do peixe, ele tem que comer o feijão, ele tem que comer o arroz. Ele tem que se alimentar! Embora seja gerando o recurso lá, mas ele tem que depender também essa outra classe. É como um corpo, nós temos tudo, nós temos a cabeça que pensa, nós temos os braços que ele serve pra ir buscar qualquer coisa, as pernas... Cada um tem uma função! Então, nós vimos dessa forma, que o desenvolvimento, ele é importante que aconteça, com preservação do meio ambiente, com a preservação da cultura de cada um e com a preservação da tradição de cada comunidade, tá?! Então, nós precisamos que isso seja visto! O governo, ele tem que pensar diferente, ele tem que buscar um grupo de pensadores, não um pensador. Porque se for um pensador, ele vai pensar só da maneira que ele, mais ou menos ele é! Que ele acostumou lá, mas eu acho que é preciso tá discutindo isso junto com os ribeirinhos, junto com o índio, junto com o quilombola, junto com todas essas comunidades. E a comunidade também ela tem que deixar de ser aquele cara que com aquele baralho ele que só recebe as cartas. Ela tem que começar a dar as cartas, que ela que sabe da necessidade dela. Pra poder dar um avanço nessas situações. É por isso que nós juntamos todas as comunidades. Temos de criar um cérebro pra poder tá sentando, tá discutindo pra começar a ter a visão do que nós pretendemos, do que nós queremos pro futuro.” (Morador da cidade, 54 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em novembro de 2019).</p>
Dificuldades de subsistência (diminuição do pescadeo), defesa dos territórios e luta coletiva para o atendimento das demandas	João Assurini	<p>“É porque antes da construção da barragem lá, nós tinha muito peixe! Muita terra também, né?! Que era essa terra lá de cima da jusante lá... É, lá foi, como é?! Da montante, né?! No caso, da montante, ela foi tudo pro fundo. Inclusive, têm os Parakanã, moravam lá, né, mas desapareceu essa... Já a nossa parte aqui de baixo, que é da jusante, é todo inverno 70% da terra ela é inundada. Aí já desaparece vários peixes também, porque vai secando água, vai saindo os peixes junto. Então, teve uma mudança muito grande com essa construção aí dessa barragem. Ela veio acabando mesmo, não socialmente, mas culturalmente. Ela destruiu mesmo a metade da história do povo, né?! Então, a gente meio que, ela atrapalhou muito! A gente não é contra o progresso, mas o progresso tem que saber lidar com ele. Ela traz vantagens e desvantagens também, não é?! Às vezes a gente fica na desvantagem porque nós não temos tantos poderes como os... É quem briga mais são os políticos, são os poderosos aí, né, que mexem com isso aí. [...] Hoje nós estamos trabalhando pra preparar novas lideranças, buscando escolas, educação de qualidade pra poder tá ensinando o povo a se defender. Porque hoje não se briga mais com arco e flecha. Hoje a briga é no papel, é na caneta. As pessoas que têm o conhecimento, é que hoje vai defender a sua classe, né?! Hoje disputamos de igual pra igual, hoje. Nós disputamos a política, disputamos a cadeira nas secretarias. Então, nós temos que preparar o nosso povo, né?! Pra realmente tá defendendo a comunidade, mas de acordo com a lei do não-índio aí de fora. [...] olha, porque assim, hoje, os movimentos sociais, ela expandiu, né?! Ela cresceu muito! Então, hoje a gente não tá mais brigando isolado. Nós temos que unir força pra poder garantir um movimento maior, uma reivindicação com mais rapidez, entendeu?! Então, eu vejo assim que, assim, a APOVO, ela veio no momento certo pra cá, tá organizando todo mundo junto. Tanto os ribeirinhos, os</p>

		indígenas, os quilombolas, os descendentes, né?! Do que já se foram também, mas a gente tá organizando. Então, eu vejo muito importante sim essa criação dessa sede aqui, né?! É uma estratégia que nós estamos usando hoje porque não tem como levar a associação para o meio do mato. Porque se usa internet, se usa o computador também, né?! Então, tem lugar que não pega, o estratégico foi aqui.” (Morador de aldeia indígena, 45 anos, indígena e representante de associação, entrevista realizada em novembro de 2019).
Espoliação dos territórios e dificuldades de reprodução de condições de vida	Mateus Oliveira	“Não! É muito, eles... É, digamos que fizeram o possível e o impossível pra retornar [para próximo dos rios]. Inclusive, muitos daqui acabaram voltando de novo pra lá. Hoje a área que foi, é, digamos, a área de que foi, na época, indenizada, a maioria voltaram... Uma parte! Quer dizer, não a maioria, uma parte dela tá lá! Voltou pra lá porque a pessoa, ela vivia daquilo, da pesca, de tudo ali. Aí ela não conseguiu viver longe do rio. Ela tinha essa parte desse lago aqui, aonde, quando houve esse lago aqui ela ia ali pra dentro, ela ia pescar ali pra dentro. Só que de repente invadiram toda essa área aqui, pessoas com condições, outros não, invadiram essa área. Proibiram esses pessoal de entrar aí pra pescar, ali (...). E aí essa área se transformou em área de lazer pra algumas pessoas. E aí eles tão correndo tudo (...) porque não tão aguentando não! Tão voltando, tão vendendo as suas casas e tão indo pra lá. Por quê? Porque lá não houve uma mudança de coisa, porra! Era lá que era o sustento deles lá e tudo. É, como diz, assim, houve uma compensação social, mas, foi pra, assim, pra Tucuruí, não foi pro próprio morador, né?! Tu tá entendendo?! Porque como eu falei, era aqui o cara que vendia o gelo, o outro que vivia da construção, de reforma de canoa, que fazia canoa, que pintava. Outros que trabalhavam com construção de barco, tu tá entendendo? Outros que consertavam a malhadeira, outros que fazia... Tu tá entendendo? E aí, pra cá eles, digamos praticamente destruiu aquilo que eles tinham, né?! E aí, sabe, a necessidade de quem viveu todo uma vida, né, naquilo, tipo, vão acabando, retornando pra lá de novo. E voltaram! Invadiram de novo a área que tava pra lá. Como as coisas aqui em Tucuruí são tratadas dessas formas, eles tão lá, porque o cara olha lá quando tem uma obra que era pra acontecer, uma obra que era pra trazer um benefício, não aconteceu! E aí tá envolvido os órgãos que deveriam, é, ser os responsáveis. A prefeitura que é o fiscal aí, as outras parcerias, a Eletronorte como fiscal também, DNIT como executor e tudo, não fizeram! Quem vai chamar a atenção dessas pessoas? Dizer que eles tão voltando lá, que é uma coisa errada? Não existe isso aqui! E ficou uma situação muito complicada.” (Morador da cidade, 47 anos, representante de associação, entrevista realizada em novembro de 2019).
Dificuldades de subsistência (diminuição do pescado) e luta coletiva para o atendimento das demandas	Maria do Carmo	“Olha, foi até o que meu cunhado disse, que é bom os problemas de energia, chega à tecnologia, né?! Aí a gente, aí nós não tinha acesso e aí a água encanada, não tinha energia, não tinha como ter água encanada. Essas coisas foi bom... foi! Naquela época, tava no auge, né?! Da construção, era tudo bom, mas, depois que acabou ficou... Foi bom, ficou luz elétrica, tem como ter água encanada e essas coisas, mas na parte, outra parte...rendas não deixou! Deixou foi impacto! Essa vida que nós levava de pescar, de ser pescador ficou difícil. [...] Muitos iam pra lá, uns iam pra cá e aí foi mudando, e aí o peixe foi sumindo. Também de onde foi, era... O sustento maior que a gente tinha era peixe, aí foi sumido. Depois do impacto da barragem foi até... Que a causa desse de tá agora, esse, esse movimento ali, né?! O impacto foi grande e até hoje nós estamos sofrendo essas consequências, que é obrigada a fazer isso, pra poder... É, ser ouvido, reivindicar os direitos, né?! Que a gente tem... Não fomos contemplados com nada também, pois é!” (Moradora da comunidade Pederneira, 57 anos, doméstica, entrevista realizada em novembro de 2019).

<p>Dificuldades de subsistência (diminuição do pescado) e luta coletiva para o atendimento das demandas</p>	<p>Antônio Pompeu</p>	<p>“Tem! Tem! Tem muita! Muito! Mudou muito! Muitas coisas mudaram. Até mesmo o tamanho da água mudou demais, que ela não deu água mais grande. Aqui, antes da barragem todo ano ela subia aqui em cima da terra, quase. A água subia e depois que fechou a barragem, passou a ser controlado lá, né?! Ela só chega até ali assim, até ali, ela não chega aqui mais! Agora, outra coisa que pra nós acabou, pra cá, foi a pesca... Foi, a pesca acabou! Não tem nem condições! Quem dizer que vai sobreviver de pesca aqui vai morrer de fome, porque não tem condições mais. É, então, até essas brigas que tão por aí dentro da barragem aí do Ademar, né?! São tudo isso, impacto que a obra trouxe, né?! E, nós pra cá pra esse lado, até hoje não tem nada pra nós, não ganhamo nada! Senão essas coisas que aconteceram no Tocantins aí.” (Morador da comunidade Pederneira, 69 anos, pescador aposentado e comerciante, entrevista realizada em novembro de 2019).</p>
---	-----------------------	---

Fonte: entrevistas realizadas em trabalho de campo em Tucuruí, em novembro 2019.

Elaboração: Michel de Melo Lima, 2020.

A construção da usina hidrelétrica alterou de maneira significativa as relações socioespaciais existentes na cidade de Tucuruí e em seu contexto regional (ROCHA, 2008). Assim, instalou-se em um período de formação de latifúndios na região e de implantação de grandes projetos considerados pelo Estado como os principais difusores de “desenvolvimento” na Amazônia (NOVAES; MARIN, 2015).

Inserida numa retórica modernizadora (MAGALHÃES, 2007), este empreendimento hidrelétrico apresenta uma lógica (des)enraizante muito similar à de outros grandes objetos espaciais (SANTOS, 2008) implantados na região. Sobre o avanço do grande capital na Amazônia, é importante frisar que

esses efeitos polarizadores que o empreendimento energético, mineiro ou industrial exerce transformam o padrão de ocupação regional reorganizando o espaço anterior, já que, ao se implantarem, esses projetos alteram os padrões históricos de localização das atividades; grandes complexos hidrelétricos e obras de infra-estruturas rompem com as formas de organização que preexistiam, provocando a desarticulação de sua estrutura socioeconômica, demográfica e espacial. Reorientam os fluxos migratórios, induzem o surgimento de novos sistemas de emprego e produção, provocam o êxodo rural e a urbanização, o desenvolvimento de novos padrões de consumo e promovem a integração e maior dependência regional com o exterior (ROCHA, 2008, p. 36).

É nesse sentido de transformação de formas de ocupação e de produção dos territórios comuns enquanto contradições na/da região que contribui a análise do quadro 07, sobretudo porque estas contradições foram ocasionadas/potencializadas pelo processo de instalação da hidrelétrica, que desconsiderou sujeitos (castanheiros, pescadores, agricultores, indígenas, quilombolas, barqueiros etc.), estimulou conflitos (ALMEIDA, 2008; ROCHA, 2008; CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014) e produziu muito sofrimento social (MAGALHÃES, 2007).

Para Antônio Ribeiro, que é representante do MAB, mesmo diante dos benefícios gerados (produção de energia), a hidrelétrica causou muita dor e sofrimento para milhares de pessoas, notadamente pelo não reconhecimento de muitas famílias que foram atingidas e desterritorializadas diretamente pela formação do lago, e, também, pela degradação da floresta, pelo desaparecimento de espécies de peixe e pela migração forçada da população atingida, no baixo curso do rio Tocantins, para os novos pontos de maior piscosidade no rio (o lago da usina).

A título de exemplo dos laços e/ou vínculos sociais “quebrados”, o sujeito narra como ele e a sua mãe não conseguem mais ter acesso aos espaços inundados pela formação do lago, o que impossibilita visitar o túmulo de seu irmão, que foi sepultado

no cemitério em uma localidade conhecida como Jatobal, uma vila que fazia parte do município de Jacundá. Ademais, o sofrimento e a dor causados fazem com que muitos sujeitos continuem “brigando” coletivamente pelo reconhecimento de seus direitos de existência e de pertença ao território inundado.

Sobre esse aspecto, Magalhães (2007) destaca que os deslocamentos compulsórios ocasionados pela formação do lago produziram uma pluralidade de situações e/ou transformações socioespaciais para a população regional atingida. É nesse sentido que houve a perda de moradias, de seus territórios de subsistência – e da proximidade com o tempo da floresta e dos rios –, de seus laços de vizinhança, e, conseqüentemente, deu-se a desestruturação de suas relações sociais, provocando um substrato de lamento, de sofrimento social e de dor nos sujeitos.

Em sua fala, Ronaldo Campos, pescador e representante de associação da comunidade Pederneira, relata aspectos positivos e negativos do empreendimento. O primeiro ponto, considerado positivo, trata da chegada da energia elétrica para a comunidade, que anteriormente vivia mais “no escuro do que no claro”, e, agora, podem dispor de eletrodomésticos (freezer, geladeira) que ajudam a conservar os alimentos. O segundo aspecto, de caráter negativo, está relacionado à dificuldade de subsistência pós-barragem, uma obra que seccionou o rio, alterou o regime de enchente e vazante do Tocantins e dificultou a reprodução das espécies de peixes regionais, o que ocasionou a diminuição da quantidade e da diversidade do pescado.

Para Almeida (2008), a barragem impossibilitou a circulação fluvial e, com isso, prejudicou toda sorte de atividades a ela associadas, como a pesca e o transporte de produtos e pessoas pelo rio Tocantins. Essa situação parece não ter se alterado mesmo após a construção das eclusas da usina, que se encontram subutilizadas (CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014; NOVAES; MARIN, 2015).

Da maneira muito similar ao relato anteriormente comentado, apresenta-se o trecho da entrevista de Nonato da Silva, um comerciante que trabalha com a manipulação do pescado e é membro da colônia de pescadores da cidade. Para ele, há dificuldades de subsistência e de obtenção de renda para os trabalhadores, os sujeitos que vivem do “ramo da pesca”, pois uma grande diversidade de peixes (pacu-manteiga, pirabanha, jaraqui etc.) não é mais encontrada em seus ambientes locais, sendo obtidas, para comercialização, somente por meio da criação em cativeiro.

A dificuldade de subsistência relacionada à subtração dos recursos florestais e pesqueiros, as mobilizações para o reestabelecimento das moradias e a demarcação dos territórios podem ser entendidos como algumas das manifestações de contradições e conflitos produzidos pelo estabelecimento do empreendimento hidrelétrico na região de Tucuruí, como destaca o morador José Carlos Martins, que é representante da APOVO. Assim, no seu entendimento, como coletivos de ribeirinhos e agricultores, eles (os integrantes de seu movimento social) têm sua função e/ou importância social no sentido de fornecer o alimento (peixe, arroz, feijão etc.) para outros segmentos da população, de proteger o meio ambiente e de difundir cultura. É por isso que, nas palavras dele, os governos e os pensadores precisam estar discutindo o futuro “junto com os ribeirinhos, junto com o índio, junto com o quilombola, junto com todas essas comunidades”; sujeitos amazônicos que também precisam “dar as cartas” e sair da atual condição de subalternidade e de invisibilidade a que foram submetidos.

A referida situação de contradição e de conflito faz com que diversos sujeitos (indígenas, descendentes de quilombo, ribeirinhos etc.) se ergam das margens dos rios e do interior da floresta, principalmente no intuito de serem escutados, de terem seus protagonismos reconhecidos e suas demandas atendidas, para, então, alcançarem o objetivo de colocar em prática a visão que querem para o seu futuro.

É esse o sentido da fala do indígena João Assurini, que destaca a importância da união das populações, da formação de novas lideranças comunitárias e da localização da sede da APOVO na cidade de Tucuruí, um espaço estratégico que deixa os atingidos muito próximos da barragem e da possibilidade de dispor das instituições públicas e dos recursos (internet, computador, telefonia celular) existentes, o que facilita muito a comunicação e a articulação em momentos de enfrentamentos e de mobilizações (ocupação das instalações da usina, fechamento de estradas, atos públicos etc.). O relato confirma como as cidades de grande centralidade regional configuram-se em formas-conteúdo aglutinadoras de importantes demandas no plano econômico, institucional e político (TRINDADE JR., 2015).

Dessa forma, pode-se perceber como os sujeitos lutam para sair de situações sociais de destituição e negação de direitos (MAGALHÃES, 2007), demonstrando um processo político-organizativo assentado em lutas coletivas, na afirmação de

identidades e posicionamentos sociais insurgentes. Os grupos expropriados e/ou deslocados elaboram estratégias de enfretamento que se perfilam como resistências aos danos que lhes foram perpetrados pelos responsáveis institucionais e políticos pela construção da hidrelétrica de Tucuruí (NOVAES; MARIN, 2015).

Os embates relacionados aos processos des-re-territorializantes (HAESBAERT, 2009, 2014) podem ser constatados a partir da fala de Mateus Oliveira, um morador do bairro Nova Matinha que também é representante de associação e atua diretamente na defesa dos interesses dos moradores. A fala deste sujeito retrata o processo de não adaptação às condições de vida distantes do rio e diversas dificuldades em face da situação de precariedade de infraestrutura, de serviços e de especulação imobiliária no novo bairro.

O seu questionamento central está relacionado ao processo de deslocamento populacional que não levou em consideração múltiplas especificidades da relação cidade-rio e cidade-floresta em Tucuruí. Assim, pode-se entender que, para ele, foi desconsiderada uma miríade de usos e apropriações (moradia, localização beira-rio, subsistência e obtenção de renda, amenidades naturais, relações solidárias e aproximativas etc.), sendo que alguns destes elementos podem ser contatados neste trecho, no qual ele se reporta ao “cara que vendia o gelo, o outro que vivia da construção, de reforma de canoa, que fazia canoa, que pintava. Outros que trabalhavam com construção de barco [...]. Outros que consertavam a malhadeira...”. Uma diversidade de laços que foram colocados de lado no novo espaço disponibilizado pela Eletronorte (em parceria com o DNIT e a prefeitura municipal) após a construção das eclusas da usina, em um processo que destruiu praticamente tudo o que os sujeitos tinham.

Assim,

com o início da chamada segunda etapa, em 1998, novos eventos se instalam na região de Tucuruí. A identidade de *morador do bairro Nova Matinha*, e de *morador da Antiga Matinha*, na margem do rio Tocantins, em Tucuruí emergem de uma relação conflituosa frente à imposição do deslocamento dos moradores da Antiga Matinha, local de construção das eclusas. Foi eliminada a praia, pequenos negócios, áreas de lazer, e a sociabilidade que os envolvia com os moradores de Tucuruí foi comprometida, assim como, a atividade da pesca mediante o impedimento de acesso direto ao rio (NOVAES; MARIN, 2015, p. 190, grifos das autoras).

É nesse contexto que ocorreu, sobretudo no momento posterior ao processo de conclusão das obras das eclusas, um movimento de retorno das famílias de

moradores a outros espaços de orla da cidade; estes que também apresentam uma precariedade infraestrutural, mas, ao menos possibilitam uma maior proximidade do rio. Os sujeitos em comento são constantemente submetidos a tentativas de cadastro para retornar aos espaços recém construídos (com infraestrutura inacabada), uma iniciativa que finda por receber uma negativa por parte da população como forma de expressar a sua desaprovação e o seu descontentamento ao deslocamento compulsório que lhes foi perpetrado (CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014).

Por fim, os moradores Maria do Carmo e Antônio Pompeu destacam as dificuldades de subsistência (diminuição da quantidade e diversidade do pescado) e como isso se traduz em manifestações, em lutas por direitos e pelo atendimento de demandas coletivas das populações. Diante deste tipo de trajetórias socioespaciais, concorda-se com Novaes e Marin (2015) quando estas comentam que os processos reivindicatórios não se dissociam da emergência de identidades que afirmam lutas coletivas e antagonismos que marcam o passado, o presente e até mesmo o futuro desses sujeitos amazônicos. Isso porque desde o barramento do rio Tocantins, da construção da usina e de suas eclusas destituem-se as possibilidades do exercício de saberes e de formas de vida, de sobrevivência e de cultura sob a suposição de compensações, de medidas mitigadoras que, no geral, não são capazes de restituir a diversidade de perdas.

Assim, passado, presente e futuro entrelaçam-se em Tucuruí, notadamente através de contradições e conflitos entre territorialidades (hegemônico-capitalistas e contra-hegemônicas [HAESBAERT, 2014]) diferenciadas. Estas estão articuladas dialeticamente no processo de produção do espaço regional e de seus territórios comuns. Atentar para essa dinâmica contraditória é essencial quando se trata da realidade de Tucuruí, pois, neste espaço é constante a renovação das ameaças territoriais aos sujeitos que se apropriam coletivamente do rio e de suas margens, tendo, nestes, importantes referenciais de valores de uso, de obra, de *poièsis* (LEFÈBVRE, 1967, 2006, 2013). Os perigos se manifestam recorrentemente nos cercamentos e/ou em restrições de acesso aos recursos necessários à reprodução socioespacial e simbólico-cultural dessas populações.

Quadro 08 – Altamira: contradições, conflitos e a produção de territórios comuns

Elementos de contradição e conflito	Sujeitos	Trecho da entrevista
Espoliação dos territórios, dificuldades de obtenção de renda (carpintaria naval) e luta coletiva para o atendimento de demandas	Torquato Barros	<p>“Rapaz, a diferença mais mesmo que eu tenho, eu tô sentindo, quando eu trabalhava separado, mais ou menos, só era eu e outro parceiro e mais os ajudantes, né?! Que eu tinha o meu setor, ali na orla do cais. Lá na, ali onde é a concha acústica. Lá mesmo eu tinha muita freguesia! Aquela parte de cima lá, a maior parte da freguesia mais era minha. Aí devido tá todo mundo junto, impactou muito o serviço. Porque é todo mundo junto, né?! Aí o cara vem, aí vem (...) lá e já fala um preço, outro dá outro, né?! E o serviço também abaixou mais, né?! Acabou, ficou muito pouco o serviço! Ficou pouco serviço! Devido tá todo mundo junto, devido também esse empreendimento também aí. O serviço abaixou muito! Deram muita voadeira também, veículos aí, para os ribeirinhos. Aí o serviço também fracassou muito! Naquele tempo que não tinha barragem, menino, isso aqui era lotado de barco. Bem dizer isso aqui era (...). A gente vê esse galpão aqui lotado, mas é pouco serviço. [...] a nossa mais demanda aqui... A demanda, assim, no caso, do serviço, o serviço fracassou, né?! O barco mesmo acabou! Se eles viessem fazer, no caso, um curso pra nós. Um curso de, no caso, mecânico ou eletricista, e também pra solda, pra mexer com ferragem, pra essas coisas, né?! Eu acho que melhorava, né?! Porque só os nossos serviços aqui, no caso, de artesanal, de barco, tá fracassado! Fracassou mesmo muito mesmo! Têm muitos carpinteiros aqui que estão falindo, porque não tá dando conta da família.” (Morador da cidade, 48 anos, carpinteiro naval e representante de associação, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
Dificuldades de subsistência (diminuição do pescado) e degradação ambiental	Aldo Oliveira	<p>“Tá difícil! Tá difícil! Se pega um peixinho aí, mas com muita luta, né?! E de primeiro não era assim! Não era assim, a água era bem limpinha. Se fica, ó, se tá vendo aquele ali, olha aquilo ali, só de o banheiro tá batendo ali. Aquilo ali é lama, não é areia aquilo ali, é lama! Se pisou, chega ‘afoga’ o pé! E eu acho que, eu acredito que o rio é tudo desse jeito mesmo. Eu não sei se os peixes... Eu acredito que os peixes gostavam da água limpa, né?! Mas, a água suja, a lama, assim? Té pode... Ainda agora tinha 3 aí, pescando, pescando, pescando, não pegaram nada! De primeiro não era assim não! Se jogava a linha aí, o peixe pegava. Agora? Acabou! Provocou tudo! Não foi só pra mim, para os morador de Altamira, né?! Não foi só pra mim que provocou! Provocou pra todo mundo! Meu amigo, pra todo mundo! Ó, hoje Altamira tá, sei lá, arrasada! Arrasada! Que tem gente que já foi até embora daqui, morador velho já foi embora daqui pra outros lugar porque não tá dando pra sobreviver não! Não tá dando pra sobreviver! Teimando! O que tem mais gente em Altamira é os aposentadinhos, né?! Todo mês tem o dinheirinho e tal. E muito vivendo, só isso! Tem mais nada!” (Morador da cidade, 71 anos, barqueiro aposentado, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
		<p>“Na realidade, é o seguinte, quando o homem destrói a natureza, sabe, o prejuízo é pra mim e pra toda a sociedade. E pra todas as nação! Porque nós precisamos da natureza, da Amazônia em pé! E esses grandes empreendimentos [hidrelétricas], eles vêm, né, é, não só destruir também a mata, como o rio e também como a vida do ser humano. Porque você, esses impactos, tiram o habitar, né?! daquelas pessoas que convivem aqui a mais de 300, 400 anos. Então, as pessoas, os políticos, eles não respeita isso. Eles</p>

Espoliação dos territórios, dificuldade de reprodução de condições de vida, degradação ambiental e luta coletiva para o atendimento de demandas	Marcos Curuaia	acham que tem que desmatar, que tem que acabar com tudo, tá entendendo?! [...] a gente criou a Inkuri [associação indígena] e aí a gente começou a trabalhar nesse sentido de, por exemplo, de... É, nesse processo de procurar uma área pros pescador, pros índios do contexto urbano, que sempre conviviam no beiradão, né?! E pro pescador, porque a Norte Energia queria, queria não, levou esse pessoal tudo aqui da beira do rio. Tudo pra esses RUC, tudo longe! Então, o pescador, pra ele sair de lá, pra vim fazer a atividade dele aqui, ele tava pagando 50 reais de carroça. 50 pra ir e 50 pra voltar. E aí a gente, eu tive essa ideia, né?! De a gente trabalhar, é, numa área na beira do rio. Aí a primeira área que a gente começou a trabalhar foi aqui perto, ali do Xingu Praia Clube, né?! Do Machadinho pra cá, aí o Machadinho falou que não tinha mais o interesse de negociar com a área dele. E aí a gente começou a trabalhar lá por aquela área do RUC Pedral, né?! E aí a gente conquistou, né?! Nesse sentido, assim, tá entendendo? A Associação Inkuri entrou numa briga mais a Kirinapân [outra associação indígena], na época era Xipayá [etnia indígena]. A gente levou uns 3 ou 4 micro-ônibus pra levar pro pessoal visitar lá a área, né?! Os pessoal gostaram e a gente começou a lutar pela área, a gente foi várias vezes em Brasília, né?! E hoje tem o resultado, né, do nosso trabalho, da Associação Inkuri e Kirinapân. E a gente fica satisfeito também porque a gente tá realizando o sonho daquelas pessoas que confiaram no nosso trabalho. Teve muita gente que desistiu de ir para o Pedral? Teve! Mas têm outras pessoas que querem ir para o Pedral, porque acha que lá é melhor pra gente sobreviver e morar lá, né, nesse sentido.” (Morador da cidade, 47 anos, indígena, artesão e representante de associação, entrevista realizada em junho de 2019).
Luta coletiva em defesa dos territórios	Maria Teixeira Guedes	“Porque a origem de tudo foi aqui. A origem da luta... A origem indígena aqui nessa do rio Xingu, o próprio rio Xingu, pelos seus ancestrais, pesquisas realizadas... A palavra Xingu significa ‘a morada dos Deuses’. Então, é muito significativo, é muito místico o rio Xingu e as suas populações. E essa mística, ela é envolvente, ela é muito envolvente, e aí nos torna pessoas que abraçam essa causa a lutar por esse território, a ter a pertença desse território. A defesa desse território como um todo: rio, terra, florestas, fauna, flora, a biodiversidade... E aqui que é a origem, então, essa origem, essas raízes elas não podem morrer, por mais que tentem matá-las, como tentaram com Belo Monte, estão tentando com Belo Monte, mas, não conseguem.... Não conseguirão jamais! Por mais que passe, que nós passemos, mas que outras gerações, que outras raízes estão aqui para continuar a brotar e dar vida. Então, há um simbolismo muito forte, uma mística muito forte dessa luta por garantia por direitos, por vida, por defesa... Enfim, é a vida, né?! É uma vida, mas uma vida vivida, uma vida de luzes, de expressão, de ações concretas acima de tudo, não só de palavras, mas de ações concretas que se tenta reproduzir e fazer no nosso dia a dia. Os povos de quem tá no Xingu Vivo, os povos que aqui estão conosco, nos movimentos que estão conosco, da luta dos que estão conosco, desses mesmos objetivos. São raízes... Que às vezes, quando cortam uma árvore, pensa que matou a árvore, mas, as raízes elas podem brotar lá do fundo da terra, que elas pegam a seiva, a água que é vida e elas brotam, podem matar algumas, mas nem todas!” (Moradora da cidade, 70 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).
		“Não, não, eu sou muito ‘embosteira’ [agitada]. Por exemplo, eu nunca quis Belo Monte, porque eu sabia que vinha com um arrastão de desgraça pra cá e foi isso que aconteceu. Então, eu não quis! Quando eu disse que não queria, que não era do meu feitio barragem, porque eu já estava atingida por uma outra barragem, então eu carreguei... Meu marido era operador na outra barragem, aqui ele não levantou uma

Espoliação e luta coletiva em defesa dos territórios	Raimunda de Jesus Viana	<p>pá de terra. Então, a gente diz, pra quê fazer barragem? Pra nos destruir? Porque a barragem de Tucuruí cabou 10 anos, comprou casa, comprou terra e a barragem comeu de volta. Então, a mesma barragem que deu, me levou. A gente tem a experiência que isso não dava certo. Quando eu vim pra cá ele não me deu barragem, ele me deu uma distância de barragem e me encontrei com outra barragem. A minha casa a barragem rancou, porque meu bairro foi extinto. A minha ilha a barragem inundou, queimou minha casa... Então, assim, ela não me derrubou porque ela me empurrou. Porque (...) na frente, porque eu comecei a aprender na barragem de Tucuruí e aqui eu tirei o diploma de entender que quem é dono da floresta não é os bens [que as pessoas têm], somos nós que preserva. Os governos são os destruidores da floresta e da biodiversidade que a floresta tem, das riquezas naturais que Deus nos deu. O que ele quer é dinheiro, o que nós quer é terra, floresta e água limpa. É os alienados de Belo Monte, porque Belo Monte quando enfartou o Xingu, ele enfartou todos os igarapés. Entendeu?! Ele cortou a ligação das pessoas com água, e das águas com o rio, fez um desastre total. Barrar o rio Xingu pra fazer essa barragem foi uma lavagem de dinheiro, foi um roubo, foi um assassinato, foi um etnocídio com os índios. Hoje em dia você vê o rio Xingu tá aí barrado, mas a barragem não funciona porque o Xingu precisa pra funcionar, pra forçar ele a forçar as turbinas tinha que matá-lo e ele não morreu. Ele pulsa, e pulsa muito! [...] mas não tem, aí tem uma enganação e uma cortina de fumaça, porque essa barragem não foi feita pra ter energia pra gente! Ela foi feita pra manter as máquinas de Belo Sun que é um grande projeto monstruoso que tá mais em baixo! A gente não sabia disso, aí não foi porque o Brasil precisava de energia não! Ela foi porque Belo Sun precisava de energia. O Canadá precisava distrair esse olho dela. Tu pensa que ela foi... Pra rouba-lheira e visando um desastre maior, que eu espero em Deus que não aconteça.” (Moradora da cidade e da comunidade Terra Prometida [município de Vitória do Xingu], 60 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
Espoliação dos territórios e dificuldades de reprodução das condições de vida	Márcia Alves da Silva	<p>“Na verdade, eu morava na rua 8, ali do Boa Esperança, que faz parte dessa Ocupação dos Padres, a invasão, né?! E aí a gente é ... A cota da minha residência era a cota 9 e quando... Primeiro assim, os impactos que a gente sentiu foi no processo dos cadastros, os cadastros primeiro, né?! O primeiro momento, porque a empresa, ela colocava as equipes lá em campo. Era muita gente, então a gente via assim todos os dias. Era uma incomodação nossa, assim, das famílias. Todos os dias a gente teria que receber várias pessoas em casa, e aí tinha que responder aqueles questionários imensos, assim de 40, 50 páginas, que eram os cadastros econômicos e ainda tinha que ouvir ainda os funcionários que eles falavam muito na época da questão assim... Você que quer 'Belo Monte vai melhorar na sua vida, né?! Se você é a favor da barragem'... Tu tinha essas perguntas, mas eles forçavam muito essa questão de que Belo Monte ia melhorar nossa vida, eles já faziam essa afirmação também. E aí, no processo da mudança, essa questão dos cadastros, tinha essa questão de que a gente... E aí no processo da mudança a gente... Foi bem difícil também, porque, primeiro, a gente tinha essa questão da nossa preocupação de como era que ia ser na nova comunidade. E como era que a gente [ia mudar] e quando seria que a empresa, porque ela não divulgava isso. Ela fazia as reuniões na comunidade, mas, como é que se diz?! Era a proposta do reassentamento era uma proposta belíssima. Primeiro era uma casa de alvenaria, de acordo com o tamanho da família, então, colocavam como se fosse o paraíso, o reassentamento pra nós. E depois eu tinha essa questão da (...) ida, né?! Da vinda para o reassentamento, como era que seria, era essa a nossa</p>

		dúvida, na verdade. Como era que a gente ia ver... Como era que seria na nova comunidade, como era que a gente ia... Como é que se diz?! Reconstruir o nosso vínculo? Será se a gente ia poder morar do lado da vizinha? Do vizinho?... Que a gente sempre tinha um laço efetivo comunitário... E essa era a nossa preocupação, na verdade. E realmente, quando começou o processo da mudança, isso ficou bem mais claro para nós e realmente a empresa, ela não respeitou isso. Ela não respeitou a nossa vivência na comunidade. E aí esse laço nosso da comunidade, primeiro esse impacto do laço comunitário, ele foi quebrado, porque dividiu nós todos, muitas famílias... Um foi para um reassentamento, outro foi pra outro, ou então foram para outro lugar e acabamos dividindo a comunidade que a gente morava (...). E aí, a outra coisa era o reconhecimento, muitas famílias a Norte Energia reconheceu e outras não.” (Moradora da cidade, 35 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).
Espoliação dos territórios, dificuldades de subsistência (pesca, circulação fluvial), de reprodução das condições de vida e violência urbana	Kamilla Soares	“Logo no início, é, eu tinha... Isso é uma opinião minha, depois eu vou falar muitos relatos que já houve. Assim ‘olha que legal, eles saíram daquelas casas de palafitas que não tinham aconchego, que não tinha uma estrutura, que ficava ali o esgoto a céu aberto. E vieram pra uma casa com estrutura, com saneamento básico, toda segurança’. Aí vem o morador e me diz assim ‘tá! E eu morava lá, meus filhos eram livres, eu estava no centro, eu ia lá pescava, eu ganhava o meu pão. E, aqui dentro, o que eu vou fazer? Eu tenho uma casa, mas eu não tenho o que fazer, eu não tenho o meu rio. Não tá aqui e eu só sei fazer isso!’. Por isso que eu digo que uma boa parte dos que venderam os imóveis foi nessa questão. Que eles não tinham o que fazer, longe, sem transporte. Ele falou ‘o que eu vou fazer aqui?’. Eles venderam e voltaram pras proximidades do rio... Claro que muitas dessas áreas elas já nem existem mais, mas eles acabaram pegando outras áreas... Eu vou te falar mais uma coisa, têm pessoas que se falar a palavra, não sei se eu posso mencionar, se tu pode contar, mas quando se ouve a palavra ‘Norte Energia’, têm pessoas que entraram em depressão por conta disso, entraram em depressão! A gente conhece alguns balneários que foram, também, né?! É... Que tiveram, receberam a indenização, só que era já de família, entende? Já tinha um valor sentimental muito grande! Isso afeitou psicologicamente. [...] e um dos agravantes [durante o processo de reassentamento], o que que aconteceu? Geralmente, é, os que foram reassentados, né?! Tinha, assim, era o beco do afoncinho, é, gangue do rebojo, que eram algumas gangues, né?! E elas se limitavam aos espaços, e, quando vieram pros RUCs, claro, é óbvio que eles não tiveram esse cuidado de separar, né?! Então, houve esse conflito! Dentro disso, houve já várias mortes. O RUC São Joaquim, ele é mais tranquilo. Já, nossa, o RUC Casa Nova, que ele é aqui ao lado, ele tem muito isso! Tem um morro, é separado, tem uma disputa muito grande por território.” (Representante do poder público [Centro de referência e Assistência Social - CRAS], 35 anos, entrevista realizada em junho de 2019).
		“Antes de Belo Monte, né, se você fosse entrar só em Altamira... Altamira tinha um núcleo urbano pequeno, assim. Não é, embora seja geograficamente grande, centralizado neste, aqui nesta região aqui do Centro, aqui onde a gente tá hoje. E tinha uma população rural grande, bem diversificada, ao longo do rio, ao longo da Transamazônica e tal. É quando vem Belo Monte, na verdade, a primeira licença, que é a Licença Prévia de 2010, já se falava de Belo Monte e ficou a agitação. Enfim, o processo migratório, né?! Das comunidades e dos indígenas, inclusive, que estavam é vivendo ao longo dos igarapés, dos três igarapés. Nós tínhamos uma diversidade! Quando veio Belo Monte, né, que a gente foi, enfim, não tinha a dimensão dos grupos sociais, das comunidades que estavam ao longo tanto do rio, quanto dos igarapés, é, na cidade. E, é, surge

Espoliação, conflitos e luta coletiva em defesa dos territórios	Patrícia Guerra	<p>uma diversidade de conflitos. É, então, nós tínhamos, por exemplo, quem, você vem do aeroporto, se se vem do aeroporto, é lá nesse igarapé. Que a gente até ontem, até fiz uma visita lá, tínhamos os oleiros, os trabalhadores artesanais da argila. Então, eles formaram uma frente, um grupo, naquela época. Aí então, a gente não sabia, por exemplo, é, dessa demanda. Quando veio Belo Monte, foi uma demanda que nós recebemos da cidade, que foram dos oleiros. E os mesmos oleiros estavam, outro grupo estava também no Ambé. Então, no Panelas e no Ambé! E era outro grupo que se movimentou. E os pescadores, né, que a gente foi, enfim. Era uma categoria, assim, que eles se auto identificavam como pescadores. Estavam associados na colônia de pesca, com uma associação. E eles emergem também, ou seja, o rio já estava mapeado por eles, porque eles tinham a história da pesca. E quando começou Belo Monte, começaram a medir. Então, é, pra resumir, a gente tinha várias, né, várias pessoas que estavam convivendo, elas não apareciam por conta do conflito. Não tinha esse conflito! Que aparecia ela e demandava a gente. E quando veio Belo Monte, a gente vê esse cenário de várias pessoas, é de... Com diferente demandas e formas de organização também diferenciadas. É! Aqui se fala muito de invisibilidade. Eu não gosto muito de dizer que são, que as pessoas eram invisíveis, porque as pessoas eram visíveis! Talvez não... As pessoas não percebessem essa vida, não visualizassem aquilo, mas invisíveis elas não eram! É, e quando veio Belo Monte, ela realmente isso, ela aflora! As pessoas aparecem mais, elas assumem um protagonismo! Elas estavam aqui! Elas assumem um protagonismo da sua própria vida, porque elas começam a se organizar. E elas se organizam, a partir, é, da sua identidade. Elas se organizam a partir da sua atividade, quer dizer, os oleiros, é, os pescadores, né?! Então, por exemplo, a gente descobriu aqui, é, quando construíram os canteiros, o canteiro Pimental, os pescadores, eles tinham os seus territórios no próprio rio, ele estava delimitado. Então, aí depois que veio dizer assim 'olha, esses ribeirinhos aqui não pescam aqui, eles pescam pra li. Quem pesca aqui somos nós!'. Então, tinha um grupo que pescava naquele local... O rio era um território da atividade. Então, quando esse rio, ele é impactado, né?! Ele é fechado, ele é barrado pra uma hidrelétrica. É, esses, os vários pescadores, as várias colônias de pescadores, principalmente a de Altamira, a de Senador José Porfírio e a de Vitória do Xingu, elas começam a se organizar. E aí surge mais um grupo muito forte, que se auto identificavam como pescadores, mas eles eram também auto identificados como os indígenas. Eram os indígenas, eles se identificavam como os ribeirinhos. E aí eles começaram a se organizar. Então, eu digo assim, eles, essa auto identificação, ela surge tanto como uma atividade, né?! Que eles desenvolviam e desenvolvem, que ainda estão, ainda tem uma disputa, ainda, muito grande, quanto da sua auto identidade étnica, né?! De se reidentificar como indígena, por exemplo." (Representante do poder público [Defensoria Pública de Altamira], 42 anos, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
---	-----------------	---

Fonte: entrevistas realizadas em trabalho de campo em Altamira, em junho 2019.

Elaboração: Michel de Melo Lima, 2020.

O processo de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte materializou-se por meio de malabarismos legais (descumprimento de legislações sociais e ambientais) (GLASS, 2016) e muitas contradições e conflitos dentro e fora da região (COSTA, 2004; ALONSO; CASTRO, 2006; ALMEIDA; MARIN, 2014; MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016; MAGALHÃES, 2017; CARDOSO, 2018; BARRETO, 2019).

As contradições e conflitos citadas apresentam uma dimensão urbana e rural. Para entendê-las, são elencadas algumas das principais transformações ocorridas na morfologia material e social da cidade de Altamira. Estas podem ser assim resumidas: I) aumento significativo da população; II) melhorias no sistema viário da cidade; III) ampliação dos setores de comércio e serviços; IV) desterritorialização das populações localizadas nas áreas afetadas pelo empreendimento; V) criação de novos loteamentos para fins de reassentamento urbano (RUCs) das populações atingidas; VI) requalificação das áreas localizadas nas margens dos igarapés (Altamira, Ambé e Panelas) da cidade, instalação de novas infraestruturas (criação de parques urbanos e áreas de lazer, pontes, abertura de canais, obras saneamento e redes de abastecimento de água) e valorização do solo urbano; VII) alterações nos espaços de orla da Altamira, com remoção da população (sobretudo os moradores de menor poder aquisitivo), construção do calçadão e cais de arrimo, criação e uma “praia” artificial e instalação de diversos equipamentos de lazer (praças, quadras de esporte, academias ao ar livre etc.); VIII remoção da moradia ribeirinha e passagem para o padrão habitacional dominante de modernas casas de alvenaria em terra firme; IX) intensificação do processo de periferização⁹⁰ em função das espoliações e da especulação imobiliária etc. (LEME, 2009; NORTE ENERGIA S.A., 2011; MIRANDA NETO, 2016; CARDOSO, 2018).

⁹⁰ Situado na periferia de Altamira, o bairro Jardim Independente I também é representativo em relação aos impactos negativos da hidrelétrica de Belo Monte. Destes impactos, ganham destaque o processo de periferização da cidade e o descaso da empresa e do poder público local para com os atingidos. Assim, no bairro Independente I, localizado nas proximidades de uma lagoa, vivem uma parte da população de menor poder aquisitivo da cidade, principalmente famílias indígenas e ribeirinhas. A intensificação do processo de periferização pode ser constatado a partir de dois tipos de fluxos estabelecidos no período recente. O primeiro, é um fluxo populacional oriundo de áreas atingidas pelo empreendimento que adensou a ocupação do bairro. Soma-se a esse, um outro fluxo proveniente do aumento da especulação imobiliária na cidade como efeito direto da implantação da barragem. Ademais, a situação precária desses moradores também se agravou nos últimos anos por conta do enchimento do reservatório da hidrelétrica, que elevou o nível do lençol freático da lagoa. A inundação das casas, sobretudo durante o período de fortes chuvas, em conjunto com os problemas de saneamento e de iluminação pública existentes colocam os moradores em situação de risco. Por fim, o fato da Norte Energia S. A. não reconhecer essa área como atingida vem aumentando a tensão e a situação de conflito com a população e com os movimentos sociais locais, que judicializaram ações, junto ao Ministério Público Federal, contra a empresa (CARDOSO, 2018).

Do ponto de vista das contradições e conflitos que envolvem a dimensão urbana e rural de Altamira, também é importante destacar que diversos grupos sociais, sujeitos do rio e de suas margens, consolidaram movimentos de resistências para a manutenção dos seus territórios e condições de vida, assim como edificaram redes coletivas de enfrentamento e lutas sociais no sentido de saírem da condição de invisibilidade (CASANOVA, 2006) a que foram submetidos pela esfera pública e pela Norte Energia S.A.

Assim, é partindo desta complexa situação, de transformações socioespaciais urbanas e rurais que se empreende uma leitura crítica dos dados qualitativos contidos no quadro 08, notadamente no sentido de entender a produção dos territórios comuns enquanto elementos de contradições e conflitos vinculados ao processo de modernização ocorrido no contexto regional amazônico da Volta Grande do Rio Xingu.

O morador Torquato Barros, que trabalha na carpintaria naval artesanal e é representante da Associação de Carpinteiros Navais de Altamira e Xingu (Ascanax), conta como a perda de seu antigo espaço de trabalho, em decorrência das transformações infraestruturais (espoliação das populações que habitavam os espaços de orla) produzidas pelo empreendimento hidrelétrico, significou, também, a diminuição de sua freguesia, renda e, conseqüentemente, produziu alterações nas suas condições de reprodução social. Isso porque após a construção do empreendimento hidrelétrico, os carpinteiros, que se encontravam territorializados em setores diferenciados – e por eles esquadrinhados – na orla da cidade, foram todos realocados (em decorrência de muita mobilização popular dos próprios carpinteiros) num único espaço, o “barracão” (foto 25) cedido pela Norte Energia S. A. Isso fez com que ficasse “todo mundo junto” e aumentasse demais a concorrência entre eles.

Além disso, como medida compensatória do empreendimento, a empresa doou voadeiras (embarcação movida a motor com estrutura e casco de metal) para a população ligada ao rio, uma iniciativa que fez com que diminuísse em muito as encomendas de embarcações artesanais de madeira, e, assim, “fracassasse o serviço” desses trabalhadores artesanais.

Dessa forma, destaca-se que não ocorreu nenhuma parceria entre a empresa e os carpinteiros, no sentido de fomentar o desenvolvimento da carpintaria naval artesanal e atender, no médio e no longo prazo, a demandas locais e regionais de transporte fluvial cujas embarcações são mais acessíveis economicamente e

apresentam um menor porte e custo de fabricação. Tampouco foi ofertado algum tipo de curso de capacitação (de metalurgia, de electricista, de soldador etc.) que possibilitasse um aprimoramento técnico na produção das embarcações confeccionadas pela Ascanax; uma demanda essencial para a continuidade do trabalho e para a sobrevivência desses sujeitos.

De acordo com Aldo Oliveira, um morador que trabalhou como barqueiro, a diminuição da quantidade e da diversidade do pescado, assim como a degradação ambiental são fatores que proporcionam dificuldades de reprodução social (na subsistência e obtenção de renda) dos pescadores. Assim, a matéria orgânica submersa, a turbidez da água e a escassez de peixes acabam por configurar, para ele, uma situação muito problemática aos sujeitos, pois “de primeiro não era assim”; e a fartura era tanta, que se jogava a linha de pesca e facilmente se pegava o peixe.

Sobre esse aspecto da atividade pesqueira na Volta Grande, Magalhães, Silva e Vidal (2016) elencam uma diversidade de consequências do empreendimento hidrelétrico, quais sejam: a) restrições da navegação fluvial local e regional, em função da diminuição da vazão natural do rio Xingu e do seccionamento de seu curso pelas duas barragens (sítios Pimental e Belo Monte); b) o desaparecimento de micro-habitats, como o sarobal⁹¹, por conta das alterações da vazão do rio; c) a turbidez mineral da água, responsável por produzir consequências para o pescador, que vai em busca do recurso (e aumenta o seu esforço de pesca), e para o peixe, que procura o seu alimento em águas mais claras e distantes; d) conflitos por novas áreas de pesca⁹²; e) insegurança alimentar; e f) mudanças nos conhecimentos adquiridos sobre o rio, e sobre os ecossistemas, a floresta e a vida, assim como nas atividades tradicionais (pesca, agricultura de várzea, circulação fluvial) historicamente praticadas na região da Volta Grande.

⁹¹ Para pescadores, ribeirinhos e indígenas, uma das áreas significativas do rio Xingu são os espaços de sarobal, um tipo de vegetação que cresce sobre afloramentos de rochas graníticas no leito do rio e pertence ao complexo geológico do Xingu. São terrenos instáveis, cobertos por vegetação herbácea, pioneira, de caráter edáfico que passa por processos deposicionais das areias de aluvião. O sarobal fica inundado em boa parte do ano e abriga vegetação fornecedora de alimento para os peixes que precisam ter reserva energética para desovar (MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016; PEZZUTI *et al.*, 2018).

⁹² Todas as mudanças nas áreas de pesca, na reprodução da fauna aquática e no estoque de pescado motivaram o deslocamento dos pescadores para outras áreas mais distantes de seus territórios tradicionais de pesca; uma mudança que, além de implicar maiores gastos financeiros, mais horas e esforço de trabalho, resultou na “invasão” de territórios de pesca de outros sujeitos, criando condições potenciais de conflito, sobretudo entre indígenas e pescadores (MAGALHÃES; SILVA; VIDAL, 2016).

Para Marcos Curuaia, o representante da Associação Indígena Nativa Curuaia de Altamira (Inkuri), uma das associações indígenas existentes na cidade, a degradação ambiental constitui-se um grande problema para as populações que vivem na região, sobretudo para os sujeitos que precisam da natureza, da “Amazônia em pé”. Dessa forma, para ele, os grandes empreendimentos vêm destruir a mata, o rio e a vida do ser humano. É nesse sentido que a floresta e o Xingu são considerados fundamentais para sua a subsistência, obtenção de renda, lazer, circulação fluvial e para o seu referencial simbólico-cultural.

Assim, o indígena relata que houve muita dificuldade na reprodução das condições de vida depois do processo de espoliação dos territórios das populações locais. Essa situação levou a reunir os ex-moradores do “beiradão” – sujeitos que habitavam às margens dos igarapés e do rio Xingu – que estavam morando em RUCs distantes do rio, para reivindicar um novo espaço, o Reassentamento Urbano Coletivo Pedral/Tavaquara (localizado na margem esquerda do Xingu). Este configura um fragmento do urbano, um tipo de bairro preferencialmente indígena, conforme já relatado, que, em certa intensidade, representa os resultados das lutas coletivas (sobretudo dos indígenas na cidade e das associações Inkuri e Kirinapã⁹³) e o atendimento de demandas socioespaciais dos sujeitos (WEIBERMEL, 2017; CARDOSO, 2018). É nesse sentido que o morador finaliza o seu relato destacando que “a gente fica satisfeito também porque a gente tá realizando o sonho daquelas pessoas que confiaram no nosso trabalho”.

A mística do rio Xingu, isto é, a sua importância na produção de significados, de trajetórias, de interpretações de mundo das populações da Volta Grande é descrita por Maria Teixeira Guedes, uma liderança do Movimento Xingu Vivo Para Sempre. Segundo ela, “essa mística, ela é envolvente, ela é muito envolvente, e aí nos torna pessoas que abraçam essa causa a lutar por esse território, a ter a pertença desse território” no sentido de uma integração entre funcionalidade-identidade (o ter e o ser imbricados) que envolve “o rio, terra, floresta, fauna, flora, a biodiversidade”. Essa origem ligada ao rio, essas raízes – nascidas e repassadas de geração em geração – e esse simbolismo se traduzem enquanto contradições e em lutas sociais concretas no dia a dia, no enfrentamento da ordem distante e da sua dimensão da troca, dos

⁹³ A associação Kirinapã congrega populações indígenas da etnia Xipaya e Curuaia (CARDOSO, 2018).

valores de troca (LEFÈBVRE, 2006, 2013), da mesma maneira que se colocam coletivamente contrárias ao avanço do capital e sua lógica moderna assentada na perspectiva do sujeito neoliberal que esquadrinha o mundo a partir de seu olhar empreendedor, ávido por lucros, independentemente dos custos socioambientais locais e regionais engendrados.

A fala da liderança é muito forte e representativa. Por meio dela pode-se perceber como não só de palavras, de promessas saudosistas e de discursos político-acadêmicos vive quem está rotineiramente nas linhas de frente de defesa da Amazônia. E, assim, os sujeitos dos rios e da floresta colocam-se em risco em função dos embates individuais e coletivos diretos com o Estado e o grande capital – grandes empresas, latifundiários, comerciantes e grupos de telecomunicações cujas atividades apresentam uma abrangência extra local – em defesa de seus territórios comuns.

O percurso narrado pela representante do Conselho Ribeirinho, a moradora Raimunda de Jesus Viana, é também significativo da produção de contradições a partir da construção de empreendimentos hidrelétricos. Ela, que foi desterritorializada (HAESBAERT, 2009, 2014) pela barragem de Tucuruí, um empreendimento que “comeu” a sua casa e a sua terra, conta como a (re)vivência desse doloroso processo com a hidrelétrica de Belo Monte lhe concedeu o “diploma” de entender que quem é o “dono” da floresta são os coletivos de sujeitos que a preservam. Dessa forma, a ribeirinha vivenciou o “arrastão de desgraça” que extinguiu o seu bairro, inundou a sua ilha e queimou a sua casa⁹⁴ (segunda residência). Assim, para ela, os governos (e as empresas) são destruidores da floresta e da biodiversidade. Eles (empresa e governo) querem dinheiro (lucro, o valor de troca dos recursos), e ela e o coletivo que representa, os ribeirinhos, querem “terra, floresta e água limpa”, principalmente na perspectiva dos valores de uso de seus referenciais coletivos de vida.

É nesse sentido que a ribeirinha se considera parte dos “alienados de Belo Monte”, uma obra que ao “enfartar” o rio Xingu (formar o lago da usina), “enfartou” junto os igarapés, cortando a ligação das pessoas com às águas, com o rio, o que produziu um desastre total para os ribeirinhos, para os indígenas e para os demais moradores dos baixões.

⁹⁴ Durante os trabalhos de campo, foi relatado, pelos sujeitos, que no momento de instalação do empreendimento hidrelétrico e da formação do lago da usina, diversas moradias foram queimadas como forma de garantir que os moradores não retornassem aos seus antigos territórios localizados ao longo do rio Xingu.

Soma-se a isso o fato de que ocorreram diversas ações de requalificação urbana em áreas situadas no entorno dos igarapés e em locais próximos da orla do rio que produziram uma nova e moderna infraestrutura, pensada e articulada principalmente do ponto de vista da dinamização econômica, do turismo, do lazer e das iniciativas empreendedoras (LEME, 2009; ALTAMIRA, 2010, 2011; NORTE ENERGIA S.A., 2011; MIRANDA NETO, 2016) que, em linhas gerais, também negam o espaço vivido ribeirinho e indígena de outrora.

Outro ponto destacado na fala de Raimunda de Jesus Viana trata da questão da ineficiência da hidrelétrica de Belo Monte, que está relacionada ao volume de água necessário para o funcionamento adequado das turbinas da usina e, também, aos impactos que isso produz na manutenção dos ecossistemas e na vida na Volta Grande do rio Xingu.

Para Glass (2016), o complexo hidrelétrico de Belo Monte apresenta uma eficiência energética de apenas 39% do total produzido, o que representa aproximadamente 4.000 MW dos 11.000 MW de sua potência instalada. Além disso, como já demonstrado no segundo capítulo desta tese, existe todo um debate em torno dos níveis de água necessários para funcionamento eficiente do empreendimento. O problema ganhou maiores proporções quando a principal medida de mitigação proposta pela empresa para os efeitos adversos decorrentes da extrema redução de vazão da área da Volta Grande, o chamado hidrograma de “consenso”⁹⁵, foi considerado insuficiente⁹⁶ para manutenção da vida e da circulação fluvial (local e regional) pela população da região e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

E é justamente a necessidade de qualificação desse debate sobre a vazão mínima do rio a causa e o objetivo da elaboração do monitoramento alternativo realizado pelos sujeitos atingidos (sobretudo indígenas da etnia Juruna). Este

⁹⁵ O objetivo do hidrograma de “consenso”, que se originou do Estudo de Impacto Ambiental da usina, seria o de reproduzir artificialmente, e na medida do possível, o pulso sazonal de cheias e secas que caracteriza as vazões naturais do rio anteriores ao estabelecimento do empreendimento hidrelétrico. Trata-se de um esquema hidrológico que estipulou as quantidades mínimas de água que precisariam fluir pela Volta Grande para garantir a sustentabilidade socioambiental da região. O plano inicial da empresa buscava conciliar minimamente três condições de sustentabilidade ecológica e social, são elas: a) a garantia da navegabilidade do trecho; b) o alagamento anual das áreas de pedrais e; c) a cada dois anos, o alagamento das planícies (PEZZUTI *et al.*, 2018).

⁹⁶ Os valores pactuados em “consenso”, e que foram considerados insuficientes pelas populações atingidas, são de 700 m³/s durante o período de estiagem, e uma mínima, no período de cheia do rio, de vazão média mensal de 4.000 m³/s e 8.000 m³/s, que seria alternada anualmente (PEZZUTI *et al.*, 2018).

monitoramento insurgente, na sua construção levou em consideração – de maneira diferenciada ao que foi proposto pela empresa – os extensos conhecimentos tradicionais dos Juruna sobre o rio e sobre os impactos ocasionados pela usina e pelo barramento do Xingu (PEZZUTI *et al.*, 2018). Isso tudo diante da intensificação da ameaça de diminuição da diversidade local, com o possível desaparecimento de animais, biomas e plantas, dos problemas na navegação fluvial e no regime inconstante de cheia e seca do rio – que são controlados pela Norte Energia S. A. Todos esses problemas foram provocados pelos impactos do barramento do Xingu e pela iminente inauguração do “esquema hidrológico” que determina a vazão mínima definitiva operada pela concessionária da usina, que foi estabelecida sem a pactuação social em seu processo de licenciamento (PEZZUTI *et al.*, 2018).

Assim, partindo dessa premissa de ineficiência energética, a representante do Conselho Ribeirinho ainda finaliza o seu relato chamando a atenção para outro importante empreendimento que pode trazer impactos negativos para os sujeitos e os territórios comuns da Volta Grande, que está relacionado ao desenvolvimento de atividades mineradoras de grande porte na região.

O projeto minerário da Volta Grande do Rio Xingu situa-se no município de Senador José Porfírio, cujo território que faz limite com Altamira, e prevê a criação da maior mina de ouro a céu aberto do país. O empreendimento está localizado em área de assentamento rural do Incra conhecida como PA Ressaca, e produzirá impactos socioambientais em duas terras indígenas (TI), a TI Paquiçamba e a TI Arara. Atualmente, o empreendimento é desenvolvido pela empresa canadense Belo Sun Mineração Ltda., que almeja, em aproximadamente 12 anos de exploração, extrair 73,7 toneladas de ouro do local (BOLETIM CARTOGRAFIA DA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2017; CARDOSO, 2018; BARRETO, 2019; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, 2019).

De todo modo, o início de suas atividades é bastante conturbado, pois a pesquisa minerária e o licenciamento ambiental transcorreram sem a devida consulta aos povos (ribeirinhos, indígenas, garimpeiros etc.) que seriam atingidos pelo empreendimento, da mesma maneira como se deu o desrespeito em relação aos territórios tradicionalmente ocupados pela população, o que acabou gerando a paralização das atividades mineradoras, assim como conflitos e disputas judiciais por

demarcação e titulação de terras no local (BOLETIM CARTOGRAFIA DA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2017; BARRETO, 2019).

Por sua vez, a moradora/ribeirinha Márcia Alves da Silva narra o processo conturbado de espoliação do seu território; este que estava localizado nos baixões da cidade. Para ela, as promessas, a pressão, a violência psicológica e as ameaças já começaram no processo de cadastro das famílias, que a todo momento escutavam como Belo Monte ia “melhorar a sua vida”. De maneira geral, o relato mostra como o processo foi imposto, com reuniões realizadas por representantes da Norte Energia S. A. que apresentavam os reassentamentos (conjuntos habitacionais padronizados [foto 31]) como um tipo de “paraíso”, uma iniciativa que posteriormente mostrou-se não ter respeitado os vínculos da população com o rio e os laços afetivos e comunitários existentes entre os sujeitos, que acabaram sendo distribuídos aleatoriamente pelos RUCs. Ademais, é narrado como muitas famílias ainda não foram reconhecidas como atingidas pelo empreendimento.

A situação social da ribeirinha pode ser pensada a partir das contribuições de Weibermel (2017), para quem, no contexto dos grandes projetos, a despossessão produzida consiste num processo “negociado” (e até mesmo imposto) conflituosamente entre sujeitos que apresentam diferentes assimetrias de poder.

No caso da usina hidrelétrica de Belo Monte e da população ribeirinha atingida, a despossessão e os conflitos são definidos por disputas epistemológicas sobre a condição de atingidos e pela situação de propriedade (a relação coletiva e familiar com os territórios, a dupla moradia), nas quais o consórcio se recusa a reconhecer as especificidades dos ribeirinhos e de sua territorialidade comum, tornando-as algo inteligível (WEIBERMEL, 2017). É justamente este processo, a despossessão negociada conflituosamente durante a instalação do empreendimento, que foi destacado por Márcia Alves da Silva⁹⁷.

⁹⁷ A remoção compulsória, forçada, da população atingida ocorreu entre os anos de 2014 a 2016. Porém, é importante pontuar que esse processo foi precedido por várias etapas de “negociação” entre o empreendedor (Norte Energia S.A.) e as entidades sociopolíticas envolvidas, com discussões e mobilizações que versavam sobre as medidas necessárias de mitigação dos impactos socioambientais (WEIBERMEL, 2017).



Foto 31 – Reassentamento Urbano Coletivo Jatobá: residências padrão dos RUC's, bairros que, mesmo dispondo de certa infraestrutura, parece não ter traduzido em suas formas (estrutura padronizada de conjuntos habitacionais) os conteúdos dos espaços vividos dos indígenas e ribeirinhos desterritorializados pelo empreendimento hidrelétrico de Belo Monte. Foto: Michel de Melo Lima (março de 2018).

Sobre a lógica da propriedade, é essencial precisar que

contrárias à vida comunitária dos ribeirinhos, todas as avaliações de propriedade aconteceram individualmente. Consistiram no cadastramento e na avaliação do patrimônio: a) se há direito à uma casa em um reassentamento ou não; e b) a quantidade da indenização financeira como alternativa ou única opção. Não reconhecendo a lógica ribeirinha de dupla moradia, só era possível decidir-se por uma casa: ou na cidade ou no campo, enquanto a segunda casa seria indenizada financeiramente. Como os reassentamentos rurais pareciam inadequados devido à distância do rio e dos serviços públicos, a maioria decidiu pela casa urbana ou, por causa da indenização semelhante dos reassentamentos urbanos, pela indenização das duas casas. E, como a posse da terra é da União, no caso dos patrimônios nas margens e ilhas do Xingu, somente foi considerada a casa (geralmente construída com madeira) e as benfeitorias. Como as indenizações foram calculadas com base em um caderno de preços desatualizado, verificaram-se indenizações de valor extremamente baixos. Foram numerosas as reclamações de indenizações de 20.000 reais, 10.000 reais e até 1.500 reais (em dólares estadunidenses, ao redor de 6.350, 3.170 e 475, respectivamente), enquanto o preço tanto do terreno urbano como do rural tinha aumentado significativamente devido ao crescimento demográfico em Altamira (WEIBERMEL, 2017, p. 243).

Dessa forma, a Norte Energia S.A. e o Estado, ao produzirem normas dominantes de inteligibilidade – de tradução e reconhecimento de dinâmicas socioespaciais dos sujeitos –, acabaram produzindo contradições, sejam elas assentadas em certo nível de violência psicológica, epistemológica e socioespacial, seja nas lutas dos sujeitos (ribeirinhos) pelo reconhecimento de seus protagonismos, de suas trajetórias e sua cultura (WEIBERMEL, 2017).

Os resultados desses processos des-re-territorializantes, no sentido destacado por Haesbaert (2009, 2014), podem ser visualizados no trecho de entrevista de Kamilla Soares, que é moradora da cidade e lida diretamente com a população atingida no Reassentamento Urbano Coletivo São Joaquim, em seu trabalho no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) deste RUC.

Assim, a representante do poder público destaca a mudança de pensamento acerca da condição dos reassentados, narrando como antes via a melhoria no padrão infraestrutural das novas residências (conjuntos habitacionais, com saneamento, segurança etc.) como algo muito positivo. Uma percepção que se alterou depois de um contato mais prolongado com os moradores, que elencaram diversas vantagens de subsistência coletiva, de obtenção de renda, de liberdade e da localização nas proximidades dos igarapés, dos rios e suas margens. É nesse sentido que eles lamentam e destacam a existência de uma casa na cidade, mas a ausência de

trabalho e do rio, inclusive, sofrendo de doenças psicológicas, como a depressão, em função da ruptura com os seus referenciais de subsistência e de cultura.

É por isso que muitos moradores estão vendendo os seus imóveis e retornando para as proximidades do rio. Além disso, os dados levantados em campo e o contato com os sujeitos mostraram que a falta de oportunidades de trabalho, o aumento dos casos de prostituição, de tráfico de drogas e o pouco cuidado na realocação da população aumentou significativamente os casos de violência urbana na cidade.

Para finalizar essa questão das contradições e dos conflitos analisa-se o trecho da entrevista de Patrícia Guerra, que trabalha na Defensoria Pública de Altamira e acompanhou parte do processo de implantação do empreendimento hidrelétrico ao lado dos atingidos. Dessa forma, é relatado como a população diversificada da Volta Grande do rio Xingu, e, também, da rodovia Transamazônica, é impactada pelo complexo hidrelétrico de Belo Monte, sobretudo em Altamira, por conta do grande fluxo migratório direcionado à região.

É um contexto de muitas incertezas, ameaças e expropriações que se traduzem numa situação de morte, mas, igualmente, em possibilidades de erupção de uma diversidade de sujeitos (indígenas, ribeirinhos, oleiros) em defesa de seus territórios comuns, cujas apropriações e usos são referenciados pelos igarapés urbanos, pelo rio Xingu e pela floresta amazônica. Trata-se de um processo que mobilizou populações dos municípios de Altamira, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, os protagonistas dos valores de uso dos recursos regionais que não ganhavam destaque até o momento da vinda do grande empreendimento e da imposição de sua territorialização hegemônica. Isso os levou a se organizarem coletivamente em defesa dos territórios comuns na região, pois em sua cultura e em seu espaço vivido são encontrados traços de referências linguísticas e da *imago mundi* que possuem da mata, dos rios, dos igarapés; elementos que se manifestam em práticas insurgentes.

Por fim, pode-se perceber como os territórios comuns e os usos/apropriações socioespaciais narradas definem, na cidade de Altamira e na Volta Grande do rio Xingu, um outro tempo, uma outra forma de relação sociedade-natureza mais intimista e cadenciada, que acaba por configurar os sujeitos dos rios, ou seja, uma diversidade de populações que têm nas águas e na floresta amazônica um comum, um referencial de vida e de apropriação coletiva, de sobrevivência, de história, numa práxis que se traduz em uma bandeira de luta regional.

Quadro 09 – Marabá: contradições, conflitos e a produção de territórios comuns

Elementos de contradição e conflito	Sujeitos	Trecho da entrevista
Dificuldades de subsistência, obtenção de renda (diminuição do pescado) e degradação ambiental	José Edilson Gama	“Olha, tu falou numa aí, que essa, pra mim, no nosso ponto de vista, nós pescadores, foi o maior problema que nós já tivemos no nosso rio foi a construção da barragem de Tucuruí. Porque ela não levou em consideração a fauna aquática, que é o peixe, e cortou o fluxo migratório. Diminuiu a quantidade de reprodução tendo em vista que alagou uma grande parte das matas ribeirinhas, ciliar. Não tiraram a madeira toda e isso tem provocado, ao longo dos anos, muita morte de peixe. E como não houve mais aquele fluxo migratório de peixe e tá havendo a diminuição da reprodução, o peixe tá diminuindo a sua piscosidade.” (Morador da cidade, 64 anos, representante de associação [colônia de pescadores], entrevista realizada em abril de 2010).
Espoliação dos territórios e dificuldades de reprodução das condições de vida	Edmilson Silva	“Mudou muito! Muito! Muito! Inclusive os ribeirinhos que tinham as suas propriedades de 30 anos, 40 anos, que veio de avô passando pra filho. E esses filhos já tiveram filhos e já tiveram netos. Hoje, com a barragem mudou-se aquelas propriedades. As pessoas, umas foram remanejadas pra alguns locais e outras foram injustiçadas, como até hoje nunca acharam um local mais [adequado] pra morar. Então, com a barragem, que houve a inundação, desapropriou esse pessoal e hoje traz uma grande consequência. Como é que eu posso dizer? O habitar dele natural era lá no mato, no ribeirinho, sobrevivendo da pesca, né?! Então, com essa situação de inundar, eles o que? Vieram pra cidade onde tá causando caos porque não é a praia deles, eles se sentem um peixe fora d’água na cidade. Então, mudou nesse aspecto. Muito! Muito! E hoje isso tá trazendo uma grande repercussão negativa pra esses ribeirinhos, porque até hoje a Eletronorte nunca indenizou esse povo.” (Morador da cidade, 60 anos, ex-barqueiro e vigilante, entrevista realizada em maio de 2012).
Dificuldades de reprodução das condições de vida	Carlos Alberto Aras	“Elas mudaram totalmente a função da margem, da beira do rio, né?! Um exemplo típico disso é a ponte sobre o rio Itacaiúnas, que antigamente a gente passava de balsa, uns carros passavam de balsa e as pessoas usavam as canoinhas que curiosamente existem até hoje. Ainda algumas, né, mas eram muitas canoas, eram cem canoas de cada um passando (...). A gente passava da Velha Marabá pra Cidade Nova numas canoinhas. Então, aquele movimento que havia ali, o comércio que havia ali, os canoeiros que ganhavam a vida, isso acabou! Então, um exemplo bem, assim, bem pontual, mas de uma mudança drástica que houve. Então, toda aquela cultura, né?! De andar na canoa, do linguajar do canoeiro, aquela coisa tudo, isso aí desapareceu! Porque hoje tem meia dúzia de canoas que ainda são usadas por algumas pessoas, mas é uma coisa mínima comparado com o que tinha antigamente. Uma coisa, as estradas também, porque as estradas, elas acabaram deslocando... Antes, como tudo era pelo rio. A parte mais importante da cidade era à margem do rio, porque tudo era no rio: as notícias, o comércio, tudo! As relações sociais, tudo era no rio! Mas quando isso se deslocou pra estrada, então, o rio deixou de ter aquela importância, né?! E aí foi se deslocando mais pro centro, mais pra dentro, continente. Aí a margem do rio foi ficando, foi sendo à margem, ficou à margem.” (Morador de Marabá [zona rural], 61 anos, representante do poder público [Casa da Cultura], entrevista realizada em maio de 2012).

Espoliação dos territórios e dificuldades de reprodução das condições de vida	Fábio Feitosa	<p>“Aí é a questão como tá a vida hoje nossa após a desapropriação, né?! É, quem recebeu a indenização tá bom! Melhorou 100 por cento a situação! Agora a situação feita que tá, como eu fico triste até hoje e tô triste. É, os filhos dos oleiros, os filhos dos moradores da Vila Socó, né?! Muitos estão entrando para a prostituição, moças que trabalhavam nas olarias e estudavam de manhã. Aquelas que não estudavam de manhã, trabalhavam até meio dia e de meio dia pra tarde ia pra escola. Estudavam de manhã e de meio dia pra tarde iam pras olarias. Moças, rapazes, todos trabalhavam, né, viviam do trabalho. Com a retirada teve um grande esquecimento do poder público, no caso, crianças, moças, os rapazes. As moças estão se prostituindo, que trabalhavam desde criança. Que vamos supor, eu sou morador, oleiro desde 1999, conheço muito a vila. E como presidente da comissão de moradores da vila Socó, conheço a situação. Os pais que receberam 25 mil compraram casa, outros compraram carro e moto, outros compraram caminhão, mas e as crianças que trabalhavam? Que foram esquecidas pelo poder público? Que a única sobrevivência, o único serviço que eles trabalhavam era oleiro, de empilhar tijolo, de carregar tijolo, de fazer tijolo. Esses então... As moças entraram para a prostituição, estão vendendo drogas, né?! Vendendo drogas! Tem uns que até... 2 que já estão presos, estão no presídio. Pode não ser traficante, mais estão lá no bairro Bela Vista vivendo de que? Que não tem outra condição, que o poder público esqueceu deles, que não sabiam fazer outra atividade. Tanto o Estado, como o governo federal, principalmente o município que se comprometeu a qualificar esses jovens, os oleiros, os moradores; não fizeram isso e não tem outra situação. Estão vendendo drogas lá pra ganhar 1 real, 2 reais, estão sendo usados pelos traficantes no bairro Bela Vista. Isso aí tá triste essa situação.” (Morador da cidade, 33 anos, oleiro e representante de associação, entrevista realizada em maio de 2012).</p>
Dificuldades de reprodução das condições de vida e violência urbana	Ivete Marques	<p>“Estudava! Aí casei muito cedo, tive filhas, meu marido começou a trabalhar e aí eu fiquei em casa mesmo, mas a convivência aqui antes era bem melhor, não tinha tanta violência como tem hoje. E as casas eram bem simples, de madeira, não tinha saneamento básico, e o chão mesmo era de barro. As nossas casas eram bem próximas mesmo do rio, que era na ribanceira, né?! Aí depois com o tempo veio o projeto, mas era bem melhor. Só que as nossas casas eram bem pequexinhas, era de madeira, bem humilde mesmo, mas era bem melhor do que hoje, né?! [...] é, mais pra quem vive de pesca, prejudicou muito as pessoas que vivem de pesca, né?! Que têm moradores que vivem de pesca. Por causa que, aqui no projeto, quando eles mostraram pra gente a maquete, tinha muita rampa, muita rampa mesmo! E quando entregaram o projeto não tinha nenhuma rampa! E aí prejudicou muito! Porque os pescadores daqui tem de ir para o outro lado do rio, na ‘orla’ [Sebastião Miranda]. Pra deixar essas canoas pra lá, rabetas, muitas vezes são roubadas, soltas. Aí descem e não recuperam mais, isso é prejuízo pra eles! Aí ficou muito chato! Porque quem vive de pesca, e aí como é que ficou? Ficou muito ruim pra eles! Pra mim não, que eu não vivia de pescaria e nem vivo, né?! Mas pra eles sim! A gente tem que ver o outro lado das pessoas também.” (Moradora da cidade, 31 anos, doméstica, entrevista realizada em março de 2019).</p>
Insegurança sobre a permanência no território	Santino Oliveira	<p>“É importante porque aqui a gente já tá na beira do rio, né?! Quem mexe com pesca tem de morar próximo do rio mesmo. Por conta disso que a gente tem o barco, a gente precisa sair para os rios. É por isso que a gente mora aqui, e melhor ainda por causa do sossego. E hoje, por causa desse problema dessa hidrelétrica que vem aí, já tá muito deixando a gente, assim, preocupado. Pra onde que vamos? O que</p>

		vai fazer dessa profissão de pescador? Sair pra cidade? Ninguém sabe como é que vai ficar.” (Morador da vila Espírito Santo, 55 anos, pescador, entrevista realizada em maio de 2012).
Insegurança sobre a permanência no território	Valdemar Rodrigues	“O que eu gostaria de saber deles era o seguinte, por que eles não vêm e falam a verdade pra gente ‘olha, a barragem vai sair tal tempo’, assim, ‘mês tal vocês já não vão estar aqui mais’. Porque a maioria do pessoal vive da pesca, né?! O pessoal, a maioria não têm profissão. Como é que um cara desse... O cara vem faz uma barragem aqui, aí o cara vai sair daqui. Aí vem o cara, que nem eu conheço que tem família que tem 70 anos que mora aqui, nunca foram, não sabem, só vão na rua pra resolver alguma coisa. Aí um cara desse vai morar lá na rua, levar 5, 6 filhos, 10 filhos lá. Nenhum não tem profissão! Vivem da pesca aqui, então, só porque o cara quer fazer uma barragem aí, ele não tá nem aí pro problema de ninguém. Não sabe vir fazer uma entrevista com alguém. Ó, falar ‘o que que você tá precisando?’, ‘vamos formar, botar um pessoal desse num colégio, na universidade’. Não tem essas questões, eles só querem fazer a barragem deles e pronto! Dane-se! Aconteça o que acontecer! Não tão nem aí com quem vai passar fome lá na rua porque a mixarizinha que eles vão dar por cada barraquinho desse aí não dá pro cara sobreviver. Nem comprar um terreno aí na rua não, hoje em dia tudo é caro aí na rua, você sabe que a sobrevivência na rua é pesada, né?!” (Morador da vila Espírito Santo, 30 anos, autônomo, representante de movimento social e de associação, entrevista realizada em maio de 2012).
Insegurança sobre a permanência no território e luta pela manutenção dos vínculos comunitários	Francisca Meneses	“A preocupação da comunidade, de ser uma comunidade histórica. Que a gente costuma dizer que são várias famílias que formam uma só família. E a preocupação era ‘como seria a nossa vida a partir de agora? Para onde íamos? Como ia continuar a nossa vida aqui de ribeirão, quem é acostumado com a pesca, com a lavoura, o turismo’, né?! Então, era muita preocupação! Porque tem pessoas aqui que nasceu na comunidade, que sabe se chegar só até ali na saída, né?! E aí essa é uma preocupação muito grande. Como seria, se realmente os nossos direitos, as nossas histórias, tudo que construímos aqui. As nossas terras... Será que realmente a gente teria de volta toda a nossa riqueza? Todo os nossos festejos? A nossa cultura (...). Então, essa era uma preocupação muito grande da comunidade e do MAB, realmente eles tão junto, né?! De tá junto justamente por esse solo, porque a gente sabe que tem pessoas que realmente teve, conseguiram sair, mas que tem outras que realmente, que os seus direitos não foram reconhecidos, valorizados, como que era. Ou seja, ocorreram perdas diante das consequências. Sabemos que traz benefícios? Traz! Mas também pra nós, que vivemos aqui, digamos, toda nossa vida, a gente realmente ficava, né, ‘como seria a nossa vida a partir de agora?’. Então, esse é o objetivo, pra entender quais as formas que seria melhor? Se é realmente o remanejamento da comunidade? Pra que permanecesse todo mundo juntos, né?! Ou como que seria? Então, esse era o trabalho do movimento, nessa conscientização. De como nós íamos permanecer unidos pra lutar pelo direito coletivo.” (Moradora da vila Espírito Santo, 40 anos, doméstica e representante de movimento social, entrevista realizada em março de 2019).

Fonte: entrevistas realizadas em trabalho de campo em Marabá, em abril de 2010, abril/maio de 2012 e março de 2019.

Elaboração: Michel de Melo Lima, 2020.

A cidade de Marabá, os rios Tocantins e Itacaiúnas e o seu entorno municipal foram objetos de intervenções diretamente ligadas ao processo de modernização do espaço da Amazônia. É quando ganha contornos a inserção das rodovias como o principal modal de circulação regional, a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí (ALMEIDA, 2008; ROCHA, 2008) e de duas pontes na cidade (rodoferroviária [sobre rio Tocantins] e rodoviária [sobre o rio Itacaiúnas]), assim como ocorre a ascensão de Marabá ao nível de cidade média regional, em função de sua forte centralidade econômica e política (TRINDADE JR., 2011), e, por fim, dão-se mudanças infraestruturais relacionadas aos melhoramentos do espaço de orla da cidade, que, de uma maneira geral, objetivam torná-lo mais atrativo, sobretudo do ponto de vista turístico, do lazer e dos negócios (LIMA, 2013, 2016).

Assim, o processo de aproveitamento capitalista dos rios e dos espaços subsidiados por suas águas em Marabá, acabou, em grande parte, por privilegiar a inserção de formas mais modernas, com intensificação dos fluxos de capitais mais dinâmicos nesse espaço. Uma territorialização hegemônica (HAESBAERT, 2014) que acabou por negar características próprias do lugar, como a sua ligação/interação multidimensional (econômica em pequena escala, funcional e simbólico-cultural) com os rios Tocantins e Itacaiúnas e com a floresta (LIMA; TRINDADE JR., 2017).

A referida negação engendrou contradições e, em alguns momentos, conflitos de territorialidades (hegemônicas e contra-hegemônicas) de contornos barulhentos e silenciosos, associados ao desenvolvimento do capitalismo na região e à transformação dos principais espaços de contato imediato entre a terra e a água – os referenciais de vida de grande parte da população que mora na orla da cidade – em locais de realização de negócios. Isto é, do “novo” (moderno e capitalista) que exclui o “velho” (a territorialidade ribeirinha e as diversas apropriações comuns).

É a partir deste embate que se destaca o quadro 09, cujas informações permitem entender os pormenores desse processo que se materializou na vida de diversos sujeitos que habitam à região.

A fala do membro da colônia de pescadores, José Edilson Gama, elenca os problemas ocasionados pela degradação ambiental produzida no contexto da construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, em específico, destaca a poluição gerada pela matéria orgânica que ficou submersa. Para ele, a barragem também “não levou em consideração a fauna aquática, que é o peixe, e cortou o fluxo migratório” do

pescado no rio Tocantins. Além disso, é narrado como a reprodução da ictiofauna foi prejudicada pelo alagamento de grande parte das matas ciliares no processo de formação do lago reservatório da grande obra em referência.

O trecho da entrevista citada é representativo dos impactos da UHE de Tucuruí, no rio Tocantins e em suas margens, sobretudo no sentido de chamar a atenção para a complexidade das principais transformações socioespaciais pelas quais passou a relação cidade-rio em Marabá. Assim, como destaca Marin e Trindade (2009), pescadores, marisqueiros e barqueiros sofrem até hoje as consequências da diminuição dos recursos da ictiofauna, ocasionadas pelas alterações do regime hidrológico do rio Tocantins.

A construção da usina hidrelétrica de Tucuruí ocorreu no contexto de inserção da região em um novo patamar econômico, moderno, em detrimento das atividades locais tradicionais de diversos sujeitos (ALMEIDA, 2009). Dessa forma, no trecho entre os municípios de Marabá e São João do Araguaia, as condições de trabalho daqueles que faziam usos – pesca, transporte fluvial e comércio de produtos nos portos – do rio Tocantins e de suas margens foram profundamente afetadas pela construção desse grande projeto, principalmente porque depois da sua implantação não foi mantido o nível das águas adequado à reprodução dos peixes (MARIN; TRINDADE, 2009). Além disso, esse empreendimento ergueu uma barreira artificial que ainda hoje dificulta o desenvolvimento de atividades ligadas à circulação fluvial de pequeno e médio porte, mesmo após a construção das eclusas da usina, que se encontram subutilizadas.

Também é importante destacar que o barramento do rio Tocantins, além de “sepultar” boa parte dos trechos encachoeirados (atrativos turísticos) existentes, teve como consequência a perda de toda uma sociabilidade regional ligada às águas. Assim, a diversidade e a quantidade de viagens de barco de Marabá até Belém (e vice-versa), e todo o comércio e troca de experiências que eram realizados nos pequenos e improvisados portos ao longo do rio, praticamente, extinguiram-se (LIMA, 2013).

Para Edmilson Silva, que trabalhou como barqueiro durante muito tempo de sua vida, o processo de espoliação dos territórios ocasionado pela construção da barragem provocou grandes mudanças na reprodução da vida dos ribeirinhos, cujas propriedades iam de “avô passando pra filho”; estes que tiveram netos e herdaram os

territórios. A espoliação atingiu famílias que moravam ou desenvolviam algum tipo de atividade no rio Tocantins, expulsando essas populações para cidades próximas, o que acabou por lhes tirar, nas palavras do entrevistado, “o habitar natural”, no “mato”, assim como por torná-los verdadeiros “peixes fora d’água”. Desta maneira, impactou negativamente diversos sujeitos, provocando uma drástica mudança em suas vidas, que anteriormente estava muito mais ligada ao tempo lento dos rios e da floresta, do que estava assentada nas relações contratuais de trabalho (MARTINS, 2008) e no tempo rápido das cidades.

Carlos Alberto Aras, que trabalhou por muitos anos na Casa da Cultura de Marabá, fala como ocorreu uma mudança de função na margem dos rios, sobretudo após a construção das pontes sobre os rios Tocantins e Itacaiúnas, obras que diminuiriam significativamente a importância do transporte fluvial local, principalmente após a desativação das rampas onde atracavam as balsas que faziam a ligação entre os núcleos Marabá Pioneira, Cidade Nova e Nova Marabá.

A inserção destes objetos espaciais (SANTOS, 2008) alterou significativamente a relação local de Marabá com as águas, principalmente a partir do redirecionamento dos fluxos de mercadorias e de pessoas que antes se desenvolvia via rio, sendo que, no período recente, este movimento ocorre mais através das pontes e das estradas, formas que possibilitam deslocamentos mais rápidos e com menos custos de transporte. Por outro lado, esse processo ocasionou dificuldades na reprodução social de muitos marabaenses, de seus hábitos e de sua cultura ligada aos rios.

É este processo que está destacado no relato do sujeito, pois a concentração de pessoas proporcionava toda uma sociabilidade ligada às águas, principalmente por conta da constante interação da população com os comerciantes locais (donos de bares e pequenas mercearias), os pescadores, os barqueiros, os canoeiros etc., sujeitos que cotidianamente difundiam suas histórias e estórias às pessoas que circulavam pela cidade. Tal dinâmica praticamente desapareceu após a inserção das estradas, das pontes e da intensificação do processo de modernização regional.

Para o oleiro Fábio Feitosa, que é representante da Associação dos Moradores da vila Socó, a espoliação do território de sua comunidade, na orla do rio Itacaiúnas, provocou toda uma desestruturação das atividades de subsistência e de obtenção de renda locais, sobretudo para os mais jovens, os filhos dos trabalhadores da comunidade.

A espoliação do território da Vila Socó está relacionada ao processo de duplicação da ponte sobre o rio Itacaiúnas, uma obra que desalojou mais de 90 famílias⁹⁸ no final da década de 2000. A comunidade era o espaço de referência de vida da população, que tirava o seu sustento de atividades pesqueiras e da produção de tijolos e telhas nas olarias. Tratava-se de um local que, apesar das precárias condições de infraestrutura (casas de madeira, palafitas, palhoças), proporcionava às famílias um meio de sobrevivência econômica autônoma. A área ocupada pela população não era regularizada, pois, na maioria dos casos, os terrenos não tinham títulos e eram passíveis de intervenção pública, o que de fato acabou ocorrendo (MARABÁ, 2011; LIMA, 2013).

O relato do oleiro demonstra como houve uma desestruturação no modo de vida destes sujeitos, sobretudo em relação aos mais jovens e que tinham na produção realizada nas olarias o seu principal meio de trabalho e de obtenção de renda. Assim, a falta de cuidado e de acompanhamento da situação por parte do poder público, principalmente a ausência de uma realocação que permitisse a reprodução adequada dos meios e do modo de vida dos oleiros, levou, notadamente, ao aumento de casos de prostituição, assim como de venda e de consumo de drogas por uma parte da população da vila.

A falta de atenção às vivências ribeirinhas, isto é, a ausência do reconhecimento do modo de vida dos sujeitos e de suas apropriações dos rios Tocantins e Itacaiúnas e suas margens, parece ser o *modus operandi* do processo de modernização que se dá nos espaços de orla da cidade. É, de certa maneira,

⁹⁸ Por conta dos interesses de melhorias no tráfego urbano da cidade de Marabá, diversas famílias foram desalojadas para que houvesse a duplicação da ponte sobre o rio Itacaiúnas. Esse processo se deu por intermédio de acordo extrajudicial com a prefeitura municipal, que previa diversas medidas compensatórias, tais como: I) construção de 97 casas populares no bairro Bela Vista (no núcleo Cidade Nova), no prazo máximo de 3 meses; II) destinação dessas áreas também para a implantação de posto de saúde, escola e posto de policiamento; III) repasse de 300 reais mensais para cada família cadastrada, que seria entregue diretamente para o pagamento de aluguéis das moradias provisórias; IV) desocupação da área da vila Socó imediatamente após o pagamento da primeira parcela dos aluguéis; V) preservação dos materiais das moradias, que seriam entregues aos respectivos moradores; VI) durante o período de transição, seria viabilizado o transporte dos filhos dos moradores até as escolas próximas; VII) absorção da mão de obra dos moradores que tivessem interesse de trabalhar nas obras de duplicação da rodovia Transamazônica; VIII) construção de uma cooperativa de moradores na área destinada ao projeto de duplicação, mediante a aquisição do material de construção pelos cooperados e participação do município com a disponibilização de mão de obra. Ademais, houve muitos problemas que levaram ao atraso na liberação das casas, principalmente por conta de empecilhos como a não liberação – por questões jurídicas – da área pretendida para a realocação da população. Em face disso, foi oferecida uma indenização no valor de 20 mil reais para as famílias, assim como a doação de uma casa do Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal (MARABÁ, 2011).

concordando com este raciocínio, que Ivete Marques, uma moradora do Residencial Itacaiúnas, destaca algumas mudanças na rotina dos sujeitos ligados ao rio, sobretudo após a realização de obras do PAC, no espaço de orla da cidade.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cabelo Seco foi uma iniciativa do governo federal com o apoio do governo municipal. Iniciado em 2008, o PAC Cabelo Seco teve por objetivo desenvolver ações de melhoria habitacional e de cunho social (construção de 80 casas para famílias que moram na orla, criação de praças, quadras de esporte, playground) com vistas à redução das desigualdades e estímulo ao desenvolvimento econômico compatível com a preservação ambiental e cultural. Tudo isso aliado a tentativas de efetivação da participação popular (PARÁ, 2007; LIMA; TRINDADE JR., 2017).

É partindo dessa premissa que a moradora destaca alguns problemas existentes no residencial, sobretudo após a finalização de suas obras – nos anos de 2013 e 2014 –, que estão relacionados ao pouco cuidado no estabelecimento de formas-conteúdo que contemplassem os ribeirinhos, os barqueiros e os demais moradores que vivem da pesca. Tais sujeitos tiveram a sua reprodução social comprometida, pois o seu acesso, seja ao rio, seja às suas embarcações, foram dificultados pela ausência da construção de rampas de acesso às águas no projeto final que foi entregue aos moradores. Soma-se a isso a intensificação da violência urbana, ocasionada pelo roubo das canoas, rabetas e pelo crescimento nos casos de assaltos e tráfico de drogas; estes últimos, ocasionados pelo aumento na circulação de pessoas “não originais” nesses espaços do núcleo pioneiro, indivíduos que também acabaram adquirindo uma casa no residencial.

A quebra de vínculos com os rios e a floresta faz parte de uma territorialidade hegemônica (HAESBAERT), moderno-empresarial, que está cada vez tomando de assalto e dominando o espaço de orla da cidade (LIMA, 2013, 2016). É nesse sentido que se destacam as melhorias infraestruturais (de proteção das margens dos rios, com construção de calçadão e cais de arrimo) ocorridas na orla Sebastião Miranda. Nela, estão concentrados os serviços e o comércio ligados ao consumo de amenidades naturais (dos rios, da localização beira-rio, da proximidade com a floresta), ao turismo e ao lazer. De todo modo, de maneira contraditória, os trapiches, rampas e portos existentes ainda proporcionam a continuidade do uso comum do rio para parte dos moradores. Assim, o turismo, o empreendedorismo e o consumo no/do

espaço da orla (co)existem, cotidianamente, com o uso do rio enquanto meio de subsistência e de obtenção de renda (pesca, circulação fluvial de pequeno porte etc.), com práticas de uso doméstico das águas (lavagem de roupas, louças etc.), de consumo improdutivo (o banho de rio, as rodas de conversa dos moradores, o passeio de canoa) e com a permanência do referencial simbólico-cultural ribeirinho de uma diversidade de sujeitos.

Sobre essa tendência de consumo no/do espaço, tendo por base a análise da teoria do espaço socialmente produzido de Lefèbvre, Gottdiener (2010) destaca que:

[...] além de haver um espaço de consumo ou, quanto a isso, um espaço como área de impacto para o consumo coletivo, há também o consumo de espaço, ou o próprio espaço como objeto de consumo. Isso pode ser ilustrado pelo turismo, em que o próprio meio ambiente é consumido através da recreação, ou pela realocização de negócios devido a atratividades naturais. Assim, o próprio design espacial pode ser convertido em mercadoria, juntamente com a terra, algo que arquitetos, planejadores de cidade e turistas conheceram por algum tempo. Desse modo, as relações sócio-espaciais impregnam o modo de produção ao mesmo tempo como produtor e produto, relação e objeto, numa maneira dialética que se opõe à redução a preocupações de classe ou de território (GOTTDIENER, 2010, p. 129).

Assim, no espaço de orla manifesta-se uma tensão, que parece pender para o lado da territorialidade hegemônica (HAESBAERT, 2014), já que atualmente o impulso modernizador ganhou mais um reforço, pois o muro de arrimo foi estendido por todo o contorno do pontal, no núcleo pioneiro, onde também está ocorrendo a construção de uma estrutura voltada para a contemplação dos rios – um mirante – (foto 32). De acordo com o representante da Associação de Moradores do Cabelo Seco, a obra em comento desalojou 8 famílias, que estão recebendo aluguel de 500 reais. Posteriormente, eles voltarão aos seus imóveis, que serão reconstruídos.

O processo e/ou tendência hegemônica também está presente em outros espaços ligados ao rio, que, ao terem suas localizações e amenidades naturais valorizadas, também acabam tendo, aos poucos, suas vivências ribeirinhas drenadas pela iniciativa empreendedora e modernizante. É o que pôde ser verificado na comunidade Geladinho, um território de pescadores, barqueiros e agricultores, cuja paisagem ribeirinha (casas simples, de madeira e alvenaria, com quintais que dão acesso ao rio Tocantins) aos poucos é alterada pela presença de lanchonetes, bares, peixarias e por locais direcionados ao estacionamento de veículos da população consumidora (foto 33).



Foto 32 – Novas obras de contenção das margens dos rios Tocantins e Itacaiúnas: na confluência dos rios, a nova intervenção do poder público, iniciada no ano de 2018 (e com previsão de término para o final do ano de 2020), é uma parceria entre a prefeitura municipal e o governo federal (Ministério do Desenvolvimento Regional) em mais uma tentativa de melhorar a estrutura urbana local, valorizando ainda mais o espaço de orla do ponto de vista turístico e comercial. Foto: Michel de Melo Lima (junho de 2019).



Foto 33 – Moradia ribeirinha e peixaria na comunidade Geladinho: de antiga comunidade ribeirinha na margem direita do rio Tocantins, o Geladinho cada vez mais se consolida como uma espécie de balneário visitado por segmentos da população que dispõe de um maior poder aquisitivo, sobretudo após a pavimentação da estrada que dava acesso à comunidade. Isso desencadeou o processo de substituição da população e da moradia original por pequenos comércios, bares e restaurantes. Foto: Michel de Melo Lima (março de 2019).

Em outro prisma desse processo de produção do espaço amazônico ligado aos rios e suas margens, o cercamento e as tentativas de espoliação dos territórios comuns também produzem movimentos contrários assentados em (re)afirmações de protagonismos sociais locais e regionais, mobilizações políticas e movimentos de defesa dos espaços que referenciam apropriações e identidades coletivas animadas pelas águas. É o caso dos relatos de alguns sujeitos entrevistados, que estão diretamente relacionados ao processo de “sondagem”, de elaboração de estudos e de debates sobre o projeto da hidrelétrica de Marabá.

A hidrelétrica de Marabá constitui-se uma obra prevista no contexto do Programa Grande Carajás, mas que somente no ano de 2001 ganhou mais força com o início do processo de coleta de dados com o objetivo de elaboração de Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental do empreendimento. Os estudos foram realizados pela CNEC Engenharia, empresa que, no ano de 2005, foi incorporada ao Consórcio Camargo Corrêa. Este, em conjunto com a Eletronorte, atuou no sentido de operacionalizar o empreendimento, que teria um custo total de 2 bilhões de dólares e uma capacidade de produção de 2.160 MW de energia (MARIN; TRINDADE, 2009; SILVA; SANTOS FILHO, 2015).

De acordo com Silva e Santos Filho (2015), os dados divulgados na época pela Eletronorte, na Câmara Municipal de Marabá, destacavam que seriam atingidas 7.888 pessoas, somando populações urbanas e rurais em três Estados, que teriam parte de seus territórios inundados (1.115 km²), são eles: Marabá, São João do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia e Palestina do Pará (todos no Estado do Pará); Esperantina, São Sebastião do Tocantins, Araguatins, Ananás e Buriti do Tocantins (pertencentes ao Estado do Tocantins); e São Pedro de Água Branca e Vila Nova dos Martírios (municípios do Estado do Maranhão).

Dessa forma, o projeto de construção da hidrelétrica interferiria na vida de populações urbanas e rurais ligadas ao rio Tocantins (moradores de assentamentos rurais, indígenas, ribeirinhos, populações de bairros situados na faixa de orla da cidade de Marabá etc.), produzindo um espaço de relações específicas com cada uma destas categoriais. De todo modo, foi a partir das mobilizações dos sujeitos que se evidenciaram resistências e foi observada uma aceitação menos positiva da obra nas negociações com a Eletronorte, com as empresas de consultoria e com as construtoras (MARIN; TRINDADE, 2009).

É nesse contexto que Santino Oliveira, pescador e morador da vila Espírito Santo (espaço onde seria erguido o canteiro de obras e a barragem da UHE de Marabá), relata a sua preocupação e insegurança em relação à permanência da população em seu território comum.

De maneira complementar e de certa forma dramática, Valdemar Rodrigues também narra suas preocupações sobre o destino dos sujeitos que não têm outra profissão, que só vivem da pesca e não dispõem de recursos financeiros para sobreviver em outros lugares. É importante destacar que este sujeito foi representante de associação de moradores, e, nos primeiros anos da década de 2010, atuou conjuntamente com o MAB no sentido de organizar, convocar reuniões e capacitar/empoderar os moradores da comunidade, sobretudo no intuito de constituir um movimento coletivo de resistência e defesa de seu território comum, sempre esclarecendo aos moradores a respeito de seus direitos sociais (LIMA, 2013).

Esse processo de mobilização pode ser constatado na fala de Francisca Meneses, que também é moradora da vila e atuou em conjunto com o MAB na luta contra o empreendimento hidrelétrico de Marabá. Suas principais preocupações estavam assentadas no processo de espoliação de seu território comum, nas dificuldades das condições de reprodução social e na quebra dos vínculos comunitários e simbólico-culturais. Nesse sentido, ela se indagava “como seria a nossa vida a partir de agora? Para onde íamos? Como ia continuar a nossa vida aqui de ribeirão, quem é acostumado com a pesca, com a lavoura, o turismo”. E foram estas preocupações associadas à violência simbólica, a diversas ameaças e ao medo, que fizeram esses sujeitos se levantarem em defesa de seu solo, de seus direitos, de suas vidas, que, em grande intensidade, estão atreladas ao rio e à floresta amazônica.

Sobre a situação da usina, constata-se que

atualmente o projeto é debatido por representantes do Estado, da Eletronorte e da sociedade civil, muito embora tenha perdido ritmo em função da queda nas atividades industriais em Marabá (siderurgia) e da necessidade de adequação infraestrutural do projeto, que não previa a construção de eclusas, tidas como fundamentais para não inviabilizar novamente a navegação no rio Tocantins e, conseqüentemente, impossibilitar a realização de outro grande empreendimento, a Hidrovia Araguaia-Tocantins (LIMA; TRINDADE JR., p. 111).

Como pôde ser observado, as contradições e os conflitos existentes em Marabá são desencadeadas pelo processo de consumo no/do espaço (LEFÈBVRE, 1973, 2013; GOTTIDIENER, 2010), podendo adquirir contornos dramáticos, reverberações

barulhentas ou mesmo uma resistência silenciosa, o que torna de suma importância a sua análise, sobretudo em relação ao avanço da lógica moderno-empresarial que se territorializa hegemonicamente a partir do cercamento dos rios, dos espaços de orla e dos referenciais comuns a eles associados; estes, reveladores de uma grande diversidade de sujeitos. E são estes grupos (oleiros, pescadores, agricultores, barqueiros, comerciantes de pequeno porte, trabalhadores assalariados diversos, feirantes, vendedores ambulantes etc.) que, de diferentes maneiras, produzem uma territorialidade coletiva, insurgente e contra-hegemônica nos espaços ligados aos rios em Marabá.

Assim, a análise das três realidades também permite perceber como as cidades são os pontos de obtenção de objetos de consumo e de toda sorte de interações, de mobilizações, de serviços e utensílios indispensáveis à vida na Amazônia. Dessa forma, é na cidade e nos territórios comuns que os sujeitos se reconhecem e lutam para manutenção desse vínculo multidimensional com os rios e a floresta, os referenciais que permeiam o seu ir e vir cotidiano, os seus lugares no/do mundo no sentido destacado por Carlos (1996).

E é diante do processo modernizante, hegemônico e ameaçador, como os empreendimentos capitalistas citados, que os sujeitos se colocam, unem-se e articulam-se coletivamente com os movimentos sociais para fechar uma estrada, ocupar um canteiro de obras, participar de audiências públicas etc., exigindo, dessa maneira, que suas demandas sejam aceitas e suas vozes sejam ouvidas. Para eles, o rio e os territórios a eles vinculados configuram espaços de uso comum, onde se faz presente um recurso coletivo essencial, e que, em razão dessa condição, se territorializam como sujeitos a eles pertencentes a partir de uma forma específica de apropriação.

Também, por conta de suas trajetórias passadas, presentes e futuras, de suas apropriações assentadas nos valores de uso (LEFÈBVRE, 2006, 2013), os rios e os demais territórios comuns projetam-se como uma contradição ao desenvolvimento do capital e ao processo de modernização capitalista. Por fim, o movimento de levantar-se em defesa de seus espaços comuns, de reprodução simples, de moradia, de subsistência e de referencial simbólico-cultural, representa o surgimento de um princípio político e organizativo em nível regional associado à importância dos rios e dos territórios entrelaçados às suas águas.

***CAPÍTULO IV – O público, o privado e os territórios
de uso comum em realidades amazônicas em
transformação***

Que pra nós, de acordo com a cultura dos povos do Xingu, da Amazônia principalmente, para nós o modelo era um modelo de envolvimento. É nesse modelo de envolvimento das culturas, do modo de produzir, de viver é que nós, que é uma luta para essa origem das comunidades, que elas terem a pertença do seu modo de vida, de cultura, de produzir. Desse modo de envolvimento, e excluir totalmente da sua leitura, da sua cultura hoje imposta pelos colonizadores desenvolvimentistas. Introduzir nas suas culturas os seus moldes, essa palavra que realmente é originária, que é o envolvimento dos seus modos de vida, e da produção e de viver dos povos.

Antônia Melo da Silva

4.1. A esfera pública, a esfera privada e o princípio do comum: dimensões da atividade humana

No quarto e último capítulo deste trabalho é desenvolvida uma discussão, no âmbito do capitalismo contemporâneo e da razão neoliberal, sobre as diferenças existentes entre a esfera pública (a vida dedicada aos assuntos políticos, o debate entre iguais, o poder público, a opinião pública), a esfera privada (a intimidade, a reprodução familiar, a propriedade exclusiva, o cálculo e a maximização de lucros capitalistas, o empreendedorismo e a lógica da concorrência) e comum (esfera de interesse da coletividade, da política descentralizada, dos fóruns deliberativos, da [co]presença e das [co]responsabilidades) da atividade humana, no sentido de subsidiar o detalhamento da leitura crítica do processo modernizante e empreendedor que ocorreu nas realidades em análise.

A ideia central é fazer uma distinção, inicialmente teórica, e, posteriormente, prático-empírica, dessas esferas da atividade humana e dos resultados de seu relacionamento no processo de produção dos territórios de uso comum regionais.

É nesse sentido que se chama a atenção para Tucuruí, Altamira e Marabá, cidades que exercem importantes centralidades nos seus respectivos contextos amazônicos, situando-se nos corredores hídricos, logísticos e florestais supervalorizados do ponto de vista do consumo no/do espaço regional. O referido processo está assentado na territorialização hegemônico-capitalista que é acompanhada por diversos estranhamentos, tensões, espoliações, conflitos sociais e pelo aparecimento de diversos movimentos de insurgências à ordem vigente, que aproxima o público e o privado através de diversas parcerias diretas e indiretas manifestadas na região.

Por conta disso, neste capítulo também serão sumarizadas as principais ações e intervenções que ocorreram e/ou estão previstas para as três realidades estudadas na pesquisa. O objetivo dessa especificação é abordar criticamente como estes projetos e iniciativas público e privadas, que foram pensadas e implementadas por meio de um mesmo discurso de “benfeitorias coletivas” essenciais e de “interesses maiores da nação” – os catalizadores necessários ao tão propagandeado desenvolvimento regional –, acabaram se traduzindo em grandes empreendimentos e em ações modernizantes que pouco consideraram os usos dos rios (circulação

fluvial de pequeno e médio porte, consumo e uso doméstico das águas, pesca, amenidades naturais etc.) e dos recursos florestais, assim como negligenciaram práticas simbólico-culturais e a produção histórica e/ou socioespacial de territórios comuns por parte da população local e regional.

Para iniciar o debate, é condição *sine qua non* precisar, sucintamente, os sentidos originais, a atualidade do debate e as diferenças entre os elementos do tripé aqui considerado (a esfera pública, a esfera privada e o princípio do comum), notadamente para entender a sua participação e o seu alcance/potencial emancipatório no âmbito do processo de produção do espaço amazônico.

Nesse sentido, aponta-se o debate empreendido por Arendt (2010). Para ela, as “coisas” – o natural e o socialmente construído – e os homens/mulheres, em conjunto, constituem o ambiente de cada uma das atividades humanas, que só tem sentido ao levar-se em consideração uma localização (um referencial espacial). Assim, o meio ambiente ou, como se prefere denominar, o meio socioespacial, o mundo como o conhecemos, não existiria sem a atividade humana (ação) que o produziu, que o estabeleceu através de determinadas formas de organização, como no caso da constituição de corpos políticos e de deliberações coletivas.

A relação especial entre a ação humana e a vida no sentido público (ação política) e privado remonta ao período grego, no qual a capacidade humana de organização política não apenas difere, mas é diretamente oposta a essa “associação natural” cujo centro é constituído pela intimidade da casa e da família.

Dessa forma, o surgimento da cidade-Estado grega significou que o homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios políticos* (público). Os cidadãos⁹⁹ pertenciam a duas ordens de existência e havia uma grande diferença entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*) (ARENDR, 2010).

Assim, na Grécia antiga, o ser político, o viver numa *polis* significava que as coisas eram decididas mediante o emprego de palavras e do processo de persuasão, e não através da força e da violência. Dessa maneira, o forçar alguém por meio de força ou violência, ordenar ao invés de persuadir, eram considerados modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da *pólis* e características do lar

⁹⁹ A condição de cidadãos na Grécia antiga excluía segmentos da população, que eram os escravos, as crianças, as mulheres, os comerciantes, os artesãos e os estrangeiros (HABERMAS, 1984).

e da vida em família. Na referida situação, o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos sobre os membros de seu lar (ARENDDT, 2010).

Embora a incompreensão e o equacionamento das esferas política e social sejam tão antigos quanto a tradução latina de termos gregos e sua adaptação ao pensamento romano-cristão, a confusão tornou-se muito maior no uso moderno e na moderna concepção da sociedade. A distinção entre as esferas privada e pública da vida corresponde aos domínios da família e da política, que existiram como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-Estado; mas a eclosão da esfera social, que estritamente não era nem privada nem pública, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincide com a eclosão da era moderna e que encontrou sua forma política no Estado-Nação (ARENDDT, 2010, p. 33).

O que interessa dessa discussão para o presente trabalho é a dificuldade de compreensão da divisão decisiva existente entre os domínios público e privado. O entendimento sobre esse assunto é complexo¹⁰⁰, pois comumente se vê o conjunto de povos e de comunidades políticas como uma família cujos assuntos diários devem ser zelados por uma gigantesca administração doméstica coletiva em âmbito nacional. O que se chama de sociedade aparece, então, como um conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem uma única massa (familiar) sobre-humana, e a sua forma política de organização é denominada “nação” (ARENDDT, 2010).

No entanto, o poder pré-político com o qual o chefe do lar governava a família e seus escravos, e que era tido como necessário porque o homem é um “animal social” antes de ser “animal político”, nada tem em comum com o caótico “estado de natureza” de cuja violência, segundo o pensamento político do século XVII, os homens só poderiam escapar se estabelecessem um governo que, por meio de um monopólio do poder e da violência, abolisse a “guerra de todos contra todos” por “mantê-los todos atemorizados”. Pelo contrário, todo o conceito de governar e do ser governado, do governo e do poder no sentido em que os concebemos, bem como a ordem regulada que os acompanha, eram tidos como pré-políticos, pertencentes antes à esfera privada, mais que à esfera pública (ARENDDT, 2010, p. 38).

O que se quer dizer com isso é que o desaparecimento da separação entre os domínios do lar e da política é algo essencialmente moderno. Assim, permaneceu a distinção entre o público e o privado que existia na idade média, muito embora essa

¹⁰⁰ É possível que o surgimento da cidade-Estado e do domínio público tenha ocorrido às custas do domínio privado (família e lar). No entanto, a antiga “santidade do lar”, muito mais presente na Grécia clássica do que na Roma antiga, jamais perdeu-se totalmente. O que impediu a *pólis* de violar as vidas privadas de seus cidadãos e a fez ver como sagrados os limites de cada propriedade não foi o “respeito” pela propriedade privada tal como ela é concebida como propriedade capitalista, mas sim o fato de que, sem possuir uma casa, um homem não podia participar dos assuntos do mundo porque não tinha nele lugar algum que fosse propriamente seu (ARENDDT, 2010).

relação tivesse perdido muito de sua importância após a queda do Império Romano¹⁰¹, pois foi a igreja católica que ofereceu aos homens um substituto para a cidadania¹⁰² antes outorgada exclusivamente pelo governo municipal (ARENDR, 2010).

Posteriormente, a relação público-privado assumiu outros contornos, muito mais sinuosos, notadamente com o advento da formação do Estado-nação e a constituição da “sociedade”, dimensão que acabou por turvar a antiga fronteira entre o privado e o político, alterando o significado dos dois termos e a sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão (ARENDR, 2010).

O surgimento da “sociedade” indica que vários grupos sociais foram absorvidos por uma entidade massiva. A partir do surgimento da sociedade de massas, o domínio do social atingiu, depois de séculos de desenvolvimento, o ponto em que abrange, administra e controla todos os membros de uma determinada comunidade¹⁰³. A vitória da sociedade no mundo moderno é apenas o reconhecimento político e jurídico do fato de que o domínio da sociedade (a homogeneização da população, a apatia política e a negação da pluralidade) conquistou o domínio público (agora de exclusividade do poder público instituído, do Estado e de seus representantes), e que a distinção e a diferença social tornaram-se privados, manifestados na esfera da intimidade, que passou a ser mais valorizada.

Ao tentar entender a produção de uma esfera pública num viés mais sociológico, Habermas (1984) elabora uma outra sistematização de categorias que também dialogam com o tema abordado nesta seção da tese. Na sua visão, o público se coloca em contraponto às sociedades fechadas. Originalmente, ele é a dimensão do acesso, da discussão, do debate, de estar diante dos iguais (cidadania grega), da coletividade.

Atualmente, o Estado (poder público moderno) possui o atributo de ser público, de administrar o processo de reprodução socioeconômica e de promover o bem

¹⁰¹ Para os romanos, a dimensão privada (o interior da intimidade) consistia naquela que possibilitava “se esquivar” temporariamente dos assuntos da *res pública* (coisa pública) (ARENDR, 2010).

¹⁰² A elevação dos signos religiosos e do privado (esfera da família cristã) ao público provocou a absorção de todas as atividades para a esfera do lar, inclusive o próprio domínio público. É nesse sentido que se produz uma situação social majoritariamente de caráter não-público, religioso (intimista) e apolítico no medievo (ARENDR, 2010).

¹⁰³ A ascensão do domínio do social coincidiu historicamente com a transformação do interesse privado pela propriedade privada em uma preocupação pública. Tão logo ingressou no domínio público, a sociedade assumiu o “disfarce” de uma organização de proprietários que, ao invés de requererem o acesso ao domínio público, exigiram dele proteção para o acúmulo de mais riqueza. E neste momento a riqueza social se transforma em capital, cuja principal função seria a de sua reprodução ampliada (ARENDR, 2010).

público aos cidadãos (a dimensão social). Paralelo a isso, a “opinião pública” consiste no parecer público que é reconhecidamente publicizado (divulgado e tornado acessível aos sujeitos) para a coletividade, que, por seu caráter político, pode direcionar, produzir informação, revolta ou até apatia social (HABERMAS, 1984).

Assim, o modelo grego da relação público-privado partilha de uma força normativa e ideológica que perdura *mutatis mutandis* até os nossos dias. Inicialmente, ao longo da idade média foram transmitidas categorias de público e privado nas definições de direito romano, por meio da esfera pública como *res pública* (“coisa pública”), passando a ter uma efetiva aplicação jurídica com o surgimento do Estado moderno (poder público) e com a esfera da sociedade civil separada dele. É quando estes são subvertidos e utilizados como evidência política e para institucionalização jurídica no sentido específico de uma esfera pública burguesa (os espaços de decisão elitizados que aos poucos vão sendo gestados ao longo dos séculos XVII e XVIII) (HABERMAS, 1984).

A esfera pública com atuação política passa a ter o status normativo de um órgão de automediação da sociedade burguesa com um poder estatal que corresponda às suas necessidades. O pressuposto social dessa esfera pública “desenvolvida” é um mercado tendencialmente liberado, que faz da troca na esfera da reprodução social, à medida do possível, um assunto particular de pessoas privadas entre si, completando assim, finalmente, a privatização da sociedade burguesa. De ela se estabelecer como setor privado, sob o absolutismo, só se podia falar inicialmente no sentido privativo, de que as relações sociais iriam despir o seu caráter quase público; as funções políticas, jurídicas e administrativas foram reunidas no poder público. “Privado” era o setor separado dessa esfera pública, mas de algum modo já no sentido de uma liberação de regulamentação pela autoridade; ela só surge como um setor regulamentado mercantilisticamente. Por outro lado, o “sistema unificante” do mercantilismo também já coloca o começo de uma privatização do processo de reprodução no sentido positivo: que este se desenvolva pouco a pouco autonomamente, bem de acordo com as próprias leis do mercado. Pois à medida que a imposição do modo de produção capitalista é feita de cima, as relações sociais são mediadas pelas relações de troca. Com a ampliação e a liberação dessa esfera do mercado, os donos de mercadoria ganham autonomia privada: o sentido positivo de “privado” constitui-se sobretudo à base da concepção de dispor livremente da propriedade que funcione capitalisticamente (HABERMAS, 1984, p. 93-94).

Para Habermas (1984), os fundamentos sociais da relação público-privada estão atualmente se diluindo. Dessa maneira, enquanto a sua abrangência se amplia (poder público, opinião pública, serviços públicos), a sua função (esfera do debate, da deliberação, do efetivo posicionamento político) original passa a ter cada vez menos força diante dos interesses privados (em seu sentido atual de propriedade capitalista, exclusiva) e do estabelecimento de regras e aparatos institucionais em favor do

funcionamento do mercado e da acumulação (como os meios de comunicação de massa).

É importante pontuar, no que diz respeito aos comuns e aos processos destacados pelos autores citados, que, muito embora um dos principais sentidos do comum (esfera da participação política, da [co]gestão e da [co]responsabilidade da coletividade) tenha origem na tradição política da democracia grega¹⁰⁴, “por ‘comuns’ se entende primeiramente o conjunto de regras que permitia aos camponeses de uma mesma comunidade o uso coletivo de caminhos, florestas e pastos, segundo o costume” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 102).

Dessa maneira, como foi destacado no capítulo I deste trabalho, os usos comuns ganharam força como uma esfera diferenciada da atividade humana nesse período histórico (feudal) de retração da esfera pública grega e romana, na qual relações de dominação doméstica (co)existiram com os espaços de uso comum assentados em direitos consuetudinários, que eram transmitidos pelos costumes e pela tradição durante o medievo.

É na passagem do século XVII para o século XVIII que os espaços de usos comuns dos sujeitos entram no cerne de grandes debates da sociedade da época, principalmente por conta do avanço dos cercamentos, da consolidação da economia de mercado e da soberania do Estado-nação (poder público) produzirem resultados catastróficos (espoliação de territórios) para segmentos da população mais pobre (servos, camponeses) e que dependiam dos espaços comuns para subsistir (THOMPSON, 1998; POLANYI, 2012).

Nesse contexto, o direito costumeiro e os espaços comuns sofrem o seu *primeiro momento de negação*, notadamente nesse processo de avanço da propriedade privada capitalista. O privado já em sua dimensão exclusivista, calculista,

¹⁰⁴ De um ponto de vista diferente das proposições de Arendt, os autores Dardot e Laval (2017) destacam que na Grécia antiga ocorreu o pleno desenvolvimento e a articulação não só de duas, mas de três esferas/dimensões da atividade humana, quais sejam: a) esfera estritamente privada (do lar ou *oikos*); b) esfera público/privada, que é a da *ágora*, o lugar onde os cidadãos se encontravam, interagindo fora da esfera decisória/política; e c) a esfera pública/pública (*ekklésia*), os espaços deliberativos e dedicados aos assuntos comuns. A diferença maior ficaria entre *ágora* e *ekklésia*, já que há esfera pública na primeira no sentido que se debate com os “outros” (cidadãos), mas esse espaço é ao mesmo tempo privado, uma vez que nenhuma decisão política (legislativa, governamental e judiciária) pode ser tomada ali. A segunda compreende tanto a assembleia do povo (o que possuíam o status de cidadão [o que excluía mulheres, crianças, escravos, comerciantes]) como os governos e tribunais, num sentido público/público de deliberação com os outros, sendo essas decisões reconhecidas pelo poder público da coletividade. Assim, é na esfera da *ekklésia* (de deliberação política) que está um dos principais sentidos do comum adotado neste trabalho.

absoluta de domínio. Destaca-se, também, o Estado, produtor de normas e aparatos institucionais que garantiam o funcionamento do mercado.

Posteriormente, o público (poder público, opinião pública) e o privado continuam sua relação de separação formal, mas de “aproximação” instrumental na figura da democracia de massas e no Estado do bem-estar social¹⁰⁵.

A forma Estado-nação, que se originou das revoluções francesa e americana, acabou por generalizar-se mundialmente, difundindo os fundamentos de uma associação de cidadãos iguais e livres, que governam a si mesmos (HABERMAS, 2001). É o Estado administrativo, um sistema que se diferencia do todo social e que é especializado em decisões que agregam a coletividade. Ele se constitui na forma do direito positivo¹⁰⁶, e busca garantir a autonomia privada e pública numa dialética que articula Estado, sociedade e mercado, e se fundamenta na tarefa de atuar e/ou garantir as condições de vida da coletividade que representa (HABERMAS, 2001).

Assim, a ideia de equilíbrio perpassa pela mediação entre a liberdade de mercado (a “mão invisível”) e as divisões funcionais do trabalho e da sociedade, numa perspectiva de complementaridade, tentando orientar, estimular e combinar os interesses individuais para fazer servir ao bem geral (DARDOT; LAVAL, 2016), muito embora esse “interesse geral” acabe sempre pendendo para o lado de decisões que primem pela continuidade da acumulação capitalista e garantam a predominância da propriedade privada.

Os espaços comuns, nesse contexto da relação público-privada moderna, são novamente “problematizados”, sobretudo no sentido de crítica ao seu acesso e/ou uso coletivo por grandes quantidades de populações e na possibilidade de degradação/esgotamento que tal uso desregulado poderia produzir (HARDIN, 1968). É o *segundo momento de ataque aos comuns*, sejam eles propriedades coletivas ou

¹⁰⁵ O Estado do bem-estar constitui todo um espectro dos trabalhos de organização e prestação de serviços, partindo de políticas de mercado, de trabalho, da saúde, da família, da educação, de proteção da natureza, da urbanização digna e inclusiva, dispondo os bens coletivos e garantindo condições (naturais, sociais e culturais) que protegem a coletividade da decadência e das desigualdades engendradas pelo modo de produção hegemônico. Em tese, possibilita a existência de um espaço público adequado para uma sociedade “civilizada”. Isso porque muitas das bases infraestruturais da vida pública e privada, caso sejam abandonadas exclusivamente à regulação do mercado, estariam ameaçadas de decadência (HABERMAS, 2001).

¹⁰⁶ É o direito racional, produzido por uma coletividade que se reúne com o propósito de conceber de modo recíproco os direitos que são necessários para que se possam regular legitimamente a vida em comum. De maneira geral, emana de uma autoridade soberana, que garante suas normas, a sua legislação e execução. Assim, materializa-se na vontade do legislador, que é promovida pelo direito jurídico, conforme destacam Habermas (2001) e Dardot e Laval (2016).

estatais, sempre em favor do avanço da propriedade capitalista (DARDOT; LAVAL, 2017).

Os debates que se seguiram abordaram justamente essa dimensão da utilização de espaços que dispõem de recursos de uso comum provenientes da relação sociedade-natureza e das possibilidades de regimes de apropriações coletivas para o uso racional e/ou para a manutenção dos recursos comuns (OSTROM, 2000). Por outro lado, o processo de desregulamentação do Estado-nação, a retração das políticas de bem-estar (o que provocou o aumento do desemprego, redução salarial, marginalização social, retrocesso dos direitos trabalhistas etc.) (HABERMAS, 2001) e o avanço do capitalismo de razão neoliberal elevou o que é comum a um outro patamar no seu histórico de embates – o *terceiro momento de ataque* – com o grande capital (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017).

A racionalidade neoliberal, o *modus operandi* do capitalismo contemporâneo, tem como o seu principal fundamento a generalização da concorrência como norma e conduta e a generalização da forma-empresa como modelo de subjetivação social. Essa razão compõe-se como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo da sociedade segundo o princípio universal da concorrência e da ampliação da liberdade de mercado, inclusive, levando em consideração intervenções governamentais (enquadramento normativo e jurídico) desde que estas não entrem o “jogo”, os interesses privados e a potencialização e/ou consolidação do mercado (DARDOT; LAVAL, 2016).

Tudo isso significa o *assalto* mais brutal materializado na tomada da esfera pública e comum por parte da dimensão privada – o homem empresa (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017) –, que definitivamente agora sujeita o poder público, a opinião pública, os espaços públicos e comuns aos interesses do grande capital e de seu biopoder manipulador. É o avanço do direito privado e de suas leis fundamentais, que devem ser garantidas pelo Estado através de uma maior aproximação da esfera público-privada, um direito que prima pelos seguintes elementos: a liberdade de contrato, a inviolabilidade da propriedade e o dever de compensar o outro pelos danos causados. Isso garante a estabilidade das posses, e a transferência destas mediante consentimentos e o cumprimento de promessas.

Por outro lado, é necessário precisar que a dimensão do comum também ganhou força nesse cenário, notadamente através da luta e da atividade prática dos

sujeitos-coletivos como contradição ao avanço do capitalismo (HARVEY, 2013, 2014). Assim, o princípio do comum surge das contestações à ordem atual, designando linhas de frente e as “zonas” de luta onde se dá a transformação de nossas sociedades, traduzindo-se, de maneira geral e aproximada, na instância coletiva de aspirações de movimentos contrários ao capitalismo¹⁰⁷, ao biopoder neoliberal e suas formas de ação, “alimentando” práticas relativas à criação e ao (auto)governo dos comuns (DARDOT; LAVAL, 2017).

Os movimentos e as lutas que reivindicam o comum, e que vimos surgir em diferentes partes do mundo neste início do século XXI, são, ao nossos ver, prefigurações de novas instituições – pela tendência a querer unir forma e conteúdo, meios e objetivo, por desconfiar da delegação a partidos e da representação parlamentar. É incontestável que essa busca de formas de autogoverno é difícil e tateante. Mas a originalidade histórica dessas mobilizações contra as transformações neoliberais das universidades, contra a privatização da água, contra o domínio dos oligopólios e dos Estados sobre a internet, ou contra a apropriação dos espaços públicos pelos poderes privados e estatais, deve-se, sem dúvida alguma, à exigência prática que se impõe aos participantes desses movimentos de não mais separar o ideal democrático que eles perseguem das formas institucional que eles adotam. A política do comum tem como caráter histórico particular combater o capitalismo, rejeitando o comunismo de Estado. O que há de novo nessas insurreições democráticas e nesses movimentos sociais não é, como disseram alguns, a aceção universal de “democracia de mercado”, e sim a recusa em empregar meios tirânicos para atingir fins emancipadores. Mas tudo isso ainda precisa ser inventado ou reinventado. As mobilizações e as insurreições contra a ditadura e o capitalismo neoliberal somente terão alcance histórico rico duradouro se redundarem na invenção de novas instituições, como aconteceu no fim do século XIX e início do século XX. Esse é o desafio capital, na história contemporânea, da práxis instituinte em grande escala (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 481-482).

O comum é um princípio democrático que nega a propriedade privada capitalista e que se aplicaria no plano do direito, do poder, da economia, da cultura, da educação, da proteção social, da história, do espaço e do seu devir. É um

¹⁰⁷ O objetivo deste trabalho não é fazer uma discussão pormenorizada sobre a relação do comum com o comunismo de Estado e os seus embates com o grande capital. Para isso, indica-se como leitura a parte I da obra “Comum: ensaios sobre a revolução no século XXI” e, sobretudo, a obra “A sombra de outubro: a revolução russa e o espectro dos soviets”, de Dardot e Laval (2017, 2018). De todo modo, é importante destacar, no que diz respeito ao comum, que o comunismo de Estado apresenta certa herança da perspectiva saint-simoniana. Trata da passagem do governo dos homens à administração das coisas e à direção de processos de produção. É o comunismo de partido, que, por sua vez, se transformou em um comunismo de Estado assentado num ultracentralismo de poder que nega outras formas de autogoverno e de reprodução social (o que destoa totalmente da perspectiva adotada nesta tese). Assim, a oligarquia central do Partido decidia sobre tudo, na economia, na sociedade (a liberdade de expressão, a vida), num tipo de coletividade onde tudo é comunal: a terra, as fábricas, o trabalho de todos. Isso no sentido de que tudo pertence ao Estado, que “encarnou” a missão revolucionária da classe trabalhadora e o seu desenvolvimento. Este comunismo burocrático de Estado acabou por impedir, progressivamente, a possibilidade do surgimento de outro tipo de sociedade e de outro tipo de comum, menos centralizado e imposto de cima para baixo (DARDOT; LAVAL, 2017, 2018).

enunciado, uma possibilidade que desponta como premissa de uma outra subjetividade que apenas as diversas lutas práticas poderão construir e desenvolver, notadamente a partir de um “agir comum” cooperativo e (co)responsável de suas decisões (DARDOT; LAVAL, 2017).

Essa lógica do agir em comum subverte o privado (em seu sentido capitalista de propriedade exclusiva voltada para a acumulação¹⁰⁸) e o público (o poder público centralizado e parceiro do grande capital, a opinião pública colonizada e os espaços públicos apolíticos e mercadificados).

É assim que o princípio do comum se traduz na exigência da democracia levada ao extremo, isto é, trata-se de formas de autogestão de sujeitos, de grupos e de suas experiências, estas que contestam radicalmente a existência da “expertise política” – o princípio do Estado, seja ele de inspiração burguesa ou mesmo de partidos de esquerda – em todas as suas formas (DARDOT; LAVAL, 2018).

Por fim, é importante destacar que a principal diferença entre a esfera pública e a esfera comum, é que a primeira, por seu sentido originalmente democrático, diz respeito aos usuários, ao coletivo da população, sendo a esfera do encontro, da alteridade e dos consumidores passivos de algo (dos serviços, das regras e das leis, dos espaços públicos). A segunda, a do comum, pressupõe verdadeira mobilização e participação dos usuários que, por conta da (co)gestão e da (co)responsabilidade, transformam-se em sujeitos ativos na produção política e institucional da vida comum (DARDOT; LAVAL, 2017).

¹⁰⁸ A política do comum visa a uma reorganização do socioeconômico e da esfera pública, fazendo do direito de uso coletivo, da (co)gestão e da (co)propriedade o eixo jurídico da transformação social e política, em lugar do princípio da propriedade, do empreendedorismo e da concorrência (DARDOT; LAVAL, 2017).

4.2. Esfera pública, esfera privada e os territórios comuns no contexto amazônico

Ao pensar o contexto brasileiro, Souza (2017) analisa como a esfera pública colonizada¹⁰⁹ e a esfera privada também se colocaram como os parceiros do grande capital, difundindo ideais e protagonizando ações modernizantes assentadas na eterna busca pelo “progresso” e pelo desenvolvimento capitalista, inicialmente, de inspiração europeia e, mais recentemente, com base no modelo norte-americano.

Assim, a reprodução das relações sociais de produção (LEFÈBVRE, 1973), a acumulação primitiva (MARTINS, 2008, 2009) ou por espoliação (HARVEY, 2004) e a produção de aparatos institucionais, legais e subjetivos neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2016) garantem o processo de acumulação capitalista no Brasil, principalmente a partir do avanço de ideais privatizantes, colonizadoras e desenvolvimentistas do grande capital e dos grupos mais privilegiados, seja na esfera social, seja na esfera pública, através do poder público e da opinião pública, com destaque para a diversidade de ações da grande mídia, dos meios de difusão de conhecimento científico, do mercado editorial e para o processo de privatização dos espaços públicos (SOUZA, 2017).

Isso porque as elites econômicas, em parceria com segmentos da classe média (o grupo que mais difunde narrativas vencedoras, ideais meritocráticos e de superioridade moral) acabam transformando os seus interesses de proprietário capitalista num suposto “interesse geral”, coletivo, o mote que aproxima o Estado e o mercado, de maneira a garantir o controle da reprodução social através de relações socioeconômicas que primam pela manutenção de seus privilégios e vantagens associadas ao processo de acumulação do grande capital nacional e internacional (SOUZA, 2017). É dessa forma que se dá o controle da esfera pública pelos segmentos privados, pelos interesses de mercado e pela subjetividade neoliberal no sentido destacado por Dardot e Laval (2016).

¹⁰⁹ A esfera pública brasileira é colonizada pelos ideais desenvolvimentistas e de progresso aproximadamente desde o século XIX, quando são instrumentalizados todo tipo de receita de sucesso pelas lideranças do capitalismo e pelos modelos econômicos difundidos nos países “desenvolvidos”, que se manifestam em diversas estratégias coletivas de convencimento, de coações e de violência física e simbólica aproximando diferentes “versões” do Estado (monarquia, república velha, Estado novo), o mercado e a opinião pública no controle da grande massa da sociedade (SOUZA, 2017).

Assim, o ideal desenvolvimentista, a colonização da esfera pública e as tentativas de controle das camadas populares se fazem presentes no cenário brasileiro, seja no período do Estado desenvolvimentista, que predominou até a década de 1980-90, seja no momento de prevalectimento da razão neoliberal, no final do século XX e nas primeiras duas décadas do século XXI (SENRA, 2009; SOUZA, 2017).

É nesse contexto geral do país que se pensa o processo de modernização ocorrido nas cidades de Tucuruí, Altamira e Marabá, da mesma maneira como se problematiza a relação existente entre as esferas pública, esfera privada e o princípio do comum no âmbito do processo de produção do espaço regional, sobretudo a partir das ações modernizantes e desenvolvimentistas ocorridas na década de 1960.

A trajetória analítica percorrida até este momento do trabalho, notadamente no segundo e no terceiro capítulo da tese, acabou por demonstrar como a produção de espacialidades e de territorialidades comuns, que tem nos rios e em suas margens elementos constituintes e imprescindíveis para a realização da vida, manifesta-se através de uma tríplice dimensão do comum na região amazônica, que é: a) a dos rios e suas margens como recursos fundamentais para uma multiplicidade de usos e apropriações coletivas; b) de elementos de contradição e de produção de conflitos sociais em relação ao desenvolvimento do grande capital; e, por fim c) a defesa dos territórios comuns incorporados como um princípio político organizativo e de lutas de sujeitos amazônicos, sobretudo porque isso significa a manutenção de seus referenciais de vida.

A tríplice dimensão do comum é insurgente e se coloca diante das ações do mercado e da esfera pública colonizada. Dessa forma, para subsidiar essa afirmação, foram organizados quadros com as principais ações/projetos/intervenções de médio e grande porte executadas, pensadas e estimuladas para o espaço regional amazônico, com o destaque para as cidades de Tucuruí, Altamira e Marabá, e, em menor escala, para as suas áreas de influência direta e indireta.

A ideia é precisar como os interesses privados, sobretudo os de mercado, em parceria com a esfera pública colonizada, produzem a destruição das possibilidades de reprodução social de diversos sujeitos amazônidas, restando, para estes, o princípio do comum enquanto a principal esfera de luta sociopolítica e de visibilidade regional.

Quadro 10 – Tucuruí: principais ações e/ou intervenções realizadas e projetadas na cidade e entorno

Obra/Intervenção	Objetivo	Principais funções e resultados	Agentes envolvidos	Situação
Hidrelétrica de Tucuruí	Subsidiar projetos minero-industriais e ofertar energia ao Sistema Interligado Nacional (SIN)	Modernização regional e geração de energia; degradação ambiental; espoliação dos territórios e conflitos socioambientais	Governo Federal (Eletronorte/Eletronorte)	Primeira etapa (1973-1984) e ampliação da potência (1998-2006) concluídas
Eclusas da Usina	Reestabelecer a navegação fluvial de médio e grande porte no curso do rio Tocantins	Operacionalizar a construção da hidrovia; ampliação da área do lago; aumento do número de atingidos; espoliação dos territórios e conflitos sociais	Governo Federal (PAC) e DNIT	Início na década de 1980 e conclusão no ano de 2011
Bairro Nova Matinha	Abrigar moradores que foram deslocados para construção das eclusas	Habitação; realocação problemática dos moradores em função do não cumprimento de acordos firmados e da infraestrutura inacabada	Eletronorte, DNIT e Prefeitura Municipal de Tucuruí.	As obras iniciaram em 2010 e encontram-se paralisadas
Complexo Cultural e “Nova Orla” de Tucuruí	Produção de uma nova área de recreação, lazer e turismo	Espaço de lazer; infraestrutura inacabada; especulação imobiliária e produção de espaços urbanos subutilizados e/ou ociosos	Prefeitura Municipal, Governo do Estado e Eletronorte	Início na década 2010 e encontram-se paralisadas
Reconstrução das pontes sobre os Igarapés Santos e Santana	Revitalização da infraestrutura do cais e construção de duas pontes que se interligam ao espaço de orla da cidade	Conectividade local; transtornos para a população pela interrupção dos fluxos de pessoas, veículos, embarcações e mercadorias	Ministério da Integração Nacional e Prefeitura Municipal.	As obras iniciaram em 2018 e encontram-se paralisadas
Hidrovia Araguaia-Tocantins	Estabelecimento da navegação comercial no trecho da bacia Araguaia-Tocantins	Maximizar o dinamismo econômico; criação de um novo eixo de transporte modal fluvial regional; negação da existência de impactos às populações tradicionais; mobilizações dos atingidos	Governo Federal (DNIT) e Consórcio DTA/O’Martin.	Está em fase de debates e/ou audiências públicas para aprovação e complementação dos estudos (EIA/RIMA)

Fontes: Rocha e Gomes (2002), Magalhães (2007), Rocha (2008), Caderno Nova Cartografia (2014), Novaes e Marin (2015), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (2018), Ministério Público Federal (2019) e levantamentos de campo (ano de 2018 e 2019).

Organização: Michel de Melo Lima, 2020.

O quadro 10 representa o quanto o intento modernizante relacionado aos rios e aos corredores de linha de queda da Amazônia primam pelo consumo no/do espaço regional, um processo que é desencadeado pelo aproveitamento econômico das águas (geração de energia hidrelétrica para dar suporte a atividades industriais) e pelas vantagens logísticas (corredores de exportação de grãos e de minérios) e turísticas associadas ao consumo das amenidades naturais existentes.

Assim, o dinamismo do setor produtivo primário e a sua infraestrutura de suporte (hidrovias, portos e hidrelétricas) são considerados essenciais para a balança comercial brasileira. Em face disso, dá-se a predileção dessas atividades nas políticas públicas, principalmente no âmbito da definição de um modelo de desenvolvimento, seguido pelo Brasil, que tende a “invisibilizar” realidades e outras possibilidades de reprodução social, da mesma maneira como sistematicamente ocorre a anulação dos obstáculos de sua continuidade, sejam eles territoriais, culturais, sociais ou legais (GLASS, 2016).

É nesse sentido que se destaca a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, uma grande obra decorrente da iniciativa do governo federal no período do Estado desenvolvimentista, momento no qual sobressaem-se ações da estatal Eletronorte/Eletronorte no contexto regional. Os impactos dessa hidrelétrica já foram apresentados nas seções anteriores da tese. Por conta disso, neste subcapítulo do trabalho, o foco da análise está na lógica modernizante do Estado e no discurso utilizado para a sua implementação.

O empreendimento foi inicialmente percebido e decodificado pelos sujeitos deslocados a partir de uma lógica desenvolvimentista contida em sua retórica modernizadora, que destacava diversas possibilidades de crescimento econômico da região e, que estava relacionado à necessidade de industrialização, de geração de empregos, de instalação de equipamentos urbanos e serviços (hospitais, escolas, áreas de lazer, transporte público, telecomunicações etc.). Assim, partindo de uma falsa dicotomia entre natureza-sociedade, difundia-se no imaginário dos sujeitos que teriam os seus espaços e territórios comuns impactados, um discurso “benéfico” de transformação coletiva e de bem-estar social que a Eletronorte se propunha a desencadear (MAGALHÃES, 2007).

Assim, em meio aos discursos e promessas, o período da ditadura militar (1964-1985) e do Estado desenvolvimentista que o representou, acabaram

consolidando as bases de iniciativas modernistas violadoras de direitos humanos e de marcos legais¹¹⁰ na região, com destaque para a espoliação de territórios comuns de populações tradicionais, que ocorreu concomitantemente ao processo de degradação ambiental que tomou proporções sem precedentes a partir da construção da usina hidrelétrica de Tucuruí (ROCHA, 2008; GLASS, 2016).

O violento processo de degradação das condições de vida dos espaços comuns, patrocinado pelo Estado e pelo grande capital ávido pelo aproveitamento dos recursos hídricos (hidroelétricos) e naturais (minerais) da região, desconsiderou e ceifou o território de trabalhadores (castanheiros, pescadores, agricultores etc.) e de grupos étnicos (indígenas, quilombolas etc.) diversos, estimulando conflitos e produzindo muito sofrimento social (MAGALHÃES, 2007; ALMEIDA, 2008; ROCHA, 2008; CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014; CRUZ; ROCHA; RIBEIRO, 2018).

¹¹⁰ Para Glass (2016), partindo de marcos legais e tomando como referência a população indígena, são perpetradas diversas violações de direitos de uso de seus territórios pelos grandes empreendimentos do Estado ditatorial. Estas violações, quando não eram cometidas desconsiderando previsões constitucionais de reconhecimento de terras tradicionalmente ocupadas, foram legitimadas pela adoção de procedimentos jurídicos complementares e arbitrários. É o caso da remoção forçada dos indígenas Akrâtikatêjê (Gaviões da Montanha) para a implantação da UHE de Tucuruí, que se deu por meio de uma assinatura forçada de uma Escritura Pública de Cessão e Transferência de Direitos de seu território em favor da Eletronorte. Assim, ações e políticas de arcabouço estatal se manifestaram por meio de um malabarismo legal que fragilizou direitos e produziu um brutal *colonialismo interno* (CASANOVA, 2006) no contexto de Tucuruí.



Foto 34 – Barragem do complexo hidrelétrico de Tucuruí: construção que seccionou o rio Tocantins, afastando-o de uma grande parte da população regional que historicamente fez de suas águas o seu principal referencial de identidade e de reprodução socioespacial comum. Foto: Michel de Melo Lima (novembro de 2019).

Os problemas ocasionados pela usina hidrelétrica tiveram continuidade durante o período de construção de suas eclusas, principalmente para uma parte dos trabalhadores e moradores dos espaços de orla da cidade (pescadores, marisqueiros, barqueiros, carpinteiros etc.) oriundos do bairro Matinha (NOVAES; MARIN, 2015). O referido processo também já foi comentado. De todo modo, é importante ressaltar que os sujeitos foram expulsos de seus espaços de vida comum sob as mesmas ideologias de benefícios¹¹¹ anteriormente empregadas, e, re-territorializados da maneira teorizada por Haesbaert (2009, 2014), num bairro – Nova Matinha (foto 35) – que pouco levou em consideração as vivências, as espacialidades ribeirinhas e os usos comuns dos rios e dos recursos florestais. Tal fato ocasionou um movimento de retorno de uma parte da população para outros espaços da orla mais próximos do rio Tocantins (CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014; NOVAES; MARIN, 2015).

¹¹¹ De acordo com os levantamentos de campo, destaca-se que o processo de remoção se deu em meio ao discurso da inevitabilidade da obra e da promessa de melhoras condições de vida através do estabelecimento de moradias (aproximadamente 320 casas) num bairro que iria apresentar uma infraestrutura mais satisfatória, com iluminação pública, saneamento, vias pavimentadas, escolas etc. O discurso e as pressões motivaram o deslocamento (desterritorialização) de aproximadamente 200 famílias, que acabaram se deparando com um espaço distante do rio e que dispõe de uma infraestrutura urbana precária.



Foto 35 – Infraestrutura inacabada no bairro Nova Matinha: o bairro, que abrigaria a população desalojada em função da construção da eclusa, apresenta muitos problemas infraestruturais: asfaltamento inconcluso nas vias, precariedade de saneamento básico, incompletude de obras (posto de saúde, escolas, creches, centro de reabilitação) que produziram muitos espaços ociosos no local. Foto: Michel de Melo Lima (novembro de 2019).

Diante do atraso das obras e de todos os problemas apresentados, segmentos de moradores (através da associação de bairro) denunciaram, junto ao Ministério Público Federal, o descaso e o descumprimento do Convênio nº 181/2011 firmado pela Eletronorte e o DNIT como medida de compensação social às comunidades atingidas pela construção das eclusas da hidrelétrica. Como resposta aos questionamentos, os sujeitos obtêm transferências de responsabilidades e troca de acusações entre os agentes envolvidos (Eletronorte, DNIT e prefeitura municipal) no que diz respeito ao repasse de recursos (31.000.000,00 de reais) e atribuições infraestruturais e/ou logísticas (urbanização, pavimentação, tratamento de água e esgoto etc.) relacionadas ao bairro (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2019).

Como um agravante deste processo modernizante, ainda foi iniciado, nas proximidades deste bairro, a construção de um complexo cultural edificado em conjunto com a “nova orla” da cidade. De iniciativa da prefeitura municipal de Tucuruí e por meio de uma parceria com o governo do Estado, a intervenção objetivava produzir um novo espaço de lazer, de realização de atividades físicas, de festas e de contemplação do rio Tocantins que pouco potencializa a dimensão ribeirinha local e regional. Ademais, os levantamentos de campo permitiram constatar que atualmente os referidos equipamentos do novo bairro também estão com obras por finalizar (foto 36).

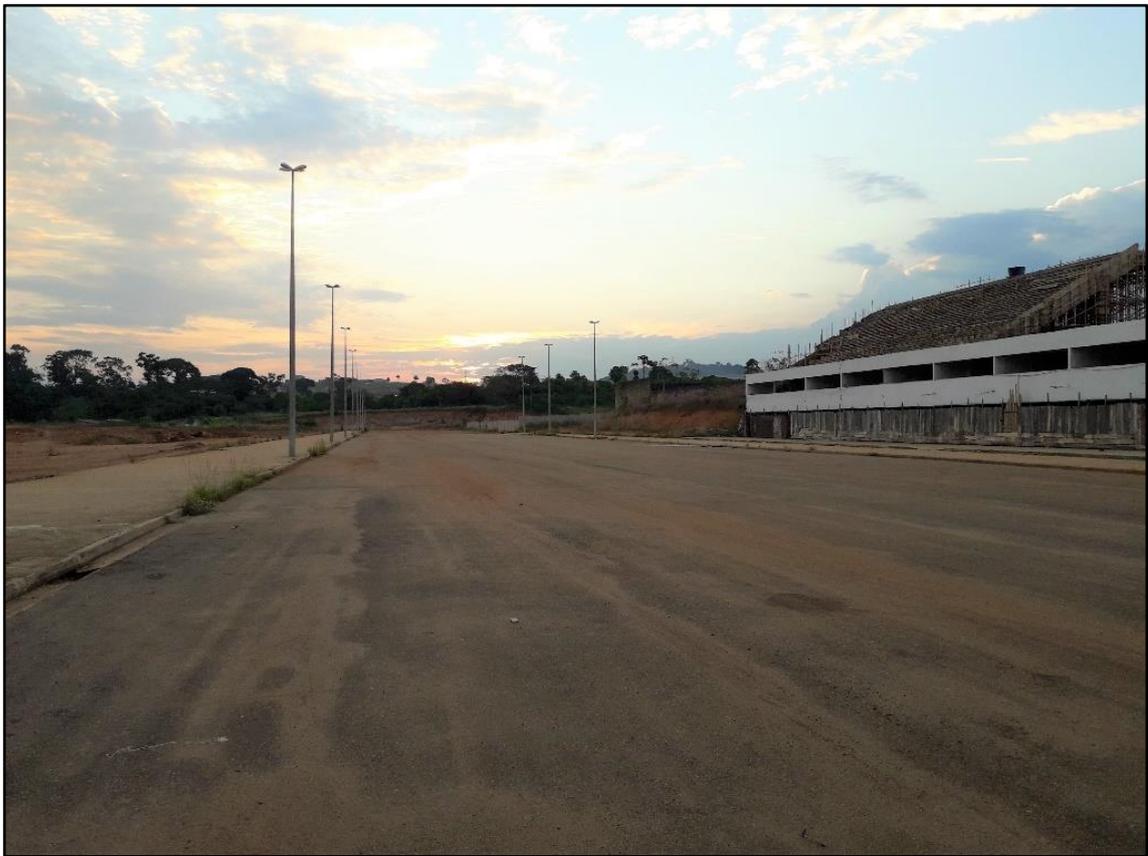


Foto 36 – Infraestrutura de lazer e turismo inacabada no bairro Nova Matinha: diversas obras (sambódromo, quiosques, pavimentação de via beira-rio, praças ao ar livre, ciclovias) que deveriam tornar o bairro uma espécie de espaço-vitrine da cidade, encontram-se inconclusas, causando muitos transtornos para a população local. Foto: Michel de Melo Lima (novembro de 2019).

A reconstrução de duas pontes é outra intervenção realizada pelo poder público municipal e federal, no local de encontro dos igarapés urbanos (Santos e Santana) com o espaço de orla da cidade. Durante os trabalhos de campo, constatou-se que o seu objetivo é reconstruir a infraestrutura de circulação e de turismo local, restabelecendo o fluxo de pessoas, veículos e mercadorias no espaço de orla (um dos principais atrativos turísticos de Tucuruí). Este fluxo se encontra parcialmente interrompido em função do desmoronamento das duas pontes, que ocorreu no ano de 2017, principalmente em função da grande enchente que aumentou conjuntamente o volume de água dos igarapés e do rio Tocantins. De todas as obras citadas, essas são as que menos desconsideraram as vivências ribeirinhas e menos deslocaram moradores. Por outro lado, por conta de sua paralização, a iniciativa acaba causando transtornos para a população local.

Por fim, tem-se a hidrovia Araguaia-Tocantins, obra que abrange a bacia dos rios Araguaia-Tocantins, estes que fazem parte dos Estados de Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará e Goiás. Para o estabelecimento da hidrovia são previstas ações de derrocamento de pedrais, de dragagem do rio Tocantins, de balizamento e de sinalização desta bacia fluvial, intervenções previstas para serem realizadas na montante e na jusante do reservatório da hidrelétrica de Tucuruí (DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, 2018).

Trata-se de uma iniciativa do governo federal, através do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) em parceria com o Consórcio DTA/O'Martin, que é muito celebrada por parte do poder público local de Tucuruí e pelo grande capital associado ao setor de grãos e de exploração mineral. A hidrovia objetiva o estabelecimento pleno da navegação comercial no trecho da bacia Araguaia-Tocantins, com vistas a maximizar o dinamismo econômico através da criação de um novo eixo de transporte modal fluvial regional, com ênfase na circulação das mais variadas cargas, principalmente no escoamento das *commodities* (placas metálicas, soja, carvão mineral, manganês, fertilizantes, ferro gusa e milho) mais representativas, com destaque para as *commodities* provenientes da região Centro-Oeste do Brasil com destino à exportação (LIMA, 2013; LIMA; TRINDADE JR., 2017; DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, 2018).

O avanço e a apresentação do projeto ocorre por meio de calorosos debates em audiências públicas realizadas nos municípios impactados (Marabá, Itupiranga,

Nova Ipixuna, Breu Branco, Tucuruí e Baião, Mocajuba, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Abaetetuba, Muaná, Ponta de Pedras, Barcarena, Jacundá, Novo Repartimento e Goianésia do Pará) pelo empreendimento, principalmente no que tange ao processo de aprovação de seu EIA/RIMA.

Dos principais impactos destacados no EIA/RIMA da hidrovía identificou-se a redução da navegação, a perturbação comportamental, dispersão e perdas na biota aquática (impactos vistos como moderados), a diminuição da atividade produtiva pesqueira (que são considerados impactos moderados e baixos) e a perda de espécies e alterações na dinâmica da fauna aquática (impactos também considerados de moderados para baixos) (DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, 2018).

Dessa forma, em nenhum momento são detalhados os impactos da obra nas populações que têm no rio Tocantins e em suas margens importantes referenciais de valores de uso e de vida comum, o que produziu/produz acaloradas manifestações dos movimentos sociais regionais contra o empreendimento e suscitou a necessidade de revisão de seu EIA/RIMA.

Os dados do quadro 10 confirmam como os interesses privados e de mercado são internalizados pela esfera pública colonizada (SOUZA, 2017), que patrocina ações que acabam por produzir um processo de colonização interna (CASANOVA, 2006) em relação aos sujeitos menos inseridos nos circuitos do grande capital, notadamente a partir de intervenções empreendedoras que estimulam o aproveitamento capitalista dos recursos regionais existentes, seja para a geração de energia hidrelétrica e para o transporte de commodities, seja para o aproveitamento das amenidades naturais (rio, orlas e floresta) ou como um atrativo turístico.

Quadro 11 – Altamira: principais ações e/ou intervenções realizadas e projetadas na cidade e entorno

Obra/Intervenção	Objetivo	Principais funções e resultados	Agentes envolvidos	Situação
Hidrelétrica de Belo Monte	Atender demandas e projeções do Governo Federal de produção de energia, integrando-se ao Sistema Interligado Nacional (SIN)	Modernização regional; mudanças na estrutura urbana de Altamira; diminuição do fluxo de água do rio para a Volta Grande; espoliações de territórios e conflitos socioambientais	Governo Federal, Prefeitura Municipal e Norte Energia S.A. (NESA).	Liberação da licença de instalação em 2011, e início das atividades de operação em 2016
Transferência da População da ADA Urbana e construção dos RUCs	Realocar a população que estava situada na faixa de segurança de até 100 metros acima do nível do mar para novos espaços planejados	Habitação; realocação conturbada; denúncias de irregularidade; “novos bairros” distantes do centro (dos comércios e serviços) da cidade e do rio Xingu; conflitos sociais	Norte Energia S.A. (NESA), Governo Federal e Prefeitura Municipal	Ocorrido entre os anos de 2014 e 2015
Ações de Requalificação Urbana das Áreas Diretamente Atingidas	Estabelecer melhorias na infraestrutura socioambiental e urbana da cidade, a partir da mitigação dos impactos causados pelo enchimento do reservatório da usina	“Reorganização da orla” da cidade; valorização turística, recreativa e comercial; recuperação ambiental dos igarapés urbanos que foram (re)estabelecidos como parques ambientais (áreas verdes e de recreação)	Norte Energia S.A. (NESA) e Prefeitura Municipal	Ocorrido a partir dos anos de 2014-2015
Reassentamento Urbano Coletivo Pedral/Tavaquara	Realocar população deslocada (pescadores, oleiros, ribeirinhos, indígenas) em espaço localizado na margem do rio Xingu	Espaço habitacional indígena e ribeirinho; mobilizações populares e escolha coletiva de um território na margem do rio Xingu	Norte Energia S.A. (NESA), Governo Federal e populações indígenas	Em vias de finalização
Territórios Ribeirinhos	Retorno de parte das populações ribeirinhas para territórios situados no reservatório da usina (municípios de Altamira e Vitória do Xingu)	Acolher adequadamente os sujeitos espoliados; mobilizações populares e conflitos; precariedade de infraestrutura e de assistência por parte do poder público	Norte Energia S. A. (NESA), Governo Federal, Conselho Ribeirinho	Em andamento
Projeto de Mineração Volta Grande	Explorar o potencial mineral existente no subsolo da Volta Grande, principalmente para extração de ouro.	Atividades de mineração em maior escala; degradação ambiental e conflitos sociais	Iniciativa da empresa canadense Belo Sun Mineração Ltda.	Obteve licença de instalação (2017) – atualmente está paralisado

Fontes: Costa (2004), Leme (2009), Altamira (2010, 2011), Norte Energia S.A. (2011), Boletim Cartografia da Cartografia Social (2017), Miranda Neto (2016), Weibermel (2017), Cardoso (2018), Barreto (2019), Ministério Público do Estado do Pará (2019) e levantamentos de campo (ano de 2018 e 2019).

Organização: Michel de Melo Lima, 2020.

Na mesma perspectiva da representatividade das ações modernizantes, o quadro 11 também apresenta uma sistematização que denota a parceria existente entre os interesses privados e de mercado, e a esfera pública colonizada, no âmbito da reprodução das relações sociais de produção na Amazônia – processo a partir do qual os recursos hídricos e florestais são “tomados de assalto” (espoliados) pelas forças produtivas capitalistas e pela razão neoliberal.

Dentre as principais obras/intervenções de grande porte relacionada ao aproveitamento do recurso hídrico na linha de queda do rio Xingu, ganha destaque a usina hidrelétrica de Belo Monte. O empreendimento, que foi estimulado pelo governo federal e construído pelo Consórcio Norte Energia S.A. (NESA) (de 49,98% de composição acionária pertencente ao grupo Eletrobras) foi um dos principais projetos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC).

Os pormenores de seu processo de instalação e os resultados nocivos para a população amazônica já foram detalhados no segundo e terceiro capítulos deste trabalho. Porém, nesta subseção objetiva-se abordar um pouco mais da maneira como este empreendimento se consolidou legal e institucionalmente no espaço regional.

A implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte ocorreu sobre muitos protestos e através de uma inobservância dos regramentos e das legislações socioambientais aplicáveis ao empreendimento, o que pôde ser constatado através dos diversos embates sociais ocorridos entre a empresa e as populações ribeirinhas e indígenas atingidas (WEIBERMEL, 2017; CARDOSO, 2018; BARRETO, 2019) e por meio das diversas ações judiciais, do Ministério Público do Estado do Pará, que se apresentavam contrárias ao prosseguimento da construção da usina (GLASS, 2016).

A lista de irregularidades e as ações perpetradas questionavam o licenciamento do projeto, que apresentou problemas, como destacam Glass (2016) e Barreto (2019), que são: ausência de avaliação ambiental integrada do rio Xingu; nulidade do inventário hidrelétrico e da aprovação do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), que foram considerados incompletos; violação dos princípios de participação popular, da publicidade, da razoabilidade, da finalidade, da motivação, da legalidade; transgressão do direito de informação e participação da população nos processos decisórios sobre o projeto; número pouco representativo de audiências públicas e metodologia inadequada para a sua realização; transgressão do direito de

consulta prévia livre e informada, que está previsto no artigo 231 da Constituição Federal e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (BRASIL, 2004), da qual o Brasil era signatário.

Os problemas identificados chegaram até mesmo a produzir uma contenda internacional, pois

a não realização de consultas aos indígenas ameaçados por Belo Monte tem relevância no contexto da reorientação autoritária do governo brasileiro por ter sido o disparador de uma grave contenda internacional com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Em função da persistente inobservância das exigências legais no processo de licenciamento da obra, da utilização sistemática de manobras do Judiciário contra as imputações do Ministério Público Federal, e diante da virtual impossibilidade de lograr domesticamente a resolução das pendências jurídicas de Belo Monte, em 2010 um grupo de organizações de Direitos Humanos nacionais e internacionais impetrou junto à Comissão Interamericana uma ação para que o Brasil fosse instado a salvaguardar os Direitos Humanos de povos indígenas e outras populações locais, conforme as legislações nacional e internacional. Após análise dos argumentos do governo brasileiro acerca dos méritos das questões apresentadas, em abril de 2011 a Comissão acata as denúncias da sociedade civil e decide recomendar ao Brasil que suspenda imediatamente o processo de licenciamento da hidrelétrica e impeça a realização de qualquer obra material de execução, até que adote uma série de medidas cautelares – em especial, a consulta livre, prévia e informada – que assegurasse os direitos básicos das populações atingidas (GLASS, 2016, p. 418-419).

A reação do governo brasileiro na época (de orientação político-partidária de esquerda) foi a de qualificar as solicitações da Comissão Interamericana como precipitadas e injustificáveis, assim como de convocar a volta ao Brasil do seu representante na Organização dos Estados Americanos, suspendendo o repasse de recursos para essa instituição e, por fim, a de anunciar que a partir de 2012 o Brasil deixaria o órgão (GLASS, 2016).

Dessa forma, a construção de Belo Monte seguiu-se amparada em dois mecanismos profundamente antidemocráticos e que remontam ao período da ditadura militar brasileira, que foram os mecanismos de suspensão de segurança¹¹² e a repressão¹¹³ da população e/ou dos movimentos sociais insatisfeitos com a implantação do empreendimento (GLASS, 2016).

¹¹² Dispositivo que outorga a um presidente de tribunal a prerrogativa de suspender monocraticamente qualquer ação liminar que, independente de seu mérito, acabasse sendo considerada lesiva à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. No ano de 1992, o instrumento foi reeditado para incluir a execução de liminares nas ações movidas contra o poder público e os seus agentes (GLASS, 2016).

¹¹³ A repressão se intensificou a partir de 2013, pelas ações da Força Nacional de Segurança Pública que foi destacada para a região, e por meio de manobras mais “dissimuladas”, como a aplicação de interditos proibitórios a lideranças sociais ou até mesmo por ações de espionagem perpetrada contra os principais movimentos sociais e outros coletivos contrários ao empreendimento (GLASS, 2016).



Foto 37 – Barragem do Sítio Belo Monte: localizada no município de Vitória do Xingu, este grande empreendimento foi alvo de diversas mobilizações da população da Volta Grande do Rio Xingu, principalmente em defesa do valor de uso do rio e de seus territórios comuns. Fonte: Movimento Xingu Vivo Para Sempre (2010).

Assim, o anúncio, a liberação da licença e o início da construção da hidrelétrica percorreram um caminho marcado pela negação da existência de trajetórias, espacialidades e territorialidades comuns na Volta Grande, sobretudo por parte do grande capital e do poder público, em meio a medidas autoritárias, repressivas e diante de diversas manifestações de grupos sociais que, direta e indiretamente, foram atingidos por este empreendimento (foto 37) (COSTA, 2004; ALONSO; CASTRO, 2006; GLASS, 2016; MAGALHÃES, 2017; WEIBERMEL, 2017; CARDOSO, 2018; BARRETO, 2019).

A partir disso, diversas outras mudanças ocorreram na cidade de Altamira, como um produto da reorganização de seu espaço em função da instalação do empreendimento hidrelétrico e das medidas mitigatórias. Em face dessa diversidade de transformações, sobressaem-se: o enchimento do reservatório da usina, a remoção da população cuja moradia estava situada abaixo da cota 100, a construção de canteiro de obras, o surgimento de novos bairros etc.

É nesse contexto que se destaca a construção, pela Norte Energia S.A., em parceria com o poder público local (que daria o suporte nos serviços urbanos existentes: educação, saúde, transporte público etc.), de cinco “novos bairros” (RUCs Jatobá, São Joaquim, Casa Nova, Água Azul e Laranjeiras) planejados no estilo de conjuntos habitacionais. Estes abrigaram grande parte dos segmentos da população que tiveram os seus territórios espoliados pelo empreendimento hidrelétrico.

Tratava-se de uma medida prevista no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e no Projeto Básico Ambiental (PBA) que buscava abrigar a população que foi desterritorializada (16.420 pessoas só na sede do município de Altamira, e 19.242 no total da população municipal), sobretudo os moradores dos espaços de orla e das margens dos 3 igarapés urbanos. A ideia era garantir aos moradores, cujos imóveis fossem afetados na ADA, condições de habitação “superiores” às que tinham antes da construção da hidrelétrica (LEME, 2009; NORTE ENERGIA S. A., 2011). Porém, como já foi destacado no terceiro capítulo da tese, os “novos bairros” estavam distantes do centro de comércio e de serviços da cidade, assim como se situavam a aproximadamente 3 quilômetros de distância do rio Xingu, o que acabou provocando muita insatisfação por parte da população reassentada (WEIBERMEL, 2017; CARDOSO, 2018; BARRETO, 2019).

Também inseridas no Plano de Requalificação Urbana que compõe o Projeto Básico Ambiental da usina, diversas ações de requalificação urbanas das áreas diretamente atingidas também estavam previstas. Foi quando se estabeleceu um conjunto de medidas para os espaços mais afetados pela construção e operação da usina de Belo Monte, vislumbrando impulsionar o processo de modernização da infraestrutura ambiental, social e urbana local (LEME, 2009; NORTE ENERGIA S. A., 2011).

Assim, para a cidade de Altamira, destaca-se o processo de “reorganização” de sua orla, com a reorientação das atividades náuticas, de construção do calçadão, do cais de arrimo e de uma “praia” artificial. É o momento, também, do estabelecimento de equipamentos de lazer e de realização de atividades físicas (praças, quadras de esporte, academias ao ar livre etc.), de festas (anfiteatro e cocha acústica) e do estímulo ao turismo e ao comércio ligado aos bares, aos restaurantes etc. Por sua vez, os três igarapés urbanos (Altamira, Ambé e Panelas) sofreram um processo de recuperação (drenagem, recuperação da vegetação e estabelecimento de áreas jardinadas, construção de pontes, áreas de recreação e lazer), no entorno dos quais foram construídos parques ambientais urbanos (foto 38).

São ações de estímulo ao turismo, ao lazer e ao consumo de amenidades naturais que, em linhas gerais, pendem para o lado contemplativo da vida, destacando-se na paisagem da cidade e conferindo-lhe um ar moderno, pujante, mas que representou, para os segmentos da população de menor poder aquisitivo e que foram deslocados, a negação de sua existência e de sua espacialidade comum, a espoliação dos seus territórios, o fim da sua fonte de renda e o distanciamento de seu principal referencial simbólico-cultural – o rio Xingu.



Foto 38 – Margens do Igarapé Altamira: de responsabilidade da Norte Energia S.A., este espaço, que anteriormente era formado por residências de pecadores, ribeirinhos, oleiros, indígenas etc., transformou-se em uma espécie “parque urbano” que se encontra subutilizado por conta da falta de finalização da infraestrutura paisagística (arborização, quiosques, passarelas, bancos, equipamentos de lazer). Foto: Michel de Melo Lima (junho de 2019).

A referida iniciativa, que acabou se materializando através das ações da Norte Energia S.A., fazia-se presente nos planos do poder público municipal, como se pôde constatar ao analisar o diagnóstico base e o Plano Diretor da cidade. Estes, ao tratarem da qualificação do espaço urbano de Altamira, chamam a atenção para a importância de se configurar/regular o uso da orla do rio Xingu de forma a promover o seu usufruto coletivo, num espaço que se constitui elemento essencial à sobrevivência econômica e cultural da população da cidade e do município (ALTAMIRA, 2010, 2011).

Partindo destes princípios, são apontadas algumas ações estruturantes, tais como: a) criar facilidades de acesso da população ao rio; b) evitar a privatização do solo e a ocorrência de edificações e construções que se constituam em barreiras ao usufruto coletivo do rio; c) incentivar e apoiar a implantação de equipamentos e empreendimentos de lazer e de turismo, tais como parques, restaurantes, bares, espaços para apresentações, hotéis, quadras de esportes e outros; d) incentivar a oferta de transporte fluvial público, integrando a orla urbana e os demais atrativos do município; e) explorar potencialidades turísticas e de lazer do Xingu, tendo em vista sua beleza paisagística e a riqueza da diversidade da ictiofauna; f) promover a desocupação e (re)vegetação das margens dos igarapés; g) criar parques lineares nas Áreas de Preservação Permanente ao longo dos cursos de água das áreas urbanas (ALTAMIRA, 2010, 2011).

Assim, a partir dos trabalhos de campo, das entrevistas realizadas com os sujeitos desterritorializados e da análise da literatura crítica sobre o processo de implantação de Belo Monte, é possível perceber como o discurso e as ações de modernização assentadas no ideal de “usufruto coletivo” previsto no documento e na lei municipal, que foram promiscuamente elaborados em parceria com a Norte Energia S. A., tiveram como resultados o processo de invisibilização e a espoliação dos referenciais de vida (os espaços de uso comum) dos sujeitos que se apropriam coletivamente do rio Xingu e da floresta.

O Reassentamento Urbano Coletivo Pedral/Tavaquara destoa dos outros cinco RUCs por ser um produto do atendimento de uma demanda dos espoliados, sobretudo dos indígenas na cidade (CARDOSO, 2018). O sexto RUC, que é de responsabilidade da Norte Energia S. A. em parceria com o poder público municipal (que também precisa operacionalizar a prestação de serviços públicos locais) e federal, acabou

sendo inserido nas condicionantes do empreendimento hidrelétrico por meio de muita pressão e mobilização popular (WEIBERMEL, 2017; BARRETO, 2019). Por outro lado, os moradores ainda aguardam a finalização da obra por parte da empresa e definições relacionadas ao atendimento de alguns serviços (transporte coletivo, unidade básica de saúde, educação indígena) demandados pela população do bairro.

O retorno para os territórios situados ao longo do lago reservatório da usina de Belo Monte pode ser considerado outra ação relacionada ao processo de organização e luta popular dos sujeitos (ribeirinhos) (BARRETO, 2009), que, em parceria com movimentos sociais (locais e regionais) e instituições como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o Instituto Socioambiental (ISA), o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União, deram visibilidade ao processo de degradação de suas condições de vida e de violação de seus direitos (MAGALHÃES; CUNHA, 2017). Posteriormente, pleitearam e delimitaram três territórios que foram considerados mais adequados para a sua reprodução socioespacial.

De acordo com as visitas de campo e informações coletadas em entrevista realizada na Defensoria Pública de Altamira, destaca-se que o processo de retorno aos territórios ribeirinhos é lento e demorado, envolvendo a emissão de uma Declaração de Utilidade Pública (por parte do governo federal) para a Norte Energia S. A., que prepara essas áreas do entorno do reservatório para os ribeirinhos serem reassentados. Além disso, segundo uma das representantes do Conselho Ribeirinho¹¹⁴, que foi re-territorializada (HAESBAERT, 2009) no município de Vitória do Xingu (comunidade Terra Prometida), existe pouco apoio por parte da empresa e do poder público no sentido de fornecer suporte para a permanência dos ribeirinhos nos novos territórios.

¹¹⁴ O Conselho Ribeirinho consiste em uma organização social legítima que busca o reconhecimento e autoidentificação da sua própria identidade, principalmente no sentido de se inserirem como protagonistas nas decisões (identificação de atingidos e demarcação de territórios propícios ao habitar ribeirinho) que envolvem medidas obrigacionais e mitigadoras relacionadas aos condicionantes da obra da usina hidrelétrica de Belo Monte. É nesse sentido que esses sujeitos passam a dialogar e/ou defender os seus interesses diante de instituições (Ministério Público Federal [MPF], Defensoria Pública de Altamira, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis [IBAMA], Agência Nacional de Energia Elétrica [ANEEL], Norte Energia S.A. etc.) e a sugerir ações nos documentos obrigacionais do empreendimento, como o Plano Básico Ambiental. Segundo dados coletados em campo (entrevistas realizadas junto aos membros do conselho e visita à Defensoria Pública de Altamira), o Conselho Ribeirinho é composto por até 2 representantes (um presidente e um suplente) de cada uma das comunidades que foram atingidas pela hidrelétrica. Ele, que inicialmente era composto por 28 membros, pleiteia o estabelecimento de 3 territórios (com 33.840 hectares) nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu. Por fim, é importante destacar que uma parte dessa população começou a ser reassentada, e outros pedidos de retorno estão em fase de análise pelas instituições competentes (principalmente Ibama, Norte Energia S.A. e Ministério Público Federal).

O projeto minerário da Volta Grande do Rio Xingu está situado no município de Senador José Porfírio, sendo de iniciativa privada da empresa canadense Belo Sun Mineração Ltda. Sobre este empreendimento¹¹⁵, é importante frisar que a chegada de Belo Sun à Volta Grande do Xingu, uma companhia de capital originalmente canadense, conta com amplo suporte do governo do Pará, que lançou, no ano de 2014, um plano estadual de mineração para incentivar a atividade no Estado e respaldar a formulação de políticas voltadas para o setor (GOMES, 2017).

Assim, os representantes de Belo Sun, na defesa do projeto, destacam as possibilidades de geração de emprego e renda na região de Altamira. Porém, este empreendimento de grande porte também é muito contestado pela população local, que sofrerá impactos como o deslocamento de seus territórios e a degradação ambiental proporcionada pela atividade mineradora (GOMES, 2017).

A Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS) foi a responsável por emitir a licença prévia (LP) do empreendimento, em 2014, e a licença de instalação (LI), no ano de 2017. Porém, seguidas decisões da Justiça Federal e Estadual suspenderam a LI e paralisaram o projeto. Isso porque, apesar das atividades estarem sendo licenciadas pelo órgão estadual de meio ambiente, a área de instalação do empreendimento é de dominialidade federal, tratando-se de gleba arrecadada pela União que teria por fim o fomento de atividades de pequenos produtores rurais.

Além disso, é destacado, na ação do Ministério Público Estadual, que não houve qualquer consulta às comunidades indígenas atingidas pelo empreendimento, nos moldes da Convenção 169 da OIT¹¹⁶, ratificada pelo Brasil. O que ocorreu foi apenas uma audiência pública sem a devida informação aos povos indígenas. Dessa

¹¹⁵ A obra física do empreendimento será constituída de aterro sanitário, lagos de contenção de água, barragem de rejeitos, cavas Grota Seca e Ouro Verde, estação de tratamento de efluentes, pilhas de estéril das grotas, planta de beneficiamento, subestação elétrica, alojamentos, vias internas de acesso, posto de abastecimento de combustível e outras estruturas de apoio (GOMES, 2017).

¹¹⁶ A Convenção 169 da OIT foi promulgada pelo Brasil por meio do Decreto Federal 5.051, de 19 de abril de 2004 (BRASIL, 2004) e trata dos direitos dos povos indígenas e tribais, a partir de uma aproximação conceitual do que seriam esses sujeitos. Em linhas gerais, ela consiste num tratado internacional adotado na Conferência Internacional do Trabalho no ano de 1989, representando o consenso sobre os direitos dos povos indígenas e tribais (grupos que têm estilo tradicional, cultura e modo de vida diferente de outros segmentos da população nacional, com diferenças linguísticas, nos costumes, na reprodução econômica, na organização social e nas tradições) dentro do Estado-nação, impondo aos governos a responsabilidade de proteção dos direitos neles consagrados, com o destaque para os territórios dessas populações, que são considerados essenciais para a manutenção de seu modo de vida (BARRETO, 2019). Porém, é importante frisar que atualmente o Brasil, por meio do Decreto Federal 10.088, de 05 de novembro de 2019 (BRASIL, 2019b), revogou sua condição de signatário desse tratado internacional.

forma, diante da ausência de competência e legitimidade do órgão ambiental estadual para conduzir o procedimento, foi solicitado que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) assumisse o licenciamento ambiental do empreendimento, principalmente por conta dos impactos socioambientais locais e regionais produzidos (GOMES, 2017; BARRETO, 2019; MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARÁ, 2019). Atualmente, as atividades em Belo Sun estão paralisadas para realização de consulta aos indígenas como forma de complementação de seus estudos de licenciamento ambiental.

Assim, as obras/intervenções listadas e os seus resultados – sobretudo para a população local/regional invisibilizada, que são sujeitos que têm no rio Xingu e nos territórios animados por suas águas e pela floresta importantes referenciais de existência – reproduzem o processo de colonização interna (CASANOVA, 2006) que permeia não apenas diversas políticas de Estado, a esfera pública colonizada (SOUZA, 2017), mas também uma parcela significativa da sociedade brasileira por meio de ameaças de que haverá faltas (de conforto, do direito de consumir, da perspectiva de acumular ou simplesmente do básico à sobrevivência coletiva) caso não sejam colocadas em práticas esses empreendimentos capitalistas. Afinal, o “desenvolvimento” da nação exige os seus sacrifícios, desde que, obviamente, os cordeiros sejam outros, os considerados “invisíveis”, os “atrasados”, os obstáculos ao crescimento econômico (GLASS, 2016).

É nesse momento conflituoso que a necessidade de sobrevivência, o medo, a privação, e o processo de espoliação encontram o seu contrário, materializado na coragem, na resistência dos moradores; estes que, na pluralidade de suas identidades, deliberam coletivamente e aliam-se aos movimentos sociais locais e regionais, assim como juntam-se com instituições científicas em defesa do rio e de suas margens fluviais, os territórios de uso comum nessa porção do espaço amazônico.

Quadro 12 – Marabá: principais ações e/ou intervenções realizadas e projetadas na cidade e entorno

Obra/Intervenção	Objetivo	Principais funções e resultados	Agentes envolvidos	Situação
Ponte rodoviária sobre o rio Itacaiúnas e sua duplicação	Facilitar o fluxo de pessoas, mercadorias e veículos na cidade de Marabá, criando uma ligação direta, via rodovia, entre o núcleo Cidade Nova e Nova Marabá.	Conectividade local e regional; diminuição da importância da circulação fluvial local; espoliação dos territórios de pescadores e oleiros	Governo Federal (PAC) e Prefeitura Municipal	Construída em 1981 e duplicada no final da década de 2000
Ponte mista (rodoferroviária) de Marabá	Possibilitar o cruzamento ferroviário e rodoviário sobre o rio Tocantins, permitindo o transporte de cargas de minério de ferro de Carajás	Conectividade local e regional; escoamento de minério; diminuição da importância da circulação fluvial local	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER (atual DNIT) e VALE	Finalizada em 1984
Orla Sebastião Miranda	Obra de proteção contra erosão das margens do rio Tocantins e construção do calçadão e cais de arrimo.	Proteção contra enchentes; valorização de serviços e comércio ligados ao turismo, entretenimento e ao lazer; especulação imobiliária e substituição da população original (ribeirinha)	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), em parceria com a Prefeitura Municipal	Finalizada em 2004
Avenida Transmangueira	Aterramento e pavimentação da avenida, um novo eixo de ligação entre a Nova Marabá e a Marabá Pioneira.	Conectividade local; especulação imobiliária e ocupações irregulares da margem da avenida pela população de menor poder aquisitivo	Governo Federal, em parceria com a Prefeitura Municipal	Entregue no ano de 2007
PAC “Cabelo Seco”	Construção do muro de contenção, terraplenagem, regulamentação fundiária, e edificação de 80 unidades habitacionais no bairro Francisco Coelho.	Proteção contra enchentes; melhorias habitacionais; equipamentos de recreação e lazer; ausência de rampas de acesso ao rio Itacaiúnas e negação do vivido ribeirinho	Governo Federal (PAC) e Prefeitura Municipal.	Construções iniciadas em 2008 e concluídas nos anos de 2013 (1ª fase) e 2014 (2ª fase)
Zona de Processamento de Exportação	Instalação de uma Zona de Processamento de Exportação, de um distrito industrial e de portos para o escoamento da produção siderúrgica da cidade e da região.	Estrutura industrial e portuária na margem esquerda do rio Tocantins; escoamento da produção industrial regional; isenção de pagamento de impostos (IPI e IOF).	Governo do Estado, Associação Comercial e Industrial de Marabá e Prefeitura Municipal	É constantemente estimulada a partir do início da década de 2010

Hidrelétrica de Marabá	Dar suporte e/ou estimular o desenvolvimento de atividades industriais na cidade e região	Geração de energia; mobilizações locais e regionais de populações e movimentos sociais em defesa dos seus territórios	Ministério de Minas e Energia, Eletronorte e Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	Estudos de viabilidade retomados na década de 2000 – atualmente está paralisada
Prolongamento do cais nas margens do rio Itacaiúnas e construção de um mirante	Ampliação das obras de infraestrutura portuária e de contenção das margens dos rios Tocantins e Itacaiúnas, e construção de uma estrutura de lazer e contemplação (mirante) no encontro dos rios	Proteção contra enchentes e erosão; continuidade do processo de urbanização do centro histórico da cidade; dinamização econômica e valorização da infraestrutura turística local	Governo Federal (Ministério do Desenvolvimento Regional) e Prefeitura Municipal de Marabá	Início no ano de 2018 e previsão de término no final de 2020

Fontes: Pará (2007), Marabá (2006, 2008, 2018), Marin e Trindade (2009), Brasil (2011), Silva e Santos Filho (2015), Lima e Trindade Jr. (2017) e levantamentos de campo (ano de 2017 e 2019).

Organização: Michel de Melo Lima, 2020.

O processo de modernização que ocorre e/ou projeta-se para os espaços ligados aos rios (Tocantins e Itacaiúnas) em Marabá, permite compreender como existe uma coalizão de forças locais e regionais, privadas e de mercado, que aglutinam comerciantes, proprietários fundiários, promotores imobiliários e grandes empresas, em parceria com a esfera pública colonizada – poder público em diversas escalas, a opinião pública e os espaços públicos mercantilizados –, com o objetivo de tornar os rios e suas margens mais visíveis, vendáveis e competitivos regionalmente, seja do ponto de vista da geração de energia e da circulação fluvial de maior porte, seja na perspectiva de atrativos turísticos, gastronômicos e de lazer (LIMA, 2013, 2016; LIMA; TRINDADE JR., 2017).

Por conta disso, é importante atentar para o tipo de política de desenvolvimento urbano e rural, em diferentes níveis, que se dão sobre esses espaços de usos comuns, assim como para as mudanças que resultaram desse processo de urbanização mercadificante e empreendedor. É nesse sentido que se destaca o quadro 12, no qual são elencadas as principais ações e intervenções pensadas e executadas em Marabá, e que impactam diretamente os rios e suas margens.

A primeira obra destacada é a ponte rodoviária sobre o rio Itacaiúnas, de iniciativa do governo federal. A ponte foi edificada no ano de 1981 com o objetivo principal de facilitar o fluxo de pessoas, mercadorias e veículos, criando uma ligação direta via rodovia entre dois dos principais núcleos de Marabá – Cidade Nova e a Nova Marabá (mapa 04) – através da BR-230 (rodovia Transamazônica).

Ademais, recentemente essa ponte foi duplicada devido ao grande fluxo cotidiano de caminhões, carros e motocicletas e pela importância que a Transamazônica vem ganhando para a circulação de produtos no contexto local e regional. A duplicação provocou um processo de desterritorialização de uma comunidade (vila Socó) que dependia do rio Itacaiúnas (em função do uso doméstico das águas, da pesca, da circulação fluvial) e da produção de tijolos e telhas, na área de olarias localizadas no espaço de orla da cidade, para a sua sobrevivência (MARABÁ, 2011; LIMA, 2013).

A segunda ponte foi construída alguns anos depois (1984), ainda no momento de mudança do principal eixo de circulação local e regional – passagem do modal fluvial para o rodoviário. Assim, a ponte mista rodoferroviária de Marabá é outra intervenção de maior porte realizada com o objetivo de otimizar os mais diversos tipos

de fluxos, consistindo num grande objeto espacial (SANTOS, 2008) (foto 39) que possibilita o cruzamento rodoviário e ferroviário sobre o rio Tocantins, na “altura” da cidade de Marabá, e o transporte diário de cargas de minério de ferro da mina de Carajás.

A construção das duas pontes citadas, a primeira, de iniciativa do governo federal, e a segunda, que se deu por meio de uma parceria deste com a VALE, ocasionaram o redirecionamento dos fluxos de mercadorias, de pessoas e de sociabilidades ribeirinhas urbanas e rurais, que antes se desenvolviam principalmente através do encontro de sujeitos que diariamente singravam os rios Tocantins e Itacaiúnas.

Ainda na perspectiva das transformações, novamente se comenta que, a partir da década de 1990, a orla de Marabá recebe uma maior “atenção” da esfera privada e pública, e isso tanto por parte do governo federal e municipal, quanto por parte de grupos econômicos locais que são detentores de um capital mais dinâmico. É nesse contexto que ocorre as obras de proteção das margens do rio Tocantins e a edificação do principal ponto turístico de Marabá, a orla Sebastião Miranda (foto 40); inclusive, a denominação desse espaço faz referência ao nome de um dos prefeitos de cidade.

De um lado, na orla Sebastião Miranda estão concentrados os principais serviços e comércios ligados ao turismo, ao entretenimento e ao lazer. Por outro lado, nesse espaço também são encontrados equipamentos urbanos (trapiches, rampas de acesso, os pequenos portos etc.) e relações (de solidariedade, de cooperação, de laços de vizinhança) entre sujeitos que proporcionam a continuidade das apropriações comuns dos rios e dos espaços de orla pela população que lá reside.

Além disso, nesse contexto contraditório, é essencial ressaltar que o processo modernizante e empreendedor estimulado pelo poder público e pela esfera privada também teve os seus efeitos negativos no local, como o aumento de casos de prostituição, assaltos, consumo de drogas, vandalismo, especulação imobiliária e até mesmo da substituição da população original, ribeirinha, por segmentos sociais de maior poder aquisitivo da cidade (LIMA, 2013).



Foto 39 – Ponte mista rodoferroviária de Marabá: acima das diversas e coloridas canoas pode-se perceber a ponte de concreto e ferro sobre o rio Tocantins. Por cima da ponte passam, cotidianamente, diversos veículos automotores, além do trem de ferro de Carajás, que segue transportando minério em direção ao porto de Itaquí, no Maranhão. Por outro lado, por baixo dela, deslocam-se os diversos tipos de embarcações de pequeno e médio porte, que animam o espaço da orla da cidade. Foto: Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (setembro de 2010).



Foto 40 – Pôr do sol na orla Sebastião Miranda: concentração de bares, peixarias e restaurantes no núcleo Pioneiro de Marabá, um dos pontos turísticos mais visitados e valorizados da cidade, sobretudo por conta das amenidades naturais, das opções de gastronomia e de lazer existentes. Foto: Michel de Melo Lima (março de 2019).

Ademais, é essencial destacar que houve, através de outra iniciativa do governo federal e municipal, no ano de 2007, a pavimentação da Avenida Transmangueira, uma via situada na margem esquerda do rio Tocantins. A sua construção ocorreu a partir de demandas de criação de um novo eixo de ligação entre dois dos mais dinâmicos e populosos núcleos urbanos da cidade, o núcleo Marabá Pioneira e núcleo Nova Marabá.

O objetivo da via é otimizar os fluxos locais, possibilitando um acesso mais rápido ao mais importante ponto turístico de Marabá, a sua orla fluvial. Porém, um dos resultados da referida obra foi que alguns espaços do núcleo pioneiro, sobretudo uma área de ocupação irregular mais recente da cidade (no bairro Santa Rita), começou a sofrer o processo de substituição de sua população em razão do aumento dos impostos e da especulação imobiliária.

Assim, atualmente, no bairro Santa Rita são adquiridos e “conservados”, por proprietários fundiários¹¹⁷, grandes terrenos vazios à espera de valorização (foto 41). Soma-se a isso o fato de diversas casas de palha, madeira e alvenaria existentes serem, aos poucos, substituídas por modernas náuticas ou comercializados para outros no mercado imobiliário.

¹¹⁷ Os proprietários fundiários são aqueles que atuam no sentido de obter a maior renda fundiária de suas propriedades. É de interesse deles que suas terras tenham o uso que lhes seja o mais remunerador possível (principalmente residencial ou comercial de maior *status*). Pode-se dizer que este tipo de agente está interessado, sobremaneira, no valor de troca da terra e não em seu valor de uso (CORRÊA, 1993).



Foto 41 – Especulação imobiliária na orla de Marabá: dois dos muitos terrenos murados existentes na margem esquerda do rio Tocantins, na Avenida Transmangueira. Quando não estão vazios, os terrenos são “reparados” por moradores/caseiros contratados pelos donos dos imóveis. Foto: Michel de Melo Lima (março de 2019).

É através de uma parceria entre o governo federal e municipal, e por meio do Programa de Aceleração do Crescimento, que ocorreram as obras do PAC-Cabelo Seco, uma intervenção comentada mais detalhadamente no terceiro capítulo deste trabalho. De todo modo, retoma-se que a obra tinha como objetivos principais estabelecer melhorias urbanas, habitacionais e conter as enchentes anuais¹¹⁸ ocorridas na orla cidade de Marabá, em específico, no seu núcleo pioneiro.

A demora na entrega da obra de construção do residencial que abrigaria os moradores deslocados provocou muitos transtornos para a população local, sendo, grande parte deles, pescadores, marisqueiros e barqueiros. Ademais, o residencial, que se apresenta na forma de um conjunto habitacional padrão, acabou sendo construído sem levar em consideração especificidades da moradia ribeirinha dos sujeitos (casas ventiladas com acesso ao rio, espaço para os quintais, criação de animais e reuniões dos moradores) (LIMA; TRINDADE JR., 2017).

O reaquecimento do setor industrial (siderurgia) da cidade é uma vontade antiga do poder público (local e estadual) e da Associação Comercial e Industrial de Marabá (ACIM). É nesse sentido que se sobressaem diversas tentativas de obter apoio e recursos para o estabelecimento de uma Zona de Processamento de Exportação na orla da cidade. O objetivo é aproveitar o minério de ferro fornecido por um bom preço pela Vale, a isenção de impostos e a integração aos fluxos globais mais dinâmicos para verticalizar a produção através da comercialização do aço e de seus derivados, agregando empresas cujas atividades podem ser associadas ao setor, produzindo sinergias e competitividade em nível global (LIMA; TRINDADE JR., 2017).

O empreendimento, que já dispõe até mesmo de uma área na margem esquerda do rio Tocantins, é um sonho antigo do Estado e das elites locais, e, se tiver sua construção iniciada e concluída, necessitará de toda uma infraestrutura logística e portuária para dar suporte ao escoamento da produção das empresas. Diante desse cenário, possivelmente produzirá impactos diretos e indiretos para os grupos que têm

¹¹⁸ As enchentes de Marabá apresentam uma dimensão múltipla. Afora a dimensão da *destruição/perda*, elas também constituem momentos diferenciados que repercutem de forma diversa na vida dos agentes/grupos ligados às águas. Assim, existe a dimensão da *fertilidade*, pois, nos períodos de cheia, ocorre adubação das terras das várzeas e esses espaços ficam mais propícios aos diversos tipos de cultivos; há também a dimensão do *renascimento*, isso porque ao longo da história da cidade, foi durante as grandes cheias que ocorreram melhorias infraestruturais significativas em Marabá; e, por fim, existe a dimensão de *permanência do modo de vida ribeirinho* na orla, pois, por causa do “perigo” natural anual das enchentes, muitos comerciantes e demais grupos empreendedores optam por não desenvolver atividades com medo de que seus investimentos sejam tomados pelas águas (LIMA, 2013).

nos rios e na orla um referencial socioespacial comum, de reprodução econômica simples, de moradia, de cultura e de sobrevivência.

A hidrelétrica projetada para Marabá é outra grande intervenção, que já foi comentada e faz parte do conjunto de projetos hidroelétricos a serem viabilizados durante as primeiras décadas do século XXI. Assim, com vistas à sua ampla difusão e aceitação por parte da população local, é corriqueiramente disseminada pelo Estado e pelo capital privado a ideia de que o estabelecimento da hidrelétrica eliminaria o problema das enchentes anuais em Marabá (MARIN; TRINDADE, 2009; LIMA, 2013).

Porém, é importante destacar que durante o contexto de maior difusão do empreendimento, diversos grupos de identidades diferenciadas, sobretudo ribeirinhos e indígenas que já foram impactados pela hidrelétrica de Tucuruí¹¹⁹, aliaram-se com movimentos sociais e organizações representativas (Movimentos dos Atingidos Por Barragens, Comissão Pastoral da Terra, associações de moradores) que estavam conscientes da dimensão destrutiva da instalação de um projeto hidrelétrico. Estes acabaram por resistir e manifestar suas insatisfações por meio de um certo nível de colaboração política e da proposição de uma categoria que os identifica, que é a de atingidos por barragens. A atuação conjunta produziu ações coletivas em defesa de seus territórios comuns e de suas identidades contra a ameaça da UHE de Marabá (MARIN; TRINDADE, 2009; LIMA, 2013; CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014; SILVA; SANTOS FILHO, 2015; LIMA; TRINDADE JR., 2017).

Por fim, detalha-se mais uma etapa do prolongamento do cais de arrimo nas margens do rio Itacaiúnas (núcleo pioneiro) e a construção de um mirante, um equipamento urbano cuja principal função seria promover a contemplação dos rios e a ampliação do uso turístico da orla. A intervenção, que custará 42.170.000 reais, consiste em uma parceria entre o governo federal (Ministério do Desenvolvimento Regional) e a prefeitura municipal, e sua entrega está prevista para ocorrer no final do ano de 2020. Dessa forma, o referido intento modernizante compõe mais um esforço

¹¹⁹ Refere-se ao deslocamento da Aldeia e Praia dos indígenas “Gaviões da Montanha”, que desapareceu na perspectiva de seu valor de uso, do lugar de viver e de trabalhar dos indígenas, sendo substituída pela UHE-Tucuruí. Assim, o povo indígena Akrâtkatêjê foi expulso de seu território, situado na margem direita do rio Tocantins, no início da década de 1970. Eles foram deslocados, em meio a ameaças e violência física e psicológica, para a Reserva Indígena Mãe Maria, no sudeste paraense (município de Bom Jesus do Tocantins). De acordo com dados obtidos do site da Funai, a reserva, que atualmente dispõe de uma área de 62.488 hectares, está regularizada (MARIN; TRINDADE, 2009; CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014; SILVA; SANTOS FILHO, 2015; FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, 2020).

de continuar o processo de urbanização do centro histórico da cidade (na qual está situado o encontro dos rios), de dinamização econômica e de valorização da infraestrutura turística local.

A análise desenvolvida permite inferir que o uso comum dos rios e de suas margens, elementos essenciais da territorialidade coletiva dos sujeitos, não são priorizados pelas políticas públicas que se manifestam em nível local e regional em Marabá. Assim, percebe-se a existência de um insistente movimento de mercadificação dos rios (de seu potencial energético, lúdico, logístico e turístico) e de espoliação gradativa dos territórios ligados às águas, notadamente a partir da aproximação da esfera pública (colonizada) e privada, e de suas ações voltadas para o aproveitamento capitalista dos recursos regionais.

Os dados apresentados para as três cidades e seus entornos mostram como o processo modernizante da Amazônia, cujo principal marco é a década de 1960, materializa-se no espaço regional em conjunto e/ou com a anuência da esfera pública colonizada, que, em parceria com os interesses privados e de mercado, sempre ressaltam os “benefícios coletivos” da chegada do grande capital e de suas milagrosas obras, seja pela materialização de hidrelétricas, seja pelo estabelecimento de infraestruturas que valorizem economicamente amenidades naturais existentes, ou mesmo por meio do potencial logístico dos corredores de exportação situados nas linhas de queda amazônicas.

Assim, a lógica assentada nas promessas do “novo” e do moderno se faz presente no imaginário da população, sobretudo nas ações dos atuais representantes do poder público local, como se pode constatar a partir dos trechos das entrevistas realizadas junto ao poder público local em Tucuruí, Altamira e Marabá, que estão organizadas no quadro 13.

Quadro 13 – Tucuruí, Altamira e Marabá: reconhecimento de trajetórias e ações pensadas pelo poder público local para os territórios comuns nas sedes municipais

Usos, concepções, ações e projeções	Sujeitos	Trecho da entrevista
Uso turístico e comercial dos territórios e infraestrutura que não potencializa vivências ribeirinhas	Everaldo Batista Melo	“Olha, o que eu tenho conhecimento, a gente percebe que existe aí um projeto, tá?! Para, como eu falei, urbanização dessas margens dos igarapés e a margem também dos rios. A orla, a orla do rio, a orla do lago que pode ser muito bem é... Bem explorado, pela, tanto pela administração pública, quanto também pela iniciativa privada. E isso a gente tem que dar o quê? Incentivo para pessoas que tem essa expertise, que tem esse conhecimento para poder ajudar. Então, a administração pública hoje, nosso papel, em caso de Prefeitura é fomentar essas criatividade, esses investidores para que deem oportunidade a um negócio próprio. Principalmente, na área de turismo, na área de comércio, realização de produtos, hospedagem, essa parte de hotelaria, né?! E também parte de restaurantes, bares, que tem que ser mais explorado no nosso município de Tucuruí.” (representante do poder público [Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico] da <i>cidade de Tucuruí</i> , 45 anos, entrevista realizada em novembro de 2019).
Uso turístico e comercial dos territórios e infraestrutura que não potencializa vivências ribeirinhas	Laís Ramos	“É nossa visão como profissionais da faixa da construção civil, é, como eu te falei inicialmente... O que nós temos hoje, né, como uma interligação com o rio seria mais a questão do nosso cais. A gente tem o nosso cais, que ele, eu não lembro direito agora, a execução dele. A data de execução dele, mas foi, é uma obra que nunca foi feito nenhum tipo de revitalização, né?! Não foi feito nenhuma intervenção nessa área. E então, a princípio nós pensamos numa revitalização, como até então era o que nós tínhamos como orla da cidade, né?! Então, a gente pensou numa revitalização e também, dando continuidade, veio a proposta de uma construção também. A construção de uma nova orla que seria pra parte da Nova Matinha. [...] é, a princípio a gente teria uma área de lazer, né?! É bares, é, quiosques, ciclovias. A via em si, que seria uma via larga, o projeto de uma via larga. E... Isso pegando uma extensão pra futuramente se interligar ao cais existente.” (representante do poder público [Secretaria de Obras] da <i>cidade de Tucuruí</i> , 39 anos, entrevista realizada em novembro de 2019).
Negação da apropriação comum dos territórios	Henrique Jordano	“Pois é, aí então, especificamente para a Secretária Meio Ambiente, esses espaços eles estão mais como uma questão de gestão ambiental, ou seja, a secretaria atualmente hoje, de meio ambiente em Tucuruí, ela atua mais na parte de gestão ambiental desses espaços num foco de fiscalização e educação ambiental. Por quê? Porque hoje em dia, esses espaços eles estão sendo invadidos. Hoje o pessoal até usa um novo termo ‘ocupação’, ninguém gosta de falar ‘invasão’. Eu falo invasão mesmo, porque eu gosto de tá ali criticando mesmo. O pessoal fala de ocupação, eu gosto de falar invasão, porque são espaços públicos e que pertencem ao público. Não para pessoas privadas! E especificamente para a questão da Secretária Municipal de Meio Ambiente, hoje se resume ao quê?! A demandas de fiscalizações, principalmente, por denúncias e reclamações. E a partir de educação ambiental principalmente nessas datas várias que tem de comemorativa em alusão ao meio ambiente. Seja o Dia Mundial do Meio Ambiente, seja o dia que... Qualquer data comemorativa! Então, sempre tem, o pessoal de educação ambiental sempre tá fazendo palestras, teatros, sempre tão fazendo alguma ação dentro dessas áreas. E de modo mais, vou dizer assim, repressivo, a parte

		da fiscalização que apesar de chegarem lá, sempre tarem fazendo primeiro a questão de tarem educando, de tarem informando que ali é uma área que não se podem tarem as pessoas habitando. Mas sempre tem o lado das autuações, por que? Porque essas pessoas insistem em ficar e voltar pra lá, ou seja, a pessoa vai, retira esse pessoal, esse pessoal volta de novo e fica esse ciclo vicioso.” (representante do poder público [Secretaria de Meio Ambiente] da <i>cidade de Tucuruí</i> , 43 anos, entrevista realizada em novembro de 2019).
Uso turístico dos territórios e infraestrutura que não potencializa vivências ribeirinhas e indígenas	Sérgio Moraes Júnior	“A importância dos rios e dos igarapés? Olha, é o acesso mesmo, né?! De forma, por exemplo, nós temos o Igarapé Altamira, né?! O Igarapé Altamira, ele, tem uma parte que ele é navegável. Então, assim, mas não tem, não foi feita infraestrutura, né?! Pra dentro do parque. Por exemplo, nós estamos aqui em frente ao parque, uma Secretaria de Meio Ambiente, nós usamos, nós temos embarcação, só que é a nossa ideia ‘poxa, poderia ter um porto pra SEMAT’. Uma infraestrutura mínima pra sair com a fiscalização. Então, ter alguns pontos, né, onde as pessoas possam ter acesso, pelo parque, para as embarcações também. Não só no rio grande Xingu, que fica mais longe. Então, nessa infraestrutura do igarapé, poderia usar passeio de caiaque, passeio de pedalinho, né, no final da tarde, final de semana. Têm todas essas ideias que nós temos, mas tá faltando a infraestrutura. Mas foi, em outro pondo de vista, em relação aos rios, antigamente era tudo lançado, a rede de esgoto, a água pluvial, era tudo lançado dentro do rio. Hoje não! Só é lançado a água pluvial. Então, foi sim um avanço positivo! Foi uma questão de infraestrutura muito boa! A orla do cais foi reestruturada, né, foi criada a praia, que não tinha antes. Falta alguma infraestrutura, mas tá sendo construída, que são os banheiros para os usuários, rampa de acesso pra deficiente também. É, duas escadarias que tão sendo implementadas, pra fazer... É, ter como atrações, né, festival de verão. Alguma apresentação de música, então, ter uma arquibancada que serve também pra ter uma visibilidade ali bem na orla, bem na praia, né?!” (Representante do poder público [Secretaria de Gestão do Meio Ambiente e Turismo] da <i>cidade de Altamira</i> , 48 anos, entrevista realizada em junho de 2019).
Uso turístico dos territórios	Odette Cruz	“A representação do rio é um símbolo da Amazônia, um dos símbolos da Amazônia são as nossas águas. E pro turismo ele é tido como um produto. Hoje a gente ainda não tem eles como produtos prontos. Ainda são produtos turísticos que o objetivo é vendê-los para a parte do esporte, da aventura, do lazer. E hoje com turismo de base comunitária também na vivência da comunidade como um leito de transporte, um leito de sobrevivência para os ribeirinhos. E como turista chegar até lá através do rio, usufruindo dessa beleza natural. Porque a gente é um produto da natureza, o rio, então, ele tem a sobrevivência dos ribeirinhos que também será futuramente um produto para a gente, o turismo comunitário. E o rio a gente está vendo hoje com uma das maiores possibilidades de atividade turística esportiva com a pesca, com esportes dentro do rio, que infelizmente ainda nós temos esta visão do usufruto maior do lazer... O original mesmo, morador sim. O rio ele também é lazer, como ele era quando eu cheguei aqui, que a gente ia na orla, né?! E a nossa praia era ali. Então, tudo era em função do rio como nosso ponto maior de lazer. Era a orla com o rio, não os quiosques que hoje estão lá, mas era o rio em si. E ele sempre foi fonte de interação da cidade com a natureza. O cais, ele cortou isso para a gente, né?! Mas ainda tem! Então, o turismo, ele vê essa interação do ser humano com a natureza. E os rios para nós hoje, pra mim é o maior símbolo nosso que nós temos é o rio. Eu olho ele como área de lazer, como área de atividade turística do esporte, na pesca esportiva. E, de uma maneira geral, eu acho que é nosso produto maior.” (Representante do poder público [Secretaria de Gestão do Meio Ambiente e Turismo] da <i>cidade de Altamira</i> , 60 anos, entrevista realizada em junho de 2019).

<p>Infraestrutura que não potencializa vivências ribeirinhas e indígenas, espoliação e luta pela continuidade da apropriação comum dos territórios</p>	<p>Kamilla Soares</p>	<p>“Olha, assim, olhando da parte mesmo, física, você pode ver que são bonitos os reassentamentos. Eu observo que eles são muito bonitos! As casas, elas são muito boas! Só que é aquilo que eu te falei, era pra ter trabalhado, antes de trazerem eles pra cá, trabalhar! Verificar o que poderia estar sendo inserido aqui, como projetos, né?! Isso dentro da Norte Energia, porque a prefeitura, ela trabalha com isso, mas a própria Norte Energia, ela tá trabalhando o que que eles faziam, que poderiam tá trazendo pra cá, montando associação, coisas desse tipo. Porque, assim, estrutura, estrutura, ela é muito boa. Nós temos unidade básica de saúde, que é aqui ao lado. Esse RUC tem o CRAS, né, que atende tanto aqui como ao São Joaquim. É, tem a escola, então, assim, tem uma associação, tem um barracão multiuso onde se realizam atividades. No início, assim, tinha projetos de atividades pros adolescentes, também, pras crianças, só que parou! É, em termos de estrutura, muito legal! Só que eles deviam ter pensado ‘eu vou tirar esse pescador, daquele que tava pescando, o que que ele vai fazer lá em cima?’. Deveria, eu não sei se é uma das condicionantes que não foram cumpridas, mas deveria ter sido pensado nisso. Se tu andar aqui pelo bairro você vai ver comércio, só comércio, mas ‘eu não tenho aptidão pra lidar com o comércio, como é que fica?’. Ou montaria uma associação pra se trabalhar embaixo. O próprio transporte, vamos colocar essas famílias lá, de que forma que eles vão, é, sair da comunidade? Então, assim, faltou um olhar mais à frente. [...] são vários conflitos! É por isso que eu te digo, assim, é, muitas casas que foram vendidas, e, infelizmente, né?! E eles acabaram voltando! Nós acompanhamos uma família, claro que eu não vou citar o nome, mas ele falou assim ‘olha, eu não tenho emprego’. Ele veio atrás dos benefícios eventuais e cesta básica, né?! ‘Eu não tenho emprego, eu pescava, não tenho como sair de casa, não tenho transporte, tenho 5 filhos, como vou levar eles pra escola se a escola é longe?’. Aí, o que eu vou falar pra esse cidadão, né?! Então, assim, por isso que eu falo, são muitos relatos que a gente ouve e que faz a gente ter um pensamento. Eu tinha um pensamento ‘olha que legal, eles ganharam uma casa, se reclamarem é porque gosta de reclamar’, mas não! É, a realidade é totalmente...” (Representante do poder público [Centro de referência e Assistência Social - CRAS] da <i>cidade de Altamira</i>, 35 anos, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
<p>Espoliação e luta pela continuidade da apropriação comum dos territórios</p>	<p>Patrícia Guerra</p>	<p>“É, eu digo assim, é, o rio... O rio é pra cidade e pra fora do centro urbano, né?! A importância do rio. É, o que aconteceu? Não se foi pensado, na verdade, não se pensou a população atingida enquanto sua relação com o rio. Não se pensou! O processo de licenciamento fez uma constatação, o EIA fez uma constatação, mas as mitigações não foram pensadas. Tanto que, é, o rio, a demanda social, os movimentos sociais, as demandas sociais que foram um direcionador pra que a empresa pensasse o rio. Sem elas, sem esse movimento, a empresa não teria pensado o rio e nem o Ibama, né?! Considerando que tem um histórico de você estar dentro da Amazônia e não ser essa a única barragem, enfim, que o Ibama conduz no licenciamento. Então, o que se tem hoje, por exemplo, é a área do Pedral, que é uma área do reassentamento indígena. Tá na beira do rio! Pensado neles, mas quem pensou foi o movimento indígena da cidade. Então, eles têm um protagonismo muito importante nesse processo. O território ribeirinho, foi uma organização dos ribeirinhos que se viam na condição de ser negada a sua identidade, que resolveram se organizar e exigir esse território. Claro que tem todo o apoio técnico da universidade, várias instituições envolvidas que se organizaram nesse sentido. Então, o rio não, a empresa, o licenciamento, não pensou o rio como um modo de vida das famílias. Tanto que barrou o rio, tirou as pessoas do rio, jogou pra cidade, né?! Não se pensou! E esse rio, né, que a gente fala, também é da cidade, dos igarapés. As pessoas estavam nos igarapés,</p>

		<p>atracavam a sua canoa ali no que eles chamavam de Invasão dos Padres. Atracavam as suas canoas. Até hoje, se for ver aqui no Porto 6, né?! Então, assim, não foi pensado! O que foi pensado, é, foi realocar. O que se pensou inicialmente era tirar as pessoas, o importante naquela época era construir... Era construir a hidrelétrica a qualquer custo! Tanto que veio força nacional, né?! Em 2012 os ribeirinhos fecharam o rio, depois os indígenas fecharam. Os ribeirinhos ocupavam os canteiros, foram vários movimentos de ocupação dos canteiros como uma estratégia, é, de serem ouvidos. Na minha opinião, tudo o que eles têm hoje que está ligado ao rio é fruto de uma luta dos povos atingidos por Belo Monte, e essa luta não acabou! Esse processo ainda continua. Hoje, os Jurunas estão fazendo um monitoramento, né?! Principalmente envolvendo a qualidade da água, a quantidade de peixes, todos os impactos hoje na vida deles, que eles também estão ao longo do rio Xingu. E os ribeirinhos estão nesse processo de retorno pro rio, que não é um processo fácil porque eles estão voltando para um rio que não é mais o mesmo, totalmente modificado! Não têm condições de ficar em termos de infraestrutura, e da forma, é, que o rio ficou em termos ambientais.” (Representante do poder público [Defensoria Pública de Altamira] da cidade de Altamira, 42 anos, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
<p>Uso turístico e comercial dos territórios e infraestrutura que não potencializa vivências ribeirinhas</p>	<p>Bruno Silva</p>	<p>“Bom! Marabá, pra falar sobre os rios, né?! Os rios, na realidade, que abrilhantam a nossa cidade. Que traz o brilho, porque os rios, eles promovem mais o turismo que a cultura, né?! Mas as pessoas que vão conhecer Marabá, que vem pra Marabá, primeira coisa que fazem é ir pra orla ver o rio. Principalmente o rio Tocantins. E o Tocantins, hoje, a parte urbana da cidade, praticamente já tá feito o muro de arrimo, já foi feita a orla [Sebastião Miranda]. E ainda tem uma parte, no final, no... Aqui no Cabelo Seco, na confluência que ainda falta fazer uma parte. O recurso já está provisionado pra isso. Pra terminar essa parte que está fazendo o encontro das águas do rio Tocantins com o rio Itacaiúnas. Então, quer dizer, vai ter mais espaço de lazer. Pra nós, aqui pra cultura, nós ficamos, a secretaria fica próxima, né?! A Orla Sebastião Miranda, que é onde fica localizada a Toca do Manduquinha. Então, Marabá, na realidade, começou aqui onde nós estamos. Praticamente, tem a primeira igreja, foi a primeira igreja do município, São Félix de Valois. Inclusive, que é nosso padroeiro. E temos a Toca do Manduquinha, a praça muito bem bonita, muito bem organizada, onde acontece grande parte dos eventos culturais que são promovidos em nossa cidade. Aí, pra cultura, isso é importante que nós estamos próximos de onde acontecem os eventos, né?! Nós vamos ter agora os eventos grandes, que são o réveillon, o carnaval, o aniversário da cidade. O festejo junino também é feito próximo à orla, só que não é nesse espaço aqui. É num espaço onde funciona, hoje, a Colônia Z-30, que é onde os pescadores... Então, tudo fica perto! Isso facilita muito! Então, nós temos uma assiduidade da presença de pessoas muito grande, principalmente aos finais de semana, que é sexta, sábado e domingo, onde acontecem vários eventos. E a orla, ela é tomada de espaços de culinária, de restaurantes, de choperias, de músicas ao vivo, pequenos sons à viola, pequenos artistas que fazem a sua manifestação cultural aqui. Então, a orla, ela é muito importante pra Marabá e para a Secretaria de Cultura também.” (Representante do poder público [Secretaria de Cultura] da cidade de Marabá, 64 anos, entrevista realizada em março de 2019).</p>
		<p>“É! Assim! Eu acho que, como você mesmo colocou, né?! Tanto o rio Tocantins quanto o rio Itacaiúnas, eles tiveram a sua... Anos, anos atrás, no início lá de Marabá, uma grande importância para o desenvolvimento de Marabá. Hoje, realmente, em função principalmente de Marabá ter se tornado um município polo e ter um entroncamento, de... Rodoferroviário... De viação rodoviária... Então, Marabá se tornou um grande tronco</p>

<p>Uso turístico dos territórios, infraestrutura que não potencializa vivências ribeirinhas e circulação fluvial local</p>	<p>Cristiano Padilha</p>	<p>para todo esse escoamento que era via rio e passou a ser via rodoviário ou ferroviário, né?! Eu vejo, assim, isso, também o próprio, que usava, o ribeirinho que usava o rio pra isso, com o tempo ele foi deixando disso. Hoje a gente vê só a questão só do pessoal, de quem lida muito com a questão da pesca, que ainda usa o rio, né?! Não vejo outros usando, né?! Mas eu acho que o rio, a questão fluvial, ela é um meio de transporte extremamente importante e que nós temos que tentar resgatar, através de projetos, de implementação, né?! Como você mesmo colocou, Marabá tenta valorizar a questão do rio, que começou lá em 2005. Valorizar a questão do rio com a criação da orla Sebastião Miranda Filho, que deu um outro visual para a cidade e para o rio. Pra nós podermos contemplar a beleza do rio, né?! E como agora também nós estamos com outro projeto, que já está em fase de... Final de elaboração do projeto executivo, que é a continuação da orla [Sebastião Miranda], mas só que de uma outra forma, que é o cais de arrimo, né?! Que vai fazer o contorno e vai vir até a Folha 33, para dar proteção para o rio, para o assoreamento ali do rio. E, também, para dar uma outra beleza para o rio Itacaiúnas. [...] é, nós colocamos... E tanto no Plano Diretor e do Plano de Mobilidade, perdão?! Do Plano de Mobilidade, que o Plano de Mobilidade, ele tá dentro do Plano Diretor. A questão do transporte fluvial, né?! Como transporte, nós temos hoje o transporte coletivo urbano, né?! Como uma forma também de se poder, pra quem mora, por exemplo, lá na Morada Nova, de se fazer esse transporte, que ele chegaria até mais rápido na cidade velha do que ele poderia fazer. Então, existe essa previsão no Plano de Mobilidade, o transporte urbano fluvial. Pra poder transportar não só o ribeirinho, mas quem tá, quem... Se usar, se olhar de forma bem clara às vezes pra quem mora no Amapá, pra poder ir pra cidade velha, se tiver o transporte seria muito mais rápido, né?! E mais barato pra ele, né?! E da mesma forma Morada Nova, porque quem quer vir pra cidade... Então, isso tem a previsão no Plano de Mobilidade, a gente pensou nisso. E agora tem que ver de que forma a gente vai implementar.” (Representante do poder público [Secretaria de Planejamento e Controle] da <i>cidade de Marabá</i>, 59 anos, entrevista realizada em março de 2019).</p>
<p>Uso turístico dos territórios, infraestrutura que não potencializa vivências ribeirinhas e circulação fluvial regional e nacional</p>	<p>Ítalo Mendes de Albuquerque</p>	<p>“Olha! Primeiro tem, nós já estamos com um projeto aprovado de 66 milhões que é pra fazer uma contenção aí, uma obra de engenharia pesada para fazer uma contenção da orla. Porque essa orla, ela, pela própria questão de movimento do rio, e, perdendo material. E pondo em risco, inclusive, a própria estrutura da orla. Então, essa obra já tá liberada pelo governo federal... Foi o próprio governador Helder Barbalho, que na época era Secretário de Planejamento do governo federal, que conseguiu esse recurso pra Marabá. O projeto tá em estudo, ele foi apresentado o primeiro projeto, que a prefeitura não aprovou por características técnicas. E, tivemos que refazer essa licitação, mas é uma obra que vai ser bastante importante. Por outro lado, nós ainda não podemos pensar muito no que fazer com a orla em definitivo porque hoje tá em andamento... Foi, nós vamos falar, quando a gente falar mais um pouco da Secretaria de Indústria e Comércio, que é a questão da hidrovía, né?! Nós temos uma previsão da construção de uma hidrovía nesse rio, né?! A Hidrovía Araguaia-Tocantins. E a hidrovía pode ser que nos leve até a não ter mais as nossas praias e tudo mais. Porque você vai gerar um fluxo mais intenso de barçaça e tudo mais. E talvez isso comprometa esse lado mais turístico, de praia, aqui na região. Provavelmente nós teremos buscar uma outra alternativa caso quiséssemos manter a questão de praia. Ou migrar pra uma outra região, alguma coisa desse tipo, mas ainda não sabemos exatamente. Então, é um pouco precoce, hoje, o projeto. Já foi feito todo o EIA/RIMA do projeto. Já tá no IBAMA, pra passar pela aprovação. E, sendo aprovado, a tendência é que</p>

		se comece, a gente tenha que trabalhar com isso. Então, em termos assim, especificamente de rio, eu diria pra você que a nossa preocupação em termos de momento é mais com a parte de urbanização da orla do que propriamente com ações mais específicas, turísticas, com relação ao rio, propriamente, né?!” (Representante do poder público [Secretaria de Mineração, Indústria, Comércio, Turismo Ciência e Tecnologia] da <i>cidade de Marabá</i> , 64 anos, entrevista realizada em março de 2019).
Revitalização das margens dos rios e espoliação dos territórios	Ricardo Pedroso	“[...] outra preocupação que a gente vem trabalhando que é o pessoal que ocupou as áreas abaixo da cota 82, que são as áreas de risco, que todo ano enche. Que eles estão construindo nessas áreas, que eles estão desmatando essas áreas. Então, a gente tá fazendo um levantamento também disso. O Itacaiúnas, né, na parte toda que envolve aqui a Cidade Nova, a Liberdade, o Bom Planalto. Todos esses bairros que são atingidos ali, as invasões. E a gente, pra montar um grande programa de retirada das pessoas que estão abaixo da cota 82, por conta dessa ocupação ilegal. E a revitalização das margens do rio Itacaiúnas. Então, a gente tem toda essa preocupação! Perto da ponte do Itacaiúnas que você diz, né? Ali, na verdade o que que acontece? Aquela área todinha onde tem aqueles oleiros ocupando ainda, porque eles tão ilegalmente lá também. Ali é uma área de preservação ambiental, tá?! É uma área que todo ano inunda, né?! Ela tem uma vegetação característica. Um bioma meio diferente ali, não é?! Têm algumas coisas de Amazônia, mas também têm algumas coisas de cerrado. Inclusive, isso tem trabalhos de pesquisas antigos que relatam. Eu fiz uma revisão bibliográfica referente a isso! Então, tem uma área de cerrado, inclusive, com todas as características de cerrado, naquela parte lá. Do lado de lá da ponte, do lado de lá do bambuzal, né?! Então, são áreas de proteção que a gente vai retomar, aquelas áreas todas, pra fazer um trabalho, inclusive, de recomposição, entendeu?! Isolamento e monitoramento daquela área, pra não haver, porque todo ano, além da ocupação dos oleiros, que vão lá e degradam, tirando material e solo e tudo. Temos, na época do verão, o fogo. Todo ano eles queimam lá, entendeu? Então, é um perigo! É um crime ambiental! Então, a gente vai ter todo um monitoramento lá! A gente tá com um projeto pra retomar aquela área como um todo, junto com o Ministério Público do Estado também, né?! É uma parceria boa que a gente tá fazendo com o Ministério Público, pra ir resolvendo essas questões ambientais muito ligadas à sede do município.” (Representante do poder público [Secretaria de Meio Ambiente] da <i>cidade de Marabá</i> , 55 anos, entrevista realizada em março de 2019).

Fonte: entrevistas realizadas em trabalhos de campo em Tucuruí (novembro de 2019), Altamira (junho de 2019) e Marabá (abril de 2010, abril/maio de 2012 e março de 2019).

Elaboração: Michel de Melo Lima, 2020.

As entrevistas contidas no quadro 13 demonstram como a maioria dos representantes do poder público local, de Tucuruí, Altamira e Marabá, reproduzem praticamente os mesmos pensamentos empreendedores assentados na lógica da acumulação capitalista e no valor de troca no que diz respeito a ações adotadas e pensadas para os rios e os espaços de orla/beira.

Os representantes Everaldo Batista Melo (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico) e Laís Ramos (Secretaria de Obras), da cidade de Tucuruí, destacam a importância da urbanização das margens dos igarapés e dos rios. E, por urbanização, lê-se adequar esses espaços comuns aos interesses empreendedores do capital, pois, no entendimento de Everaldo Batista Melo, a função da administração pública é fomentar criatividade e investidores, principalmente para que estes últimos desenvolvam negócios próprios nesses espaços.

A ideia é tornar esses elementos – rio e orla – mais “vendáveis” do ponto de vista do comércio gastronômico, do lazer e do turismo, como também se pode perceber na fala de Laís Ramos, que elencou o que se tem previsto para a nova orla da cidade, nas proximidades do bairro Nova Matinha. São ações modernizantes (estabelecimento de áreas de lazer, bares, quiosques, ciclovia) que pouco levam em consideração o espaço vivido ribeirinho local, os movimentos das embarcações que denotam a relação cidade-ilhas-lago, a pesca, o uso doméstico das águas do rio, as relações de vizinhança etc.

A confirmação desse processo de negação do vivido ribeirinho está na fala de Henrique Jordano, que é representante da Secretaria de Meio Ambiente. Assim, entre as medidas pensadas para os territórios comuns, são pontuadas ações de fiscalização e de educação ambiental. O objetivo é coibir usos considerados nocivos aos espaços públicos, como o ato de “invadir” esses espaços para construir habitações. O representante parece não entender o motivo da manutenção do “ciclo vicioso” de retorno dessas populações para as proximidades do rio, que está diretamente relacionado ao valor de uso e ao sentido comum atribuído ao recurso hídrico e aos territórios comuns, sobretudo por parte da população local e regional amazônica. Para estes sujeitos, os rios são um recurso de uso coletivo, fonte de subsistência e de obtenção de renda, de moradia, de circulação, de referencial simbólico-cultural. Além disso, nos territórios comuns, como foi demonstrado no terceiro capítulo da tese, dão-

se práticas como a agricultura de subsistência, o extrativismo vegetal, a carpintaria naval artesanal, o lazer associado ao consumo improdutivo do espaço etc.

De maneira muito similar aos representantes do poder público de Tucuruí, Sergio Moraes Júnior, que representa a Secretaria de Meio Ambiente de Altamira, aponta como um elemento importante o uso lúdico e turístico do rio Xingu, dos igarapés urbanos e os espaços de seu entorno (os parques ambientais construídos pela Norte Energia S. A.), referenciando o estabelecimento de uma infraestrutura advinda com Belo Monte, que não só desterritorializou parte da população da cidade, como negou a produção comum do rio Xingu, dos igarapés urbanos e dos demais territórios subsidiados por suas águas.

Odette Cruz (representante da Secretaria de Turismo de Altamira) reafirma essa dimensão dos rios e das águas como um produto turístico que precisa ser trabalhado, principalmente no intuito de serem utilizados, nas palavras dela, “para a parte do esporte, da aventura, do lazer”. Por outro lado, a representante também destaca que no futuro ainda existe o desejo de promover o desenvolvimento do turismo de base comunitária, que pode se colocar como uma forma de aproveitamento empreendedor da vivência ribeirinha e como uma possibilidade de geração de renda para a população local e regional.

O reconhecimento das vivências vinculadas ao processo de produção dos territórios comuns das populações está presente como uma ressalva no relato de Kamilla Soares, que trabalha no Centro de referência e Assistência Social (CRAS), em um dos espaços de Reassentamento Urbano Coletivos da cidade. Através da sua fala, pode-se perceber que, a partir de uma maior interação dela com os sujeitos que foram espoliados, ocorreu uma mudança no seu jeito de interpretar o processo de realocação da população atingida.

Dessa forma, a nova infraestrutura que era inicialmente considerada mais moderna e adequada aos novos tempos, com escola, unidade de saúde, casas boas no estilo de conjuntos habitacionais etc., posteriormente passou a ser vista como uma obra que dificultou a reprodução social dos sujeitos ligados ao rio Xingu, causando-lhes, como destacam Weibermel (2017), Cardoso (2018) e Barreto (2019), muito sofrimento e dificuldades de readaptação social, sobretudo por conta da distância dos reassentamentos em relação ao centro da cidade e ao rio Xingu. Estas dificuldades,

inclusive acabaram ocasionando a venda de imóveis nos RUCs e o retorno para próximo do rio.

O trecho da entrevista de Patrícia Guerra é representativo em relação às ações que se apresentam como possibilidades reais de reprodução da vida e dos territórios de uso comum em Altamira. Assim, com base na sua experiência de trabalho na Defensoria Pública de Altamira, é destacado como as ações Norte Energia S. A. e do poder público não levaram em consideração os sujeitos do rio e da floresta, isto é, para a representante “não se pensou a população atingida enquanto sua relação com o rio”. Isso só passou a ocorrer por meio de muita pressão da população junto ao empreendimento e ao poder público (municipal, estadual e federal), e por meio das alianças estabelecidas por estes coletivos com os movimentos sociais e as instituições de pesquisa (universidades).

A partir disso, a representante da Defensoria Pública destaca importantes conquistas como a construção do RUC Pedral/Tavaquara, que foi edificado na margem esquerda do rio Xingu para abrigar a população indígena e ribeirinha atingida (CARDOSO, 2018); o estabelecimento do Conselho Ribeirinho e o início do processo de reconhecimento de suas identidades socioespaciais, com o objetivo de retorno para 3 territórios localizados no lago reservatório da usina (BARRETO, 2019); e a iniciativa de monitoramento alternativo da vazão do rio Xingu, da qualidade da água, da quantidade de peixes etc., que são ações protagonizadas por indígenas, principalmente da etnia Juruna, que tem por escopo assegurar a manutenção das águas da vida, dos biomas, da ictiofauna, da pesca e da circulação fluvial na Volta Grande do Rio Xingu (PEZZUTI *et al.*, 2018).

O potencial econômico (turístico, gastronômico e lúdico) dos rios Tocantins e Itacaiúnas, que “abrilhantam” a cidade de Marabá, é apontado como central para Bruno Silva, que fala pela Secretaria de Cultura Municipal. Para ele, que destaca a importância das obras de proteção e de extensão do calçadão e do cais de arrimo, os rios, os espaços de orla e os equipamentos urbanos (praças, igrejas, centro cultural) existentes na cidade configuram elementos de lazer. É onde se realizam o carnaval, o réveillon, o aniversário de Marabá, o festejo junino; em resumo, diversas grandes festas e o consumo na/da cidade.

É possível perceber como a cultura é resumida, na fala do representante em referência, aos momentos de consumo, de celebração e de festa, não sendo tratada

a partir da valorização de atitudes, modos de vida e significados compartilhados em formas simbólicas (materiais e imateriais) (THOMPSON, 1998) que potencializem vivências ribeirinhas¹²⁰ e a trajetória dos sujeitos do caucho, do transporte da castanha, da lavagem de roupa nos rios, do ciclo do cristal de rocha e do diamante, da pesca etc.; identidades coletivas da cultura regional que são subvalorizadas pelas políticas públicas locais.

O representante da Secretaria de Planejamento e Controle de Marabá, Cristiano Padilha, reconhece a importância dos rios Tocantins e Itacaiúnas para a história da cidade. Por outro lado, atualmente, segundo ele, quem lida com o rio são só os pescadores, pois “também o próprio, que usava, o ribeirinho que usava o rio pra isso, com o tempo ele foi deixando disso”. O “deixar disso” destacado pelo sujeito significa o ato de deixar de realizar usos múltiplos do rio por parte da população ribeirinha, uma afirmação destoante em relação a análises que apontam para uma permanência de vivências ribeirinhas no espaço de orla/beira do município (TRINDADE JR.; LIMA; NUNES, 2013; SILVA; SANTOS FILHO, 2015; LIMA; TRINDADE JR., 2017). Ademais, é novamente descrita como essencial a valorização econômica e turística dos rios, principalmente através das melhorias infraestruturais advindas da construção da orla Sebastião Miranda, inclusive com possibilidade de sua continuidade, o que é uma vontade antiga do poder público municipal (LIMA, 2013, 2016).

Por fim, das iniciativas identificadas na fala do representante está o estímulo ao transporte fluvial urbano, numa perspectiva de integração dos núcleos existentes por meio do estabelecimento de um modal de circulação mais rápido e menos oneroso. Tal proposta de fato está presente no Plano Diretor Participativo da cidade (MARABÁ, 2018), só que numa perspectiva de sugestão de estudos, pouco delimitada e muito generalista.

Ítalo Mendes de Albuquerque, um representante da Secretaria de Mineração, Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia de Marabá, acaba narrando como a preocupação com o recurso hídrico está pautada na urbanização e na contenção do processo erosivo existente na orla da cidade. Inclusive, segundo ele, já existe um

¹²⁰ A fala do informante, de certa maneira, está em desacordo com o que é colocado no Plano Diretor Participativo de Marabá, sobretudo na seção que trata da política da cultura, esporte e lazer, que aponta a importância de se “reconhecer, proteger, valorizar e promover as manifestações de grupos indígenas, ribeirinhos e da diversidade das expressões culturais presentes no município” (MARABÁ, 2018, p. 66).

projeto aprovado de 66 milhões para fazer essa contenção. A preocupação manifestada é mais infraestrutural e turística, principalmente pela insegurança causada por outro grande empreendimento que se avizinha, que é a hidrovia Araguaia-Tocantins, cujas obras de instalação e o fluxo das barcaças previstos podem produzir impactos nocivos ao turismo local, sobretudo diante da possibilidade de desaparecimento da praia do Tucunaré.

A cidade de Marabá, da mesma maneira que diversas outras cidades da Amazônia ligadas aos rios, apresenta uma parte de sua população habitando espaços de orla que anualmente acabam sofrendo com as cheias ocasionadas pelo inverno amazônico (intenso período de chuvas regionais, que vai de dezembro a maio). A referida ocupação se dá em função da importância da orla e dos rios para: a obtenção de alimento e geração de renda (pesca); a circulação fluvial e a interação entre as comunidades situadas ao longo dos rios Tocantins e Itacaiúnas; o estabelecimento de cultivos de várzea; o uso doméstico das águas; o lazer e; o referencial simbólico-cultural que combina rios e floresta (LIMA, 2013, 2016).

É sobre esse processo de ocupação na orla a que se refere Ricardo Pedroso (representante da Secretaria de Meio Ambiente), ao destacar a importância de se realizar o ordenamento das áreas situadas abaixo da cota 82, na cidade de Marabá. Isso porque, nesses locais se configuram, segundo o representante, os pontos de “invasões” de oleiros, e, em função disso, é necessário montar um grande programa de retirada das pessoas, por conta dessa ocupação ilegal. A ideia é, como de costume, a de revitalização do espaço¹²¹, e, também, a de recomposição da vegetação, monitoramento e isolamento das margens do rio Itacaiúnas, independentemente da multiplicidade de usos existentes e de como o processo de desterritorialização poderia impactar no trabalho e nos meios de sobrevivência da população local e de menor poder aquisitivo.

Assim, ao analisar os trechos das entrevistas dos representantes do poder público local das três cidades, é importante precisar como a grande maioria das ações/intervenções em comento se dão através de um processo de colonização interna (CASANOVA, 2006) dos espaços, dos sujeitos e da esfera pública (SOUZA, 2017). Esta última, em conjunto com os interesses privados e de mercado, segue

¹²¹ Para Ferreira (2011), a revitalização urbana tem por objetivo a apropriação do patrimônio histórico edificado, ligando-se, assim, a um processo de indução de grandes transformações de áreas centrais, em que a recuperação, sobretudo econômica, é o objetivo principal.

“receitas” modernizantes e desenvolvimentistas que negam outras possibilidades de reprodução social, sobretudo as vivências dos sujeitos que coletivamente apresentam discordâncias em relação ao modo de produção hegemônico e sua razão neoliberal.

Por conta disso, é necessário atentar para as alianças, resistências e insurgências relacionadas às estratégias de defesa dos territórios comuns na Amazônia. É nesse sentido que contribuí o quadro 14, cujos trechos de entrevistas demonstram, através das trajetórias de luta coletiva de sujeitos de identidades diversas, o processo de produção socioespacial de um princípio político comum regional.

Quadro 14 – Tucuruí, Altamira e Marabá: rios e margens fluviais como territórios de usos comuns e/ou princípio político-regional

Identidades, alianças, resistências e ideais coletivos	Sujeitos	Trecho da entrevista
APOVO (Tucuruí) – Unidade, visibilidade, representatividade e força política coletiva	José Carlos Martins	<p>“É a luta era com os sindicatos, não tinha uma organização. Nós sentamos pra criar essa organização, diretamente junto de todas as comunidades impactadas, pra poder ter força. Por isso que ela foi Associação das Populações Organizadas Vítimas de Obras no Rio Tocantins, que tá a sigla APOVO. E nós voltamos a criar uma entidade buscando representatividade de todas as comunidades. A APOVO, ela é composta por 29 diretores, aonde todos eles representam uma comunidade. É, comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, né?! Pra poder fortalecer. Então, ela é diferente das outras associações, que ela tem 29 diretores. É, e ela foi fundada em 2010 [...]. É, já, só nunca participei é diretamente do MAB, diretamente, mas indiretamente a gente tava aí. Eu já passei 3 anos preso, eu já peguei 4 tiros, tá?! Já fui mandado matar, já passei, peguei 4 tiros. Inclusive na cabeça, aqui no braço, pela luta. E me prenderam em 2004, eu vim sair em 2007, quase 2008, fiquei preso aí, né, no movimento, é! Foi, quase morro, já tenho uma, passei... Não era pra mim tá no movimento, mas a questão do movimento é o sangue corre na veia. A gente não nasce, a gente não forma uma liderança, a liderança ela já nasce. Ela já é nata, por isso que é difícil uma liderança sair. É, ela já é no sangue mesmo e só faz se aperfeiçoar. É como se fosse um... Uma tora rústica que vem lá do mato, tá aí que ela vai lapidar, ela, pra se tornar [liderança]. Então, a gente é, hoje nós somos praticamente aí uma parte de um quadro, né?! Estamos lutando, nós estamos aqui, somos uma das lideranças maiores. Estamos ligados, todas as lideranças juntos da APOVO. E a gente tem medo?! A gente tem! Assim, não tem medo diretamente porque sabe que um dia a gente vai morrer, mas a gente tem cautela. Sabemos que a gente não é bem visto diante dos poderes, né?! E a gente é ameaçado, né?! A gente já sabe disso, procuramos, é, andar mais, é, tomar cuidado, não podemos tá andando muito de noite, tá?! E em lugares, assim, a gente temos que tá meio cauteloso, a gente sabe que não é fácil a vida de liderança, só que a gente, como nasceu pra isso, a gente temos que exercer mesmo. É, por que se nós não fizer, quem vem fazer por nós? Se nós não lutar, quem vem lutar por nós? O nosso povo precisa de organização, nós trabalha nas organização pra poder ter força [coletiva].” (Morador da cidade de Tucuruí, 54 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em novembro de 2019).</p>
APOVO (Tucuruí) – Unidade, visibilidade, representatividade e força política coletiva	João Assurini	<p>“É essa mobilização que nós estamos fazendo, porque hoje é como eu falei, a gente já não tem mais briga isolado, né?! Então, nós temos que buscar, porque a gente vê que o mesmo problema que causam. Que causou com a gente, no caso, o impacto que tá causando, o ribeirinho, que tá causando, tanto da montante quanto da jusante [da hidrelétrica]. É, então, hoje nós estamos unindo forças, nós estamos botando, ampliando a bandeira de luta, né?! É igual quando nós, como iniciamos o trabalho com o MAB. O MAB antes não era chamado de MAB, que é esse movimento que cresceu muito, antes era a CABA, né?! Que era a Coordenação dos Atingidos por Barragens da Amazônia, que tinha o escritório lá em Altamira, escritório pequeno. Então, depois que passou a ser MAB, passou a ser movimento, aí ampliou, ganhou</p>

		força. Do mesmo jeito tá a APOVO hoje! A APOVO, ela ganhou, nós discutimos na PIRTUC [Plano de Inserção Regional da UHE Tucuruí]... Outra entidade também que... Eu não tô me lembrando, recordado o nome, mas depois aí nós criamos a APOVO, agora. E tá aumentando o número de pessoas chegando, se filiando, se cadastrando na associação. Eu vejo que nós tamos ganhando força, né, pra poder chamar a atenção das autoridades. E hoje às pessoas também tão procurando a gente já, né?! Pessoas tão nos procurando justamente é pra... É, tá vendo que tá dando certo as coisas, entendeu?! Então, não adianta a gente tá querendo brigar isolado, que hoje não dá mais! Nós temos que buscar parceiros mesmo!” (Morador de comunidade indígena, no <i>município de Tucuruí</i> , 45 anos, indígena e representante de movimento social, entrevista realizada em novembro de 2019).
MAB (Tucuruí) – Unidade, visibilidade, representatividade e força política coletiva	Antônio Ribeiro	“A nossa representação se dá através do ribeirinho, pescadores, trabalhadores rurais, os extrativistas. É, todos os outros estão organizados no movimento. Os indígenas poderiam estar mais, são pessoas que nós poderia representar. Agora, por mais atingidos que eles estejam, eles não estão organizados dentro do MAB, mas são atingidos. [...] olha, sozinho ninguém avança! Tem que ter parceria, tem que ter unidade. É, quando dá, as pautas, elas se complementam, se unificam. Fica bom por causa do discurso, por causa da fala de efeito com a empresa. Porque quando você vai com um grupo grande e você não organiza uma pauta, cada um quer falar num momento e a empresa termina vendo o seguinte... Que a empresa é muito esperta pra isso, se ela perceber uma fragilidade, uma divergência ali entre as lideranças, ela se utiliza disso. Ela vê quem é o mais forte, atende o mais forte e os mais fracos se lascam na história. Então, é importante pela uma unidade, pela quantidade de gente, pela força política. Porque o MAB tem a força política, a APOVO tem a força deles. Então, cada um traz o seu representante, inclusive, é, um deputado, um senador, que soma nessa discussão, que abre porta pra gente conversar, dialogar, faz pressão! Propõem isso, propõem aquilo e as coisas vão se ajustando.” (Morador da <i>cidade de Tucuruí</i> , 52 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em novembro de 2019).
Associação de moradores e APOVO (Tucuruí) – Representatividade, mobilização e força política coletiva	Ronaldo Campos	“Pois é, ela defende sim! E muitas das vezes consegue o objetivo que uma comunidade aqui, mas é muito difícil! Olha, essa causa que nós pegamos aí, que nós estamos reivindicando aí ela ainda não é dessa aqui do rio abaixo. É aqui de uma praia que tinha aqui, aonde fica a barragem, agora. Essa praia, ela foi, acabou ela daí. E, essa questão é essa daí que tá pra decidir, que eles falaram que já estava ganho, né?! Essa questão, só faltava mesmo uma assinatura do IBAMA, me parece. E, olha, isso vem se arrastando não é pouco tempo não. E nós gastando com isso, pra alimentar uma sociedade, porque lá, de qualquer maneira, tem muito gasto. Porque tem ganho, mas também tem gasto também. Porque nós temos um prédio alugado [sede da APOVO em Tucuruí], tem mais esse negócio pra li que ele alugou e fora outras coisas que a gente gasta, com combustível, com passagem, mas (...). É, pra mobilizar porque tem uns que não tem com que ir, a gente tem que ajeitar pra ele ir e assim vai indo. E, mas até agora nada! É, tá vendo ali, eles fecharam lá [estrada que dá acesso à Tucuruí], fecharam lá agora! Ninguém sabe dessa vez, mas nós já fomos lá outra vez e tinha mais de... Olha, tinha uma base de 2.500 pessoas lá. Nós fechamos, foi conversado, disseram que ia, deram até um prazo, passou esse prazo e nada! E agora, por isso que ele já tá voltando pra lá de novo.” (Morador da comunidade Pederneira, no <i>município de Tucuruí</i> , 58 anos, pescador e representante de associação, entrevista realizada em novembro de 2019).

<p>Associação de moradores (Tucuruí) – Unidade, mobilização e força política coletiva</p>	<p>Manoel da Silva</p>	<p>“Ela ajuda! Se todo mundo der apoio, ajuda! Ajuda porque a gente vai pra cima mesmo, né?! Por exemplo, se nós não temos uma escola aqui, olha vamo umbora lá! Umbora reunir o povo, umbora lá na prefeitura. Nós temos que ir lá marcar uma audiência com ele [prefeito] e ir lá. E a associação, ela ajuda porque ela tem o carimbo, né?! Pra protocolar tudo, faz o documento tudo, ofício, protocola tudo e vai lá, marca o dia e ‘olha, queremos isso, isso e isso’. Por isso que eu consegui escola pra cá, mas sozinho! Nunca fiz reunião assim, pra pressionar. Escola? Nós só tinha um pedaço da escola. Eu tenho até as fotos dessa escola daqui, aí eu fui lá, conversei com o vice-prefeito, que era, ainda nem era, ainda... Ainda tava como candidato, aí se comprometeu com isso. Ele ‘o senhor vai ser o meu cabo eleitoral lá na ilha, mas eu vou lhe prometer, se nós ganhar a eleição eu vou fazer a escola pra vocês lá. Outra coisa eu não posso fazer, mas agora a escola eu vou me comprometer’. Aí ele, ele ganhou. [...] ela [associação de moradores] é importante! Porque eu preparo, eu não vou só com a cara não, eu preparo tudinho o ofício aí, carimbo tudo e vou lá. Porque ‘nós queremos isso, isso’. É, umbora ver se vai dar certo (...), se não der, nós temos que bater, que nós temos direito! E falo par o pessoal ‘olha, pessoal, a gente tem o direito, agora, se a gente for esperar sentado, cair lá de cima. Não é assim não!’. Nós temos direito, mas nós temos que ir pra cima buscar, senão nós temos nada.” (Morador da comunidade Cametá, no <i>município de Tucuruí</i>, 71 anos, pescador aposentado e representante de associação, entrevista realizada em novembro de 2019).</p>
<p>Associação Inkuri (Altamira) – Defesa dos laços comuns com os territórios, empoderamento, visibilidade e força política coletiva</p>	<p>Marcos Curuaia</p>	<p>“Eu acho importante, né?! Essas organização, né?! Mas, depois, quando a gente passa a ter experiência, a ter conhecimento do processo, a gente já pensa diferente, né?! Porque depois que a gente cria as nossas organização, aí a gente já faz, por exempre, é os nossos movimentos mesmos. Porque, por mais que o Xingu [Movimento Xingu Vivo Para Sempre], esse pessoal apoiava, mas quem conquistou mais muitas coisas foi o movimento indígena. Que foi pra Transamazônica, que, sabe? Que fechou rodovia, tu tá entendendo? Porque o branco, na hora que ele fecha uma rodovia dessa aí, é diferente do índio, né?! Mas, assim, a gente também teve junto com o Xingu Vivo, né?! Nos movimentos, mas, é, depois quando a gente criou a nossa associação, a gente mesmo que faz o movimento pelas nossas associação. Porque a gente faz o seguinte, você, é, por exempre, quando você se apega a essas instituição, quem cresce e quem pega nome são essas instituição. Então, o índio mesmo em si, sabe, ele fica todo tempo lá embaixo, hoje eu penso dessa maneira, né?! Eu quero trabalhar, pra que a sociedade, tanto faz a sociedade, o gestor de Altamira vê, que ele não vê o índio como eles acha que o índio num presta pra nada, tá entendendo?! Que o índio não tem o que fazer, então, eu quero trabalhar e amostrar pras autoridades, que não foi atoa que aquelas autoridades tava lá [se refere ao dia de entrega das associações indígenas no RUC Pedral/Tavaquara], né?! Mostrar pras autoridades que a gente tem capacidade, que a gente tem como trabalhar. Nem tudo mundo na realidade são igual, mas têm pessoas sérias, né?! Então, eu quero trabalhar assim. Porque os nossos antepassados, eles já contribuíram aqui desde 1685 com os Jesuítas, com os missionários, com os portugueses, com o Coronel José Porfírio, com o Coronel Gaioso. E eles contribuíram muito, e essa história, ela nunca foi revelada. Ela sempre continua lá, sabe, abafada. E eu quero resgatar, amostrar pras autoridade que é diferente. Por exempre, ontem mesmo nós tivemos na câmara, e nós conseguimos ali naquela avenida do Pedral, colocar lá, que foi aprovado na câmara agora que vai ser Avenida Curuaia, né?! Então, isso é um sonho! Isso é um sonho! E as ruas tudo lá do Pedral, a gente quer tudo tradicional. O colégio, a creche, a gente quer tudo pintado com nossos grafos indígenas. Fazer uma</p>

		coisa diferente pra gerar, o que? O turismo. O cara chega lá 'não, realmente aqui é uma coisa diferente', né?! Então, a gente quer mostrar para os olhos da sociedade que a gente tem capacidade também, que a gente também não pode ficar refém, também, dessas instituições. Eu acho importante, mas a gente também tem que aprender andar com as nossas próprias pernas. É nesse sentido que eu vejo." (Morador da <i>cidade de Altamira</i> , 47 anos, indígena, artesão e representante de associação, entrevista realizada em junho de 2019).
Associação dos Carpinteiros Navais de Altamira e Xingu (Altamira) – Unidade, visibilidade e força política coletiva	Torquato Barros	"Nós se unimos mais porque se nós não tivesse se unido, eles não tinham doado esse galpão pra nós aqui. Porque eles falavam que nós era dependente, um em cada setor, né?! Mas só que todo mundo já trabalhava aqui na beirada do cais sem muita dificuldade. Todo mundo ia lucrando o seu pão de cada dia e dava de ir levando. E a dificuldade maior tá porque ficou todo mundo junto e o serviço acabou, pouco serviço! Se tivesse serviço, não importava se tivesse todo mundo junto, né, mas o serviço ficou muito pouco. [...] já que a Norte Energia, no caso, veio pra Altamira, fez esse empreendimento aí grande, tirou muita gente dos seus lugares. Temos direitos de ser indenizados nessas coisas que o cara foi impactado, né?! E se a população também não cobrar, aí fica difícil, né?! Mas eles têm que cobrar, né?! Pra poder ter uma vida melhor. Porque eles não viviam muito bem não, mas dava dele pegar o peixinho dele, de ir levando a vida, fazer uma pescaria, ir para o rio. Dava de levar uma vida bacana antes desse impacto! E com essa hidrelétrica aí... Foi uma coisa boa pra Altamira que teve muito movimento, mas também têm as consequências, né?! Não foi no começo, tá sendo agora, que já tá acabando, né?! Tá acabando agora, o negócio tá ficando difícil. Aí se o pessoal cobrar, se eles ajudarem é uma coisa boa, né, mas não vai ficar para o resto da vida. Tem que ajudar por ti, né?! Faz uma coisa aqui, outra coisa. O cara não tá pescando, tem que ajudar pra poder dá de ir levando, né?! Igual mesmo aqui, nós ganhamos esse galpão aqui, eles nunca mais deram nada pra nós não. Foi só o galpão mesmo que eles deram aqui. Deram não, doaram! Que na doação aqui é de 20 anos, aí não deram mais nada!" (Morador da <i>cidade de Altamira</i> , 48 anos, carpinteiro naval e representante de associação, entrevista realizada em junho de 2019).
Movimento Xingu Vivo Para Sempre (Altamira) – Defesa do meio ambiente, dos direitos das		"As principais preocupações são exatamente essas, que esse empreendimento, ele mostra cada dia que ele só traz prejuízos para as populações e para o meio ambiente. Por que com Belo Monte o desmatamento nessa região aumentou muito, a grilagem, a violência no campo aumentou, as ameaças, os consórcios desses produtores, desses fazendeiros... Enfim, se reforçaram, estão mais reforçados. As violências e as ameaças aumentaram muito nessa região, os conflitos agrários aumentaram muito contra os agricultores, trabalhadores rurais, conta também os povos indígenas. Essa é uma das nossas grandes preocupações, [o] aumento dos conflitos agrários e sem nenhuma solução, aumento das ameaças contra lideranças e sem nenhuma solução, como mataram Dorothy e como agora mataram esse sindicalista em Rio Maria [outro município paraense]. Já ameaçado há muitos anos e o Estado sequer promoveu a defesa dessa pessoa ameaçada, como de tantos outros ameaçados que estão, principalmente no Estado do Pará... Então, essa é uma das preocupações nossas, de lutar para que as instituições de direito, que tem esse papel faça suas obrigações independente do governo violento, omissivo e conivente com essa violência no campo, principalmente contra os agricultores, contra quem defende a terra, dos agricultores, dos sem-terra. Contra quem defende essas mineradoras que tomam as terras indígenas, que tomam as terras dos agricultores, que tomam as terras dos ribeirinhos, enfim. Das pessoas que estão no seu território para o lucro dessas

<p>populações, dos laços comuns com os territórios, visibilidade, empoderamento e força política coletiva</p>	<p>Maria Teixeira Guedes</p>	<p>empresas, mineradoras, dessas empresas transnacionais, nacionais, multinacionais... Enfim, é um governo que apoia todos esses crimes, esse governo que aí está no poder, mas que nesse país tem lei, que é a Constituição Federal. Então, é uma preocupação nossa, mas a nossa resistência... A nossa luta é cobrar dessas instituições que cumpram a lei, que cumpra a Constituição Federal, que cumpra a lei para que diminua esses conflitos e que realmente os responsáveis sejam punidos, essa é uma [demanda]. Outra nossa grande preocupação é com as políticas públicas que estão deteriorados cada vez mais com essa Reforma da Previdência, que só atinge as classes mais pobres, os casos mais vulneráveis é exatamente uma das nossas preocupações, para que também os governos e instituições cumpram o seu dever de dar o povo, de repassar para o povo seus direitos fundamentais que eles têm, que paga esses impostos caros nesse país. As políticas públicas, a melhoria das políticas públicas para a nossa população, acompanhamento das famílias ribeirinhas para retornar ao seu território, essa questão da segurança pública e combate, assim, a preocupação em denunciar esse, a criminalidade. Estamos fazendo isso, de ir na previdência e a construção, a demanda de levar... De formação para as comunidades, os grupos, a comunidade, a formação política, social de reconhecimento dos seus direitos, [do] protagonismo delas e da nossa demanda mundial em defesa do meio ambiente, contra a instalação desses projetos e destruição na nossa Amazônia. E por uma luta, exatamente, uma resistência mais forte, articulada, mais fortalecida. Porque agora somos a defesa dos defensores e defensoras de direitos humanos em toda sua amplitude, porque a gente percebe que nós temos que fazer a nossa autodefesa, nos reforçarmos entre nós mesmo para essa defesa, por que o Estado, já vimos que o Estado continuo omisso mesmo e violador dos direitos. E, assim, mudar a cultura dos povos. E cultura dos povos, que ela volte a sua originalidade da forma de produzir, portanto, essa palavra para nós chamada de desenvolvimento é uma exclusão dos povos, das comunidades... Essa palavra 'des' tá dizendo que nós, as comunidades, a população está fora. Desenvolvimento pra eles, né?! Desenvolvimento para os grandes grupos, para o poder econômico, para essa modernidade desse time que você falou no início. Que pra nós, de acordo com a cultura dos povos do Xingu, da Amazônia principalmente, para nós o modelo era um modelo de envolvimento. É nesse modelo de envolvimento das culturas, do modo de produzir, de viver é que nós, que é uma luta para essa origem das comunidades, que elas terem a pertença do seu modo de vida, de cultura, de produzir. Desse modo de envolvimento, e excluir totalmente da sua leitura, da sua cultura hoje imposta pelos colonizadores desenvolvimentistas. Introduzir nas suas culturas os seus moldes, essa palavra que realmente é originária, que é o envolvimento dos seus modos de vida, e da produção e de viver dos povos. E, com isso, cobrar investimento e respeito desse país que se diz... Que ainda estamos lutando por uma democracia. Respeito às culturas, respeito à escuta, escutar os povos, não ouvir, como fazem nesse modelo chamado de desenvolvimento. Mas é sim escutar! Escutar os povos na sua forma de envolvimento da sua vida no seu modo de vida, cultura e [formas] de produzir e lutar, de investimento pra esses modelos." (Moradora da cidade de Altamira, 70 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
		<p>"Sim, Conselho Ribeirinho, o conselho nasceu porque a gente se deu conta que... Assim, nós estávamos sendo injustiçados e não tinha ninguém que nos olhasse, porque a procuradoria tava aqui, mas para cuidar da causa indígena. Não por causa do ribeirinho. Então, numa visita que a doutora Thaís fez a minha casa, lá ela sentiu na minha fala. Eu falei assim com muito ódio da justiça brasileira porque é uma justiça cega,</p>

<p>Conselho Ribeirinho (Altamira) – Defesa dos direitos das populações, dos laços comuns com os territórios, visibilidade, representatividade e força política coletiva</p>	<p>Raimunda de Jesus Viana</p>	<p>que simplesmente só olha pra quem não precisa. A justiça é direito de todos, mas privilégio de alguns. Eu tive que falar algumas coisas muito... É que eu não tô lembrada agora das coisas que eu falei pra ela, só que tocou o coração dela e ela e ela pensou com ela 'não posso fazer nada, porque fui destacada pra isso, mas eu posso pedir ajuda'. E isso ela fez, ela foi para São Paulo, pedir ajuda para o SBPC, aí fizeram inspeção e viram a olho nu o que estava acontecendo. Chegaram, foram pra lá e tiraram a conclusão que a gente precisava de amparo. Aí foi quando a DPU veio pra visibilizar e o Ibama, e lá nasceu a história o seguinte 'já que os índios têm seu protocolo, têm seu próprio conselho, então porque vocês não criam um conselho ribeirinho pra um conhecer o outro?'. Nós reclamava muito que a empresa não conhecia ninguém, o pessoal [da Norte Energia S. A.] chegava lá 'vocês não sei o quê' e sentava, e o verdadeiro dono da terra tava ficando pra trás. Então, a gente tinha 121 famílias assentadas e os outros ficando ali ao nada. E dessas 121 famílias, tinha mais de 30 que não tinha nada a ver com o rio, não era isso o lugar deles, eles estavam lá por oportunidade ou sei lá porque, mas, não era lá que eles deveriam estar. E o ribeirinho tava na rua, morrendo de fome, se matando com cachaça, separando da família porque não podia sustentar, usando droga... Então, isso assim, a gente que nós estamos se destruindo aqui. O que a gente fez? Vamos criar o conselho e nós mesmos vamos reconhecer quem é nosso vizinho. porque todo mundo conhece todo mundo. E daí, esse conselho, o formato dele foi pra isso, pra nós reconhecer de fato quem era ribeirinho, que tem direito de votar, porque na história do Brasil essa é a primeira barragem que ribeirinho não saí da margem. Não tem uma outra! Foi por conta de quê? Porque foi tudo turbulento, ninguém foi tirado das suas terras, foi expulso! [...] aí depois que o conselho nasceu agora tava sendo essa história, quem vai voltar, vai voltar com dignidade, com direito à acesso, com direito à transporte essas coisas assim... Escola, que por conta disso, todos os reassentamentos, os 3 reassentamentos, eles já têm escola provisória, mas quando o povo tiver (...) vai ser escola fixa, que nem tinha antes. Nós tinha comunidade, nós tinha festejo, nós tinha posto de saúde... Não tem nada! Acabou tudo! A empresa veio aqui que nem um... A gente, eu mesmo me senti vítima de uma guerra que o governo do país estava fazendo contra o seu próprio povo, porque era isso que eles estava fazendo. Que matar não é dar um tiro não, matar é coveiro de sonhos. Isso o governo é, ele é um coveiro de sonho da população mais pobre que devia ser amparada, é, os desamparados. Quando nós aqui sentimos na pele o que é perder o que tem, essa pessoa não ter o direito de falar, isso é muito ruim, só sabe quem viveu isso." (Moradora da <i>cidade de Altamira</i> e da Comunidade Terra Prometida, no município de Vitória do Xingu, 60 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
		<p>"Na verdade, acho que a gente, acho que na verdade foi muito importante assim a união dos povos dessa região. E aí assim, a gente foi importante. Eu fui importante na questão de que a gente entendeu que a luta era por pautas iguais assim, bem parecidas, né?! Era o direito à moradia, o direito praticamente pela moradia e a questão da sobrevivência das famílias. Então, assim, nossa pauta ela era comum ao mesmo tempo que tinha, né, os coletivos, os indígenas, pescadores... Que ao mesmo tempo eu vejo que... Que nós somos um povo só, um povo só. Apesar de que a gente divide nessa questão de que os ribeirinhos lá na beira do rio, os pescadores lá, na aldeia e o pessoal do baixão na área urbana. Mas, se a gente for observar no processo, a gente é um povo só, porque o mesmo ribeirinho que tava lá na margem do rio também tava aqui na área urbana. Porque a luta era pela dupla moradia, que[m] tivesse direito. Porque a</p>

<p>MAB (Altamira) – Defesa dos direitos das populações, dos laços comuns com os territórios, unidade, mobilização, força política coletiva e permanência de formas de reprodução social não capitalistas</p>	<p>Márcia Alves da Silva</p>	<p>luta é nessa questão da educação, do acesso às políticas públicas na área urbana e da sobrevivência econômica das famílias nas margens do rio Xingu, e eram as mesmas pessoas. Por exemplo, no meu caso eu sou ribeirinha, meu esposo pescador... Era pescador, meu ex-companheiro é pescador, na verdade, né?! Ele tinha que tinha que pescar, tirar o sustento da família e eu tinha que colocar né... Cuidar das crianças também, que tava na escola. Então, assim, ao mesmo tempo, são as mesmas famílias. Os indígenas também, por exemplo, na mesma situação... Os indígenas, ao mesmo tempo que tava na aldeia, mas estavam também, tinha famílias indígenas na área urbana também e tudo se movia em volta de uma pauta comum. [...] então, ao mesmo tempo era todo mundo, todo mundo lutava por uma mesma causa, isso! E isso só ajudou a gente se unir, inclusive. Porque a gente entendeu assim que era comum e que nós deveria se juntar para fazer esse enfrentamento, né?! Então muita das vezes a gente se juntou mesmo para fazer isso aí, esse enfrentamento, essa luta pela qualidade de vida na região e contra barragens também. Só que é o seguinte, muitas pessoas não acreditavam, muita gente não... Num primeiro momento, teve muita gente que não era contra a barragem, porque acreditavam que a vida ia melhorar. Que iam ganhar indenização boa, porque era a promessa da empresa, que tudo ia melhorar... Então, muita gente acreditava que ia mudar de vida, né?! Que iam ficar ricos, então... Realmente quem acreditava que... Quem num primeiro momento quem fez a luta contra barragem e pelos direitos foi essas comunidades tradicionais. Por que? Por conta do vínculo que tinha, a vivência que tinha nessa região, com o rio... Essa vivência da cultura de viver do rio, de viver da natureza, de não precisar de tanto dinheiro pra viver bem, então, essa era a preocupação das famílias mais tradicionais dessa região. E aí, por isso também teve um enfrentamento contra movimento sociais, contra quem lutava também, né, na região?! Porque tinha aqueles que acreditava que ia ganhar muito dinheiro. E principalmente o comércio, uma boa parte dos comerciantes da cidade fizeram campanha, inclusive contra as nossas lutas na época, sobre essa região. Porque tinha essa questão do lucro que ia ganhar muito com Belo Monte, mas, para nós que sempre sobrevivemos da natureza, do meio ambiente, pra nós não era a menina dos nossos olhos, pra nós 'não era tanto faz como tanto fez' construir Belo Monte, porque nós não ia melhorar de vida com Belo Monte. Porque a nossa melhora de vida era continuar no nosso território." (Moradora da cidade de Altamira, 35 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
<p>Associação de moradores (Marabá) – Unidade, visibilidade e força política coletiva</p>	<p>Fábio Feitosa</p>	<p>"Rapaz, é interessante! É interessante porque a gente chegava de manhã e a gente ia pra beira do rio tomar banho, né?! E depois ia para o serviço fazer tijolo nas olarias. E aí meio dia pra tarde, tomava banho no rio de novo, fresco. E aí ia pescar no rio Itacaiúnas e a tardezinha, depois das atividades que a gente trabalha... Após o trabalho, a gente ia tomar banho no rio. Olha a minha vida antes era de trabalhar, por exemplo, na olaria, trabalhar fazendo tijolos, tudo. E aí teve a mudança, que foi uma grande revolução na nossa vida, né?! De oleiro e da gente sair de Marabá, das olarias, da beira do rio. Teve muitos que choraram na época da retirada das casas, tudo. Teve muitos que se beneficiou pela desapropriação e teve outros que não, né?! E lutamos pelos direitos, isso e aquilo. Tivemos que entrar na justiça, tivemos que brigar com a prefeitura, com o secretário de obras. Que pelo prefeito, ele queria nos desapropriar, né?! Mas o secretário de obras não! Queria que nós saísse de lá sem direito a nada! Alegando que nós invadimos a área e tal, isso e aquilo, na beira das estradas, que era na beira que hoje tem a duplicação da</p>

		Transamazônica e a ponte.” (Morador da <i>cidade de Marabá</i> , 33 anos, oleiro e representante de associação, entrevista realizada em maio de 2012).
Associação de moradores (Marabá) – Defesa dos laços comuns com os territórios, visibilidade, mobilização, partilha de experiências e força política coletiva	Valdemar Rodrigues	“Rapaz, a gente já tem uma noção do que tá acontecendo em Belo Monte [conflitos do período de implantação da usina]. Então, a gente já tem que fazer que nem o cara, ver a questão dos outros lá. A gente já tem que fazer que nem aquele ditado, ‘colocar a nossa barba de molho’, né?! Porque lá em Belo Monte já tá acontecendo da forma que tá lá. É assalto, é tanta coisa que tá chegando, gente, pessoas de tudo quanto é lugar do Brasil, entendeu? Então, tá mudando tudo! Então, a gente da mesma forma vai acontecer com a gente aqui, vai acabar a nossa tranquilidade. E já vem acabando! Que isso aí praticamente a gente não, a gente já tá sofrendo as consequências. A gente não tem estrada boa, eu, como representante aqui, eu tento procurar melhorar a nossa estrada, o nosso meio de vida. Água potável, a gente tá com um poço aí tá com quase, mais de um ano parado. A gente vai e não [consegue resolver] com o prefeito, com todo mundo lá. A gente nunca conseguiu arrumar a bomba, que a bomba queimou. O colégio aqui quando passa às vezes quinze dias sem água. Então, são coisas que a gente já tá sofrendo pelo impacto já dessa barragem, entendeu?! Porque eu acho que o poder público tinha que se importar. Por mais que venha a barragem, mas ver... É prestar mais atenção na gente. Vê os pedidos que a gente faz, vai lá. Pô, uma estrada dessa aqui tão perto da rua, tão, né, não era pra tá da forma que tá aí. Você vê que nós temos um balneário aí muito legal, nós temos as nossas praias aí muito legais. Então, tudo isso aí vai acabar em função dessa barragem, entendeu?! Então, quem vai perder com isso? É só nós, os moradores. Tanto nós aqui quanto outros municípios que têm aí pra cima, São João do Araguaia, Tocantins, Bacabau, vários lugar que vão perder muita coisa por questão da barragem. [...] olha, a gente tá batalhando pra isso [orientar a comunidade]. A gente tá até formando, a gente formou um grupo de 12 pessoas, né, que é exatamente pra isso. Pra tá passando o pessoal, orientando o pessoal, né?! Porque é muita gente ‘ah! Veio falar no MAB’, mas não sabe o que o MAB significa, né?! O MAB é um pessoal que ele, o pessoal ‘ah, mas o MAB nunca conseguiu impedir que nenhuma barragem saia’, não! Mas a questão não é essa! A questão é aquela que é tá orientando o pessoal, saber o que o pessoal, né, que eles têm direito. O direito deles! Reconhecer que o direito deles seja reconhecido, né?! Então, muita gente não sabe o que que significa o MAB. Então, a gente tá montando esse grupo do MAB aqui que é exatamente pra isso, pra tá orientando o pessoal. Saber o que que eles têm direito. O que que eles... A barragem vai causar, né, com cada família. Então, a gente tá montando, a gente já tem um grupo aí. Até no dia 12 agora a gente tem uma reunião com a comunidade aqui, com o pessoal do MAB.” (Morador da vila Espírito Santo, <i>município de Marabá</i> , 30 anos, autônomo e representante de associação, entrevista realizada em maio de 2012).
MAB (Marabá) – Defesa dos direitos da população, dos laços comuns com os territórios, unidade, mobilização, partilha	Francisca Meneses	“Sim! É verdade, que foi um momento assim, que quando chegou, que foi, que teve o impacto da notícia que seria construída a hidrelétrica aqui na comunidade. Então, nesse momento foi bem vindo o MAB, é, pra essa articulação, pra tentar explicar como seria a vida da nossa comunidade com essa construção da hidrelétrica. E aí a gente se organizou, reuniu as famílias, fez trabalho de base, conscientizando, né?! Tivemos a oportunidade de conhecer outras cidades que realmente já tinham sofrido esse, já estavam sofrendo as consequências com a construção da barragem. De barragem, né?! E aí trabalhamos essa questão, e juntos teve conquistas. A gente aprendeu melhor se organizar, a lutar pelos direitos, né?! Que muitas vezes a gente por viver aqui, numa área mais distantes, a gente fica sem conhecer. Saber realmente

de experiências e força política coletiva		como lutar pelos nossos direitos. Na época foi muito bem vindo, a gente se mobilizou e diante disso teve conquistas, a questão da educação, do transporte escolar, de água, que a gente tinha deficiência de abastecer a comunidade. Então, vem toda assim [a luta e o processo de mobilização], a vila tem toda, um pouco (...) nesse sentido.” (Moradora da vila Espírito Santo, no <i>município de Marabá</i> , 40 anos, doméstica e representante de movimento social, entrevista realizada em março de 2019).
MAB (Marabá) – Defesa dos laços comuns com os territórios, unidade, mobilização, partilha de experiências e força política coletiva	Nazaré Melo	“Foi! Assim, quando eu conheci, quando eu comecei a participar mais do movimento. Aí eu fui conhecendo quais eram os nossos direitos, os nossos deveres em questão da vinda da barragem. E aí a gente tenta orientar a comunidade, assim, né?! A primeira... A gente viajou... Que foi a primeira [viagem] que eu fui, que a comadre Miriam já tinha participado. A primeira que eu fui, a gente foi pra Porto Velho, e lá tinha uma comunidade que tinha acabado de ser removida pela barragem. Aí lá que a gente conheceu um pouco da realidade das pessoas, de como é que elas estão vivendo depois do impacto da barragem. A gente fez um estudo também, aí eles foram mostrando a realidade, depois da barragem. [...] é... Assim... Eu já, eu sempre comparava logo aqui com a vila, né?! Como é que a vila é, e aonde a gente ia ficar? Porque, nós não... Quando veio a notícia a gente não sabia pra onde que a gente ia. E até hoje, se vier, a gente não sabe pra onde que a gente vai. E, quando a gente conheceu lá, as comunidades lá... Eles, assim, só jogaram as famílias para uma terra lá... Que aonde eles produziam, não tava produzindo mais nada, nem um pé de feijão, se plantassem, não nascia. Então, eu já pensava na nossa comunidade, que aqui nós temos os nossos pés de manga, não é?! Que as crianças adoram, tanto as crianças como os adultos. Pé de fruta que a gente pode colher. E eu já pensava assim ‘se nós for pra um lugar que nem esse que não dá pra plantar nada? Como é que a gente vai sobreviver, né?!’. Já doía lá no fundo do coração.” (Moradora da vila Espírito Santo, no <i>município de Marabá</i> , 33 anos, doméstica e representante de movimento social, entrevista realizada em março de 2019).

Fonte: entrevistas realizadas em trabalhos de campo em Tucuruí (novembro de 2019), Altamira (junho de 2019) e Marabá (abril de 2010, abril/maio de 2012 e março de 2019).

Elaboração: Michel de Melo Lima, 2020.

A síntese da trajetória dos sujeitos que historicamente se aliaram/mobilizaram diante das ameaças ao uso comum de seus territórios pode ser constatada nos trechos das entrevistas organizadas no quadro 14, sobretudo no que diz respeito ao processo de defesa dos rios e dos demais territórios de valores de uso coletivos, que são condição essencial da existência desses sujeitos.

O foco da análise está na dimensão do comum como um princípio político (DARDOT; LAVAL, 2016, 2017, 2018) norteador da atividade insurgente dos sujeitos (moradores, representantes de associações e movimentos sociais) identificados, e de como essa esfera da atividade social – o princípio do comum – pode contribuir como um caminho alternativo¹²² em face do predomínio dos interesses privados e de mercado. Esses interesses se materializam em ações e em parcerias com o que Souza (2017) denomina de esfera pública colonizada, instância que permite o avanço do grande capital e o cercamento de recursos (hídricos, amenidades naturais, biodiversidade etc.) existentes nas realidades analisadas.

As primeiras cinco entrevistas tratam da realidade da cidade de Tucuruí e do médio curso do rio Tocantins. Assim, é importante frisar que nessa região difundiram-se situações socioespaciais traumáticas que são vivenciadas pelos autodenominados expropriados pela usina hidrelétrica de Tucuruí, sujeitos que foram tornados objetos de uma longa e duradoura prática de invisibilização social, de destruição de modos de vida e de negação de direitos que estão diretamente relacionados ao anúncio, ao início da construção e ao funcionamento da UHE de Tucuruí (MAGALHÃES, 2007; NOVAES; MARIN, 2015).

Assim, o sofrimento social engendrado pelo empreendimento hidrelétrico produziu uma demanda incessante de alianças e de mobilizações que se (re)inventaram a partir da ação dos expropriados e do estabelecimento de parcerias com instituições – Igreja Católica (Comissão Pastoral da Terra), universidades, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sindicato dos Trabalhadores Rurais etc. – e movimentos sociais de abrangência local e regional – Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Associação das Populações Atingidas Vítimas das Obras do rio

¹²² O comum apresenta a vocação de prevalecer e de difundir-se nas esferas da atividade humana. Portanto, é necessário entender que não se pode limitar o comum somente a uma dimensão (como uma esfera separada, isolada), abrindo mão de sua difusão ou mesmo negando os debates que dizem respeito ao setor público (Estado) e privado (mercado). Em contrapartida, é essencial subordinar o público e o privado aos interesses do comum como um princípio político e organizativo da ação humana de maneira a reorganizar todas essas dimensões que estão colonizadas pelos interesses capitalistas e da propriedade privada (DARDOT; LAVAL, 2017).

Tocantins e Adjacências (APOVO). Tais ações e parcerias culminaram em manifestações sociais e pautas reivindicatórias que são decorrentes do período de construção da barragem e da memória deste acontecimento que atingiu drasticamente a vida das pessoas. Além disso, o referido movimento coletivo e insurgente é constantemente renovado por processos de resistência desencadeados também por fatos novos que são produzidos pela própria empresa, como a construção das eclusas e o novo processo desterritorializante ocasionado pelo aumento do volume hídrico do lago (MAGALHÃES, 2007; CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014; NOVAES; MARIN, 2015).

Em face dessa situação de conflito, os primeiros registros de documentos reivindicatórios contrários ao empreendimento datam do início da década de 1980, sendo que estes contestavam a forma pela qual a Eletronorte procedia, principalmente sobre: a) o reconhecimento da condição de atingidos; b) o processo indenizatório e c) a realocação da população em condições adequadas de infraestrutura (MAGALHÃES, 2007). Também é importante considerar que essas reivindicações continham traços de uma diversidade socioespacial e populacional que remonta ao período anterior de construção da barragem; uma pluralidade de identidades que foi reduzida à identidade de “colono”¹²³, uma construção sociopolítica que permitiu a produção de uma narrativa unificadora de destinos na arena pública (MAGALHÃES, 2007; NOVAES; MARIN, 2015).

Por outro lado, da mesma maneira que se observa em outros contextos de ameaça à reprodução socioeconômica e cultural dos povos, a experiência coletiva da “maneira de sentir” o processo modernizante também permitiu aos integrantes de determinados grupos sociais construir uma identidade coletiva e unificadora de lutas que progressivamente se contrapôs a situação de medo que lhes foi imposta (MAGALHÃES, 2007).

A partir disso, deram-se uma série de ações por parte dos atingidos e de movimentos sociais, com diversos acampamentos¹²⁴ (nos quais se aglutinavam

¹²³ A perda de terras inaugurava um deslocamento dos sujeitos expropriados para uma categoria atribuída pelo Estado que é a de “colono”. Progressivamente, a categoria foi sendo assumida pelos sujeitos frente às condições de vida que se desmoronavam, principalmente por conta da abertura e/ou possibilidade dos atingidos de disporem de terras em áreas de assentamentos oficiais (NOVAES; MARIN, 2015).

¹²⁴ No caso da UHE de Tucuruí, por acampamento entende-se o resultado de uma unidade de mobilização dos moradores dos municípios atingidos pela hidrelétrica que se expressa por meio da permanência mais duradoura dos agentes sociais nas instituições públicas vinculadas e/ou

denúncias de arbitrariedades cometidas pela Eletronorte, articulavam-se negociações e uma ampla gama de reivindicações), encontros (ciclo de palestras e reuniões entre os atingidos, movimentos sociais e instituições científicas), ocupações de canteiros de obras da empresa, fechamento de estradas e passeatas realizados na cidade de Tucuruí e nas dependências da Eletronorte. Eram ações com objetivos diversos, dentre os quais destacam-se: I) reconhecimento e realocação adequada da população atingida/expropriada; II) necessidade de se tomar providências em relação ao controle da praga de mosquitos que apareceu após a formação do lago; III) negação da expulsão dos moradores das ilhas do lago; IV) implementação de serviços (educação, saúde, vias de acesso e transporte) nos novos espaços de reassentamento da população atingida; V) reivindicações de criação da Reserva Extrativista do Lago de Tucuruí; VI) proposição de um Plano de Desenvolvimento Sustentável para a população atingida etc. Todos esses acontecimentos foram acompanhados por diversas reuniões em Brasília, Belém, Tucuruí e em diversos municípios do entorno da UHE em referência (MAGALHÃES, 2007).

As mobilizações sociais de expropriados, acampados, pescadores, extrativistas, moradores das ilhas, agricultores, moradores da cidade, indígenas atingidos pelos efeitos da implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí são identificadas em diferentes momentos por esses agentes sociais. O caráter contingente e atualizado das situações sociais, assim como, da retomada das obras da UHT-Tucuruí, com a segunda etapa em 2008, marca o percurso temporal e espacialmente determinado, que se confunde com a vida de famílias que representam uma terceira geração de expropriados, que continua se mobilizando e atuando politicamente (NOVAES; MARIN, 2015, p. 181).

A construção da identidade de expropriado deu-se como uma resposta a um problema coletivo, que está relacionado ao sofrimento social produzido pela instalação da usina hidrelétrica de Tucuruí e pela (re)vivência do deslocamento compulsório. Tal situação atualiza conflitos e bandeiras de lutas manifestadas na arena pública local e regional (MAGALHÃES, 2007). Por conta disso, no entendimento de Novaes e Marin (2015), os autodenominados “expropriados” atualizam e apontam o sentido atribuído a essa categoria analítica no presente, não a mantendo no passado, principalmente em face das atuais ações do grande capital, do Estado e dos interesses privados locais, regionais e nacionais (construção das eclusas da usina, criação de novos

responsáveis pela obra e pelo processo de remanejamento e indenização. A título de exemplo, desde o ano de 1982 até o ano de 2015, tem-se o registro de 4 grandes acampamentos como estratégias de mobilização social por parte dos sujeitos expropriados (NOVAES; MARIN, 2015).

espaços de lazer na orla da cidade, estabelecimento da hidrovia Araguaia-Tocantins etc.).

É nesse contexto que se destaca a fala de José Carlos Martins, um representante da Associação das Populações Atingidas Vítimas das Obras do rio Tocantins e Adjacências (APOVO) que resume como ocorreu o processo de organização das comunidades impactadas direta e indiretamente pela UHE de Tucuruí. A entidade foi criada, no início da década de 2010, para potencializar a força coletiva dos sujeitos, conferindo-lhes visibilidade e representatividade regional. Atualmente é composta por 29 diretores e congrega populações dos seguintes espaços/comunidades: Matinha, Beira rio, Malgal, Caputeu, Pederneira, Três Torres, Criolas, Muru, Tauá, Nazaré dos Patos, Jutáí, Matacurá, Açaizal, Itaquara, Vila Santa Maria de Andirobal, Aldeira Assurini-Trocará e demais bairros impactados pela usina.

A APOVO é um dos movimentos sociais mais atuantes na cidade (foto 42). Sua área de influência estende-se pelo baixo e médio Tocantins e suas ações envolvem mobilizações de diversas comunidades ligadas ao rio e suas margens (ribeirinhos, indígenas, descendentes de quilombo, produtores rurais etc.). O foco da APOVO está no reconhecimento da população atingida à jusante, no estabelecimento de estratégias de defesa do rio Tocantins e dos demais territórios comuns, e, por fim, na inserção da população atingida nas políticas mitigadoras dos impactos do empreendimento hidrelétrico¹²⁵.

¹²⁵ A pressão exercida contra a Eletronorte ocorreu sobretudo no âmbito das ações do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno da UHE Tucuruí (PDST), que objetivava promover um processo amplo de mudança (num horizonte que vai do ano de 2002 ao ano de 2020) e de reorganização da economia e da sociedade regional, combinando a elevação da qualidade de vida da população com o crescimento econômico e a conservação ambiental. Ademais, com base nos mesmos objetivos do PDST foi definida a PIRTUC, que seria o Plano de Inserção Regional da UHE Tucuruí, que consiste num subconjunto do PDST e, de maneira geral, no compromisso assumido pela Eletronorte de contribuir para a concretização do ideal de desenvolvimento sustentável da região. O objetivo era atingir 50% das metas (através da relação entre vários órgãos e do estabelecimento de parcerias público-privadas) que envolvem ações de dotação de infraestrutura física local e regional, capacitação de pessoal, melhoramento nos serviços básicos da região (saúde, educação, saneamento, urbanização, habitação) nos primeiros 10 anos de sua implementação. O montante de recursos é de quase 200 milhões de reais previstos para serem utilizados até o ano de 2020. Nesse contexto, é importante destacar mais dois planos, que são o Plano Popular de Desenvolvimento da Jusante da UHE de Tucuruí (PPDJUS) e o Plano de Inserção Regional de Jusante (PIRJUS). O primeiro consiste num plano elaborado segundo uma metodologia de planejamento participativo, que envolveu um amplo diálogo com a sociedade civil organizada e instituições dos municípios da região. Por conta disso, o PPDJUS é um referencial estratégico da região e um instrumento de negociação e aglutinação política de diferentes sujeitos sociais locais, contribuindo para o debate e a convergência de ações e projetos públicos a serem implementados. O segundo corresponde a uma rubrica orçamentária a ser aplicada no apoio ao desenvolvimento socioeconômico nos cinco municípios (Cametá, Mocajuba, Baião, Limoeiro do Ajurú e Igarapé-Miri) da jusante da UHE de Tucuruí (BRASIL, 2018). São programas e planos que foram alvo de intensos debates e conflitos,



Foto 42 – Audiência pública sobre o projeto da hidrovía Araguaia-Tocantins: registro da participação de integrantes da APOVO na audiência pública ocorrida em setembro de 2019, na cidade de Tucuuruí-Pa. Na ocasião, foram feitos vários questionamentos sobre a viabilidade socioambiental do projeto, em seus diferentes momentos de implementação. Fonte: Associação de Populações Organizadas Vítimas de Obras no Rio Tocantins e Adjacências (2019).

despontando como possibilidades de inserção de coletivos de moradores e dos movimentos sociais nas políticas públicas em nível local e regional.

Partindo dessa situação de conflito social, o representante da APOVO, que já integrou o Movimento dos Sem Terra (MST), a Frente Nacional de Luta Campo-Cidade (NFL) e a Confederação Nacional de Agricultura (CONAFER), narra a sua trajetória, que envolve o processo costumeiro de ameaças, a sua prisão e uma tentativa de assassinato. Soma-se a isso um comentário dele sobre a importância das lutas sociais e de como isso está no “sangue que corre na veia” das lideranças, forças que surgem como uma espécie de “tora rústica que vem do mato” para ser lapidada. Isso porque uma das questões centrais para os coletivos está na necessidade de organização dos atingidos/espoliados, e é essa força, essa necessidade de superação do medo e das carências impostas pelo processo de desenvolvimento capitalista na região que parece mover este sujeito amazônida.

João Assurini, uma liderança indígena (etnia Asurini) que também é membro da APOVO, comenta como atualmente não se briga mais “isolado” referindo-se ao coletivo de sujeitos impactados, seja na jusante, seja na montante do lago da hidrelétrica. Assim, o indígena destaca o processo de união de forças e a ampliação coletiva da bandeira de luta por direitos e demandas sociais frente ao empreendimento hidrelétrico e ao Estado, pois, foi dessa maneira que a APOVO ganhou expressão para se inserir no âmbito das políticas públicas (PIRTUC) de mitigação dos impactos regionais do empreendimento e se destacou na luta pelo reconhecimento da condição de atingidos/expropriados das comunidades localizadas no baixo curso do rio Tocantins.

O representante do MAB, Antônio Ribeiro, que é da coordenação regional do movimento (que abrange os municípios de Tucuruí, Breu, Repartimento, Baião, Cametá, Mocajuba e Limoeiro do Ajuru), afirma que “sozinho ninguém avança” ao comentar o fato do movimento agregar demandas de sujeitos que se reconhecem a partir de identidades inter-relacionais diversas, de ribeirinhos das ilhas, de pescadores e marisqueiros, de trabalhadores rurais, de descendentes de quilombo etc. A sua perspectiva é a de que, para surtir efeito, um movimento precisa produzir parcerias/alianças e unidade no discurso, nas pautas, entre os coletivos de atingidos, principalmente para evitar estratégias de cooptação por parte do grande capital. Dessa forma, de acordo com o representante do MAB, essa mobilização e unidade, quando aliadas ao quantitativo de pessoas de caráter mais expressivo, acaba se

traduzindo em força política e na produção de estratégias alinhadas e pautas unificadas para fazer frente à empresa (Eletronorte).

A fala de Ronaldo Campos, que é representante de associação (moradores da comunidade Pederneira) e, igualmente, membro da APOVO, certamente vai ao encontro de um problema que foi ocasionado pela construção das eclusas da usina, nas proximidades do bairro Matinha. A referida intervenção eliminou uma praia na qual os pescadores aportavam os seus barcos, e os barqueiros, ambulantes e barraqueiros trabalhavam atendendo a demandas lúdicas dos visitantes e turistas (CADERNO NOVA CARTOGRAFIA, 2014; NOVAES; MARIN, 2015).

Sem a devida compensação aos atingidos e por conta dos danos ambientais causados pela construção das eclusas, foi pleiteada uma indenização no valor de 60 milhões por parte dos membros da APOVO, que, para chamar a atenção da empresa e dos representantes do poder público municipal, fecharam, no dia 11 de novembro de 2019 (foto 43), a principal rodovia de acesso à cidade de Tucuruí (PA-263), na “cabeceira” da barragem (município de Breu Branco).

Ademais, também é interessante perceber, a partir da fala de Ronaldo Campos, como funciona as estratégias de mobilização e de articulação coletiva dos integrantes da APOVO em relação ao incentivo e aos gastos coletivos para transportar, mobilizar e alimentar os membros do movimento durante o processo de luta para o pagamento da indenização referente ao desaparecimento da praia, no bairro Matinha.



Foto 43 – Manifestação na PA 263 (município de Breu Branco): registro do ato de ribeirinhos, de descendentes de quilombo, de indígenas, de agricultores e demais coletivos integrantes da APOVO. O objetivo era o de cobrar o pagamento da indenização de 60 milhões de reais pelos danos socioambientais causados para população local pela construção das eclusas da usina hidrelétrica de Tucuruí. Foto: Aldeney Moraes (novembro de 2019).

Por seu turno, Manoel da Silva, um pescador aposentado que representa a associação de moradores da comunidade Cameté (situada no lago da usina) conta como é importante o processo de articulação para conseguir melhorias para a população do seu território. Nesse sentido, ele narra como a existência da associação ajuda na organização das demandas coletivas dos sujeitos e no processo de pressão junto aos representantes da esfera pública local, uma atitude que é fundamental para se obter os meios infraestruturais e/ou serviços essenciais que possibilitem a permanência destes sujeitos em seus territórios ribeirinhos.

Assim, os autodenominados expropriados da usina hidrelétrica de Tucuruí não podem ser confundidos como uma categoria social genérica (colonos) ou apenas como um grande conjunto de atingidos, uma vez que cada grupo assume a sua própria identidade a partir de lutas coletivas que não negam suas especificidades e suas demandas enquanto grupos sociais. É nesse sentido que emergem e/ou se fortalecem territorialidades, formas de organização política e lutas pela afirmação de direitos. Dessa maneira, os efeitos da implantação do empreendimento (em suas diferentes fases) expressam uma dimensão conflituosa e insurgente que a empresa e o Estado (em diferentes instâncias) não controlam, manifestada, notadamente, na constituição da resistências e em estratégias de lutas de agentes sociais que colocam-se para além dos mecanismos institucionais e compensatórios comumente disponibilizados (NOVAES; MARIN, 2015).

No caso do espaço urbano de Altamira e dos processos desencadeados pela modernização regional no contexto recente, é essencial notar que as transformações produzidas na Amazônia, nas últimas décadas, criaram uma série de condições que favorecem a constituição de processos de mobilização e de (re)agrupamento sociais ligados à prática de determinados coletivos de sujeitos, e isso sempre no marco de debates sobre a viabilização de empreendimentos capitalistas e a formulação de políticas implementadas e pensadas para a região (ALONSO; CASTRO, 2006).

Os processos de mobilização e resistências, no caso da região da Volta Grande do rio Xingu, remontam à década de 1980, quando a Eletronorte iniciou os estudos sobre o que denominou Complexo Hidrelétrico de Altamira, um empreendimento que seria formado por duas usinas – Kararaô e Babaquara.

Parte do atraso na implantação das usinas se deu por conta das mobilizações de grupos sociais (trabalhadores rurais, ribeirinhos, povos indígenas e segmentos

urbanos etc.) (COSTA, 2004) contrários ao empreendimento e por pressões de forças políticas internacionais que acabaram levando as agências financiadoras envolvidas a reverem os seus critérios de financiamento. O processo de resistência coletiva, sobretudo indígena, teve como resultados mais significativos a redução da área de inundação do lago, a permanência de Terras Indígenas (Arara e Paquiçamba) que seriam submersas e a construção de apenas uma usina no rio Xingu (ALONSO; CASTRO, 2006; LEME, 2009; ALMEIDA; MARIN, 2014).

Desses marcos da mobilização dos sujeitos do rio e da floresta destaca-se o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado na cidade de Altamira, no ano de 1989. O evento reuniu mais de 3 mil pessoas, entre autoridades (representantes da Eletronorte, presidente do Ibama, o prefeito de Altamira), indígenas e demais representantes da população local; sendo os índios os sujeitos que mais manifestaram ativamente o seu descontentamento com a política de construção de barragens do governo federal. É nessa ocasião que a índia Kaiapó Tuíra (foto 44), como sinal de protesto, encostou a lâmina do seu facão no rosto do diretor da Eletronorte (José Antônio Munis Lopes). Ademais, após o referido evento, a denominação “Kararaô”, que significa “grito de guerra” na língua Kaiapó, foi substituída por Belo Monte com o objetivo de não afrontar os povos indígenas (ALONSO; CASTRO, 2006; ALMEIDA; MARIN, 2014; MIRANDA NETO, 2016).



Foto 44 – I Encontro dos Povos Indígenas do Rio Xingu: registro histórico da indignação da índia Tuíra Kayapó, durante a exposição do representante da Eletronorte sobre a hidrelétrica de Kararaô. Na ocasião, a indígena encostou o seu facão no rosto do representante da estatal em sinal de advertência e negação do empreendimento. Foto: Paulo Roberto Jares Martins (fevereiro de 1989).

A partir desse marco histórico foram produzidos vários momentos nos quais os sujeitos protagonizaram unidades de mobilização¹²⁶ na região da Volta Grande do Rio Xingu. Destes, também tem grande destaque, no ano 2008, o “Encontro Xingu para Sempre”, que reuniu populações indígenas e ribeirinhas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, pesquisadores e especialistas, para debater impactos de projetos de hidrelétricas na bacia do rio Xingu. Nesse encontro, os indígenas também entraram em confronto com o responsável pelos estudos ambientais da hidrelétrica, Paulo Fernando Rezende, que recebeu um corte no braço. Terminado o evento, o movimento elaborou e divulgou a Carta Xingu Vivo Para Sempre, que especificava diversas ameaças ao rio Xingu e apresentava um projeto de desenvolvimento alternativo para a região (ALMEIDA; MARIN, 2014).

Assim, vários atos (foto 45) foram organizados e executados ao longo do tempo por parte das populações atingidas, sempre com o envolvimento de instituições parceiras, ambientalistas e movimentos sociais locais e regionais. É nesse contexto que ocorrem o fechamento de rodovia (Transamazônica), a ocupação de canteiros de obras da usina de Belo Monte, da mesma maneira que se dão atividades simbólicas de pesca coletiva e “abraços” da população da Volta Grande no seu principal referencial socioespacial comum – o rio Xingu.

¹²⁶ As unidades de mobilização aproximam, contingencialmente, diversas identidades socioespaciais, agrupando reivindicações de diferentes categorias e grupos sociais (sujeitos heterogêneos e com interesses específicos) numa mesma ação coletiva, que em determinado momento envolveu indígenas, pescadores artesanais, oleiros, moradores de bairros da cidade etc. Esses sujeitos foram aproximados pelo poder nivelador da intervenção do Estado e de suas políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias, ou por meio de ações por ele incentivadas em parceria com o capital privado, que acabaram por produzir muitos deslocamentos compulsórios (ALMEIDA; MARIN, 2014).



Foto 45 – Registro do ato simbólico “Pare Belo Monte”: imagem da ocupação simbólica de uma das “ensecadeiras”, uma estrutura utilizada para desviar temporariamente o rio enquanto prosseguem as obras de construção do empreendimento hidrelétrico. O movimento reuniu indígenas, ribeirinhos, agricultores, moradores da cidade, ambientalistas e movimentos sociais locais e regionais. A ação acabou fazendo parte do contexto do Encontro Xingu +23, que ocorreu quase no mesmo período que o Rio de Janeiro recebia a Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) na tentativa de chamar atenção de lideranças mundiais para os problemas ocasionados pelo empreendimento hidrelétrico no rio Xingu. Foto: Atossa Soltani (junho de 2012).

Recentemente também teve destaque o evento “Amazônia no centro do mundo”, que reuniu, na cidade de Altamira, entre os dias 17 e 19 de novembro de 2019, indígenas, ribeirinhos, movimentos sociais, jovens ativistas do clima e cientistas para reafirmar um compromisso em defesa da Amazônia e do planeta. O objetivo do evento foi o de promover debates, ações culturais e rodas de conversa sobre a crise climática global e outros assuntos, como grandes obras de infraestrutura, queimadas ilegais e o avanço do desmatamento na Amazônia (MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE, 2019).

Também se buscou fortalecer a aliança entre populações urbanas (locais, nacionais e internacionais) e os povos da floresta; estes últimos que, com os seus modos de vida tradicionais, promovem o equilíbrio e a preservação da Amazônia em pé. Por fim, deu-se a produção de um manifesto, assinado pelos participantes, que reafirmava o compromisso coletivo de salvar a floresta e lutar contra a extinção das vidas no planeta (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, 2019).

É em face de toda essa mobilização que se chama a atenção para o trecho da entrevista de Marcos Curuaia, que é representante de uma das associações indígenas situadas na cidade. Segundo ele, o processo organizativo é importante, sobretudo para adquirir força coletiva e experiência, e, depois, poder constituir a sua própria associação, isto é, o seu próprio referencial de mobilização e lutas por melhorias para a população que ele representa.

A fala do indígena confirma uma vontade de demonstrar aos representantes do poder público e da sociedade, de uma maneira geral, que os índios têm capacidade e autonomia para trabalhar e decidir o que é melhor para si. Assim, a ideia de sair da condição de invisibilidade é muito forte em seu relato. Ademais, igualmente demonstra o fato de que os indígenas na cidade de Altamira (CARDOSO, 2018) se inserem no âmbito das políticas públicas locais e regionais, conseguindo conquistas por meio de pressão popular e através dos instrumentos institucionais existentes, como o Projeto Básico Ambiental (PBA), no Componente indígena, e o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX)¹²⁷. O PDRSX surge por meio de uma

¹²⁷ O PDRS do Xingu objetiva implementar políticas públicas e iniciativas da sociedade civil (em parceria com o setor privado) que promovam o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de aproximadamente 400 mil pessoas nos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, São Felix do Xingu, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. Além dos orçamentos públicos, o PDRSX conta com a alocação, no prazo de 20 anos, de recursos originários da Norte Energia S.A. no montante de R\$ 500 milhões decorrentes de exigência inscrita no Edital de Leilão nº 06/2009 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para a UHE

parceria entre o governo federal e estadual, no contexto dos grandes projetos de infraestrutura da região (hidrelétrica de Belo Monte) visando maximizar benefícios gerados pelos empreendimentos e mitigar de seus impactos negativos, especialmente os de natureza socioambiental (BRASIL, 2018).

Assim, o relato do sujeito é significativo, pois ele e sua associação compõem o universo de aproximadamente 04 associações indígenas existentes na cidade de Altamira, que são: a) AIMA (Associação dos Índios Moradores de Altamira), mais antiga, que é multiétnica e congrega aproximadamente 1000 membros; b) Kirinapã, representando cerca de 90 indígenas das etnias Xipaya e Curuaia; c) Tubyá, com 70 indígenas Juruna; e d) Inkuri, dos indígenas Curuaia, com um contingente populacional que fica entre 80/100 membros (CARDOSO, 2018).

Sobre essas associações e suas conquistas, destaca-se que

com a implantação de Belo Monte e o surgimento de demandas específicas por etnia, cresce o número de associações indígenas na cidade, o que se caracteriza como um movimento de reação frente a esses processos. De acordo com as entrevistas, observa-se que desde a implantação da primeira associação indígena na cidade, a AIMA, muitos avanços foram feitos pelos povos indígenas que residem na cidade de Altamira; o número atual de associações nos permite essa compreensão. Entre as principais conquistas relatadas estão: 1) o reconhecimento por parte da FUNAI dessa realidade indígena da cidade; 2) criação da Coordenação Técnica Local (CTL) de índios citadinos e ribeirinhos; 3) união dos povos indígenas na cidade; 4) parcerias com instituições de ensino, a exemplo da UFPA, para elaboração de projetos que possam trazer melhoria à qualidade de vida dos indígenas; 5) apoio dos movimentos sociais; 6) aquisição, através de projetos no PDRS do Xingu, de equipamentos para as associações, projetos de capacitação profissional para os associados e projetos para valorização da cultura indígena e geração de renda; 7) aprovação do RUC Pedral; 8) lotes para a construção das sedes das associações. O reconhecimento e respeito que vêm ganhando diante da sociedade civil e o orgulho da pertença étnica são os feitos mais relatados (CARDOSO, 2018, p. 115).

Torquato Barros é representante de Associação dos Carpinteiros Navais de Altamira e Xingu (ASCANAX), e, em seu relato é destacada a importância da união dos carpinteiros da associação para conseguir manter um espaço de trabalho na

Belo Monte. O PDRSX foi institucionalizado por meio do Decreto nº 7.340, de 21 de outubro de 2010, prevendo o estabelecimento de um mecanismo de gestão partilhada (Comitê Gestor) entre os diversos atores (BRASIL, 2010). Ademais, os trabalhos de campo e o contato com os sujeitos da pesquisa demonstraram que o montante de recurso existente para a alocação de programas e projetos também se configura como objeto de cooptação social e de disputa por parte de diversos segmentos da sociedade em Altamira, o que vem causando muitos conflitos entre representantes de associações e movimentos sociais locais e regionais. Por fim, do montante de recursos, apurou-se que atualmente 200 milhões ainda precisam ser aplicados, porém, o Decreto nº 9.784, de 07 de maio de 2019 extinguiu o comitê gestor responsável por deliberações e aprovações de novos projetos (BRASIL, 2019a), uma ação que, na prática, afetou a destinação de recursos, cujo aporte pela concessionária (Norte Energia S. A.) é condicionado à aprovação pelo órgão responsável pela governança do plano.

margem do rio Xingu. Estes sujeitos, que desenvolviam suas atividades de maneira dispersa ao longo da orla da cidade, foram desterritorializados no processo de retirada das populações localizadas abaixo da cota 100, uma ação que fez com que eles se organizassem e coletivamente reivindicassem um local que possibilitasse realizar de maneira satisfatória o seu trabalho. A demanda dos carpinteiros foi atendida pela empresa através da cessão de uso de um galpão, por 20 anos, para os trabalhadores.

Assim, diante de todo esse processo, no entendimento do carpinteiro, a chegada da Norte Energia S.A. trouxe muitos problemas para a população local, prejudicando o serviço dos carpinteiros, dos pescadores, dos barqueiros, retirando gente de seus lugares. Por conta disso, ele sente que os sujeitos têm o direito à indenização, por todas essas perdas (moradias, locais de trabalho e de subsistência, subtração da relação com o rio), mas, para isso, é necessário haver mais cobrança por parte da população atingida.

A entrevista da representante do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Maria Teixeira Guedes, consiste num verdadeiro manifesto dos povos do rio e da floresta, no sentido de expressar o quanto o processo modernizante, a instalação de grandes empreendimentos capitalistas multiescalares e o ideal desenvolvimentista difundido no espaço regional consistem em verdadeiros atos violentos, nocivos e colonizantes para a população da Amazônia.

Por conta disso, é preocupação da moradora, de seu movimento social e dos sujeitos que por ele são representados, que as instituições de direito façam cumprir o que está previsto na Constituição em relação aos direitos das populações amazônicas, sobretudo o direito de manutenção de seus territórios coletivos, sejam eles territórios ribeirinhos ou indígenas. Além disso, ela coloca como bandeira de luta o estabelecimento de melhorias nas políticas públicas direcionadas à população atingida pelos intentos modernizantes, ao mesmo tempo que destaca a importância de se estabelecer ações no sentido de capacitar politicamente as comunidades, os grupos, os sujeitos regionais, de forma a fazê-los entender os seus direitos, os seus protagonismos e as demandas de proteção do meio ambiente, principalmente contra as ações do Estado (omisso e violador) e a instalação de grandes projetos que produzem a destruição da Amazônia.

Outro aspecto interessante da fala em comento está na ideia de proteção da Amazônia (rios, floresta e seus valores de uso) enquanto um comum – recurso de uso

coletivo, referencial simbólico-cultural e de preservação ambiental, elemento de contradição e de conflito em face do avanço do grande capital –, em torno do qual se estabelece um princípio político de luta difundido pelo seu movimento social.

É nesse sentido que é narrada a atualidade da luta coletiva e uma resistência mais forte, articulada e fortalecida, inclusive contra a exclusão provocada pela palavra “desenvolvimento”, que nega os povos e comunidades em favor dos grandes grupos, do poder econômico e da modernidade capitalista. A partir disso, é proposto, por Maria Teixeira Guedes, uma outra forma de reprodução social, um “modelo de envolvimento” assentado na cultura dos povos do Xingu e da Amazônia, no seu jeito de produzir, de viver, de se relacionar com a natureza e de lutar pela defesa de seus territórios comuns.

A moradora Raimunda de Jesus Viana, representante do Conselho Ribeirinho, narra como se deu o processo de formação do conselho, um coletivo de sujeitos do rio e da floresta, cujos territórios foram espoliados durante a instalação da UHE de Belo Monte. O sentimento da ribeirinha era o de que não tinha ninguém que os olhasse, que atentasse para a sua existência e suas demandas. Isso porque era a empresa (Norte Energia S. A.) que estava definindo autoritariamente quem eram os sujeitos atingidos e quem receberia algum tipo de indenização ou um novo imóvel, desconsiderando a dupla moradia (na cidade e em comunidades ao longo do curso do Xingu) (WEIBERMEL, 2017; BARRETO, 2019), os laços de parentesco e vizinhança, e as relações simbólico-culturais da população com o rio.

É partir dessa constatação que os sujeitos começaram a se organizar, estabelecendo contatos e firmando parcerias com algumas instituições – Ministério Público Federal, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), universidades, Instituto Socioambiental (ISA) etc. – e o Movimento Xingu Vivo Para Sempre. O resultado disso foi a formação do Conselho Ribeirinho, um coletivo da população das águas que têm como um dos seus principais objetivos reconhecer os sujeitos impactados e que teriam o direito a um reassentamento digno, com infraestrutura e serviços (transporte, saúde, educação) adequados, ao longo do rio Xingu.

A ideia também era reestabelecer os laços socioespaciais comuns com as águas, principalmente para uma parte da população que, nas palavras da ribeirinha, estavam “na rua, morrendo de fome, se matando com cachaça, separando da família

porque não podia sustentar, usando droga”. Para tanto, utilizar-se-iam, também, os seus conhecimentos do rio e o apoio das instituições e movimentos sociais parceiros para mapear e definir os territórios mais adequados ao processo de re-territorialização no sentido destacado por Haesbaert (2009, 2014).

Para finalizar sobre os relatos dos sujeitos de Altamira, é realizada uma análise do trecho da entrevista de Márcia Alves da Silva, ribeirinha e integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que narra a importância da união dos povos da região, sobretudo porque eles tinham um inimigo e uma pauta comum, que versava sobre o direito à moradia urbana e rural, o direito à sobrevivência, à subsistência. Estes, em grande parte, estavam relacionados ao rio Xingu e à proximidade da área urbana da cidade de Altamira, principalmente por conta da localização dos serviços de educação, saúde, transporte, dos benefícios sociais e do acesso às políticas públicas locais.

Assim, foram constituídos coletivos de ribeirinhos, indígenas e demais moradores dos espaços de orla e dos baixões da cidade, que atuaram junto aos movimentos sociais locais e regionais contra os interesses do empreendimento, do Estado, dos comerciantes da cidade e dos demais sujeitos que viram, na instalação de Belo Monte, uma maneira de enriquecer por conta do dinheiro das indenizações, do dinamismo econômico da cidade e das oportunidades de negócios provenientes do grande contingente populacional que trabalharia na construção da obra.

A partir disso, ocorreu uma aproximação de categorias identitárias diferenciadas de sujeitos e surgiram conflitos, sendo que quem realizou os principais enfrentamentos foram as populações tradicionais, os movimentos sociais e os demais coletivos que apresentavam um vínculo comum com o rio Xingu e suas margens; sujeitos para quem a melhora de vida não estava assentada no processo de acumulação de capital, mas sim na preservação do rio e no fato de poder continuar suas vidas em seus territórios de valores de usos coletivos.

A realidade marabaense também desponta como um espaço modificado pelas ações modernizantes e empreendedoras que se acumulam na região. Porém, diferentemente de outras realidades deste estudo (Tucuruí e Altamira), o processo em curso é menos “abrupto” por não se tratar diretamente da instalação de grandes empreendimentos e/ou objetos espaciais (SANTOS, 2008), já que estes, notadamente a hidrelétrica de Marabá e hidrovía Araguaia-Tocantins, ainda não foram implantados.

Isso não quer dizer que os resultados das mudanças infraestruturais, que se apresentam como melhorias (duplicação de pontes, obras de urbanização e de suporte ao turismo, construção de conjuntos habitacionais) coletivas para a população marabaense de baixa renda ligada aos rios, sejam menos nocivas para o seu processo de reprodução material e simbólico-cultural.

A confirmação disso está na fala de Fábio Feitosa, que foi representante de moradores da vila Socó, uma comunidade que foi expulsa de seu território durante o processo de duplicação da ponte sobre o rio Itacaiúnas. Na ocasião, ele destaca o sofrimento social (MAGALHÃES, 2007) dos moradores que viviam do rio e da produção nas olarias localizadas na orla da cidade. Dessa forma, a importância do recurso hídrico e do seu local de trabalho fez com que os oleiros se organizassem e lutassem pelos seus direitos contra o poder público municipal, que se negava a reconhecê-los na condição de atingidos. O resultado das mobilizações foi o fortalecimento dos laços comunitários, o pagamento de indenizações e a realocação de parte da população em outro espaço da cidade, no bairro Bela Vista, que está distante do rio.

Por seu turno, Valdemar Rodrigues narra a repercussão do anúncio e do início dos estudos do empreendimento hidrelétrico de Marabá, na vida dos moradores da vila Espírito Santo, no início da década de 2010. Para ele, a partir deste momento a comunidade teve o seu destino traçado, que era o de ser destruída pela construção da barragem. Isso fez com que esse espaço fosse abandonado pelo poder público municipal, que parou de atender a diversas demandas, sejam elas de melhorias na estrada que permite o acesso à comunidade, seja de abastecimento de água. Por conta disso e pelos acontecimentos daquela época em Altamira (os conflitos pela construção de Belo Monte), os sujeitos começaram a se organizar e a colocar as suas “barbas de molho” no sentido de orientar e conscientizar a população de seus direitos. É nesse cenário que também se estabelece uma parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que passou a atuar ativamente na comunidade.

A ideia central era formar uma frente ampla em defesa do rio Tocantins e de suas margens, os territórios comuns da população local, como pode ser constatado no trecho da entrevista da moradora Francisca Meneses, que passou a atuar pelo MAB, principalmente fazendo o trabalho de base, organizando e reunindo as famílias no sentido de operacionalizar o processo de enfrentamento e de luta pelos seus

direitos. Dessa forma, mesmo com o recuo temporário da UHE de Marabá, o empoderamento e a experiência adquirida fortaleceu os vínculos entre os sujeitos, inclusive, produzindo conquistas para a comunidade na questão do transporte escolar e no abastecimento de água da população.

A questão da partilha de experiências e o conhecimento de outras realidades impactadas por barragens também foram essenciais para o processo de mobilização e empoderamento da população da comunidade, como é relatado na fala de Nazaré Melo. É nesse sentido que a moradora destaca como a ameaça ocasionada pelo grande empreendimento lhe ajudou a valorizar e a entender melhor a importância dos recursos hídricos e florestais existentes no seu território comum.

Assim, a territorialidade hegemônica, modernizante e empreendedora que se difunde através do discurso da “ideologia de benefícios” nos espaços ligados aos rios Tocantins e Itacaiúnas, em Marabá, é confrontada por uma resistência cotidiana ribeirinha (LIMA, 2013, 2016) e por uma territorialidade contra hegemônica (HAESBAERT, 2014) e subalterna mais cadenciada, que, na produção social do espaço e do território do comum ligado aos rios, encontra um refúgio, um subsídio para outras formas de reprodução socioespaciais mais assentadas em ideais cooperativos, (co)responsáveis e solidários.

As entrevistas realizadas e as histórias dos sujeitos demonstram o ideal de defesa dos territórios comuns. Por outro lado, é importante frisar que essa dimensão não é gestada sem dificuldades, pois também se trata de um processo conflituoso, como se pode visualizar nos trechos das entrevistas abaixo.

Quadro 15 – Tucuruí, Altamira e Marabá: conflitos internos nos movimentos sociais

Elementos de conflito	Sujeitos	Trecho da entrevista
Prevalhecimento de interesses individuais e divisões nos coletivos de sujeitos	Antônio Ribeiro	<p>“Isso é muito ruim! É, existe, mas é muito ruim! Até quando vai pra fora, chega no povo, chega na imprensa e isso faz dividir o movimento em todas as áreas. Em Tucuruí, como o MAB é o maior movimento aqui, com mais gente e tal, muitas vezes nós fizemos mobilizações só nós, na cara e na coragem. É, quando os parceiros vêm, a gente sente e vê o espaço de cada um. Nós não conseguimos gerar aqui, é, conflitos internos que a gente perdesse esse ou aquele companheiro de algum movimento. Porque a gente tem a capacidade de sentar, dialogar, nós defendemos pauta. As vezes o pessoal ia lá pra nossa mobilização só pra dar força. Quando eles vinham negociar com a prefeitura era nós que vinha dar força pra eles. Então, era eles que direcionavam. A fala política é deles e nós era só a retaguarda. Já aconteceu de tudo aqui! Quando tinha coisas que eles queriam negociar com a Eletronorte, nós bancava, se fortalecia e todo mundo saía ganhando. É muito ruim quando o cara olha só para o seu umbigo e esquece que tem gente atrás esperando um resultado, aí todo mundo perde!” (Morador da <i>cidade de Tucuruí</i>, 52 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em novembro de 2019)</p>
Prevalhecimento de interesses individuais, divisões e cooptação de sujeitos	Maria Teixeira Guedes	<p>“E daí, então, pegou-se essa bandeira dentro deste grande movimento regional. Essa bandeira é contra construção de barragem no Rio Xingu, em defesa do rio, dos povos natureza. É claro que o governo sabendo das artimanhas, e conhecendo como lida os movimentos sociais, tratou de dividir essas organizações, esses povos. Tratou de dividir os povos indígenas em conflitos e tudo, que até hoje gera esses conflitos. Começou dando, passando projetos de muito dinheiro através da Eletrobrás. Nos movimentos sociais com base toda do Partido dos Trabalhadores nessa região também foram chamados a atenção, porque tinham que apoiar o maior projeto de governo do PT, que era Belo Monte. Aqueles e aquelas das organizações e pessoas que não quiseram se dobrar a esse empreendimento só por conta de um partido, saíram e começaram, na verdade, não começaram, mas continuaram a luta do movimento Xingu Vivo Para Sempre de acordo com a proclamação dos povos indígenas. É uma pena que muitas organizações saíram, muitas pessoas saíram, ficaram caladas para apoiar o projeto do governo do PT. Os povos indígenas eles dividiram em conflitos porque eles sabiam, o governo sabia e as empresas sabiam que uma organização de bacia de um rio como rio Xingu, com mais de 2.000 quilômetros de bacia de extensão, banhando dois grandes Estados, com muitas populações ribeirinhas e populações banhadas por esse rio, do campo e da cidade, eles sabiam que era uma organização altamente poderosa e resistente, por isso eles trataram de dividir, de separar, de criar os conflitos, infelizmente. Mas hoje nós não somos mais movimentos só a nível local, nós somos o movimento além-fronteiras. O Movimento Xingu Vivo Para Sempre com esse objetivo da luta, da resistência pela defesa dos rios, das águas, dos territórios e da história dos povos, da Amazônia e do planeta como um todo.” (Moradora da <i>cidade de Altamira</i>, 70 anos, representante de movimento social, entrevista realizada em junho de 2019).</p>
		<p>“Assim, quando veio essa notícia, assim, a gente... Assim, algumas pessoas já ficaram pensando. Outros, uns pensaram no lugar. Assim, de deixar naquela questão que foi nascido e foi criado aqui. Outros já viram por outros olhos, que ‘era bom’, que ‘não sei o que’. Porque, assim, algumas pessoas aqui da comunidade</p>

Prevalcimento de interesses individuais	Nazaré Melo	não conhecem como é que é lá fora, né?! Aí 'não! Nós vamos é ganhar dinheiro! Nós vamos embora!'. Mas, aí a gente entrava com a verdade 'não, não é assim! Porque não é em todo lugar que eles indenizam.'. A gente citou alguns exemplos, né?! Aqui que a gente já tinha conhecido. Então, assim, alguns acharam bom, outros não. Eu mesmo não achei bom! Porque, assim, como a gente anda muito, assim, aí a gente vê a realidade de como é o impacto da barragem. Como as famílias ficam, o que as famílias passam, né?! Então, é mais assim!" (Moradora da vila Espírito Santo, no <i>município de Marabá</i> , 33 anos, doméstica, entrevista realizada em março de 2019).
---	-------------	---

Fonte: entrevistas realizadas em trabalhos de campo em Tucuruí (novembro de 2019), Altamira (junho de 2019) e Marabá (abril de 2010, abril/maio de 2012 e março de 2019).

Elaboração: Michel de Melo Lima, 2020.

As entrevistas apresentadas comprovam o processo conflituoso¹²⁸ da produção social dos territórios comuns regionais, que reúne coletivos de pessoas cujas trajetórias, identidades e pensamentos são significativamente diferenciados. Assim, os movimentos nunca são uniformes, eles são heterogêneos e conformam uma diversidade muito grande, inserindo-se em geometrias diferenciadas de poder¹²⁹. Em face disso, o desafio maior está em conciliar as divergências e os interesses individuais em prol de um objetivo maior, que está relacionado ao processo de defesa dos territórios de uso comum situados no espaço amazônico.

É por conta de todos os desafios apresentados que a apropriação socioespacial coletiva dos rios, de suas margens e a produção dos territórios de valores de uso das populações que se reconhecem a partir de identidades inter-relacionadas precisa ser instituída ativamente, no sentido destacado por Dardot e Laval (2017), sobretudo diante do atual contexto de globalização (pra não dizer saque!) da Amazônia e do avanço do capitalismo de razão neoliberal; uma racionalidade que se materializa a partir de ações e discursos modernizantes, principalmente através do estabelecimento de parcerias entre a esfera pública colonizada e o grande capital.

Assim, é preciso instituir esses usos do comum regional, sempre pensando os territórios a partir da capacidade de “pôr em comum” (DARDOT; LAVAL, 2017) dos sujeitos/populações da Amazônia. E é essa solidariedade e essa (co)atividade da população regional, os verdadeiros protagonistas e usuários dos territórios, que tem se manifestado e precisa ser estimulada, notadamente através da sua participação ativa nas decisões políticas, nas deliberações em relação ao inapropriável¹³⁰ (o

¹²⁸ Sobre os conflitos, é importante pontuar que muitas das lideranças entrevistadas para esse trabalho são constantemente ameaçadas de morte. Inclusive, há também pessoas do próprio movimento que são cooptadas pelas empresas e pelo Estado. Dessa forma, diversos membros internos aos coletivos delatam/denunciam antecipadamente atos contrários aos grandes empreendimentos, inclusive chegando ao ponto de ameaçar pessoas e lideranças de suas próprias comunidades. Além disso, o autor deste trabalho presenciou e/ou obteve relatos sobre isso nas sedes/associações dos próprios movimentos com os quais manteve contato, seja através de relatos diretos dos sujeitos, seja em meio aos momentos de conversas informais (os quais não estavam sendo gravadas) nos quais os informantes se sentiam seguros para comentar tais fatos.

¹²⁹ As geometrias do poder dizem respeito ao fato de que diferentes agentes/grupos sociais exercem o poder, nas mais variadas escalas e com estruturas internas de dominação e subordinação, posicionando-se de formas muito distintas em relação a esses fluxos e interconexões no âmbito da produção social do espaço (MASSEY, 2000, 2008).

¹³⁰ Os espaços comuns em hipótese alguma podem ser apropriados no sentido de direito de domínio, doação, venda, delimitação e rendimento de bens; elementos que caracterizam a exclusividade da propriedade capitalista. E isso justamente pelo fato do comum consistir em uma dimensão da coparticipação e da designação ativa, fundamentada no e pelo uso comum, das coisas que são inalienáveis, partilhadas por todos e cujo destino é definido por todos (DARDOT; LAVAL, 2017).

comum), na constante (co)presença e (co)responsabilidade dos sujeitos sobre o seu destino. Isso tudo produziria o *direito ao território comum*, ou seja, à produção de uma política ativa e de uma norma que tem o território apropriado como objeto, princípio e centro de gravidade qualquer que seja a sua escala.

Por fim, e tendo por base as realidades amazônicas analisadas, destaca-se que o direito ao território comum se expressa através do reconhecimento e da instituição dos usos, das práticas, das reciprocidades positivas, das identidades e das histórias dos sujeitos em relação ao processo de apropriação dos espaços comuns. A partir disso, pode-se estabelecer (co)responsabilidades, regras e estratégias de autogestão, de mobilizações e/ou de enfrentamentos políticos, de manejo coletivo de recursos, de troca de informações etc., sempre levando em consideração os aspectos singulares de cada referencial socioespacial, de maneira a que os sujeitos engajados em sua produção encontrem-se, reconheçam-se, dialoguem, deliberem e façam constantemente um uso ativo de seus direitos territoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o processo de reprodução das relações sociais de produção (LEFÈBVRE, 1973) na Amazônia, sobretudo nos espaços ligados aos rios, permitiu entender como o aproveitamento capitalista de recursos hídricos e florestais produziu um contra-movimento, que está assentado em discordâncias e ações de resistências em defesa dos territórios comuns na região, principalmente em face do processo de modernização de natureza infraestrutural (turística, hidrelétrica e logística) ocorrido, estimulado e projetado para as cidades paraenses de Tucuruí, Altamira e Marabá, e, em menor escala, para os seus entornos imediatos – o conjunto de espaços que constituíram os referenciais empíricos desta pesquisa.

Tal situação, de maneira geral, está associada ao fato da Amazônia brasileira estar intrinsecamente vinculada ao processo de acumulação capitalista que se desenvolve no período recente (pós 1960), sobretudo a partir do aproveitamento dos recursos hídricos (produção de energia hidrelétrica, valorização turística e comercial das amenidades naturais, instalação de corredores de exportação etc.), do estabelecimento de políticas de modernização e de desenvolvimento difundidas no espaço regional (OLIVEIRA, 1999, 2000).

É a partir desta lógica, tornada hegemônica e o maior referencial da *esfera pública colonizada* (SOUZA, 2017), que se dão ações estatais (em parceria com o setor privado) e são implantados projetos infraestruturais voltados para o aproveitamento de recursos (*commodities* minerais, vegetais, energéticas) regionais (CASTRO, 2010, 2012).

Estas dinâmicas se materializam em processos de cercamentos, privatizações e desterritorializações de sujeitos, populações amazônidas ligadas à floresta e aos rios, grupos que são considerados “invisíveis” ou mesmo entraves ao avanço do grande capital, instância hegemônica cujos desígnios/ações/projetos apresentam uma racionalidade e uma lógica difusora assentada num tipo de colonialismo interno (CASANOVA, 2006; GLASS, 2016) regional.

Atualmente, esse processo ganha novo fôlego, sobretudo através da expansão da “razão neoliberal”, isto é, de uma racionalidade empreendedora (passagem do homem-econômico para o homem-empresa) que molda a esfera pública, os espaços geográficos, a mentalidade dos sujeitos e os seus destinos de acordo com os interesses do mercado (principalmente do mercado externo), da necessidade de constante inovação, competitividade e concorrência (DARDOT; LAVAL, 2016).

Assim, tendo como ponto de partida essas premissas gerais, é que foram analisadas as cidades paraenses de Tucuruí, Altamira e Marabá, e alguns fragmentos de seus entornos imediatos. As três cidades inserem-se no processo de modernização do espaço da Amazônia, pois suas dinâmicas socioespaciais são, em diferentes intensidades, subsidiadas por uma temporalidade contra-hegemônica (HAESBAERT, 2014) que historicamente esteve ligada e/ou foi gestada nas águas dos rios (Xingu, Tocantins e Itacaiúnas), através de relações que produziram territorialidades que entrelaçam o recurso hídrico às orlas, beiras e aos demais espaços da floresta.

Por outro lado, Tucuruí, Altamira e Marabá também vinculam-se ao desenvolvimento do capitalismo na Amazônia e ao contexto de (re)valorização de atributos locacionais, logísticos e naturais, que ocorre a partir da mercadificação de amenidades naturais regionais, do processo de modernização empreendedor e do estímulo e/ou estabelecimento de projetos infraestruturais no tempo presente; ações que provocaram transformações nos espaços em referência, produzindo contradições e conflitos sociais entre os mais diversos sujeitos que os produzem, quais sejam: representantes do Estado, empresas, populações tradicionais, moradores de áreas urbanas e rurais atingidas direta e indiretamente pelos projetos de infraestrutura, movimentos sociais locais e regionais etc.

Dessa forma, a análise dos dados secundários, dos documentos e dos relatos dos sujeitos sobre os seus modos de vida e sobre suas trajetórias socioespaciais permitiu entender que os rios, em específico, o potencial múltiplo de suas águas e de suas margens, colocam-se como elementos de uso comum na Amazônia, ao mesmo tempo em que se constituem territórios comuns no interior da região. Isso porque possibilitam usos/apropriações coletivas e práticas vividas que são marcadas por íntimas relações sociedade-natureza. Além disso, os territórios de uso comum aparecem como essenciais para a vida de grupos sociais que historicamente não têm na acumulação capitalista o seu principal referencial de reprodução social.

A expressão socioespacial deste vínculo inicial com os rios e suas margens são os territórios (HAESBAERT, 2009, 2014) ligados às águas, que são socialmente produzidos através das apropriações de grupos que apresentam identidades diversas e inter-relacionadas, como os ribeirinhos, os descendentes de quilombo, os trabalhadores rurais, os indígenas, os barqueiros, os oleiros etc.; sujeitos cuja existência e reprodução social está assentada em espaços vividos pautados por valores

de usos dos rios e da floresta. Destes valores de uso, destacam-se a coleta de produtos vegetais e animais (madeira, frutas, ervas, sementes, pescados, animais silvestres etc.), o cultivo de várzea através da agricultura comercial e de subsistência, a criação de animais (galinhas, porcos, patos etc.) e manifestações culturais diversas.

Ademais, os territórios apropriados com base nos valores de uso se colocam numa situação socioespacial de embate e/ou de contradição em face dos valores de troca, no âmbito da reprodução das relações sociais de produção, sobretudo a partir da década de 1960, quando se intensificam, na Amazônia, relações de dominação econômico-política do espaço e, conseqüentemente, a produção de “territórios do capital” (HAESBAERT, 2014), isto é, relações de poder públicas e privadas assentadas na lógica de mercadificação/venda de espaços urbanos e de recursos regionais.

O referido paradigma territorial hegemônico e sua lógica de reprodução, fazem-se presentes nas realidades eleitas para estudo. Assim, dá-se o aproveitamento dos recursos hídricos e florestais e desenvolvem-se ações/políticas do Estado desenvolvimentista e do grande capital de razão neoliberal na região. O objetivo é integrar, “modernizar” e maximizar os lucros (regionais, nacionais e internacionais) e a eficiência econômica da Amazônia, seja na perspectiva da produção de energia hidrelétrica (Tucuruí e Belo Monte), seja nos corredores de transporte/circulação fluvial de maior escala (Tucuruí e Marabá) ou mesmo por meio da urbanização empreendedora (Marabá e Altamira) difundida pela ideologia de “benefícios coletivos”, mas que, na verdade, privilegia o consumo no/do espaço (LEFÈBVRE, 1973, 2013; GOTTIDIENER, 2010) através do comércio ligado ao lazer, ao entretenimento e ao turismo.

Por outro lado, mesmo diante dos impulsos modernizantes que acabaram por produzir muito sofrimento regional (MAGALHÃES, 2007), os levantamentos em campo (observação sistemática, registros fotográficos, entrevistas) comprovaram a atualidade da permanência de uma ordem próxima (LEFÈBVRE, 1973, 2006) que está associada a usos e apropriações comuns dos rios e de suas margens, nas cidades e no interior da floresta amazônica.

Dessa maneira, identificou-se a presença de territorialidades apoiadas na apropriação de espaços comuns, por sujeitos diversos, nas cidades referenciadas e nos seus respectivos entornos. Dessas apropriações dos rios e de suas margens,

destacaram-se: I) a maior liberdade do habitar criador à beira-rio, inclusive, com construções coletivas de moradias; II) o desenvolvimento de atividades (pesca, extrativismo vegetal, agricultura, caça) relacionadas à obtenção de recursos como o peixe e os produtos da floresta, seja para o próprio consumo das populações, seja para a comercialização do excedente produzido; III) o aproveitamento das amenidades naturais (clima, fauna, flora etc.) dos territórios comuns; IV) a utilização das águas dos rios para o consumo, para o uso doméstico (lavagem de roupas, louças) e para banhos; V) a carpintaria naval artesanal como fonte de obtenção de renda; VI) a existência de espaços de desenvolvimento de sociabilidades mais diretas, solidárias e aproximativas, permeadas por laços de parentesco e amizade; VII) a mobilidade proporcionada pela realização de circulação fluvial em pequena e média escala; VIII) a difusão da cultura regional nos mercados, nas feiras e nos espaços voltados para festas religiosas; IX) o desenvolvimento de atividades comerciais (formais e informais) de pequeno porte; e X) a floresta e os rios como importantes referenciais simbólico-culturais, que, em conjunto, demarcam a permanência do tempo cadenciado da natureza na trajetória dos sujeitos.

Além disso, a difusão do processo de modernização infraestrutural, a instalação dos grandes objetos espaciais (SANTOS, 2008) e suas manifestações na Amazônia, e a ascensão do valor de troca em detrimento do valor de uso, também levaram estas apropriações dos territórios comuns a se expressarem como uma contradição ao desenvolvimento do grande capital. Deste embate, surgiram diversas unidades de mobilização (ALMEIDA; MARIN, 2014) dos sujeitos em torno da defesa dos rios e de suas margens, que aqui são considerados territórios de uso comum na região, ocasionando o levantamento de bandeiras de luta coletivas assentadas em subjetividades de caráter mais cooperativo, subversivo e solidário, que, de maneira geral, são difundidas como formas originais de ação e discurso (princípios políticos) entre os grupos sociais impactados direta e indiretamente pelas ações modernizantes.

Isso confirma a hipótese inicial da tese, que é a de que o processo de modernização do espaço (projetos turísticos, hidrelétricos e logísticos) e o aproveitamento capitalista das águas dos rios ocorrido nas cidades e nos seus entornos, desencadearam contradições e conflitos que se materializam em resistências e em maiores solidariedades entre os grupos sociais, na afirmação de

seus protagonismos e na incorporação dos territórios coletivos produzidos sob o princípio político do comum às lutas urbanas e rurais no contexto regional.

Dessa forma, os sujeitos se colocam contra as espoliações ocasionadas pelo processo de territorialização moderno-empendedor que se espraia hegemonicamente como um leviatã na Amazônia, através do cercamento dos rios e de suas margens no interior da floresta; estes últimos, os referenciais de espacialidades e territorialidades comuns de uma grande diversidade da população (indígenas, ribeirinhos, descendentes de quilombos, agricultores, feirantes, barqueiros etc.). E são estes grupos, essas identidades inter-relacionadas que, através de diferentes e criativas formas, produzem uma territorialidade coletiva, insurgente e contra hegemônica nos espaços ligados aos rios em Tucuruí, Altamira e Marabá.

São sujeitos regionais que cotidianamente procuram (re)produzir suas condições de vida, e, a partir disso, carregam consigo os seus territórios, os seus vínculos com as águas. É por isso que eles se mobilizam, e, quando deslocados (expulsos!), eles lutam, eles voltam. Porque os rios representam segurança e subsistência, e os seus referenciais simbólico-culturais e de valores de uso.

Os elementos apresentados mostram como se configura uma tríplice dimensão dos territórios amazônicos produzidos sob o princípio do comum, que são: a) os territórios como recursos fundamentais para usos e apropriações coletivas; b) a sua produção como um elemento de contradição e de conflitos em relação ao desenvolvimento do grande capital; e, por fim c) o ideal de defesa dos rios e de suas margens como um princípio político organizativo e de lutas dos sujeitos amazônicos no que diz respeito ao processo de manutenção de seus referenciais de vida.

Assim, é dentro de uma multiplicidade de relações historicamente produzidas, reproduzidas e possíveis, de apropriação e de dominação, que o território comum se apresenta no contexto regional, não apenas como um elemento de resistência e de ação política das populações, mas também como uma alternativa de reconhecimento de usos e de instituição de direitos (*direito aos territórios comuns*), uma esperança e uma insurgência diante dos tempos modernos e neoliberais que se difundem na Amazônia.

Para entender essa possibilidade, é necessário fazer uma distinção. Inicialmente, a esfera do comum (espaços, bens, relações), como algo estabelecido no e pelo costume, sempre foi uma dimensão da atividade humana produtora-

confirmadora de direitos (direito consuetudinário) (THOMPSON, 1998). De todo modo, é importante se afastar dessa concepção saudosista, não que o costume não possa produzir o direito, mas sim porque o direito consuetudinário é fundamentalmente da ordem da “transmissão inconsciente” de regras costumeiras muito antigas, o que acaba reduzindo o seu alcance instituinte, político, e o potencial subversivo do comum na atualidade (DARDOT; LAVAL, 2017).

É por conta desse caráter inconsciente e espontâneo que o direito consuetudinário tradicional é incapaz de instituir plenamente o inapropriável, os espaços comuns, ou seja, a dimensão que nega a propriedade, seja ela capitalista ou estatal, visto que o ato instituinte do comum deve ser tomado conscientemente, cotidianamente e de maneira inteligível aos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, é importante precisar que o direito ao território comum não desconsidera os usos, práticas e relações socioespaciais coletivas existentes (maneiras de fazer e de agir), mas sim parte delas, reconhecendo-as e, ao mesmo tempo, instituindo o novo e as regras que lhe são cabíveis, que são acordadas pelos sujeitos e estão em constante devir (DARDOT; LAVAL, 2017).

A instituição do comum é ato, uma constante que não nega a ocorrência de oposições, discordâncias e conflitos no âmbito de sua produção. Por conta disso, da atividade de (co)oparticipação, de (co)responsabilidade e de deliberação ativa e coletiva, consiste numa ação-reflexão condicionada (pelo pré-existente), constante e transformadora da totalidade social que faz surgir novos sujeitos, novas subjetividades. É esse processo que subverte o antigo estado das coisas, das mentes – na governamentabilidade neoliberal – e do espaço na lógica de reprodução capitalista, gestando o que pode, inclusive, não possuir precedentes na história (DARDOT; LAVAL, 2017), como o direito ao território comum no âmbito da região amazônica.

Também é importante pensar a atividade instituinte do direito ao comum no espaço urbano, pois foi constatado que é nas cidades que se dá boa parte da expansão de novas atividades regionais, seja no plano econômico, político ou institucional (TRINDADE JR., 2015), sendo elas, também, importantes focos de mobilizações de populações e de movimentos sociais locais e regionais que produzem os territórios de uso comum na região.

É nesse sentido que se propõe o estabelecimento de uma tríade de direitos, em um movimento que reconheça e aproxime o direito ao território comum do direito à diferença e do direito à cidade, notadamente como estratégias que possibilitem viver o urbano (essa multiplicidade de trajetórias, de temporalidades sociais desencontrados e desiguais, e de possibilidades descolonizantes) em toda a sua plenitude.

O direito à diferença designa o que pode resultar de atos e de ações práticas dos sujeitos e de suas alteridades, de suas lutas efetivas, de suas diferenças concretas. Ele não pode ser conquistado sem grande dificuldade, pois vai contra o que está posto e é dominante (a sociedade moderna e neoliberal). É um direito que só vale por seu conteúdo, por aquilo que lhe dá sentido e lhe preenche de vida (de forma ampla e múltipla), inversamente ao direito de propriedade, que vale mais por sua forma lógica e jurídica, o princípio do código das relações no modo de produção capitalista (LEFÈBVRE, 2013).

De sua parte, o direito à cidade é o direito à liberdade de existir e se fazer protagonista do urbano, é a possibilidade de individualização na socialização, é o direito ao *habitat* (o nível da moradia, quantitativo, objetivo) e ao habitar (as singularidades da vida urbana, o qualitativo, o subjetivo), é o direito à urbe amazônica e aos seus recursos (equipamentos urbanos, serviços, rios e suas margens, produção cultural) enquanto obra e *poièsis* (à atividade participante e criativa), e o direito de apropriar-se da cidade das mais diversas formas (econômica, lúdica, simbólica-cultural) e nas mais diferentes escalas socioespaciais (LEFÈBVRE, 2006).

O uso articulado da tríade – do direito ao território comum, direito à diferença e direito à cidade – contribuí no sentido de se pensar um outro tipo de urbanidade, menos devastadora e colonizante para o espaço regional amazônico. Isso permitiria ultrapassar a ideia dicotômica de cidades “na” e “da floresta”, possibilitando, inclusive, pensar em cidades “para a floresta”, da forma destacada por Trindade Jr. (2015).

As “cidades da floresta” são aquelas que até a década de 1960 predominavam na Amazônia. Suas características de pequenas cidades, frequentemente associadas à circulação fluvial, conferiam a elas fortes ligações com a dinâmica da natureza, com a vida rural não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorada e/ou devastada. São cidades que apresentavam uma forte interação com o seu entorno e com localidades próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.) (TRINDADE

JR., 2010b). Por outro lado, as “cidades na floresta” são aquelas que, ao se articularem principalmente a demandas externas à região, fazem da floresta e do rio elementos de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo, até mesmo, a sua negação. Na perspectiva desse tipo de urbe, a região seria vista principalmente como fonte de recursos, como espaço de exploração econômica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies de animais e vegetais, turismo etc.) (TRINDADE JR., 2010b).

Assim, a ideia é transcender essa dualidade, seja de uma visão essencialista (“cidades da floresta”), seja de uma perspectiva hegemônica (“cidades na floresta”) que domina nas políticas territoriais e urbanas na Amazônia. Dessa forma, é necessário atentar para as experiências de vidas urbanas presentes na região que ainda dinamizam fragmentos importantes da ordem interna das cidades; estes, conflituosamente sinalizam outro tipo de urbanidade, muito diferente da que tem sido desenhada pelo processo de urbanização difusa do tempo presente (TRINDADE JR., 2015).

A urbanização difusa diz respeito ao processo hegemônico de dotação de infraestrutura, de interconexões entre espaços e de difusão de valores urbanos modernos e empreendedores que não potencializam particularidades geográficas e socioculturais do território amazônico, o que contribui para ausência da permanência da riqueza social que é engendrada. Além disso, é um processo que tende a inserir a Amazônia em modelos econômicos e políticos de ordenamento territorial concebidos fora do espaço regional; tais modelos atendem, notadamente, aos interesses que se distanciam das demandas sociais locais e regionais (TRINDADE JR., 2015).

É no sentido de quebra desse paradigma hegemônico que o direito ao território comum, o direito à diferença e o direito à cidade, dão suporte e protagonismo às experiências e práticas socioespaciais alternativas e insurgentes na Amazônia, que normalmente são invisibilizadas pela esfera pública e privada ligada ao mercado, quando, na verdade, deveriam ser lidas e reconhecidas como produtoras e/ou fontes instituintes de direitos urbanos e rurais dos sujeitos regionais.

E é aqui que se apresenta um grande potencial de mudança, sobretudo na perspectiva da efervescência da vida cotidiana presente nas diversas cidades que oferecem possibilidades e potencialidades não só para avaliar a natureza do processo de urbanização em curso, como, também, para se pensar “cidades para a floresta” (TRINDADE JR., 2015), espaços potencializadores das particularidades regionais e

que seriam menos formatados pelos padrões externos e menos comprometidos com um único modelo de vida, de desenvolvimento e de valores urbanos.

O desafio de instituir outro tipo de urbanidade é grande, sobretudo no contexto hegemônico e neoliberal da atualidade, mas o reconhecimento das trajetórias, dos protagonismos, da força política coletiva dos sujeitos e do território comum que se manifesta no contexto regional como prática instituinte de direitos, são elementos que fornecem importantes subsídios para se pensar outro tipo de cidade e de urbano na Amazônia.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. Problemas geomorfológicos da Amazônia brasileira. *In*: SIMPÓSIO SOBRE A BIOTA AMAZÔNICA, 1., 1967, Rio de Janeiro. **Atas** [...]. Rio de Janeiro: CNPq, 1967. p. 35-68.

AB'SABER, A. N. Problemas da Amazônia brasileira. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 07-35, jan./abr. 2005.

ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. E. A. Pescadores, ribeirinhos e indígenas: mobilizações étnicas na região do Xingu: resolução não negociada dos conflitos na usina hidrelétrica de Belo Monte. *In*: OLIVEIRA, J. P.; COHN, C. (org.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA, 2014. p. 143-169.

ALMEIDA, J. J. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais**. 2008. 272 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letra e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ALONSO, S.; CASTRO, E. Processo de transformação e representações rural-urbano em Altamira. *In*: DUARTE, A. C. C. (org.). **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA, 2006. p. 161-215.

ALTAMIRA. **Plano Diretor Municipal**: diagnóstico do Plano Diretor. Altamira: Thechnum Consultoria, 2010.

ALTAMIRA. **Plano Diretor Municipal**: revisão do Plano Diretor. Altamira: Câmara Municipal de Altamira, 2011.

ARENDT, A. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ASSOCIAÇÃO DE POPULAÇÕES ORGANIZADAS VÍTIMAS DE OBRAS NO RIO TOCANTINS E ADJACÊNCIAS. **Acervo particular**, Tucuruí, 2019. 1 fotografia.

BARRETO, A. M. **Território de águas na Amazônia**: ribeirinhos e o direito à propriedade coletiva da terra. Curitiba: Juruá, 2019.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 189-217.

BECKER, B. K. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. *In*: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (org.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 421- 444.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BELTRÃO, J. F.; RODRIGUES, C. I. Quando o sabor da ribeira aponta a instituição de identidade(s) em espaço urbano. *In*: TRINDADE JR., S-C. C.; SILVA, M. A. P. (org.). **Belém: a cidade e o rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005. p. 44-62.

BELTRÃO, J. F. Natureza de nossa vida! Barragem, não aceito! O Xingu é sagrado. *In*: MARTINS DE SOUZA, C. A.; CARDOZO, A. (org.). **Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades (séculos XVIII-XIX)**. Belém: EDUFPA, 2008. p. 205-214.

BERQUE, A. Paisagem marca, paisagem matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L (org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004, p. 84-91.

BOLETIM CARTOGRAFIA DA CARTOGRAFIA SOCIAL. **Povos tradicionais da Volta Grande do Xingu: garimpeiros, agricultores, assentados, indígenas, pescadores e moradores**. Manaus: UEA Edições, n. 12, dez. 2017.

BORGES, M. C. Da observação participante à participação observante: uma experiência de pesquisa qualitativa. *In*: RAMIRES, J. C.; PESSÔA, V. L. (org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009. p.183-198.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.340, de 21 de outubro de 2010**. Institui o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS do Xingu, o seu Comitê Gestor e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7340.htm. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2020**. Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2014**. Promulga a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho Sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, DF: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) e a implantação de usinas hidrelétricas estruturantes**. Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.784, de 07 de maio de 2019**. Revoga o Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. Brasília, DF: Presidência

da República, [2019a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9784.htm. Acesso em: 25 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.088, de 05 de novembro de 2019**. Revoga a Promulgação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho Sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, DF: Presidência da República, [2019b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5. Acesso em: 15 jun. 2020.

CADERNO NOVA CARTOGRAFIA. **Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação**: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais – Atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí. Manaus: UEA Edições, n. 10, set. 2014.

CARDOSO, S. M. **A cidade dos invisíveis?**: indígenas e impactos de políticas neodesenvolvimentistas em Altamira, sudoeste paraense. 2018. 221 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASANOVA, P. G. Colonialismo interno: una redefinición. *In*: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (org.). **La teoría marxista hoy**: problemas y perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 409-434.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Papers do NAEA**, Belém, n. 92, p. 1-16, maio 1988.

CASTRO, E. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. *In*: CASTRO, E. (org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008. p. 11-39.

CASTRO, E. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. *In*: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M. (org.). **Amazônia**: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010. p. 105-122.

CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Cadernos CRH**, Bahia, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012.

CASTRO, E. Estado e suas margens: limites da interpretação teórica e movimentos sociais. *In*: LIMONAD, E.; CASTRO, E. (org.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 100-118.

CELLARD, A. A análise documental. *In*: POUPART, J. *et al.* (org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p.39-68, jul./set. 1987.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Ática. 1993.

COSTA, R. C. **Xingu-Transamazônica**: linha de queda, territorialidades e conflitos. 2004. 408 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

COSTA, E. R.; ROCHA, G. M.; RIBEIRO, E. R. F. Vila de Pederneiras: cartografia social como instrumento de autorreconhecimento e afirmação territorial, Município de Tucuruí – Amazônia – Brasil. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 1, p. 1-14, out. 2018.

COUDREAU, H. **Viagem ao Xingu**. São Paulo: EDUSP, 1977.

COUDREAU, H. **Viagem à Itaboca e ao Itacaiúnas**. São Paulo: EDUSP, 1980.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A sombra de outubro**: a revolução Russa e o espectro dos soviets. São Paulo: Perspectiva, 2018.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1981.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. **RIMA – Relatório de Impacto Ambiental**: obras de dragagem e derrocamento da via navegável do rio Tocantins. Brasília: DNIT/DTA/O’Martin, 2018.

DIAS, C. V. Marabá: centro comercial da castanha. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 383-425, out./dez. 1958.

EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2. ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

EMMI, M. F. Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 60. **Papers do NAEA**. Belém, n. 166, p. 1-25, out. 2002.

FERREIRA, A. **A cidade no século XXI**: segregação e banalização do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

FUNDAÇÃO CASA DA CULTURA DE MARABÁ. **Arquivos Públicos da Fundação Casa da Cultura**. Marabá: Fundação Casa da Cultura de Marabá, 2012.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Índios no Brasil**. Brasília, DF: FUNAI, 2020. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em: 11 abr. 2020.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 64-89.

GLASS, V. O desenvolvimento e a banalização da ilegalidade: a história de Belo Monte. *In*: DILGER, G.; LANG, M; PEREIRA-FILHO, J. (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Autonomia Libertária, 2016. p. 405-424.

GOMES, M. As veias abertas da Volta Grande do rio Xingu: análise dos impactos da mineradora Belo Sun sobre a região afetada por Belo Monte. **Ponto de Debate**, São Paulo, n. 16, out. 2017.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

GROULX, L-H. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. *In*: POUPART, J. *et al.* (org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 95-124.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia**: teoria e pesquisa, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2006.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, J. **A constelação pós-nacional**: ensaios políticos. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre redes e aglomerados de exclusão. *In*: CASTRO, I.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 165-205.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARDIN, G. The tragedy of commons. **Science**, [S. l.], v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, Dec. 1968.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

- HARDT, M.; NEGRI, A. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- HARVEY, D. A liberdade da cidade. *In*: MARICATO, E. *et al.* (org.). **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 27-34.
- HARVEY, D. A criação de bens comuns urbanos. *In*: HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 134-189.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Municípios do Estado do Pará: histórico de Altamira. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/atamira/historico>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Municípios do Estado do Pará: histórico de Marabá. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/maraba/historico>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- LEFÈBVRE, H. Mimêsis e Praxis. *In*: LEFÈBVRE, H. **Metafilosofia**: prolegômenos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 225-311.
- LEFÈBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- LEFÈBVRE, H. A “práxis”: a relação social como processo. *In*: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. (org.). **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1994. p. 175-190.
- LEFÈBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- LEFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- LEFÈBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008a.
- LEFÈBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte. UFMG, 2008b.
- LEFÈBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.
- LEME. **Relatório de Impacto Ambiental**: aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte. Brasília, DF: Leme, 2009.

LENCIONI, S. **Casas do Brasil 2013**: habitação ribeirinha na Amazônia. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2013.

LIMA, M. M. **A ribeira & a orla**: espacialidades e territorialidades urbanas ribeirinhas em uma cidade amazônica em transformação. 2013. 256 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

LIMA, M. M. A produção social do espaço e a relação cidade-rio na ribeira de Marabá-PA: modernização, conflitos e resistências. **GEOUSP: espaço e tempo**. São Paulo, v. 20, n. 2, p. 267-280, maio/ago. 2016.

LIMA, M. M.; TRINDADE JR., S-C. C. Marabá: cidade, orla fluvial e vida urbana em transformação na Amazônia. *In*: MERCÊS, S. S.; VECCHIONE, M (org.). **Natureza, sociedade e economia política na Amazônia contemporânea**. Belém: NAEA, 2017. p. 91-117.

MAGALHÃES, S. B. **Lamento e dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MAGALHÃES, S. B. Introdução – A voz dos ribeirinhos expulsos. *In*: MAGALHÃES, S. B.; CUNHA, M. C. (org.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**. São Paulo: SBPC, 2017. p. 25-34.

MAGALHÃES, S. B.; SILVA, Y. Y. P.; VIDAL, C. L. Não há peixes para pescar nesse verão: efeitos socioambientais durante a construção de barragens – o caso de Belo Monte. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 37, p. 111-134, maio. 2016.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002.

MARABÁ. **Plano Diretor Participativo Municipal**. Marabá: Câmara Municipal de Marabá, 2006.

MARABÁ. **Relatório Ambiental Urbano Integrado**. Marabá: Prefeitura Municipal de Marabá, 2008.

MARABÁ. **Relatório Social Vila Socó**. Marabá: Secretaria de Viação e Obras Públicas, 2011.

MARABÁ. **Plano Diretor Participativo Municipal**: revisão do Plano Diretor. Marabá: Câmara Municipal de Marabá, 2018.

MARIN, R. E. A.; TRINDADE, J. Wakymãhã mekto kônhito-nxàkaka: Projeto da Hidrelétrica de Marabá - Pará. *In*: ALMEIDA, A. W. B. (org.). **Conflitos sociais no**

Complexo Madeira. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2009. p. 367-389.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARTINS, J. S. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MARTINS, J. S. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história da modernidade anômala. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. *In:* ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Parirus, 2000. p. 176-185.

MASSEY, D. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATTOS, M. V. B. **História de Marabá.** Marabá: Grafil, 1996.

MAUAD, T. M. **Ciclos e previsão cíclica dos preços das commodities:** um modelo de indicador antecedente para a commodity açúcar. 2009. 151 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MAUÉS, H. **Uma outra “invenção” da Amazônia:** religiões, histórias, identidades. Belém: Cejup, 1999.

MCKEAN, M. A.; OSTROM, E. Regime de propriedade comuns em florestas: somente uma relíquia do passado? *In:* DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB, 2001. p. 79-95.

MENDES, A. F.; CAVA, B. **A constituição do comum:** antagonismo, produção de subjetividade e crise no capitalismo. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 21. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **MPPA requer suspensão imediata de licenciamento do projeto Belo Sun.** Senador José Porfírio: MPPA,

2019. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/mppa-requer-suspensao-imediata-do-licenciamento-do-projeto-belo-sun.htm>. Acesso em: 08 dez. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Procuradoria da República no Município de Tucuruí**: inquérito civil. Tucuruí: MPF, 2019.

MIRANDA NETO, J. Q. **Os nexos da re-estruturação da cidade e da rede urbana**: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência. 2016. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

MIRANDA NETO, J. Q. Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana: as implicações espaciais da instalação da usina de Belo Monte em Altamira-Pa e em sua região de influência. **Revista Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 25, n. 43, p. 65-95, set./dez. 2017.

MIRANDA NETO, J. Q.; HERRERA, J. A. Altamira-Pa: novos papéis de centralidade e reestruturação urbana a partir da instalação da UHE Belo Monte. **Confins**, Paris, n. 28, p. 01-18, out. 2016.

MIRANDA, R. R. Interfaces do rural e do urbano em área de colonização antiga na Amazônia: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (PA). **Campo - Território**, Uberlândia, v. 7, n. 14, p. 01-36, ago. 2012.

MOURA, I. B. **De Belém a S. João do Araguaia**: Vale do Tocantins. Belém: SECULT/Fundação Tancredo Neves, 1989.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Manifesto da Amazônia Centro do Mundo**. São Paulo: MAB, 2019. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/manifesto-da-amaz-nia-centro-do-mundo>. Acesso em: 01 jun. 2020.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. **O projeto de Belo Monte**, [S. l.], [2010]. 1 fotografia. Disponível em: <https://xinguvivo.org.br/2010/10/14/o-projeto/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. **Amazônia**: centro do mundo. Altamira: Movimento Xingu Vivo Para Sempre, 2019. Disponível em: xinguvivo.org.br/2019/11/08/antes-da-cop-25-evento-quer-colocar-a-%EF%BB%BFamazonia-centro-do-mundo/. Acesso em: 25 fev. 2020.

NORTE ENERGIA S.A. **Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**. Planos, programas e projetos. Brasília: Norte Energia S. A., 2011.

NOVAES, J. S.; MARIN, R. E. A. Estratégias de resistência de povos e comunidades tradicionais à hidrelétrica de Tucuruí: trajetórias identitárias e processos de expropriação. In: NOVAES, J. S.; MARIN, R. E. A. (org.). **Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. Manaus: UEA Edições, 2015. p. 173-203.

OLIVEIRA, J. A. As cidades da Amazônia: novas territorialidades e velhas exclusões reencontradas. **Caderno Prudentino de Geografia**, São Paulo, v. 1. n. 21, p. 53-70, jul. 1999.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 2000.

OLIVEIRA, J. A; SCHOR, T. Das cidades da natureza à natureza das cidades. *In*: TRINDADE JR., S. C; TAVARES, M. G. (org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008. p. 15-26.

OLIVEIRA, M. P. A utopia do direito à cidade: possibilidades de superação da dicotomia favela-bairro no Rio de Janeiro. *In*: OLIVEIRA, J. A. (org.). **Cidades brasileiras**: territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais. Manaus: EDUA, 2010. p. 288-302.

OSTROM, E. **El gobierno de los bienes comunes**: la evolución de las instituciones de acción colectiva. Cidade do México: CRIM-UNAM, 2000.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 17. ed. Campinas-SP: Papirus, 2012.

PARÁ. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional. **Cabelo Seco**: projeto de melhoria urbana do bairro do “Cabelo seco” – Marabá-PA. Pará: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional, 2007.

PATERNOSTRO, J. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

PEZZUTI, J. *et al.* **Xingu, o rio que pulsa em nós**: monitoramento independente para registro de impactos da UHE Belo Monte no território e no modo de vida do povo Juruna (Yudjá) da Volta Grande do Xingu. Altamira: ISA, 2018.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

POMPEU, V. S. Matinha: expressão de um modo de vida ribeirinho na cidade de Tucuruí. *In*: TRINDADE JR., S-C. C.; TAVARES, M. G. C. (org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008. p. 129-141.

PORTO-GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

PORTO-GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia**: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROCHA, G. M. **Todos convergem para o lago! Hidrelétrica de Tucuruí:** municípios e territórios na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

ROCHA, G. M.; GOMES, C. B. A construção da usina hidrelétrica e as transformações espaciais na região de Tucuruí. *In*: TRINDADE JR., S-C. C.; ROCHA, G. M. (org.). **Cidade e empresa na Amazônia:** gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 27-57.

SACK, R. D. **Human territoriality:** its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAMAIN, E. “Ver” e “dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 23-60, jul./set. 1995.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia.** São Paulo: Editora BestSeller, 1999.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SEABRA, O. **Urbanização e fragmentação:** cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão. 2003. 693 f. Tese (Livre Docência em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SEABRA, O. Territórios de uso: cotidiano e modo de vida. **Cidades**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 181-206, jun. 2004.

SENRA, K. V. **Políticas federais de desenvolvimento regional no Brasil:** uma análise comparada dos períodos pós-guerra (1945-1964), pós-golpe militar (1964-1988) e pós-Constituição Federal de 1988 (1988-2009). 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, C. B.; SANTOS FILHO, A. S. Representações da ameaça: povos e comunidades tradicionais no eixo da UHE de Marabá. *In*: NOVAES, J. S.; MARIN, R. E. A. (org.). **Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará.** Manaus: UEA Edições, 2015. p. 231-247.

SILVA, I. S. **Migração e cultura no Sudeste do Pará:** Marabá (1968-1988). 2006. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

SOUZA, J. **Elite do atraso:** da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, M. L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Território**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, p. 13-35, jul./dez. 1997.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. *In*: SPOSITO, M. E. B. (org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. São Paulo: UNESP, 2001. p. 609-643.

TAVARES, M. G. **A dinâmica espacial da rede de distribuição de energia elétrica no Estado do Pará (1960-1996)**. 1999. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia de Letras, 1998.

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1961.

TRINDADE JR., S-C. C. **A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais**. Projeto de pesquisa submetido ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Belém, 2008.

TRINDADE JR., S-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 51, p. 113-137, mar./set. 2010a.

TRINDADE JR., S-C. C. Diferenciação territorial e urbanodiversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 7, n. 12, p. 49-77, jul./dez. 2010b.

TRINDADE JR., S-C. C. Cidades médias na Amazônia oriental: das novas centralidades à fragmentação dos territórios. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Presidente Prudente, v. 13, n. 2, p. 135-151, nov. 2011.

TRINDADE JR., S-C. C. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. *In*: LIMONAD, E; CATRO, E. (org.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 273-294.

TRINDADE JR., S-C. C. Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, p. 93-106, dez. 2015.

TRINDADE JR., S-C. C.; SANTOS, E. R. C.; RAVENA, N. A cidade e o rio: espaço e tempo na orla fluvial de Belém. *In*: TRINDADE JR, S-C. C.; SILVA, M. A. P. (org.). **Belém: a cidade e o rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005. p.12-43.

TRINDADE JR., S-C. C.; AMARAL, M. D. B.; SILVA, M. A. P. Das “janelas” às “portas” para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. *In*: TRINDADE JR., S-C. C.; TAVARES, M. G. (org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008. p. 27-47.

TRINDADE JR., S-C. C.; RIBEIRO, R. Marabá: novos agentes econômicos e novas centralidades. *In*: TRINDADE JR., S-C. C. *et al.* (org.) **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: ICSA-UFPA, 2009. p. 333-359.

TRINDADE JR., S-C. C.; MADEIRA, W. V. Polos, eixos e zonas: cidades e ordenamento territorial na Amazônia. **PRACS**: revista eletrônica de humanidades do curso de ciências sociais da UNIFAP, Macapá, v. 9, n. 1, p. 37-54, jan./jun. 2016.

TUCURUÍ. Nossa história. **Prefeitura Municipal de Tucuruí**, Tucuruí, 2019. Arquivo público. Disponível em: <http://tucurui.pa.gov.br/nossa-historia/>. Acesso em: 10 jan. de 2019.

UMBUZEIRO, A. U. B.; UMBUZEIRO, U. M. **Altamira e sua história**. 4. ed. Belém: Ponto Press, 2012.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

WEIBERMEL, S. A negociação e desposseção: violação de direitos e violência psicológica na construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. *In*: BLANKE, S.; KURTENBACH, S. (coord.). **Violencia y desigualdade**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: ADLAF, 2017. p. 235-250.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. *In*: VELHO, O. G. (org.). **O fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 90-113.

YOSCHIOKA, H. **Avaliação de implantação de um núcleo urbano em área na Amazônia**: o exemplo de Nova Marabá, Pará. 1986. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro base de entrevista semiestruturada aplicado junto aos sujeitos em Tucuruí, Altamira e Marabá, durante a realização da pesquisa de doutorado.

PESQUISA DE DOUTORADO – TERRITÓRIOS DE USO COMUM NA AMAZÔNIA:
relação sociedade e natureza e modernização do espaço regional

ROTEIRO DE ENTREVISTA – Moradores

- 1) Identificação do informante:
 - a) Qual o seu nome completo?
 - b) Qual a sua idade?
 - c) Qual a sua profissão?
- 2) Antes de morar aqui, em quais outros lugares você morou?
- 3) Como era a sua vida antes?
- 4) Como é a sua vida hoje?
- 5) O que os rios, as orlas (beiras) e as ilhas representavam para você no passado?
- 6) O que os rios, as orlas (beiras) e as ilhas representam para você no presente?
- 7) O anúncio e/ou a construção da barragem provocou alguma mudança na importância dos rios para você?
- 8) O anúncio e/ou a construção da barragem provocou alguma mudança na sua vida? Quais?
- 9) As melhorias infraestruturais (calçadão, cais de arrimo, iluminação pública, construção de praças, parques, vias, praias etc.) provocaram alguma mudança na sua vida?
- 10) O potencial dos rios, das orlas (beiras) e das ilhas tem sido aproveitado nas ações do poder público diante das demandas da população? Por quê?
- 11) O que poderia ser feito para melhorar a vida da população em sua relação com os rios?
- 12) Existe algum tipo de conflito e/ou problema entre você, o poder público e a empresa em face dos projetos infraestruturais estão ligados aos rios e aos espaços de beiras e ilhas?
- 13) O que você pensa da defesa dos territórios e da luta pelo atendimento de demandas feita por moradores e pelas populações tradicionais diante das mudanças ocorridas com a construção de hidrelétricas e ações infraestruturais (calçadão, cais de arrimo, praias, iluminação pública etc.)?

APÊNDICE B – Roteiro base de entrevista semiestruturada aplicado junto aos sujeitos em Tucuruí, Altamira e Marabá, durante a realização da pesquisa de doutorado.

PESQUISA DE DOUTORADO – TERRITÓRIOS DE USO COMUM NA AMAZÔNIA:
relação sociedade e natureza e modernização do espaço regional

ROTEIRO DE ENTREVISTA – Representantes de movimentos sociais

1) Identificação do informante:

a) Qual o seu nome completo?

b) Qual a sua idade?

c) Qual o nome da sua instituição?

d) Quando começou a atuar na cidade?

e) Qual a sua função?

2) Quais são as principais preocupações e demandas de sua organização/movimento social?

3) Qual o principal objetivo da sua organização/movimento social?

4) O que levou a sua organização/movimento social a desenvolver atividades na cidade e/ou município?

5) O que os rios, as orlas (beiras) e as ilhas representavam para a sua organização/movimento social no passado?

6) O que os rios, as orlas (beiras) e as ilhas representam para a sua organização/movimento social no presente?

7) Como se dá o uso dos rios, das orlas (beiras) e das ilhas por parte de grupos sociais que compõem a sua organização/movimento social?

8) O anúncio e/ou a construção da barragem e das ações infraestruturais provocaram alguma mudança na importância do rio para os membros da sua organização/movimento social? Quais?

9) O anúncio e/ou a construção da barragem e das ações infraestruturais provocaram alguma mudança na sua vida dos integrantes da sua organização/movimento social? Quais?

10) O potencial dos rios, das orlas (beiras) e das ilhas tem sido aproveitado nas ações do poder público diante das demandas dos integrantes da sua organização/movimento social? Por quê?

11) O que poderia ser feito para melhorar a vida e a relação com os rios para os grupos que compõem a sua organização/movimento social?

12) O que a sua organização/movimento social pensa da defesa dos territórios e da luta pelo atendimento de demandas feita por moradores e pelas populações tradicionais diante das mudanças ocorridas com a construção de hidrelétricas e das ações infraestruturais (calçadão, cais de arrimo, praias, iluminação pública etc.)?

APÊNDICE C – Roteiro base de entrevista semiestruturada aplicado junto aos sujeitos em Tucuruí, Altamira e Marabá, durante a realização da pesquisa de doutorado.

PESQUISA DE DOUTORADO – TERRITÓRIOS DE USO COMUM NA AMAZÔNIA:
relação sociedade e natureza e modernização do espaço regional

ROTEIRO DE ENTREVISTA – Representantes do poder público

1) Identificação do informante:

a) Qual o seu nome completo?

b) Qual a sua idade?

c) Qual o nome da instituição que o senhor representa?

d) Qual a sua função?

2) O que os rios, os espaços de orla (beira) e as ilhas representam para a sua instituição?

3) Quais tem sido as preocupações e ações de sua instituição para valorizar a importância dos rios, dos espaços de orla (beira) e das ilhas para a cidade e/ou município?

4) A infraestrutura existente atende às necessidades da população em relação aos usos dos rios, da orla (beira) e das ilhas?

5) Que equipamentos implementados na cidade e/ou município têm reforçado a sua ligação com os rios, orlas (beiras) e ilhas?

6) São desenvolvidas ações pela sua instituição no sentido de reforçar as tradições culturais da cidade, especialmente aquelas relacionadas aos rios e a vida ribeirinha? Quais?

7) Existe algum problema de convivência ou conflito entre a sua instituição e as pessoas/grupos que vivem ou usam os rios, os espaços de orla (beira) e as ilhas? Quais? Por que aconteceram?

8) O que significa a realização de grandes obras de infraestrutura (hidrelétricas, portos, hidrovias) para a população da cidade e do município direta e indiretamente atingida?

9) O que está previsto do ponto de vista de ações/intervenções para os rios, espaços de orla e ilhas?

10) O que sua instituição pensa da defesa dos territórios e da luta pelo atendimento de demandas feita por moradores e pelas populações tradicionais diante das mudanças ocorridas com a construção de hidrelétricas e das ações infraestruturais (calçadão, cais de arrimo, praias, iluminação pública etc.)?

APÊNDICE D – Roteiro base de entrevista semiestruturada aplicado junto aos sujeitos em Tucuruí, Altamira e Marabá, durante a realização da pesquisa de doutorado.

PESQUISA DE DOUTORADO – TERRITÓRIOS DE USO COMUM NA AMAZÔNIA:
relação sociedade e natureza e modernização do espaço regional

ROTEIRO – *Representantes de empresa/comércio*

1) Identificação do informante:

a) Qual o seu nome completo?

b) Qual a sua idade?

c) Qual o nome da empresa/comércio que o senhor representa?

d) Qual a sua função?

e) Quais os tipos de atividades desenvolvidas pela empresa/comércio?

2) Quais são as principais preocupações e demandas da empresa/comércio?

3) Qual a importância de desenvolver a atividade da empresa/comércio na cidade e/ou município?

4) O que os rios, as orlas (beiras) e as ilhas representavam para a sua empresa/comércio?

5) A construção da barragem provocou alguma mudança na importância do rio para a população?

6) A construção da barragem provocou alguma mudança nas atividades da empresa/comércio que você representa? Quais?

7) O potencial dos rios, das orlas (beiras) e das ilhas tem sido aproveitado nas ações do poder público diante das demandas da sua empresa/comércio? Por quê?

8) O que poderia ser feito pelo poder público para melhorar as atividades da sua empresa/comércio?

9) Existe algum tipo de conflito entre a empresa/comércio que você representa e as populações locais?

10) O que a empresa/comércio pensa da defesa dos territórios e da luta pelo atendimento de demandas feita por moradores e pelas populações tradicionais diante das mudanças ocorridas com a construção de hidrelétricas e das ações infraestruturais (calçadão, cais de arrimo, praias, iluminação pública etc.)?